

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 2

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL 4

PRESIDÊNCIA 13

- Coordenadoria de Magistrados 13
- Assessoria de Imprensa 21
- Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial 26
- Assessoria de Planejamento 43
- Auditoria Interna 54
- Casa Militar 60
- Ouvidoria dos Servidores 62
- Ouvidoria Judicial 68

1ª VICE-PRESIDÊNCIA 73

2ª VICE-PRESIDÊNCIA 85

3ª VICE-PRESIDÊNCIA 86

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA 87

ACADEMIA JUDICIAL 206

DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA 230

- Diretoria Judiciária 251
- Diretoria de Documentação e Informações 394

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA 409

- Diretoria de Engenharia e Arquitetura 409
- Diretoria de Tecnologia da Informação 416
- Diretoria de Infraestrutura 426
- Diretoria de Material e Patrimônio 436
- Diretoria de Orçamento e Finanças 443
- Diretoria de Recursos Humanos 457
- Diretoria de Saúde 464

www.tjsc.jus.br

tjcenai@tjsc.jus.br

Produção: Assessoria de Planejamento - TJSC - Rua Álvaro Millen da Silveira, 208 - Centro - Florianópolis/SC
CEP 88020-901 - tel.: (48) 3287.1000
Copyright© janeiro de 2011 - Florianópolis - Santa Catarina

APRESENTAÇÃO

Neste primeiro ano de gestão, foram muitos os projetos iniciados, desenvolvidos e finalizados. Passo a expô-los, não só para cumprir dispositivo legal mas para prestar contas aos que em mim depositaram confiança e esperança de trazer ao Judiciário catarinense um novo enfoque de administrar.

O certo é que em 2010 cresceram o número de integrantes desta Corte, o quantitativo de Juízes de primeiro grau, o contingente de servidores e demais colaboradores. Possuímos, agora, mais 4 (quatro) Câmaras neste Tribunal e 15 (quinze) Varas no primeiro grau. Obtivemos mais recursos orçamentários, os quais deverão repercutir positivamente e subsidiar a continuidade da expansão de nossos serviços em 2011 e 2012.

Crescemos e evoluímos. Destaco os seguintes pontos:

- Ampliação do percentual do duodécimo do Judiciário, de 7,4% para 7,7% em 2011, e para 7,85% em 2012;
- Criação de 10 cargos de Desembargador (9 já foram implementados) e de 6 cargos de Juiz Substituto de Segundo Grau;
- Elevação de entrância das comarcas de Balneário Camboriú, São José, Tubarão, Camboriú, Itapema e Navegantes;
- Posse de 19 Juízes Substitutos;
- Criação de 500 cargos de Técnico Judiciário Auxiliar, 20 de Analista Administrativo, 40 de Analista Jurídico, 50 de Analista de Sistemas, 19 de Psicólogo, 10 de Agente Operacional de Serviços Diversos e 35 de Assistente Social;
- Reajuste salarial dos servidores em 5,26%;
- Elevação do padrão do cargo de Assessor Jurídico da justiça de primeiro grau de Dasu-1 para Dasu-3, e criação de mais 50 desses para os Juízes de primeiro grau de jurisdição;
- Transformação do cargo de Oficial de Justiça de nível médio para nível superior (Lei Complementar n. 500/2010);
- Transformação do cargo de Comissário da Infância e da Juventude de nível médio para nível superior (Lei Complementar n. 501/2010);
- Início da elaboração do Plano de Cargos e Salários – PCS;
- Criação e extinção de cargos e funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, e fixação quantitativa dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores efetivos, nos termos da Resolução n. 88 do CNJ;
- Criação de 508 cargos de Assessor de Gabinete, a serem preenchidos por servidores efetivos, tanto para o primeiro grau quanto para o segundo grau de jurisdição;

- Criação de 13 cargos de Engenheiro Civil e 2 de Engenheiro Eletricista (Lei Complementar n. 513/2010) – o concurso está em andamento;
- Reestruturação da tabela de vencimentos dos servidores (Lei Complementar n. 520/2010);
- Recriação do Órgão Especial;
- Criação da Coordenadoria para Execução Penal e Infância e Juventude – Cepij;
- Inauguração do novo Fórum da comarca de Otacílio Costa;
- Inauguração da nova sede da Academia Judicial;
- Doação, alienação, permuta e cessão de imóveis nas comarcas de São Miguel do Oeste (Lei n. 15.254), São Domingos (Lei n. 15.296), Concórdia (Lei n. 15.323), dentre outros;
- Instalação de 15 das 45 novas Varas em Curitibanos, Maravilha, Xaxim, Concórdia, Chapecó, Joinville, Rio do Sul, Jaraguá do Sul e Capital;
- Instalação do Juizado Especial da Fazenda Pública da comarca da Capital;
- Cumprimento de 8 das 10 metas impostas pelo CNJ (não foi possível julgar todos os processos distribuídos em 2005 nem capacitar o administrador de cada unidade judiciária em gestão de pessoas e de processos de trabalho), situação justificável e que, com certeza, será ajustada;
- Celebração de novos convênios e renovação dos já existentes com a Universidade do Vale do Itajaí – Univali;
- Renovação do convênio para funcionamento do Posto de Atendimento e Conciliação – PAC, instalado no *campus* de Santo Antônio de Lisboa, com o Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (Cesusc);
- Realização da 1ª Mostra de Boas Práticas no Judiciário catarinense;
- Regulamentação dos critérios para o exercício da Direção do Foro;
- Regulamentação do destino dos processos e da assessoria no caso de vacância de cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça.

Esses, de forma compilada, foram os passos da jornada iniciada em 2 de fevereiro de 2010, os quais, com o esforço de todos os integrantes desta Casa, tornou possível o aprimoramento da qualidade do Poder Judiciário, que é motivo de orgulho de todos os catarinenses.

Trindade dos Santos

PRESIDENTE

DESEMBARGADORES

Carlos Prudêncio

José Gaspar Rubik – **1º Vice-Presidente**

Pedro Manoel Abreu

José Trindade dos Santos – **Presidente**

João Eduardo Souza Varella

Cláudio Barreto Dutra

Newton Trisotto

Sérgio Torres Paladino

Solon d'Eça Neves – **Corregedor-Geral da Justiça**

José Mazoni Ferreira – **2º Vice-Presidente**

Irineu João da Silva

Luiz Cézar Medeiros

Vanderlei Romer

Eládio Torret Rocha

Wilson Augusto do Nascimento

Nelson J. Schaefer Martins

José Volpato de Souza

Sérgio Roberto Baasch Luz

Antônio do Rêgo Monteiro Rocha – **3º Vice-Presidente**

Fernando Carioni

José Antônio Torres Marques

Luiz Carlos Freyesleben

Rui Francisco Barreiros Fortes

Marco Aurélio Gastaldi Buzzi

Marcus Túlio Sartorato

César Augusto Mimoso Ruiz Abreu – **Vice-Corregedor-Geral da Justiça**

Salete Silva Sommariva

Ricardo Orofino da Luz Fontes

Salim Schead dos Santos

Maria do Rocio Luz Santa Ritta

Cid José Goulart Júnior

Hilton Cunha Júnior

Jaime Ramos

Alexandre d'Ivanenko

Newton Janke

Lédio Rosa de Andrade

Moacyr de Moraes Lima Filho

Jorge Henrique Schaefer Martins

Marli Mosimann Vargas

Sérgio Izidoro Heil

José Carlos Carstens Köhler

João Henrique Blasi

Jorge Luiz de Borba

Victor José Sebem Ferreira

Rejane Andersen

Joel Dias Figueira Júnior

Cláudio Valdyr Helfenstein

Rodrigo Antônio da Cunha

Jânio de Souza Machado

Henry Goy Petry Júnior

Paulo Roberto Camargo Costa

Sônia Maria Schmitz

Soraya Nunes Lins

Raulino Jacó Brüning

Roberto Lucas Pacheco

Jairo Fernandes Gonçalves

Jaime Luiz Vicari

José Inácio Schaefer

JUÍZES DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU

Juiz Túlio José Moura Pinheiro

Juiz Ronaldo Moritz Martins da Silva

Juiz Ricardo José Roesler

Juiz Domingos Paludo

Juiz Paulo Roberto Sartorato

Juiz Robson Luz Varella

Juiz Paulo Henrique Moritz Martins da Silva

Juiz Carlos Alberto Civinski

Juiz Luiz Fernando Boller

Juiz Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço

Juíza Denise Volpato

Juiz Carlos Adilson Silva

Juiz Stanley da Silva Braga

Juiz Newton Varella Júnior

Juiz Altamiro de Oliveira

Juiz Saul Steil

Juiz Gilberto Gomes de Oliveira

CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

Des. José Trindade dos Santos

Des. Sérgio Torres Paladino

Des. Luiz Cézar Medeiros

Des. Eládio Torret Rocha

Des. Nelson Juliano Schaefer Martins

Des. Lédio Rosa de Andrade

Des. Jorge Henrique Schaefer Martins

Des. Cid José Goulart Junior

Des. Jorge Luiz de Borba

Des. José Antônio Torres Marques

Des. Sérgio Izidoro Heil

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Des. José Trindade dos Santos – Presidente

Des. José Gaspar Rubik – Primeiro Vice-Presidente

Des. Solon D'Eça Neves – Corregedor-Geral da Justiça

Des. José Mazoni Ferreira – Segundo Vice-Presidente

Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha – Terceiro Vice-Presidente

Des. Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu – Vice-Corregedor-Geral da Justiça

Des. Irineu João da Silva

Des. Luiz Carlos Freyesleben

Des. Newton Janke

Desa. Marli Mosimann Vargas

Des. Victor José Sebem Ferreira

Des. Cláudio Valdyr Helfenstein

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO DA CONTA ÚNICA

Des. Sérgio Izidoro Heil – Presidente

Des. Rejane Andersen

Juiz Luiz Felipe Siegert Schuch

Sérgio Galliza

Ricardo Lentz

CONSELHO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA – FRJ

Des. José Antônio Torres Marques – Presidente

Des. Moacyr de Morais Lima Filho

Dra. Gladys Afonso – Representante do MP

Dr. Paulo Marcondes Brincas – Representante da OAB

Ricardo Lentz – Membro do Conselho

CONSELHO GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGINFO

Des. Jorge Henrique Schaefer Martins – Presidente

Juiz Paulo Henrique Moritz Martins da Silva – Coordenador

Juiz Dinart Francisco Machado

Juiz Luís Felipe Canever

Juiz Márcio Umberto Bragaglia

Riza Quaresma Butter

Sérgio Galliza

Giovanni Moresco

Alexandre dos Anjos

CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS, CRIADO PELO ATO REGIMENTAL N. 76/2006

Des. José Trindade dos Santos – Presidente

Des. José Gaspar Rubik – 1º Vice-Presidente

Des. Solon d'Eça Neves – Corregedor-Geral da Justiça

Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi – Coordenador dos Juizados Especiais

Des. Marcus Túlio Sartorato – Presidente do Núcleo de Conciliação do 2º Grau

Juiz Luiz Felipe Siegert Schuch – Coordenador de Magistrados

Juiz Álvaro Luiz Pereira de Andrade – Presidente da 2ª Turma de Recursos

Juiz Sílvio José Franco – Juiz Agrário

Juiz Vitoraldo Bridi

Juiz Hélio do Vale Pereira

MEMBROS CONVIDADOS

Procurador Francisco José Fabiano – Representate do Ministério Público

Drª. Ângela Regina da Cunha Leal – Representante da OAB/SC

COMITÊ GESTOR DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS – CGDA – PORTARIA N. 338/10-GP

Des. Eládio Torret Rocha – Presidente

Des. Nelson Schaefer Martins

Des. Jorge Luiz de Borba

COORDENADOR DE MAGISTRADOS

Juiz Luiz Felipe Siegert Schuch

JUIZ ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA

Juiz Odson Cardoso Filho

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Riza Quaresma Butter

COORDENADOR DE EXECUÇÃO PENAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Juiz Alexandre Karazawa Takaschima

CASA MILITAR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tenente Coronel PM Walmir Moreira Francisco

COORDENADOR DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Alexandre dos Anjos

ASSESSOR DE IMPRENSA

Ângelo Lima Medeiros

ASSESSORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

Mônica Jacinto

OUVIDOR JUDICIAL

Des. Salete Silva Sommariva

Diogo Pereira de Souza

OUVIDORA DOS SERVIDORES

Iara Regina Costa

COORDENADORA DA AUDITORIA INTERNA

Maria Madalena Steinbach

DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRATIVA

Sérgio Galliza

DIREÇÃO-GERAL JUDICIÁRIA

Cleverson de Oliveira

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Almir Tadeu Peres

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Herlei José Cantú

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

André Luiz Dal Grande

DIRETORIA JUDICIÁRIA

Rosângela Civniski

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Amauri Elci Manoel

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ricardo Lentz

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

Raphael Jaques de Souza

DIRETORIA DE SAÚDE

Renato Grillo Flach

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Giovanni Moresco

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

A Coordenadoria de Magistrados, a partir do ano de 2009, sofreu importantes modificações estruturais, em prol do aperfeiçoamento e da excelência dos serviços que lhe são afetos.

Reconhecida em definitivo como órgão essencial de apoio à Presidência, passou a ser disciplinada e compativelmente estruturada através da Resolução n. 22/2009-TJ, de 19.08.2009, do eg. Tribunal Pleno, em substituição a Resolução n. 03/2001-GP, de 24/01/2001.

A competência da Coordenadoria sofreu o necessário e prudente alargamento, com a inserção de novas atribuições, dentre as quais merecem registro: a) o acompanhamento de todos os processos administrativos de interesse dos Magistrados e da Presidência em tramitação no Tribunal; b) a supervisão das atividades administrativas do Gabinete da Presidência; c) a possibilidade de receber delegação de competência para a prática de atos administrativos afetos ao Presidente do Tribunal; d) a autorização para a confecção exclusiva da folha de pagamentos dos Magistrados.

Como decorrência do novo perfil e dando conseqüência ao escopo de racionalização e eficiência, o Tribunal Pleno também aprovou a Resolução n. 23/2009-TJ, de 19.08.2009, através da qual o Presidente do Tribunal de Justiça delegou ao Coordenador de Magistrados, em relação ao primeiro grau, competência para proferir despachos finais, editar e assinar os seguintes atos: a) concessão de licenças para tratamento de saúde própria, por motivo de doença em pessoa da família, para repouso à gestante, paternidade, gala, nojo, prêmio; b) lotação e relotação dos juízes substitutos, designações de substituição, composição das Turmas de Recursos e Direção do Foro; c) concessão de isenção do imposto de renda, de abono de permanência, de ajuda de custo aos empossados, de averbação de tempo de serviço e inclusão de dependentes para fins de imposto de renda e previdenciários; d) marcação, suspensão e autorização de gozo de férias, licença-prêmio e trânsito; e) pagamento de auxílio funeral, gratificação dos instrutores e multiplicadores de que trata a Resolução n. 3/2007–CEJUR, e antecipação de 1/3 (um terço) constitucional de férias; f) elaborar certidões e declarações de interesse dos magistrados; g) deliberar sobre questões administrativas relativas aos seus servidores.

A partir da aprovação da Resolução n. 16/2009-TJ, de 20.05.2009, a Coordenadoria passou a contar com critérios expressos e objetivos para a elaboração da pauta administrativa do Tribunal Pleno, notadamente no que concerne à movimentação na carreira da Magistratura, restando igualmente definida a ordem de votação dos temas pautados.

Concomitantemente a este conjunto de medidas de ordem normativa foram associadas novas práticas administrativas, as quais permitiram um significativo incremento no volume de informações, atendimentos e manifestações da Coordenadoria de Magistrados, sendo oportuno destacar, dentre outros números: a) 23.602 ligações recebidas e 14.793 ligações efetuadas, totalizando **38.395** atendimentos via telefone; b) 12.012 correspondências eletrônicas respondidas; c) **2.522** portarias de designações, férias, licença-prêmio e demais licenças de Magistrados; d) **100** atos de movimentação (promoções, remoções, permutas, opções e aposentadorias); e) **574** pareceres e despachos em processos administrativos.

Foram sedimentadas as questões relacionadas ao subsídio e aquelas relacionadas as movimentações na carreira da magistratura, sem descurar do cumprimento das determinações e informações ao Conselho Nacional de Justiça.

A Coordenadoria ainda se fez presente como membro efetivo no Conselho da Conta Única e Conselho Gestor dos Juizados Especiais, e membro convidado do Conselho de Gestão e Modernização do Poder Judiciário, participando também de Comissões designadas pelo Tribunal Pleno, colaborando na elaboração de anteprojetos de lei e atos normativos voltados ao aperfeiçoamento do Judiciário catarinense, dentre eles a criação de mais dez cargos de Desembargador e seis Juízes Substitutos de Segundo Grau, e a Resolução disciplinando a compensação dos plantões judiciais.

A atuação também se deu de forma acentuada na conquista do aumento do duodécimo do Tribunal de Justiça na Receita Líquida Disponível do Estado (7,7% em 2011, e 7,85% em 2012), resultando em importante acréscimo orçamentário nos próximos exercícios, imprescindível para a implementação de projetos destinados a melhoria da prestação jurisdicional, como a contratação de mais magistrados e servidores.

Enfim, dentre os processos administrativos analisados por esta Coordenadoria, importante destacar aqueles relacionados diretamente aos interesses pessoais de Magistrados, ativos, inativos e pensionistas, a saber:

PROCESSOS	
Academia Judicial/Gratificação de Instrutor	38
Abono de permanência	8
Aposentadoria	4
Auditoria Interna/Recomendações	0
Auxílio funeral	3
Auxílio moradia	3
Autorização para freqüência de curso no exterior/congresso	7
Averbação de tempo de serviço	18
Bolsa de estudos pós-graduação	6
Cancelamento de penalidade	0
Contratação de estagiários/terceirizados/outros	0
Convênio	0
Consulta	5
Cumprimento de decisão judicial	1
Designação/Substituição de juiz cooperador	1
Desconto/Suspensão Contribuição Previdenciária	0
Devolução de valores	65
Devolução de diárias/Prestação de Contas	30
Diligência do Tribunal de Contas do Estado	2
Extravio de Celular/Notebook	2
Implantação de Serviços Judiciários	28
Inclusão de dependente	15
Indenização férias/licença-prêmio	22
Inspeção Correicional	0
Isenção do IR	9
Férias	9

Licença associação de classe	0
Licença amamentação	0
Licenças de saúde/em pessoa da família	171
Licença gala	7
Licença maternidade	9
Licença nojo	11
Licença paternidade	17
Licença prêmio	117
Outros	13
Pedido de Providências/Informações ao CNJ	3
Pensão Alimentícia	3
Processos associações de classe/órgãos do Poder Judiciário/outros	3
Projeto de Resolução/Ato Regimental	2
Ressarcimento despesas/diárias/celular/combustível	6
Revisão Subsídio/Proventos/Gratificação/Atrasados/PAE	47
Trânsito	0
TOTAL	675

Foram prestados pela Coordenadoria de Magistrados também outros serviços importantes, compreendendo além da atualização e elaboração do Quadro de Antiguidade, a alimentação dos sistemas (Scua/Mumpsb), folhas de pagamento dos magistrados, e a confecção, encaminhamento e publicação de diversos atos, tais como:

OUTROS	
1. Atos (promoção/remoção/opção/permuta/aposentadoria)	100
2. Apostila de proventos	8
3. Certidões para ativos/inativos/pensionistas	51
4. Declarações para magistrados/dependentes	105
5. Despachos e Pareceres	574
6. Estudos de aposentadoria/abono de permanência	34
7. Expedição de carteira funcional magistrados (ativos/inativos)	54
8. Informações ao IPREV	8
9. Informações via e-mail/comunicados	12.012
10. Ligações telefônicas	
Recebidas	23.602
Efetuadas	14.793
11. Ofícios	342
12. Plantão Judicial de 2º Grau	12
13. Portarias expedidas	
Designações de magistrados	1.520
Férias (marcação/suspensão/transferência)	670
Licença gala	7

Licença maternidade	9
Licença nojo	11
Licença paternidade	17
Licença-prêmio (concessão/gozo)	117
Licença de saúde própria/em pessoa da família	171

MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA NO ANO DE 2010

I – MAGISTRADOS PROMOVIDOS PARA O CARGO DE DESEMBARGADOR:

1. Jânio de Souza Machado
2. Soraya Nunes Lins
3. Sônia Maria Schmitz
4. Paulo Roberto Camargo Costa
5. Henry Goy Petry Júnior
6. Raulino Jacó Brüning
7. Roberto Lucas Pacheco
8. Jairo Fernandes Gonçalves
9. Jaime Luiz Vicari
10. José Inácio Schaefer

II – MAGISTRADO REMOVIDO PARA O CARGO DE JUIZ DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU:

1. **Jairo Fernandes Gonçalves**

III – MAGISTRADOS PROMOVIDOS NO PRIMEIRO GRAU

POR MERECIMENTO:

1. **Rodrigo Tavares Martins**, para a 2ª Vara da comarca de Ibirama.
2. **Letícia Pavei Cachoeira**, para a comarca de Lauro Müller
3. **Rafael Milanese Spillere**, para a comarca de Turvo
4. **Henrique de Castro Batista Vallin**, para a 1ª Vara Cível, da comarca de Canoinhas
5. **Klauss Corrêa de Souza**, para a comarca de Cunha Porã.
6. **Ruy Fernando Falk**, para a comarca de São Domingos.
7. **Renato Mastella**, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Correia Pinto.
8. **Anuska Felski da Silva**, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Armazém.
9. **Yannick Caubet,** para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Descanso

10. **Jeferson Isidoro Mafra**, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Cível da comarca de Brusque

11. **Roque Lopedote**, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Concórdia

12. **Joarez Rusch**, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara cível da comarca de Lages.

13. **Graziela Shizuiho Alchini**, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Ituporanga.

14. **Alaíde Maria Nolli,** para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Criciúma.

POR ANTIGÜIDADE:

1. **Luciana Pellisser Gottardi**, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Coronel Freitas

2. **Sônia Maria Mazzeto Moroso**, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Itajaí

3. **Jualiano Rafael Bogo**, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Jaraguá do Sul

4. **Rodrigo Coelho Rodrigues**, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Canoinhas

5. **Taynara Goessel**, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Meleiro

6. **Surami Juliana dos Santos Heerdt**, para o Cargo de Juiz de Direito da comarca de Xaxim

7. **Naiara Brancher**, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Imbituba

8. **Gustavo Schwingel**, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Guaramirim

9. **Fernando Cordioli Garcia**, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Otacílio Costa

10. **Nayana Scherer**, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Araquari

11. **Andréia Regis Vaz**, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Itapema

12. **Marcos Bigolin**, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal e da Infância e Juventude da comarca de Curitibanos

13. **Osiris do Canto Machado**, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Tubarão

14. **Márcio Luiz Cristofoli**, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Anchieta

IV – MAGISTRADOS REMOVIDOS NO PRIMEIRO GRAU

POR MERECIMENTO

1. **Marcos D'Avila Scherer**, da comarca de Otacílio Costa para a 2ª Vara da comarca de Navegantes

2. **Cintia Ranzi Arnt**, Juíza Substituta Vitalícia da 4ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca de Biguaçu, para a 1ª com sede na comarca da Capital

3. **Juliano Serpa**, da comarca de Ipumirim para a comarca de Anita Garibaldi

4. **Emerson Feller Bertemes**, Juiz Substituto Vitalício da 26ª Circunscrição com sede na comarca de Tijucas, para a 1ª com sede na comarca da Capital

5. **Patrícia Nolli**, da Vara Comercial da comarca de Brusque para a 2ª Vara Cível da comarca de Balneário Camboriú

6. **Liana Bardini Alves**, Juíza Substituta Vitalícia da 24ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca de Balneário Camboriú, para a 4ª Circunscrição, com sede na comarca de Biguaçu

7. **Cristina Paul Cunha**, Juíza Substituta Vitalícia da 20ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca de Indaial, para a 26ª Circunscrição com sede na comarca de Tijucas

8. **Flávio André Paz de Brum**, da 1ª Vara Cível da comarca de Lages para o cargo de 2º Juiz Especial da comarca da Capital

9. **Cleni Serly Rauen Vieira**, Juíza Substituta Vitalícia da 9ª Circunscrição Judiciária para a 23ª Circunscrição com sede na comarca de Itajaí

10. **Márcio Luiz Cristofoli**, Juiz Substituto Vitalício da 36ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca de Maravilha para a 32ª Circunscrição com sede na comarca de São Miguel do Oeste

11. **Karina Müller**, Juiz Substituto Vitalício da 15ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca de Joinville para a 16ª Circunscrição com sede na comarca de Jaraguá do Sul

12. **Sabrina Menegatti Pítsica**, Juíza Substituta Vitalícia da 23ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca de Itajaí para a 1ª Circunscrição com sede na comarca da Capital

POR ANTIGUIDADE

1. **Sérgio Renato Domingos**, do Cargo de Juiz de Direito da comarca de Armazém para a 2ª Vara da comarca de Içara

2. **Márcio Schiefler Fontes**, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Descanso para a comarca de Turvo

3. **Jeferson Isidoro Mafra**, para a 2ª vara da comarca de Ibirama

4. **Andresa Bernardo**, Juíza Substituta Vitalícia da 4ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca de Biguaçu para a 1ª Circunscrição com sede na comarca da Capital

5. **Yanick Caubet**, Juiz Substituto Vitalício da 16ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca de Jaraguá do Sul para a 26ª Circunscrição com sede na comarca de Tijucas

6. **Felippi Ambrosio**, Juiz Substituto Vitalício da 7ª Circunscrição Judiciaria com sede na comarca de Araranguá para a 8ª Circunscrição com sede na comarca de Laguna

7. **Evando Volmar Rizzo**, Juiz Substituto Vitalício da 11ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca de Sombrio para a 7ª Circunscrição com sede na comarca de Araranguá

8. **Cláudio Márcio Areco Júnior**, da 2ª Vara da comarca de Ituporanga para a 1ª Vara da comarca de Ibirama

9. **Mônica Bonelli Paulo**, Juiz Substituto Vitalício da 17ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca de São Francisco do Sul para a 24ª Circunscrição com sede na comarca de Balneário Camboriú

10. **Alexandre Murilo Schramm**, Juiz Substituto Vitalício da 2ª Circunscrição Judiciaria, com sede na comarca de São José para a 1ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca da Capital

11. **Cintia Ranzi Arnt**, Juíza Substituta Vitalícia da 1ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca da Capital para a 2ª Circunscrição com sede na comarca de São José

V – FORAM APRECIADOS E DEFERIDOS OS PEDIDOS DE OPÇÃO DOS SEGUINTES MAGISTRADOS:

1. **Adilor Danieli**, da 2ª Vara Cível para a Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude da comarca de Balneário Camboriú

2. **Nelson Maia Peixoto**, da Vara de Registros Públicos e Sucessões para o Juizado Especial Criminal da comarca da Capital

3. **Gerson Cherem II,** do Juizado Especial Cível para a Vara de Sucessões e Registros Públicos da comarca da Capital

4. **Márcia Krischke Matzenbacher** da Vara Cível para a Vara Comercial da comarca da Brusque

5. **Antônio Augusto Baggio e Ubaldo,** de 2º Juiz Especial para o Juizado Especial Cível da comarca da Capital

6. **Saul Steil,** da Câmara Especial Regional de Chapecó para o Tribunal de Justiça

VI – NOMEAÇÃO DE JUÍZES SUBSTITUTOS

Foram nomeados e empossados **19 (dezenove)** novos Juízes Substitutos.

VII – EFETIVAÇÃO

Foram apreciados e deferidos **25 (vinte e cinco)** Processos de efetivação de magistrados.

VIII – DIREÇÃO DO FORO

Foram apreciadas e deferidas **35 (trinta e cinco)** indicações para as funções de Diretor do Foro das comarcas com mais de uma Vara.

IX – APOSENTADORIA

Foram apreciadas e deferidas as aposentadorias dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores **Volnei Ivo Carlin** e **Edson Nelson Ubaldo** e do Juiz de Direito **Samir Oseas Saad**.

X – PREENCHIMENTO DE CARGOS VAGOS NO TRE

1. Preenchimento de cargo de Juiz Efetivo, categoria Desembargador
2. Preenchimento de cargo de Juiz Substituto, categoria Desembargador
3. Preenchimento de cargo de Juiz Efetivo, categoria Juiz de Direito
4. Preenchimento de cargo de Juiz Substituto, categoria Jurista
5. Preenchimento de cargo de Juiz Substituto, categoria Desembargador

XI – CERTIDÕES REFERENTES À MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA

Foram providenciadas **66 (sessenta e seis)** certidões referentes à movimentação na carreira da magistratura catarinense.

XII – CERTIDÕES E DECLARAÇÕES FUNCIONAIS FORNECIDAS

Foram fornecidas **85** certidões e declarações funcionais de interesse dos magistrados.

XIII – EDITAIS

Foram abertos **43** editais para provimento de cargos na Justiça de Primeiro e Segundo Grau do Estado.

XIV – PAUTAS ADMINISTRATIVAS DO TRIBUNAL PLENO

Foram elaboradas **24** pautas administrativas e **8** aditamentos da pauta do Tribunal Pleno.

ASSESSORIA DE IMPRENSA

O Tribunal de Justiça demonstrou nesses últimos doze meses grande preocupação em estreitar suas relações com a sociedade, traduzida nos investimentos realizados na área da comunicação social. A Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, durante o ano de 2010, produziu e distribuiu entre os diversos órgãos de comunicação do Estado 2.605 informes oficiais, assim divididos: 2.100 *releases* (matérias jornalísticas) e 505 notas enviadas para colunas nas páginas dedicadas ao Judiciário na mídia estadual e nacional. Neste ano, em média, registraram-se 10,42 informes produzidos em cada dia útil trabalhado, e um aproveitamento estimado em 90% de todo o material enviado às redações. A produção deste ano é a maior já registrada desde o início da coleta de dados estatísticos no setor, em 1998. A média de acessos diários em nosso campo de notícias na Internet/Intranet alcança 5 mil/dia. Credita-se tal resultado ao esforço da equipe em desenvolver um trabalho sério e comprometido.

Além disso, a Assessoria de Imprensa do TJSC realizou trabalho cotidiano de atendimento – por telefone ou mesmo pessoalmente – aos jornalistas interessados em obter informações do Judiciário Estadual. Por conta desta interface entre instituição e órgãos de comunicação, facilitamos entrevistas e reportagens com o presidente do TJ e demais integrantes desta Corte, em emissoras de rádio e televisão, inclusive representantes da mídia nacional. A Assessoria de Imprensa, ainda no campo do jornalismo impresso, também providenciou o encaminhamento de dezenas de artigos de magistrados de 1º e 2º grau, para publicação em jornais estaduais.

A elaboração diária da Resenha Eletrônica Informativa foi outro trabalho desenvolvido pela assessoria neste período, sempre com o objetivo de fornecer subsídios aos magistrados e servidores sobre fatos pertinentes ao Judiciário e a suas diversas interpretações pelos órgãos de comunicação do Estado e do país, disponibilizando essas informações via computador para toda a rede do Judiciário Estadual, com alcance de 3.000 terminais em todas as 111 comarcas de Santa Catarina. A Assessoria manteve e administrou espaço nas páginas da intranet e internet, oferecendo aos públicos interno e externo informações atualizadas sobre decisões e acontecimentos do mundo judiciário, na seção "Notícias do TJ".

Tivemos ainda, ao longo do ano, a publicação do boletim eletrônico Veredicto, com 33 edições lançadas durante o período. Após reformulação em seu eixo editorial, passou a destacar também as pessoas que integram o Judiciário, responsáveis, em seu trabalho cotidiano – e muitas vezes anônimo –, pelo sucesso da instituição. Magistrados e servidores, na condição de personagens da história, passaram a contar o passado, o presente e o futuro do Judiciário catarinense. Todas as edições são também disponibilizadas na página do TJ na intranet/internet. É um produto realizado inteiramente pelos profissionais lotados na Assessoria de Imprensa, com base em projeto gráfico elaborado pela Gráfica do TJ.

Em 2010, o Poder Judiciário de Santa Catarina também manteve – pelo quinto ano consecutivo - seu espaço na disputada grade da TV Justiça, emissora de TV a cabo do Supremo Tribunal Federal (STF), com alcance nacional, em que veiculou 46 programas inéditos e mais 92 reprises, num total de 4.140 minutos de exibição. No Estado, o TJ também manteve espaço na mídia eletrônica, somente em TV fechada, com a produção do programa Justiça Legal, veiculado semanalmente com a supervisão da Assessoria de Comunicação Social do TJ e produção da Firenze Produções – contratada por meio do devido processo licitatório. O Justiça Legal, em continuação de convênio firmado com a Câmara de Vereadores de Florianópolis ainda em

2006, continuou na grade de programação da TV Câmara da Capital. Foram veiculados 48 programas inéditos e 96 reprises, num total de 4.320 minutos de exibição em canal fechado. Retomamos, ainda, espaço na TV Câmara de São José, com três exibições semanais (uma inédita e duas reprises). Foram mais 24 programas inéditos e 48 reprises, num total de 2.160 minutos. Somando-se os tempos exibidos nas três emissoras – todas a cabo –, o Justiça Legal ocupou espaço na mídia por 10.620 minutos ao longo deste ano. Em 2011, voltaremos a veicular em TV aberta, através de licitação recentemente concluída e vencida pelo SBT Santa Catarina.

Ainda neste meio, a assessoria deu continuidade aos trabalhos de apoio à Rádio Justiça, com a produção de boletins e a marcação de entrevistas com magistrados catarinenses, para veiculação naquela emissora e aproveitamento no espaço dedicado ao Judiciário no programa Voz do Brasil. A Rádio Justiça, emissora administrada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pode ser sintonizada no Estado através da internet. Em conjunto com este importante projeto, a assessoria continuou em ação no trabalho cotidiano de cobertura dos eventos do TJ (Presidência, Academia Judicial, Coordenadoria de Juizados Especiais, etc.) e instituições afins (universidades, PGJ, OAB/SC, etc.) na Capital e no interior do Estado; acompanhamento de sessões dos órgãos julgadores do TJ; atendimento aos senhores magistrados (1º e 2º grau) e servidores (notadamente diretores) na divulgação de realizações e projetos localizados.

Pelo conjunto de atividades desenvolvidas neste ano e sua inegável repercussão nos meios de comunicação em geral, a Assessoria de Imprensa considera ter contribuído para a divulgação dos principais atos do Poder Judiciário, aproximando-o da população e, assim, cumprindo uma das metas da atual gestão, qual seja, garantir a transparência de suas realizações. Avanços e conquistas obtidas com o apoio incondicional do Gabinete da Presidência do TJ.

INFORMES OFICIAIS (RELEASES E NOTAS) – EVOLUÇÃO ANUAL

1998
261 informes oficiais = 196 notas + 65 releases.
Média produção/dia útil* = 1,04

1999
175 informes oficiais = 110 notas + 65 releases.
Média produção/dia útil* = 0,70

2000
333 informes oficiais = 151 notas + 182 releases.
Média produção/dia útil* = 1,33

2001
141 informes oficiais = 51 notas + 90 releases.
Média produção/dia útil* = 0,56

2002
345 informes oficiais = 102 notas + 243 releases.
Média produção/dia útil* = 1,38

2003
611 informes oficiais = 325 notas + 286 releases.
Média produção/dia útil* = 2,40

2004
775 informes oficiais = 492 notas + 283 releases.
Média produção/dia útil* = 3,10

2005
768 informes oficiais = 479 notas + 289 releases.
Média produção/dia útil* = 3,07

2006
1.585 informes oficiais = 893 notas + 692 releases.
Média produção/dia útil* = 6,34

2007
1.949 informes oficiais = 1.062 notas + 887 releases.
Média produção/dia útil* = 7,80

2008
2067 informes oficiais = 1.091 notas + 976 releases.
Média produção/dia útil*= 8,26

2009
1905 informes oficiais= 1.002 notas + 903 releases.
Média produção/dia útil*= 7,62

2010
2605 informes oficiais= 505 notas + 2.100 releases.
Média produção/dia útil*= 10,42

*250 dias/ano

Programa de TV Justiça Legal

2001

Contrato de prestação de serviço
Programa semanal de 15 minutos
Veiculação em sistema a cabo
Convênio com a TV Assembleia Legislativa
Duração: agosto, setembro, outubro, novembro
Número de programas: 16
Tempo de exposição: 240 minutos

2002

Contrato de prestação de serviço
Programa semanal de 15 minutos
Veiculação em sistema a cabo
Convênio com a TV Assembleia Legislativa
Duração: outubro, novembro, dezembro
Número de programas: 12
Tempo de exposição: 180 minutos

2003

Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Convênio com o SBT-SC
Duração: abril/dezembro
Número de programas: 39
Tempo de exposição: 1.170 minutos

2004

Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Contrato com o SBT-SC
Duração: junho/dezembro
Número de programas: 27
Tempo de exposição: 710 minutos

2005

Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Contrato com o SBT-SC
Duração: março/dezembro
Número de programas: 44
Tempo de exposição: 1.320 minutos

2006

Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara

Número de programas: 135 (76 inéditos + 59 reprises)
Tempo de exposição: 4.050 minutos

2007

Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/SBT/TV Justiça/TV Câmara
Número de programas: 416 (208 inéditos + 208 reprises)
Tempo de exposição: 12.480 minutos

2008

Licitação - modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e a cabo
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara
Número de programas: 328 (148 inéditos + 180 reprises)
Tempo de exposição: 6.660 minutos

2009

Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara Fpolis/TV Câmara São José
Número de programas: 391 (163 inéditos + 228 reprises)
Tempo de exposição: 11.700 minutos

2010

Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação apenas em TV a cabo
Convênios com TV Justiça/TV Câmara Fpolis/TV Câmara São José
Número de programas: 354 (118 inéditos + 236 reprises)
Tempo de Exposição: 10.620 minutos

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

A Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial, vinculada ao Gabinete da Presidência e integrante do Núcleo de Comunicação Institucional, é regulamentada pela Resolução nº.12/2004-GP.

Tem em sua competência a organização, coordenação e acompanhamento das solenidades e atos oficiais realizados em todo o Estado promovidos pelo Poder Judiciário com a presença da Presidência; coordenação do Cerimonial; providências quanto à representação do Tribunal de Justiça nos eventos em que o Presidente estiver impedido de comparecer; expedição de correspondências da Presidência que lhe sejam pertinentes; manter atualizado cadastro de autoridades do Poder Judiciário e demais Poderes Públicos e fazer a atualização diária do mailling interno e externo; acompanhar as autoridades em visitas protocolares à Presidência; coordenar as mostras de arte no Espaço Cultural do Tribunal de Justiça.

Ainda, dentro de suas atividades, destacam-se: coordenação e acompanhamento de embarque e desembarque de autoridades em visita oficial ao Tribunal; e assessoramento ao Presidente, ou seu representante, em solenidades oficiais e em visitas a outras autoridades.

Os eventos institucionais organizados são: Assinatura de Convênios; Lançamento de Livros de Magistrados; Almoços e Jantares Oficiais; Inaugurações de Fóruns, Casas da Cidadania, e Instalações de novas Varas; Posse de Juízes Substitutos, Juízes de 2º Grau e Desembargadores; Transmissão de Cargo do Presidente e demais cargos Diretivos do TJSC; Entrega da Medalha da Ordem do Mérito Judiciário; Solenidades alusivas ao Aniversário de Instalação do Tribunal de Justiça.

A Assessoria de Relações Públicas tem, atualmente, a seguinte estrutura:

Daniela Martins – Digitadora;

Gianka Teixeira – Digitadora;

Mônica Jacinto – Coordenadora;

Romilda Rocha – Assessora;

A seguir serão arrolados os eventos realizados pela Assessoria ao longo do ano de 2010:

ANO DE 2010

- **Transmissão de cargo aos novos dirigentes – Biênio 2010-2012**

1º de fevereiro



- **Homenagem ao Desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva por sua aposentadoria**

3 de março

- **Visita do Embaixador da Alemanha ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina**

23 de abril



Visita do Embaixador da Alemanha no Tribunal de Justiça

- **Exposição de quadros no Espaço Cultural do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – Ghiza Rocha**

3 a 14 de maio



Exposição de quadros de Ghiza Rocha

- **Exposição de quadros no Espaço Cultural do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – Aroldo Tenório**

17 a 28 de maio

- **Exposição de arte da Semana do Meio Ambiente no Espaço Cultural do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – Vinicius Basso e Setor de Gestão Ambiental da Diretoria de Infraestrutura TJSC**

31 de maio a 4 de junho

- **Exposição de quadros no Espaço Cultural do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – João Luiz Machado**

7 a 18 de junho

- **Inauguração do Fórum Desembargador Aloysio de Almeida Gonçalves, Comarca de Otacílio Costa**

17 de junho



Inauguração do Fórum Desembargador Aloysio de Almeida Gonçalves, Comarca de Otacílio Costa

- **Exposição de quadros no Espaço Cultural do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – Lenara Lunardi**

21 de junho a 2 de julho

- **Exposição de quadros no Espaço Cultural do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – Jussara Duarte**

5 a 16 de julho



Exposição de quadros de Jussara Duarte

- **Posse do Desembargador Jânio de Souza Machado**

2 de julho



- **Assinatura do Termo de Cooperação Técnica Averbação Reserva Legal no Gabinete da Presidência**

8 de julho



Assinatura do Termo de Cooperação Técnica Averbação Reserva Legal noGabinete da Presidência

- **Exposição de quadros no Espaço Cultural do Tribunal de Justiça de Santa Catarina Walkiria Cassana**

19 a 30 de julho



- **Posse dos Juízes Substitutos**

28 de julho

- **Instalação do Juizado Especial da Fazenda Pública, comarca da Capital.**

9 de agosto

- **Exposição de quadros no Espaço Cultural do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – Semana do Folclore: Mauro José Pereira, Onildo Miguel Borba e Salete Maria Farias de Oliveira**

16 a 27 de agosto



- **54º Encontro do Colégio dos Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil**

26 e 27 de agosto

- **Exposição do 63º Batalhão de Infantaria do Exército**

7 de setembro

8 a 10 de setembro

- **Audiência Pública do Senado Federal no Tribunal de Justiça de Santa Catarina**

10 de setembro



Audiência Pública do Senado Federal no Tribunal de Justiça de Santa Catarina

- **Exposição de quadros no Espaço Cultural do Tribunal de Justiça de Santa Catarina Milton Ascendino Pereira**

13 a 24 de setembro

- **Abertura da Exposição do Museu do Judiciário catarinense alusiva à comemoração dos 119 anos de instalação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina**

1º de outubro





- **Concerto com a Orquestra Sinfônica de Florianópolis em comemoração aos 119 anos de instalação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina**

1º de outubro



- **Instalação da Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude da comarca de Curitibanos**

26 de novembro



Instalação da Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude da Comarca de Curitibanos

- **Posse dos Desembargadores Soraya Nunes Lins, Sônia Maria Schmitz, Paulo Roberto Camargo Costa e Henry Petry Junior**

7 de dezembro



- **Ato de entrega da reforma e ampliação do Fórum Dr. Ivo Evaristo de Carvalho e Instalação da 2ª Vara da comarca de Maravilha**

9 de dezembro

- **Instalação da 2ª Vara da comarca de Xaxim**

9 de dezembro

- **Instalação da Vara da Família, Infância e Juventude, do Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e da 4ª Vara Cível da comarca de Chapecó**

10 de dezembro

- **Instalação da Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude da comarca de Concórdia**

10 de dezembro



Instalação da Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude da Comarca de Concórdia

- **Instalação do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Jaraguá do Sul**

13 de dezembro

- **Instalação das 5ª e 6ª Varas Cíveis e da 2ª Vara de Direito Bancário da comarca de Joinville**

13 de dezembro

- **Posse dos Desembargadores Raulino Jacó Brüning, Roberto Lucas Pacheco, Jairo Fernandes Gonçalves, Jaime Luiz Vicari e José Inacio Schaefer**

15 de dezembro

- **Instalação do Juizado Especial Cível e Criminal, e da Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude da comarca de Rio do Sul**

16 de dezembro

- **Instalação da Vara de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais, e do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca da Capital**

17 de dezembro

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

1 ESTUDO DOS CENÁRIOS

CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES JUDICIÁRIAS. NORMATIZAÇÃO SOBRE A COMPETÊNCIA PARA ANÁLISE DE NOVOS PEDIDOS

Estudos realizados em 2009, pela Universidade Federal de Santa Catarina em colaboração com o Tribunal de Justiça, tendo por base séries históricas de demanda judicial nos fóruns de Santa Catarina e séries históricas de variáveis demográficas e sócioeconômicas, apresentaram previsões da demanda judicial até o ano de 2018.

Constatou-se, então, a necessidade imediata de criação de 47 unidades judiciárias no Estado de Santa Catarina, compreendendo, Juizados Especiais e Varas, com a seguinte distribuição por entrância:

ENTRÂNCIA INICIAL	
COMARCA	UJ*
Barra Velha	1
Camboriú	1
Itapema	1
Maravilha	1
Navegantes	1
Orleans	1
Rio Negrinho	1
São João Batista	1
Trombudo Central	1
Xaxim	1
TOTAL	10

ENTRÂNCIA FINAL	
COMARCA	UJ*
Araranguá	1
Balneário Camboriú	1
Biguaçu	1
Brusque	1
Concórdia	1
Curitibanos	1
Jaraguá do Sul	1
Mafra	1
Palhoça	1
Porto União	1
Rio do Sul	2
São José	2
Tijucas	1
Tubarão	1
TOTAL	16

ENTRÂNCIA ESPECIAL	
COMARCA	UJ*
Blumenau	1
Capital	7
Capital – Norte da Ilha	1
Chapecó	3
Criciúma	2
Itajaí	1
Joinville	6
TOTAL	21

**UJ – unidade judiciária*

Foram criadas novas unidades judiciárias pela Lei Complementar n. 516/2010, como meio de solucionar o excesso de demanda judicial.

Aprovou-se a instalação imediata de quinze unidades judiciárias em 2010, cujo cronograma encontra-se no quadro abaixo:

COMARCA	COMPETÊNCIA	INSTALAÇÃO
Curitibanos	Vara da Família, da Infância e da Juventude	26/11/2010
Maravilha	2ª Vara	09/12/2010
Xaxim	2ª Vara	02/12/2010
Chapecó	Vara da Família, da Infância e da Juventude	10/12/2010
Chapecó	Juizado Especial Criminal e de Violência	10/12/2010
Chapecó	4ª Vara Cível	10/12/2010
Concórdia	Vara da Família, da Infância e da Juventude	10/12/2010
Jaraguá do Sul	Juizado Especial Cível e Criminal	13/12/2010
Joinville	5ª Vara Cível	13/12/2010
Joinville	6ª Vara Cível	13/12/2010
Joinville	Vara de Direito Bancário	13/12/2010
Rio do Sul	Juizado Especial Cível e Criminal	16/12/2010
Rio do Sul	Vara da Família, da Infância e da Juventude	16/12/2010
Capital	Vara de Execução Fiscal Municipal e Estadual	17/12/2010
Capital	Juizado da Violência Doméstica	17/12/2010

O Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça editou a Resolução n. 28/2010 – TJ (publicada no DJE n. 1027, de 14.10.2010), estabelecendo procedimentos e critérios de avaliação permanente para revisão e ajuste da divisão judiciária estadual.

Foi atribuída à Assessoria de Planejamento, por meio do art. 2º da resolução mencionada, competência para, anualmente, apresentar à Presidência estudo sobre o movimento forense de cada subseção, região, circunscrição, comarca, vara e juizado especial, com ênfase na distribuição e no julgamento de processos, visando a identificação de demandas futuras.

2 DEFINIÇÃO DE INDICADORES SOBRE A TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Foram realizadas diversas reuniões envolvendo a Diretoria-Geral Judiciária, a Diretoria Judiciária e a Assessoria de Planejamento a fim de se definirem indicadores sobre a tramitação processual no segundo grau de jurisdição.

Foram aprovados 15 indicadores, ligados às seguintes fases de tramitação processual:

FASE I – Do recebimento, pelo protocolo da DJ ou pela Expedição da DIE, até o recebimento nos gabinetes dos magistrados e vice-presidências.

INDICADORES:

1 – Tempo médio de processamento de recursos dos tribunais superiores;

2 – Tempo médio para o processamento de incidentes em processos no 2º grau;

3 – Tempo médio para distribuição de petições de feitos originários;

4 – Tempo médio para distribuição de processos oriundos de 1º grau.

FASE II – Do primeiro recebimento pelos gabinetes até o julgamento.

INDICADORES:

1 – Tempo médio de admissibilidade dos recursos aos tribunais superiores;

2 – Tempo médio para o julgamento dos incidentes em processos no 2º grau;

3 – Tempo médio de julgamento de feitos originários;

4 – Tempo médio de julgamento dos processos oriundos de 1º grau;

5 – Tempo médio de julgamento dos processos oriundos de 1º grau (sem a exclusão de quaisquer prazos e tipos processuais).

FASE III – Do julgamento do processo até a publicação da decisão colegiada ou monocrática.

INDICADORES:

1 – percentual de processos cujos acórdãos terminativos não foram publicados nos 10 dias posteriores ao seu julgamento (meta 4, CNJ/2010);

2 – Tempo médio gasto na publicação das decisões monocráticas terminativas.

FASE IV – Da publicação do acórdão até a baixa/arquivamento do processo ou interposição de novo recurso.

INDICADORES:

1 – Tempo médio gasto entre a publicação das decisões colegiadas e a baixa/arquivamento do processo principal, sem incidentes impetrados posteriormente ao julgamento do processo principal;

2 – Tempo médio gasto entre a publicação das decisões colegiadas e a baixa/arquivamento do processo principal, com incidentes impetrados posteriormente ao julgamento do processo principal.

FASE V – Tempo médio de tramitação do processo no Tribunal de Justiça.

INDICADORES:

1 – Tempo médio de tramitação de processos no Tribunal de Justiça sem recursos e descontados os prazos legais;

2 – Tempo médio de tramitação de processos no Tribunal de Justiça com recursos e sem desconto dos prazos legais.

3 PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS METAS DO CNJ

Em cumprimento às determinações do Conselho Nacional de Justiça, no mês de abril, este Tribunal constituiu um grupo gestor para acompanhamento das Metas Prioritárias de 2010, sob a supervisão dos Magistrados Odson Cardoso Filho e Dinart Francisco Machado.

Por meio da Resolução Conjunta n. 02/2010-GP/CGJ, de 30 de abril de 2010, publicada no DJE de 5 de maio de 2010, foram disciplinadas as ações voltadas ao atendimento das Metas 1, 2 e 3, e constituído um subgrupo, no primeiro grau de jurisdição, composto por magistrados e servidores. Este grupo atuou nas quarenta e seis unidades com maior estoque de processos em conformidade com as definições do glossário disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça. (www.cnj.jus.br)

Foram monitoradas as seguintes metas nacionais para 2010:

METAS NACIONAIS PARA 2010	
META 1	Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal
META 2	Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007
META 3	Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009)
META 4	Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 (dias) após a sessão de julgamento
META 5	Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau
META 6	Reduzir em pelo menos 2% o consumo per capita (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) com energia, telefone, papel, água e combustível (ano de referência: 2009)
META 7	Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência
META 8	Promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados, priorizando-se o ensino à distância
META 9	Ampliar para 2 Mbps a velocidade dos links entre o Tribunal e 100% das unidades judiciárias instaladas na Capital e, no mínimo, 20% das unidades do interior
META 10	Realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário, inclusive cartas precatórias e de ordem

No que tange às metas que não foram totalmente atingidas, estão sendo desenvolvidas ações para o seu integral cumprimento.

Foi realizado um *workshop* visando à definição das metas para 2011, em Belo Horizonte-MG, no dias 26 e 27 de novembro, tendo a Assessoria de Planejamento participado do referido evento.

4 COLETA E CADASTRAMENTO DE DADOS RELATIVOS AO PROJETO "JUSTIÇA EM NÚMEROS", DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

A Assessoria de Planejamento é responsável pela compilação e encaminhamento semestral, ao CNJ, dos dados relativos ao Projeto "Justiça em Números". Nos termos da Resolução n. 76/2009, do CNJ, o Projeto "Justiça em Números" envolve informações sobre:

- Orçamento e finanças;
- Quadro de pessoal;
- Parque de informática (software e hardware);
- Área (espaço físico dos imóveis);
- Informações processuais; e
- Mecanismos de acesso à justiça.

5 IMPLANTAÇÃO DA META 5 E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA 5S

O Programa 5S tem como objetivo melhorar a qualidade de vida das pessoas no trabalho, promover organização, limpeza e disciplina, tornar o ambiente agradável, seguro e produtivo, e melhorar as atitudes das pessoas diante das suas tarefas.

Trata-se de uma ferramenta administrativa usada para a organização e melhoria do ambiente de trabalho, viabilizando o controle de atividades, informações e documentos.



Em 2010 a Assessoria de Planejamento, a Academia Judicial e o Programa de Implantação de Novos Serviços, em parceria, promoveram a capacitação de colaboradores para o Programa 5S, num total de 19 turmas no Tribunal de Justiça e 13 na Justiça de Primeiro Grau, totalizando 718 participantes.

O Programa 5S já encontra-se implantado em todas as áreas administrativas do Tribunal de Justiça e em 31 gabinetes de Desembargador e de Juiz de Direito de Segundo Grau.



Visando garantir a perpetuação do Programa, foram realizadas duas avaliações em 2010. A primeira, no mês de maio, com a atuação de 18 avaliadores em 60 unidades; a segunda, em novembro, envolvendo a atuação de 22 avaliadores em 66 unidades.



Em 2010 o programa 5S foi implantado nas comarcas de Bom Retiro, Capivari de Baixo, Descanso, Garuva, Jaguaruna, Lauro Müller, Lebon Régis, Orleans, Otacílio Costa, Santa Cecília, Santo Amaro da Imperatriz, São João Batista e Turvo.

O programa também já encontra-se implantado nas comarcas de Capinzal, Maravilha, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Fórum da Capital - Norte da Ilha.

6 ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ORÇAMENTOS DO PODER JUDICIÁRIO

A elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício 2011, em parceria com a Diretoria de Orçamento e Finanças, ocorreu após o alinhamento de todos os projetos e atividades, cadastrados no Sisproject, com os objetivos estratégicos apontados nas quatro perspectivas do mapa estratégico (BSC) do Poder Judiciário Catarinense.

A proposta orçamentária foi apresentada à direção do Tribunal, que a submeteu ao Tribunal Pleno, para apreciação e aprovação.

No tocante à execução orçamentária de 2010, foram realizadas reuniões trimestrais com os gestores orçamentários, no sentido de orientá-los quanto ao controle dos gastos e a maximização do desempenho organizacional.

Essas ações estão sintonizadas com o objetivo estratégico "Maximizar o aproveitamento dos recursos para garantir a execução da estratégia", cuja performance é observada por meio do "índice de execução orçamentária."

7 ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA PARA 2011

Com o objetivo de estabelecer o conceito de projeto estratégico, a Assessoria de Planejamento, em 3 de dezembro, realizou reunião para determinar as ações de alto impacto nas Justiça de Primeiro e de Segundo Graus.

Participaram da reunião o Juiz Odson Cardoso Filho - Assessor Especial da Presidência; Juiz Dinart Francisco Machado - Juiz Corregedor; Sérgio Galliza - Diretor-Geral Administrativo; Cleverson de Oliveira - Diretor-Geral Judiciário; Ricardo Lentz - Diretor de Orçamento e Finanças; e a equipe da Assessoria de Planejamento.

Tratou-se dos temas abaixo, cuja relação foi encaminhada ao Presidente do Tribunal de Justiça:

- Plano de obras para o Fórum da Capital e Unidades Administrativas do Tribunal de Justiça, tendo em vista às necessidades e a capacidade operacional da Diretoria de Engenharia e Arquitetura;
- Estabelecimento de política visando a distribuição de veículos às comarcas, em especial as que possuem juizados da infância e da juventude, varas de família e de violência doméstica contra a mulher;
- Disseminação da cultura do planejamento às comarcas, com possibilidade de disponibilizar o "Sisproject" às secretarias de foro; melhoramento da comunicação entre Tribunal de Justiça e as comarcas;
- Elaboração do Plano Plurianual (PPA) de forma participativa, com a realização de encontros em 9 regiões e a presença dos diretores de foro e secretários de foro;
- Estabelecimento de cronograma de instalação de varas para o exercício de 2011, de acordo com a disponibilidade de infraestrutura de cada comarca; e,
- Implantação de sistemas informatizados em todas as áreas administrativas do Tribunal de Justiça, com desenvolvimento ou aquisição dos *softwares*.

8 REALIZAÇÃO DA 1ª MOSTRA DAS BOAS PRÁTICAS

A 1ª Mostra de Boas Práticas do Poder Judiciário de Santa Catarina, evento pioneiro em nosso Estado, realizada no dia 8 de outubro de 2010, envolveu a apresentação de palestras e de trabalhos de sucesso desenvolvidos Tribunal de Justiça e nos fóruns estaduais. Prestigiaram o evento cerca de 385 participantes envolvendo magistrados e servidores.

O evento, que deverá ocorrer a cada dois anos, tem por objetivo selecionar trabalhos desenvolvidos por magistrados e servidores, cujos projetos se destacam no aperfeiçoamento do Poder Judiciário catarinense.



A palestra de abertura foi realizada pelo Professor Eugênio Mussak, com o tema "Metacompetências" e a de encerramento, pelo Professor Heinz Artur Schurt, abordando "Motivação para atitudes de resultado".



Foram selecionados para essa 1ª Mostra, os seguintes projetos: "A Justiça vai à Escola" – Juiz Sílvio Dagoberto Orsatto, comarca de Lages; o "Juizado Especial de Trânsito" – Juíza Janice Goulart Garcia Ubialli, comarca de Criciúma; "O adolescente em conflito com a lei e a rede de atendimento: Efetivação das Medidas Socioeducativas" – Juiz Edison Zimmer, comarca de Rio do Sul e, o "Planejamento Estratégico e seus reflexos na prática de gabinete" – Desembargador Luiz Cézar Medeiros, Tribunal de Justiça.

9 PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO E COMISSÕES

A Assessoria de Planejamento participou de diversos grupos de trabalho e de comissões, dentre as quais se destacam:

1 – Implementação das Resoluções n. 98 e 114/2010 do Conselho Nacional da Justiça, que dispõem sobre: I - O planejamento, a execução e o monitoramento de obras no Poder Judiciário; II - Os parâmetros e orientações para precificação, elaboração de editais, composição de BDI , critérios mínimos para habilitação técnica e cláusulas essenciais nos novos contratos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário; III - A referência de áreas a serem utilizadas quando da elaboração de novos projetos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário; IV - A premiação dos melhores projetos de novas obras no âmbito do Poder Judiciário;

2 – Elaboração e implementação da Resolução n. 43/2010-TJ, que estabelece critérios para o regime de adiantamento de despesas, e da Resolução n. 44/2010-TJ, que define critérios para as aquisições diretas, ambas pertinentes ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, e da regulamentação da Instrução Normativa n. 3 – DGA. Esses normativos geraram diversos encontros com os secretários de foro em 9 sedes regionais do Estado;

3 – Elaboração do Plano de Cargos e Salários, juntamente com representantes da Presidência do Tribunal de Justiça, do Sinjusc e do Sindojus;

4 – Participação no trabalho de elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, coordenado pela Diretoria de Tecnologia da Informação, realizado em decorrência da Resolução n. 99/2009 do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Poder Judiciário.

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna, unidade de controle e de assessoramento, vinculada ao Gabinete da Presidência, realizou no exercício de 2010, dentre outros trabalhos:

191 relatórios com pareceres de regularidade ou de irregularidade e as devidas recomendações;

313 pareceres em processos administrativos;

21 informações referentes a assuntos de controles diretos e indiretos.

Os trabalhos de auditoria voltados, a verificação das despesas, a geração de receitas, a análise de procedimentos e ao aperfeiçoamento dos controles internos, estão divididos nas seguintes áreas:

1 AUDITORIA DE RECURSOS HUMANOS

- Processos de aposentadorias de servidores;
- Processos de aposentadorias de magistrados;
- Processos de nomeação e exoneração de servidores;
- Irregularidades na ordem cronológica dos movimentos no sistema SHF (rotina CO/LM);
- Pagamento de férias no âmbito do Tribunal e 1º Grau;
- Informações mensais sobre os valores inseridos na GFIP;
- Análise dos pagamentos da Gratificação de Júri e da Gratificação de Ronda;
- Regularização dos recolhimentos do INSS perante a Receita Federal;
- Levantamento de valores a serem compensados no recolhimento previdenciário do salário-maternidade, pago às servidoras em cargo exclusivamente comissionado;
- Elaboração do manual de rotinas do pagamento de INSS e informação à Previdência Social (GFIP).

2 AUDITORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS E GESTÃO DE BENS

- Análise dos editais;
- Análise dos processos de licitação, de dispensa e de inexigibilidade;
- Análise dos Termos Aditivos de contratos;
- Estudo para adaptação dos procedimentos das licitações de terceirização de mão-de-obra aos termos da Resolução nº 98/09 – CNJ.

3 AUDITORIA DE OBRAS

- Análise nos pagamentos de parcelas contratuais, referente a serviços de engenharia;
- Definição da cobrança de multa por atraso em parcelas nos contratos de obras;

- Estudo com o objetivo de definir a taxa de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, a ser aplicada sobre os custos orçados para a obtenção do preço básico das obras licitadas pelo Tribunal de Justiça;
- Estudo para adaptação dos procedimentos da área de Engenharia aos termos da Resolução nº 114/10 – CNJ;
- Acompanhamento de pagamento do cronograma físico financeiro na execução das obras e reformas em andamento.

4 AUDITORIA CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- Análise dos balancetes mensais e balanços anuais;
- Elaboração dos relatórios de gestão fiscal;
- Elaboração dos relatórios bimestrais de controle interno encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado;
- Consolidação dos recolhimentos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ;
- Cumprimento das Metas do PPA;
- Análise dos recolhimentos de INSS, parte patronal, referente aos autônomos e comissionados;
- Acompanhamento da regularização do Inventário de bens móveis permanentes;
- Análise nas Prestações de contas de recursos antecipados;
- Conclusão dos procedimentos de regularização e do cancelamento dos CNPJ's dos cartórios Judiciais, junto à Receita Federal do Brasil;
- Acompanhamento da Regularidade Jurídica e Fiscal do Tribunal de Justiça junto, ao Tesouro Nacional, INSS, Receita Federal, Governos Estadual e Municipal e demais Órgãos de Proteção ao Crédito;
- Informações no Sistema de Coleta de Dados Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional - SISTN;
- Regularização das diferenças da GFIP (informação) e GPS (pagamento);
- Orientação sobre a retenção do INSS e do ISS;
- Análise nos Repasses efetuados entre janeiro/2009 e março/2010 pela Secretaria de Estado da Fazenda ao Tribunal de Justiça, com base na Receita Líquida Disponível, conforme disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- Auditoria nos procedimentos de aquisições diretas, realizada nos processos de pagamento entre julho e dezembro/2009;
- Procedimentos para a inscrição do FRJ no CNPJ e os consequentes ajustes;
- Levantamento das contas de depósitos judiciais à disposição do Poder Judiciário de Santa Catarina/contas vinculadas ao juízo em diversas instituições bancárias;
- Orientações sobre protestos de títulos em nome do Tribunal de Justiça.

5 AUDITORIA DE SISTEMAS E DE BENS DE INFORMÁTICA

- Levantamento dos processos distribuídos no1º Grau com carga as partes há mais de 100 dias;
- Orientação e apoio técnico ao cadastro de informações do Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão – e-Sfinge do Tribunal de Contas do Estado;
- Conferência e ajuste, importação de arquivos e transmissão, bimestral, dos dados do Sistema e-Sfinge para o Tribunal de Contas do Estado.

6 AUDITORIA JUDICIAL

- Auditoria nos cartórios judiciais das Comarcas, de Rio do Sul, Rio do Oeste, Trombudo Central, Ituporanga, Araquarí, Barra Velha, São Francisco do Sul, Canoinhas, Porto União, Mafra, Papanduva, Urussanga, Lauro Müller, Braço do Norte, Orleans, São José, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça e Garopaba, com o objetivo de detectar eventual evasão de receitas;
- Auditorias especiais, solicitadas pela Corregedoria-Geral da Justiça, nas comarcas de Laguna e Joinville;
- Apresentação de sugestões, com a devida justificativa, para que fossem atualizados, monetariamente, os valores constantes das Resoluções 04/08-CM, 05/05-CM, 09/08-CM e da Lei Estadual nº 7.541/88;
- Recomendação para inclusão de valores nas custas finais das rubricas "Taxa Judiciária e Impressos";
- Elaboração do Registro Anual de Informações Sociais - RAIS dos Cartórios Judiciais, cujos CNPJ's ainda não foram extintos;
- Sugestão de revogação da Resolução nº CDM-19/.12/.84/12?, de 19 de dezembro de 1984;
- Sugestão de atualização monetária da Taxa Judiciária (pedido de reconsideração).

7 AUDITORIA EXTRAJUDICIAL – FRJ

- Ofícios de Notificações;
- Análise, com emissão de pareceres, dos recursos apresentados pelos serventuários notificados;
- Reanálise de processos referente à quitação de valores;
- Notificação e acompanhamento dos pagamentos e quitações provenientes das auditorias realizadas, durante este exercício, bem como de exercícios anteriores;
- Fiscalização nas cobranças dos valores destinados ao Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ, conforme demonstrativo anexo.

DEMONSTRATIVO DAS AUDITORIAS REALIZADAS, POR COMARCA, EM 2010

PERÍODO DA AUDITORIA	COMARCA	VALOR NOTIFICADO
JAN. de 2010	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	3.356,29
JAN. de 2010	PALHOÇA	8.387,23
22 a 26/02	SÃO JOSÉ	36.451,86
7 a 19/02	CAPITAL	112.407,96
26/04 a 7/05		
18 a 29/10		
29/11 a 3/12		
8 a 12/03	SANTA ROSA DO SUL	16.303,41
	SOMBRIO	14.353,71
	CRICIÚMA	17.064,77
22/03 a 16/04	JOINVILLE	99.311,12
	ITAPOÁ	2.320,96
10 a 12/05	BAL. CAMBORIÚ	0,00
	ITAPEMA	4.939,45
17 a 28/05	MODELO	37.593,02
	SEARA	3.540,69
	CONCÓRDIA	29.291,99
6/06 a 16/07	BLUMENAU	1.305.911,23
2/08 a 6/08 e 9/08	GASPAR	21.378,10
2/08 a 6/08	TIJUCAS	21.136,17
15/08 a 27/08	PALMITOS	46.184,09
	SÃO CARLOS	14.406,64
	CURITIBANOS	55.531,03
08/09 a 17/09	GAROPABA	17.272,76
	ARMAZÉM	17.473,16
	SÃO JOAQUIM	76.812,09
	URUBICI	13.325,94
27/09 a 7/10	IBIRAMA	11.400,09
	POMERODE	3.847,36
	GUARAMIRIM	144.896,41
	JARAGUÁ DO SUL	19.627,68
8/11 A 19/11	VIDEIRA	73.745,04
TOTAL 29 COMARCAS		2.228.270,25

Obs.: Não estão computadas as auditorias efetuadas no mês de Dezembro/2010: Comarcas de Rio Negrinho e Papanduva.

FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA – FRJ

DEMONSTRATIVO DAS AUDITORIAS REALIZADAS, POR COMARCA - EM 2010

PERÍODO DA AUDITORIA	COMARCA	VALOR NOTIFICADO
JAN de 2010	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	3.356,29
JAN de 2010	PALHOÇA	8.387,23
22 a 26/02	SÃO JOSÉ	36.451,86
7 a 19/02 26/04 a 7/05 18 a 29/10 29/11 a 3/12	CAPITAL	112.407,96
8 a 12/03	SANTA ROSA DO SUL	16.303,41
	SOMBRIO	14.353,71
	CRICIÚMA	17.064,77
22/03 a 16/04	JOINVILLE	99.311,12
	ITAPOÁ	2.320,96
10 a 12/05	BAL. CAMBORIÚ	0,00
	ITAPEMA	4.939,45
17 a 28/05	MODELO	37.593,02
	SEARA	3.540,69
	CONCÓRDIA	29.291,99
06/06 a 16/07	BLUMENAU	1.305.911,23
2 a 6/08 e 09/08	GASPAR	21.378,10
2 a 6/08	TIJUCAS	21.136,17
15/08 a 27/08	PALMITOS	46.184,09
	SÃO CARLOS	14.406,64
	CURITIBANOS	55.531,03
8 a 17/09	GAROPABA	17.272,76
	ARMAZÉM	17.473,16
	SÃO JOAQUIM	76.812,09
	URUBICI	13.325,94

27/09 a 07/10	IBIRAMA	11.400,09
	POMERODE	3.847,36
	GUARAMIRIM	144.896,41
	JARAGUÁ DO SUL	19.627,68
8 a 19/11	VIDEIRA	114.490,08
22 a 26/11	ITAPOÁ	483,00
	CAMBORIU	30.121,06
29/11 a 4/12	RIO NEGRINHO	38.857,51
	PAPANDUVA	9.483,21
TOTAL 33 COMARCAS		2.347.960,07

CASA MILITAR

Atividades Desenvolvidas

Embora a Casa Militar esteja ligada diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, as suas atuações vão muito além do Gabinete. Age de forma contínua e ininterrupta em todo o Estado, prestando informações, orientações e suporte técnico às Comarcas e seus diretores.

As atividades desenvolvidas são relacionadas abaixo e sofrem aprimoramento ao longo do período, sempre no sentido de melhor atender a comunidade judiciária, especialmente os magistrados e os funcionários.

1. Guarda dos seguintes estabelecimentos judiciais na Grande Florianópolis

- Tribunal de Justiça
- Fórum da Capital
- Fórum Norte da Ilha
- Fórum Eduardo Luz
- Fórum do Continente (Estreito)
- Vara da Infância e Juventude
- Juizado de Violência Doméstica
- Almoxarifado e Gráfica

2. Guarda em Fóruns do interior

Em 2008 a Casa Militar passou a efetuar contratação de policiais militares inativos, conforme as prescrições da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio de 2007. Com esta atuação, pode-se oferecer melhores condições de segurança aos Fóruns do interior do estado, área especialmente carentes de policiais militares do corpo ativo. Hoje sessenta e dois Fóruns contam com este serviço sendo que a tendência é o aumento deste número.

3. Aquisição de armamento e munição aos Magistrados

Além da instrução específica ministrada aos Magistrados, a Casa Militar orienta a aquisição de armas, providencia a documentação e acompanha sua tramitação. Propicia, ainda, informação técnica quanto à arma e munição ideal, conforme as características pessoais do adquirente.

4. Gerenciamento e recolhimento de armas dos fóruns

O programa de recolhimento de armas desvinculadas de processo dos Fóruns em todo o Estado é uma das atividades imprescindíveis à segurança, gerando efeitos positivos no ambiente de trabalho e, por consequência, nas atividades jurisdicionais.

Além do armamento recolhido, há também o envio para destruição de munições e produtos congêneres, tais como cartuchos, chumbo e pólvora à granel.

A atuação da Casa Militar neste evento é primordial pois, além das orientações específicas referentes às armas em geral, há a ligação entre os Diretores de Fórum /Secretárias com as 9 Unidades Militares do Exército, o que demanda contatos formais com os Comandantes e oficiais do Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados -SFPC daquelas Unidades.

Além destas tratativas, há a condução e escolta das armas com segurança armada da Casa Militar.

Neste ano de 2010 foram recolhidas armas de 63 Fóruns no Estado conforme o quadro abaixo. Desde a implantação deste serviço, em 2006, já foi recolhido um número superior a 14 mil armas.

ARMAS RECOLHIDAS	
REVÓLVER	1.952
PISTOLA	302
ESPINGARDA	681
GARRUCHA	223
CARABINA	54
OUTRAS	58
TOTAL	**3.270**

5. Acompanhamento e orientação na elaboração do projetos de segurança

A Casa Militar acompanha e executa, através de técnicos especializados, a elaboração de Projetos de CFTV do Anexo do Fórum da Capital, do Complexo Almoxarifado e Gráfica do TJSC, assim como a instalação de controles de acesso ao prédio sede e outros meios de proteção física nos Fóruns do Estado.

6. Serviço de proteção/orientação aos Magistrados

Uma das atividades intrínsecas à Casa Militar é a proteção pessoal do Excelentíssimo Presidente do TJSC, Desembargadores e Magistrados de Santa catarina. Em 2010, esta atividade foi ainda mais intensificada com a criação da Comissão Permanente de Segurança e Assistência dos Juízes Colocados em Situação de Risco, através da Portaria 870/10-GP. Em todo o Estado foram desenvolvidos trabalhos de proteção e apoio operacional.

Eventos de grande porte, que tiveram participação de autoridades do Poder Judiciário Brasileiro, também contaram com esquema de segurança planejado e executado pela Casa Militar.

7. Participação nos eventos da Corregedoria-Geral da Justiça

A Casa Militar planeja e executa a segurança dos eventos da Corregedoria-Geral da Justiça, quando em diligências nos estabelecimentos penais.

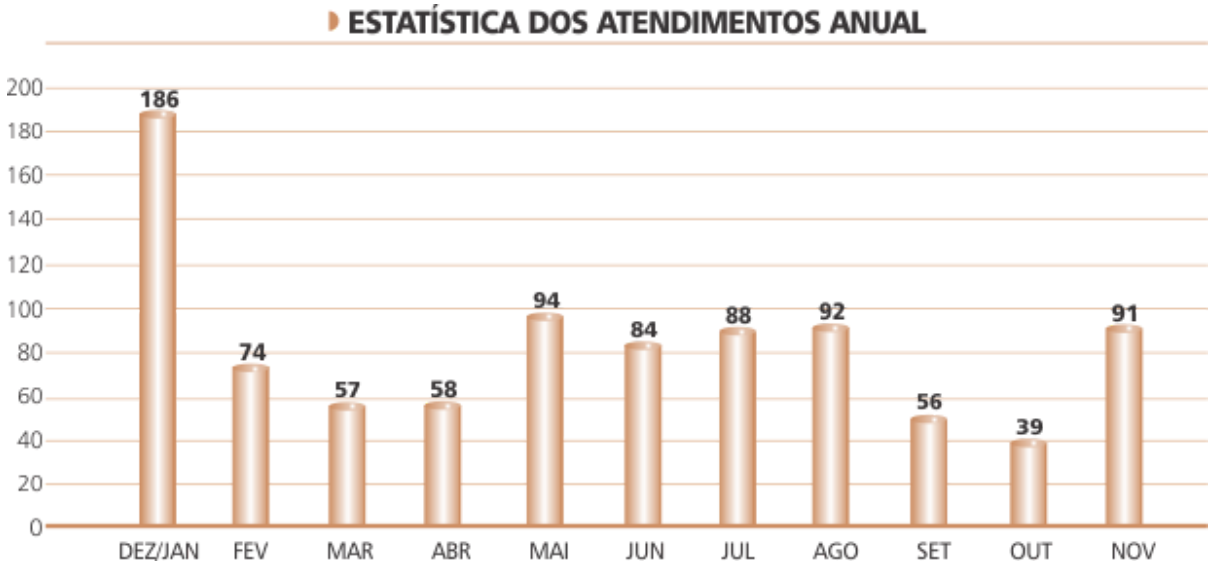
8. Implementação sistema de CFTV no Tribunal de Justiça

O Sistema do CFTV está em pleno funcionamento na Torre II e estacionamento. Providências já foram tomadas para permitir a ampliação do sistema, atingindo, desta forma, a Torre I.

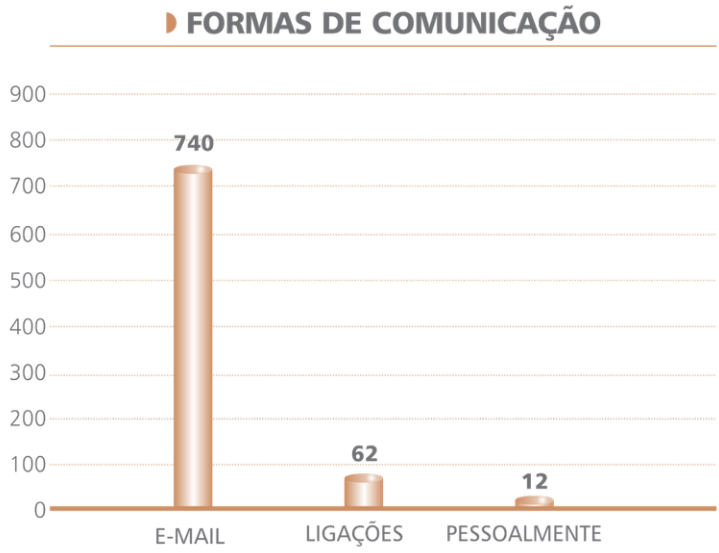
OUVIDORIA DOS SERVIDORES

I – ESTATÍSTICA DO ATENDIMENTO ANUAL

No ano de 2010 foram solucionadas **814** solicitações.

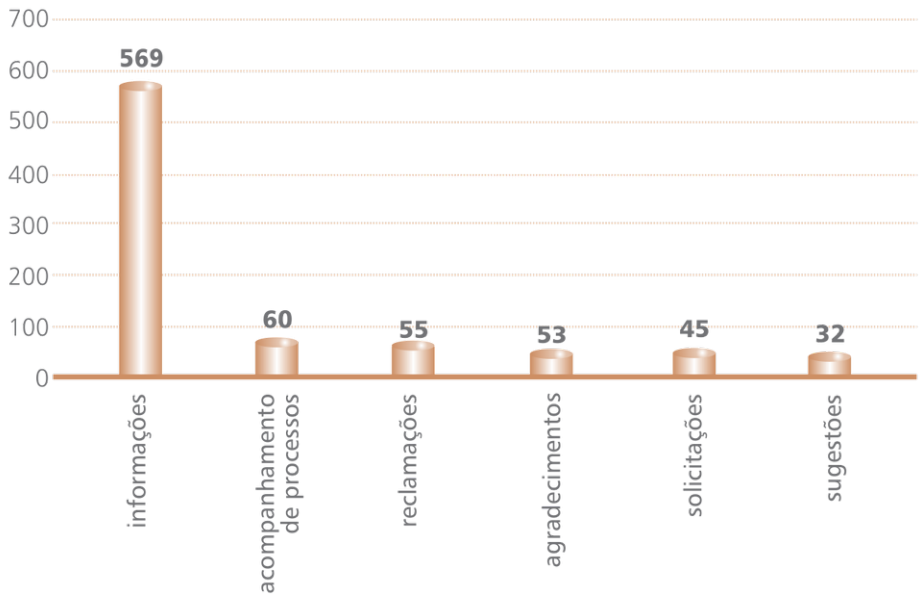


1 FORMAS DE COMUNICAÇÃO DOS SERVIDORES COM A OUVIDORIA



2 TIPOS DE MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÕES



3 ASSUNTOS ABORDADOS PELOS SERVIDORES

Nº DE ACESSOS	ASSUNTOS
206	Informações Diversas
107	Transporte Coletivo Alternativo
59	VPNI
56	Agradecimento Atendimentos
44	Gratificação
38	Horário
20	Salário
17	Remoção
16	Precatórios
16	Promoção
13	LC 512/2010
13	Aposentadoria
12	LC 406/08
12	Disfunção
11	Bolsa de Estudo
11	Curso de Direito a Distância
11	Gratificação/Exercício Findo
11	Conta Banco do Brasil
10	Vacina Gripe

9	Estacionamento
9	Concurso Público
9	13º Salário
8	Licença Prêmio
8	Acompanhamento de Processos
7	Recesso
6	Abono
6	Contribuição Sindical
5	PCS
5	LC 507/2010
5	Expediente Feriado
5	Licença Saúde
4	Margem Consignável
4	Vacina Gripe
4	PLC 026/2010
4	Fiscal de Concurso
3	Curso
3	Doação de Sangue
3	Jogos Forense
3	Recadastramento /SC Saúde
3	Férias
3	Curso
3	Resolução 24/2010-GP
2	Imposto de Renda
2	Estagiários
2	Abono de Permanência
2	Plantão Judicial
2	Estágio Probatório
2	Eleitoral
1	Reajuste Auxilio Alimentação
1	Digitadores
1	Data Base
1	Convênio CEF
1	Elevação/Nível Superior TJAs
1	LC 501/2010
1	Atribuição do Cargo
1	Farmácia TJ
1	Relotação
1	Resolução 88/09 CNJ
1	Avaliação
1	Material de Higiene
1	Resolução 52/08
1	Auxilio Creche
1	Ressarcimento de Diária

1	Licença Gala
1	Unimed

4 COMARCAS QUE SE COMUNICARAM COM A OUVIDORIA

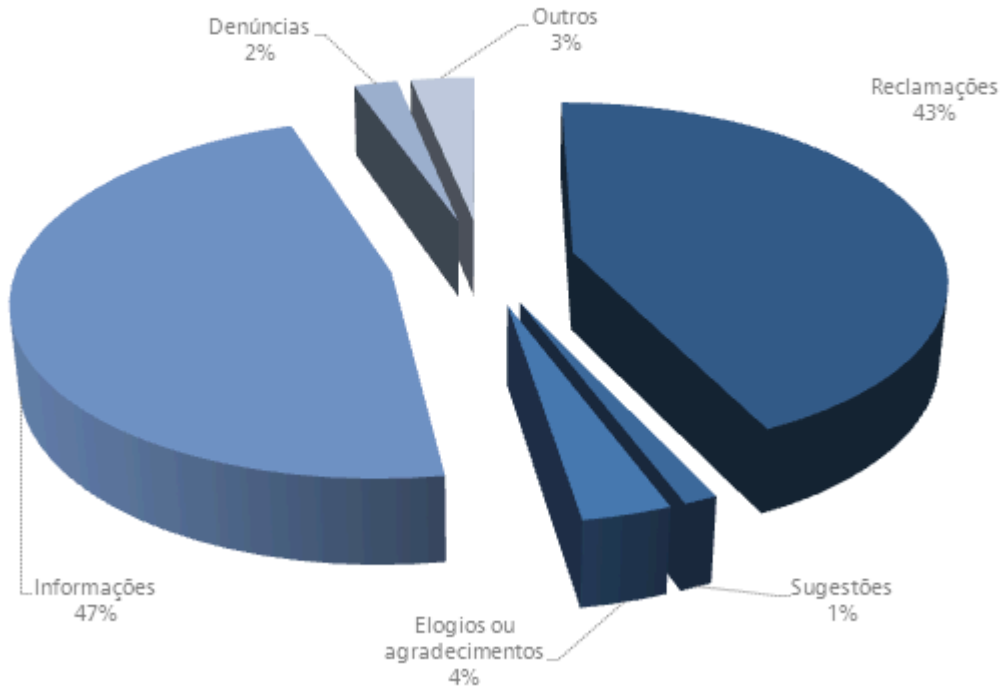
Nº DE ACESSOS	COMARCAS
170	Tribunal de Justiça
105	Capital
50	Brusque
28	Blumenau
26	Joinville
26	Balneário Camboriú
24	Tubarão
19	Lages
18	Itajaí
18	Timbó
15	Criciúma
15	São José
14	Joaçaba
12	Concórdia
12	Herval d'Oeste
10	Araranguá
9	Chapecó
9	Meleiro
9	Canoinhas
9	Urussanga
8	Imbituba
8	Braço do Norte
7	Rio do Sul
7	Otacílio Costa
6	São Joaquim
6	Correia Pinto
6	Jaraguá do Sul
6	Curitibanos
6	Fraiburgo
6	Biguaçu
5	Estreito
5	Rio do Campo
5	Campo Êre
5	Campos Novos
5	Caçador
5	Ituporanga

5	Videira
5	Bom Retiro
4	Coronel Freitas
4	Capivari de Baixo
4	Turvo
4	São Bento do Sul
4	Norte da Ilha
4	Itapoa
3	Pôrto União
3	Lauro Mulher
3	Capinzal
3	Mafra
3	Itapema
3	São Carlos
3	Tangará
3	Anchieta
3	Orleans
3	Pôrto Belo
3	São Miguel do Oeste
2	Jaguaruna
2	Santa Rosa do Sul
2	Barra Velha
2	Garuva
2	Anita Garibaldi
2	Armazém
2	Catanduvas
2	Papanduva
2	Pinhalzinho
2	São Domingos
2	Urubici
2	Balneário Piçarras
2	Içara
2	Tijucas
1	Araguari
1	Palhoça
1	Camboriú
1	Santa Cecília
1	Taio
1	Palmitos
1	Ponte Serrada
1	Quilombo
1	Rio Negrinho
1	Xanxerê
1	Ascura

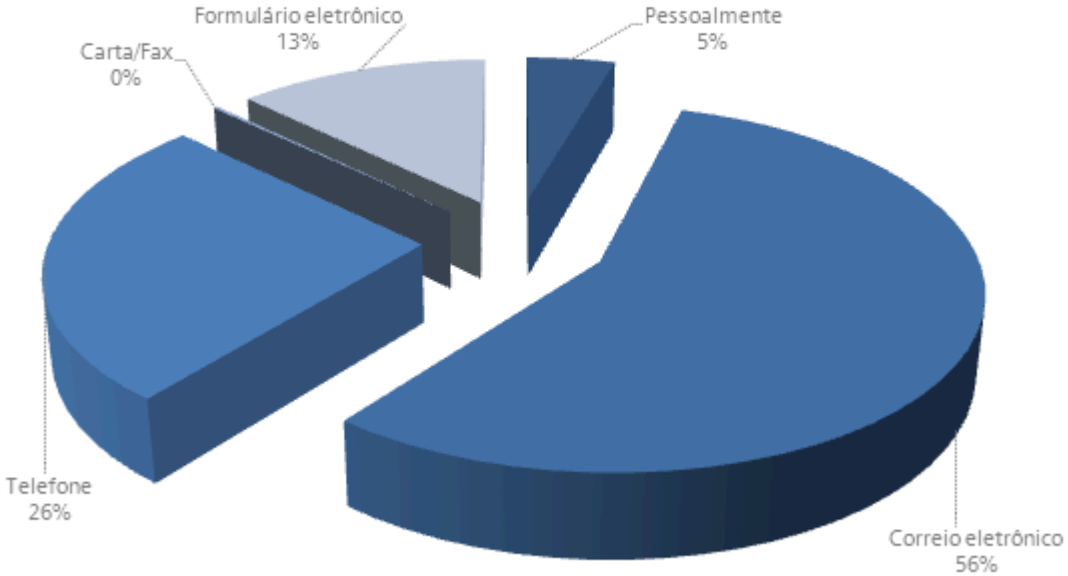
1	Ibirama
1	Laguna
1	Rio do Oeste
1	Ipumirim
1	Itaiópolis
1	São Francisco do Sul
1	Sombrio
1	Guramirim
1	São João Batista
1	São Lourenço do Oeste
1	Forquilhinha
1	Cunha Porã
1	Modelo
1	Mondai

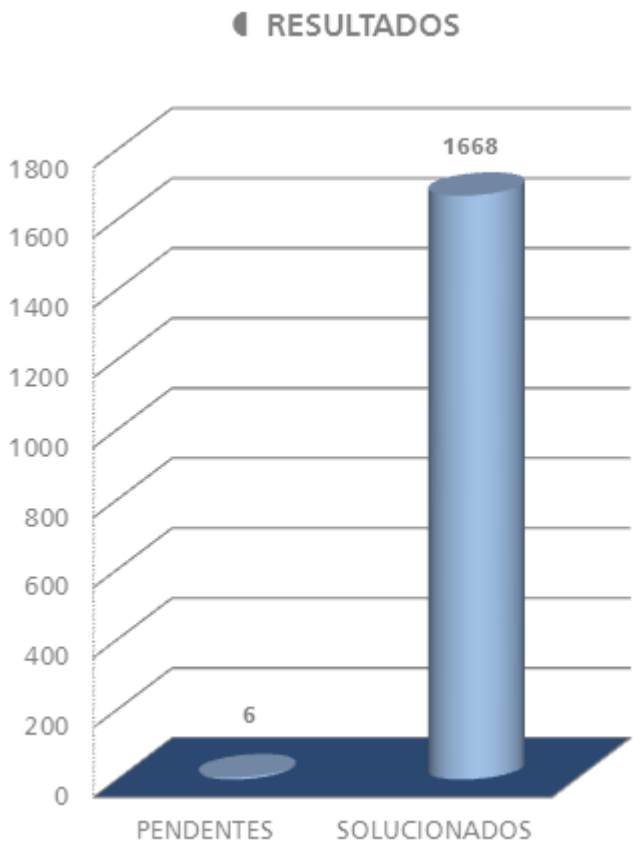
OUVIDORIA JUDICIAL

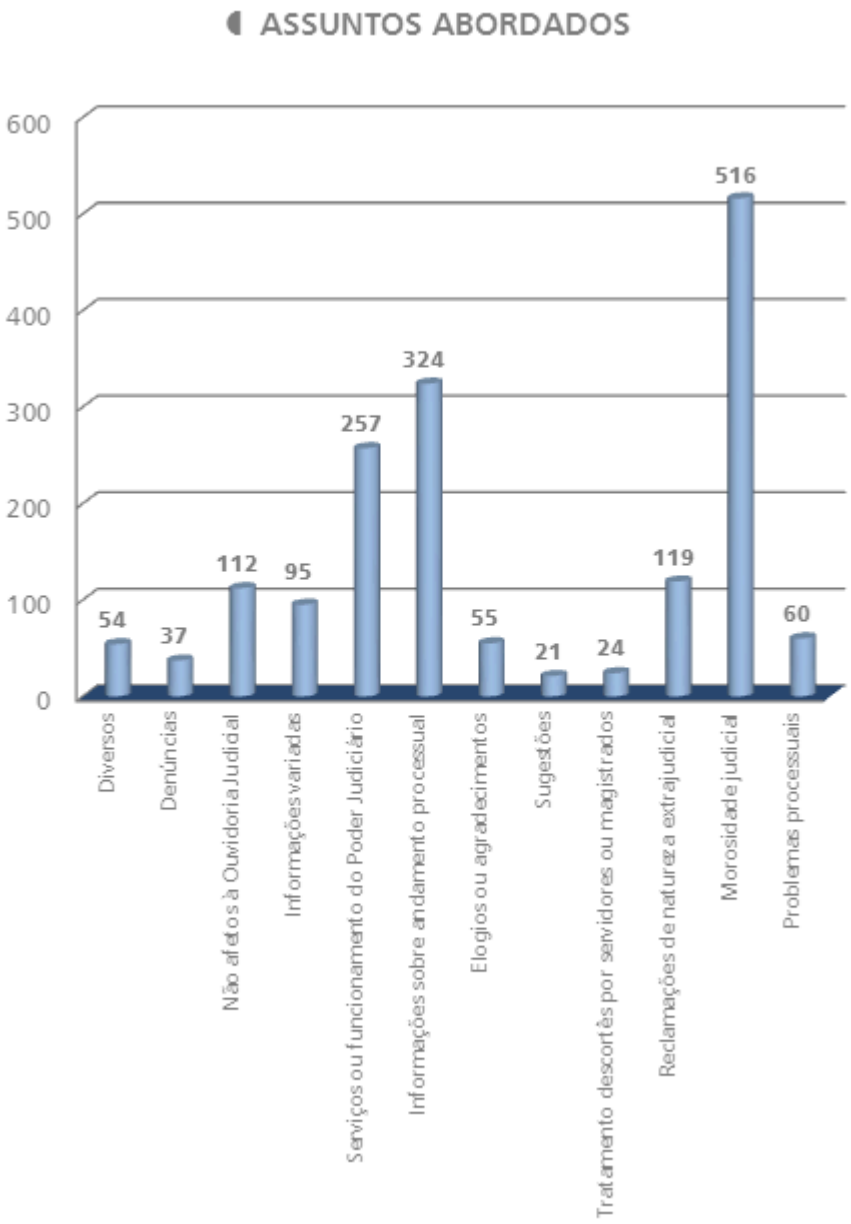
ESPÉCIES DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS
TOTAL: 1674



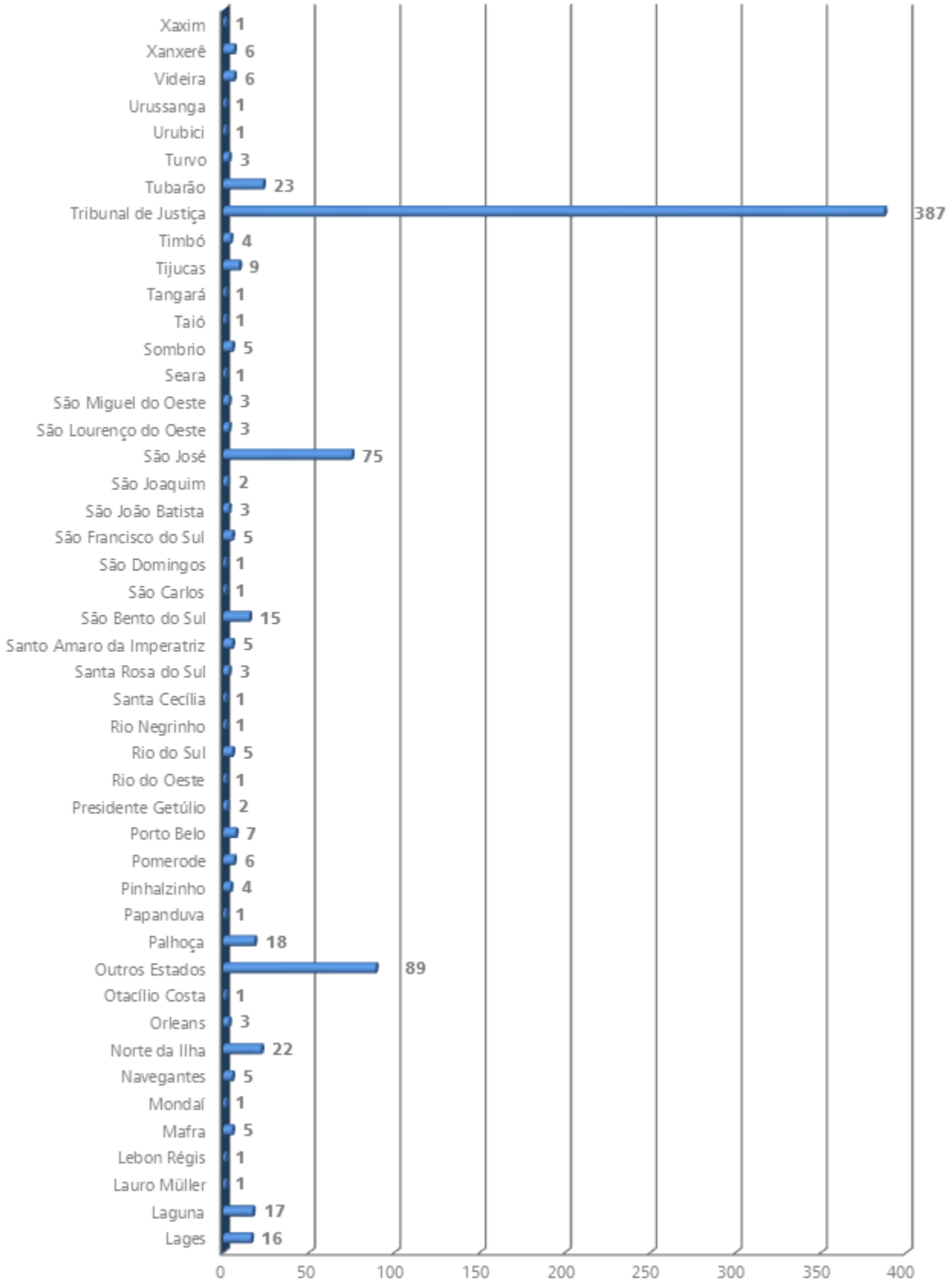
FORMAS DE RECEBIMENTO



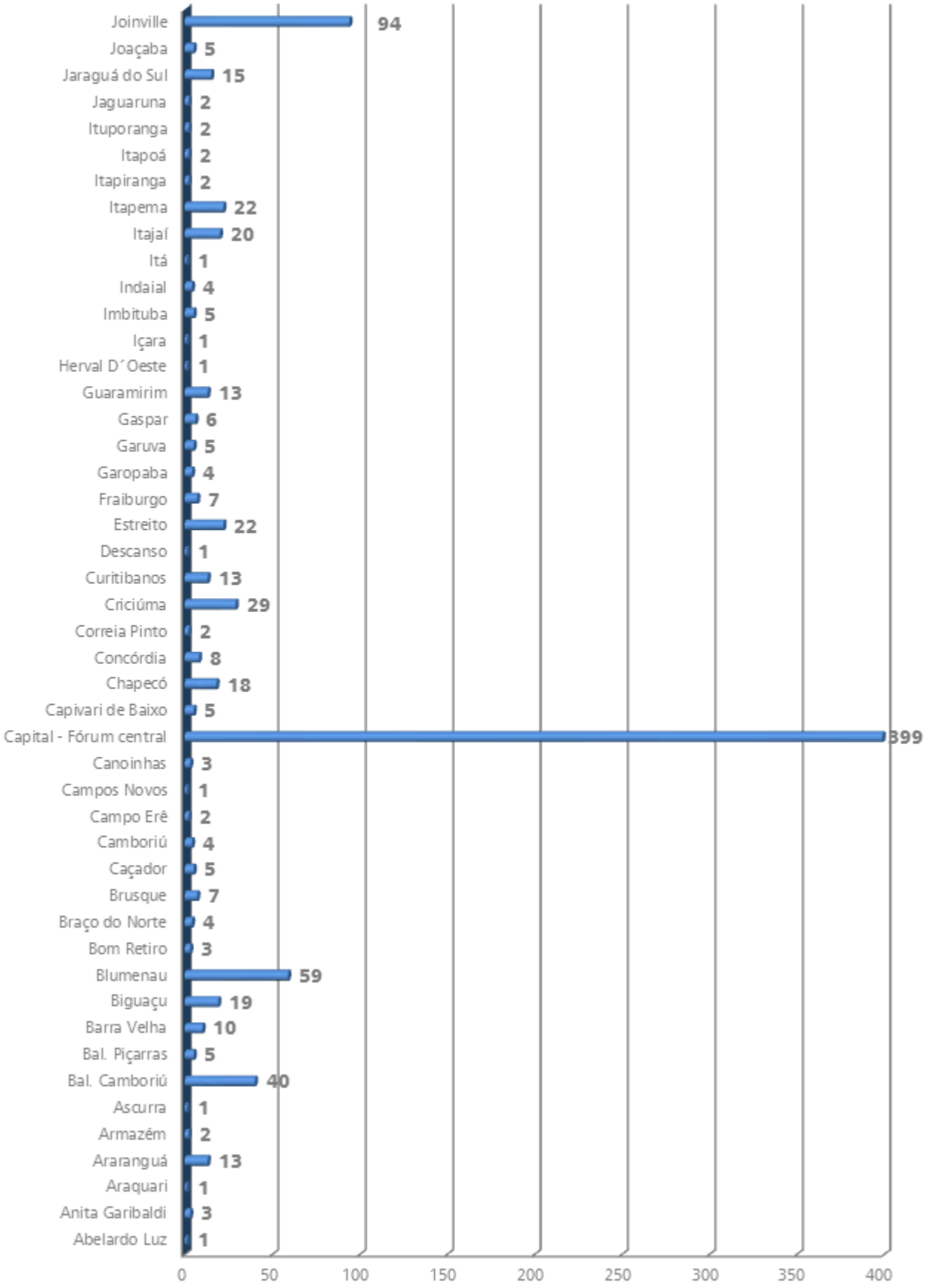

RESULTADOS
1800
1600
1400
1200
1000
800
600
400
200
0
1668
6
PENDENTES
SOLUCIONADOS


ASSUNTOS ABORDADOS
600
500
400
300
200
100
0
54
37
112
95
257
324
55
21
24
119
516
60
Diversos
Denúncias
Não afetos à Ouvidoria Judicial
Informações variadas
Serviços ou funcionamento do Poder Judiciário
Informações sobre andamento processual
Elogios ou agradecimentos
Sugestões
Tratamento descortês por servidores ou magistrados
Reclamações de natureza extrajudicial
Morosidade judicial
Problemas processuais

COMARCAS IDENTIFICADAS



COMARCAS IDENTIFICADAS



INTRODUÇÃO

A 1ª Vice-Presidência, conforme atribuições definidas pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e pelo Ato Regimental nº 48/01, possui a incumbência, dentre outras, de decidir os pedidos de suspensão da eficácia de liminar ou sentença proferidas em ações movidas contra o Poder Público. Além disso, compete ao 1º Vice-Presidente a Presidência das Comissões Permanentes de Divisão e Organização Judiciárias, Regimento Interno, Concursos, Jurisprudência, Assuntos Legislativos e de Assuntos Institucionais.

Informações relativas ao período compreendido entre 1º/2/2010 e 17/12/2010.

1. ANÁLISE DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE LIMINAR OU SENTENÇA PROFERIDAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO

1.1 Total de Feitos Encaminhados e Decididos pela 1ª Vice-Presidência - 26

1.2 Média Mensal de Pedido de Suspensão de Eficácia de Liminar ou Sentença no Período - 2,36

2. COMISSÃO PERMANENTE DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS

- Des. José Gaspar Rubik – Presidente
- Des. Luiz Cézar Medeiros – Titular
- Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi – Titular
- Desª. Marli Mosimann Vargas – Titular
- Des. João Henrique Blasi – Titular
- Des. Jorge Luiz de Borba – Titular

Representantes da Associação dos Magistrados Catarinense:

- Juíza de Direito Janice Goulart Garcia Ubiali – Titular
- Juiz de Direito Túlio José Moura Pinheiro – Suplente

2.1 Total de Processos para Exame na 1ª Vice-Presidência – 51

2.1.1 Remessa à Presidência para conclusão - 19

2.1.2 Feitos em andamento na 1ª Vice-Presidência - 1

2.1.3 Feitos distribuídos aos integrantes da CPDOJ - 14

2.1.4 Diligências a outros Órgãos Administrativos para providências - 16

2.1.5 Arquivado Administrativamente na 1ª Vice-Presidência - 1

2.2 Reuniões - 7

2.3 Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Processo nº 210686-2004-8)

2.3.1 Apreciação e análise pela Direção-Geral Administrativa

3. COMISSÃO PERMANENTE DE REGIMENTO INTERNO

- Des. José Gaspar Rubik – Presidente
- Des. Luiz Cézar Medeiros – Titular
- Des. Vanderlei Romer – Titular
- Des. Salim Schead dos Santos – Titular
- Desª. Maria do Rocio Luz Santa Rita – Titular

3.1 Total de Processos para Exame na 1ª Vice-Presidência - 4

3.1.1 Remessa à Presidência para conclusão - 2

3.1.2 Feitos em andamento na 1ª Vice-Presidência - 1

3.1.3 Feitos distribuídos aos integrantes da CPRI - 1

3.2 Reuniões - 2

3.3 Projeto do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Processo nº 224179-2005.0)

3.3.1 Os autos estão conclusos à Comissão Permanente de Regimento Interno para adequar e atualizar os Atos Regimentais aprovados pelo Tribunal, posteriormente, será encaminhado ao Tribunal Pleno para apreciação.

4. COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA

- Des. José Gaspar Rubik – Presidente
- Des. Jaime Ramos – Titular
- Des. Sérgio Izidoro Heil – Titular

4.1 Manutenção da Revista de Jurisprudência Catarinense

4.2 Reunião - 1

5. COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

- Des. José Gaspar Rubik – Presidente
- Des. José Volpato de Souza – Titular
- Des. Fernando Carioni – Titular
- Des. João Henrique Blasi – Titular

5.1 Total de Processos para Exame na 1ª Vice-Presidência - 2

5.1.1 Remessa à Presidência para conclusão - 1

5.1.2 Feitos em andamento na 1ª Vice-Presidência - 1

5.2 Reuniões - 2

6. COMISSÃO DE CONCURSOS

6.1 Comissão para Ingresso na Carreira da Magistratura Comissão Central

- Des. José Gaspar Rubik – Presidente

- Des. Cid Goulart
- Juiz de Direito de 2º Grau José Moura Pinheiro – Suplente

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Santa Catarina:

- Dr. Márcio Luiz Fogaça Vicari – OAB/SC – Titular
- Dr. Joel de Menezes Niebuhr – OAB/SC – Suplente

Comissão Examinadora da Prova Objetiva Seletiva

- Des. Nelson Juliano Schaefer Martins – Presidente
- Des. João Henrique Blasi – Titular – Impedido
- Des. Jorge Luiz de Borba – Titular
- Juiz de Direito de 2º Grau Ricardo José Roesler – Suplente
- Juiz de Direito de 2º Grau Stanley da Silva Braga – Suplente
- Dr. Oscar Juvêncio Borges Neto – OAB/SC – Titular
- Dr. Francisco Emmanuel Campos Ferreira – OAB/SC – Suplente
- Profª. Maria Tereza de Queiroz Piacentini – Gramática

Comissão Examinadora da Prova Discursiva Teórica

- Des. Cid Goulart – Presidente
- Des. Paulo Roberto Camargo Costa – Titular
- Desª. Sônia Maria Schmitz – Suplente
- Juiz de Direito de 2º Grau Carlos Adilson Silva – Suplente

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Santa Catarina:

- Dr. Rodrigo Indalêncio Vilela Veiga - OAB/SC – Titular
- Dr. André Opilhar - OAB/SC – Suplente

Comissão Examinadora da Prova Técnica de Direito Penal

- Des. José Antônio Torres Marques – Presidente

- Desª. Salete Silva Sommariva – Titular
- Juiz de Direito de 2º Grau Roberto Lucas Pacheco – Suplente
- Juiz de Direito de 2º Grau Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço – Suplente
- Dr. Hélio Rubens Brasil – OAB/SC – Titular
- Dr. Francisco Emmanuel Campos Ferreira – OAB/SC – Suplente

Comissão Examinadora da Prova Técnica de Direito Civil

- Des. Pedro Manoel Abreu – Presidente
- Juiz de Direito de 2º Grau Paulo Henrique Moritz Martins da Silva – Titular
- Juiz de Direito de 2º Grau Ricardo José Roesler – Suplente
- Juiz de Direito de 2º Grau Carlos Alberto Civinski – Suplente
- Dr. André Opilhar – OAB/SC – Titular
- Dr. Rodrigo Brisiguelli Salles – OAB/SC – Suplente

6.1.1 – Edital 001/2009 – Concluído.

6.1.2 – Resolução 001/2009 – Regulamento alterado do concurso para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Santa Catarina.

6.1.3 – Edital 408/2010 – Edital de concurso para provimento de cargo de Juiz Substituto do Estado de Santa Catarina.

6.1.4 – Edital 411/2010 – Alteração de data da Prova Objetiva Seletiva.

6.1.5 – Edital 413/2010 – Relação dos candidatos inscritos.

6.1.6 – Edital 471 e 580/2010 – Relação das inscrições dos candidatos deferidos.

6.1.7 – Edital 581/2010 – Data da Prova Objetiva Seletiva.

6.1.8 – Edital 769/2010 – Data de julgamento de recursos interpostos.

6.1.9 – Edital 817/2010 – Relação dos candidatos aprovados na Prova Seletiva Objetiva.

6.1.10 – Edital 819/2010 – Listagem especial dos convocados para a segunda etapa do concurso.

6.1.11 – Edital 822/2010 – Definido o cronograma das próximas etapas do concurso – Prova discursiva teórica e prova técnica de sentença penal e civil.

6.2 Concurso para Provimento de Cargos de Servidores de Primeiro e Segundo Graus do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

6.2.1 Edital 019/09 – **Assistente Social** – Concluído.

6.2.2 Edital 020/09 – **Analista Jurídico** – Concluído.

6.2.3 Edital 021/09 – **Analista Administrativo** – Concluído.

6.2.4 Edital 406/10 – **Técnico Judiciário Auxiliar** – Concluído.

- Des. José Gaspar Rubik – Presidente – Impedido
- João Anfilóquio Machado Júnior – Presidente – Designado
- Alfredo José Ribeiro Júnior – Titular
- Raphael Jaques de Souza – Titular
- Marcelo Meira Cúrcio – Secretário

6.2.4.1 Editais 414 a 435 Inscrições deferidas - 14.947

6.2.4.2 Edital 465/2010 Inscrições requeridas – reserva de vaga - 89

6.2.4.3 Edital 566/2010 Alterações na redação do Edital 406/2010

6.2.4.4 Edital 573/2010 Exclusão de candidatos - 1

6.2.4.5 Edital 574/2010 Correção de nome de candidato

6.2.4.6 Edital 577/2010 Candidatos inclusos – inscrições deferidas - 82

6.2.4.7 Edital 578/2010 Exclusão de candidatos - 3

6.2.4.8 Edital 651 a 672, 770 a 777/2010 Candidatos aprovados

6.2.4.9 Edital 815/2010 Candidatas convocadas a se apresentarem no Setor Médico do Tribunal de Justiça

6.2.4.10 Homologação

6.2.4.11 Edital 818/2010 Deferimento de pedido de inscrição pela reserva de vaga

6.2.4.12 Recursos Administrativos Interpostos – 817

6.2.5 Edital 407/10 – **Assistente Social**

- Des. José Gaspar Rubik – Presidente
- Mario José Simone Ramos – Titular
- Alfredo José Ribeiro Júnior – Titular
- Cassiano Reis – Titular
- Raphael Jaques de Souza – Titular
- Marcelo Meira Cúrcio – Secretário

6.2.5.1 Editais 436 a 464/2010 Inscrições deferidas

6.2.5.2 Edital 467/2010 Candidatos que requereram inscrição na condição de reserva de vaga - 4

6.2.5.3 Edital 468/2010 Candidato que requereu inscrição para condição especial de prova - 1

6.2.5.4 Edital 570/2010 Inscrições deferidas - 13

6.2.5.5 Edital 572/2010 Inscrições deferidas para condição especial/portar de necessidades especiais e reserva de vaga - 5

6.2.5.6 Editais 582 a 589, 599 a 619, 673 a 681, 683 a 688, 691, 693, 694, 696 a 701, 780 a 787, 789 a 814/2010 – Candidatos aprovados

6.2.5.7 Homologação.

6.2.5.8 Títulos - 220

6.2.5.9 Recursos Administrativos Interpostos - 43

6.2.6 Edital 409/10 – **Oficial de Justiça e Avaliador**

- Des. José Gaspar Rubik – Presidente
- Mario José Simone Ramos – Titular
- Alfredo José Ribeiro Júnior – Titular
- Cassiano Reis – Titular
- Raphael Jaques de Souza – Titular
- Marcelo Meira Cúrcio – Secretário

6.2.6.1 Editais 475 a 503/2010 Inscrições deferidas

6.2.6.2 Edital 504/2010 Candidatos que requereram inscrição na condição de reserva de vaga

6.2.6.3 Edital 505/2010 Candidatos que requereram inscrição para condição especial de prova

6.2.6.4 Editais 622 a 650/2010 Candidatos aprovados na prova escrita

6.2.6.5 Edital 704/2010 Cumprimento à liminar deferida no Mandado de Segurança nº 2010.068073-7

6.2.6.6 Edital 778/2010 Inclusão de candidato aprovado – Mafra

6.2.6.7 Edital 888/2010 Candidata aprovada prova escrita – Balneário Camboriú

6.2.6.8 Títulos - 763

6.2.6.9 Recursos Administrativos Interpostos -111

6.2.7 Edital 410/10 – **Oficial da Infância e Juventude**

- Des. José Gaspar Rubik – Presidente
- Mario José Simone Ramos – Titular
- Alfredo José Ribeiro Júnior – Titular
- Cassiano Reis – Titular
- Raphael Jaques de Souza - Titular
- Marcelo Meira Cúrcio – Secretário

6.2.7.1 Editais 506 a 561/2010 Inscrições deferidas

6.2.7.2 Edital 562/2010 Candidatos que requereram inscrição na condição de reserva de vaga

6.2.7.3 Edital 563/2010 Candidatos que requereram inscrição para condição especial de prova

6.2.7.4 Edital 565/2010 Alterações na redação do Edital 410/10

6.2.7.5 Edital 569/2010 Inclusão de candidato – inscrição deferida – Mandado de Segurança

6.2.7.6 Edital 575/2010 Candidatos inclusos – inscrições deferidas

6.2.7.7 Edital 713 a 768/2010 Candidatos aprovados

6.2.7.8 Edital 779/2010 Candidatos aprovados na prova escrita

6.2.7.9 Títulos - 1.505

6.2.7.10 Recursos Administrativos Interpostos - 135

6.2.8 Edital 412/10 – **Analista de Sistemas**

- Des. José Gaspar Rubik – Presidente
- Mario José Simone Ramos – Titular
- Alfredo José Ribeiro Júnior – Titular
- Cassiano Reis – Titular
- Raphael Jaques de Souza - Titular
- Marcelo Meira Cúrcio – Secretário

6.2.8.1 Edital 567/2010 Alterações na redação do Edital 412/10

6.2.8.2 Edital 590/2010 Candidatos que requereram e obtiveram deferimento da inscrição - 412

6.2.8.3 Edital 591/2010 Inscrições deferidas - 15

6.2.8.4 Edital 621/2010 Candidatos aprovados na prova escrita

6.2.8.5 Títulos - 47

6.2.8.6 Recursos Administrativos Interpostos - 12

6.2.9 Edital 620/10 – **Engenheiro Civil**

6.2.9.1 – Fase de inscrições – em andamento.

6.3 Concurso Permanente para Ingresso e Remoção na Atividade Notarial e de Registro

- Des. José Gaspar Rubik – Presidente
- Des. Salim Schead dos Santos – Titular
- Des. Jorge Henrique Schaefer Martins – Titular
- Des. José Mazoni Ferreira – Suplente
- Desª. Marli Mosimann Vargas – Suplente
- Juiz de Direito de 2º Grau Ricardo José Roesler – Titular
- Juiz de Direito de 2º Grau Carlos Alberto Civinski – Titular
- Juiz de Direito de 2º Grau Túlio José Moura Pinheiro – Suplente
- Dr. Newton Henrique Trennepol – Ministério Público – Titular
- Dr. Carlos Eduardo Sá Fortes – Ministério Público – Suplente
- Dr. Stella Maris de Seixas – OAB/SC – Titular
- Dr. Madelaine Margit Ziegler Zimmermann – OAB/SC – Suplente
- Dr. Otávio Guilherme Margarida – Colégio Notarial – Titular
- Dr. Gustavo da Silva Brasil – Colégio Notarial – Suplente
- Dr. Naurican Ludovico Lacerda – Colégio Registral – Titular
- Drª. Bianca Castellar de Faria – Colégio Registral – Suplente

6.3.1 Edital 084/2007 – Concluído.

6.3.2 Resolução nº 17/2010 – Regulamento do concurso para Ingresso na Atividade Notarial e de Registro.

6.3.3 Edital 703/2010 – Listagem das serventias vagas para concurso.

RESUMO ESTATÍSTICO DOS PROCESSOS DA 2ª VICE-PRESIDÊNCIA

MÊS	PENDENTES	SUSPENSOS	RECEBIDOS	RESP ENTRADOS	REXT ENTRADOS	RESP ADMITIDO	RESP NEGADO	REXT ADMITIDO	REXT NEGADO	OUTROS DESPACHOS	DESPACHOS DO MÊS
FEVEREIRO		751	177	83	40	4	49	2	18	142	223
MARÇO		766	1.600	1.144	371	73	195	52	82	239	641
ABRIL		776	1.945	1.276	540	33	157	13	34	145	382
MAIO		853	1.711	1.097	484	33	174	6	61	155	429
JUNHO		1.057	1.060	664	296	52	266	21	80	349	768
JULHO		1.192	720	436	201	50	406	14	45	230	745
AGOSTO		71	1.148	685	360	63	503	15	141	211	933
SETEMBRO		187	993	445	290	71	545	13	148	248	1.025
OUTUBRO		284	833	469	225	50	626	8	107	232	1.023
NOVEMBRO		298	614	311	189	58	305	23	107	225	718
DEZEMBRO		**	304	166	106	36	176	4	72	114	402
TOTAIS	5.300*	6.235	11.105	6.785	3.102	523	3.402	1.048	895	2.290	7.289

Pendentes em janeiro/2010: aproximadamente 5.700 recursos
Recebidos ao longo do ano: 11.991 recursos
**nº aproximado*
*** nº não encontrado*

RESUMO ESTATÍSTICO DOS PROCESSOS DA 3ª VICE-PRESIDÊNCIA

MÊS	PENDENTES	SUSPENSOS	RECEBIDOS	RESP ENTRADOS	REXT ENTRADOS	RESP ADMITIDO	RESP NEGADO	REXT ADMITIDO	REXT NEGADO	OUTROS DESPACHOS	DESPACHOS DO MÊS
FEVEREIRO	5.854	2.877	730	350	109	3	64	0	8	40	115
MARÇO	10.472	2.899	5.664	3.932	1.421	46	758	0	250	462	1.516
ABRIL	17.769	2.909	8.008	5.349	2.393	108	943	0	149	528	1.728
MAIO	21.177	3.057	5.488	3.412	1.495	53	1.633	0	219	411	2.316
JUNHO	18.707	3.058	2.490	1.190	583	99	2.411	0	1.234	803	4.547
JULHO	14.939	3.462	1.740	634	427	89	3.177	2	1.789	813	5.870
AGOSTO	13.001	3.838	4.727	1.603	695	91	2.670	0	1.571	647	4.979
SETEMBRO	11.074	4.118	5.821	1.602	546	161	3.040	0	1.899	907	6.007
OUTUBRO	9.785	4.503	2.339	996	350	236	1.637	0	667	1.378	3.918
NOVEMBRO	8.682	4.893	1.565	726	279	262	1.692	0	528	1.620	4.102
DEZEMBRO											
TOTAIS	8.682	4.893	38.572	19.794	8.298	1.148	18.025	2	8.314	7.609	35.098

Pendentes em janeiro: 5854 + Recebidos ao longo do ano: 38.572 = 44.426 incidentes.

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

1. INTRODUÇÃO

Ao término de quase um ano de nossa atividade neste órgão censor e de orientação aos Magistrados e Serventuários, em atenção ao disposto no artigo 383, XIX, da Lei n. 5.624/79 (Código de Divisão e Organização Judiciária), apresentamos ao egrégio Conselho da Magistratura o relatório das atividades que foram desenvolvidas pela Corregedoria-Geral da Justiça no foro judicial, no período compreendido entre os meses de fevereiro a dezembro de 2010.

Primeiramente, incumbe-nos ressaltar e agradecer a valiosa, prestimosa e corajosa colaboração dos Exmos. Srs. Juízes Corregedores, Drª. Soraya Nunes Lins, Dr. Dinart Francisco Machado, Dr. Julio Cesar Ferreira de Mello, Dr. Volnei Celso Tomazini, Dr. Osmar Mohr e, mais recentemente, o Dr. Alexandre Karazawa Takaschima e o Dr. Vitoraldo Bridi, bem como agradecer a dedicação e o empenho de todos os servidores que atuam neste órgão, sem os quais as tarefas e os projetos importantes em andamento não teriam alcançado o êxito desejado.

Agradeço, em especial, aos senhores Magistrados que, no exercício exemplar de suas funções, proporcionam uma gestão tranquila - porque ciente que sou da responsabilidade de cada um -, e cumprimento a todos pelos resultados obtidos nos projetos de Metas do Conselho Nacional de Justiça, uma vez que já ultrapassamos o percentual de 50% das metas já cumpridas. O mérito é dos senhores Magistrados Catarinenses, os quais são motivo de orgulho e exemplo aos demais.

Foram realizados trabalhos profícuos e exaustivos por todos, sempre mantendo os projetos de meus ilustres antecessores, como as inspeções virtuais, "in loco", os mutirões de sentença, o cadastro de adoção, com ampliação de suas atividades, o mutirão de julgamentos de processos do Tribunal de Júri, com resultado excelente, ultrapassando as expectativas, coroando-se de inegável sucesso.

Não podemos olvidar do Mutirão Carcerário da Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude, projeto inédito e inovador realizado pelos Juizes das Varas de Execução Penal e das Varas da Infância e Juventude do Estado, cuja metodologia acabou sendo adotada pelos demais Estados da Federação, o que engrandece a Magistratura Catarinense.

Cada divisão administrativa deste órgão apresenta relatório que demonstra o inegável empenho de todos os funcionários com os projetos em andamento, e aqueles que tiveram início nesta gestão, a exemplo da disponibilização, na página eletrônica da CGJ, dos pareceres exarados pelos núcleos administrativos e dos senhores Juizes Corregedores, da implantação do selo digital para os atos Registrais e Notariais, bem como o atendimento sempre prestativo e antecipado das informações solicitadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

De registrar-se o constante apoio da Presidência e da Vice-Presidência desta Corte e, igualmente, do Senhor Vice-Corregedor-Geral de Justiça, sem os quais muitos dos projetos e anseios da gestão não teriam condições de andamento e implantação.

Ressalte-se, também, a delegação ao Exmo. Sr. Vice-Corregedor-Geral da Justiça, conforme Portaria n. 3/2010, da orientação e fiscalização dos cartórios Notariais e Registrais

extrajudiciais, cuja função vem sendo exercida com muita responsabilidade e eficiência.

2. ATIVIDADES DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

2.1. Atribuições do Corregedor-Geral da Justiça

As atribuições do Corregedor-Geral da Justiça foram atendidas mediante:

a) divulgação e esclarecimentos sobre as informações prestadas ao Tribunal Pleno por ocasião das promoções;

b) informações sobre o Sistema de Monitoramento da Produtividade do Conselho Nacional da Justiça;

c) divulgação do relatório mensal de inspeção dos estabelecimentos penais (Resolução n. 47/2007 do CNJ);

d) divulgação do relatório do Cadastro Nacional de Adoção - CNJ;

e) aplicação dos critérios de avaliação da produtividade nos processos de promoção;

f) apoio ao desenvolvimento de grupos e projetos:

- Mutirão de Sentenças - 2010 (Resolução Conjunta n. 01/10 - GP/CGJ);
- Sistema Intimafone - Intimação via telefone dos atos praticados nos Juizados Especiais (Provimento n. 22/09 - CGJ);
- Gravação de áudio e vídeo nas audiências realizadas em todas as varas das comarcas do Estado;
- Mutirão do Júri – 2010 (Resolução Conjunta n. 02/10 - GP/CGJ);
- Criação da Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ (Resolução 04/2010-TJ);
- Projeto SAJ-5;
- Mutirões carcerários e inspeções nos centros de internações provisórias e centros educacionais regionais;
- Projeto “Começar de Novo” do CNJ;
- Projeto do Selo Digital de Fiscalização (Provimento n. 36/09 - CGJ);
- Reestruturação da Corregedoria-Geral da Justiça.

2.1.1. Participação em eventos e reuniões

- Reunião com o Min. Marco Aurélio: 25 de fevereiro, na cidade de Brasília/DF;
- 3º Encontro Nacional do Judiciário: 25 e 26 de fevereiro, na cidade de São Paulo/SP;
- Reunião com o Min. Gilson Dipp: 01 de março, na cidade de Brasília/DF;
- Visita à Casa da Moeda: 22 e 23 de março, na cidade do Rio de Janeiro/RJ;
- Reunião com os magistrados do oeste catarinense: 26 e 27 de março, nas cidades de São Miguel do Oeste e Chapecó;
- Mutirão Carcerário: 11 e 12 de abril, na cidade de Joinville;
- 53º ENCOGE: 15 e 16 de abril, na cidade de Natal/RN;
- Reunião com os magistrados do Vale do Rio do Peixe catarinense: 24 a 26 de maio, nas cidades de Joaçaba e Caçador;
- Reunião com os magistrados do litoral sul catarinense: 09 a 11 de junho, nas cidades de Araranguá e Criciúma;
- 54º ENCOGE: 25 e 26 de agosto, na cidade de Florianópolis/SC;
- Encontro com as Corregedorias Gerais de Justiça: 19 a 22 de outubro, na cidade de Brasília/DF;
- 2º Simpósio de Direito Notarial e Registral de Santa Catarina: 04 e 05 de novembro, na cidade de Florianópolis/SC;
- 55º ENCOGE: 25 e 26 de novembro, na cidade de Belém/PA;
- 7º Encontro dos Grupos de Estudos e Apoio à Adoção: 10 e 11 de novembro, na cidade de Araranguá;
- 1º Fórum Estadual dos Juízes da Vara da Infância e Juventude: 12 de novembro, na cidade de Araranguá.

2.1.2. Edição de Provimentos

Nº	TIPO / EMENTA
01	**Foro Judicial** Altera a Seção IX do Capítulo VI do Código de Normas. Serventias extrajudiciais.
02	**Foro ExtraJudicial** Dispõe sobre a informatização das serventias extrajudiciais do Estado de Santa Catarina consideradas vagas após o encerramento do concurso para ingresso na atividade notarial e registral. Edital n. 84/2007.
03	**Foro Judicial** Altera o parágrafo único do artigo 93 do Código de Normas. Fornecimento gratuito de certidões de antecedentes criminais.

04	**Foro ExtraJudicial** Autos CGJ n. 1196/2010. Inclui parágrafo único no art. 110 do Código de Normas. Valores judiciais depositados durante o plantão judiciário ou fora do expediente bancário.
05	**Foro Judicial** Inclui Seção no Código de Normas que trata da proteção de medidas de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas por colaborarem com a investigação e instrução criminal.
06	**Foro ExtraJudicial** Autos CGJ n. 0068/2009. Altera o caput dos arts. 624 e 625 e insere parágrafo único no art. 624 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que tratam dos editais de proclamas.
07	**Foro Extrajudicial** Autos CGJ n. 0822/2009. Revoga o artigo 929 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que trata do reconhecimento de firma em procuração para fins judiciais.
08	**Foro ExtraJudicial** Autos CGJ-E n. 0058/2010. Altera o art. 604 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que trata do registro da declaração de nascimento após o decuros do prazo legal.
09	**Foro Judicial** Autos CGJ n. 1650/2009.Inclui e renumera parágrafos do artigo 206 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que trata do procedimento de carga rápida em autos conclusos.
10	**Foro Judicial** Resolução n. 45 do Conselho Nacional de Justiça, de 17 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a padronização dos endereços eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário. Alterar os artigos 30; 61, §1º ; 67; 69, § 1º; 91; 92; 442; 471, parágrafo único e 482, §3º, todos do Código Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
11	**Foro Judicial** Pedido de Providências do Conselho da Magistratura n. 2009.900081-9. Altera o artigo 70, *caput*, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que trata do recebimento de petições, via Protocolo Unificado.
12	**Foro Judicial** Autos CGJ-E 1601/2009. Altera o artigo 522 e inclui os artigos 522-A e 522-B no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, referentes à impugnação, pelos notários e registradores, de valor atribuído a imóvel para fins de cobrança dos emolumentos e dos valores devidos ao FRJ.
13	**Foro Judicial** Autos CGJ n. 0610/2010. Altera o artigo 59 do Código de Normas. Inspeção nos Estabelecimentos Penais, até o dia dez (10) do mês seguinte, por meio de formulário eletrônico disponível no site do Conselho Nacional de Justiça.
14	**Foro Judicial** Inclui parágrafos, altera e renumera o parágrafo único e altera a redação do artigo 295 do Código de Normas, que determina a inserção do prazo de validade da ordem prisional civil e criminal, e da remessa eletrônica à Secretária de Segurança Pública dos mandados de prisão, bem como inclui o art. 295-A, que trata da alteração de dados cadastrais da pessoa a ser detida.
15	**Foro Extrajudicial** Inclui o artigo 890-A no Código de Normas, referente ao arquivamento de cópia de documentos nas serventias extrajudiciais.
16	**Foro Judicial** Altera os artigos: 69, §1º; 517-D, §3º; 517-E, §3º; 517-G, §1º e 517-H, §1º e revoga os incisos III, IV e V do § 3º do art. 517-E, todos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça que tratam dos acessos ao Sistema de Antecedentes Criminais para Fins Judiciais e dos Sistema Auxiliares.
17	**Foro Judicial** Inclui o artigo 241-I e parágrafo único no Código de Normas, que tratam da exibição de gravações de audiências nas sessões do júri.
18	**Foro Judicial** Altera o artigo 102, *caput* e parágrafo 1º do Código de Normas, que trata das certidões de antecedentes criminais para fins eleitorais, e incluiu o parágrafo 3º.
19	**Foro Extrajudicial** Estabelece normas sobre a nomeação de interventor e interino, remuneração, prestação de contas e apuração disciplinar, além de outras disposições.
20	**Foro Extrajudicial** Altera o título da Seção II do Capítulo VII e insere os artigos 967-A, 967-B e 967-C, no Código de Normas, relativo aos Livros e Arquivos.
21	**Foro Judicial** Altera o artigo 266 do Código de Normas, relativo ao valor de alçada para cabimento de apelação, nas ações de execução fiscal.

22	**Foro Judicial** Inclui a Seção VIII - Requisição de pagamento de honorários da jurisdição delegada, no Capítulo XXIII - Sistemas Auxiliares.
23	**Foro Judicial** Acrescenta o artigo 287-A e parágrafo único no artigo 287, no Código de Normas, sobre a alienação antecipada da coisa ou bem apreendido.
24	**Foro Judicial** Inclui a Seção IX - Sistema de Informações Eleitorais - SIEL, no Capítulo XXIII - Sistemas Auxiliares.
25	**Foro Judicial** Inclui os arts. 256-A e 257-A no Código de Normas, que tratam da compensação de créditos da entidade devedora do precatório e da requisição de pequeno valor, respectivamente.
26	**Foro Judicial** Acrescenta o artigo 226-A ao Código de Normas, que inclui os leiloeiros rurais a Seção do Programa de Hastas Públicas.
27	**Foro Extrajudicial** Autos CGJ n. 0834/2010. Altera o artigo 917 do Código de Normas, que trata do inventário e da partilha, nas serventias extrajudiciais.
28	**Foro Extrajudicial** Autos CGJ-E n. 0215/2010. Altera a redação do parágrafo 1º do artigo 1.037 do Código de Normas.
29	**Foro Judicial** Altera o artigo 109 do Código de Normas. Resolução n. 15/2010-GP. Os valores monetários à disposição do juízo deverão ser depositados diretamente no Sistema Financeiro de Conta Única de Depósitos sob Aviso à Disposição da Justiça, salvo determinação judicial ou disposição de lei em contrário.
30	**Foro Extrajudicial** Fixa o termo final para o prazo de solicitação de ressarcimento de atos gratuitos, cujas despesas se originaram no exercício de 2010, e estabelece o procedimento de ressarcimento dos atos praticados no ano de 2011
31	**Foro Extrajudicial** Disciplina o procedimento para implantação dos Selos de Fiscalização Especial DUT - 2 Atos.
32	**Foro Judicial** Altera a redação do § 2º do art. 295 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que dispõe do prazo de validade da ordem prisional criminal em razão de prisão preventiva, temporária, pronúncia ou revogação de liberdade provisória.
33	**Foro Extrajudicial** Altera o artigo § 2º do art. 615 e o art. 882, caput, ambos do do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, referentes à exigência de certidão de nascimento atualizada para o pedido de habilitação de casamento e para lavratura de escritura pública.
34	**Foro Judicial** Altera a redação dos artigos 31, 33, 34 e 35 e inclui o artigo 31-A, todos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que dispõe sobre o plantão circunscricional no primeiro grau de jurisdição.
35	**Foro Extrajudicial** Renumera o parágrafo único do art. 3º do Provimento CGJ n. 08/2009, insere parágrafo ao mesmo dispositivo, que trata da intervenção de advogado de núcleo de prática jurídica dos cursos de direito nas lavraturas de escrituras públicas de inventário, partilha, separação e divórcio, e, acrescenta o § 6º ao art. 8º, que trata da vedação de emitir certidão ao advogado representante de núcleo de prática jurídica.

Fonte: http://cgj.tjsc.jus.br/consultas/provcirc/prov2010.htm

2.1.3. Apreciação de processos

Foram apreciados, no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça, os seguintes processos envolvendo Magistrados:

- Processo Administrativo Disciplinar n. 1448/2009.

E, no Conselho da Magistratura:

- Consulta n. 2010.900046-8
- Pedido de Providência n. 2009.900051-7
- Processo Administrativo n. 2010.900007-7
- Embargos de Declaração em Recurso de Concurso n. 2009.900114-9
- Processo Administrativo n. 2010.900007-7
- Processo Administrativo n. 2007.900059-7
- Processo Administrativo n. 2010.900007-1
- Pedido de Providências n. 2009.900175-0
- Pedido de Providências n. 2008.900031-0

3. ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.1. Núcleo de Assessoramento I: Orientação Institucional

a) De um total de 320 procedimentos administrativos distribuídos ao Núcleo I durante os meses de janeiro a dezembro do ano de 2010, foram emitidos pelos Juízes-Corregedores 259 pareceres finais e 75 intermediários. Atualmente, aguardam análise 39 procedimentos;

b) Durante o ano foram concluídos 18 processos de vitaliciamento de Juízes Substitutos, estando em andamento outros 30 processos;

c) Além dos processos autuados e distribuídos ao Núcleo I desta Corregedoria, os Juízes-Corregedores analisaram ainda 830 expedientes diversos, que foram despachados diretamente com o Corregedor-Geral da Justiça sem a necessidade de autuação;

d) O Núcleo I assessorou o Corregedor-Geral da Justiça na emissão de 01 Portaria em Processo Administrativo Disciplinar;

e) Quanto aos atendimentos prestados pelo Núcleo I aos magistrados e jurisdicionados catarinenses, contabilizam-se os seguintes dados:

e.1) Atendimento prestado por telefone:

- Os Juízes Corregedores realizaram 1.003 atendimentos;
- A Assessoria do Núcleo I prestou 5.801 atendimentos.

e.2) Atendimento prestado por correspondência eletrônica:

- o Núcleo I prestou um total de 5.685 informações por esse meio de comunicação.

e.3) Atendimento prestado pessoalmente:

- Os Juízes Corregedores atenderam pessoalmente 181 pessoas;
- A Assessoria do Núcleo I atendeu 474 pessoas.

f) O balanço anual realizado pelo Núcleo I – Orientação Institucional apresentou um total de 14.343 processos, petições, telefonemas, correspondências eletrônicas e atendimento pessoal.

3.2 Núcleo de Assessoramento II: Planejamentos, Projetos e Revisão do Código de Normas

3.2.1. Atividades desenvolvidas pelo Núcleo II durante o ano de 2010:

- Redação de 2 portarias relacionadas com o Cartório Remoto de Processo Eletrônico – CREPE;
- Redação de Resolução Conjunta n. 2/2010-GP/CGJ;
- Redação de 19 (dezenove) provimentos diversos, os quais, na grande maioria, relacionados com alterações de dispositivos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Redação de 7 (sete) circulares de matérias diversas;
- Redação de 34 (trinta e quatro) ofícios-circulares de matérias diversas;
- Exarados 334 (trezentos e trinta e quatro) pareceres de assuntos e matérias variadas, cuja relação é apresentada abaixo;
- Participação em 67 (sessenta e sete) reuniões de assuntos diversos;
- Participação com palestrantes na capacitação sobre temas de interesse da CGJ no curso de vitaliciamento de magistrados;
- Realizado projeto piloto do novo sistema online para o PRODNASC em Lages;
- Realizada, via webconferência, a capacitação de servidores de todas as varas com competência para investigação de paternidade para o sistema PRODNASC (geração online de ficha de identificação, etiquetas de identificação de cartão de amostras, etc.);
- Participação com palestrantes da CGJ em curso de capacitação nas Secretarias dos Juizados Especiais;
- Respondidas 700 mensagens por correio eletrônico.

3.2.2. Projetos

TÍTULO	INICIATIVA	SITUAÇÃO

Acesso ao INFOJUD	CGJ	Todos os juízes cadastrados e habilitados no sistema. A DTI providenciou a entrega de certificados digitais aos juízes e servidores.
Acesso ao CCS	CGJ	Autos CGJ 0607/2008. Incluída regulamentação no CNCGJ e publicadas orientações na intranet.
Depoimento sem Dano	CGJ (solicitação do Juiz José Carlos Bernardes dos Santos)	Autos CGJ 0868/2008. Aprovado pelo CGINFO. A implantação acompanhará o projeto de gravação de audiências.
Credenciamento de Corretores de Imóveis – Alienação por Iniciativa Particular	CGJ (pedido do CRECI)	Autos 300877-2008.0 com minuta de resolução submetida ao CRECI para sugestões.
Eliminação de correspondências de solicitação de informações ao TRE/SC – substituição por troca de arquivos	TRESC	Incluída no CNCGJ a regulamentação para utilização do SIEL – Sistema de Informações Eleitorais.
Alteração do sistema de pedidos de kits PRODNASC – colher dados das coletas	CGJ	Implantado com treinamento realizado em abril/2010. Manuais e outras orientações publicadas na internet.
Criação do Sistema de Segurança das informações do PJ – controle de usuários de sistemas	CGJ	Autos 1501/2009 – em análise na Assessoria de Informática da CGJ
Leilão Eletrônico	CGJ	Autos CGJ 0607/2009. Aguarda definições. Projeto de Resolução já disponível. Consulta aos leiloeiros já realizada. Avaliado sistema de alienação do Banco do Brasil.
Instalação do SAJ 5 na CGJ – Processo Eletrônico	CGJ	Em processo de implantação. Treinamento efetuado aos usuários em novembro/2010. Previsão para fevereiro/2010 para utilização em produção.
Centralização da Distribuição Eletrônica de Títulos dos Bancos para protestos	CGJ	Com a DI para implementação de software.
Fundo de Ressarcimento de Conduções	CGJ	Para definições da ASPLAN e Presidência. Aguarda projeção de arrecadação e despesas.
Módulo SAJ/PG da Infância e Juventude	CGJ	Autos 0370/2009. Recebidas sugestões. Em fase de compilação para encaminhamento do projeto à aprovação do CGInfo e submissão à Softplan.
Honorário de peritos em processos com assistência judiciária. Convênio com a PGE para fixação de valores e criação de sistema de requisição de pagamento	CGJ	Autos n. 1455/2009. Aguarda definição dos termos do convênio para posterior desenvolvimento de sistema.

Fonte: CGJ – Núcleo II

3.2.3. Pareceres

N.	PROCESSO	ASSUNTO
1	CGJ 0006/2010	Pedido da OAB/SC. Sugere alterações nas normas de expedição de alvarás de honorários advocatícios. Não acolhimento. (01)
2	357572-2009.1	Inspeção em Xaxim. Atuação do setor Psicossocial. Autorização de prorrogação. (01)
3	359064-2009.0	Resolução CNJ n. 98. Provisão de encargos trabalhistas. Competência da Auditoria e Presidência. (01)
4	CGJ 0851/2009	Instalação da Casa da Cidadania em Massaranduba. Encaminhamento à Coordenação-Geral do Projeto "Casa da Cidadania". (01)
5	CGJ 1499/2009	Programa de Hastas Públicas. Vara de Execuções Fiscais Estaduais da Comarca da Capital. Orientação para adaptação da portaria n. 01/2009. (01)
6	CGJ 0411/2009	Ordem de Serviço n. 001/2009 encaminhada pelo Juiz Diretor do Foro de Araranguá instituindo o Manual de Procedimentos Básicos do Executivo Fiscal. (01)
7	CGJ 1225/2009	Circular n. 54/2009-CGJ – Procedimento para a realização do projeto "Mutirão do Júri". (01)

8	CGJ 0053/2010	Pedido de Providências. Regulamentação de acesso de advogados e estagiários nas comarcas do Tribunal de Justiça. Parecer acolhido. Expedição de Circular para orientação acerca da imediata juntada de procuração nos autos e autorização de carga. (01)
9	CGJ 0020/2010	Pedido de Providências. Possibilidade de uso do polígrafo a requerimento do réu. Parecer Acolhido para entender viável o uso do polígrafo, caso assim entenda pertinente o juiz da causa. (01)
10	CGJ 0024/2010	Padronização de competências na entrância inicial nos moldes do existente em Camboriú. Manutenção de grupo de equivalência. (2)
11	CGJ 0620/2009	Requerimento de instalação de 2ª Vara da Família em Chapecó. Procedência. (2)
12	CGJ 0081/2010	Pedido de providências. Distribuição não equitativa de processos em Ituporanga. (02)
13	355333-2009.7 (CGJ 0919/2009)	Requerimento para retirada da competência da Vara da Infância e Juventude de Joinville os processos referentes à sucessão de maiores e capazes (inventários e arrolamentos). (2)
14	360176-2010.5	Auditoria no recolhimento de custas iniciais (Relatório 274/2009). (02)
15	CGJ 0308/2009 (CGJ 0372/2009)	Comunica região central da comarca para efeito de cumprimento de mandados (Portaria 16/2009 de Biguaçú e Portaria 93/2009 de São José). (02)
16	CGJ 0715/2009	Pedido de providência. Recolhimento de preparo em agravo regimental e agravo diversos. Parecer acolhido. (02)
17	362580-2010.0	CNJ. Solicita dados sobre o quantitativo de ações de sustação ou cancelamento de protesto de títulos em trâmite na 1ª e 2ª instância do judiciário catarinense. (02)
18	350727-2009.0	Projeto para a implantação dos Juizados Especiais Cíveis de Relação de Consumo. (02)
19	362598-2010.2	CNJ. Informações acerca da existência de regulamentação sobre apreensão, destinação e alienação de bens. (02)
20	341821-2009.9	Pedido de Providência. Adoção de protocolo unificado e protocolo postal integrado para a interposição de recursos extraordinários. (02)
21	CGJ 1519/2009	Pedido de Providências. Antecipação de custas pela Fazenda Nacional na distribuição de execuções fiscais e cartas precatórias. Inexigibilidade. (02)
22	CGJ 0043/2010	Pedido de providências. Magistrados de Braço do Norte encaminham esclarecimentos acerca do descumprimento da Meta 2 no ano de 2009 e sobre o plano de trabalho para 2010. (02)
23	362984-2010.8	Contadora de Rio do Sul requer capacitação para contador a ser designado para substituí-la durante férias e licença-prêmio. Programa de Implantação de Serviços Judiciários. (02)
24	CGJ 0831/2009	Consulta. Vara de Sucessões e Registros Públicos questiona competência para processamento de inventários de maiores e capazes. Resolução n. 47/08-TJ. (02)
25	CGJ 0256/2009 (CGJ1519/2009)	Pedido de Providências. Recolhimento de Custas Iniciais de Autarquia Federal. Recolhimento quando findo os autos. (02)
26	CGJ 0895/2007	Requer simplificação dos procedimentos e atos judiciais, orientando os cartórios nos casos de intimações e citações a se valerem da via postal ou eletrônica, prevendo a devolução do mandado pelo oficial de justiça nas situações que elencar. Indeferimento. (02)
27	CGJ 0905/2009	Solicita a assinatura de convênio com o e. Tribunal de Justiça para viabilizar o acesso e carga dos processos judiciais, com a remessa e devolução via correios, entre diversos cartórios cíveis das comarcas e a Caixa Econômica. (03)
28	347868-2009.8	Solicita providências no sistema de consultas processuais (SAJ – 1º grau) nos processos que tramitam em segredo de justiça. (03)
29	CGJ 1635/2009	Pedido de Providências. Solicita edição de resolução quanto à remuneração de URH's dos procedimentos de alvará judicial, da Vara da Infância e Juventude. (03)
30	CGJ 0149/2004	Solicita elaboração de estudos para modernização do sistema de coleta de informações advindas do primeiro grau. (03)
31	CGJ 0258/2008	A OAB/SC - 5ª Subseção - Chapecó - requer a criação de varas para as comarcas de Xaxim e Chapecó e construção do Fórum de São Lourenço do Oeste. (03)
32	340435-2009.8	Vara da Fazenda Pública da Comarca de Balneário Camboriú. Solicita instalação de regime de exceção, bem como cessão de servidores municipais para atuar junto a vara. (03)
33	CGJ 0169/2010	Pedido de Providências. Solicita intervenção da Corregedoria, bem como a realização de inspeção na Vara da Infância e Juventude da Comarca de Itaja, devido ao grande volume de processos e servidores sem treinamento para utilização do SAJ. (03)
34	363708-2010.5	Solicita atuação do Programa de Implantação de Serviços Judiciários para a capitação de servidores junto à Secretaria do Foro e à Contadoria Judicial do Fórum Desembargador Eduardo Luz. (03)

35	CGJ 0347/2009	Exame da Portaria n. 203/09 da Comarca de Içara que disciplina a separação do cartório .unificado (03)
36	CGJ 1493/2009	Pedido de Providências. Portaria 12/2009 da Vara da Fazenda da Comarca de Lages, que versa sobre adoção de novos procedimentos e fluxos de processos no cartório. (03)
37	266875-2007.0	O Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital solicita estudos com vistas a alteração do formulário de autorização de viagem. (03)
38	363914-2010.2	Pedido da 2ª Vara da Comarca de Porto Belo. Solicita atuação do Programa de Implantação de Serviços Judiciários. (03)
39	CGJ 1196/2009	Pedido de orientação. Recolhimento de valores em regime de plantão. Depósito judicial. Edição de provimento. (03)
40	363344-2010.6	CNJ. Pedido de Providências. Gratuidade da expedição de certidões para fins empregatícios e de antecedentes criminais para qualquer finalidade. Edição de Provimento. (03)
41	CGJ 1445/2009	Comarca de Presidente Getúlio solicita parecer acerca dos procedimentos de nomeação de peritos para a comarca e, ainda, em relação às representações que a magistrada vem fazendo contra os médicos clínico-gerais por infração ao art. 424, CPC. (03)
42	CGJ 0673/2008 CGJ 0415/2006	Sugere que os distribuidores, além do protocolo, procedam a perfuração de todos os documentos. Solicita que as petições iniciais e intermediárias sejam protocoladas perfuradas. (03)
43	CGJ 1346/2009	Consulta. Dúvidas acerca de questões relacionadas ao procediemento do Juizado Especial Cível. Atividade Juiz Leigo. (03)
44	CGJ 0239/2003	Alterações no Provimento CGJ n. 14/2003. Testemunha Protegida. Inclusão no CNCGJ. Modelo de termo de compromisso no SAJ. Acolhimento. (03)
45	CGJ 1445/2009	Nomeação de peritos médicos. Consulta de advogado. Despacho de juíza da Comarca de Presidente Getúlio referindo infração ao art. 424, II, do CPC. Conhecimento da consulta e resposta. (03)
46	CGJ 0170/2010	Suspensão da realização de exames DNA complexos. Acolhimento. Edição de ofício-circular. (03)
47	353809-2009.5	Solicita aperfeiçoamento da vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, com minuta para apresentação em Tribunal Pleno. Parecer Acolhido. Cisão quanto à Unificação Cartorária. (03)
48	CGJ 0170/2010	PRODNASC. Suspensão de exames de casos específicos. Acolhimento. (03)
49	365624-2010.1	Ofício n.º 036/2010 – 1ª e 2ª Varas de Itapema solicitam implementação do Programa de Implantação de Serviços Judiciários. Acolhimento. (03)
50	CGJ 0538/2001	Ata de reunião técnica visando a implantação de um sistema de antecedentes criminais da região sul do país. (03)
51	CGJ 0704/2009	Pedido de providências. Atraso de 46 dias no envio de aviso de protocolo unificado pela comarca de São José (Autos n.º 009.09.000091-7). (03)
52	365102-2010.9	2ª Vara de Navegantes solicita atuação do Programa de Implantação dos Serviços Judiciários. Acolhimento. (03)
53	364899-2010.0	Juízo de Direito de Santa Cecília solicita a designação de mutirão para os serviços de oficial de justiça da comarca. Parcial acolhimento. (03)
54	355112-2009.1	Solicita que o serviço de impressão das petições recebidas através do peticionamento eletrônico da capital seja realizado pela distribuição do foro Des. Eduardo Luz. – Processo Suspenso. (03)
55	CGJ 1209/2009	Pedido de Providências. Critérios adotados para o arbitramento de verbas honorárias para defensoria dativa. (03)
56	365347-2010.1	Solicitação de equipe de trabalho para auxílio ao Cartório da 3ª Vara Cível da Comarca de São José. (03)
57	365625-2010-0	Solicita atuação do Programa de Implantação de Serviços Judiciários junto ao Oficialato de justiça de Urussanga (03)
58	365880-2010.5	Solicitação de apoio força tarefa, treinamento dos servidores e contratação de um digitador – Garopaba (03)
59	CGJ 0259/2009	Requer orientação aos magistrados de primeiro grau sobre sentenças prolatadas em que é parte a Brasil Telecom S/A (03)
60	CGJ 0305/2010	Inscrição dos Condenados no Sistema de Administração Tributária (SAT) – inobtenção do Cadastro de Pessoas Física (04)
61	CGJ 1060/2009	Pedido de Providências. Procedimento das Varas de Família de Blumenau em relação a processos de Inventário e Arrolamento de Bens que correm em segredo de justiça. Pelo arquivamento (04)
62	CGJ 0208/2010	Pedido de Providências. Solicita apoio da Corregedoria-Geral da Justiça para implementação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública. (04)

63	2009.900051-7 (CGJ 0963/2009)	Requer estudos sobre a viabilidade ou não da degravação de audiências. (04)
64	CGJ 0295/2010	Juiz da 3ª Vara Criminal de Itajaí encaminha Portaria n. 02/2010 (dispõe sobre a adoção de novos procedimentos referente a assinatura de documentos e fluxos de processos no âmbito do cartório. (04)
65	CGJ 0358/2010	Juiz Diretor do Foro de Porto Belo encaminha Portaria n.º 08/2010-GD que disciplina procedimentos internos na comarca de Porto Belo. (04)
66	CGJ 0297/2010	Corregedoria-Geral da Justiça do RS solicita informações sobre o sistema informatizado para o cadastro de jurado voluntário em sc. (04)
67	CGJ 0247/2010	Pedido de Providência. Descontos em face da pensão judicial. Alteração SAJ. (04)
68	CGJ 1650/2009 (CGJ 0017/2010)	Inclui no CNCGJ dispositivo (§1º, art. 206). Carga rápida de autos conclusos. (04)
69	CGJ 0873/2009	Inspeção Correicional junto à 1ª Vara Cível de Laguna. (04)
70	CGJ 0194/2010	Pedido de providências. Encaminha sugestão para alteração da letra 'f', item '5', do malote da Circular 48/2008 referente à utilização dos correios. (04)
71	CGJ 0288/2010	Inspeção junto ao cartório da 3ª Vara Criminal da comarca de Lages. (04)
72	CGJ 0297/2010	Corregedor do TJRS solicita informações sobre o Sistema Informatizado para cadastro de jurado voluntário em SC. (04)
73	369211-2010.6	Ato Normativo n.º 0007759-30.2009.2.00.0000 CNJ – Sugestões para o regramento do pagamento dos honorários periciais para beneficiários da justiça gratuita. (04)
74	CGJ 0423/2010	CNJ comunica que já está disponível no portal do CNJ a consulta pública ao cadastro nacional dos condenados por improbidade administrativa. (04)
75	CGJ 1381/2009	Pedido de providências. Problema relacionado ao depósito em conta de alvarás judiciais. (04)
76	CGJ 1103/2009	Encaminha Portaria n.º 001/2009 (Dispõe sobre o programa de hastas públicas da 1ª Vara Cível da comarca de Curitibanos. (04)
77	CGJ 0205/2010	2ª Vara Cível de Caçador - Pedido de providências. Solicita correção do link de pesquisa dos advogados suspensos/excluídos na página da CGJ. (04)
78	365710-2010.8	TRE consulta possibilidade de parceria de uso comum dos espaços das Casas de Justiça e Cidadania(04)
79	CGJ 0357/2010	Associação dos analistas Jurídicos do Estado de Santa Catarina solicita gratificação da Coordenação de Cartório para servidor. (04)
80	363411-2010.6	Sugestão para criação de 10 cargos de Desembargador e 6 cargos de Juiz de Direito de Segundo Grau. (05)
81	361096-2010.9	Solicita informações acerca da estrutura existente na Unidade Judiciária Avançada de Cooperação do Centro Universitário de Jaraguá do Sul – UNERJ. (05)
82	355528-2009.3	Ofício n.º 818/2009 – Requerimento da OAB referente ao procedimento de depósito em conta de alvarás judiciais. (05)
83	371208-2010.7	Pedido de providências CNJ – n.º 0002523-63.2010.2.00.0000 – Requer manifestação do TJSC acerca da emissão de certidão de antecedentes criminais pela internet. (05)
84	CGJ 0099/2010	Pedido de Providências – Solicita deferimento dos pedidos de integração de unidades com competência para Execução Fiscal aos serviços do CREPE. (05)
85	CGJ 0486/2005	Situação irregular- movimentação de processos SAJ (05)
86	371746-2010.1	Ofício n. 130/2010 – reitera pedido para curso de capacitação aos contadores judiciais da comarca de Mafra (05)
87	292994-2007.5	Ofício n. 1299/GO/CNJ – encaminha cópia da Resolução n. 44 (05)
88	CGJ 0422/2010	Análise da Portaria n. 02/2010 – nomeação de Oficial de Justiça *ad hoc (05)*
89	CGJ 0462/2010	Pedido de Providências – não cumprimento da Circular n. 14/2010 pela Comarca de Ascurra (05)
90	CGJ 1104/2009	Análise das Portarias n. 003/2009 e 04/2009, da Comarca de Rio do Sul. (05)
91	CGJ 0116/2007	Pedido de Providências – número excessivo de autos em tramitação – Projeto Mutirão de Sentenças. (05)
92	CGJ 0421/2010	Requer autorização para paralisar o expediente externo do Cartório da 2ª Vara Cível da Comarca de Braço do Norte, bem como suspensão dos prazos e audiências. (05)
93	CGJ 0457/2010	Solicita autorização par suspender os prazos processuais e expediente externo da Comarca de São João Batista (05)

94	CGJ 0443/2010	Análise da Portaria n. 08/2010 comarca de Jaguaruna (06)
95	373331-2010.9	Juízo de Maravilha solicita disponibilização de servidores para cadastrar processos arquivados
96	358665-2009.0	Ofício-circular n. 010/2009/comissão CNJ- solicita informações sobre projetos desenvolvidos ou medidas concretas adotadas no Âmbito do TJSC voltadas à prevenção, redução ou composição de litígios judiciais envolvendo direito à saúde.(06)
97	CGJ 0610/2009	Cadastro Nacional de Inspeções em estabelecimentos penais. Obrigatoriedade de cumprimento. CNJ. Corregedoria. (06)
98	CGJ 1489/2009	Pedido de providências. Apresenta sugestão para criação do projeto justiça nas férias para atendimento do turista na Capital (06).
99	375038-2010.8	Pedido de providências CNJ n. 0003417-39.2010.2.00.0000 – Pedido de informações acerca da fixação de valores relativos aos honorários periciais necessários à prova técnica dos processos de benefícios por incapacidade, especialmente nas causas acidentárias (06).
100	CGJ 0905/2009 e 366695-2010.6	CEF solicita convênio para remessa e recebimento de autos via EBCT (06).
101	CGJ 0010/2010	Pedido de Providências. Questionamento acerca do uso de polígrafo em audiências (06).
102	CGJ 0577/2010	Pedido de Providências. Elevado nº de mandados para cumprimento por um único Oficial da Infância e Juventude. (06)
103	CGJ 0459/2010	Pedido de Providências. Guarda de armas e objetos apreendidos. (06)
104	370817-2010.9	Ofício GD/TJSC n.º 21/2010 – Solicita equipe de treinamento para a Secretaria do Foro de Joimville (06)
105	341500-2009.7	Diretoria de Infraestrutura encaminha à CGJ cópias de correspondências postadas indevidamente e pede providências em face da Circular nº 48/2008 (06).
106	CGJ 0636/2010	Procedimentos relativos ao fornecimento de informações no cadastro eleitoral. Provimento CRESC n.º 02/2010 – Resolução TSE n.º 21.538/2003. (06)
107	CGJ 0085/2009	Pedido de providências – Avisos de recebimento (AR – Inobservância da Circular n.º 48/2008 da CGJ (06).
108	CGJ 0001/2010	Pedido de providências. Solicita disponibilização no site do Tribunal, das datas de visitas que os juízes fizerem nas unidades prisionais e entidades de atendimento a adolescentes. (06).
109	375743-2010.9	Projeto de Lei – Magistratura catarinense – Sugestão da Coordenadoria dos Magistrados – Permanência do interstício de dois anos para as remoções. (06)
110	341385-2009.3	Relatório conjunto n.º 120/2009 – Levantamento conjunto ao SAJ dos processos da comarca de Joinville que tenham custas inicias emitidas e não pagas, no período de 2006 a 2008. (06)
111	376276-2010.9	Juizado Especial da Fazenda Pública (06).
112	376436-2010.2	Juizado Especial da Fazenda Pública (06).
113	369158-2010.6	Recomendação CNJ n.º 31/2010 – Assistência à saúde. (06)
114	CGJ 0456/2010	Consulta. Como proceder ao depósito bancário de valores oriundos das sanções aplicadas por ato atentatório a efetividade da tutela jurisdicional (art. 14, parágrafo único, CPC) em favor do judiciário catarinense (06).
115	CGJ 0097/2010	Pedido de providências. Solicita análise do item 4.2.2 do manual do contador judicial. Discrepância com decisão do TJ. Exigência de custas iniciais em reconvenção. (06).
116	CGJ 1499/2009	Programa de Hastas Públicas. Vara de Execuções Fiscais Estaduais da Comarca da Capital. Orientação para adaptação da portaria n. 01/2009. (06)
117	376899-2010.6	Consulta n.º 01/2010-DOF – Uso do código de tributo (6904 ou 8045) quando da isenção de retenção de IR na fonte quando da condenação ao pagamento de determinado valor em razão de danos morais causados a outra pessoa. (06)
118	CGJ 0284/2010	Pedido de Providências. Problemas no SAJ, na Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Tubarão. Documentos que não foram salvos no SAJ. Redigitação. (06)
119	CGJ 1074/2009	Segredo de Justiça. Tóxicos. Anotação de penas de multa. Busca e apreensão, reintegração de posse. (06)
120	CGJ 0207/2010	Pedido de Providências. Solicita análise e possível alteração do art. 295 do CNCGJ em relação aos prazos de validade dos mandados de prisão. (06)
121	CGJ 0630/2010	Pedido de providências – OABSC. Morosidade processual em despachos de mero expediente. Reavaliação da Meta 2 CNJ. (06)
122	CGJ 0228/2010	Pedido de providências – 1ª Vara Família São José. Nomeação de tradutor. Ausência de manifestação quanto à intimação. (06)

123	CGJ 0675/2010	Análise Portaria 02/2010, da 2ª Vara Cível da Comarca de Araranguá – define procedimentos para adoção pelos cartórios (06)
124	363695-2010.0	Informação n. 002/2010 – levantamento dos processos em carga há mais de 100 dias(06)
125	CGJ 0471/2010	Pedido de Providências - competência da Vara Única do Foro Distrital do Norte da Ilha para processar e julgas ações de usucapião(06)
126	CGJ 0463/2010	Pedido de Providências - falta de funcionários na 3ª Vara Cível da Comarca de Chapecó(06)
127	CGJ 0702/2010	Análise da Portaria 47/210 de Orleans- determina competência dos Oficiais da Infância e Juventude (07)
128	CGJ 0581/2010	Solicita criação do cargo de Oficial de Justiça na estrutura da CGJ (07)
129	CGJ 0298/2010	Análise Portaria 18/2010 de Itapema – procedimento de emissão de mandados e recolhimento de diligências dos oficiais de justiça (07)
130	CGJ 0580/2010	Solicita encaminhamento dos mandados de prisão criminais para a autoridade policial. (07)
131	CGJ 0671/2010	Proposta de unificação dos acessos aos sistemas auxiliares da CGJ. (07)
132	CGJ-E 0949/2010	Consulta. Procuração Pública. Arquivamento de cópia de CPF e Identidade das partes (07)
133	CGJ 0406/2010	Determina expedição de ofício-Circular sobre a nomeação de oficiais da infância e juventude e dispensa de "ad-hoc" , bem como cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça de plantão. (7)
134	CGJ 1521/2009	Reclamação sobre conversão em renda da União – Procuradoria da Fazenda Nacional em SC. Encaminha ofício às Comarcas de Canoinhas, Capinzal e Tangará. (7)
135	351620-2009.2	Microempresas – ingresso no Juizado Especial – reclamação quanto ao Juizado Especial de Lages. Homologação de acordos do Conselho Informal de Conciliação. Encaminha parecer da Coordenadoria Estadual dos Juizados Especiais (7)
136	CGJ 0685/2010	Impossibilidade de designação de oficiais de justiça de Criciúma para cumular com a função de Oficial da Infância e Juventude (7)
137	CGJ 0578/2010	Indeferimento do pedido de alteração dos prazos do art. 405 e 407-A do CNCGJ. (7)
138	276593-2007.4	Depósitos judiciais da União – CEF. Pedido de providências. Solicitação à PFN em SC se a adoção da CEF para conta única supre a irregularidade. (7).
139	CGJ 0294/2010	Solicitação de autorização para uso de relógio protocolo na Vara de Execuções Fiscais de São José. Autorização provisória. Acompanhamento. (7)
140	CGJ 0296/2010	Porto Belo. Portaria n. 4/2010. Usucapião. Determinação de adequação. (7)
141	290389-2007.0	Gaspar – Solicitação de instalação de vara da Maria da Penha. Acolhimento parcial para atribuição de competência nas Comarcas de Gaspar, Ibirama e Rio do Sul. Devolução à CDOJ. (7)
142	CGJ 0658/2010	Portaria n. 6/2009. Joinville – Juizado Especial Cível Univille. Programa de Hastas Públicas. Recomendação de adequação aos dispositivos atuais do CNCGJ. (7)
143	CGJ 0981/2007	Reclamação contra a Circular CGJ n. 29/2008. Oficiais de Justiça de São Joaquim. Indeferimento do pedido. Obrigação de cumprimento de mandados no juizado especial cível independente de depósito de diligências. Pena de sanção disciplinar. (7)
144	CGJ 0508/2010	Reclamação acerca de decisão juiz de Campo Erê. Levantamento de valores por advogado com procuração sem reconhecimento de firma. Inexistência de má-fé. Dispositivo do CNCGJ já adequado ao CPC. Arquivamento. (7)
145	322443-2008.0	Redefinição de competência. Capinzal. Suspensão. Aguarda projeto da ASPLAN. (7)
146	314643-2008.0	Redefinição de competência. Timbó. Suspensão. Aguarda projeto da ASPLAN. (7)
147	357975-2009.1	Redefinição de competência. Içara. Suspensão. Aguarda projeto da ASPLAN. (7)
148	CGJ 0726/2010	Depósito de valores em aplicação no BB. Processos judiciais não identificados. Remessa à DOF. (7)
149	CGJ 1354/2009	Redefinição de competência. São Miguel do Oeste. Suspensão. Aguarda projeto da ASPLAN. (7)
150	CGJ 1044/2009	Redefinição de competência. Imbituba. Suspensão. Aguarda projeto da ASPLAN. (7)
151	337567-2009.6	Redefinição de competência. Caçador. Suspensão. Aguarda projeto da ASPLAN. (7)
152	301236-2008.0	Redefinição de competência. Joinville – Varas Cíveis. Suspensão. Aguarda projeto da ASPLAN. (7)
153	364209-2010.7	Redefinição de competência. Xanxerê. Suspensão. Aguarda projeto da ASPLAN. Remessa de ofício à Comagis para cooperação de magistrados (7)
154	CGJ 0484/2010	Determina a realização de inspeção ordinária na 1ª Vara Criminal da comarca de Joinville (7).
155	CGJ 1357/2009	Consulta – solicita esclarecimentos acerca do procedimento adotado no JECível de Lages, referente à impossibilidade de postulação das micro e pequenas empresas. (7)
156	CGJ 0563/2010	Sessões de Júri. Apresentação de gravações de Audiência. Acolhido. Provimento emitido. (7)

157	CGJ 0664/2008	Redefinição da competência das varas da Comarca de Mafra. (7)
158	CGJ 0520/2010	Pedido de providências. Orientação 23/CGJ – Res. 46 CNJ. Tabelas processuais unificadas. (7)
159	CGJ 0719/2008 CGJ 0718/2008	PGE-SC requer que os medicamentos fornecidos a custa de decisão liminar sejam entregues ao próprio paciente, curador ou familiar, mediante receita atualizada para se inibir possíveis fraudes. (7).
160	353064-2009.7	ECT – Correios – Ofício/Suven/Geven/DR/SC – 2181/2009 – AR Digital – possibilidade de destruição dos Ars e documentos em devolução (envelopes e correspondências). (7)
161	CGJ-E 1414/2009	Advogado formula consulta quanto à possibilidade de uso de documentos digitalmente certificados em processos judiciais, bem como acerca da custódia dos originais. (7)
162	CGJ 0364/2010	MPSC requer providências acerca da distribuição de processos de competência absoluta das Varas da Infância e Juventude para as Varas da Fazenda Pública. (7)
163	CGJ 0741/2010	Determina a realização de inspeção na Vara Criminal da comarca de São Francisco do Sul. (7)
164	CGJ 0767/2010	Pedido de providências. 1ª Vara Cível de Braço do Norte solicita a realização de força tarefa em cartório judicial. (7)
165	324622-2008.1	Academia Judicial encaminha projeto de alteração da Resolução n.º 05/06-TJ para conhecimento e as providências cabíveis. (7)
166	CGJ 0862/2007	Protocolo de Cooperação com o Paraná. Cumprimento de mandados. Proposta de aditamento para limitar às comarcas com área urbana na fronteira. (7)
167	364142-2010.2	Ofício GP/DL/0010/2010 – Encaminha cópia da indicação n.º0014.5/2010, onde solicita providências para instituição de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher em todas as comarcas do Estado de SC (7).
168	CGJ 0969/2009	Comarca de Rio do Oeste encaminha Portaria n.º 7/2009, alterada pela Portaria n.º 74/2009 (nomeação de leiloeiros oficiais) (7).
169	375122-2010.8	Vara da Infância e Juventude da Capital – Ofício n.º 04/2010 – Solicita aquisição de kit Prodnasc para realizar exames de DNA – Convênio n.º 36/2007. (7)
170	CGJ 0498/2010	Juiz da Vara Única da comarca de Orleans solicita criação, no sistema SAJ, de campo "Juizado Especial Cível e Criminal". (7)
171	CGJ 0598/2007	Vara da Família da comarca de Balneário Camboriú encaminha sugestões específicas para as unidades de família, infância e juventude – proposta de avaliação do processo de mutirão e planejamento. (7)
172	CGJ 1184/2009	Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de São Fco do Sul – Análise da Portaria n.º 01/2009 (racionalização dos serviços do cartório judicial da 2ª vara cível). (7)
173	CGJ 0852/2009	Juíza de Direito da 2ª Vara Cível de Canoinhas – Consulta sobre a atuação de peritos (processos cíveis e criminais) – (7)
174	CGJ 0711/2010	DTI – Pedido de providências. Falha de sistema que permite emissão de certidões de URH acima do valor de teto para atos avulsos. (7).
175	CGJ 0774/2010	Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Joinville – Pedido de providências. Solicita instalação de dispositivos de segurança para a sala de armas do fórum. (7).
176	374626-2010.7	Vara do Tribunal do Júri da Capital – Solicita a contratação de pessoal ou empresa especializada para a transcrição de provas nas sessões do júri. (7).
177	CGJ 1544/2009	Comarca de Balneário Piçarras – Análise da Portaria n.º 119/2009 (institui o serviço de Mediação Familiar na comarca. (7).
178	CGJ 0812/2010	Xanxerê. Reclamação das juízas das unidades inspecionadas acerca da portaria de inspeção. Inacolhimento. Esclarecimento. (7).
179	CGJ 0813/2010	Alvará judicial. Procurador parte beneficiária. Autos n.º 033.05.0009846-5. (7)
180	CGJ 1613/2009 CGJ 0162/2010 e CGJ 0185/2010	Recomendação CNJ n. 30. Venda antecipada de bens apreendidos. Pedido de Providências Delegacia da Polícia Federal. Acolhimento. Alteração do CNCGJ e circular para os magistrados das unidades envolvidas para adoção das providências. (8)
181	375180-2010.5	Promoção Virtual art. 52 LCE 367-2006. (8)
182	CGJ 0705/2010	Solicita ajustamento do CNCGJ ao disposto na Resolução n.º 113 CNJ. Processo n. 372941-2010.9. (8)
183	CGJ 0815/2010	Bacenjud. Descumprimento de ordem de transferências. Banco Itaú, Banco do Brasil.(8)
184	CGJ 0396/2010	Distribuição de carimbos automáticos aos Técnicos Judiciários Auxiliares (8).
185	CGJ 0213/2009	Centralização da distribuição dos títulos para protestos no Estado de Santa Catarina. (8)
186	322052-2008.4	Redefinição de competência das varas cíveis da Comarca da Capital. (8)

187	CGJ 0945/2009	Sentença – documento do SAJ – possibilidade de respaldar execução de prestação alimentícia sem apensamento da ação originária. (8)
188	CGJ 1024/2009	Solicitação de conta única para bloqueios do bacenjud – B2W – Companhia Global do Varejo. (8)
189	CGJ 0897/2009	Pagamento de Perícia – DNA – exame não coberto pelo PRODNASC. (8)
190	352856-2009.1	Ofício n. 168/2009 – Solicita análise visando modificação da Resolução que criou a Unidade Avançada da Unisul. (8)
191	CGJ 0021/2010	Capital – Foro Central. Solicita esclarecimento acerca da competência de carta precatória para estudo social sem interesse de menores. (8)
192	CGJ 0052/2010	Relatório Executivo do projeto denominado Mandado Judicial Eletrônico. (8)
193	CGJ 0108/2010	Reclamação Ministério Público. Isenção de Custas no Protocolo Unificado. (8)
194	CGJ 0143/2010	Pedido de Providência. Solicita interferência em relação a competência da vara criminal em relação aos atos infracionais (ECA). (8)
195	CGJ 0220/2010	Pedido de Providência. Solicita alteração do art. 314 do CNCGJ. Retenção de CNH em cartório.(8)
196	CGJ 0312/2010	Juíza da 1ª Vara de Sombrio encaminha Portaria nº 05/2010 (Desarquivamento de processos de execução fiscal arquivados administrativamente). (8)
197	373491-2010.9	Solicita utilização do programa de capacitação de servidores, a fim de capacitar servidores para prestarem serviços junto à contadoria judicial da comarca de Xaxim. (8)
198	CGJ 0564/2010	Portaria 41/2010 – mediação familiar em Itapema. (8)
199	375648-2010.3	Ofício n.º 179/2010-DF – Solicita viabilidade de atuação do Programa de Implantação e Capacitação dos serviços judiciários junto ao cartório distribuidor de Chapecó. (8)
200	356477-2009.0	Juízo de Videira solicita autorização para implementar regime de cooperação no cargo de oficial de justiça. (8)
201	CGJ 0709/2009	Alteração do art. 70 CCGJ – Protocolo Unificado (8).
202	374457-2010.4	Ato Normativo n. 0002725-40.2010.2.00.000. Alteração texto Resolução 44 do CNJ. Prazo até 31-12-2010 para adaptação dos sistemas e concluir a implantação das tabelas processuais unificadas. (8)
203	CGJ 0120/2006 CGJ 0106/2006	Redefinição de competência. Usucapião - Comarca da Capital. (8)
204	CGJ 0495/2005	Redefinição de competência – Vara de Exceção - Capital. (8)
205	161514-2002.9	Redefinição de competência Varas Cíveis Capital. (8)
206	CGJ 0592/2008	Requisição de débitos de pequeno valor – ato normativo. (8)
207	CGJ 0784/2010	Consulta sobre procedimento para arquivamento de recurso de agravo de instrumento em recurso especial cível. (8)
208	CGJ 1099/2009	Câmara Municipal de Florianópolis encaminha projeto de lei n. 1021 de 2009 – dispõe sobre o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) no Município de Florianópolis, aprovado pela Câmara Municipal. (8)
209	266518-2007.2	Celebração de Convênio entre a Secretaria da receita Federal e o TJSC. (8)
210	342262-2009.3	Solicita realização de mutirões para cumprimento de mandados nas comarcas de Palhoça, São José, Concórdia e Videira. (8)
211	CGJ 0177/2010	Inclusão de leiloeiros rurais no Programa de Hastas Públicas. Acolhimento. Inserção do art. 226-A no CNCGJ. Provimento. (8)
212	CGJ 0229/2010	Pedido de providências. Mudanças no seguro do sistema financeiro de habitação. MP n. 478/2009. Alteração de competência para Justiça Federal. (8).
213	CGJ 0206/2010	Mutirão do Júri 2010. (8)
214	CGJ 0952/2010	Coordenadoria dos Juizados Especiais solicita sugestões sobre temas referentes aos Juizados Especiais para o "Curso de Capacitação dos Secretários dos Juizados Especiais" a se realizar nos dias 13 e 14 de setembro de 2010. (8).
215	287377-2007.0	Sugestões para a solução das dificuldades elencadas na oficina Missão do Poder Judiciário – Encontro dos Contadores Judiciais. (8)
216	367250-2010.6	CNJ – Ofício-Circular n. 009/CNJ/COR/2010 – Questionário Juizados Especiais. (8)
217	367796-2010.6	Juiz Leopoldo Augusto Bruggemann comunica participação na IV Jornada da Lei Maria da Penha, realizada em Brasília no dia 15/3/10, bem como encaminha "Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher". (8)
218	382836-2010.0	Ofício CREMESC n. 6215/2010 – Prova Técnica Pericial. (8)

219	CGJ 0865/2010	Consulta sobre procedimento a ser adotado. Com relação a documentos sigilosos recebidos da Receita Federal. Autos n. 023.07.126102-0. (8)
220	CGJ 0814/2010	Consulta. Possibilidade de cobrança de honorários advocatícios na GRJ de pagamento das custas finais emitida pelo TJ e sua legalidade. (8)
221	CGJ 0408/2010	Requer informações a respeito dos procedimentos a serem adotados com a instalação da 3ª Vara Cível na comarca de Araranguá. (8)
222	CGJ 0726/2010	Consulta sobre destinação de valores em renda fixa junto ao Banco do Brasil em nome da 1ª Vara Cível da comarca de Laguna, referentes a processos não identificados. (8)
223	381790-2010.3	Juízo de Lages solicita força tarefa com a finalidade de colocar em dia a distribuição dos processos cíveis e criminais. (8)
224	CGJ 0845/2010	OAB solicita implantação de sistema de som no fórum, central de atendimento à população, expedição de certidões de URH após audiências, sejam concedidas URHs aos advogados plantonistas, orientações aos servidores que atendem no balcão. (8)
225	384191-2010.0	Peticionamento eletrônico – falha na gravação de dados – período de 9 a 11-08-10. Comunicação aos advogados. Comunicação aos juízes. (8)
226	CGJ 0675/2010	Análise Portaria Araranguá – 2ª Vara Cível – grupo de trabalho para atender meta 3 CNJ. Pelo acolhimento e arquivamento. (8)
227	CGJ 0648/2010	Consulta acerca de diligências – Circular CGJ n. 29/2008 – Juizados Especiais – Expedição de Ofício-Circular para conhecimento dos juízes. Oficiar à ASPLAN para juntada de cópia nos autos 261218-2006.6 (8).
228	369158-2010.6	Recomendação n. 31 do CNJ – Medicamentos – Sugestão de convênio com o Conselho Federal de Farmácia e também de adoção de convênio semelhante ao da AMURES (Lages). Remessa à ASPLAN. (8)
229	CGJ 0847/2010	Análise de portaria n. 27/2010 – Mediação Familiar – Comarca de Pinhalzinho. Alteração para exclusão da referência a atendimento de violência doméstica e familiar contra a mulher (causas criminais). (8)
230	CGJ 1544/2009	Análise de portaria n. 119/2009 – Mediação Familiar Balneário Piçarras. Adequação atendida. Arquivamento. (8)
231	379462-2010.8	Alteração do município de Ipuaçu da Comarca de Abelardo Luz para a Comarca de São Domingos. Estatística favorável. Encaminhar à ASPLAN com acolhimento prévio de manifestação dos juízes. (8)
232	373822-2010.1	Cartas Precatórias e de Ordem de outros Tribunais . Proposta de regulamentação. Acolhimento. Devolução dos autos à Presidência. (8)
233	CGJ 0977/2010	Solicitação da DGJ – Petições remetidas via malote. Utilização de grampos. Ofício-Circular recomendando a remessa separada. (8)
234	CGJ 0726/2009 e 2009.900012-6	Comarcas Integradas – Oficiais de Justiça – Capital e região metropolitana. Sugestões para aperfeiçoamento e encaminhamento ao Conselho da Magistratura. (8)
235	384191-2010.0	Problema no peticionamento eletrônico do TJSC. Comunicação aos juízes, advogados. Encaminhamento ao CGInfo para solicitação de informações Softplan. (8).
236	CGJ 0974/2010	Pedido de Providências. Transferências bancárias, expedição de alvarás, realizadas para pagamento das condenações existentes nos autos judiciais. Requer deferimento se procuração dá poderes para receber quitação. (9)
237	CGJ 0424/2010	Análise da Portaria 16/2010 – Laguna – Determina procedimentos a serem adotados pela Chefe de Cartório (9).
238	CGJ 0099/2009	Existência de presos cautelares aguardando julgamento ou em fase de instrução há mais de 90 dias, bem como quanto à existência de presos na execução penal aguardando solução de incidentes há mais de 30 dias. Parecer opinando pela criação de relatório específico. Encaminhamento à assessoria de informática. (9)
239	CGJ 0676/2010	Consulta sobre a possibilidade de abertura de sub-conta para depósito de valores por parte da contadoria, independente de autorização judicial. (9).
240	CGJ 0886/2010	Análise da portaria 01/2009 (procedimentos no JEC – pagamento diligências oficiais de justiça) - (9)
241	CGJ 0861/2010	Pedido de Providências, necessidade de mais técnicos par atender demanda em Cartório - (9)
242	CJG 0618/2010	Pedido de providências. Sistema de informações da CGJ – Serventias Judiciais de 1º Grau – Regularizar Cadastro - (9)
243	CGJ 0339/2009	Consulta – Prestação Jurisdicional – Oficiais de Justiça – Cumprimento de mandados - (9)
244	CGJ 0575/2010	Análise da Portaria 01/2010 – Jaraguá do Sul – Cancela as audiências de instrução e julgamento nos Juizados Especiais, permanecendo apenas as audiências de conciliação. (9)
245	PPGE 3616/10-0 e PSEF 41860/10-1	Procedimento Administrativo – Secretaria da Fazenda Estadual – Inscrição em Dívida Ativa – Multa em favor da APAE de Penha (Proc. 048.08.005082-1). (9)

246	387702-2010.7	CNJ – Tabelas de Temporalidade Unificadas do Poder Judiciário (TTDU). (9).
247	CGJ 1058/2010	Resolução Conjunta 4/2009-GP/CGJ – Integração aos serviços do CREPE das unidades com competência para Execução Fiscal das comarcas de Araranguá, Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Braço do Norte, Camboriú, Criciúma, Gaspar, Guaramirim, Imbituba, Itajaí, Itapema, Itapoá, Jaraguá do Sul, Navegantes, Porto Belo, Rio Negrinho, São Francisco do Sul, Tijucas e Urussanga. (9)
248	CGJ 0733/2010	Análise da Portaria 01/2010 – Eduardo Luz – Disciplina procedimentos para ações de usucapião. (9)
249	324811-2008.9	Convênio com a PMSC 5ª Região para a instalação do Juizado Especial de Trânsito em Joinville. (9)
250	CGJ 0860/2010	Consulta acerca dos entes que integram o coneito de "ente público" para fins de isenção de custas da LC 156/97. Encaminhamento ao Conselho da Magistratura (9)
251	CGJ 0858/2010	Pedido de providências. Necessidade de instalação de nova vara de Juizado Especial Cível na Capital. (9).
252	CGJ 0994/2010	Pedido de emissão de relação de ações distribuídas com o Código 137 – Execução Especial – HSBC. (9)
253	384232-2010.0	Juízo de Garopaba – Solicita capacitação da servidora Clanir Petermann, contadora judicial da comarca. (9)
254	CGJ 1008/2010	Juízo de Rio do Sul – Solicita agendamento conjunto de pauta para o Mutirão do Júri de processos englobados pela Meta 2 do CNJ. (9)
255	384916-2010.3	Assessoramento de Juiz Substituto. (9)
256	CGJ 1006/2010	Juízo da 3ª Vara Criminal de Lages – Solicita cisão no sistema SAJ/PG da 3ª Vara Criminal e do Juizado Especial Criminal. (9)
257	CGJ 0005/2009	Comitê Gestor da Intranet - Pedido de providências para regularização dos procedimentos de publicação de Portarias de suspensão de prazos e atualização de conteúdos de competência exclusiva da CGJ. (9)
258	CGJ 0221/2010	Sombrio – Pedido de providências. Encaminha cópia da Portaria 04/2010 para análise. Disciplina os atos ordinatórios e providências que devem ser praticadas de ofício pela Secretaria do Juizado Especial Cível da comarca de Sombrio. (9)
259	387579-2010.2	Proposta de Resolução sobre a inclusão de processos de pequeno valor na Semana Nacional de Conciliação 2010.(10)
260	CGJ 0792/2010	Consulta sobre possibilidade de manutenção de Oficial de Justiça como Oficial da Infância e Juventude ad-hoc, visto que não foi aberto concurso para preenchimento da referida vaga. (10).
261	CGJ 0846/2010	Sistema de Interceptação telefônica. Senha. Autoridade policial (Autos n. 218.10.000736-3). (10)
262	CGJ 0394/2009	Juízo de São José - Requer melhor definição sobre a competência da Unidade Judiciária de cooperação do Juizado Especial Criminal da comarca de São José. (10)
263	371573-2010.6	Pedido de regularização do nome do Juizado Especial Criminal da comarca de São José (10).
264	CGJ 0406/2010	Requer providências necessárias com o advento da Lei n. 501/2010, que criou o cargo de Oficial da Infância e Juventude. (10).
265	CGJ 0273/2010	Obrigatoriedade de apresentação de declaração de bens e rendas. (10)
266	CGJ 0948/2010	Pedido de providências. Erro no sistema SAJ-PG5, gravação de áudio visual de audiências virtuais, inutilização de parte da audiência, depoimentos perdidos. (10)
267	CGJ 0787/2008	Encaminha a instrução normativa n. 01, de setembro de 2008, requerendo envio de dados relativos às interceptações telefônicas, de sistemas de informática e telemática em curso, de forma mensal até o dia 10 de cada mês, a começar por outubro. (10)
268	CGJ 0894/2010	Pedido de providências. Impasse em deferimentos de justiça gratuita na comarca de Araranguá. (10)
269	CGJ 0798/2010	Determina a realização de inspeção ordinária na vara criminal da comarca de São Miguel do Oeste. (10)
270	CGJ 0787/2010	Juízo de Balneário Piçarras - Pedido de providências. Solicita designação de servidor para avaliar tabela de diligências de Oficiais de Justiça. Discordância da Tabela da Contadoria Judicial.(10)
271	375307-2010.7	Vara competentes para infância e Juventude – apuração de ato infracional (revisão de competência). Corregedoria do CIP. (10)
272	CGJ 1228/2009	Inspeção Ordinário na Vara Criminal da Comarca de Canoinhas – (10)
273	CGJ 0409/2009	PORTARIA N. 28/2009 (Determina a realização de inspeção na Vara da Infância e Juventude da Comarca de Joinville) - (10)
274	357572-2009.1	Processo CGJ 1466/2009 – Encaminha fotocópia do relatório de visita a Comarca de Xaxim(10)
275	350051-2009.9	Ofício n. 26/2009 – Juízo de Sombrio – Solicita a transferência do cartório da 2ª Vara da comarca para o local onde funciona o salão do Tribunal do Júri. (10)
276	CGJ 0643/2006	Consulta formulada pelos oficiais de justiça – Estreito, visando uniformizar e padronizar o pagamento do ato da avaliação, bem como a restituição das diligências efetuadas. (10)

277	320623-2008.8	CNJ – Adesão ao acordo de cooperação técnica para a implementação do sistema de restrição judicial (RENAJUD) celebrado entre o CNJ, o Ministério das Cidades e o Ministério da Justiça. (10)
278	390030-2010.4	Juízo de Turvo – Solicita auxílio do Programa de Implantação de Serviços Judiciários para a organização das armas e outros bens apreendidos. (10)
279	388015-2010.0	DGJ – Programa de Implantação de Serviços Judiciários – Capacitação para Analista Jurídica/Chefe de Cartório da comarca de Orleans. (10)
280	CGJ 1027/2010	Análise da Portaria n. 04/2010 – Institui o Serviço de Mediação Familiar na 1ª Vara da Família da comarca de Blumenau. (10)
281	381570-2010.6	Ofício 873/2010-GP - Reclamações e reivindicações visando melhoria na prestação jurisdicional oferecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina (10)
282	CGJ 0765/2010	Consulta sobre necessidade de licitação para destinação de valores oriundos de transações penasi e suspensão condicional de valores acima de R$ 8.000,00 (10)
283	203549-2004.9 e 233373-2005.2	Criação de novos cargos de oficial de justiça / Ofício 525/2005 – Solicita informações referente a situação das nomeações do oficiais de justiça ad'hoc, da Comarca de São José. (10)
284	391429-2010.1	Solicitação de Servidores para realaização de força tarefa do Programa de Implantação de Serviços Judiciários na 2ª Vara da Comarca de Mafra. (10)
285	341500-2009.7	Diretoria de Infra-estrutura – Encaminha à CGJ cópias de correspondências postadas indevidamente e pede providências em face da Circular n. 48/2008. (11)
286	CGJ 1184/2010	Análise da Portaria 01/2010 – Portaria Conjunta de Braço do Norte – Solicitação de carga de processos através de correio eletrônico. (11)
287	CGJ 0758/2010	Consulta sobre tramitação de processos falimentares. (11)
288	CGJ 0925/2008	ACOJ - Pedido de providências. Diligências de oficiais de justiça. Requerem recomendação para que não haja punição no caso de não cumprimento de mandados expedidos pelos Juizados Especiais Cíveis, mandados de penhora, e urgência ao PL n. 3.644/08. (11)
289	363914-2010.2	Ofício n. 003/2010 – Solicita Programa de Implantação de Serviços Judiciários para atuação na 2ª Vara da comarca de Porto Belo. (11)
290	259518-2006.4	Ofício n. 12365/2006/30ª PJ – Possibilidade de atribuir competência às varas da família da Capital para processamento e julgamento dos feitos relacionados às pessoas com mais de 60 anos de idade. (11)
291	CGJ 0940/2010	Consulta sobre a realização de audiências por Assistentes Sociais. (11)
292	CGJ 0434/2009	Disciplina, no âmbito do Judiciário, os procedimentos relativos ao cadastramento e a estruturação de serviços de Assistência Jurídica Voluntária – Resolução n. 62 CNJ – Propõe cadastro de advogados voluntários. (11)
293	CGJ 1145/2010	Consulta: Leiloeiro Público Oficial – A respeito da aplicação do art. 706 do CPC e indicação pelo credor. (11)
294	CGJ361118-2010.3	Ofício n. 94/2010/CGJ/TJ-SC – Encaminha cópia do relatório de inspeção correicional realizado na 2ª Vara Cível da Comarca de Laguna (Processo CGJ n. 929/2009). (11)
295	CGJ 0378/2010	Inspeção ordinária realizada na 1ª Vara Criminal da Comarca de Tubarão (11).
296	CGJ 0983/2010	Pedido de providências. Requer que funcionários das Comarcas da Região Meio-Oeste sejam ouvidos pela FATIMA e Polícia Ambiental Diretamente em suas Comarcas, e não por Carta Precatória. (11)
297	CGJ 1242/2010	Processo 374348.9. Provimento n. 8 da CNJ – Define medidas relacionadas ao comparecimento em Juízo dos beneficiados pela suspensão condicional do processo, suspensão condicional da pena ou livramento condicional. (11)
298	385978-2010.9	Solicita cooperação no Oficialato de Justiça da Comarca. (11)
299	392654-2010.0	Oficio 25/2010 – Solicita designação de uma "força tarefa". (11)
300	335818-2009.6	Oficio n. 090/2009 – Proposta de celebração de convênio. (11)
301	375410-2010.3	Convênio com o PJSC para indicação de um advogado plantonista nas comarcas. (11)
302	297561-2008.0	Acesso ao Banco de dados dos consumidores de energia elétrica. (11)
303	CGJ 0948/2010	Pedido de providências. Erro no sistema SAJ-PG5. Gravação de áudio visual de audiências virtuais. Inutilização de parte da audiência, depoimentos perdidos. (11)
304	311078-2008.8	Solicita que seja estabelecida a competência de Vara para ações que envolvam o Estatuto do Idoso. (11)
305	CGJ 1301/2010	Solicita modificações de competências nas varas instaladas na comarca de Braço do Norte. (11)
306	CGJ 1277/2010	Convênio com a Casan para obtenção de endereço de consumidores. (11)
307	CGJ 1302/2010	Consulta sobre escala de plantão de oficiais da infância e juventude. (11)

308	CGJ 0409/2010	Portaria n. 28/2009 (determina a realização de inspeção na vara da infância e juventude da comarca de Joinville) (11)
309	397314-2010.0	Parecer (Ofício n. 75/2010-DF – solicita a criação da Secretaria Informal dos Juizados Especiais Naquela comarca – Braço do Norte) (11)
310	CGJ 1255/2010	Parecer (Análise da Portaria n. 181/2010 – Mediação Familiar) (11)
311	CGJ 1218/2010	Parecer (Cópia do projeto de Lei do Senado Federal – instituição dos Juizados Especiais da Família) (11)
312	CGJ 1173/2010	Parecer (Proposta de procedimento em recuperação judicial) (11)
313	382536-2010.1	Parecer (Ofício n. 151/2010-DF – sugestão para distribuição das varas da comarca de Camboriú) (11)
314	CGJ 0852/2010	Parecer (Atuação de peritos oficiais em processos cíveis remunerados pelas partes) (11)
315	CGJ 0252/2009	Parecer (Dispõe plantão judiciário em primeiro e segundo grau) (11)
316	CGJ 0862/2007	Parecer (Encaminhar ofício à CGJ do Paraná para assinatura de aditivo do protocolo de cooperação) (12)
317	CGJ 1332/2010	Despacho (Encaminhar autos para Comissão de Divisão e Organização Judiciárias) (12)
318	397397-2010.2	Despacho (devolução dos autos à Diretoria de Material e Patrimônio para arquivamento) (12)
319	397912-2010.1	Parecer (Lotação de servidores na Comarca de Laguna – 1ª Vara Cível) (12)
320	CGJ 1015/2010	Parecer (Consulta sobre fixação de honorários para Defensor Dativo em processos envolvendo Lei de Tóxicos. Rito Especial. Autos 030.10.001704-5) (12)
321	CGJ 1032/2010	Parecer (Pedido de providências. Autos 027.10.001072-5. Apoio logístico para bens apreendidos) (12)
322	356950-2009.0	Despacho (Encaminha os autos ao Conselho da Magistratura) (12)
323	CGJ 1057/2010	Parecer (Análise das Portarias 170 e 171 de 2010 (Relativo ao cadastro de leiloeiros e disciplinamento das alienações judiciais) (12)
324	337383-2009.5	Parecer (Ofício 339/2008-GP – Solicitação referente sistema de consulta de andamento processual (Sistema de Automação do Judiciário – SAJ) (12)
325	CGJ 0829/2010	Propõe alteração do CNCGJ – art. 316 tornando não obrigatória a expedição de guia de recolhimento para apenados em regime aberto quando não há casa de albergado na Comarca. Remessa ao CEPIJ para manifestação acerca da redação proposta. (12).
326	398250-2010.5	Ofício-circular n. 1155/GP do CNJ. Recomendação para uso do RENAJUD. Encaminhamento de ofício-circular aos juízes. (12).
327	CGJ 0982/2010	Fornecimento de dados não-sensíveis de usuários de telefonia fixa ou móvel. Investigação Criminal. Desnecessidade de autorização Judicial. Parecer enviado pela ANATEL. Encaminhamento de ofício-circular aos magistrados. (12).
328	CGJ 1167/2010	Consulta procedimentos na confecção da certidão de URHs. (12)
329	CGJ 1375/2010	Consulta procedimentos na confecção da certidão de URHs. (12)
330	CGJ 1161/2010	Assistência judiciária extrajudicial – Escritórios modelos de advocacia – Universidade. (12)
331	CGJ 0199/2010	Movimentação na internet para que os gabinetes possam ter acesso (12)
332	CGJ 0985/2010	Análise da Portaria n. 122/2010 (Dispõe sobre a organização e o funcionamento do serviço de mediação familiar na comarca de Lauro Muller). (12)
333	CGJ 1182/2010	Análise da Portaria 73/2010 (Instituição do Serviço de Mediação Familiar – SMF – na comarca de Forquilhinha. (12)
334	CGJ 1231/2010	Solicita alteração da Resolução que disciplina competências das varas integrantes da Unidade Criminal da comarca de Tubarão, para adequação à realidade fática no que tange ao processamento de cartas precatórias. (12)

Fonte: CGJ – Núcleo II

3.2.4. Projeto META 2

1. Meta 2 → Julgar os processos de conhecimento distribuídos até 31-12-2006 e os de competência do Tribunal do Júri distribuídos até 31-12-2007.

2. Santa Catarina → Processos em 314 unidades de 111 comarcas:

- 31-12-2009: **96.403**
- 31-12-2010: **47.701**
- Redução de **48.702** → **50,51%**

3. Projeto do Poder Judiciário:

- Resolução Conjunta n. 2/2010 → Criação do Grupo Gestor das Metas: Juiz Odson Cardoso Filho – Gabinete da Presidência, Juiz Corregedor Dinart Francisco Machado, Juiz Luiz Felipe Siegert Schuch – Coordenador dos Magistrados e Cleverson Oliveira – Diretor-Geral Judiciário e Coordenador do Programa de Implantação de Serviços Judiciários.
- Designação de 8 juízes substitutos exclusivos para Meta 2.
- Indicação de 8 servidores especializados para atuação em 46 unidades de 16 comarcas com maior número de processos (acima de 500, em média).
- Realização de uma reunião em cada unidade auxiliada (Anexo da Resolução Conjunta n. 2/2010) com a presença do Juiz Corregedor Dinart Francisco Machado, exceto na comarca de Rio Negrinho.
- Acompanhamento sistemático por coordenação operacional: Reni Machado Filho (Programa de Implantação de Serviços Judiciários), Ricardo Câmara da Costa e Pietro Tabarin Volponi (Núcleo 2 da Corregedoria-Geral da Justiça).
- Objetos da iniciativa → Impulso na movimentação e no julgamento dos processos e controle estatístico.

4. Resultado nessas 46 unidades de 16 comarcas:

- 31-12-2009: **39.628 processos**
- 31-12-2010: **15.577 processos**
- Redução de **24.051** → **60,69%**

5. Parceria essencial para consecução da Meta 2 → *Mutirões de Júri, de Sentença e de Turma de Recursos.*

3.3. Núcleo de Assessoramento III: Correicional e Instrução Disciplinar

3.3.1 Inspeções locais realizadas em 2010:

N.	COMARCA/VARA	DATA
1	Lages – 1ª, 2ª e 3ª Varas Criminais	22 a 26 de março
2	Tubarão – 1ª e 2ª Varas Criminais	12 a 16 de abril
3	Criciúma – 1ª e 2ª Varas Criminais	26 a 30 de abril
4	Araranguá – Vara Criminal	26 a 30 de abril
5	Joinville – 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas Criminais	10 a 21 de maio
6	Caçador – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	7 a 11 de junho
7	Itajaí – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara da Fazenda	21 a 25 de junho
8	São Francisco do Sul – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	12 a 16 de julho
9	São Miguel do Oeste – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	26 a 30 de julho
10	Xanxerê - 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	2 a 6 agosto
11	Araranguá – 2ª e 3ª Varas Cíveis	23 a 27 agosto
12	Jaraguá do Sul – 1ª e 2ª Varas Cíveis, Vara da Fazenda, Vara Criminal, Vara da Família e Juizado da UNERJ	13 a 24 de setembro
13	Timbó - 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	4 a 8 de outubro
14	Campos Novos - 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	18 a 22 de outubro
15	Joaçaba – Vara Criminal	18 a 22 de outubro
16	Gaspar – 1ª, 2ª e 3ª Varas	8 a 12 de novembro

Fonte: CGJ – Núcleo III

3.3.2 Inspeções virtuais realizadas em 2010:

N.	COMARCA/VARA	DATA
1	Capital – 3ª Varas Cível	27 de maio
2	Mafra – 2ª Vara	2 a 11 de junho
3	Barra Velha – Vara Única	10 de agosto
4	Itajaí – Vara da Fazenda	29 de outubro
5	Capital – 3ª Vara Cível	29 de novembro
6	Joaçaba – 2ª Vara Cível	6 a 9 de dezembro

Fonte: CGJ – Núcleo III

3.3.3. Análise das respostas às determinações e confecção de relatórios de verificações nos processos de inspeções e correições, em 2010:

N.	PROCESSO	COMARCA/VARA
1	CGJ 0131/2009	Itajaí - 1ª Vara Criminal
2	CGJ 0130/2009	Itajaí - 3ª Vara Cível
3	CGJ 0319/2009	Curitibanos - Vara Criminal, Infância e Juventude
4	CGJ 0713/2009	Guaramirim - 2ª Vara
5	CGJ 0812/2009	Balneário Camboriú - 2ª Vara Criminal
6	CGJ 0873/2009	Laguna - 1ª Vara Cível
7	CGJ 0930/2009	Laguna - Vara Criminal
8	CGJ 0439/2009	Concórdia - 1ª Vara Cível
9	CGJ 0132/2009	Itajaí - 2ª Vara Criminal
10	CGJ 0409/2009	Joinville - Vara da Infância e Juventude
11	CGJ 1009/2009	Blumenau - 2ª Vara Criminal
12	CGJ 1402/2009	Capital - 2ª Vara da Família
13	CGJ 1401/2009	Capital - 1ª Vara da Família
14	CGJ 1008/2009	Blumenau - 1ª Vara da Criminal
15	CGJ 0811/2009	Balneário Camboriú - 1ª Vara Criminal
16	CGJ 0712/2009	Guaramirim - 1ª Vara
17	CGJ 0929/2009	Laguna - 2ª Vara Cível
18	CGJ 0801/2010	Xanxerê - Vara Criminal
19	CGJ 0428/2009	Concórdia - Vara Criminal, Infância e Juventude
20	CGJ 0739/2010	São Francisco do Sul - 1ª Vara Cível
21	CGJ 0228/2009	Chapecó - 2ª Vara Criminal
22	CGJ 0740/2010	São Francisco do Sul - 2ª Vara Cível
23	CGJ 0071/2009	Mafra - 2ª Vara
24	CGJ 0438/2009	Concórdia - Vara Criminal e da Infância e Juventude
25	CGJ 0796/2010	São Miguel do Oeste - 1ª Vara Cível
26	CGJ 1011/2009	Blumenau - Vara do Juizado Especial Criminal
27	CGJ 0797/2010	São Miguel do Oeste - 2ª Vara Cível
28	CGJ 0800/2010	Xanxerê - 2ª Vara Cível
29	CGJ 0929/2009	Laguna - 2ª Vara Cível
30	CGJ 1226/2009	Canoinhas - Vara Criminal
31	CGJ 0119/2009	Itajaí - 3ª Vara Criminal
32	CGJ 1013/2010	Jaraguá do Sul - 2ª Vara Cível
33	CGJ 0487/2010	Joinville - 4ª Vara Criminal
34	CGJ 1466/2010	Xaxim - Visita à Comarca
35	CGJ 0287/2010	Lages - 2ª Vara Criminal
36	CGJ 0484/2010	Joinville - 1ª Vara Criminal
37	CGJ 0301/2009	Capinzal - 1ª Vara
38	CGJ 0302/2009	Capinzal - 2ª Vara
39	CGJ 0227/2009	Chapecó - 3ª Vara Criminal
40	CGJ 0318/2009	Rio do Sul - Vara Criminal
41	CGJ 0286/2010	Lages - 1ª Vara Criminal
42	CGJ 0378/2010	Tubarão - 1ª Vara Criminal
43	CGJ 0488/2010	Joinville – Juizado Especial Criminal

44	CGJ 0667/2010	Itajaí - Vara da Fazenda Pública
45	CGJ 0199/2010	Pedido de providências
46	CGJ 0485/2010	Joinville - 2ª Vara Criminal
47	CGJ 0288/2010	Lages - 3ª Vara Criminal
48	P.A. 361118-2010.3	Diligências (2ª vara cível da comarca de Laguna)
49	CGJ 1010/2010	Jaraguá do Sul – Vara da família, infância e Juventude
50	CGJ 1012/2010	Jaraguá do Sul – 1ª vara cível
51	CGJ 0598/2010	Caçador - Vara Criminal
52	CGJ 1010/2009	Blumenau - 3ª Vara Criminal
53	CGJ 0741/2010	São Francisco do Sul - Vara Criminal
54	CGJ 1011/2010	Jaraguá do Sul – Vara Fazendo Pública

Fonte: CGJ – Núcleo III

3.3.4. Instruções em Processos Administrativos com inquirições em 2010:

N.	DATA	LOCAL	PROCESSO	PESSOAS OUVIDAS
1	27/01/2010	Criciúma	CGJ 1448/2009	1
2	29/01/2010	TJSC – CGJ	CGJ 1448/2009	1
3	23/02/2010	TJSC – CGJ	CGJ 1448/2009	1
4	24/02/2010	Criciúma	CGJ 1448/2009	2
5	07/04/2010	TJSC – CGJ	CGJ 1448/2009	1
6	29/04/2010	Criciúma	CGJ 1448/2009	1
7	29/04/2010	Criciúma	CGJ 1448/2009	1
8	05/05/2010	TJSC – CGJ	CGJ 1448/2009	1
9	20/05/2010	TJSC – CGJ	CGJ 1448/2009	3
10	28/08/2010	Chapecó	CGJ 0461/2010	1
11	14/09/2010	Jaraguá do Sul	CGJ 0717/2010	8
12	11/10/2010	Canoinhas	CGJ 0461/2010	1
13	27/10/2010	TJSC – CGJ	CGJ 1116/2010	1
14	29/10/2010	Canoinhas	CGJ 0461/2010	1
	TOTAL			24

Fonte: CGJ – Núcleo III

3.4. Núcleo de Assessoramento IV – Serventias Extrajudiciais

3.4.1. Considerações iniciais

As atividades desenvolvidas pelo Núcleo IV – Serventias Extrajudiciais no ano de 2010 objetivaram dar continuidade ao processo de aprimoramento das ações preventivas junto aos serventuários, desenvolvido a partir da gestão de 2009, que buscam disseminar conhecimentos técnicos e gerenciais como forma de qualificação e melhoria para a posterior prestação dos serviços de orientação e fiscalização. Notadamente, este modelo de gestão adotado prevê um permanente desenvolvimento de métodos, ferramentas e estratégias que visam compatibilizar a sistemática de trabalho à dinâmica própria das atribuições desempenhadas pelo Núcleo.

No âmbito interno, o Núcleo IV foi reorganizado a partir da Ordem de Serviço n. 01/2010, que estabeleceu uma nova disciplina ao fluxo de demandas geradas por meio dos processos, consultas, *e-mails* (cgjextra@tjsc.jus.br) e pareceres cotidianamente solicitados. A partir desta Ordem de Serviço, consolidou-se um formato de prioridades como meio para uma melhor adequação do setor frente às novas demandas, visando conferir presteza e eficiência no desempenho das atribuições afeitas ao Núcleo, ao mesmo tempo em que se buscou sanar os expedientes que se encontravam pendentes de análise e resposta.

Posteriormente foi instaurada a Portaria n. 63/2010, que objetivou implementar uma sistemática organizacional pautada na reordenação de setores, na redistribuição de atividades e na especialização de tarefas, promovendo uma realocação estratégica dos recursos humanos de acordo com as suas competências e experiências profissionais. A Portaria n. 63/2010 também promoveu uma readequação dos fluxos, procedimentos e rotinas internas à dinâmica do trabalho especialmente desenvolvido pelo Núcleo IV. Nesse sentido, concentraram-se esforços e recursos para que as atividades desempenhadas por cada setor fossem aprimoradas, visando uma melhoria no efetivo oferecimento de repostas às demandas externas/internas propostas e emprestando agilidade e confiabilidade ao serviço prestado. A normativa referida homologou o projeto desenvolvido para a engenharia de um funcionograma de atividades desenvolvidas no Núcleo, subdividindo-o em setores mais especializados, abaixo estruturado:

Setor I – coordenação e orientação;

Setor II – fiscalização e inspeção;

Setor III - Revisão e aprimoramento do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (Terceira parte) e projeto;

Setor IV – Selo de Fiscalização, ressarcimento dos atos gratuitos, ajuda de custos e cadastro das serventias.

3.4.2. Atividades Desenvolvidas

1. Disponibilização de informações para consulta pública, por meio da internet, contidas na Central de Escrituras de Inventário, Partilha, Separação e Divórcio Consensuais (processo CGJ 0136/2008);

2. Readequação da página "Portal do Extrajudicial", visando dar clareza, objetividade e fácil acesso na prestação e na obtenção das informações relacionadas às serventias extrajudiciais;

3. Descarte de livros desatualizados e não utilizados pelo Núcleo IV, em procedimento realizado pela Divisão Administrativa;

4. Elaboração e disponibilização do Manual de Transmissão do Acervo para auxílio nos trabalhos desenvolvidos pelos Diretores de Foro, nas serventias extrajudiciais em que assumiram concursados/titulares;

5. Prestação de auxílio e orientação aos Juízes Diretores de Foro por meio de telefone e e-mail, bem como pelo deslocamento de assessores correicionais, para posse e transmissão do acervo dos novos delegatários extrajudiciais;

6. Transmissões de Acervo praticadas pela equipe da Assessoria Correicional do Extrajudicial:

PROCESSO	ATIVIDADE	MUNICÍPIO	DISTRITO	SERVENTIA	PERÍODO
CGJ-E 979/2007	Transm. Acervo	Florianópolis	Pântano do Sul	EP	19/1/2010
Direção do Foro	Transm. Acervo	Florianópolis	Ribeirão da Ilha	EP	25 e 26 janeiro
Direção do Foro	Transm. Acervo	São José	-	ORI	2 e 3 fevereiro
CGJ-E 622/2008	Transm. Acervo	Schroeder	-	EP	4 e 5 fevereiro
Direção do Foro	Transm. Acervo	São José	-	TNP	4/2/2010
Direção do Foro	Transm. Acervo	Gaspar	-	ORCPN_PJ_TD	31/3/2010
Direção do Foro	Transm. Acervo	Baln. Camboriú	-	1TNP	31/3/2010
Direção do Foro	Transm. Acervo	Tubarão	Pedras Grandes	EP	5/4/2010
Direção do Foro	Transm. Acervo	Tubarão	-	TP	5/4/2010
Direção do Foro	Transm. Acervo	Tubarão	-	2TNP	6/4/2010
Direção do Foro	Transm. Acervo	Criciúma	Rio Maina	EP	7/4/2010
Direção do Foro	Transm. Acervo	Criciúma	-	2TNP	7 a 9 abril
Direção do Foro	Transm. Acervo	Criciúma	-	1TNP	12 a 16 abril
Direção do Foro	Transm. Acervo	Gaspar	-	ORI	12/4/2010

7. Reenvio ao CNJ dos atos de posse e de transmissão de acervo dos titulares e dos designados nas Serventias Extrajudiciais declaradas provisoriamente vagas;

8. Informação do usuário e da senha de acesso ao Sistema Justiça Aberta, por meio de telefone e e-mail, a todos os delegatários para a atualização dos dados e dos atos realizados pelos ofícios extrajudiciais;

9. Distribuição do "CD CGJ EXTRA – Versão 2009", concedendo aos cartorários e aos Juízes Diretores dos Foros acesso a uma fonte de pesquisa e orientação para a atividade correicional cotidiana, por meio de normas atualizadas, decisões da CGJ e do Conselho da Magistratura acerca da matéria registral e notarial, além de outras ferramentas disponibilizadas (Processo n. CGJ-E 0174/2009);

10. Distribuição para os cartórios e fóruns de cartazes contendo os novos modelos de selo de fiscalização;

11. Informação mensal da produtividade do Corregedor e do Vice-Corregedor para a Secretaria da Corregedoria, objetivando a posterior remessa ao Conselho Nacional de Justiça do balanço mensal de produtividade dos Desembargadores Corregedores;

12. Indicação dos atuais responsáveis pelas serventias para recebimento dos equipamentos de informática concedidos aos ofícios extrajudiciais carentes de equipamentos para informatização;

13. Lançamento do novo "Censo de Informatização das Serventias Extrajudiciais", com o objetivo de captar as informações relacionadas ao número de computadores de que dispõem

as serventias extrajudiciais, assim como o número de impressoras, acessos à internet, sistema informatizado de automação e a empresas que os desenvolvem (Circular n. 23/2010);

14. Assinatura do Termo de Cooperação Técnica – Averbação da Reserva Legal, em parceria realizada com o Ministério Público Estadual, FATMA, ANOREG e ATC;

15. Divulgação da campanha para a celebração de casamento coletivo dirigido a pessoas carentes, em parceria com a Associação Amigos da Cidadania Catarinense – AACC (Processo n. CGJ-E 0693/2010);

16. Lançamento do S@E (Sistema de Atendimento do Extrajudicial, ofício-circular 118/2020), com objetivo de aprimorar o atendimento dispensado pelo Poder Judiciário às solicitações encaminhadas por correio eletrônico (*e-mail*) ao Núcleo IV da Corregedoria-Geral da Justiça, com acesso realizado por meio do Portal do Extrajudicial;

17. Reenvio de informações, dos atos de posse e dos de transmissão do acervo ao Conselho Nacional de Justiça, visando esclarecer e adequar a decisão definitiva de vacância de serventias, publicada por aquele Órgão em 12 de julho de 2010;

18. Orientação aos interinos das serventias extrajudiciais, por meio da circular n. 29/2010, sobre a adequação ao teto remuneratório dos servidores públicos;

19. Publicação do Provimento n. 19/2010 e da Circular n. 38/2010, visando regulamentar a nomeação de interventores e interinos, suas remunerações, procedimentos de prestações de contas, as competências para apuração disciplinar de seus atos, bem como as regras sobre a identificação das serventias extrajudiciais, no intuito de uniformizá-las em todo o Estado;

20. Criação, no acesso restrito do Portal, de um canal para envio eletrônico do balancete resumido à Corregedoria, nos moldes propostos pelo Conselho Nacional de Justiça, visando a prestação de contas pelos interinos/designados (Provimento n. 19);

21. Criação do endereço de e-mail interino@tjsc.jus.br para envio das decisões de homologação de prestação de contas pelos Diretores de Foro das Comarcas (circular n. 38/2010);

22. Lotação de quatro Analistas Jurídicos no Núcleo IV, a partir do mês de outubro, por intermédio da Secretaria da CGJ, visando à adequação e à otimização dos trabalhos desempenhados a partir da reestruturação deste Núcleo;

23. Lançamento do senso dos Cartórios de Registro Civil e Escrivanias de Paz, para a tomada de providências sugeridas pelo Provimento n. 13/10 do Conselho Nacional de Justiça;

24. Envio ao Conselho Nacional de Justiça de todos os registros de matrículas de aquisição de imóveis rurais por estrangeiros no Estado de Santa Catarina (Processo n. CGJ-E 0839/2010);

25. Recepção da delegação de servidores do Tribunal de Justiça da Bahia para apresentação do Projeto do Selo Digital de Fiscalização;

26. Organização e realização do 2° Simpósio de Direito Notarial e Registral de Santa Catarina em conjunto com a Academia Judicial;

27. Elaboração e remessa para a 1° Vice-Presidência da lista das serventias extrajudiciais vagas, objetivando a abertura de novo concurso para a atividade extrajudicial do Estado;

28. Instauração do Processo n. CGJ-E 0331/2010 para atualização dos valores pagos a título de ajuda de custo para as serventias extrajudiciais;

29. Implantação do Projeto Piloto do Selo Digital de Fiscalização no 2° Tabelionato de Notas e no 1° Ofício de Protestos da Comarca da Capital;

30. Implantação pelo Setor III, do Núcleo IV, do sistema de agenda eletrônica, para publicidade e controle das tarefas realizadas internamente;

31. Atendimento e orientação dos serventuários extrajudiciais, juízes, secretários de Foro e jurisdicionados pelos ramais telefônicos do Núcleo IV, excetuados os atendimentos do Setor do Selo de Fiscalização, conforme números mensalmente abaixo relacionados:

MÊS / RAMAL	2727	2728	2729	2730	2732	2733	2734	2737	2741	2749	2771	2772	2778
Jan	69	54	49	144	219	36	50	81	516	1	98	29	167
Fev	271	288	11	340	186	85	105	56	860	1	192	77	161
Mar	124	174	10	334	160	152	56	61	673	1	196	173	114
Abr	72	97	10	261	127	157	95	50	443	1	75	69	138
Mai	94	78	15	269	115	141	28	79	386	-	99	23	53
Jun	76	99	13	353	131	57	14	12	408	-	92	41	64
Jul	71	108	10	392	161	113	57	18	310	-	57	28	63
Ago	121	187	21	367	139	223	45	3	274	-	82	52	52
Set	78	97	16	348	76	92	73	9	122	1	56	35	251
Out	62	88	14	363	123	70	48	24	88	-	82	54	269
Nov	153	117	-	433	185	101	34	30	46	14	54	47	108
Dez	4	3	-	17	5	3	-	7	14	-	1	-	5
TOTAL	**1.195**	**1.390**	**169**	**3.621**	**1.627**	**1.230**	**605**	**430**	**4.140**	**19**	**1.084**	**628**	**1.445**

Fonte: CGJ – Núcleo IV

32. Resposta e orientação, por meio do endereço eletrônico cgjduviextra@tjsc.jus.br (substituído pelo sistema S@E), até 9 de julho, de 638 (seiscentos e trinta e oito) consultas, conforme matérias abaixo descritas:

ASSUNTO	QUANTIDADE
Ofício de Protestos	10
Processo Administrativo Disciplinar	2
Registro Civil de Pessoas Jurídicas	1
Registro Civil de Pessoas Naturais	18
Registro de Imóveis	39
Registro de Títulos e Documentos	2
Tabelionato	43
Sem Classificação	521
TOTAL	**683**

Fonte: CGJ – Núcleo IV

33. Respostas às consultas por meio do Sistema de Atendimento do Extrajudicial (S@E):

ASSESSOR	SETOR	QUANTIDADE
Marcia Campos Sarturi	I	27
Alexsandro Postali	I	69
George Lucas Flôres Sodré	I	50
Carlos Augusto Marques	II	3
Alberto João da Cunha Júnior	IV	3
Guilherme Beckauser Wensing	IV	1
Jussara Aparecida Barboza	II	3
Luís Gustavo Granzotto de Campos	III	3
Fernando Medeiros Ferreira	III	5
Péterson Ruan da Silva	III	4
Flávia Maria Machado	I	30
Ana Júlia Schlichting	II	13
Raul Wanderley Eble	II	4

** Com o advento da Portaria 63/2010 a responsabilidade pelas resposta as consultas formuladas pelo Serviço de Atendimento do Extrajudicial (S@E) ficou concentrada em grande parte junto ao setor I do Núcleo IV.*

34. Participação dos servidores e juiz-corregedor* nos Encontros e Seminários:

DATA	LOCAL	EVENTO
13 a 17 de setembro	Natal – Rio Grande do Norte	37° Encontro dos Registradores de Imóveis do Brasil*
04 e 05 de novembro	Florianópolis – Santa Catarina	2° Simpósio de Direito Notarial e Registral/SC*
02 e 03 de dezembro	Búzios – Rio de Janeiro	V Seminário Luso-Brasileiro de Direito Imobiliário

Fonte: CGJ – Núcleo IV

35. Participação dos servidores do Núcleo em cursos de capacitação:

DATA	LOCAL	CURSO
Abril	Academia Judicial	Capacitação no Programa 5S
Julho	Foro Des. Eduardo Luz	Reforma Ortográfica e Redação Jurídica
Outubro	Academia Judicial	Planilha Eletrônica
Outubro	Hotel Castelmar	Encontro de Integração dos Novos Servidores
Outubro	Academia Judicial	Capacitação no SAJ-5
Julho	Universidade Federal de Santa Catarina	Especialização em Gestão Organizacional e Tecnologia de Recursos Humanos
Outubro	Foro Des. Eduardo Luz	Hermenêutica, Sistema Acusatório e a Reforma do Código de Processo Penal

Fonte: CGJ – Núcleo IV

36. Inspeções Correicionais praticadas nas Serventias Extrajudiciais do Estado:

ATIVIDADE	MUNICÍPIO	DISTRITO	SERVENTIA	PERÍODO
Retorno	Capital	Cachoeira do Bom Jesus	EP	24/3/2010
Corr. Ordinária	Curitibanos	-	ORCPN_PJ_TD	26 a 30 abril
Corr. Extraord.	Correia Pinto	-	EP	26 e 27 abril
Corr. Ordinária	São Cristóvão do Sul	-	EP	28 e 29 abril
Corr. Extraord.	Lages	-	1ORI	26 a 30 abril
Corr. Ordinária	Imbituba	-	ORCPN_PJ_TD	10 a 14 maio
Corr. Ordinária	Imbituba	-	TNP	10 a 14 maio
Corr. Ordinária	Imbituba	-	ORI	10 a 14 maio
Corr. Ordinária	Imbituba	Mirim	EP	10 e 11 maio
Corr. Ordinária	Imbituba	Vila Nova	EP	12 a 14 maio
Corr. Ordinária	Imaruí	-	ORI	13/5/2010
Corr. Ordinária	Curitibanos	-	1TNP	24 a 28 maio
Corr. Ordinária	Curitibanos	-	2TNP	24 a 28 maio
Corr. Ordinária	Curitibanos	-	ORI	24 a 28 maio
Corr. Ordinária	Ponte Alta do Norte	-	EP	24 e 25 maio
Corr. Ordinária	Frei Rogério	-	EP	26 e 27 maio
Retorno	Brusque	-	2TNP	7 a 11 junho
Retorno	Brusque	-	ORI	7 a 11 junho
Corr. Ordinária	Botuverá	-	EP	7 e 8 junho
Corr. Ordinária	Guabiruba	-	EP	9 e 10 junho
Corr. Ordinária	Ituporanga	-	ORCPN_PJ_TD	21 a 25 junho
Corr. Ordinária	Leoberto Leal	-	EP	21 a 22 junho
Corr. Ordinária	Atalanta	-	EP	23 a 25 junho
Vistoria	Joinville	-	1TNP	27 e 28 setembro
Vistoria	Joinville	-	1ORI	29 e 30 setembro
Vistoria	Joinville	-	3TN2P	30 e 1° outubro
Retorno	Joinville	-	ORCPN_PJ_TD	18 a 22 outubro
Retorno	Joinville	Pirabeiraba	EP	18 a 22 outubro
Retorno	Joinville	Boa Vista	EP	8 a 12 novembro
Corr. Ordinária	Navegantes	-	TNP	16 a 19 novembro
Corr. Ordinária	Navegantes	-	ORI_RCPN_PJ_TD	16 a 19 novembro
Corr. Ordinária	Orleans	-	TNP	29 a 3 dezembro
Vistoria	Orleans	-	ORI	29 a 3 dezembro
Vistoria	Orleans	-	ORCPN_PJ_TD	29 a 3 dezembro
Vistoria	São Francisco do Sul	-	ORI	9 e 10 dezembro
Vistoria	Itapema	-	ORI	13 e 14 dezembro

Fonte: CGJ – Núcleo IV

37. Atualização e regulamentação do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (Terceira Parte - Serventias Extrajudiciais) e Projetos do Núcleo:

PROCESSO	ASSUNTO	SITUAÇÃO	NORMA-ORIENTAÇÃO (TIPO E NÚMERO)
CGJ 0136/2008	Cria a Central de Escrituras Públicas de Inventário e Partilha, Separação e Divórcio Consensuais.	Concluído	Provimento n. 01/2010
CGJ 0213/2009	Centralização de Protestos no Estado de Santa Catarina (Ata da reunião nº 01/2009-CGJ). Banco do Brasil/Febraban	Em andamento	
CGJ-E 0260/2009	Cria a comissão de estudos para implantação do Selo Digital (Desenvolvimento e implantação do Selo Digital e informatização das serventias extrajudiciais - Webmail e Hermes).	Em andamento	
CGJ-E 0260/2009	Projeto Selo Digital de Fiscalização - Informatização dos Cartórios Extrajudiciais. Preenchimento do senso na página da Corregedoria-Geral da Justiça - formulário eletrônico. Prazo de dez (10) dias a contar de 14-6-10.	Em andamento	Circular n. 23/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital. Adequação dos Sistemas. Orientações	Em andamento	Ofício-Circular n. 16/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital de Fiscalização. Empresas credenciadas.	Em andamento	Ofício-Circular n. 24/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital. Adaptações dos sistemas de informações. Nova versão do Projeto. Empresas e programadores.	Em andamento	Ofício-Circular n. 38/2010
CGJ-E 0260/2009	Artigo 1.051 do Código de Normas. Adoção de sistema eletrônico para captura de imagem e leitura biométrica.	Em andamento	Ofício-Circular n. 39/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital de Fiscalização. Adequação dos sistemas.	Em andamento	Ofício-Circular n. 56/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital de Fiscalização. Características técnicas para impressão do selo.	Em andamento	Ofício-Circular n. 57/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital de Fiscalização. Informações. Orientações.	Em andamento	Ofício-Circular n. 81/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital de Fiscalização. Informações.Testes a partir do dia 08-6-2010 (Web Service - versão 08). Orientações.	Em andamento	Ofício-Circular n. 85/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital: Informatização das serventias extrajudiciais de SC consideradas vagas após o concurso regulado pelo Edital nº 84/2007.	Em andamento	Provimento n. 02/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital de Fiscalização. Informações (Web Service - versão 0.9.2). Orientações.	Em andamento	Ofício-Circular n. 145/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital de Fiscalização. Adequação dos sistemas.	Em andamento	Ofício-Circular n. 01/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital de Fiscalização. Adequação dos sistemas. Versão 07. Programada para entrar em operação em 10-5-10.	Em andamento	Ofício-Circular n. 69/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital de Fiscalização. Adequação dos sistemas. Versão 07. Orientações.	Em andamento	Ofício-Circular n. 70/2010
CGJ-E 0260/2009	Adequação dos Sistemas. Selo Digital. Nova versão (Web Service - versão 0.9.1). Orientações.	Em andamento	Ofício-Circular n. 132/2010

CGJ-E 0730/2009 e 1471/2009	Dispõe sobre a autenticação de nota fiscal eletrônica. Impossibilidade. Segunda via de nota fiscal. Documento considerado original. Possibilidade de Autenticação pelas serventias extrajudiciais.	Concluído	Ofício-Circular n. 41/2010
CGJ-E 0844/2009	Dispões sobre Procuração. Revogação. Comunicação entre cartórios.	Em andamento	
CGJ-E 0822/2009	Revoga o art. 929 do CPC, que exige o reconhecimento de firma por autenticidade em procuração outorgando poderes de dar e receber quitação.	Concluído	Provimento n. 07/2010
CGJ-E 0849/2009	Dispõe sobre a Cédula de Produtor Rural. Artigo 771 do Código de Normas.	Concluído	Ofício-Circular n. 4/2010
CGJ-E 0917/2009	Dispõe sobre Escritura Declaratória de Aquisição Imobiliária;	Em andamento	
CGJ-E 0738/2009	Autorização para descarte de documentos concernentes ao arquivos de protesto, conforme prevê a Lei n. 9.492/97	Concluído	Provimento n. 20/2010
CGJ-E 0859/2009	Dispõe sobre escritura de compra e venda de imóvel rural condicionada à averbação da Reserva Legal. Obrigatoriedade daquela providência por força do disposto no artigo 16 § 8º do Código Florestal. Entendimento sedimentado no STJ.	Concluído	Circular n. 7/2010
CGJ-E 0910/2009	Consulta do Registro de Imóveis da comarca de Itapema. Averbação. Terreno de marinha. Patrimônio da União.	Em andamento	
CGJ-E 0960/2009	Dispõe sobre a Lavratura de Escritura. Procuração Pública. Recusa de confirmação por parte de Tabelionato de outro Estado (RS).	Em andamento	
CGJ-E 1142/2009	Cédulas Rurais Pignoratícias. Anotação de Responsabilidade Técnica. EPAGRI – Lages. Manual de Fiscalização.	Em andamento	
CGJ-E 1378/2009	Dispões sobre procedimento administrativo. Decisão judicial não clara quanto a concessão da Assistência Judiciária. Insegurança na dispensa da cobrança dos emolumentos pelas serventias extrajudiciais. Solicitação de orientação ao magistrado subscritor da ordem. Artigo 546, XI, do CNCGJ.	Concluído	Circular n. 40/2010
CGJ-E 1281/2009	Dispõe sobre a aplicação do § 1º do artigo 600 do Código de Normas, diante das novas regras estabelecidas pela ortografia nacional.	Concluído	Circular n. 9/2010
CGJ-E 1347/2010	Dispõe sobre o Benefício da "Justiça Gratuita". Concessão. Inventário extrajudicial. Possibilidade.	Concluído	Circular n. 12/2010
CGJ-E 1348/2009	Exigência de reconhecimento de firma em ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).	Concluído	Ofício-Circular n. 42/2010
CGJ-E 1442/2009	Consulta acerca da aplicabilidade do parágrafo único do art. 855 do CNCGJ e sua colisão com o art. 19 da Lei nº 6.766/79.	Em andamento	
CGJ-E 1482/2009	Consulta Código de Normas. Obrigatoriedade da Confirmação de instrumentos provenientes de outros Estados.	Em andamento	

CGJ-E 1453/2009	Pedido de encerramento prematuro de fichas despidas de formatação exigida pelo sistema de automação. Aposição de carimbo logo após o ato mais recente. Inutilização do espaço em branco (CNCGJ art. 550). Viabilidade do pleito.	Concluído	Ofício-Circular n. 194/2010
CGJ-E 1589/2009	Dispõe sobre a interpretação do art. 850 do CNCGJ	Em andamento	
CGJ 0445/2009	Dispõe sobre a penhora on line. Registro de Imóveis.	Em andamento	
CGJ-E 1601/2010	Dispõe sobre o procedimento de Impugnação de Valor (art. 16 da LCE n. 156/97).	Concluído	Provimento n. 12/2010
CGJ-E 1517/2009	Notícia de procuração falsa. Comunicado.	Concluído	Ofício-Circular n. 8/2010
CGJ-E 0136/2008	Dispõe sobre o parecer que originou o Provimento n. 1/2010	Concluído	Circular n. 01/2010
CGJ-E 0058/2010	Dispõe sobre a alteração do art. 46 da Lei nº 6.015/73, no tocante à declaração de nascimento realizada após o decurso do prazo legal.	Concluído	Provimento n. 8/2010
CGJ-E 0068/2010	Consulta sobre procedimento de habilitação para casamento após a alteração do art. 1526 do Código Civil.	Concluído	Provimento n. 6/2010
s/ processo	Ofício n. 011595/2009. Superior Tribunal de Justiça. Caixa Consórcio S/A.	Concluído	Ofício-Circular n. 5/2010
CGJ-E 0071/2010	Apresenta sugestão em relação aos atos registrais referentes aos contratos de aquisição e financiamento dentro do Sistema Financeiro de Habitação	Em andamento	
s/ processo	Dispõe sobre pedido de baixa de indisponibilidade de bens...	Concluído	Ofício-Circular n. 7/2010
s/ processo	Dispõe sobre os estatutos das fundações e suas eventuais alterações. Artigos 65, 66,67 e 69 do Código Civil Brasileiro. Obrigatoriedade da aprovação do Ministério Público.	Concluído	Circular n. 6/2010
s/ processo	Mandado de Segurança n.28545. Suspensas as solenidades de posse dos candidatos aprovados no último concurso para as serventias extrajudiciais, enquanto perdurar a decisão do Supremo Tribunal Federal. Inalterada a situação dos empossados.	Concluído	Ofício-Circular n. 11/2010
CGJ-E 0783/2008	Dispõe sobre a distribuição de Títulos de Protestos. Artigo 979 do Código de Normas.	Concluído	Ofício-Circular n. 13/2010
CGJ-E 9492/0009	Dispõe sobre o arquivamento de cópias de documentos na lavratura de procuração pública.	Concluído	Provimento n. 15/2010
CGJ-E 0214/2010	Solicita normatização em relação a proibição de registro de formal de partilha expedido com fração ideal na benfeitoria diversa na fração ideal no imóvel.	Em andamento	
CGJ-E 0218/2010	Dispõe sobre a Emissão Geral do Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR.	Concluído	Circular n. 10/2010
CGJ-E 0217/2010	Reanálise da Circular CGJ n. 07/2010. Condicionamento de averbação de Reserva Legal para lavratura de atos de transmissão, desmembramento e retificação de imóveis rurais. Manutenção da decisão.	Concluído	Circular n. 42/2010

CGJ-E 0215/2010	Problemas em relação a baixa de títulos protestados junto as serventias de Blumenau	Concluído	Provimento n. 28/2010
10/2010-DF-SJ	Consulta encaminhada pela Direção do Foro, comarca de São José. Serventias Extrajudiciais sujeitas a incidência de ISS. Exame de acervo *in loco*, que deverá ser franqueado à Unidade de Fiscalização Municipal.	Concluído	Ofício-Circular n. 37/2010
s/ processo	Ofício n.139080041199-000-002, oriundo da 2ª Vara da Comarca de Porto Belo - SC. Buscas no sentido de localizar o óbito de Eduardo Valdir Agustinho.	Concluído	Ofício-Circular n. 43/2020
s/ processo	Ofício n. 1852/2010, oriundo da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis. Indisponibilidade de bens.	Concluído	Ofício-Circular n. 44/2010
s/ processo	Dispõe sobre o Concurso Público para serventias Notariais. Edital n. 84/07. Posse e transmissão de acervo. Orientações.	Concluído	Ofício-Circular n. 46/2010
s/ processo	Ofício-Controle n.70/1998. Autos n. 495.01.1998.006028-7. Juízo de Direito da 3ª Vara Judicial da Comarca de Registro-SP. Pedido de 2ª via da Certidão de Óbito de Cristovão Soares Pereira, alcunha "Ricardo", portador do RG. 22845803, filho de Corsino Soares Pereira e de Diocelina Pereira Costa.	Concluído	Ofício-Circular n. 52/2010
s/ processo	Ofício n. 065030006478-000-004. Juízo de Direito da Comarca de São José do Cedro. Autos n.: 065.03.000647-8. Indisponibilidades de bens de ...	Concluído	Ofício-Circular n. 63/2010
s/ processo	Ofício n. 065070020838-000-002. Juízo de Direito da Comarca de São José do Cedro. Autos n. 065.07.002083-8. Indisponibilidades de bens de ...	Concluído	Ofício-Circular n. 64/2010
370523-2010.4	Pedido de Providências CNJ n. 0001261-78.2010.2.00.000. Decisão. Notificações extrajudiciais. Princípio da territorialidade. Artigo 728 do Código de Normas.	Concluído	Circular n. 18/2010
s/ processo	Ofício n. 023100182421-000-001. Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública da Capital. Autos n. 023.10.018242-1. Ação Civil Pública. Indisponibilidade de bens de ...	Concluído	Ofício-Circular n. 71/2010
s/ processo	Ofício Circular n. 015/2010-DICSEN/DECOR/CG. Corregedoria-Geral do Estado de Rondônia.Cartório Extrajudicial de Castanheiras. Arrombado e incendiado parcialmente. Comunicado.	Concluído	Ofício-Circular n. 72/2010
s/ processo	Ofício n. 00704/09DF. Juízo de Direito da Comarca de Anápolis-GO. Comunica possível prática de crime na confecção de traslados e procurações.	Concluído	Ofício-Circular n. 82/2010
CGJ-E 0260/2009	Comunica o fim do prazo para preenchimento do Censo de Informatização, conforme Circular n. 23/2010 de 14 de junho.	Em andamento	Ofício-Circular n. 103/2010
CGJ-E 0507/2010	Registro Civil das Pessoas Naturais. Assento de óbito realizado sem apresentação de atestado médico.	Concluído	Circular n. 32/2010
s/ processo	Serventias Extrajudiciais. Pedido de buscas de 2ª Via de certidão. Resposta no prazo de trinta (30) dias: cgj@tjsc.jus.br. Orientações.	Concluído	Ofício-Circular n. 78/2010

s/ processo	Ofício n. 568/10. Comarca de Maringá(PR). Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal. Autos n. 2004.2749-9. Pesquisas para localização do óbito.	Concluído	Ofício-Circular n. 79/2010
s/ processo	Ofício n. 623/2010. Comarca de Gravataí. Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal. Autos n. 015/2.06.0005210-0. Pesquisas para localização do óbito.	Concluído	Ofício-Circular n. 80/2010
s/ processo	Ofício n. 063080004957-000-001. Juízo de Direito da 2ª Vara de São Joaquim. Remessa da Certidão de Óbito em nome de	Concluído	Ofício-Circular n. 144/2010
s/ processo	Aviso n. 09/2010. Ofício-Circular n. 1462/AHMM-DICOGE/2010. Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de São Paulo-SP. Diversas Serventias.	Concluído	Ofício-Circular n. 90/2010
0587/2010	II Simpósio de Direito Notarial e Registral. Prazo de cinco (05) dias para enviar propostas de temas de interesse da classe.	Concluído	Ofício-Circular n. 89/2010
s/ processo	Ofício n. 167090002526-000-001. Juízo de Direito da Comarca de Garopaba. Autos n. 167.09.000252-6. Solicita cópia da Certidão	Concluído	Ofício-Circular n. 108/2010
s/ processo	Ofício n. 167080000466-000-003. Juízo de Direito da Comarca de Garopaba. Autos n. 167.08.000046-6. Solicita cópia da Certidão d	Concluído	Ofício-Circular n. 109/2010
s/ processo	Ofício nº 502/2010. FAVF, do Foro Distrital de Conchal-SP. Autos n.144.01.2007.002005-7. Localização da Certidão de Nascimento	Concluído	Ofício-Circular n. 110/2010
s/ processo	Comunica o Ofício Circular nº 076/2010-SEC, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, nos Autos do processo nº 2961911/2009-SP.	Concluído	Ofício-Circular n. 99/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital de Fiscalização. Informações. Testes a partir do dia 01-7-2010 (Web Service - versão 09). Orientações.	Em andamento	Ofício-Circular n. 104/2010
s/ processo	Provimento n.12/2010. Altera o artigo 522 e inclui os artigos 522-A e 522-B no Código de Normas. Complementação do ITBI/TCMD, FRJ e emissão de DOI retificadora. Os artigos não comportam interpretação ampliativa.	Concluído	Ofício-Circular n. 105/2010
s/ processo	Comunica o horário de expedientes nas datas dos jogos do Brasil na Copa do Mundo de 2010, conforme Resolução n. 22/2010-GP.	Concluído	Ofício-Circular n. 105/2010
CGJ-E 0694/2010	Alteração da redação do § 2º do art. 621 do Código de Normas.	Em andamento	
s/ processo	Ofício-Circular n. 072/2010. Corregedoria-Geral do Estado de Tocantis - TO. Pedidos de Incomunicabilidade de bens, diretamente às serventias, cuja relação de endereços consta...	Concluído	Ofício-Circular n. 126/2010
s/ processo	Utilização do Sistema de Atendimento do Extrajudicial - S@E, disponível no Portal do Extrajudicial. Orientações.	Concluído	Ofício-Circular n. 118/2010
s/ processo	Ofício n. 016/2010-JBS. Terceira Câmara Criminal desta Corte. Indisponibilidade de bens de	Concluído	Ofício-Circular n. 121/2010

s/ processo	Orienta interinos e interventores para o cumprimento da decisão do CNJ, publicada no Diário Eletrônico n. 124, de 12 de julho de 2010.	Concluído	Circular n. 29/2010
s/ processo	Provimento CGJ n. 012/2010. Artigos 522-A e 522-B. Esclarecimentos.	Concluído	Ofício-Circular n. 124/2010
s/ processo	Atividade notarial. Função de Juiz de Paz e Escrevente. Cumulação. Incompatibilidade. Orientações	Concluído	Circular n. 33/2010
CGJ-E 1428/2009	Resolução nº 80/2009-CNJ. Dúvidas e Sugestões. Formulação de consulta ao CNJ.	Em andamento	
CGJ-E 0769/2010	Solicita edição de provimento sobre cumprimento de mandados de averbação de termos de nascimento e casamento e liberação de peticionamento eletrônico para registradores através do SAJ.	Em andamento	
CGJ-E 0834/2010	Dissolubilidade do casamento pelo divórcio. Redação do § 6º do art. 226 da CF, alterada pela EC n. 66/2010.	Concluído	Provimento n. 27/2010
CGJ-E 0839/2010	Autos CGJ-E n.0839/2010. Pedido de Providências do CNJ n. 0002981-80.2010.2.00.0000. Lei n. 5.709/71 (arts. 10, 11, 12 c/c art. 1º § 1º). Artigo 751 do Código de Normas.	Concluído	Ofício-Circular n. 156
s/ processo	Resolução n. 23.217-TSE	Concluído	Circular n. 37/2010
s/ processo	Ofício n. 289/2010-TCU/SECOB-2. Tribunal de Contas da União. Acórdão n. 2766/2009-TCU- Plenário_TC-001.359/2009-2). Decretou cautelarmente, pelo prazo de um (01) ano, a indisponibilidade de bens.	Concluído	Ofício-Circular n. 130/2010
s/ processo	Normas sobre a nomeação de interino e interventor, remuneração, prestação de contas e apuração disciplinar. Denominação oficial das serventias.	Concluído	Provimento n. 19/2010
s/ processo	Resolução CNJ n. 80/2010. Esclarecimentos sobre a atuação de interventores e interinos, para o escorreito cumprimento dos comandos legais e normativos.	Concluído	Circular n. 38/2010
s/ processo	Estabelece as providências a serem adotadas nos acasos de licença de delegatário, para ocupação de cargo, emprego ou função públicos, ainda que em comissão.	Concluído	Circular n. 39/2010
CGJ-E 1146/2010	Reajuste das ajudas de custo as serventias extrajudiciais	Em andamento	
CGJ-E 1148/2010	Solicita realização de estudo para permitir aos tabelionatos de protestos o fornecimento de fotocópia de títulos apontados às partes indicadas como devedoras	Em andamento	
2009.900067-3	Estudo sobre padronização do serviço de fotocópias prestado pelas serventias extrajudiciais	Em andamento	
s/ processo	Ofício n. 3241579/2010. Justiça Federal da Circunscrição de Chapecó. Indisponibilidade de bens	Concluído	Ofício-Circular n. 135/2010

CGJ 0885/2010	Provimento CNJ n. 12/02010. Reconhecimento da paternidade pode ser manifestado expressa e diretamente perante o Juiz. (art. 1º , IV, da Lei n. 8.560/1992 e artigo 1609, IV, do Código Civil).	Concluído	Ofício-Circular n. 159/2010
CGJ-E 1033/2010 e CGJ-E 1053/2010	Associação dos Notários e Registradores do Estado de Santa Catarina - ANOREG. Provimento CGJ n. 19/2010. Suspensão do artigo 14.	Concluído	Circular n. 49/2010
s/ processo	Ofício n. 1306/2010. Juízo de Direito da 78ª Vara do Trabalho. Existência de bens imóveis	Concluído	Ofício-Circular n. 147/2010
CGJ-E 1055/2010	Requer realização de estudos visando atender o Provimento n. 13 do CNJ que dispões sobre a emissão de certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam partos.	Em andamento	
CGJ-E 1055/2010	Provimento CNJ n. 13/10. Registro Civis das pessoas naturais. Censo disponibilizado no site desta Corregedoria-Geral da Justiça. Prazo máximo de quinze (15) dias para responder.	Em andamento	Ofício-Circular n. 157/2010
CGJ-E 1083/2010	Consulta sobre informatização de cartório. Procedimentos com matrícula	Em andamento	
s/ processo	Ofício GP n. 1.865/2010. Pedido de Providências n. 0005648-73.2009.2.00.0000 (200910000056489). Qualificação de Advogado nos atos das Serventias Extrajudiciais, utilizar apenas "advogado", dispensando outras expressões.	Concluído	Ofício-Circular n. 193/2010
s/ processo	Ofício n. 023100408136-000-001. Juízo de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital. Consulta aos Cartórios de Registro Civil sobre o assento de nascimento	Concluído	Ofício-Circular n. 173/2010
s/ processo	Aviso CGJ n. 020/2010. Ofício DJ n. 31560/2010. CGJ-PR. Avisa aos responsáveis pelas serventias extrajudiciais deste Estado sobre as cautelas necessárias ao praticar atos utilizando-se o nome do Serviço Distrital de São José, Comarca de Jandaia do Sul -PR.	Concluído	Ofício-Circular n. 179/2010
CGJ-E 1162/2010	Requer suspensão provisória do provimento 36/2009 e edição de provimento específico para implantação do Selo Digital de Fiscalização	Em andamento	
s/ processo	Comunica sobre a disponibilidade de acesso a relação de serventias extrajudiciais em atividade no Estado de Ceará, para encaminhamento das comunicações de indisponibilidade de bens diretamente às serventias.	Concluído	Circular n. 55/2010
s/ processo	Ofício n. 1798/2010 - GP. Encaminha pedido da Cruz Vermelha Brasileira, no sentido que os Cartórios de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou de Títulos e Documentos, se abstenham de registrar Estatutos de criação de filiais, sem a devida e expressa autorização do Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira.	Concluído	Ofício-Circular n. 187/2010

CGJ-E 1197/2010	Solicita a revogação dos arts. 7 e 8 do Prov. 19/2010 que estabelece teto remuneratório para interinos dos serviços notariais e de registro, baseado em suspensão do STF.	Concluído	
CGJ-E 1378/2009	Decisão não clara quanto a concessão da Assistência Judiciária. Insegurança na dispensa da cobrança de emolumentos pelas serventias extrajudiciais. Orientação com base no artigo 546, XI, do CNCGJ.	Concluído	Ofício-Circular n. 136/2010
s/ processo	Altera o § 2º do artigo 615 e o artigo 882, caput, ambos do CNCGJ, referentes à exigência da certidão de nascimento atualizada para o pedido de habilitação para o casamento e para a lavratura de escritura pública, respectivamente.	Concluído	Provimento n. 33/2010
s/ processo	Renumera o parágrafo único do artigo 3º do Provimento CGJ n. 8/2009, insere parágrafo ao mesmo dispositivo, que trata da intervenção de advogado de núcleo de prática jurídica dos cursos de direito nas lavraturas de escrituras públicas de inventário, partilha, separação e divórcio, e acrescenta o § 6º ao artigo 8º, que trata da vedação de emitir certidão ao advogado representante do núcleo de prática jurídica.	Concluído	Provimento n. 35/2010
s/ processo	Funcionamento, durante o recesso forense, dos Distribuidores judiciais de títulos para protesto.	Concluído	Circular n. 59/2010
s/ processo	Diversos	Concluído	Ofício-Circular n. 208/2010
s/ processo	Indisponibilidade de bens. Baixa	Concluído	Ofício-Circular n. 210/2010

Fonte: CGJ – Núcleo IV

3.4.3. Projeto do Selo Digital

O Projeto do Selo Digital foi iniciado no ano de 2009 e objetiva realizar a substituição do atual selo físico por um eletrônico, de forma a garantir segurança, publicidade e transparência aos atos praticados nas serventias extrajudiciais.

Além disso, busca a padronização dos atos e das informações oriundas das serventias extrajudiciais, a redução do número de fraudes e de extravio/furto de selos e a melhoria da atividade fiscalizatória/orientadora do Poder Judiciário via Corregedoria-Geral da Justiça.

O projeto prevê o fornecimento eletrônico de selos pelo Tribunal de Justiça às serventias extrajudiciais, por meio do procedimento de compra informatizada, já existente, comunicando-se com os sistemas de automação contratados pelos cartórios extrajudiciais.

De forma concomitante, na medida em que os atos forem utilizados, as informações serão remetidas eletronicamente ao Poder Judiciário para que, por meio do número do Selo Digital, juntamente com um validador, seja possível verificar via internet a validade do selo e das informações constantes dos atos.

A troca de informações entre as serventias extrajudiciais e o Poder Judiciário se dará por meio de WebServices e arquivos XML, desenvolvidos pela equipe técnica do Tribunal de Justiça e por

membros da Corregedoria-Geral da Justiça, reunidos em uma comissão denominada: Comissão de Implantação do Selo Digital de Fiscalização.

Durante o ano de 2010, o Projeto contou com as seguintes modificações/atividades:

1. Mapeamento e desenvolvimento dos modelos de todos os atos dos Ofícios de Protesto, Tabelionatos de Notas, Ofícios do Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e Títulos e Documentos e Ofícios do Registro de Imóveis;

2. Lançamento da versão 0.4 do Webservice do Selo Digital: teste do procedimento de compra e remessa de selos digitais;

3. Lançamento da versão 0.5 do Webservice do Selo Digital: teste do procedimento de compra e remessa de selos digitais por meio de acesso autenticado;

4. Lançamento da versão 0.6 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Ofícios de Protesto;

5. Lançamento da versão 0.7 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Tabelionatos de Notas;

6. Lançamento da versão 0.8 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Ofícios do Registro Civil;

7. Lançamento da versão 0.9 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Ofícios do Registro de Imóveis;

8. Lançamento da versão 0.9.1 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões de todos os atos do serviço extrajudicial com as alterações sugeridas pelos desenvolvedores dos sistemas informatizados de automação;

9. Lançamento da versão 0.9.2 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões de todos os atos do serviço extrajudicial com as alterações sugeridas pelos desenvolvedores dos sistemas informatizados de automação e lançamento da primeira versão do Portal de Consulta Pública do Selo Digital;

10. Lançamento da versão 0.9.3 do Webservice do Selo Digital: publicação da última versão dos padrões de todos os atos do serviço extrajudicial com as alterações sugeridas pelos desenvolvedores dos sistemas informatizados de automação antes do Projeto Piloto;

11. Realização da primeira etapa dos Projetos-Piloto do Selo Digital;

12. Divulgação dos padrões da leitura biométrica nos Tabelionatos de Notas e do Selo Digital;

13. Realização do 2º Censo de Informatização do Extrajudicial;

14. Divulgação e atuação do FAQ do Selo Digital (Perguntas mais frequentes), no *site* www.tjsc.jus.br/selo ;

15. Etapa inicial do Projeto-Piloto do Selo Digital;

16. Nos meses de novembro e dezembro de 2010 deu-se início à realização dos Projetos-Piloto do Selo Digital, etapa que objetiva verificar, no contexto da prática das serventias extrajudiciais, a adaptação dos sistemas de informação nelas utilizados à sistemática do Selo Digital, o que envolve as operações de compra e recebimento de lotes de selos digitais, lavratura de atos e remessa das informações para o servidor informatizado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para posterior visualização. Ao todo, foram realizados sete testes em serventias escolhidas dentre a carteira de clientes das quatro maiores empresas fornecedoras de sistemas de automação do mercado.

O planejamento do Projeto indica que, a partir do ano de 2011, serão concluídos os demais Projetos-Piloto e iniciar-se-á a implementação do Selo Digital, de forma escalonada, segundo cronograma ainda a ser definido.

3.4.4. Atividades Desenvolvidas no Setor do Selo de Fiscalização, ressarcimento, ajuda de custo e cadastro das serventias

1. Reajuste dos valores do benefício da Ajuda de Custo destinado às serventias deficitárias (Lei Complementar n. 429/08) nos termos da decisão do Conselho da Magistratura nos autos CGJ-E n. 1446/2009, e pagamento realizado a partir de 1º de janeiro de 2010, com a receita obtida por meio dos Selos de Fiscalização (Tabela 2, abaixo);

TABELA 2 – AJUDA DE CUSTO

MÊS	VALOR R$
Janeiro(1)	307.216,00
Fevereiro	307.216,00
Março	307.216,00
Abril(2)	309.400,00
Maio(3)	308.464,00
Junho	308.464,00
Julho	308.464,00
Agosto(4)	308.256,00
Setembro	308.256,00
Outubro	308.256,00
Novembro	308.256,00
Dezembro (5)	308.256,00
TOTAL	3.697.720,00

Fonte: CGJ – Núcleo IV

(1) A Escrivania de Paz do Distrito de São Sebastião do Sul, município e comarca de Lebon Régis foi extinta por decisão do Conselho da Magistratura no processo n. 2009.9000046-0, deixando-se, com isso, de se fazer o repasse da ajuda de custo.

(2) A Escrivania de Paz do Distrito de Sede Figueira, município e comarca de Chapecó, foi incluída na relação de beneficiárias do inc. III do art. 14 da Lei Complementar Estadual n. 175/98, com efeitos retroativos ao mês de março de 2010 (R$ 728,00), conforme decisão proferida nos autos CGJ-E nº 0122/2010.

Em razão do término do concurso Edital 84/07 – cartórios extrajudiciais destaca-se que:

a) a Escrivania de Paz do município de Balneário Gaivota, comarca de Sombrio, foi instalada, enquadrando-se no critério definido no inc. I do art. 14 da LCE n. 175/98;

b) a Escrivania de Paz do município e comarca de Correia Pinto foi desativada. O Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos da respectiva comarca foi provido pelo concurso e devidamente instalado, tendo o Registro Civil, Título e Documentos sido desanexado, enquadrando-se este no critério definido no inc. II do art. 14 da LCE n. 175/98;

c) a Escrivania de Paz do município e comarca de Herval do D´Oeste foi desativada. O Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos e o Registro de Imóveis e Registro Civil, Títulos e Documentos da respectiva comarca foram providos pelo concurso e devidamente instalados, enquadrando-se esta última serventia no critério definido no inc. II do art. 14 da LCE n. 175/98.

(3) a Escrivania de Paz do município e comarca de Lauro Müller foi excluída da lista da lista de serventias beneficiárias pela Ajuda de Custo (art. 14, inc. I), tendo sido incluído o Registro Civil, Títulos e Documentos, conforme critério definido no inc. II do art. 14 da LCE n. 175/1998.

(4) a Escrivania de Paz do município e comarca de Ipumirim restou excluída da lista de serventias beneficiárias pela Ajuda de Custo (art. 14, inc. I) em razão da sua desativação, tendo sido incluído o Registro Civil, Títulos e Documentos, conforme critério definido no inc. II do art. 14 da LCE nº 175/1998.

2. Pagamento a título de Ajuda de Custo no exercício de 2010 do correspondente a: R$ 1.144,00 (mil cento e quarenta e quatro reais) para as Escrivanias de Paz localizadas nos municípios considerados Comarcas Não-Instaladas ou em distritos de Comarcas de Entrância Inicial; do valor de R$ 936,00 (novecentos e trinta e seis reais) para o Registro Civil localizado na sede de Comarcas de Entrância Inicial; e do valor de R$ 728,00 (setecentos e vinte e oito reais) para as Escrivanias de Paz localizadas em distritos de municípios que sejam sede de Comarca de Entrância Final e Especial, e que adquiriram, no ano anterior, número de Selos de Fiscalização inferior a 50% (cinqüenta por cento) do adquirido pelo Registro Civil da respectiva sede;

3. Controle e pagamento do ressarcimento dos atos isentos e gratuitos no exercício de 2010 (Tabela 3);

TABELA 3 – RESSARCIMENTO DOS ATOS GRATUITOS

MÊS	VALOR R$
Janeiro (1)	528.544,35
Fevereiro (2)	427.330,18
Março (3)	437.031,45
Abril (4)	505.013,93
Maio (5)	518.147,11
Junho (6)	701.188,79
Julho (7)	552.643,87
Agosto (8)	636.566,87
Setembro (9)	624.365,94
Outubro (10)	561.330,42
Novembro (11)	552.984,32
Dezembro (12)	607.107,28
TOTAL	6.652.254,51

Fonte: CGJ – Núcleo IV

(1) Atos referentes ao período de 11/12/2009 até 10/01/2010. Foi bloqueada a quantia de R$ 12.545,90, em razão da dúvida quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.977/98, devendo o pagamento aguardar resultado da consulta formulada ao Conselho da Magistratura (nº 2010.900005-0).

(2) Atos referentes ao período de 11/01/2010 até 10/02/2010. Foi bloqueada a quantia de R$ 4.977,09, em razão da dúvida quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.977/98, devendo o pagamento aguardar resultado da consulta formulada ao Conselho da Magistratura (nº 2010.900005-0).

(3) Atos referentes ao período de 11/02/2010 até 10/03/2010. Foi bloqueada a quantia de R$ 4.766,38, em razão da dúvida quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.977/98, devendo o pagamento aguardar resultado da consulta formulada ao Conselho da Magistratura (nº 2010.900005-0).

(4) Atos referentes ao período de 11/03/2010 até 10/04/2010. Foi bloqueada a quantia de R$ 9.470,74, em razão da dúvida quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.977/98, devendo o pagamento aguardar resultado da consulta formulada ao Conselho da Magistratura (nº 2010.900005-0).

(5) Atos referentes ao período de 11/04/2010 até 10/05/2010. Foi bloqueada a quantia de R$ 10.014,70, em razão da dúvida quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.977/98, devendo o pagamento aguardar resultado da consulta formulada ao Conselho da Magistratura (nº 2010.900005-0).

(6) Atos referentes ao período de 11/05/2010 até 10/06/2010. Foi bloqueada a quantia de R$ 14.512,26, em razão da dúvida quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.977/98, devendo o pagamento aguardar resultado da consulta formulada ao Conselho da Magistratura (nº 2010.900005-0).

(7) Atos referentes ao período de 11/06/2010 até 10/07/2010. Foi bloqueada a quantia de R$ 15.891,21, em razão da dúvida quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.977/98, devendo o pagamento aguardar resultado da consulta formulada ao Conselho da Magistratura (nº 2010.900005-0).

(8) Atos referentes ao período de 11/07/2010 até 10/08/2010. Foi bloqueada a quantia de R$ 13.428,20, em razão da dúvida quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.977/98, devendo o pagamento aguardar resultado da consulta formulada ao Conselho da Magistratura (nº 2010.900005-0).

(9) Atos referentes ao período de 11/08/2010 até 10/09/2010. Foi bloqueada a quantia de R$ 14.437,65, em razão da dúvida quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.977/98, devendo o pagamento aguardar resultado da consulta formulada ao Conselho da Magistratura (nº 2010.900005-0).

(10) Atos referentes ao período de 11/09/2010 até 10/10/2010. Foi bloqueada a quantia de R$ 22.874,91, em razão da dúvida quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.977/98, devendo o pagamento aguardar resultado da consulta formulada ao Conselho da Magistratura (nº 2010.900005-0).

(11) Atos referentes ao período de 11/10/2010 até 10/11/2010. Foi bloqueada a quantia de R$ 13.266,11, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea.

(12) Atos solicitados entre o período de 11/11/2010 e 10/12/2010. Foi bloqueada a quantia de R$ 11.655,98, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea.

4. Estabelecimento pelo Provimento n. 32/2009 do dia 10 de janeiro de 2010 como data limite para solicitação de ressarcimento de atos gratuitos praticados no exercício financeiro de 2009, e suspensão definitiva do ressarcimento de atos notariais tomados no mesmo exercício e não solicitados no prazo estabelecido (Tabela 3);

5. Estabelecimento pelo Provimento n. 30/2010 do dia 10 de janeiro de 2011 como termo final do prazo para que os interessados possam solicitar o ressarcimento dos atos gratuitos praticados no exercício financeiro de 2010. Após mencionada data não será efetuado o ressarcimento dos atos gratuitos referentes ao exercício financeiro de 2010. Ademais, a partir de janeiro de 2011, a solicitação de ressarcimento dos atos gratuitos deverá ser obrigatoriamente procedida, mês a mês, pelos serventuários até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao ato praticado;

6. Considerando as decisões prolatadas pelo egrégio Conselho da Magistratura nos autos administrativos ns. 2008.900058-1 e 2010.900005-0, procedeu-se à atualização do sistema eletrônico de ressarcimento dos atos gratuitos. Os atos bloqueados entre os meses de janeiro e outubro de 2010 serão devidamente analisados pelo setor no decorrer do ano de 2011 em consonância com as respectivas decisões;

7. O objeto inicial do contrato para fornecimento do selo de fiscalização no Estado no exercício de 2010 era de, aproximadamente, 22.000.000. Contudo, diante do aumento na demanda no decorrer ano, procedeu-se o acréscimo de 25% na respectiva quantidade, o que correspondeu à 5.500.000 de selos;

8. Aquisição e controle de 25.216.488 selos de fiscalização para uso nas Serventias Extrajudiciais até a data de 31/12/2010 (Tabela 1);

TABELA 1 – SELOS ADQUIRIDOS PELAS SERVENTIAS ATÉ 31-12-2010

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Selos Isentos 01 ato	1.043.328
Selos Isentos 02 atos	0
Selos Pagos 01 ato (Normal)	15.338.136
Selos Pagos 01 ato (Emergencial)	6.831.484
Selos Pagos 02 atos (Normal)	486.552
Selos Pagos 02 atos (Emergencial)	102.124
Selos Pagos 04 atos (Normal)	109.296
Selos Pagos 04 atos (Emergencial)	30.052
D.U.T. (Normal)	798.380
D.U.T. (Emergencial)	309.892
Selos Escritura com Valor (Normal)	122.936
Selos Escritura com Valor (Emergencial)	44.308
TOTAL	**25.216.488**

Fonte: CGJ – Núcleo IV

9. Estabelecimento pelo Provimento n. 31/2010 da implantação do Selo de Fiscalização Especial D.U.T. – 2 atos junto aos serviços extrajudiciais;

10. Acompanhamento do processo licitatório para contrato de fornecimento de selos de fiscalização, sendo vencedora a proposta apresentada pela empresa American Banknote S.A., a qual passará a confeccionar e distribuir os selos de fiscalização no Estado a partir de janeiro de 2011;

11. Com o término do contrato com a Casa da Moeda do Brasil em 31/12/2010, a quantidade de 1.305.000 de selos em estoque na empresa será enviada à Corregedoria-Geral da Justiça no mês de janeiro de 2011;

12. Alteração e atualização cadastral das Serventias Extrajudiciais, para controle e gestão do Selo de Fiscalização;

13. Elaboração de cadastro das serventias do Estado - aproximadamente 590 – com a manutenção de dados relativos a endereço, e-mail, telefone, conta bancária, dados pessoais do titular, do substituto e dos funcionários;

14. Levantamento e organização da documentação dos responsáveis pelas serventias com a sua posterior digitalização;

15. Manutenção atualizada dos sinais públicos das serventias no sistema do selo;

16. Manutenção do cadastro de serventias existentes no Estado atualizado no site do Conselho Nacional de Justiça;

17. Atualização das vacâncias das serventias e elaboração dos relatórios das serventias vagas e providas para eventuais informações ao Conselho Nacional de Justiça e à Comissão de Concurso de ingresso e remoção na atividade notarial e registral;

18. Atualização das posses e das transmissões de acervo em razão do término do concurso Edital nº 84/07 e das novas designações;

19. Fornecimento de certidões de serventias existentes no Estado;

20. Prestação de informações cadastrais aos demais setores do Núcleo IV – Extrajudicial – da Corregedoria;

21. Participação da Comissão de Estudos e Implantação do Selo Digital;

22. Conferência dos relatórios mensais das faturas para pagamento da empresa Casa da Moeda do Brasil - CMB, bem como acompanhamento e fiscalização, relativamente aos contratos celebrados para confecção e distribuição dos Selos de Fiscalização, e vistoria realizada na empresa em 22/03/2010 pelo Corregedor-Geral e pelo Juiz-Corregedor;

23. Atualização dos cartazes dispondo sobre as características de segurança dos selos de fiscalização de atos notariais e registrais;

24. Destruição de aproximadamente 60.000 selos apreendidos pela Corregedoria;

25. Elaboração de minutas de provimentos e circulares referentes às atribuições desse setor;

26. Atualização do banco de dados dos selos extraviados, inutilizados, furtados e danificados, disponível para consulta na página do Extrajudicial;

27. Recebimento de 164 (cento e sessenta e quatro) processos para análise;

28. Atendimento de consultas encaminhadas por cartorários e pela população em geral por meio de 7.000 (sete mil) ligações recebidas.

3.5. Atividades da Escrivania Correicional

Na Escrivania Correicional atuaram, em 2010, os escrivães correicionais Marco Túlio de Camargo Dolberth e Perla Maria Fusinatto Schappo e o assessor correicional Geraldo Della Giustina.

As atividades da Escrivania Correicional ocorreram nos quatro núcleos da Corregedoria.

3.5.1. De orientação

Conforme quadro detalhado, a Escrivania Correicional prestou esclarecimentos e orientações em variados temas relacionados ao foro judicial. Também ouviu queixas de usuários, dando encaminhamento necessário a cada caso.

2010													
RESPOSTA A CONSULTAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	SOMA
E-mail	37	41	36	50	49	76	78	59	51	33	64	46	**620**
Instant Messenger	9	6	5	6	7	5	9	14	5	16	6	7	**95**
Presencial	2	3	2	4	5	2	1	2	2	5	2	2	**32**
Telefone	29	104	69	97	119	86	66	73	66	46	104	64	**923**
Subtotal	77	154	112	157	180	169	154	148	124	100	176	119	**1.670**
Reclamações	6	9	5	6	7	7	6	5	7	6	7	5	**76**
TOTAL	83	163	117	163	187	176	160	153	131	106	183	124	**1.746**

Fonte: CGJ – Escrivania Correicional

3.5.2. De planejamento e de projetos

Em conjunto com a área técnica, a Escrivania Correicional atuou no acompanhamento dos projetos existentes e na implementação de novos, com a especificação e criação de serviços e/ou sistemas informatizados. Dentre as atividades desenvolvidas durante o ano, destacam-se:

- Proposição e análise de minuta de atos normativos;
- Sugestão de ordem e cronograma de inspeções correicionais nos foros judiciais;
- Participação em eventos atinentes ao cumprimento das metas prioritárias do Conselho Nacional da Justiça (CNJ) e aos Mutirões de Sentenças e das Turmas de Recursos;
- Proposição e análise de alterações de funcionalidades e de modelos de documentos da instituição no Sistema de Automação do Judiciário de Primeiro Grau (SAJ/PG), com participação em reuniões de validação.

3.5.3. De inspeção

As inspeções correicionais fazem parte das ações de controle e fiscalização disciplinar dos serviços judiciários.

Sua realização não significa a existência de irregularidades. Durante os trabalhos a Escrivania Correicional capta informações sobre a realidade do foro judicial e do andamento processual nas unidades judiciárias da comarca. Além dos cartórios judiciais, também setores administrativos foram objeto de inspeção: Central de Portaria e Comunicação, Central de Mandados, Contadoria, Distribuição, Oficialato da Infância e da Juventude, Oficialato de Justiça, Secretaria do Foro e Serviço Social.

Erros, inconsistências ou eventuais irregularidades são registradas em relatório e servem como paradigma para outras unidades. Os servidores recebem orientações de como proceder corretamente. O trabalho é feito por amostragem nos processos em andamento, conforme a competência da unidade (cível, criminal, família, fazenda, juizado especial, etc.).

Além do andamento processual, são verificados problemas de infraestrutura que podem atrapalhar o desenvolvimento das atividades. As questões analisadas nas correições são repassadas às respectivas áreas envolvidas do Judiciário Estadual, requisitando a solução dos problemas encontrados.

Resumidamente, a Escrivania Correicional desenvolve suas atividades com base nos seguintes vetores:

- análise preliminar do perfil da unidade a ser inspecionada;
- acompanhamento da atividade cartorária;
- proposição de adequações ou de redimensionamento das rotinas e do fluxo de documentos e de autos processuais;
- orientação e capacitação dos servidores nas suas atividades;
- consultoria à unidade inspecionada quanto às proposições destacadas;
- monitoramento dos resultados das atividades de inspeção nas unidades;
- elaboração dos relatórios finais das inspeções.

A Escrivania Correcional acompanhou os Juízes-Corregedores do Núcleo III nas atividades de inspeção correicional nas seguintes unidades:

INSPEÇÃO PRESENCIAL		
Ordem	Comarca/Vara	Período
1	Lages – 1ª, 2ª e 3ª Varas Criminais	22 a 26 de março
2	Tubarão – 1ª e 2ª Varas Criminais	12 a 16 de abril
3	Criciúma – 1ª e 2ª Varas Criminais	26 a 30 de abril
4	Araranguá – Vara Criminal	26 a 30 de abril
5	Joinville – 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas Criminais	10 a 21 de maio

6	Caçador – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	7 a 11 de junho
7	Itajaí – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara da Fazenda	21 a 25 de junho
8	São Francisco do Sul – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	12 a 16 de julho
9	São Miguel do Oeste – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	26 a 30 de julho
10	Xanxerê – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	2 a 6 agosto
11	Araranguá – 2ª e 3ª Varas Cíveis	23 a 27 agosto
12	Jaraguá do Sul – 1ª e 2ª Varas Cíveis, Vara Criminal, Vara da Fazenda, Vara da Família e Unidade Judiciária Avançada de Cooperação da UNERJ	13 a 24 de setembro
13	Timbó – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	4 a 8 de outubro
14	Campos Novos – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	18 a 22 de outubro
15	Joaçaba – Vara Criminal	18 a 22 de outubro
16	Gaspar – 1ª, 2ª e 3ª Varas	8 a 12 de novembro

INSPEÇÃO VIRTUAL		
Ordem	Comarca/Vara	Período
1	Capital – 3ª Varas Cível	27 de maio
2	Mafra – 2ª Vara	2 a 11 de junho
3	Barra Velha – Vara Única	10 de agosto
4	Itajaí – Vara da Fazenda	29 de outubro
5	Capital – 3ª Vara Cível	29 de novembro
6	Joaçaba – 2ª Vara Cível	6 a 9 de dezembro

Fonte: CGJ – Escrivania Correicional

3.5.4. De revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça

Em virtude de diversas modificações da legislação processual, a Escrivania Correicional atuou na alteração e modernização do Código de Normas, com a proposição e análise de minuta de atos normativos e na difusão de orientações sobre padronização de procedimentos.

3.5.5. Apresentações e palestras

A Escrivania Correicional também teve a oportunidade de participar, em 2010, de eventos instrucionais como palestrante com ênfase na gestão de pessoas e de processos. Exemplo disto, foram os cursos de formação para ingresso na carreira da magistratura e de preparação de instrutores para implementação da meta 5 do CNJ.

Quanto às atividades específicas, a Escrivania Correicional apresentou-se no Encontro de Técnicos Judiciários Auxiliares.

3.5.6. Do Mutirão de Sentenças

A atividade da Escrivania Correicional no Mutirão de Sentenças de 2010 foi de secretariar o Corregedor-Geral da Justiça e a Juíza-Corregedora Soraya Nunes Lins, especificamente no controle das unidades e juízes participantes do Mutirão de Sentenças e do deslocamento do acervo de processos, com a anotação no número dos lotes de cargas do SAJ/PG.

Coube a Escrivania Correicional ainda, a verificação e análise da situação das unidades referentes aos processos conclusos há mais de 90 dias, estabelecendo contato com juízes e assessores, quando necessário e a organização de documentos referentes ao pagamento de gratificação.

3.5.7. Do Mutirão das Turmas de Recursos

No Mutirão das Turmas de Recursos de 2010 a atividade da Escrivania Correicional também foi de secretariar o Corregedor-Geral da Justiça e a Juíza-Corregedora Soraya Nunes Lins, especificamente no controle dos juízes participantes do Mutirão, dos processos encaminhados para julgamento, da realização das sessões, da quantidade de julgamentos e do pagamento de gratificação.

4. COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – CEPIJ(1)

4.1. Mutirões Carcerários

COMARCA	MÊS	DIAS	PRESOS OUVIDOS
Joinville	Abril	12 a 16	1.195
Joinville	Maio	03 a 05	
Itajaí	Junho	07 a 11	494
Lages	Junho	10 a 14	391
Curitibanos	Julho	05 a 09	612
Tubarão	Agosto	02 a 06	312
Araranguá	Agosto	02 a 06	244
Balneário Camboriú	Agosto	16 a 20	343
Capital (Presídio de São Pedro de Alcântara). Realizado pela Força Nacional de Defensores Públicos da União com o apoio do Tribunal de Justiça	Agosto	16 a 20 e de 23 a 27	1.262
Blumenau	Setembro	13 a 17	784
Chapecó	Novembro	22 a 26	1.200, aproximadamente

(1) Relatório original com fotos: http://www.tjsc.jus.br/institucional/diretorias/cepij/relatorioatividadesCEPIJ%202010.pdf

4.2. Inspeções nos Centros de Internações Provisórias (CIPs) e Centros Educacionais Regionais (CERs)

COMARCA	MÊS	DIAS
Blumenau e Joinville	Março	10 a 12
Grande Fpolis	Abril	27 a 29
Araranguá, Criciúma e Tubarão	Maio	25 a 27
São José do Cedro	Junho	29
Chapecó	Junho	30

Xanxerê	Julho	1
Caçador	Setembro	21
Curitibanos	Setembro	22
Lages	Setembro	23
Rio do Sul	Setembro	24
Concórdia	Outubro	05
Joaçaba	Outubro	06

4.3. Compromissos do coordenador pela CEPIJ e Corregedoria-Geral da Justiça

MÊS DE FEVEREIRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
26 a 27	São Paulo	III Encontro Nacional CNJ
28	Brasília	Reunião Ministro Gilson Dipp

MÊS DE MARÇO

DATA	LOCAL	MOTIVO
01	Brasília	Reunião Ministro Gilson Dipp
14	Brasília	CNJ
15	Brasília	Reunião Conselho Nacional de Justiça Maria da Penha
16 e 17	Brasília	Reunião Corregedoria CNJ
29	Joinville	Reunião com juízes do crime e execução penal

MÊS DE ABRIL

DATA	LOCAL	MOTIVO
06 a 09	Salvador	Participação do Congresso Nacional de Execução Penal e internacional (OEA) sobre o sistema penitenciário de Salvador
15 a 18	Natal	ENCOGE
20	Lages	Reunião com juízes do crime e execução penal
26 a 30	Oeste de Santa Catarina	Viagem com o Des. Corregedor-Geral da Justiça

MÊS DE MAIO

DATA	LOCAL	MOTIVO
3	Itajaí	Reunião com juízes do crime
4	Balneário Camboriú	Reunião com juízes do crime
19	Joinville	Composição mesa

21	Capital	Reunião com dirigentes da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais visando participação nos mutirões carcerários realizados no estado
24 a 26	Araranguá	Reunião preparatória para o mutirão carcerário
27	Tubarão	Reunião preparatória para o mutirão carcerário
31	Brasília	Conselho Nacional de Justiça, MJ e CNMP

MÊS DE JUNHO

DATA	LOCAL	MOTIVO
01	Brasília	Conselho Nacional de Justiça, MJ e CNMP
16 a 19	João Pessoa – Paraíba	CONAPA
21	Florianópolis	Reunião para tratar sobre o monitoramento eletrônico de sentenciados do estado
24	Florianópolis	Reunião com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Ministério Público Estadual acerca da possibilidade de implantação de monitoramento eletrônico no sistema prisional
25	Capital	Reunião com o Coordenador Nacional da Pastoral Carcerária, Padre Valdir João Silveira, para conhecer o trabalho desenvolvido pela CEPIJ

MÊS DE JULHO

DATA	LOCAL	MOTIVO
05	Curitibanos	Reunião para tratar do monitoramento eletrônico de alguns sentenciados das comarcas da Capital, Chapecó, Curitibanos, Criciúma, Joinville, Lages e Rio do Sul
12	Capital	Reunião do PROVITA na Secretaria de Estado da Segurança Pública
16	Capital	Reunião na ACADEPOL sobre monitoramento de presos
26	Capital	Reunião com o delegado da DEIC, Renato Hendges, acerca do contido nos autos do processo n. 380613-2010.8
28	Capital	Audiência na 4ª Vara Criminal para oitiva de sentenciado objeto dos autos do processo n. 380613-2010.8, presentes o Juiz Alexandre Morais da Rosa, Promotor de Justiça Rafael de Moraes Lima, advogado Lídio Moisés da Cruz, Delegado de Polícia Rubens João Leite Farias e Major PM Francisco Luiz Gonzaga da Silveira.

MÊS DE AGOSTO

DATA	LOCAL	MOTIVO
02	Goiânia-GO	Ida ao estado para assinatura do termo de cooperação técnica para cálculo de execução penal, acompanhando os Desembargadores Presidente e Jorge Henrique Schaefer Martins
03	Goiânia-GO	Assinatura do termo de cooperação técnica para cálculo de execução penal, acompanhando os Desembargadores Presidente e Jorge Henrique Schaefer Martins
03 a 06	Tubarão e Araranguá	Mutirões carcerários
09	Balneário Camboriú	Reunião preparatória do mutirão carcerário
12	Capital	Reunião Governador do Estado e Secretário de Justiça e Segurança Pública
16 a 20	Bal. Camboriú e Capital	Mutirão carcerário em Balneário Camboríu e Mutirão na Penitenciária de São Pedro de Alcântara pela Força Nacional de Defensores Públicos da União
23 a 27	Capital	Mutirão na Penitenciária de São Pedro de Alcântara pela Força Nacional de Defensores Públicos da União

23	Capital	Reunião com o Secretário de Justiça e Cidadania e Juiz-Auxiliar da Presidência do CNJ
25	Capital	Plenarinho da Assembléia Legislativa, lançamento da Central de Penas Alternativas da Capital e São José

MÊS DE SETEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
01	Capital	Reunião na Secretaria de Segurança Pública. Comissão de gestão da crise no sistema prisional catarinense
10	Capital	Reunião na CGJ sobre os oficiais de justiça da infância e juventude
13 a 17	Blumenau	Mutirão carcerário
14	Capital	Reunião na Secretaria de Segurança Pública sobre o "PGC" (Primeiro Grupo da Capital)
20 a 24	Caçador, Curitibanos, lages e Rio do Sul	Inspeções CIPs e CERs
24	Capital	Homenageado, em nome do Presidente, pela associação beneficente Iluminar em razão dos trabalhos realizados pelos mutirões carcerários e inspeções nos CIPs e CERs
29	Fraiburgo	Reunião com a DEAP e juízes da região
30	São José	Inspeção no Centro Educacional Regional São Lucas

MÊS DE OUTUBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
04 e 05	Concórdia e Joaçaba	Inspeções nos CIPs e CERs de Concórdia e Joaçaba
06 a 08	São Paulo	II Seminário da Justiça Criminal
14	Capital	Reunião na sede da OAB/SC com o Comitê Catarinense de Combate à Tortura (14h) e Reunião na ACADEPOL sobre monitoração eletrônica de presos (15h)
15	Capital	Reunião no pleno do TJ com juízes da infância e juventude sobre o relatório preliminar emitido pelo projeto Medida Justa do CNJ quando em visita ao estado
19	Capital	Reunião com a juíza Ana Cristina Borba Alves, secretários da Segurança Pública e da Cidadania e Defesa do Cidadão sobre o Centro Educacional Regional São Lucas
25 a 27	Capital	Reunião de planejamento estratégico com juízes do grupo operacional da infância e juventude

MÊS DE NOVEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
04	Joinville	Inspeção na penitenciária com juiz-auxiliar da Presidência do CNJ
05	Blumenau	Inspeção no presídio com juiz-auxiliar da Presidência do CNJ
05	Capital	Reunião com o grupo operacional de execução penal na CGInfo sobre o cartório remoto de execução penal
08	Capital	Reunião com juiz Odson Cardoso Fº
09	Capital	Reunião na CGJ com representantes do MP e Secretaria de Segurança sobre o PGC
16	Capital	Reuniões na assessoria especial da Presidência: 14h: Tramitação direta de IPs (processo 374672-2010.0); 15h30min: Implantação do plano de gestão das varas criminais e de execuções penais (processo n. 371359-2010.8; e às 17h: Desenvolvimento de ações para observância da duração razoável do processo criminal (processo n. 374673-2010.8).

22 a 26	Chapecó	Mutirão carcerário
24	Modelo	Reunião com magistrado da comarca, Comandante da Casa Militar do TJ e comando da PM da comarca
29	Capital	Reunião com o Chefe do Ministério Público do Trabalho
30	Brasília-DF	Acompanhar Desembargador Corregedor-Geral da Justiça

MÊS DE DEZEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
01 a 03	Brasília-DF	Acompanhar Desembargador Corregedor-Geral da Justiça
06 a 07	Rio de Janeiro	4º Encontro Nacional do Judiciário
09	Capital	**14h:** Reunião na CGJ com advogados. **16h30min:** Reunião recebimento relatório mutirão carcerário realizado no presídio feminino da Capital (advª Juliana Botomé)
13	Capital	Reunião com grupo operacional da infância e juventude com a assessoria de planejamento
15	Balneário Camboriú	Palestra no Fórum sobre Adoção

4.4. Processos Administrativos Relacionados à CEPIJ: 131 processos

NÚMERO	ASSUNTO
399128-2010.8	FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - MATERIAL SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL
397891-2010.5	MUTIRÃO CARCERÁRIO NA UNIDADE PRISIONAL AVANÇADA DE CAPINZAL: DIAS 21 A 25 DE NOVEMBRO DE 2011
397890-2010.7	MUTIRÃO CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE JOAÇABA: DIAS 21 A 25 DE NOVEMBRO DE 2011
397889-2010.3	MUTIRÃO CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE TIJUCAS: DIAS 03 A 07 DE OUTUBRO DE 2011
397888-2010.5	MUTIRÃO CARCERÁRIO NA UNIDADE PREISIONAL AVANÇADA DE BRUSQUE: DIAS 03 A 07 DE OUTUBRO DE 2011
397887-2010.7	MUTIRÃO CARCERÁRIO NA COLÔNIA AGRÍCOLA PENAL DA PALHOÇA: DIAS 22 A 26 DE AGOSTO DE 2011
397886-2010.9	MUTIRÃO CARCERÁRIO NA UNIDADE PRISIONAL AVANÇADA DE CANOINHAS: DIAS 11 A 16 DE ABRIL DE 2011
397885-2010.0	MUTIRÃO CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE RIO DO SUL: DIAS 13 A 17 DE JUNHO DE 2011
397884-2010.2	MUTIRÃO CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE MAFRA: DIAS 11 A 16 DE ABRIL DE 2011
397875-2010.3	MUTIRÃO CARCERÁRIO NA UNIDADE PRISIONAL AVANÇADA (UPA) DE SÃO FRANCISCO DO SUL: DIAS 21 A 25 DE FEVEREIRO DE 2011
397874-2010.5	MUTIRÃO CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE JARAGUÁ DO SUL: DIAS 21 A 25 DE FEVEREIRO DE 2011
397777-2010.3	REUNIÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO GRUPO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA CEPIJ E A ASPLAN
397776-2010.5	SOLICITAÇÃO DE FORÇA TAREFA DE MAGISTRADOS PARA ATUAR NA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE SÃO JOSÉ - REQUERENTE JUÍZA ANA CRISTINA BORBA
397003-2010.5	REUNIÃO DO GRUPO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE COM O GOVERNADOR ELEITO RAIMUNDO COLOMBO
396423-2010.0	SOLICITAÇÃO DE AUXÍLIO PARA INSTALAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR NA COMARCA DE MELEIRO
395106-2010.5	TRANSFERÊNCIA DE PRESO PARA OUTRA COMARCA, ENCAMINHAMENTO DO PEC PESSOALMENTE PELO SEU ADVOGADO PARA A COMARCA ONDE PASSARÁ A CUMPRIR A PENA POSSIBILIDADE.

395105-2010.7	PROJETO "EDUCAÇÃO: UMA POSSIBILIDADE DE REINSERÇÃO SOCIAL", COMARCA DE ANITA GARIBALDI
392649-2010.4	DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FRJ, REPASSADOS AO FUPESC-FUNDO PENITENCIÁRIA ESTADUAL, CONFORME LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 188/99
392546-2010.3	PLANO INTEGRADO DE ENFRENTAMENTO AO CRACK E OUTRAS DROGAS - EDITAL Nº 003/2010/ GSIPR/SENAD/MS
391006-2010.7	LEVANTAMENTO NACIONAL DE CRIÂNÇAS E ADOLESCENTES EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO
391002-2010.4	MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE PRESOS
390595-2010.0	LAR SÃO LUCAS - IRREGULARIDADES E DESCUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS
390164-2010.5	CARTÓRIO REMOTO DE EXECUÇÃO PENAL
389813-2010.0	ADVOGADA ROSEMEIRE DE SOUZA RIBEIRO - INFORMAÇÕES SOBRE PROCESSO
389811-2010.3	JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE TUBARÃO - INTERVENÇÃO JUNTO À DEAP PARA INTERNAÇÃO DO APENADO JUNTO AO HCTP
389505-2010.0	ATA DA REUNIÃO REALIZADA NA COMARCA DE FRIABURGO, REFERENTE A INTERDIÇÃO PARCIAL DO PRESIDIO REGIONAL DAQUELA COMARCA
389503-2010.3	REQUERENTE - VARA DE EXECUÇÕES PENAIS/ REQUERIDO -2ª VARA DE ESPIGÃO DO OESTE - RONDÔNIA
388683-2010.2	ESTRATÉGIA NACIONAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - ENASP - INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES DOS GRUPOS TEMÁTICOS
387444-2010.3	MUTIRÃO CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE JARAGUÁ DO SUL - REQUERENTE JUÍZA KARINA MULLER
387443-2010.5	ADVOGADA ROSEMEIRE DE SOUZA RIBEIRO - INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO DO PRESO MAICON NOBRE ARAÚJO (AUTOS 282.10.010753-2)
387440-2010.0	CONSULTA SOBRE POSSIBILIDADE DE ENCONTRO ÍNTIMO ENTRE DOIS PRESOS DO MESMO SEXO
385936-2010.3	JUIZ GUSTAVO MARCOS DE FARIAS - CONVOCAÇÃO PROGRAMA MEDIDA JUSTA - CNJ
385467-2010.1	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS SOBRE PROGRESSÃO DE REGIME DO APENADO VALDERI DE ALMEIDA - REQUERENTE ADVOGADA PATRÍCIA R LOURENÇO
385440-2010.0	REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO POR PSICÓLOGO - NEGATIVA DE REALIZAÇÃO PELA HCTP - RESOLUÇÃO Nº 09/2010 DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - COMARCA DE INDAIAL
385346-2010.2	MUTIRÃO CARCERÁRIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - PROCESSO CGJ 0354 (016202) - ATUAÇÃO DO PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS
385285-2010.7	FORÇA NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA EM EXECUÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO JUDICIAL ESPECIAL
385284-2010.9	I MUTIRÃO DE ORIENTAÇÃO SÓCIO-JURÍDICO NO PRESÍDIO FEMININO DE FLORIANÓPOLIS - OAB/SC, PASTORAL CARCERÁRIA DE FLORIANÓPOLIS E O CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA (CVV)
385283-2010.0	DEFENSORIA PÚBLICA EM ATUAÇÃO NA FORÇA NACIONAL EM EXECUÇÃO PENAL - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO JUDICIAL ESPECIAL - PENITENCIÁRIA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SEGREDO DE JUSTIÇA
385282-2010.2	EXECUÇÃO PENAL - REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO POR PSICÓLOGOS - RESOLUÇÃO Nº 009/2010 DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
385281-2010.4	AMEAÇA DE MORTE CONTRA O SENTENCIADO JOÃO CAVIQUIOLI FILHO - PRESÍDIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
385280-2010.6	PARTICIPAÇÃO DE PSICÓLOGOS JUDICIÁRIOS EM AUDIÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL
385279-2010.2	ANÁLISE DA PORTARIA Nº 22/2010 DA DIREÇÃO DO FÓRUM DE TURVO
384340-2010.8	CONSULTA SOBRE UTILIZAÇÃO DO VEÍCULO OFICIAL DA COMARCA PELO OFICIAL DE JUSTIÇA
383596-2010.0	PLANO OPERATIVO ESTADUAL DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE SANTA CATARINA
383595-2010.2	CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL - MODELOS DE BELO HORIZONTE/MG E PORTO ALEGRE/RS
383594-2010.4	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA VARAS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE
383593-2010.6	PROJETO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA PARA INCLUSÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES QUE COMPLETARÃO 18 ANOS - COMARCA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

383269-2010.4	PRISÃO DE MULHER EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL DESTINADO PARA HOMENS - COMARCA DE SÃO MIGUEL DO OESTE
382970-2010.7	PROCESSO N. 001/2010 GABINETE DA PRESIDÊNCIA - OFÍCIO N. 857/2010 GP - PROVIDÊNCIAS
382946-2010.4	CURSO EDUCAÇÃO EM PRISÕES, A SER REALIZADO DE 23 A 27 DE AGOSTO DE 2010 EM FLORIANÓPOLIS
382675-2010.9	I FÓRUM ESTADUAL DE JUÍZES E TÉCNICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - REALIZAÇÃO DIAS 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2010
382473-2010.0	MUTIRÃO CARCERÁRIO EM TOCANTINS - CNJ - COMUNICAÇÃO DA SERVIDORA BERNADETE MUNTOWSKI DA COMARCA DE SÃO BENTO DO SUL
382472-2010.1	INFORMAÇÃO SOBRE AMEAÇA AO MAGISTRADO UBALDO RICARDO DA SILVA NETO DA COMARCA DE TIMBÓ
382436-2010.5	PROJETO MEDIDA JUSTA DO CNJ EM SANTA CATARINA DIAS 22 A 31 DE AGOSTO DE 2010
382232-2010.0	LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO DA CENTRAL DE PLANTÃO POLICIAL DA CAPITAL REFERENTE AOS DOIS PRIMEIROS TRIMESTRES DO ANO DE 2010
382231-2010.1	AJUDA DE CUSTO SOLICITADO PELO JUIZ GIANCARLO BREMER NEVES PARA PARTICIPAÇÃO NO I ENCONTRO NACIONAL DE APRIMORAMENTO DA ATUAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA NA DEFESA DOS DIREITOS INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, QUE SERÁ REALIZADO DIAS 21 E 22 DE AGOSTO DE 2010 NA CIDADE DE SÃO PAULO/SP
381560-2010.9	ORIENTAÇÃO CGJ Nº 33 - (EXECUÇÃO PENAL) - ANÁLISE COM BASE NA RESOLUÇÃO Nº 113/2010 D0 CNJ
381559-2010.5	ENCONTRO DE ARTICULAÇÃO DOS JUÍZES DA ÁREA DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 19 E 20 DE AGOSTO DE 2010 EM BRASÍLIA/DF
381387-2010.8	CRIAÇÃO DE BANCO DE DADOS CADASTRAIS DE ADOLESCENTES INSERIDOS NO SISTEMA SÓCIOEDUCATIVO DE INTERNAÇÃO - REQUERENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
381121-2010.2	SITUAÇÃO DO CIP DE ITAJAÍ - JUIZ CARLOS ROBERTO DA SILVA
380783-2010.5	CUSTEIO PARA PARTICIPAÇÃO DA JUÍZA ANA CRISTINA BORBA ALVES, NO ENCONTRO REGIONAL DO SUDESTE - FONAJUV, QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 29 E 30 DE JULHO DE 2010 NA CIDADE BELO HORIZONTE/MG
380613-2010.8	PEDIDO DE ESCOLTA POLICIAL - JUIZ SOLON BITTENCOURT DEPAOLI - COMARCA DE MARAVILHA
380474-2010.7	SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL - SIPIA/SINASE
380420-2010.8	JUIZ RENATO MASTELLA SOLICITA PROVIMENTO DO CARGO DE COMISSÁRIO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE NA COMARCA DE CORREIA PINTO
380155-2010.1	RECLAMAÇÃO DO SR JOELSON TIBÚRCIO DOS PASSOS SOBRE PRORROGAÇÃO DE MANDATOS DE CONSELHEIROS TUTELARES EM JARAGUÁ DO SUL
379944-2010.1	SITUAÇÃO DA JUSTIÇA INFANTO-JUVENIL, OFÍCIO 014/COMAJC, DO CNJ
379839-2010.9	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 DE 30 DE JUNHO DE 2010 (DISCIPLINA A ADOÇÃO DE MEDIDAS DESTINADAS À REGULARIZAÇÃO DO CONTROLE DE EQUIPAMENTOS DE EXECUÇÃO DA MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL OU FAMILIAR, E DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB ESSA MEDIDA)
379130-2010.0	MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE SENTENCIADOS
377454-2010.6	SOLICITAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS APREENDIDOS COM BASE NA LEI Nº 11.343/06 - 4º PELOTÃO DA CIA DE POLICIAMENTO DE GUARDA DA POLÍCIA MILITAR DE SC
377453-2010.8	PROJETO MEDIAÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS ESCOLARES - POLÍCIA MILITAR DE SC
377148-2010.2	INEXISTÊNCIA DE CELA ESPECIAL NO ESTADO
377057-2010.5	FÓRUM ESTADUAL DE MAGISTRADOS DE EXECUÇÃO PENAL (FEMEPE), REALIZADO NOS DIAS 03 E 04 DE SETEMBRO DE 2009
377056-2010.7	PROJETO REVITALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA PENAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA
377055-2010.9	COMISSÃO NACIONAL DE APOIO ÁS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS-CONAPA. PARTICPAÇÃO DO MAGISTRADO JÚLIO CESAR FERREIRA DE MELO, COORDENADOR DA CEPIJ
377054-2010.0	RELATÓRIO DA VISITA REALIZADA POR REPRESENTANTES DA 28ª SUBSEÇÃO DA OAB/SC À CENTRAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ/SC
376972-2010.0	COMARCA DE CATANDUVAS - PEDIDO PARA LIBERAÇÃO DE INSPEÇÃO MENSAL ÀS CELAS DA DELEGACIA DE POLÍCIA
376854-2010.6	RECAMBIAMENTO DE PRESOS

376853-2010.8	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS QUANTO AO PRESO RAFAEL PINHEIRO GEBELUK (PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS)
376852-2010.0	PROJETO COMEÇAR DE NOVO (RES. 96/2009 DO CNJ) - IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS CORRELATOS NAS COMARCAS
376851-2010.1	PROJETO COMEÇAR DE NOVO (RES. 96/2009 DO CNJ) - INSTALAÇÃO DOS CONSELHOS DE COMUNIDADE
376850-2010.3	CONSELHO DA COMUNIDADE DE ITUPORANGA - PEDIDO DE DOAÇÃO DE COMPUTADORES VISANDO IMPLEMENTAÇÃO DE CURSO DE INFORMÁTICA PARA PRESOS
376650-2010.0	FÓRUM NACIONAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FNDCA) - RELATÓRIO ANUAL SOBRE ESTATÍSTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
376382-2010.0	INDULTO NATALINO 2010 - SUGESTÕES PARA REDAÇÃO
376381-2010.1	PROJETO ÂNCORA - TRABALHO PRISIONAL NA COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL
376248-2010.3	TRANSFERÊNCIA DO ADOLESCENTE DANIEL GUERREIRO NAPOLEÃO, DE CRICIÚMA PARA OUTRA COMARCA
375309-2010.3	MUTIRÃO CARCERÁRIO REGIONAL NO PRESÍDIO DE TUBARÃO
375308-2010.5	MUTIRÃO REGIONAL CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE ARARANGUÁ
375307-2010.7	VARAS COM COMPETÊNCIA PARA AS AÇÕES DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL
375210-2010.0	PROPOSTA DE CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL E TERAPÊUTICA (ACUSTRA) DA REGIÃO DA AMUREL PARA ATUAR NO PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO EM BENEFÍCIO DOS SENTENCIADOS
374800-2010.6	REUNIÃO DOS GRUPOS DE "SISTEMA DE INFORMAÇÕES PENAIS" E "SISTEMA PRISIONAL E EXECUÇÃO PENAL" DA ENASP (DIAS 28 E 31 DE MAIO DE 2010)
374786-2010.7	MINUTA DE TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O TJSC, SECRETARIA EXECUTIVA DA JUSTIÇA E CIDADANIA E O SENAI/SC PARA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE PRESOS, EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL, CUMPRIDORES DE PENAS E DE MEDIDAS ALTERNATIVAS E ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
374676-2010.3	SOLICITAÇÃO DA MAGISTRADA ANA PAULA AMARO DA SILVEIRA PARA INTEGRAR O GRUPO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA CEPIJ
374675-2010.5	DOTAR AS VARAS CRIMINAIS DO RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E TECNOLÓGICOS INDISPENSÁVEIS AO FUNCIONAMENTO, ESPECIALMENTE PARA A DOCUMENTAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PELO SISTEMA AUDIOVISUAL E A VIABILIZAÇÃO, QUANDO FOR O CASO, DA REALIZAÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIA PARA O INTERROGATÓRIO E A INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHAS
374674-2010.7	IMPLANTAR SISTEMA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL COM CONTROLE DE ENTRADA, SAÍDA E TRÂNSITO DE PESSOAS, ASSIM COMO DE COMISSÃO PERMANENTE, INTEGRADA POR PELO MENOS UM MAGISTRADO DE PRIMEIRA E DE SEGUNDA INSTÂNCIA, PARA FINS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA DOS JUÍZES COLOCADOS EM SITUAÇÃO DE RISCO E APRECIAÇÃO DE MATÉRIAS RELACIONADAS A ESSE TEMA
374673-2010.9	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OBSERVÂNCIA DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO CRIMINAL QUE, ESTANDO O ACUSADO PRESO, É DE 105 DIAS, NÃO PODENDO ULTRAPASSAR 148 DIAS NO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO, 75 DIAS NO PROCEDIMENTO SUMÁRIO E 135 DIAS, NÃO PODENDO ULTRAPASSAR 178 DIAS, NA PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI
374672-2010.0	ADOTAR A TRAMITAÇÃO DIRETA DOS INQUÉRITOS POLICIAIS, NOS TERMOS DA RES 66/2009 DO CNJ; E A COMUNICAÇÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE E ENVIO DO RESPECT AUTO, NO REGIME DE PLANTÃO, E DEMAIS COMUNIC ENTRE O JUD, A POLÍCIA, O MP E A DEFENS PUB, POR SIST ELETR, DEVENDO O TJ DESENVOLVER GESTÕES PARA CELEBRAR CONVÊNIOS ENTRE OS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS
374382-2010.9	RECLAMAÇÃO - PRESÍDIO DE CAMPOS NOVOS – UPA
374381-2010.0	REQUER EXCLUSÃO DA CADEIA PÚBLICA DO CADASTRO DO CNJ
377454-2010.6	SOLICITAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS APREENDIDOS COM BASE NA LEI Nº 11.343/06 - 4º PELOTÃO DA CIA DE POLICIAMENTO DE GUARDA DA POLÍCIA MILITAR DE SC
377453-2010.8	PROJETO MEDIAÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS ESCOLARES - POLÍCIA MILITAR DE SC
377148-2010.2	INEXISTÊNCIA DE CELA ESPECIAL NO ESTADO
377057-2010.5	FÓRUM ESTADUAL DE MAGISTRADOS DE EXECUÇÃO PENAL – FEMEPE
377056-2010.7	PROJETO REVITALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA PENAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

377055-2010.9	COMISSÃO NACIONAL DE APOIO ÁS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS-CONAPA. PARTICPAÇÃO DO MAGISTRADO JÚLIO CESAR FERREIRA DE MELO,COORDENADOR DA CEPIJ
377054-2010.0	RELATÓRIO DA VISITA REALIZADA POR REPRESENTANTES DA 28ª SUBSEÇÃO DA OAB/SC À CENTRAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ/SC
376972-2010.0	COMARCA DE CATANDUVAS - PEDIDO PARA LIBERAÇÃO DE INSPEÇÃO MENSAL ÀS CELAS DA DELEGACIA DE POLÍCIA
376854-2010.6	RECAMBIAMENTO DE PRESOS
376853-2010.8	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS QUANTO AO PRESO RAFAEL PINHEIRO GEBELUK (PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS)
376852-2010.0	PROJETO COMEÇAR DE NOVO (RES. 96/2009 DO CNJ) - IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS CORRELATOS NAS COMARCAS
376851-2010.1	PROJETO COMEÇAR DE NOVO (RES. 96/2009 DO CNJ) - INSTALAÇÃO DOS CONSELHOS DE COMUNIDADE
376850-2010.3	CONSELHO DA COMUNIDADE DE ITUPORANGA - PEDIDO DE DOAÇÃO DE COMPUTADORES VISANDO IMPLEMENTAÇÃO DE CURSO DE INFORMÁTICA PARA PRESOS
376650-2010.0	FÓRUM NACIONAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FNDCA) - RELATÓRIO ANUAL SOBRE ESTATÍSTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
376382-2010.0	INDULTO NATALINO 2010 - SUGESTÕES PARA REDAÇÃO
376381-2010.1	PROJETO ÂNCORA - TRABALHO PRISIONAL NA COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL
376248-2010.3	TRANSFERÊNCIA DO ADOLESCENTE DANIEL GUERREIRO NAPOLEÃO, DE CRICIÚMA PARA OUTRA COMARCA
375309-2010.3	MUTIRÃO CARCERÁRIO REGIONAL NO PRESÍDIO DE TUBARÃO
375308-2010.5	MUTIRÃO REGIONAL CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE ARARANGUÁ
375307-2010.7	VARAS COM COMPETÊNCIA PARA AS AÇÕES DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL
375210-2010.0	PROPOSTA DE CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL E TERAPÊUTICA (ACUSTRA) DA REGIÃO DA AMUREL PARA ATUAR NO PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO EM BENEFÍCIO DOS SENTENCIADOS
374800-2010.6	REUNIÃO DOS GRUPOS DE "SISTEMA DE INFORMAÇÕES PENAIS" E "SISTEMA PRISIONAL E EXECUÇÃO PENAL" DA ENASP (DIAS 28 E 31 DE MAIO DE 2010)
374786-2010.7	MINUTA DE TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O TJSC, SECRETARIA EXECUTIVA DA JUSTIÇA E CIDADANIA E O SENAI/SC PARA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE PRESOS, EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL, CUMPRIDORES DE PENAS E DE MEDIDAS ALTERNATIVAS E ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
374676-2010.3	SOLICITAÇÃO DA MAGISTRADA ANA PAULA AMARO DA SILVEIRA PARA INTEGRAR O GRUPO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA CEPIJ
374675-2010.5	DOTAR AS VARAS CRIMINAIS DO RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E TECNOLÓGICOS INDISPENSÁVEIS AO FUNCIONAMENTO, ESPECIALMENTE PARA A DOCUMENTAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PELO SISTEMA AUDIOVISUAL E A VIABILIZAÇÃO, QUANDO FOR O CASO, DA REALIZAÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIA PARA O INTERROGATÓRIO E A INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHAS
374674-2010.7	IMPLANTAR SISTEMA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL COM CONTROLE DE ENTRADA, SAÍDA E TRÂNSITO DE PESSOAS, ASSIM COMO DE COMISSÃO PERMANENTE, INTEGRADA POR PELO MENOS UM MAGISTRADO DE PRIMEIRA E DE SEGUNDA INSTÂNCIA, PARA FINS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA DOS JUÍZES COLOCADOS EM SITUAÇÃO DE RISCO E APRECIAÇÃO DE MATÉRIAS RELACIONADAS A ESSE TEMA
374673-2010.9	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OBSERVÂNCIA DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO CRIMINAL QUE, ESTANDO O ACUSADO PRESO, É DE 105 DIAS, NÃO PODENDO ULTRAPASSAR 148 DIAS NO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO, 75 DIAS NO PROCEDIMENTO SUMÁRIO E 135 DIAS, NÃO PODENDO ULTRAPASSAR 178 DIAS, NA PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JURI
374672-2010.0	ADOTAR A TRAMITAÇÃO DIRETA DOS INQUÉRITOS POLICIAIS, NOS TERMOS DA RES 66/2009 DO CNJ; E A COMUNIC DA PRISÃO EM FLAGRANTE E ENVIO DO RESPECT AUTO, NO REGIME DE PLANTÃO, E DEMAIS COMUNIC ENTRE O JUD, A POLÍCIA, O MP E A DEFENS PUB, POR SIST ELETR, DEVENDO O TJ DESENVOLVER GESTÕES PARA CELEBRAR CONVÊNIOS ENTRE OS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS
374382-2010.9	RECLAMAÇÃO - PRESÍDIO DE CAMPOS NOVOS – UPA
374381-2010.0	REQUER EXCLUSÃO DA CADEIA PÚBLICA DO CADASTRO DO CNJ

374170-2010.2	FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO PREVIDÊNCIA PARA DETENTOS
374169-2010.9	DIA NACIONAL DA ADOÇÃO (DIA 25/05/2010 NO AUDITÓRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM BRASÍLIA/DF - SOLICITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO: JUÍZA SÔNIA MARIA MAZZETTO MOROSO)
374104-2010.4	REUNIÃO DO GRUPO DE PERSECUÇÃO PENAL DA ENASP (21 DE MAIO DE 2010)
373979-2010.1	APRESENTAÇÃO DO INSTITUTO DA TERRA
373826-2010.4	COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O TJGO E O TJSC PARA CESSÃO DO PROGRAMA DE CÁLCULO PARA EXECUÇÃO PENAL
373825-2010.6	JUIZ GIANCARLO BREMER NONES SOLICITA CRIAÇÃO DE E-MAIL INSTITUCIONAL PARA O NÚCLEO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
372941-2010.9	RES. Nº 113, DE 20 DE ABRIL DE 2010 (CNJ) QUE "DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO RELATIVO À EXECUÇÃO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E DE MEDIDA DE SEGURANÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"
372939-2010.7	CNJ - CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE PRISÕES PROVISÓRIAS
372938-2010.9	RES. Nº 108, DE 6 DE ABRIL DE 2010 (CNJ) QUE "DISPÕE SOBRE O CUMPRIMENTO DE ALVARÁ E SOLTURA E SOBRE A MOVIMENTAÇÃO DE PRESOS DO SISTEMA CARCERÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"
372935-2010.4	CONVÊNIO PARA INSTALAÇÃO DE CENTRAIS DE PENAS ALTERNATIVAS NAS COMARCAS DA CAPITAL E SÃO JOSÉ (SECRETARIA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)
372934-2010.6	CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS ACERCA DA SOMA DE PENAS (JULIANA MITSUE BOTOMÉ)
372933-2010.8	TRANSFERÊNCIA DE ADOLESCENTES QUE PRATICAM ATOS INFRACIONAIS POR PARTE DO PODER EXECUTIVO
372932-2010.0	MUTIRÃO CARCERÁRIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
372877-2010.3	MUTIRÃO CARCERÁRIO DE ITAJAÍ
371803-2010.4	CARTILHA DOS DIREITOS E DOS DEVERES DO PRESO
371741-2010.0	PROGRAMA EXECUÇÃO PENAL DE OFÍCIO
371359-2010.8	PLANO DE GESTÃO DO CNJ PARA O FUNCIONAMENTO DE VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL
371358-2010.0	PROJETO DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE MEDIADORES DAS VARAS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE - JUSTIÇA RESTAURATIVA E MEDIAÇÃO
370923-2010.0	CGJ 1350/2009 - MUTIRÃO/EXECUÇÕES PENAIS - OAB/SC SUBSEÇÃO DE CRICIÚMA - ADVOGADOS A DISPOSIÇÃO
370002-2010.0	TRABALHO PRISIONAL E IMPLICAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS - COMARCA DE VIDEIRA
369428-2010.3	ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES DE INFÂNCIA E JUVENTUDE - CNJ, DIA 16 DE ABRIL DE 2010
368359-2010.1	INSTALAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DO SISTEMA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS – DMF
368282-2010.0	PROCESSO Nº CGJ 0189/2010 - ATA DA 1ª REUNIÃO DO NÚCLEO DE EXECUÇÕES PENAIS - MUTIRÃO CARCERÁRIOS EM BLUMENAU
368281-2010.1	PROCESSO Nº CGJ 0188/2010 - ATA DA 1ª REUNIÃO DO NÚCLEO DE EXECUÇÕES PENAIS - MUTIRÃO CARCERÁRIO EM CURITIBANOS
368279-2010.0	PROCESSO Nº CGJ 0186/2010 - ATA DA 1ª REUNIÃO DO NÚCLEO DE EXECUÇÕES PENAIS - MUTIRÃO CARCERÁRIO EM CHAPECÓ
368278-2010.1	PROCESSO Nº CGJ 0249/2010 - ATA DA 1ª REUNIÃO DO NÚCLEO DE EXECUÇÕES PENAIS - MUTIRÃO CARCERÁRIO EM PALHOÇA
368275-2010.7	PROCESSO Nº CGJ 0271/2010 - PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - PROJETO COMEÇAR DE NOVO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
368274-2010.9	PROCESSO Nº CGJ 1203/2009 - CONSULTA - PROJETO COMEÇAR DE NOVO DO CNJ
368029-2010.0	ATA DA I REUNIÃO DO NÚCLEO DE EXECUÇÃO PENAL - MUTIRÕES CARCERÁRIOS
367818-2010.0	DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE TRANSAÇÃO PENAL PARA MELHORIA DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS
367813-2010.0	PROPOSTA DE CONVÊNIO E PLANO DE TRABALHO PARA INSTALAÇÃO DE UNIDADE DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA VOLUNTÁRIA NO ÂMBITO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E FORMAÇÃO DE EQUIPES MULTIDICIPLINARES JUNTO ÀS VARAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Fonte: CEPIJ

4.5. Ofícios-Circulares relacionados à CEPIJ

Nº	ASSUNTO	DESTINATÁRIOS
01/2010	Mutirão carcerário da Comarca de Lages. Processo n. 368280-2010.3.	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
02/2010	Interdição de estabelecimentos prisionais . Processo n. 367814-2010.8.	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
03/2010	Considerações práticas sobre soma de penas. Processo n. 372934-2010.6.	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
04/2010	Ofício-Circular n. 018/CNJ/COR/2010 e Provimento n. 04 da Corregedoria Nacional de Justiça. Processo n. 371982-2010.0 e apenso n. 377145-2010.8.	Magistrados com competência na área da infância e juventude e juizados especiais criminais
05/2010	Ato normativo n. 02273-30.2010.2.00.0000. Emenda n. 01 à Resolução n. 66/2009 do CNJ. Processo n. 373117-2010.0.	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
06/2010	Resolução n. 108/2010 do CNJ que "Dispõe sobre o cumprimento de alvarás de soltura e sobre a movimentação de presos do sistema carcerário, e dá outras providências.". Processo n. 372938-2010.9.	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
07/2010	Resolução n. 113/2010 do CNJ que "Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança, e dá outras providêcias.". Processo n. 372941-2010.9.	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
08/2010	Provimento n. 08 da Corregedoria Nacional de Justiça que "Define medidas de aprimoramento relacionadas ao comparecimento em juízo dos beneficiados pela suspensão condicional do processo, suspensão condicional da pena ou livramento condicional. Processo n. 374348-2010.9	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
09/2010	Projeto Começar de Novo (Res. n. 96/2009, do CNJ). Identificação de projetos correlatos nas comarcas. Processo n. 376852-2010.0	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
10/2010	Transferência de adolescentes autores de atos infracionais por parte do Poder Executivo. Process n. 372933-2010.8	Magistrados com competência em infância e juventude
11/2010	Instalação dos Conselhos da Comunidade. Processo n. 376851-2010.0	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
12/2010	Instrução Normativa n. 02/2010 da Corregedoria Nacional de Justiça. Disciplina a adoção de medidas destinadas à regularização do controle de equipamentos de execução da medida protetiva de acolhimento (institucional ou familiar), e de crianças e adolescentes sob essa medida. Realização de audiências concentradas	Magistrados com competência em infância e juventude
13/2010	Situação da Justiça Infanto-Juvenil. Oficio n. 014/COMAJC, do CNJ. Processo n. 379944-2010.1	Magistrados com competência em infância e juventude
14/2010	Realização de Exame Criminológico por psicólogos. Res. n. 009/2010 do Conselho Federal de Psicologia. Processo n. 385282-2010.2	Magistrados com competência criminal/corregedoria de presídios
15/2010	Criação de banco de dados cadastrais de adolescentes inseridos no sistema sócioeducativo de internação. Requerente: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidação. Processo n. 381387-2010.8	Magistrados com competência em infância e juventude
16/2010	Consulta sobre a possibilidade de encontro íntimo entre presos do mesmo sexo. Processo n. 387440-2010.0	Magistrados com competência criminal/corregedoria de presídios

17/2010	Plano operativo de enfrentamento ao crack e outras drogas. Edital n. 003/2010/GSIPR/SENAD/DM. Processo n. 392546-2010.3	Magistrados com competência criminal, juizados especiais criminais e infância e juventude
18/2010	Transferência de preso para outra comarca. Encaminhamento do PEC pessoalmente pelo seu advogado para a comarca onde passará a cumprir sua pena. Possibilidade. Processo n. 395106-2010.5	Magistrados com competência em execução penal

Fonte: CEPIJ

4.6. Processos da Corregedoria-Geral da Justiça relacionados à CEPIJ: 290 processos

0004, 0016, 0019, 0020, 0045, 0046, 0078, 0079, 0080, 0086, 0087, 0088, 0089, 0090, 0091, 0096, 0109, 0110, 0112, 0114, 0130, 0131, 0139, 0142, 0143, 0144, 0152, 0161, 0162, 0163, 0179, 0180, 0181, 0182, 0183, 0184, 0185, 0186, 0187, 0188, 0189, 0195, 0196, 0197, 0198, 0202, 0204, 0213, 0222, 0223, 0224, 0225, 0239, 0240, 0243, 0248, 0249, 0250, 0251, 0254, 0255, 0256, 0257, 0258, 0259, 0260, 0262, 0271, 0272, 0273, 0277, 0304, 0306, 0307, 0308, 0312, 0314, 0325, 0326, 0328, 0329, 0341, 0342, 0343, 0344, 0345, 0346, 0353, 0354, 0355, 0359, 0367, 0368, 0369, 0370, 0376, 0377, 0399, 0410, 0427, 0429, 0430, 0431, 0434, 0435, 0436, 0437, 0438, 0439, 0447, 0450, 0451, 0452, 0464, 0514, 0516, 0517, 0518, 0523, 0528, 0529, 0530, 0532, 0533, 0534, 0535, 0540, 0541, 0544, 0547, 0548, 0549, 0568, 0570, 0574, 0585, 0586, 0607, 0626, 0627, 0632, 0641, 0659, 0662, 0684, 0689, 0690, 0691, 0692, 0700, 0701, 0706, 0724, 0725, 0727, 0728, 0730, 0731, 0732, 0736, 0738, 0737, 0738, 0742, 0743, 0778, 0781, 0782, 0783, 0786, 0789, 0790, 0791, 0793, 0794, 0795, 0810, 0811, 0816, 0822, 0829, 0847, 0866, 0867, 0868, 0869, 0871, 0872, 0873, 0874, 0882, 0883, 0884, 0885, 0935, 0936, 0937, 0938, 0940, 0941, 0943, 0944, 0955, 0958, 0973, 0978, 0979, 0980, 0981, 0984, 0986, 1016, 1017, 1018, 1019, 1020,1021, 1022, 1023, 1024, 1025, 1026, 1028, 1036, 1037, 1038, 1039,1040, 1041, 1044, 1045, 1046, 1070, 1074,1087, 1097, 1118, 1120, 1121, 1123, 1124, 1125, 1126, 1127, 1130, 1131, 1138, 1139, 1140, 1150, 1152, 1153, 1191, 1192, 1195, 1196, 1205, 1217, 1232, 1243, 1245, 1246, 1248,1251, 1252, 1253, 1271, 1273, 1274, 1275, 1276, 1278,1279, 1280, 1282, 1283, 1285,1264, 1293, 1347, 1356, 1359, 1360, 1361, 1362, 1399, 1503, 1532, 1555, 1596, 1633 e 1637.

4.7. Despachos

- 290

4.8. Pareceres

- 413

5. ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Dentre as atividades da Divisão Administrativa (vide ANEXO 1 – Relatório de acompanhamento de processos), contidas no artigo 29 e seguintes do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça, compreendendo a Seção de Expediente e Serviços Gerais e da Seção de Arquivo, Documentação e Publicações, foram praticados os seguintes atos e funções:

- controle da movimentação e reposição de bens materiais da Corregedoria;
- requisições de serviços;
- controle dos provimentos, circulares e ofícios-circulares;
- digitalização de processos;
- elaboração de ofícios;
- controle dos assentos funcionais;

- controle da movimentação de processos e outros papéis registrados;
- providenciar e controlar a extração de fotocópias para a Corregedoria;
- prestação de informações sobre a tramitação de processos, excetuando os de caráter sigiloso;
- abrir vista dos processos administrativos às partes ou procuradores munidos do respectivo mandato, fazendo a estes carga dos autos quando deferida pelo Corregedor ou Vice-Corregedor;
- registros e controle dos requerimentos, reclamações e demais expedientes que derem entrada na Corregedoria;
- requisições de material de consumo destinado à Corregedoria;requisições e controle do material de expediente da Corregedoria;
- fornecimento de material solicitado pelos demais setores da Corregedoria, registrando sua distribuição;
- encaminhamento de ofícios arquivados para o Arquivo Central, conforme a tabela de temporalidade do Tribunal de Justiça;
- providenciar as requisições de móveis, máquinas, equipamentos e papéis para os serviços da Corregedoria;
- controle da entrada e a saída dos processos que lhe são encaminhados, fazendo lavrar os termos competentes;
- atualização do inventário dos bens patrimoniais da Corregedoria; e
- revisão e reparos que se fizerem necessários dos móveis, máquinas e material permanente da Corregedoria.

6. ATIVIDADES DA DIVISÃO JUDICIÁRIA

Destacamos, abaixo, as principais atividades desenvolvidas pela Divisão Judiciária (vide ANEXOS 2 e 3 – Relatório das Casas da Cidadania e Relatório do Movimento Forense do Primeiro Grau de Jurisdição):

- Produtividade dos magistrados do primeiro grau - revisão dos cálculos utilizados nos grupos de equivalência das comarcas/varas, de modo a adequá-los ao determinado no parágrafo único do artigo 6º, da Resolução CNJ n.106. Com a nova determinação, passou-se a utilizar o instituto estatístico da "mediana", ao invés da "média aritmética", nos casos onde aquela se mostrou mais favorável (for menor);

- Reformulação das informações estatísticas fornecidas ao sistema "Justiça Aberta", da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça. Em virtude da modificação dos dados estatísticos solicitados pelo CNJ, em outubro/2010 foi efetuada a reformulação do sistema que capta os dados estatísticos das serventias judiciais e da produtividade dos magistrados;

- Participação do Conselho Gestor das Metas de 2010 do CNJ. Os trabalhos iniciaram com a definição, montagem e publicação dos relatórios com os quantitativos dos processos que integraram as metas 1, 2 e 3 do CNJ. Posteriormente, efetuou-se a liberação, para consulta interna, de sistema que permite o acompanhamento dos resultados alcançados pelas comarcas/varas. De se ressaltar, ainda, a atualização mensal das informações junto à página do Conselho Nacional de Justiça;

- Definição, conferência, implantação e acompanhamento do relatório para atendimento da meta 7 do CNJ – Divulgação na internet das informações relativas à produtividade dos magistrados do primeiro grau de jurisdição;

- Participação do grupo de trabalho que apresentou para apreciação do e. Tribunal Pleno a proposta de competência e instalação das novas unidades judiciárias criadas no Estado;

- Participação do III Seminário "Justiça em Números", realizado pelo CNJ no período 23 a 24/09/2010, na qualidade de representante da Corregedoria de Santa Catarina. Referido evento abordou temas de fundamental importância para o Judiciário Nacional, destacando-se: estatísticas judiciais como instrumentos de planejamento, gestão e avaliação de desempenho; principais indicadores estatísticos criados pela Res. n.76 do CNJ; importância das tabelas processuais unificadas para coleta dos dados estatísticos; metas prioritárias de 2010 e instrumentos de coleta das informações;

- Finalização do sistema de integração entre o Poder Judiciário e a Secretaria de Segurança Pública (SSP/CIASC) para a troca de informações dos mandados de prisão. A nova sistemática permitirá a dispensa da remessa física dos mandados para as delegacias, bem como alimentará automaticamente o banco da rede Infoseg, melhorando a qualidade das informações que irão compor a base nacional de mandados de prisão;

- Adaptação do saj/estatística ao novo padrão de tabelas processuais do CNJ. Devido a implantação das tabelas de classe, assunto e movimentações, do CNJ, tornou-se necessário a alteração do saj/estatística, com a inclusão de novas formas de pesquisas;

- Cadastro de usuários e controle de acessos autorizados aos sistemas SISP, Renajud, Infoseg, Rol de Antecedentes Criminais dos Estados de Santa Catarina e Paraná, bem como dos demais aplicativos do Conselho Nacional de Justiça (Inspeção em estabelecimentos penais, justiça aberta, interceptação telefônica, rol de condenados por improbidade administrativa e etc).

Apresenta-se, a seguir, alguns números indicativos das atividades desenvolvidas na Divisão:

- Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos): 75;
- Relatórios de promoção/remoção/opção - juízes inscritos: 532;
- Registros de antecedentes criminais importados do SAJ/PG: 12.350 (*);
- Registros de ocorrências da Lei 9.099/95 captados via SAJ/PG: 5.450 (*);
- Registros de processos suspensos captados via SAJ: 7.920 (*);
- Registros de mandados de prisão importados do SAJ/PG: 22.410 (*);
- Fornecimento de Certidões de antecedentes criminais: 595;
- Informações prestadas em processos administrativos (criação de varas, alteração de competências das unidades, acompanhamento do movimento forense e etc): 428.

Os números assinalados com asterisco (*) indicam, além das novas inclusões, as diversas alterações verificadas: atualizações de dados pessoais (CPF, RG, endereços, número antigo do processo); informações sobre a extinção da punibilidade; revogação/suspensão de mandados de prisão, etc.

As informações relativas ao movimento forense da Justiça do Primeiro Grau e das Casas da Cidadania seguem em anexo.

7. ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CUSTAS

7.1. Atendimento a consultas por telefone

Dos atendimentos efetuados, destacam-se os seguintes:

- Foro Judicial: valor das custas relativas à propositura de ações; conduções de oficiais de justiça; valor do preparo de recursos ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, às Turmas de Recursos, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal; informações sobre a utilização do protocolo unificado; atualização de cálculos judiciais, utilização do Saj/CTS/CCP, incidência e retenção de imposto de renda, auxílio na interpretação de normas; consultas legislativas, etc.;
- Foro Extrajudicial: emolumentos dos Tabelionatos de Notas e Protestos de Títulos, dos Serviços Registrais de Imóveis, Civis e de Títulos e Documentos. Orientações sobre a cobrança excessiva de emolumentos e o procedimento a ser tomado para reaver o valor excedente pago;
- Uso da tabela de atualização monetária disponível no site da Corregedoria Geral da Justiça.

7.2. Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais

- 64 (sessenta e quatro) pareceres em processos;
- 49 (quarenta e nove) pareceres envolvendo cálculos.

7.3. Atendimento a consultas por e-mail, fac-símile e telefone

- 2.694 (dois mil seiscentos e noventa e quatro) e-mails;
- 2.880 (dois mil oitocentos e oitenta) telefonemas.

7.4. Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria

- 120 (cento e vinte) pessoas atendidas.

7.5. Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos

- Parceria da Assessoria com a Auditoria nas inspeções judiciais realizadas nas comarcas: Joinville, Ituporanga, Rio do Sul, Rio do Oeste, Barra Velha, São Francisco do Sul, Araquari, Itapoá, Porto União, Mafra, Papanduva, Canoinhas, Urussanga, Lauro Müller, Orleans e Braço do Norte, para verificação do correto recolhimento do Fundo de Reaparelhamento de Justiça na esfera Judicial e apuração de irregularidades no recolhimento de custas processuais;
- Participação nas reuniões acerca da elaboração do projeto de reestruturação da Corregedoria;
- Participação nas reuniões para implantação do sistema de distribuição de títulos;
- Participação na correição realizada na comarca de São José (2ª Vara Cível e Distribuição);
- Participação nas reuniões das Tabelas Unificadas do CNJ;
- Participação nas reuniões para criação de fundo de ressarcimento das conduções dos oficiais de justiça;
- Participação nas reuniões para a operacionalização da cobrança de custas iniciais em processos de execução fiscal do Município de Florianópolis;
- Participação na definição de funcionamento da GECOF no processo virtual – SAJ 5;
- Estudos de medidas para não-evasão de receitas;
- Estudos para implementação de custas judiciais na internet.

7.6. Outras atividades

- Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade;
- Atualização das perguntas e respostas com a disponibilização na internet;
- Atualização do Manual do Contador;
- Atualização dos valores de custas e emolumentos constantes no Regimento de Custas e Emolumentos;
- Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na internet;
- Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas;
- Atualização das tabelas de condução dos oficiais de justiça;
- Encaminhamento de consultas ao Conselho da Magistratura quanto à cobrança de custas e emolumentos em questões divergentes.

8. ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

Durante o ano de 2010 as Assessorias de Informática realizaram atividade de desenvolvimento, manutenção das bases de dados, suporte técnico e atendimento a usuários, visando garantir a disponibilidade dos serviços e sistemas da Corregedoria-Geral da Justiça.

Abaixo foram relacionadas as atividades e projetos gerenciados com a participação direta ou indireta das Assessorias:

8.1. *Site* da Corregedoria-Geral da Justiça

Há novo projeto em estudo para o site da Corregedoria-Geral da Justiça, com adoção de barras de menus laterais e centralização dos serviços na forma de ícones. A modelagem do site para *intranet* será intuitivo, com a disponibilização de ferramentas de integração com as comarcas. As atualizações no site da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) foram constantes, visando a publicidade dos atos e orientações aos sistemas e divulgação dos projetos. Dentro de algumas atividades no site, destacamos algumas:

- Produtividade dos magistrados de 1º Grau;
- Base de conhecimento;
- Portal Extrajudicial;
- Metas do CNJ;
- S@E – Sistema de Atendimento Extrajudicial;
- Projeto Intimafone;
- Procedimentos Administrativos – SAJ;
- Mutirão de Sentenças 2010;
- Plantão Judiciário;
- CEPIJ;
- Intranet da CGJ;
- Projeto SAJ5 - CGJ.

8.2. Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA

Neste ano foi incluído no Módulo de Abrigos a opção para inclusão de ocorrências. Desta forma, os responsáveis pelos abrigos podem incluir no cadastro das crianças acolhidas informações diversas a respeito do quer ocorre na instituição.

Outra novidade no projeto foi a incorporação de mais informações ao Módulo para o Ministério Público, permitindo maior acesso aos usuários com perfil de Promotor.

As atualizações continuaram nos dois módulos existentes: no Módulo *Web*, em linguagem *Java*, e no Módulo Administrativo, em linguagem *Delphi*, bem como a continuidade no suporte às instituições de abrigo, assistentes sociais e aos juízes que operam o sistema.

8.3. Sistema Bacen Jud

A manutenção de senhas, informações e contatos com as instituições conveniadas com o Tribunal de Justiça, foram algumas atividades diárias das Assessorias, junto ao Sistema Bacenjud 2.0. A atualização do cadastro das unidades judiciárias foi realizado, com a inclusão no novo número de telefone e *e-mails* das varas, outra atividade realizada foi a inclusão da CEF – Ag. 0879 como instituição financeira/agência padrão.

Cerca de 7.380 *e-mails* foram envidados/recebidos durante o ano de 2010. Além do atendimento por e-*mail*, a equipe atendeu inúmeras chamadas telefônicas internas e externas para suporte e informação referente ao Sistema Bacenjud 2.0.

8.4. Sistema de Jurados Voluntários

O sistema foi adequado para o novo banco de dados. Como de praxe, a lista de jurados foi gerada e encaminhada às unidades judiciárias.

8.5. Provimentos e Circulares

A novidade no sistema de Provimentos e Circulares foi a inclusão de novos tipos de documentos na consulta, destacam-se os Ofícios-Circulares, as Atas do Pleno, as Atas do Órgão Especial e as Portarias da CGJ.

A publicação dos documentos administrativo no "Índice de Provimentos, Circulares e Of. Circulares" foi redesenhado, para contemplar uma "síntese" do teor do documento, com o link do arquivo em formato pdf.

A base de dados no "Oracle", de Provimentos e Circulares, foi atualizada com documentos relacionados, conforme abaixo:

- Provimentos de 2000 a 2010;
- Circulares de 2000 a 2010;
- Ofício Circular de 2005 a 2010;
- Portarias da CGJ de 2005 a 2010;
- Atas do Pleno de 2010;
- Atas do Órgão Especial de 2010.

Foi incorporada à consulta de Provimentos e Circulares, a consulta à Base de Conhecimento da CGJ.

8.6. SAJ Estatística

Novos relatórios e informações foram incorporados ao sistema e analisadas pela CGJ. O projeto continua em fase de adequação, com a troca de informações entre a CGJ e a empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema, de modo a atender aos pedidos de informações encaminhados pelo CNJ.

O sistema e os relatórios provenientes de seu banco de dados tiveram adequações para que os relatórios e consultas possam ser realizados com as novas classes e assuntos do CNJ, bem como as novas movimentações.

8.7. Sistema de Inspeção Virtual

Algumas adaptações foram realizadas nas versões do Sistema de Inspeção Virtual, Corregedoria e Comarca.

Continua sendo prestado suporte a todos os usuários do referido sistema e auxílio nas inspeções correicionais, com inclusão e exclusão de usuários.

8.8. Sistema de Selo

Alterações no Sistema de Selo utilizados pelo setor administrativo da Corregedoria.

O Sistema de Selo "cliente-servidor" utilizado pelo setor administrativo da corregedoria, teve várias modificações desde janeiro de 2008, a fim de atender a adequação de Lei ou reivindicação dos usuários. Em 2010, não foi diferente. O Sistema de Selo sofreu correções, adequações, novos relatórios, novas funcionalidades, mudança da fornecedora de selos, melhoria na interface com o usuário, alteração no sistema de identificação do usuário do sistema etc.

Diariamente, a Assessoria Extrajudicial recebe suporte para uso e operação do sistema.

8.9. Ressarcimento de Selos

O sistema de ressarcimento esteve em constante desenvolvimento, com adequações por força de leis, provimentos ou normas, inclusão de novas regras para validação, auditorias, melhorias na interface com o usuário e contemplação de novos atos a serem ressarcidos.

Este sistema permite que os serventuários dos cartórios extrajudiciais, após efetuarem o formulário de cadastro anexo a circular 12/2006, solicitem, até o dia 10 (dez) de cada mês, o ressarcimento dos atos isentos praticados. O sistema requer que o usuário se autentique para autorização do acesso.

Esta assessoria permanece oferecendo suporte aos usuários dos cartórios do Estado.

8.10. Mutirão carcerário

Desenvolvimento de formulário web para cadastro das informações do mutirão carcerário pela CEPIJ.

Emissão de relatórios estatísticos e analíticos com as informações cadastradas no formulário.

8.11. Plantão judicial de primeiro grau

Desenvolvimento de aplicativo web para cadastro do plantão judicial pelas unidades judiciárias.

8.12. Levantamento de dados dos CERs e CIPs

Desenvolvimento de formulário web para cadastro das informações relativas aos levantamentos de dados em CERs e CIPs.

Emissão de relatórios estatísticos e analíticos com as informações cadastradas no formulário.

8.13. 54º ENCOGE

Desenvolvimento de formulário web para cadastro dos dados dos participantes e geração de planilhas e impressão das inscrições.

8.14. Projeto Banco de Peritos

O sistema foi adequado, de modo a satisfazer os pedidos das unidades judiciárias, quanto à localização dos inscritos. Houve um contato com todos os peritos do Estado para atualização cadastral.

A assessoria continua prestando suporte aos inscritos e aos usuários do Poder Judiciário e atualizando a base de áreas e profissões.

8.15. Emissão de relatórios estatísticos

A extração de informações provenientes de diversos sistemas para atenção às necessidades da própria CGJ, da Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça e aos pleitos do CNJ continua sendo realizada de forma diária. As informações são utilizadas para a correições, tomada de decisão, instrução de processos ou respostas aos ofício de outras instituições, como PGE e CNJ.

8.16. Atendimento

Realizaram-se atendimentos de suporte a sistemas e orientações aos usuários nos seguintes postos de trabalho:

- Gabinete do Corregedor
- Gabinete do Vice-Corregedor
- Gabinete dos Juízes-Corregedores
- Secretaria da Corregedoria
- Escrivania Correicional
- Assessoria Correicional
- Assessoria de Custas
- Assessoria Extrajudicial
- CEJA
- Divisão Administrativa da CGJ
- Divisão Judiciária da CGJ
- Diretoria de Informática
- Diretoria de Orçamento
- Cartórios Extrajudiciais
- Sala de Assistentes Sociais
- Gabinetes de Juízes
- Sala de Assessores Judiciários
- Escrivanias
- Sala dos TSIs

8.17. Sistema de Intimação por Telefone

Com o cronograma da instalação das centrais digitais (voIP), encaminhado para Divisão de Redes da Diretoria de Informática, foi elaborado planejamento para disciminação do Sistema no Estado.

Atualmente o Sistema Intimafone está em pleno uso e funcionamento na Comarca da Capital, Norte da Ilha, Fórum Eduardo Luz, São José, Fórum do Continente e Palhoça.

8.18. Sistema de Controle do Mutirão de Sentenças 2010

O Sistema de Controle do Mutirão de Sentença foi utilizado para o controle e auxílio das atividades relacionadas à Meta 2 do CNJ.

Consultas específicas nas base de dados das Comarcas foram realizadas para instrução de procedimentos administrativos e acompanhamento do projeto.

A ferramenta de controle da remessa e sentença dos processos incluídos no mutirão foi mantida, de modo a permitir a extração de informações por juiz, vara, comarca e período, bem como a emitir relatório de inconsistências no banco.

8.19. Portal do Extrajudicial

O *layout* do Portal do Extrajudicial foi alterado para permitir visual mais limpo, um coluna grande à esquerda com os comunicados, por data, em forma de "manchetes" que estão vinculadas ao seu completo teor, e uma coluna menor à direita com os destaques na parte de cima e os sistemas logo abaixo.

No Portal do Extrajudicial pode-se encontrar informações, sistemas informatizados, área restrita destinada aos cartórios extrajudiciais, legislações pertinentes, duvidas freqüentes, provimentos e circulares, documentos de interesse dos cartórios extrajudiciais e da Vice-Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina. Desta forma, a Vice-Corregedoria mantém um canal de comunicação mais estreito entre o judiciário e as serventias do estado.

8.20. Banco de Conhecimento

O Projeto "Base de Conhecimento" foi disponibilizado para consulta interna e externa. Na base de dados foram armazenados os pareceres de diversos setores e núcleos da CGJ. O projeto visa o compartilhamento de documentos, busca textual com escore, com aplicação de diversos filtros de pesquisa.

Desenvolvimento de rotina nó módulo Delphi do sistema para importação de documentos em lote.

8.21. Programa DNA

O Sistema foi todo remodelado, incluindo rotinas para a captura de informações da coleta em sistema próprio, evitando o preenchimento manual do formulário e redigitação do mesmo no laboratório de análise.

Com a adoção do sistema, diversos tipos de erro no procedimento puderam ser controlados.

Foi disponibilizada a exportação de dados para o laboratório da UDESC, facilitando a comunicação e diminuindo eventuais erros na redigitação.

O sistema continua sendo operado para a distribuição de kits de coleta pelo Estado. O Sistema para informação dos dados da coleta nas Comarcas.

8.22. Portal da Infância e da Juventude

Na condição de gestor do projeto a CGJ, por meio das Assessorias vem promovendo a sua atualização e gerenciando o projeto do portal. Algumas demandas são encaminhadas pela Coordenadora da Execução Penal e da Infância e da Juventude.

8.23. Instalação do SAJ-PG 5.0

O projeto SAJ5-CGJ está em fase final de implantação.

A base de dados foi copiada para utilização da base de testes de versões. A Versão 1.3 está em testes para homologação, na base de homologação. A base testes está com a versão 1.4 (numeração única CNJ) em testes, para análise das funcionalidades e fluxo de documentos.

Foi realizada a capacitação de todos os servidores da Corregedoria para a operação do sistema, pela Academia Judicial, bem como a criação/instalação do Setor de Protocolo, Distribuição, Digitalização, Fotocópia e Correspondências da Corregedoria-Geral da Justiça.

Foram formatados os modelos tipo "genérico", das categorias criadas, visando atender a padronização dos procedimentos. Até o recesso a base homologação está em testes, com ajustes e configurações deliberadas na última reunião da Equipe Técnica. A previsão para implantação do SAJ5-CGJ, segundo reunião realizada, ficou fixada para o mês de fevereiro/2011.

8.24. Troca de microcomputadores e periféricos

Como atividade constante, houve a atualização de parte do parque tecnológico tanto na área judicial, quanto na extrajudicial.

8.25. SSP

Foi desenvolvido um sistema para transmissão automática de dados do ROL de mandados da CGJ para a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. Consequentemente, a SSP atualizará a base de informações do INFOSEG.

8.26. Sistemas CNJ

Foi criada página centralizada, com todos os dados e para acesso aos sistemas, com informações, manuais e outras orientações. As Assessorias de Informática, além de inserir dados estatísticos dos Sistemas do CNJ no site da CGJ, atuaram também no fornecimento de senha e cadastramento de usuários nos Sistemas, repassando informações e mantendo contato direto com o CNJ. Houve, também, a atualização das unidades judiciárias, com a inclusão nas novas unidades inauguradas.

8.27. Competência Delegada

A Assessoria trabalhou no fornecimento de esclarecimentos, liberação de valores e fornecimentos de senhas aos usuários. A atualização do cadastro das unidade e sua manutenção, com a criação de novas varas, também foi uma constante nas Assessorias.

8.28. TRE – Tribunal Regional Eleitoral

Foram feitas adequações no sistema de envio de informações ao TER, para inclusão de novas informações.

8.29 CND – Certidão Negativa de Débito

Foi desenvolvido um novo sistema de envio de informações à Secretaria da Fazenda, que utiliza a tecnologia de *WebServices*.

Desenvolvimento de aplicativo para exclusão individual na GECOF.

8.30. Rol de Antecedentes Criminais

Além de adequação do novo sistema de emissão de certidões para o Rol de Antecedentes Criminais da CGJ.

Desenvolvimento de relatórios diversos para acompanhamento das informações e solicitação de correção de dados na Comarca de Origem.

Foram desenvolvidas rotinas para importação do ROL nas comarcas que operam o SAJ/PG 5.0.

8.31. META 2 – CNJ

Atendendo às Metas do CNJ, a Assessoria de Informática tem trabalhado no gerenciamento e extração de relatórios estatísticos, divulgação na Intranet da CGJ e no desenvolvimento de um controle de produção.

Foi desenvolvido um formulário para que as unidades judiciárias informassem seus planos de ação.

8.32 Área Restrita destinada aos cartórios extrajudiciais

A área restrita aonde somente os cartórios extrajudiciais podem acessar mediante usuário e senha, foi ampliada e atualizada. Novos sistemas foram adicionados à sua lista de serviços, tais como:

- Balancete Resumido (Formulário de prestação de contas para interinos)
- Questionário para o Censo dos Cartórios de Registros Civis das Pessoas Naturais (Provimento 13 CNJ).
- Aquisição de Selos Digitais (em fase de testes somente para cartórios piloto)

8.33. Módulo Projeto Selo Digital: Portal de consulta do inteiro teor dos atos remetidos (em caráter de testes)

Sistema que permite a consulta do inteiro teor dos atos remetidos, via *webservice,* pelos cartórios ao nosso banco de dados centralizado, mediante número do selo e de seu respectivo código validador. Atualmente, encontra-se em fase de testes e responde à consulta de atos remetidos pelos cartórios que participam do piloto do Projeto do Selo Digital.

8.34. S@E - Sistema de Atendimento do Extrajudicial

O S@E – Sistema de Atendimento do Extrajudicial foi desenvolvido para gerenciamento de reclamações, dúvidas, sugestões e requerimentos encaminhados por via eletrônica. Alguns de seus objetivos específicos, são: racionalizar o recebimento das correspondências eletrônicas; Disponibilizar informações básicas sobre a atividade extrajudicial; Reduzir os custos operacionais; e Aumentar o grau de satisfação pelo serviço prestado.

8.35. Projeto Selo Digital

Participação ativa em reuniões da comissão do projeto, no desenvolvimento dos módulos e nas alterações do banco de dados que se fizeram necessárias para que o cronograma estabelecido no Projeto do Selo Digital em Santa Catarina fosse cumprido.

Com o Selo Digital, pretende-se dispor de mecanismos para prover maior segurança jurídica e transparência dos atos notariais por meio da utilização de selos de fiscalização digital. O instrumental para tanto será o sistema informatizado que deverá ser constituído com a execução deste projeto.

Dentre os benefícios esperados temos a:

- Associação de cada ato praticado a um selo de fiscalização digital;
- Registro dos atos e procedimentos executados em sistema informatizado;
- Consulta pública, via Internet, dos selos digitais usados nos atos;
- Padronização dos dados e informações remetidas ao Tribunal de Justiça;

- Disponibilização de ferramenta que auxilie a CGJ nas suas atividades.

A padronização fará também com que os dados e informações manipuladas e inseridas em banco de dados mantidos pelo Tribunal de Justiça sejam as mesmas, proporcionando desta forma que as atividades correcionais também possam dispor de ferramenta computacional única e com acesso às informações de todas serventias. Desta forma, análogo ao judicial, programa de inspeção virtual poderá ser desenvolvido.

Nesta linha, será constituído no TJSC um banco de dados centralizador de informações para prover dados estatísticos estadualizados, que poderá dispor de relatório vários para auxiliar a tomada de decisão da Administração.

8.36. Balancete resumido mensal dos cartórios extrajudiciais

Formulário eletrônico adicionado à área restrita extrajudicial, em cumprimento ao teor da decisão de 09 de julho de 2010 do CNJ no tocante a prestação de contas do balanço mensal por via eletrônica, conforme modelo proposto anexada à referida decisão, por parte dos interinos e interventores.

8.37. Questionário para o Censo dos Cartórios de Registros Civis das Pessoas Naturais (Provimento 13 CNJ)

Formulário eletrônico adicionado à área restrita extrajudicial para que os cartórios de registros civis de pessoas naturais possam responder as questões do censo determinado pelo Provimento 13 do CNJ.

8.38. Alterações nos Sistemas de Selo utilizados pela Diretoria de Orçamento e Finanças

O Sistema de Selo "cliente-servidor" utilizado pela Diretoria de Orçamento e Finanças foi modificado algumas vezes para:

- A adequação ao novo fornecedor de selo de fiscalização;
- captura dos pagamentos de compra de selos feito via boleto bancário;
- melhoria do tratamento de estornos oriundos dos boletos pagos. Esta melhoria propiciou a extinção de erros.

8.39. SIEL – Sistema Eletrônico de Inspeção (em construção)

Continua em desenvolvimento o SIEL – Sistema Eletrônico de Inspeção que irá permitir a inspeção eletrônica pelos diretores de foro às serventias extrajudiciais de sua respectivas comarcas. O SIEL permitirá o cadastro da inspeção na internet através de *checklist* completo,

elaborado pela assessoria do extrajudicial, e que ao final permitirá a geração de ata para assinatura conforme o que foi preenchido nos formulários.

8.40. Novo Censo do Extrajudicial

Aplicação de novo sistema que possibilitou, dentro da área restrita, para o cadastro da situação de informática e sistemas utilizados pelos serventuários dos cartórios extrajudiciais.

8.41 Atividades diversas

São desenvolvidas diariamente por este setor, paralelas ao desenvolvimentos dos sistemas acima nominados, as seguintes tarefas:

- relatórios estatísticos diversos;
- consultas e pareceres;
- malas direta;
- instalação de softwares e hardwares;
- suporte ao usuário judicial e extrajudicial;
- apresentações em slides (PowerPoint);
- atendimento aos cartorários extrajudiciais sobre assuntos relacionados com os sistemas de ressarcimento;
- alterações de informações no banco de dados, a fim de dar cumprimento a decisões administrativas;
- reuniões da comissão do Selo Digital.

8.42. Aquisição de Selo Digital para os cartórios extrajudiciais piloto.

Solicitação de Selos digitais do tipo pago e do tipo isento, dentro da área restrita extrajudicial, com emissão de boleto bancário, para os cartórios extrajudiciais que participam como piloto no projeto do Selo Digital. O sistema já está preparado para ser utilizado por todos os cartórios quando da implantação definitiva do Selo Digital.

8.43. Módulo de Atualização de dados cadastrais para as serventias extrajudiciais do concurso (Edital N. 84/07)

Sistema que permite a atualização dos dados e inclusão de funcionários no cadastro das serventias escolhidas pelos candidatos aprovados no concurso público para ingresso na atividade notarial e de registro (Edital N. 84/07).

8.44. Sistema de Cadastro das Serventias (não concluído)

O sistema de Cadastro das Serventias foi concluído de acordo com o projeto inicial, qual seja: permitir que, dentro de área restrita aos cartórios extrajudiciais, os próprios cartórios extrajudiciais alterem todos os seus dados cadastrais, manutenção de seus delegatários e substitutos, informem a situação de seus funcionários com a possibilidade de informarem os dados dos novos contratados, cadastrem os livros utilizados pela serventia etc. Quando o sistema se encontrava em fase de testes, prestes a entrar em vigor, decidiu-se sobrestá-lo até que novas funcionalidades fossem incluídas de forma a contemplar novas necessidades identificadas na fase de testes.

9. ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

9.1. Quadro de pessoal

O quadro funcional da CEJA é constituído por três servidoras efetivas do Poder Judiciário:

- 1 assistente social que exerce também a função de secretária da Comissão;
- 1 agente administrativa auxiliar - assistente social;
- 1 técnica judiciária.

9.2. Atribuições

- Recebimento e processamento de pedidos de habilitação, formulados por estrangeiros;
- Elaboração de parecer nos processos de habilitação para adoção internacional;
- Manutenção e gerenciamento dos Sistemas do CNJ;
- Manutenção e gerenciamento do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA;
- Apoio técnico às assistentes sociais que atuam na área da Infância e da Juventude, na forma de repasse de documentos, material bibliográfico, estatísticas, entre outros;
- Elaboração de projetos para captação de recursos junto a organizações internacionais, nos termos de acordos de cooperação, previstos na Convenção de Haia;
- Organização de eventos como seminários e encontros inter-regionais destinados à formação de grupos de apoio à adoção; encontros regionais com representantes de entidades de acolhimento, além de capacitação de técnicos que atuam na infância e juventude;
- Acompanhamento aos programas de acolhimento institucional através de visitas de supervisão, reuniões, treinamentos entre outros;

- Elaboração de estatísticas e relatórios avaliativos das ações das entidades de acolhimento;
- Elaboração de material informativo relacionado à adoção;
- Entrevistas de orientação acerca dos procedimentos necessários à adoção, com interessados estrangeiros e, eventualmente, com brasileiros;
- Acompanhamento das crianças/adolescentes adotados por estrangeiros no período determinado de dois anos, através da análise de relatórios e documentos remetidos pelos setores técnicos no exterior;
- Apresentação das crianças/adolescentes, em condições de serem adotados, e sem chances de adoção no Brasil, para pretendentes estrangeiros cadastradas na Comissão, com o objetivo de encaminhá-las para adoção internacional;
- Acompanhamento aos cursos ministrados no Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção.

9.3. Projetos/Atividades

Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA

O CUIDA é um sistema já incorporado na rotina de trabalho das comarcas, portanto estável, uma vez que vem produzindo os resultados inicialmente desejados; racionalização de trabalho, facilitação na comunicação, agilização dos encaminhamentos de crianças para adoção, produção de estatísticas, entre outros.

Sistemas do CNJ: Cadastro Nacional de Adoção(CNA), Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA),Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL)

Quanto aos sistemas implantados pelo Conselho Nacional de Justiça, a CEJA atua como órgão gestor, e dessa forma capacitamos no decorrer do ano os profissionais que vem trabalhando com o Cadastro Nacional de Adoção, já estruturado. Os outros dois cadastros, o CNCA e CNACL, tem apresentado problemas no acesso, e no decorrer deste ano tratamos junto à equipe do CNJ buscando melhor adequação. Importante observar que estes sistemas exigem microcomputadores atualizados e boa velocidade de acesso à internet, o que as assistentes sociais não contam nas comarcas.

A eficácia destes sistemas ainda não pode ser dimensionada, uma vez que este foi um ano experimental e de adequações.

Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção

No tocante a este projeto, acompanhamos os trabalhos de 48 (quarenta e oito) comarcas que ministraram os cursos de preparação, avaliando o conteúdo e conferindo a efetiva realização com envio dos processos à Academia Judicial.

Projeto de Acompanhamento e Supervisão às Entidades de Acolhimento

No que diz respeito ao acompanhamento do trabalho das entidades de acolhimento, vem sendo realizado através de monitoramento do sistema disponibilizado no CUIDA, e quando necessário, os contados ocorrem por telefone e via e-mail.

As visitas foram pontuais naquelas que apresentaram problemas e/ou a pedido dos magistrados.

De maneira geral os responsáveis pelas instituições vem inserindo dados das crianças/adolescentes acolhidos, o que confirma a eficácia do sistema.

Elaboramos cronograma de visitas a todas as Unidades de Acolhimento do Estado, a serem realizadas no primeiro semestre de 2011.

Realização de mutirões nas Varas da Infância e da Juventude

Foram organizados e acompanhados mutirões nas comarcas de Guaramirim, Itajaí, Tijucas e São José, cuja demanda de trabalho aumentou e por falta de assistentes sociais as ações da infância e da juventude sofreram prejuízos de atraso e falta de respostas. O mutirão de São José foi organizado, o processo instruído e aprovado, porém seu início foi prorrogado para o mês de fevereiro do corrente ano.

Outras atividades

Além das atividades usualmente desempenhadas pela Comissão, a secretária, designada pelo Corregedor-Geral, participou no processo de estruturação do Núcleo da Infância e da Juventude da Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude e da elaboração do seu Planejamento Estratégico.

Também em colaboração à CEPIJ, acompanhou as inspeções realizadas nas 19 Unidades de Internação - Centros Educacionais Regionais e Centros de Internação Provisória de Adolescentes em Conflito com a Lei e elaborou os respectivos relatórios.

9.4. Eventos/Treinamentos

A CEJA organizou e participou dos eventos/treinamentos:

1) **11 de junho**: Treinamento para Assistentes Sociais – Florianópolis;

2) **10 e 11 de novembro:** VII Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção – Araranguá;

3) **11 e 12 de novembro:** Forum Estadual de Juízes e Técnicos do Poder Judiciário – Araranguá;

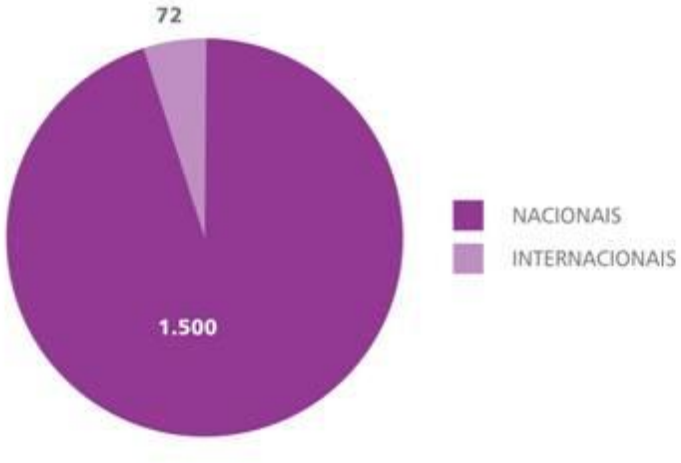
4) **01 a 03 de dezembro:** XIII Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras – Brasília, participação do Dr. Alexandre Karazawa Takaschima.

9.5. Dados estatísticos

9.5.1. Sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional

- 04 (quatro) sessões realizadas;
- 74 (setenta e quatro) processos julgados: 70 de pretendentes italianos, 01 (um) norte americano, 01 (um) francês e 02 (dois) espanhóis.

9.5.2. Adoções realizadas



9.5.2.1. NACIONAIS

Neste ano, **735** ações de adoção nacional foram sentenciadas, mantendo a média do ano anterior de aproximadamente **1500 c**rianças adotadas por brasileiros em Santa Catarina, uma vez que alguns desses processos de adoção correspondem a grupos de dois ou mais irmãos.

9.5.2.2. INTERNACIONAIS

72 adoções internacionais, sendo:

- **69** já finalizadas
- **03** (três) em estágio de convivência

Itália: **30** casais adotaram **61** crianças, representados pelas Instituições:

Il
MANTELLO:

01 (um) grupo de 02 (dois) irmãos, 08 e 10 anos

04 (quatro) grupos de 03 (três) irmãos, entre 03 e 14 anos

04 (quatro) grupos de 04(quatro) irmãos, entre 02 e 13 anos

02 (dois) grupos de 05 (cinco) irmãos, entre 03 e 11 anos.

TOTAL: 40 CRIANÇAS/ADOLESCENTES

CIFA:

05 (cinco) crianças entre 08 e 11 anos

03 (três) grupos de 02 (dois) irmãos entre 04 e 11 anos

02 (dois) grupos de 03 (três) irmãos entre 03 e 08 anos

01(um) grupo de 04 (quatro) irmãos, 09, 08, 06 e 03 anos

TOTAL: 21 CRIANÇAS/ADOLESCENTES

França: 03 (três) casais adotaram 05 (cinco) crianças, representados pela Instituição

MEDECINS DU MONDE:

01 (uma) criança de 11 anos

01 (um) grupo de 04 (quatro) crianças com 12, 09, 08 e 04 anos

TOTAL: 05 (CINCO) CRIANÇAS/ADOLESCENTES

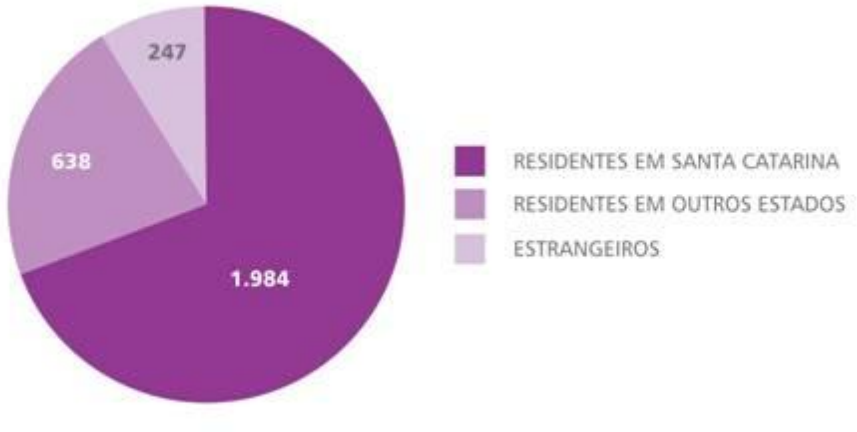
Espanha: 02 (dois) pretendentes, adotaram 02 (duas) crianças, com 13 e 08 anos, representados pela Instituição **BRADOPTA.**

Estados Unidos: 01 (um) casal adotou 01 (uma) adolescente de 13 anos, sem Instituição representante.

9.5.3. Pretendentes habilitados

2.869 pretendentes habilitados, sendo:

- residentes em Santa Catarina: 1.984 (69,15%)
- residentes em outros Estados: 638 (22,24%)
- estrangeiros: 247 (8,61%)



9.5.4. Entidades de acolhimento cadastradas na CEJA

160 programas de acolhimento, sendo:

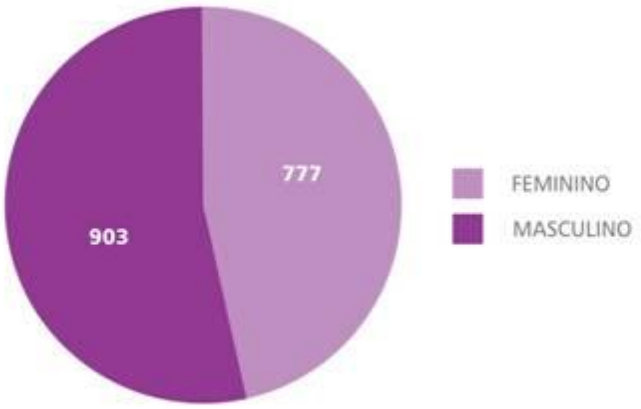
- **73** acolhimento institucional (47,10%)
- **30** Casas Lares (19, 35%)
- **34** Projetos de Acolhimento Familiar (21,94%)
- **8** Casas de Passagem (5,16%)
- **10** outros (6,46%)



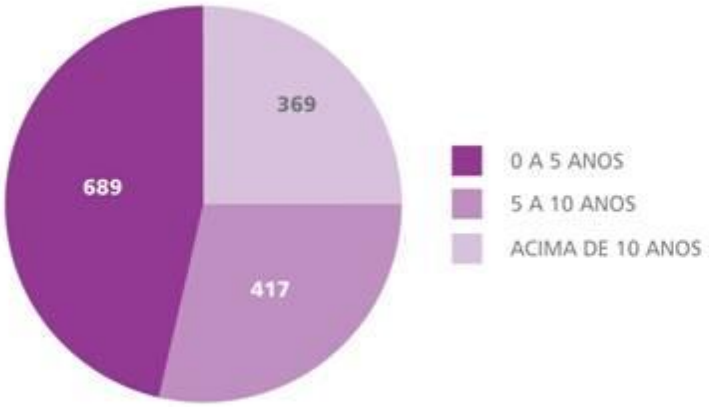
9.5.5. Crianças/Adolescentes acolhidos

1.556 crianças/adolescentes acolhidos.

- Sexo feminino – 777 (49,94%)
- Sexo masculino – 779 (50,06%)



- 0 a 5 anos –369 (23,71%)
- 5 a 10 anos – 417(26,79%)
- acima de 10 anos – 689 (49,48%)



9.6. Grupos de estudos e apoio à adoção

33 grupos de estudos e apoio à adoção em Santa Catarina, criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela CEJA.

9.7. Propostas

1) Continuidade aos seminários anuais de capacitação às assistentes sociais do Poder Judiciário, abordando questões teórico-práticas da profissão, e possibilitando a troca de experiências relacionadas ao trabalho forense.

2) Organização do 8º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção que será realizado em Joinville, mês de setembro/2011.

3) Visita aos projetos de acolhimento institucional e familiar (abrigos) do Estado para acompanhar e orientar os usuários acerca da alimentação de dados no CUIDA/Módulo Abrigos.

4) Continuidade ao trabalho de acompanhamento e supervisão às instituições de acolhimento institucional através de relatórios e visitas.

5) Continuidade ao programa de estímulo à criação de grupos de estudos e apoio à adoção, e acompanhamento das ações daqueles já instalados.

6) Gerenciamento e monitoramento dos Sistemas do CNJ.

7) Acompanhamento e avaliação dos Cursos de Preparo aos Pretendentes à Adoção.

9.8. Conclusões

As ações propostas no corrente ano foram executadas em sua totalidade e os resultados de pleno êxito; tanto os eventos que tiveram alcance expressivo, aproximando o Poder Judiciário do usuário da justiça, quanto a gestão dos sistemas implantados pelo Conselho Nacional de Justiça que vem passando por adequações para maior eficácia.

A supervisão às Instituições de Acolhimento ficou prejudicada em razão da impossibilidade de inspeção *in loco*, motivo pelo qual encaminhamos, antecipadamente, o cronograma de visitação previsto para o primeiro semestre de 2011.

Quanto ao trabalho de rotina da CEJA, a regularidade com que ocorreram as sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional, permitiram dar encaminhamento a um numero expressivo de processos e por conseqüência, de crianças institucionalizadas que foram adotadas por estrangeiros.

O desempenho positivo da CEJA neste exercício é resultado de uma série de fatores, que vão da dedicação e competência da equipe, ao apoio e participação do seu Presidente, Desembargador Solon D'Eça Neves, sempre presente em todos os eventos e sessões, demonstrando publicamente a importância da Comissão, reconhecendo e valorizando suas ações, transmitindo à equipe sentimento de otimismo.

Importante registrar o apoio dos juízes das varas da infância e da juventude e das assistentes sociais judiciárias, presentes e receptivos aos eventos e trabalhos da Comissão.

Por último, o auxílio dos Juízes Corregedores, Secretário da Corregedoria e seus colaboradores, os quais sempre se mostraram prestativos e cooperativos na condução das

ações, demonstrando credibilidade e comprometimento com as questões vinculadas à infância e juventude.

10. ATIVIDADES DA SECRETARIA-GERAL

Durante o ano de 2010, a Secretaria-Geral desenvolveu as seguintes atividades:

- desempenho das atribuições elencadas no art. 26, incisos I a XXII, do RICGJ;
- participação em reunião com a Presidência e Corpo Diretivo do TJSC, no início da nova gestão, e apresentação de projeto da Corregedoria-Geral;
- apresentação de estudo ao Corregedor-Geral para demonstrar a necessidade de novos Analistas Jurídicos, que culminou com o provimento de 11 servidores;
- solicitação de abertura de Edital de Remoção ao Diretor da Diretoria de Recursos Humanos para provimento de cargos de Técnico Judiciário Auxiliar, em razão de aposentadoria de servidor da CGJ;
- assessoramento ao Corregedor-Geral da Justiça;
- organização de viagens do Corregedor-Geral da Justiça e Juízes Corregedores;
- solicitação de diárias e de ressarcimentos de combustível para viagens realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça, com a respectiva prestação de contas;
- controle orçamentário das despesas realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça no ano de 2010;
- planejamento do orçamento da Corregedoria-Geral da Justiça para o ano de 2011;
- apoio aos Núcleos de Assessoramento (fornecimento de materiais, administração de espaços físicos, dentre outros);
- atendimento a magistrados, advogados, servidores e ao público em geral;
- participação em reuniões orçamentárias e de planejamento com as competentes diretorias deste Tribunal de Justiça;
- verificação da situação do patrimônio da Corregedoria-Geral da Justiça;
- revisão das promoções por desempenho dos servidores lotados na Corregedoria-Geral da Justiça;
- avaliação dos servidores em estágio probatório;
- avaliação mensal dos terceirizados;
- avaliação ergonômica das estações de trabalho;
- redimensionamento da estrutura física da CGJ;
- compra de livros para os núcleos de Assessoramento e Assessorias;
- inscrição dos Juízes Corregedores e Servidores para participarem de cursos e eventos relacionados às suas áreas de atuação;
- inscrição de servidores para participarem de especialização realizada na Universidade Federal de Santa Catarina;

- reunião com os Diretores da Diretoria Geral Judiciária e da Diretoria de Documentação e Informação para tratar da digitalização de processos e documentos da Divisão Administrativa e do Setor de Selos de Fiscalização, de forma a contribuir para a otimização do espaço físico dos respectivos setores, bem como propiciar maior segurança e rapidez na consulta de processos e documentos;
- reuniões com os servidores da Corregedoria-Geral da Justiça para explicar sobre a importância do Programa 5 S, com a indicação dos novos servidores e dos remanescentes para cursá-lo;
- reuniões com a equipe técnica da CGJ para implantação do SAJ 5 na CGJ;
- reunião com Juízes Corregedores e servidores para tratar sobre a necessidade de instalação de Unidade Remota Audível – URA, no âmbito da CGJ;
- reunião com servidores para relacionar os livros em desuso, porquanto desatualizados, e encaminhá-los à Biblioteca do TJSC para posterior baixa;
- solicitação de estagiários para a Divisão Administrativa e Núcleo IV;
- participação da entrega do resultado da avaliação do Programa 5 S – 1º e 2º semestres;
- solicitação de certificado digital (e-CPF) para os Juízes Corregedores e servidores da CGJ;
- solicitação à Academia Judicial de cursos de capacitação para os servidores da CGJ.

11. CONCLUSÃO

Este relatório resumido das atividades da CGJ demonstra o profícuo e árduo trabalho de toda a equipe deste Órgão Correicional, que não mediu esforços para a obtenção de resultados positivos em todas as suas áreas de atuação. Os projetos da CGJ visam estabelecer normas e condutas simplificadas para que possam ser manuseadas e compreendidas por qualquer interessado, independentemente de sua formação técnica.

Dentre nossas atividades, participamos de todos os encontros de estudos e congressos. No início da gestão, fui eleito Secretário-Geral do Colégio de Corregedores-Gerais da Justiça e, atualmente, exerço a função de Vice-Presidente do Colégio (ENCOGE). Estas circunstâncias demonstram o reconhecimento pelo trabalho do nosso Tribunal de Justiça, e é motivo de orgulho para todos nós.

Foram feitas visitas protocolares a todas as comarcas do meio e do extremo oeste do Estado, as quais terão continuidade neste primeiro semestre de 2011 para que possamos colher informações sobre as maiores dificuldades enfrentadas pelo Primeiro Grau de Jurisdição, no intuito de alcançar a melhor solução para cada caso, mesmo que pontuais.

Neste período, procuramos orientar servidores e magistrados da melhor forma possível, buscando contribuir para o aprimoramento das questões do Poder Judiciário, sempre tendo por objetivo uma prestação jurisdicional e administrativa mais célere.

Por fim, reitero meus agradecimentos aos Senhores Juizes Corregedores Auxiliares e, especialmente, ao corpo técnico que integra esta Corregedoria-Geral, que não esmoreceu diante das dificuldades para o cumprimento das metas traçadas.

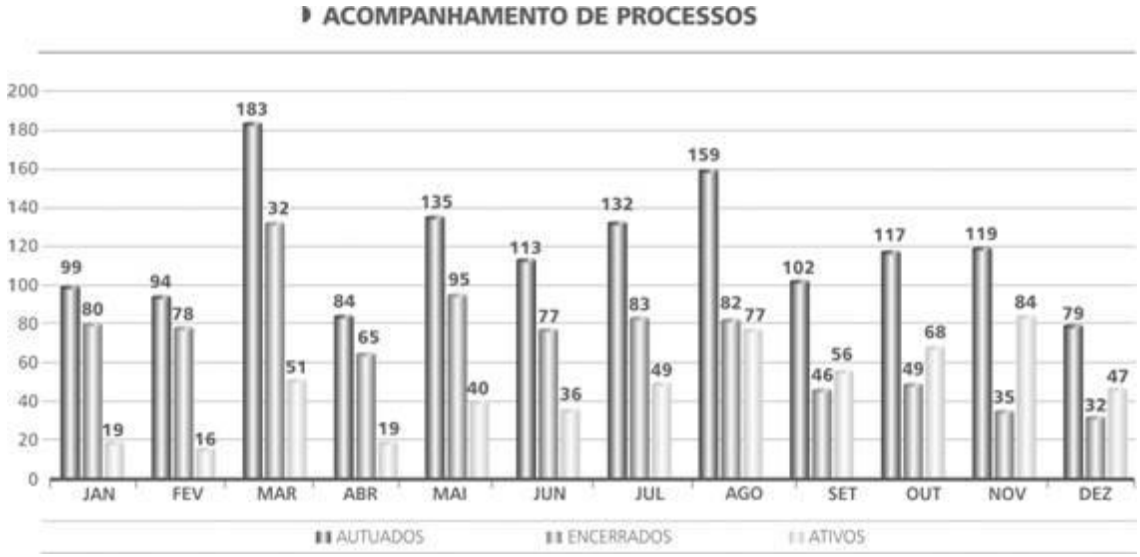
A todos meu pleito de agradecimento.

Florianópolis, 14 de janeiro de 2011.

SOLON D'EÇA NEVES
Desembargador Corregedor-Geral da Justiça

12. ANEXOS

12.1 Anexo 1 – Relatório anual de acompanhamento de processos – Divisão Administrativa



12.2. Anexo 2 – Relatório anual das Casas da Cidadania – Divisão Judiciária

DIVISÃO JUDICIÁRIA

ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA - 2010

COMARCA	CASA DA CIDADANIA	TOTAL DE PROCEDIMENTOS INICIADOS	ACORDOS	ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS
RIO DO SUL	AGRONÔMICA	116	94	81%
JOAÇABA	ÁGUA DOCE	254	167	66%
CORONEL FREITAS	ÁGUAS FRIAS	229	86	38%
ASCURRA	ASCURRA	191	153	80%
RIO DO SUL	AURORA	92	73	79%
ARAQUARI	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	73	31	42%
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	316	220	70%
TIMBÓ	BENEDITO NOVO	131	117	89%
LAGES	BOCAINA DO SUL	41	36	88%

BRUSQUE	BOTUVERÁ	40	23	58%
CAMBORIÚ	CAMBORIÚ	191	84	44%
SÃO BENTO DO SUL	CAMPO ALEGRE	214	153	71%
TIJUCAS	CANELINHA	44	44	100%
CAMPO BELO DO SUL	CAPÃO ALTO	52	23	44%
ANITA GARIBALDI	CELSO RAMOS	152	115	76%
CRICIÚMA	CENTRO	412	76	18%
CAMPO BELO DO SUL	CERRO NEGRO	251	207	82%
URUSSANGA	COCAL DO SUL	191	7	4%
PRESIDENTE GETÚLIO	DONA EMMA	45	20	44%
TIMBÓ	DOUTOR PEDRINHO	79	73	92%
HERVAL D'OESTE	ERVAL VELHO	147	52	35%
QUILOMBO	FORMOSA DO SUL	17	17	100%
FRAIBURGO	FRAIBURGO	323	224	69%
GARUVA	GARUVA	71	33	46%
BRUSQUE	GUABIRUBA	113	75	66%
ITUPORANGA	IMBUIA	124	90	73%
INDAIAL	INDAIAL	311	243	78%
CAPINZAL	IPIRA	67	55	82%
ABELARDO LUZ	IPUAÇU	176	72	41%
MARAVILHA	IRACEMINHA	141	122	87%
CATANDUVAS	JABORÁ	15	10	67%
JOAÇABA	JOAÇABA	461	161	35%
IBIRAMA	JOSÉ BOITEUX	10	6	60%
CAPINZAL	LACERDÓPOLIS	72	61	85%
RIO DO OESTE	LAURENTINO	446	267	60%
ITUPORANGA	LEOBERTO LEAL	15	9	60%
RIO DO SUL	LONTRAS	339	212	63%
NAVEGANTES	LUIZ ALVES	36	21	58%
MARAVILHA	MARAVILHA	125	38	30%
TAIÓ	MIRIM DOCE	15	4	27%
FRAIBURGO	MONTE CARLO	286	254	89%
SÃO JOÃO BATISTA	NOVA TRENTO	266	169	64%
ORLEANS	ORLEANS	628	244	39%
CAPINZAL	OURO	30	17	57%
ABELARDO LUZ	OURO VERDE	20	6	30%
DIONÍSIO CERQUEIRA	PALMA SOLA	215	12	6%
SANTA ROSA DO SUL	PASSO DE TORRES	226	84	37%
BALNEÁRIO PIÇARRAS	PENHA	190	105	55%
ITUPORANGA	PETROLANDIA	15	10	67%
CAPINZAL	PIRATUBA	55	26	47%

CORREIA PINTO	PONTE ALTA	21	2	10%
TROMBUDO CENTRAL	POUSO REDONDO	112	81	72%
RIO DO SUL	PRESIDENTE NEREU	24	11	46%
CRICIÚMA	PRÓSPERA	352	20	6%
CAÇADOR	RIO DAS ANTAS	43	38	88%
RIO DO CAMPO	RIO DO CAMPO	189	98	52%
RIO DO OESTE	RIO DO OESTE	21	9	43%
TIMBÓ	RIO DOS CEDROS	79	81	103%
CRICIÚMA	RIO MAINA	533	19	4%
ANCHIETA	ROMELÂNDIA	123	104	85%
TAIÓ	SALETE	38	31	82%
BRAÇO DO NORTE	SÃO LUDGERO	338	158	47%
SÃO MIGUEL DO OESTE	SÃO MIGUEL DO OESTE	1.109	380	34%
PINHALZINHO	SAUDADE	12	6	50%
TIJUCAS	TIJUCAS	1.198	1.121	94%
TIMBÓ	TIMBÓ	401	241	60%
SANTA CECÍLIA	TIMBÓ GRANDE	223	62	28%
CANOINHAS	TRÊS BARRAS	0	0	0%
JOAÇABA	TREZE TILHAS	255	148	58%
TUBARÃO	TUBARÃO	326	101	31%
ITUPORANGA	VIDAL RAMOS	13	9	69%
PRESIDENTE GETÚLIO	VITOR MEIRELES	34	28	82%
PRESIDENTE GETÚLIO	WITMARSUM	120	77	64%
CAMPOS NOVOS	ZORTÉA	51	41	80%
TOTAL		**13.684**	**7.367**	**54%**

12.3. Anexo 3 – Relatório anual do Movimento Forense do Primeiro Grau de Jurisdição – Divisão Judiciária

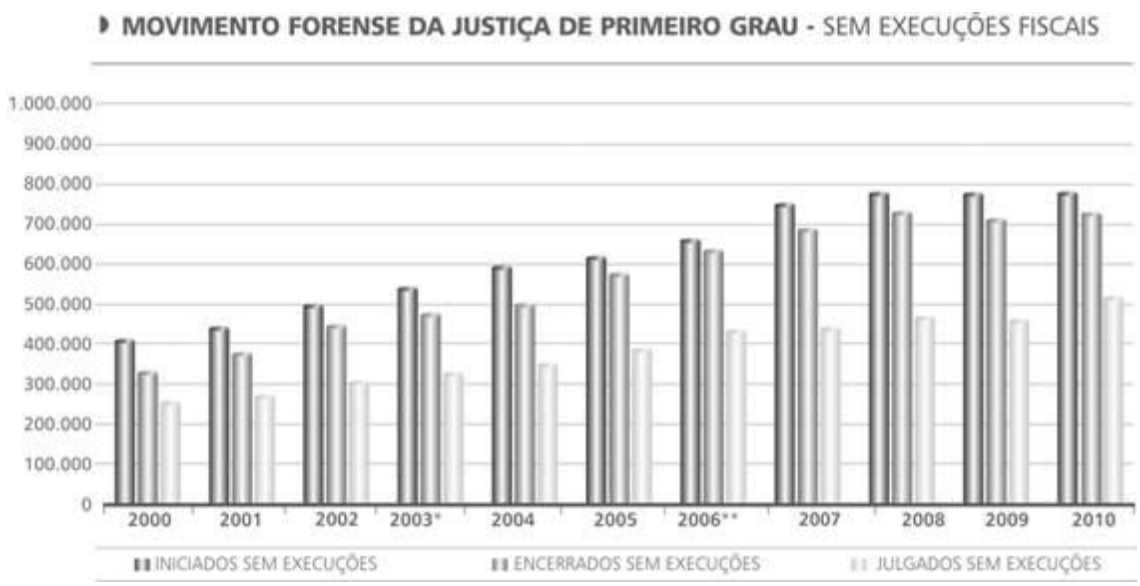
MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

CONSIDERADAS TODAS AS CLASSES PROCESSUAIS (PROCESSOS PRINCIPAIS, EXECUÇÕES DE SENTENÇA, INCIDENTES E AS AÇÕES INCIDENTAIS)

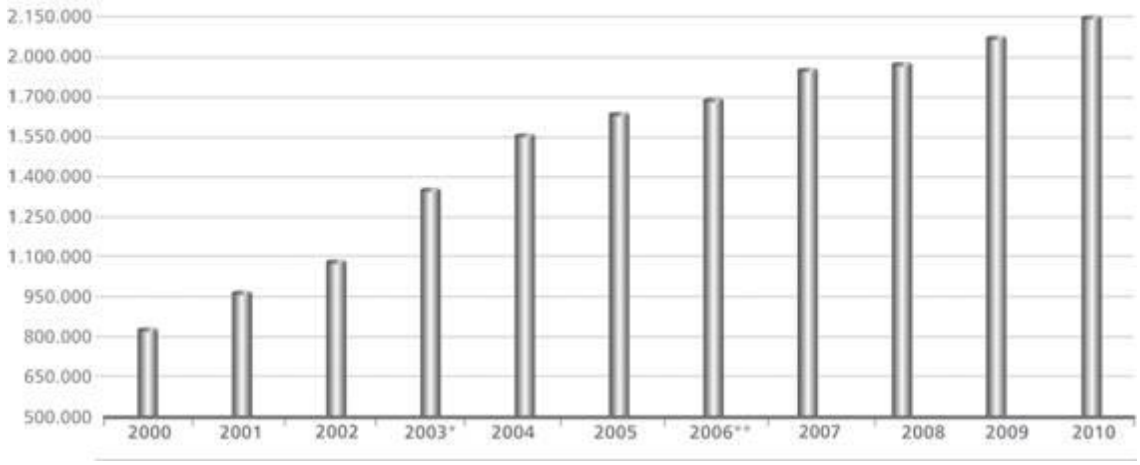
ANO	PROCESSOS INICIADOS - TOTAL	EXECUÇÕES FISCAIS INICIADAS	INICIADOS SEM EXECUÇÕES	PROCESSOS ENCERRADOS - TOTAL	EXECUÇÕES FISCAIS ENCERRADAS	ENCERRADOS SEM EXECUÇÕES	PROCESSOS JULGADOS - TOTAL	EXECUÇÕES FISCAIS JULGADAS	JULGADOS SEM EXECUÇÕES	EM ANDAMENTO FINAL DO ANO - TOTAL	EXECUÇÕES FISCAIS EM ANDAMENTO	EM ANDAMENTO SEM EXECUÇÕES	JUÍZES 1º GRAU EM ATIVIDADE (FINAL DO ANO)	MÉDIA PROC. JULG POR JUIZ - SEM EXEC FISC	MÉDIA PROC. JULG POR JUIZ - COM EXEC FISC
2000	464.945	69.436	395.509	377.205	61.736	315.469	305.556	64.570	240.986	839.081	275.897	563.184	257	938	1.189
2001	542.599	116.352	426.247	412.812	51.785	361.027	302.947	46.747	256.200	987.981	328.167	659.814	249	1.029	1.217
2002	616.933	135.412	481.521	514.959	84.123	430.836	378.885	86.175	292.710	1.114.686	381.478	733.208	260	1.126	1.457
2003 *	667.280	142.118	525.162	550.014	89.987	460.027	385.996	70.788	315.208	1.408.976	513.020	895.956	279	1.130	1.383
2004	714.434	136.602	577.832	565.341	81.688	483.653	412.680	77.236	335.444	1.634.389	586.379	1.048.010	298	1.126	1.385
2005	704.333	101.933	602.400	648.175	88.502	559.673	465.628	92.492	373.136	1.722.546	614.827	1.107.719	321	1.162	1.451
2006 **	797.167	152.033	645.134	709.753	89.096	620.657	500.591	81.418	419.173	1.776.235	625.199	1.151.036	316	1.326	1.584
2007	864.734	130.664	734.070	738.229	66.202	672.027	513.931	87.492	426.439	1.902.740	689.661	1.213.079	327	1.304	1.572
2008	876.691	116.944	759.747	858.887	144.154	714.733	564.985	111.285	453.700	1.920.554	662.451	1.258.103	352	1.289	1.605
2009	865.626	106.556	759.070	765.273	68.853	696.420	528.862	82.199	446.663	2.031.972	700.154	1.331.818	352	1.269	1.502
2010	933.358	171.287	762.071	851.522	140.815	710.707	614.090	108.907	505.183	2.113.808	730.626	1.383.182	362	1.396	1.696

(*) Para o ano de 2003 foi efetuado ajuste (+) de 108.380 feitos em andamento, em virtude da adequação do saldo de processos aos mapas gerados a partir do SAJ/PG.
(**) No ano de 2006 a Corregedoria passou a utilizar o Saj/Estatística como ferramenta de trabalho, que possuiu uma metodologia ligeiramente diferenciada dos antigos "mapas estatísticos", o que pode ocasionar pequenas variações na tabulação dos dados.
(***) Valores suscetíveis à pequenas variações em virtude de estarmos reimportando os dados a partir do ano 2007.

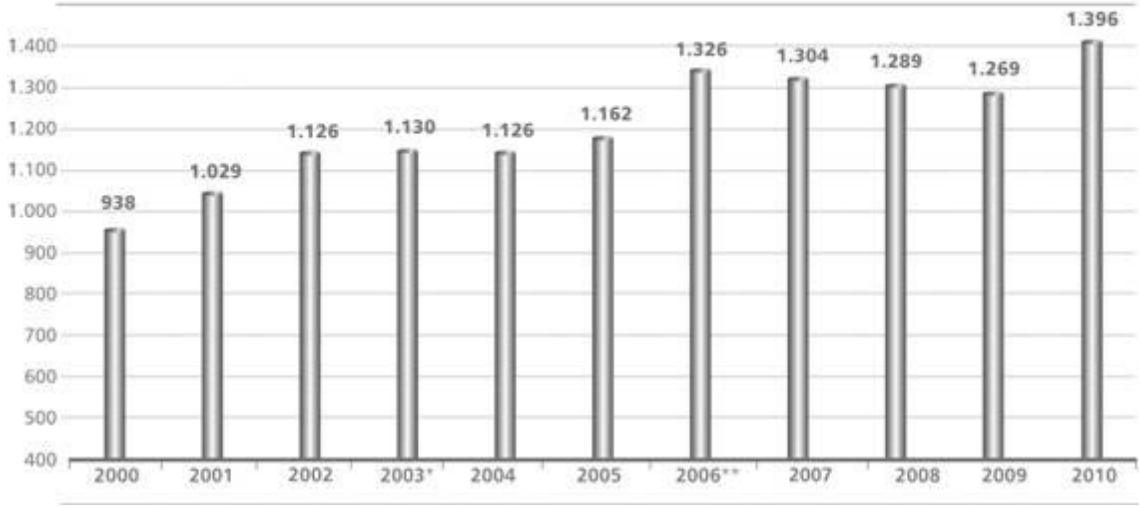




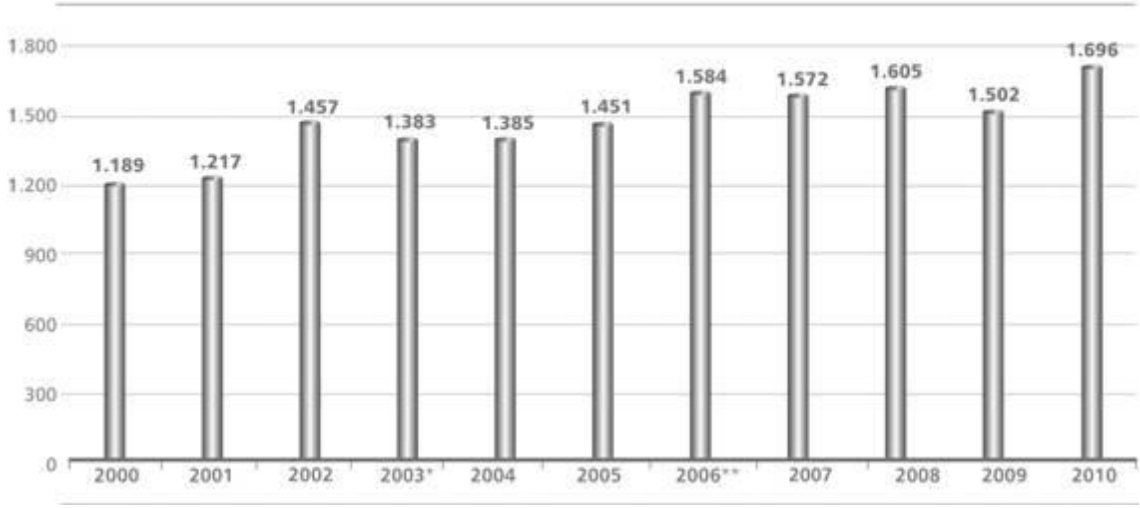
MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE 1º GRAU
PROCESSOS EM ANDAMENTO NO FINAL DO ANO - INCLUINDO EXECUÇÕES FISCAIS



MÉDIA ANUAL DE PROCESSOS JULGADOS POR MAGISTRADO EM EXERCÍCIO NA JUSTIÇA DE 1º GRAU
SEM EXECUÇÕES FISCAIS



MÉDIA ANUAL DE PROCESSOS JULGADOS POR MAGISTRADO EM EXERCÍCIO NA JUSTIÇA DE 1º GRAU
COM EXECUÇÕES FISCAIS



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Ato de criação: Resolução n. 4/2010-TJ

Coordenador: Juiz Alexandre Karazawa Takaschima

Secretário: Antônio Julião da Silva

Assessores: Fernando Tubs, Maria da Graça V. da Silva, Rafael Silva Rodrigues,Thânia Mara Luz e Wânia Kamieski.

Estagiários: Guilherme Rodrigues Nunes Nascimento e Guilherme Souza Régis

Grupo Operacional de Execução Penal: Juízes Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt, Flávio Luís Dell'Antônio, Geraldo Corrêa Bastos, Luiz Eduardo Ribeiro Freyesleben, Marcelo Carlin, Maycon Rangel Favareto, Sílvio José Franco, Joarez Rusch, Humberto Goulart da Silveira e Denise Helena Schild de Oliveira.

Grupo Operacional da Infância e Juventude: Juízes Álvaro Pereira de Andrade, Ana Cristina Borba Alves, Ana Paula Amaro da Silveira, Brigitte Remor de Souza May, Carlos Roberto da Silva, Edison Zimmer, Giancarlo Bremer Nones, Rodrigo Pereira Antunes, Rudson Marcos, Sérgio Luiz Junkes e Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, Sônia Maria Moroso, Ermínio Amarildo Darold e Luiz Neri de Souza.

1 MUTIRÕES CARCERÁRIOS

COMARCA	MÊS	DIAS	PRESOS OUVIDOS
Joinville	Abril	12 a 16	1.195
Joinville	Maio	03 a 05	
Itajaí	Junho	07 a 11	494
Lages	Junho	10 a 14	391
Curitibanos	Julho	05 a 09	612
Tubarão	Agosto	02 a 06	312
Araranguá	Agosto	02 a 06	244
Balneário Camboriú	Agosto	16 a 20	343
Capital (Presídio de São Pedro de Alcântara). Realizado pela Força Nacional de Defensores Públicos da União com o apoio do Tribunal de Justiça	Agosto	16 a 20 e de 23 a 27	1.262
Blumenau	Setembro	13 a 17	784
Chapecó	Novembro	22 a 26	1.200, aprox.

1.1 Registros fotográficos de alguns mutirões carcerários (fotos da CEPIJ)

JOINVILLE





ITAJAÍ





LAGES





CURITIBANOS





2 INSPEÇÕES NOS CENTROS DE INTERNAÇÕES PROVISÓRIAS (CIPS) E CENTROS EDUCACIONAIS REGIONAIS (CERS)

COMARCA	MÊS	DIAS
Blumenau e Joinville	Março	10 a 12
Grande Fpolis	Abril	27 a 29
Araranguá, Criciúma e Tubarão	Maio	25 a 27
São José do Cedro	Junho	29
Chapecó	Junho	30
Xanxerê	Julho	1
Caçador	Setembro	21
Curitibanos	Setembro	22
Lages	Setembro	23
Rio do Sul	Setembro	24
Concórdia	Outubro	5
Joaçaba	Outubro	6

3 COMPROMISSOS DO COORDENADOR PELA CEPIJ E CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

MÊS DE FEVEREIRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
26 a 27	São Paulo	III Encontro Nacional CNJ

28	Brasília	Reunião Ministro Gilson Dipp

MÊS DE MARÇO

DATA	LOCAL	MOTIVO
01	Brasília	Reunião Ministro Gilson Dipp
14	Brasília	CNJ
15	Brasília	Reunião Conselho Nacional de Justiça Maria da Penha
16 e 17	Brasília	Reunião Corregedoria CNJ
29	Joinville	Reunião com juízes do crime e execução penal

MÊS DE ABRIL

DATA	LOCAL	MOTIVO
06 a 09	Salvador	Participação do Congresso Nacional de Execução Penal e internacional (OEA) sobre o sistema penitenciário de Salvador
15 a 18	Natal	ENCOGE
20	Lages	Reunião com juízes do crime e execução penal
26 a 30	Oeste de Santa Catarina	Viagem com o Des. Corregedor-Geral da Justiça

MÊS DE MAIO

DATA	LOCAL	MOTIVO
3	Itajaí	Reunião com juízes do crime
4	Balneário Camboriú	Reunião com juízes do crime
19	Joinville	Composição mesa
21	Capital	Reunião com dirigentes da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais visando participação nos mutirões carcerários realizados no estado
24 a 26	Araranguá	Reunião preparatória para o mutirão carcerário
27	Tubarão	Reunião preparatória para o mutirão carcerário
31	Brasília	Conselho Nacional de Justiça, MJ e CNMP

MÊS DE JUNHO

DATA	LOCAL	MOTIVO
01	Brasília	Conselho Nacional de Justiça, MJ e CNMP
16 a 19	João Pessoa – Paraíba	CONAPA
21	Florianópolis	Reunião para tratar sobre o monitoramento eletrônico de sentenciados do estado
24	Florianópolis	Reunião com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Ministério Público Estadual acerca da possibilidade de implantação de monitoramento eletrônico no sistema prisional
25	Capital	Reunião com o Coordenador Nacional da Pastoral Carcerária, Padre Valdir João Silveira, para conhecer o trabalho desenvolvido pela CEPIJ

MÊS DE JULHO

DATA	LOCAL	MOTIVO
05	Curitibanos	Reunião para tratar do monitoramento eletrônico de alguns sentenciados das comarcas da Capital, Chapecó, Curitibanos, Criciúma, Joinville, Lages e Rio do Sul
12	Capital	Reunião do PROVITA na Secretaria de Estado da Segurança Pública
16	Capital	Reunião na ACADEPOL sobre monitoramento de presos
26	Capital	Reunião com o delegado da DEIC, Renato Hendges, acerca do contido nos autos do processo n. 380613-2010.8
28	Capital	Audiência na 4ª Vara Criminal para oitiva de sentenciado objeto dos autos do processo n. 380613-2010.8, presentes o Juiz Alexandre Morais da Rosa, Promotor de Justiça Rafael de Moraes Lima, advogado Lídio Moisés da Cruz, Delegado de Polícia Rubens João Leite Farias e Major PM Francisco Luiz Gonzaga da Silveira.

MÊS DE AGOSTO

DATA	LOCAL	MOTIVO
2	Goiânia-GO	Ida ao estado para assinatura do termo de cooperação técnica para cálculo de execução penal, acompanhando os Desembargadores Presidente e Jorge Henrique Schaefer Martins

3	Goiânia-GO	Assinatura do termo de cooperação técnica para cálculo de execução penal, acompanhando os Desembargadores Presidente e Jorge Henrique Schaefer Martins
3 a 6	Tubarão e Araranguá	Mutirões carcerários
9	Balneário Camboriú	Reunião preparatória do mutirão carcerário
12	Capital	Reunião Governador do Estado e Secretário de Justiça e Segurança Pública
16 a 20	Balneário Camboriú e Capital	Mutirão carcerário em Balneário Camboríu e Mutirão na Penitenciária de São Pedro de Alcântara pela Força Nacional de Defensores Públicos da União
23 a 27	Capital	Mutirão na Penitenciária de São Pedro de Alcântara pela Força Nacional de Defensores Públicos da União
23	Capital	Reunião com o Secretário de Justiça e Cidadania e Juiz-Auxiliar da Presidência do CNJ
25	Capital	Plenarinho da Assembléia Legislativa, lançamento da Central de Penas Alternativas da Capital e São José

MÊS DE SETEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
1	Capital	Reunião na Secretaria de Segurança Pública. Comissão de gestão da crise no sistema prisional catarinense
10	Capital	Reunião na CGJ sobre os oficiais de justiça da infância e juventude
13 a 17	Blumenau	Mutirão carcerário
14	Capital	Reunião na Secretaria de Segurança Pública sobre o "PGC" (Primeiro Grupo da Capital)
20 a 24	Caçador, Curitibanos, lages e Rio do Sul	Inspeções CIPs e CERs
24	Capital	Homenageado, em nome do Presidente, pela associação beneficente Iluminar em razão dos trabalhos realizados pelos mutirões carcerários e inspeções nos CIPs e CERs
29	Fraiburgo	Reunião com a DEAP e juízes da região
30	São José	Inspeção no Centro Educacional Regional São Lucas

MÊS DE OUTUBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO

4 e 5	Concórdia e Joaçaba	Inspeções nos CIPs e CERs de Concórdia e Joaçaba
6 a 8	São Paulo	II Seminário da Justiça Criminal
14	Capital	Reunião na sede da OAB/SC com o Comitê Catarinense de Combate à Tortura (14h) e Reunião na ACADEPOL sobre monitoração eletrônica de presos (15h)
15	Capital	Reunião no pleno do TJ com juízes da infância e juventude sobre o relatório preliminar emitido pelo projeto Medida Justa do CNJ quando em visita ao estado
19	Capital	Reunião com a juíza Ana Cristina Borba Alves, secretários da Segurança Pública e da Cidadania e Defesa do Cidadão sobre o Centro Educacional Regional São Lucas
25 a 27	Capital	Reunião de planejamento estratégico com juízes do grupo operacional da infância e juventude

MÊS DE NOVEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
4	Joinville	Inspeção na penitenciária com juiz-auxiliar da Presidência do CNJ
5	Blumenau	Inspeção no presídio com juiz-auxiliar da Presidência do CNJ
5	Capital	Reunião com o grupo operacional de execução penal na CGInfo sobre o cartório remoto de execução penal
8	Capital	Reunião com juiz Odson Cardoso Fº
9	Capital	Reunião na CGJ com representantes do MP e Secretaria de Segurança sobre o PGC
16	Capital	Reuniões na assessoria especial da Presidência: 14h: Tramitação direta de IPs (processo 374672-2010.0); 15h30min: Implantação do plano de gestão das varas criminais e de execuções penais (processo n. 371359-2010.8; e às 17h: Desenvolvimento de ações para observância da duração razoável do processo criminal (processo n. 374673-2010.8).
22 a 26	Chapecó	Mutirão carcerário
24	Modelo	Reunião com magistrado da comarca, Comandante da Casa Militar do TJ e comando da PM da comarca
29	Capital	Reunião com o Chefe do Ministério Público do Trabalho
30	Brasília-DF	Acompanhar Desembargador Corregedor-Geral da Justiça

MÊS DE DEZEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
1 a 3	Brasília-DF	Acompanhar Desembargador Corregedor-Geral da Justiça
6 a 7	Rio de Janeiro	4º Encontro Nacional do Judiciário
9	Capital	**14h:** Reunião na CGJ com advogados. **16h30min:** Reunião recebimento relatório mutirão carcerário realizado no presídio feminino da Capital (advª Juliana Botomé)
13	Capital	Reunião com grupo operacional da infância e juventude com a assessoria de planejamento
15	Balneário Camboriú	Palestra no Fórum sobre Adoção

4 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS RELACIONADOS À CEPIJ: 130 PROCESSOS

NÚMERO	ASSUNTO
397891-2010.5	MUTIRÃO CARCERÁRIO NA UNIDADE PRISIONAL AVANÇADA DE CAPINZAL: DIAS 21 A 25 DE NOVEMBRO DE 2011
397890-2010.7	MUTIRÃO CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE JOAÇABA: DIAS 21 A 25 DE NOVEMBRO DE 2011
397889-2010.3	MUTIRÃO CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE TIJUCAS: DIAS 03 A 07 DE OUTUBRO DE 2011
397888-2010.5	MUTIRÃO CARCERÁRIO NA UNIDADE PREISIONAL AVANÇADA DE BRUSQUE: DIAS 03 A 07 DE OUTUBRO DE 2011
397887-2010.7	MUTIRÃO CARCERÁRIO NA COLÔNIA AGRÍCOLA PENAL DA PALHOÇA: DIAS 22 A 26 DE AGOSTO DE 2011
397886-2010.9	MUTIRÃO CARCERÁRIO NA UNIDADE PRISIONAL AVANÇADA DE CANOINHAS: DIAS 11 A 16 DE ABRIL DE 2011
397885-2010.0	MUTIRÃO CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE RIO DO SUL: DIAS 13 A 17 DE JUNHO DE 2011
397884-2010.2	MUTIRÃO CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE MAFRA: DIAS 11 A 16 DE ABRIL DE 2011
397875-2010.3	MUTIRÃO CARCERÁRIO NA UNIDADE PRISIONAL AVANÇADA (UPA) DE SÃO FRANCISCO DO SUL: DIAS 21 A 25 DE FEVEREIRO DE 2011
397874-2010.5	MUTIRÃO CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE JARAGUÁ DO SUL: DIAS 21 A 25 DE FEVEREIRO DE 2011
397777-2010.3	REUNIÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO GRUPO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA CEPIJ E A ASPLAN
397776-2010.5	SOLICITAÇÃO DE FORÇA TAREFA DE MAGISTRADOS PARA ATUAR NA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE SÃO JOSÉ - REQUERENTE JUÍZA ANA CRISTINA BORBA
397003-2010.5	REUNIÃO DO GRUPO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE COM O GOVERNADOR ELEITO RAIMUNDO COLOMBO
396423-2010.0	SOLICITAÇÃO DE AUXÍLIO PARA INSTALAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR NA COMARCA DE MELEIRO

395106-2010.5	TRANSFERÊNCIA DE PRESO PARA OUTRA COMARCA, ENCAMINHAMENTO DO PEC PESSOALMENTE PELO SEU ADVOGADO PARA A COMARCA ONDE PASSARÁ A CUMPRIR A PENA POSSIBILIDADE.
395105-2010.7	PROJETO "EDUCAÇÃO: UMA POSSIBILIDADE DE REINSERÇÃO SOCIAL", COMARCA DE ANITA GARIBALDI
392649-2010.4	DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FRJ, REPASSADOS AO FUPESC-FUNDO PENITENCIÁRIA ESTADUAL, CONFORME LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 188/99
392546-2010.3	PLANO INTEGRADO DE ENFRENTAMENTO AO CRACK E OUTRAS DROGAS - EDITAL Nº 003/2010/ GSIPR/SENAD/MS
391006-2010.7	LEVANTAMENTO NACIONAL DE CRIÂNÇAS E ADOLESCENTES EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO
391002-2010.4	MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE PRESOS
390595-2010.0	LAR SÃO LUCAS - IRREGULARIDADES E DESCUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS
390164-2010.5	CARTÓRIO REMOTO DE EXECUÇÃO PENAL
389813-2010.0	ADVOGADA ROSEMEIRE DE SOUZA RIBEIRO - INFORMAÇÕES SOBRE PROCESSO
389811-2010.3	JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE TUBARÃO - INTERVENÇÃO JUNTO À DEAP PARA INTERNAÇÃO DO APENADO JUNTO AO HCTP
389505-2010.0	ATA DA REUNIÃO REALIZADA NA COMARCA DE FRIABURGO, REFERENTE A INTERDIÇÃO PARCIAL DO PRESIDIO REGIONAL DAQUELA COMARCA
389503-2010.3	REQUERENTE - VARA DE EXECUÇÕES PENAIS/ REQUERIDO -2ª VARA DE ESPIGÃO DO OESTE - RONDÔNIA
388683-2010.2	ESTRATÉGIA NACIONAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - ENASP - INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES DOS GRUPOS TEMÁTICOS
387444-2010.3	MUTIRÃO CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE JARAGUÁ DO SUL - REQUERENTE JUÍZA KARINA MULLER
387443-2010.5	ADVOGADA ROSEMEIRE DE SOUZA RIBEIRO - INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO DO PRESO MAICON NOBRE ARAÚJO (AUTOS 282.10.010753-2)
387440-2010.0	CONSULTA SOBRE POSSIBILIDADE DE ENCONTRO ÍNTIMO ENTRE DOIS PRESOS DO MESMO SEXO
385936-2010.3	JUIZ GUSTAVO MARCOS DE FARIAS - CONVOCAÇÃO PROGRAMA MEDIDA JUSTA - CNJ
385467-2010.1	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS SOBRE PROGRESSÃO DE REGIME DO APENADO VALDERI DE ALMEIDA - REQUERENTE ADVOGADA PATRÍCIA R LOURENÇO
385440-2010.0	REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO POR PSICÓLOGO - NEGATIVA DE REALIZAÇÃO PELA HCTP - RESOLUÇÃO Nº 09/2010 DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - COMARCA DE INDAIAL
385346-2010.2	MUTIRÃO CARCERÁRIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - PROCESSO CGJ 0354 (016202) - ATUAÇÃO DO PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

385285-2010.7	FORÇA NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA EM EXECUÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO JUDICIAL ESPECIAL
385284-2010.9	I MUTIRÃO DE ORIENTAÇÃO SÓCIO-JURÍDICO NO PRESÍDIO FEMININO DE FLORIANÓPOLIS - OAB/SC, PASTORAL CARCERÁRIA DE FLORIANÓPOLIS E O CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA (CVV)
385283-2010.0	DEFENSORIA PÚBLICA EM ATUAÇÃO NA FORÇA NACIONAL EM EXECUÇÃO PENAL - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO JUDICIAL ESPECIAL - PENITENCIÁRIA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SEGREDO DE JUSTIÇA
385282-2010.2	EXECUÇÃO PENAL - REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO POR PSICÓLOGOS - RESOLUÇÃO Nº 009/2010 DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
385281-2010.4	AMEAÇA DE MORTE CONTRA O SENTENCIADO JOÃO CAVIQUIOLI FILHO - PRESÍDIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
385280-2010.6	PARTICIPAÇÃO DE PSICÓLOGOS JUDICIÁRIOS EM AUDIÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL
385279-2010.2	ANÁLISE DA PORTARIA Nº 22/2010 DA DIREÇÃO DO FÓRUM DE TURVO
384340-2010.8	CONSULTA SOBRE UTILIZAÇÃO DO VEÍCULO OFICIAL DA COMARCA PELO OFICIAL DE JUSTIÇA
383596-2010.0	PLANO OPERATIVO ESTADUAL DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE SANTA CATARINA
383595-2010.2	CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL - MODELOS DE BELO HORIZONTE/MG E PORTO ALEGRE/RS
383594-2010.4	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA VARAS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE
383593-2010.6	PROJETO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA PARA INCLUSÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES QUE COMPLETARÃO 18 ANOS - COMARCA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
383269-2010.4	PRISÃO DE MULHER EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL DESTINADO PARA HOMENS - COMARCA DE SÃO MIGUEL DO OESTE
382970-2010.7	PROCESSO N. 001/2010 GABINETE DA PRESIDÊNCIA - OFÍCIO N. 857/2010 GP - PROVIDÊNCIAS
382946-2010.4	CURSO EDUCAÇÃO EM PRISÕES, A SER REALIZADO DE 23 A 27 DE AGOSTO DE 2010 EM FLORIANÓPOLIS
382675-2010.9	I FÓRUM ESTADUAL DE JUÍZES E TÉCNICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - REALIZAÇÃO DIAS 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2010
382473-2010.0	MUTIRÃO CARCERÁRIO EM TOCANTINS - CNJ - COMUNICAÇÃO DA SERVIDORA BERNADETE MUNTOWSKI DA COMARCA DE SÃO BENTO DO SUL
382472-2010.1	INFORMAÇÃO SOBRE AMEAÇA AO MAGISTRADO UBALDO RICARDO DA SILVA NETO DA COMARCA DE TIMBÓ
382436-2010.5	PROJETO MEDIDA JUSTA DO CNJ EM SANTA CATARINA DIAS 22 A 31 DE AGOSTO DE 2010

382232-2010.0	LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO DA CENTRAL DE PLANTÃO POLICIAL DA CAPITAL REFERENTE AOS DOIS PRIMEIROS TRIMESTRES DO ANO DE 2010
382231-2010.1	AJUDA DE CUSTO SOLICITADO PELO JUIZ GIANCARLO BREMER NEVES PARA PARTICIPAÇÃO NO I ENCONTRO NACIONAL DE APRIMORAMENTO DA ATUAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA NA DEFESA DOS DIREITOS INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, QUE SERÁ REALIZADO DIAS 21 E 22 DE AGOSTO DE 2010 NA CIDADE DE SÃO PAULO/SP
381560-2010.9	ORIENTAÇÃO CGJ Nº 33 - (EXECUÇÃO PENAL) - ANÁLISE COM BASE NA RESOLUÇÃO Nº 113/2010 D0 CNJ
381559-2010.5	ENCONTRO DE ARTICULAÇÃO DOS JUÍZES DA ÁREA DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 19 E 20 DE AGOSTO DE 2010 EM BRASÍLIA/DF
381387-2010.8	CRIAÇÃO DE BANCO DE DADOS CADASTRAIS DE ADOLESCENTES INSERIDOS NO SISTEMA SÓCIOEDUCATIVO DE INTERNAÇÃO - REQUERENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
381121-2010.2	SITUAÇÃO DO CIP DE ITAJAÍ - JUIZ CARLOS ROBERTO DA SILVA
380783-2010.5	CUSTEIO PARA PARTICIPAÇÃO DA JUÍZA ANA CRISTINA BORBA ALVES, NO ENCONTRO REGIONAL DO SUDESTE - FONAJUV, QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 29 E 30 DE JULHO DE 2010 NA CIDADE BELO HORIZONTE/MG
380613-2010.8	PEDIDO DE ESCOLTA POLICIAL - JUIZ SOLON BITTENCOURT DEPAOLI - COMARCA DE MARAVILHA
380474-2010.7	SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL - SIPIA/SINASE
380420-2010.8	JUIZ RENATO MASTELLA SOLICITA PROVIMENTO DO CARGO DE COMISSÁRIO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE NA COMARCA DE CORREIA PINTO
380155-2010.1	RECLAMAÇÃO DO SR JOELSON TIBÚRCIO DOS PASSOS SOBRE PRORROGAÇÃO DE MANDATOS DE CONSELHEIROS TUTELARES EM JARAGUÁ DO SUL
379944-2010.1	SITUAÇÃO DA JUSTIÇA INFANTO-JUVENIL, OFÍCIO 014/COMAJC, DO CNJ
379839-2010.9	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 DE 30 DE JUNHO DE 2010 (DISCIPLINA A ADOÇÃO DE MEDIDAS DESTINADAS À REGULARIZAÇÃO DO CONTROLE DE EQUIPAMENTOS DE EXECUÇÃO DA MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL OU FAMILIAR, E DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB ESSA MEDIDA)
379130-2010.0	MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE SENTENCIADOS
377454-2010.6	SOLICITAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS APREENDIDOS COM BASE NA LEI Nº 11.343/06 - 4º PELOTÃO DA CIA DE POLICIAMENTO DE GUARDA DA POLÍCIA MILITAR DE SC
377453-2010.8	PROJETO MEDIAÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS ESCOLARES - POLÍCIA MILITAR DE SC
377148-2010.2	INEXISTÊNCIA DE CELA ESPECIAL NO ESTADO

377057-2010.5	FÓRUM ESTADUAL DE MAGISTRADOS DE EXECUÇÃO PENAL (FEMEPE), REALIZADO NOS DIAS 03 E 04 DE SETEMBRO DE 2009
377056-2010.7	PROJETO REVITALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA PENAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA
377055-2010.9	COMISSÃO NACIONAL DE APOIO ÁS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS-CONAPA. PARTICPAÇÃO DO MAGISTRADO JÚLIO CESAR FERREIRA DE MELO, COORDENADOR DA CEPIJ
377054-2010.0	RELATÓRIO DA VISITA REALIZADA POR REPRESENTANTES DA 28ª SUBSEÇÃO DA OAB/SC À CENTRAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ/SC
376972-2010.0	COMARCA DE CATANDUVAS - PEDIDO PARA LIBERAÇÃO DE INSPEÇÃO MENSAL ÀS CELAS DA DELEGACIA DE POLÍCIA
376854-2010.6	RECAMBIAMENTO DE PRESOS
376853-2010.8	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS QUANTO AO PRESO RAFAEL PINHEIRO GEBELUK (PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS)
376852-2010.0	PROJETO COMEÇAR DE NOVO (RES. 96/2009 DO CNJ) - IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS CORRELATOS NAS COMARCAS
376851-2010.1	PROJETO COMEÇAR DE NOVO (RES. 96/2009 DO CNJ) - INSTALAÇÃO DOS CONSELHOS DE COMUNIDADE
376850-2010.3	CONSELHO DA COMUNIDADE DE ITUPORANGA - PEDIDO DE DOAÇÃO DE COMPUTADORES VISANDO IMPLEMENTAÇÃO DE CURSO DE INFORMÁTICA PARA PRESOS
376650-2010.0	FÓRUM NACIONAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FNDCA) - RELATÓRIO ANUAL SOBRE ESTATÍSTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
376382-2010.0	INDULTO NATALINO 2010 - SUGESTÕES PARA REDAÇÃO
376381-2010.1	PROJETO ÂNCORA - TRABALHO PRISIONAL NA COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL
376248-2010.3	TRANSFERÊNCIA DO ADOLESCENTE DANIEL GUERREIRO NAPOLEÃO, DE CRICIÚMA PARA OUTRA COMARCA
375309-2010.3	MUTIRÃO CARCERÁRIO REGIONAL NO PRESÍDIO DE TUBARÃO
375308-2010.5	MUTIRÃO REGIONAL CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE ARARANGUÁ
375307-2010.7	VARAS COM COMPETÊNCIA PARA AS AÇÕES DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL
375210-2010.0	PROPOSTA DE CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL E TERAPÊUTICA (ACUSTRA) DA REGIÃO DA AMUREL PARA ATUAR NO PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO EM BENEFÍCIO DOS SENTENCIADOS
374800-2010.6	REUNIÃO DOS GRUPOS DE "SISTEMA DE INFORMAÇÕES PENAIS" E "SISTEMA PRISIONAL E EXECUÇÃO PENAL" DA ENASP (DIAS 28 E 31 DE MAIO DE 2010)

374786-2010.7	MINUTA DE TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O TJSC, SECRETARIA EXECUTIVA DA JUSTIÇA E CIDADANIA E O SENAI/SC PARA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE PRESOS, EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL, CUMPRIDORES DE PENAS E DE MEDIDAS ALTERNATIVAS E ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
374676-2010.3	SOLICITAÇÃO DA MAGISTRADA ANA PAULA AMARO DA SILVEIRA PARA INTEGRAR O GRUPO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA CEPIJ
374675-2010.5	DOTAR AS VARAS CRIMINAIS DO RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E TECNOLÓGICOS INDISPENSÁVEIS AO FUNCIONAMENTO, ESPECIALMENTE PARA A DOCUMENTAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PELO SISTEMA AUDIOVISUAL E A VIABILIZAÇÃO, QUANDO FOR O CASO, DA REALIZAÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIA PARA O INTERROGATÓRIO E A INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHAS
374674-2010.7	IMPLANTAR SISTEMA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL COM CONTROLE DE ENTRADA, SAÍDA E TRÂNSITO DE PESSOAS, ASSIM COMO DE COMISSÃO PERMANENTE, INTEGRADA POR PELO MENOS UM MAGISTRADO DE PRIMEIRA E DE SEGUNDA INSTÂNCIA, PARA FINS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA DOS JUÍZES COLOCADOS EM SITUAÇÃO DE RISCO E APRECIAÇÃO DE MATÉRIAS RELACIONADAS A ESSE TEMA
374673-2010.9	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OBSERVÂNCIA DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO CRIMINAL QUE, ESTANDO O ACUSADO PRESO, É DE 105 DIAS, NÃO PODENDO ULTRAPASSAR 148 DIAS NO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO, 75 DIAS NO PROCEDIMENTO SUMÁRIO E 135 DIAS, NÃO PODENDO ULTRAPASSAR 178 DIAS, NA PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI
374672-2010.0	ADOTAR A TRAMITAÇÃO DIRETA DOS INQUÉRITOS POLICIAIS, NOS TERMOS DA RES 66/2009 DO CNJ; E A COMUNICAÇÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE E ENVIO DO RESPECT AUTO, NO REGIME DE PLANTÃO, E DEMAIS COMUNIC ENTRE O JUD, A POLÍCIA, O MP E A DEFENS PUB, POR SIST ELETR, DEVENDO O TJ DESENVOLVER GESTÕES PARA CELEBRAR CONVÊNIOS ENTRE OS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS
374382-2010.9	RECLAMAÇÃO - PRESÍDIO DE CAMPOS NOVOS – UPA
374381-2010.0	REQUER EXCLUSÃO DA CADEIA PÚBLICA DO CADASTRO DO CNJ
377454-2010.6	SOLICITAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS APREENDIDOS COM BASE NA LEI Nº 11.343/06 - 4º PELOTÃO DA CIA DE POLICIAMENTO DE GUARDA DA POLÍCIA MILITAR DE SC
377453-2010.8	PROJETO MEDIAÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS ESCOLARES - POLÍCIA MILITAR DE SC
377148-2010.2	INEXISTÊNCIA DE CELA ESPECIAL NO ESTADO
377057-2010.5	FÓRUM ESTADUAL DE MAGISTRADOS DE EXECUÇÃO PENAL – FEMEPE
377056-2010.7	PROJETO REVITALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA PENAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

377055-2010.9	COMISSÃO NACIONAL DE APOIO ÁS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS-CONAPA. PARTICPAÇÃO DO MAGISTRADO JÚLIO CESAR FERREIRA DE MELO,COORDENADOR DA CEPIJ
377054-2010.0	RELATÓRIO DA VISITA REALIZADA POR REPRESENTANTES DA 28ª SUBSEÇÃO DA OAB/SC À CENTRAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ/SC
376972-2010.0	COMARCA DE CATANDUVAS - PEDIDO PARA LIBERAÇÃO DE INSPEÇÃO MENSAL ÀS CELAS DA DELEGACIA DE POLÍCIA
376854-2010.6	RECAMBIAMENTO DE PRESOS
376853-2010.8	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS QUANTO AO PRESO RAFAEL PINHEIRO GEBELUK (PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS)
376852-2010.0	PROJETO COMEÇAR DE NOVO (RES. 96/2009 DO CNJ) - IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS CORRELATOS NAS COMARCAS
376851-2010.1	PROJETO COMEÇAR DE NOVO (RES. 96/2009 DO CNJ) - INSTALAÇÃO DOS CONSELHOS DE COMUNIDADE
376850-2010.3	CONSELHO DA COMUNIDADE DE ITUPORANGA - PEDIDO DE DOAÇÃO DE COMPUTADORES VISANDO IMPLEMENTAÇÃO DE CURSO DE INFORMÁTICA PARA PRESOS
376650-2010.0	FÓRUM NACIONAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FNDCA) - RELATÓRIO ANUAL SOBRE ESTATÍSTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
376382-2010.0	INDULTO NATALINO 2010 - SUGESTÕES PARA REDAÇÃO
376381-2010.1	PROJETO ÂNCORA - TRABALHO PRISIONAL NA COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL
376248-2010.3	TRANSFERÊNCIA DO ADOLESCENTE DANIEL GUERREIRO NAPOLEÃO, DE CRICIÚMA PARA OUTRA COMARCA
375309-2010.3	MUTIRÃO CARCERÁRIO REGIONAL NO PRESÍDIO DE TUBARÃO
375308-2010.5	MUTIRÃO REGIONAL CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE ARARANGUÁ
375307-2010.7	VARAS COM COMPETÊNCIA PARA AS AÇÕES DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL
375210-2010.0	PROPOSTA DE CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL E TERAPÊUTICA (ACUSTRA) DA REGIÃO DA AMUREL PARA ATUAR NO PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO EM BENEFÍCIO DOS SENTENCIADOS
374800-2010.6	REUNIÃO DOS GRUPOS DE "SISTEMA DE INFORMAÇÕES PENAIS" E "SISTEMA PRISIONAL E EXECUÇÃO PENAL" DA ENASP (DIAS 28 E 31 DE MAIO DE 2010)
374786-2010.7	MINUTA DE TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O TJSC, SECRETARIA EXECUTIVA DA JUSTIÇA E CIDADANIA E O SENAI/SC PARA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE PRESOS, EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL, CUMPRIDORES DE PENAS E DE MEDIDAS ALTERNATIVAS E ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
374676-2010.3	SOLICITAÇÃO DA MAGISTRADA ANA PAULA AMARO DA SILVEIRA PARA INTEGRAR O GRUPO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA CEPIJ

374675-2010.5	DOTAR AS VARAS CRIMINAIS DO RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E TECNOLÓGICOS INDISPENSÁVEIS AO FUNCIONAMENTO, ESPECIALMENTE PARA A DOCUMENTAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PELO SISTEMA AUDIOVISUAL E A VIABILIZAÇÃO, QUANDO FOR O CASO, DA REALIZAÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIA PARA O INTERROGATÓRIO E A INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHAS
374674-2010.7	IMPLANTAR SISTEMA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL COM CONTROLE DE ENTRADA, SAÍDA E TRÂNSITO DE PESSOAS, ASSIM COMO DE COMISSÃO PERMANENTE, INTEGRADA POR PELO MENOS UM MAGISTRADO DE PRIMEIRA E DE SEGUNDA INSTÂNCIA, PARA FINS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA DOS JUÍZES COLOCADOS EM SITUAÇÃO DE RISCO E APRECIAÇÃO DE MATÉRIAS RELACIONADAS A ESSE TEMA
374673-2010.9	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OBSERVÂNCIA DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO CRIMINAL QUE, ESTANDO O ACUSADO PRESO, É DE 105 DIAS, NÃO PODENDO ULTRAPASSAR 148 DIAS NO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO, 75 DIAS NO PROCEDIMENTO SUMÁRIO E 135 DIAS, NÃO PODENDO ULTRAPASSAR 178 DIAS, NA PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JURI
374672-2010.0	ADOTAR A TRAMITAÇÃO DIRETA DOS INQUÉRITOS POLICIAIS, NOS TERMOS DA RES 66/2009 DO CNJ; E A COMUNIC DA PRISÃO EM FLAGRANTE E ENVIO DO RESPECT AUTO, NO REGIME DE PLANTÃO, E DEMAIS COMUNIC ENTRE O JUD, A POLÍCIA, O MP E A DEFENS PUB, POR SIST ELETR, DEVENDO O TJ DESENVOLVER GESTÕES PARA CELEBRAR CONVÊNIOS ENTRE OS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS
374382-2010.9	RECLAMAÇÃO - PRESÍDIO DE CAMPOS NOVOS – UPA
374381-2010.0	REQUER EXCLUSÃO DA CADEIA PÚBLICA DO CADASTRO DO CNJ
374170-2010.2	FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO PREVIDÊNCIA PARA DETENTOS
374169-2010.9	DIA NACIONAL DA ADOÇÃO (DIA 25/05/2010 NO AUDITÓRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM BRASÍLIA/DF - SOLICITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO: JUÍZA SÔNIA MARIA MAZZETTO MOROSO)
374104-2010.4	REUNIÃO DO GRUPO DE PERSECUÇÃO PENAL DA ENASP (21 DE MAIO DE 2010)
373979-2010.1	APRESENTAÇÃO DO INSTITUTO DA TERRA
373826-2010.4	COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O TJGO E O TJSC PARA CESSÃO DO PROGRAMA DE CÁLCULO PARA EXECUÇÃO PENAL
373825-2010.6	JUIZ GIANCARLO BREMER NONES SOLICITA CRIAÇÃO DE E-MAIL INSTITUCIONAL PARA O NÚCLEO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
372941-2010.9	RES. Nº 113, DE 20 DE ABRIL DE 2010 (CNJ) QUE "DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO RELATIVO À EXECUÇÃO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E DE MEDIDA DE SEGURANÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"
372939-2010.7	CNJ - CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE PRISÕES PROVISÓRIAS

372938-2010.9	RES. Nº 108, DE 6 DE ABRIL DE 2010 (CNJ) QUE "DISPÕE SOBRE O CUMPRIMENTO DE ALVARÁ E SOLTURA E SOBRE A MOVIMENTAÇÃO DE PRESOS DO SISTEMA CARCERÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"
372935-2010.4	CONVÊNIO PARA INSTALAÇÃO DE CENTRAIS DE PENAS ALTERNATIVAS NAS COMARCAS DA CAPITAL E SÃO JOSÉ (SECRETARIA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)
372934-2010.6	CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS ACERCA DA SOMA DE PENAS (JULIANA MITSUE BOTOMÉ)
372933-2010.8	TRANSFERÊNCIA DE ADOLESCENTES QUE PRATICAM ATOS INFRACIONAIS POR PARTE DO PODER EXECUTIVO
372932-2010.0	MUTIRÃO CARCERÁRIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
372877-2010.3	MUTIRÃO CARCERÁRIO DE ITAJAÍ
371803-2010.4	CARTILHA DOS DIREITOS E DOS DEVERES DO PRESO
371741-2010.0	PROGRAMA EXECUÇÃO PENAL DE OFÍCIO
371359-2010.8	PLANO DE GESTÃO DO CNJ PARA O FUNCIONAMENTO DE VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL
371358-2010.0	PROJETO DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE MEDIADORES DAS VARAS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE - JUSTIÇA RESTAURATIVA E MEDIAÇÃO
370923-2010.0	CGJ 1350/2009 - MUTIRÃO/EXECUÇÕES PENAIS - OAB/SC SUBSEÇÃO DE CRICIÚMA - ADVOGADOS A DISPOSIÇÃO
370002-2010.0	TRABALHO PRISIONAL E IMPLICAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS - COMARCA DE VIDEIRA
369428-2010.3	ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES DE INFÂNCIA E JUVENTUDE - CNJ, DIA 16 DE ABRIL DE 2010
368359-2010.1	INSTALAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DO SISTEMA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS – DMF
368282-2010.0	PROCESSO Nº CGJ 0189/2010 - ATA DA 1ª REUNIÃO DO NÚCLEO DE EXECUÇÕES PENAIS - MUTIRÃO CARCERÁRIOS EM BLUMENAU
368281-2010.1	PROCESSO Nº CGJ 0188/2010 - ATA DA 1ª REUNIÃO DO NÚCLEO DE EXECUÇÕES PENAIS - MUTIRÃO CARCERÁRIO EM CURITIBANOS
368279-2010.0	PROCESSO Nº CGJ 0186/2010 - ATA DA 1ª REUNIÃO DO NÚCLEO DE EXECUÇÕES PENAIS - MUTIRÃO CARCERÁRIO EM CHAPECÓ
368278-2010.1	PROCESSO Nº CGJ 0249/2010 - ATA DA 1ª REUNIÃO DO NÚCLEO DE EXECUÇÕES PENAIS - MUTIRÃO CARCERÁRIO EM PALHOÇA
368275-2010.7	PROCESSO Nº CGJ 0271/2010 - PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - PROJETO COMEÇAR DE NOVO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
368274-2010.9	PROCESSO Nº CGJ 1203/2009 - CONSULTA - PROJETO COMEÇAR DE NOVO DO CNJ
368029-2010.0	ATA DA I REUNIÃO DO NÚCLEO DE EXECUÇÃO PENAL - MUTIRÕES CARCERÁRIOS

367818-2010.0	DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE TRANSAÇÃO PENAL PARA MELHORIA DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS
367813-2010.0	PROPOSTA DE CONVÊNIO E PLANO DE TRABALHO PARA INSTALAÇÃO DE UNIDADE DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA VOLUNTÁRIA NO ÂMBITO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E FORMAÇÃO DE EQUIPES MULTIDICIPLINARES JUNTO ÀS VARAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

5 OFÍCIOS-CIRCULARES RELACIONADOS À CEPIJ

Nº	ASSUNTO	DESTINATÁRIOS
01/2010	Mutirão carcerário da Comarca de Lages. Processo n. 368280-2010.3.	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
02/2010	Interdição de estabelecimentos prisionais . Processo n. 367814-2010.8.	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
03/2010	Considerações práticas sobre soma de penas. Processo n. 372934-2010.6.	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
04/2010	Ofício-Circular n. 018/CNJ/COR/2010 e Provimento n. 04 da Corregedoria Nacional de Justiça. Processo n. 371982-2010.0 e apenso n. 377145-2010.8.	Magistrados com competência na área da infância e juventude e juizados especiais criminais
05/2010	Ato normativo n. 02273-30.2010.2.00.0000. Emenda n. 01 à Resolução n. 66/2009 do CNJ. Processo n. 373117-2010.0.	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
06/2010	Resolução n. 108/2010 do CNJ que "Dispõe sobre o cumprimento de alvarás de soltura e sobre a movimentação de presos do sistema carcerário, e dá outras providências.". Processo n. 372938-2010.9.	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
07/2010	Resolução n. 113/2010 do CNJ que "Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança, e dá outras providências.". Processo n. 372941-2010.9.	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
08/2010	Provimento n. 08 da Corregedoria Nacional de Justiça que "Define medidas de aprimoramento relacionadas ao comparecimento em juízo dos beneficiados pela suspensão condicional do processo, suspensão condicional da pena ou livramento condicional. Processo n. 374348-2010.9	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
09/2010	Projeto Começar de Novo (Res. n. 96/2009, do CNJ). Identificação de projetos correlatos nas comarcas. Processo n. 376852-2010.0	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
10/2010	Transferência de adolescentes autores de atos infracionais por parte do Poder Executivo. Process n. 372933-2010.8	Magistrados com competência em infância e juventude

11/2010	Instalação dos Conselhos da Comunidade. Processo n. 376851-2010.0	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
12/2010	Instrução Normativa n. 02/2010 da Corregedoria Nacional de Justiça. Disciplina a adoção de medidas destinadas à regularização do controle de equipamentos de execução da medida protetiva de acolhimento (institucional ou familiar), e de crianças e adolescentes sob essa medida. Realização de audiências concentradas	Magistrados com competência em infância e juventude
13/2010	Situação da Justiça Infanto-Juvenil. Oficio n. 014/COMAJC, do CNJ. Processo n. 379944-2010.1	Magistrados com competência em infância e juventude
14/2010	Realização de Exame Criminológico por psicólogos. Res. n. 009/2010 do Conselho Federal de Psicologia. Processo n. 385282-2010.2	Magistrados com competência criminal/corregedoria de presídios
15/2010	Criação de banco de dados cadastrais de adolescentes inseridos no sistema sócioeducativo de internação. Requerente: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidação. Processo n. 381387-2010.8	Magistrados com competência em infância e juventude
16/2010	Consulta sobre a possibilidade de encontro íntimo entre presos do mesmo sexo. Processo n. 387440-2010.0	Magistrados com competência criminal/corregedoria de presídios
17/2010	Plano operativo de enfrentamento ao crack e outras drogas. Edital n. 003/2010/GSIPR/SENAD/DM. Processo n. 392546-2010.3	Magistrados com competência criminal, juizados especiais criminais e infância e juventude
18/2010	Transferência de preso para outra comarca. Encaminhamento do PEC pessoalmente pelo seu advogado para a comarca onde passará a cumprir sua pena. Possibilidade. Processo n. 395106-2010.5	Magistrados com competência em execução penal

6 PROCESSOS DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA RELACIONADOS À CEPIJ: 290

0004, 0016, 0019, 0020, 0045, 0046, 0078, 0079, 0080, 0086, 0087, 0088, 0089, 0090, 0091, 0096, 0109, 0110, 0112, 0114, 0130, 0131, 0139, 0142, 0143, 0144, 0152, 0161, 0162, 0163, 0179, 0180, 0181, 0182, 0183, 0184, 0185, 0186, 0187, 0188, 0189, 0195, 0196, 0197, 0198, 0202, 0204, 0213, 0222, 0223, 0224, 0225, 0239, 0240, 0243, 0248, 0249, 0250, 0251, 0254, 0255, 0256, 0257, 0258, 0259, 0260, 0262, 0271, 0272, 0273, 0277, 0304, 0306, 0307, 0308, 0312, 0314, 0325, 0326, 0328, 0329, 0341, 0342, 0343, 0344, 0345, 0346, 0353, 0354, 0355, 0359, 0367, 0368, 0369, 0370, 0376, 0377, 0399, 0410, 0427, 0429, 0430, 0431, 0434, 0435, 0436, 0437, 0438, 0439, 0447, 0450, 0451, 0452, 0464, 0514, 0516, 0517, 0518, 0523, 0528, 0529, 0530, 0532, 0533, 0534, 0535, 0540, 0541, 0544, 0547, 0548, 0549, 0568, 0570, 0574, 0585, 0586, 0607, 0626, 0627, 0632, 0641, 0659, 0662, 0684, 0689, 0690, 0691, 0692, 0700, 0701, 0706, 0724, 0725, 0727, 0728, 0730, 0731, 0732, 0736, 0738, 0737, 0738, 0742, 0743, 0778, 0781, 0782, 0783, 0786, 0789, 0790, 0791, 0793, 0794, 0795, 0810, 0811, 0816, 0822, 0829, 0847, 0866, 0867, 0868, 0869, 0871, 0872, 0873, 0874, 0882, 0883, 0884, 0885, 0935,

0936, 0937, 0938, 0940, 0941, 0943, 0944, 0955, 0958, 0973, 0978, 0979, 0980, 0981, 0984, 0986, 1016, 1017, 1018, 1019, 020,1021, 1022, 1023, 1024, 1025, 1026, 1028, 1036, 1037, 1038, 1039,1040, 1041, 1044, 1045, 1046, 1070, 1074,1087, 1097, 1118, 1120, 1121, 1123, 1124, 1125, 1126, 1127, 1130, 1131, 1138, 1139, 1140, 1150, 1152, 1153, 1191, 1192, 1195, 1196, 1205, 1217, 1232, 1243, 1245, 1246, 1248,1251, 1252, 1253, 1271, 1273, 1274, 1275, 1276, 1278,1279, 1280, 1282, 1283, 1285,1264, 1293, 1347, 1356, 1359, 1360, 1361, 1362, 1399, 1503, 1532, 1555, 1596, 1633 e 1637.

- 7 DESPACHOS: 290

- 8 PARECERES: 413

ACADEMIA JUDICIAL

1 CURSO DE FORMAÇÃO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA

Em 22 de fevereiro de 2010, ocorreu a aula inaugural da segunda edição do Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura, no auditório do Tribunal Pleno. O curso, eliminatório e classificatório do concurso público para provimento de cargo de Juiz Substituto do Estado de Santa Catarina, contou com a participação dos candidatos aprovados para a última etapa.

Durante os quatro meses do curso, os candidatos passaram por intenso treinamento, com aulas teóricas e práticas, além de visitas técnicas às sedes da Polícia Civil e Polícia Federal, Centro Educacional São Lucas, Penitenciária de São Pedro de Alcântara, entre outras. A carga horária do curso foi de 656 horas.

Em julho de 2010, os 19 juízes aprovados no concurso tomaram posse como Juízes de Direito Substitutos.







Fotos: Assessoria de Imprensa

2 CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A Academia Judicial (AJ) formou sua primeira turma de especialização *Lato sensu* no dia 30 de abril de 2010 e procedeu à entrega dos certificados aos formandos da 7ª Turma do Curso de Especialização em Direito e Gestão Judiciária. Esta é a primeira vez que a AJ emite certificado como instituição de ensino, após seu credenciamento no Conselho Estadual de Educação (CEE). A 8ª turma está em andamento.









Fotos: Assessoria de Imprensa, Sissa Granada

Em 22 de setembro de 2010, a Academia Judicial do Poder Judiciário iniciou a 9ª turma do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Direito e Gestão Judiciária. Foram contemplados os 19 juízes de direito em fase de vitaliciamento, que ingressaram na magistratura pelo concurso público delineado no Edital n. 1/2009-AJ e 5 magistrados vitalícios. O curso terá duração de um ano, tendo previsão de término em novembro de 2011.

A aula inaugural foi marcada pela palestra do Desembargador aposentado Araken de Assis, que falou sobre "Reformas e Execução Forçada: problemas e perspectivas".







Fotos: Assessoria de Imprensa

Além disso, a Academia Judicial iniciou, em junho de 2010, o curso de pós-graduação em Gestão Organizacional e Tecnologia em Recursos Humanos, em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O curso é um investimento do Poder Judiciário catarinense destinado a 40 de seus funcionários, dentre magistrados e servidores, que, durante 18 meses, estudarão quinzenalmente, nos finais de semana.

As aulas são na modalidade presencial, no *campus* daquela universidade, mas também é oferecida uma plataforma virtual para a complementação e aprofundamento do ensino.

O foco do curso é a gestão de pessoas, que tem por finalidade uma das metas propostas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).





Fotos: Assessoria de Imprensa

3 IMPLANTAÇÃO DA SECRETARIA ACADÊMICA (PROJETO N. 1.524)

Em 17 de maio de 2010, inaugurou-se a Seção de Secretaria Acadêmica, composta por cinco servidores, capacitados para atender diretamente às necessidades dos participantes antes, durante e após a realização dos cursos.





Fotos: Assessoria de Imprensa

4 RESIDÊNCIA JUDICIAL

Em continuidade ao Programa da Residência Judicial, no mês de maio de 2010, após reunião técnica entre as direções da Academia Judicial (AJ) e da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc), foi iniciada uma nova turma com 23 alunos. A segunda turma do ano de 2010 iniciou seus trabalhos em novembro, com 9 alunos.

O programa visa assegurar aos residentes a troca de conhecimento com os magistrados através de atividades voltadas à preparação do aluno para a magistratura. O residente recebe uma bolsa e passa a trabalhar em gabinete, onde aprende a sistemática e auxilia os juízes.





Fotos: Assessoria de Imprensa

5 DESENVOLVIMENTO DOS NEPS (PROJETO N. 1.540)

Com início das atividades no ano de 2010 e previsão de término em 2 anos, os Núcleos de Estudos e Pesquisas – NEPs visam, a partir do desenvolvimento de projetos de pesquisa, ampliar e estimular a produção de conhecimento científico a partir da aptidão intelectual dos magistrados e servidores.

As atividades de execução dos projetos dos NEPs contarão com o apoio de pesquisadores e professores, e serão viabilizadas por meio de contrato a ser firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Os projetos aprovados são os seguintes:

- Satisfação e sofrimento no trabalho dos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina
- Perícia psicológica nas Varas de Família e nas Varas de Infância e Juventude
- Racionalização da atividade jurisdicional em unidades de Direito Bancário
- Promoção do bem-estar nas relações de trabalho do Poder Judiciário de Santa Catarina: análise de intervenções grupais realizadas pela Seção Psicossocial Organizacional no ano de 2009
- Gestão Ambiental no Poder Judiciário de Santa Catarina - uma visão ecopedagógica para a sustentabilidade
- Modernização do Poder Judiciário - justiça do futuro
- Adolescente em conflito com a lei no sistema de justiça da comarca de Rio do Sul/SC
- O Conselho da comunidade e a ressocialização dos egressos e albergados do sistema prisional de Florianópolis/SC





Fotos: Academia Judicial

6 MUDANÇA DE SEDE DA ACADEMIA JUDICIAL (PROJETO N. 1.565)

Em outubro de 2010, a Academia Judicial passou a atender em novo endereço: Av. Prefeito Osmar Cunha, 91 – Edifício Bancário Ewaldo Moritz. O novo prédio possui 10 andares, com capacidade para atender, com maior eficácia, tanto ao constante crescimento de suas atividades quanto aos eventos que a Academia Judicial realiza.





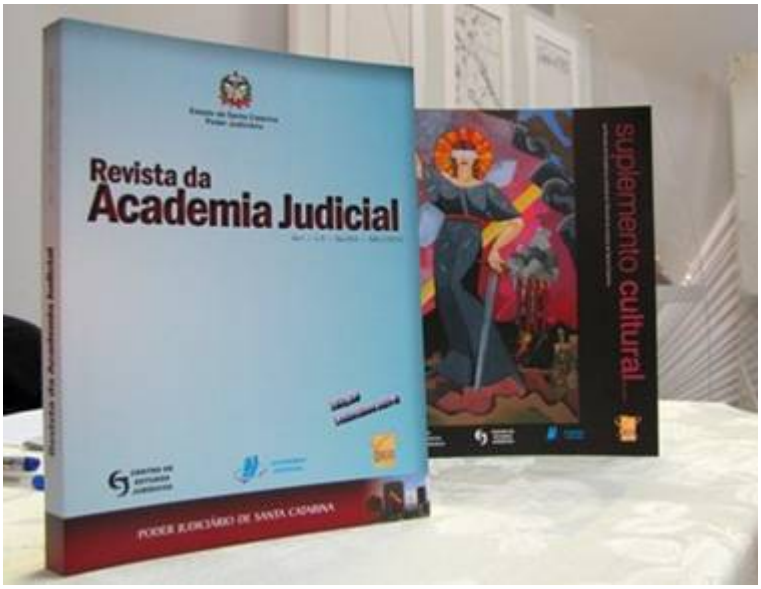
Fotos: Academia Judicial

7 CRIAÇÃO DA REVISTA DA ACADEMIA JUDICIAL (PROJETO N. 1.682)

Com o objetivo de fomentar a produção e a disseminação de conhecimento jurídico e os atributos artísticos de magistrados e servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina, em agosto de 2010, a Academia Judicial iniciou os preparativos para lançar a primeira revista científica. Foram convidados magistrados e servidores para apresentar trabalhos para a composição da primeira edição.

A seleção dos materiais recebidos foi realizada pelo Conselho Editorial do Cejur para posterior encaminhamento à Editora Conceito Editorial. E, em 6 de dezembro de 2010, ocorreu a solenidade de lançamento da edição comemorativa da Revista da Academia Judicial e do Suplemento Cultural, juntamente com a 1ª mostra de obras bibliográficas do Poder Judiciário, que se estendeu até o dia 10 de dezembro.

A revista terá periodicidade semestral e versões impressa e digital.







Fotos: Assessoria de Imprensa

8 IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (PROJETO N. 1.539)

Por conta da complexidade e da capilaridade do Poder Judiciário catarinense, com 111 comarcas e mais de 9.000 colaboradores, a educação a distância surge como uma alternativa capaz de viabilizar a formação e a qualificação profissional de magistrados, servidores e colaboradores, de forma mais rápida e econômica, uma vez que permite abranger um número elevado de participantes sem as restrições e as despesas convencionais que envolvem a infraestrutura dos cursos presenciais (sala de aula, material didático, lanches, etc.), além dos gastos com pagamento de diárias e ressarcimentos, em razão do deslocamento dos servidores.

Para alavancar esse projeto, será contratado serviço de consultoria para a realização de todos os procedimentos essenciais à reestruturação da unidade responsável pela educação a distância no âmbito da Academia Judicial, no que se refere à estrutura administrativa, à infraestrutura, à metodologia, aos recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários ao planejamento e à gestão de processos de ensino-aprendizagem na modalidade a distância (Educação a distância – EAD).



Fonte: Academia Judicial

9 NOVO *SITE* DA ACADEMIA JUDICIAL

Em 2010, foi iniciada a especificação da nova página da Academia Judicial. Para isso, a Academia conta com o apoio da Diretoria de Tecnologia da Informação, que incumbiu seus *webdesigners* de criar a nova *home page*. A página virá com *design* mais apropriado para as atividades desempenhadas pela instituição, o que facilitará a navegação por parte dos usuários.

A previsão é que até junho de 2011 a página esteja disponível.



Fonte: Academia Judicial

10 BOLETIM INFORMATIVO

O Boletim Informativo da Academia Judicial, publicado semestralmente, tem como objetivo promover a difusão das principais ações educacionais realizadas pela instituição, voltadas ao desenvolvimento humano e profissional de magistrados e servidores do Poder Judiciário catarinense.

Em 2010, foi publicada a edição n. 14, com a apresentação de todos os eventos realizados pela Academia Judicial no primeiro semestre desse ano, além do artigo redigido pelo vice-diretor de Cursos Acadêmicos e de Orientação Pedagógica, Desembargador Henry Petry Junior, e das entrevistas realizadas com a servidora Janice Francisco Leite, que atua como instrutora interna da Academia Judicial, e com os desembargadores Volnei Ivo Carlin e Luiz Cezar Medeiros.

Foram destaques, ainda, o lançamento do Programa de Residência Judicial – biênio 2010/2012, a regulamentação dos projetos conduzidos pelos Núcleos de Estudos e Pesquisas – Neps, e a instalação da Secretaria Acadêmica da Academia Judicial.


NOTÍCIAS

Boletim Informativo - Academia Judicial - Ano 8 - n. 13 - Dezembro 2009

RETROSPECTIVA 2009

Mais de 3.000 horas/aula de cursos, palestras, encontros, fóruns e seminários, totalizando 5.010 servidores capacitados. Os resultados demonstram que, ao final de 2009, a Academia Judicial procurou alcançar as metas e diretrizes estabelecidas pela política institucional relativa ao aprimoramento e ao desenvolvimento pessoal e profissional de magistrados e servidores. Confira, nas próximas páginas, os eventos mais importantes que ocorreram ao longo deste ano.

CURSOS DE CAPACITAÇÃO

- Curso de Implementação do Programa 5S. Página 3.
- Curso "As leis orçamentárias como instrumento de gestão". Página 7.
- Curso: Processo Administrativo Disciplinar e Gestão de Conflitos. Página 4.
- Curso de investigação psicológica "Teste Zulliger". Página 8.
- Curso para formação de técnicos em mediação familiar. Página 5.
- Curso de Especialização Lato Sensu em Direito e Gestão Judiciários". Página 9.
- Curso de dirigibilidade e técnicas de segurança. Página 6.

CURSO "GESTÃO DE CONFLITOS"

ENCONTROS DE CATEGORIAS

ENCONTRO DE NOVOS SERVIDORES

- Encontro de Analistas Judiciários do Judiciário do Primeiro Grau. Página 10.
- Encontro de Assistentes Sociais do Poder Judiciário Catarinense. Página 11.
- Encontro de Integração de Novos Servidores do Poder Judiciário Catarinense. Página 10.
- 1º Encontro de Direito Notarial e Registral dos Juízes Diretores e Chefes das Secretarias dos Fóruns. Página 12.
- Encontro de Oficiais de Justiça do Judiciário do Primeiro Grau. Página 11.
- III Encontro Estadual de Técnicos de Suporte de Informática. Página 12.

FÓRUNS, PALESTRAS E SEMINÁRIOS

- Seminários do Curso de Aperfeiçoamento para fins de promoção. Página 13.
- Palestra "Gerenciando sua organização como uma orquestra". Página 13.
- 1º Simpósio dos Registradores e Notários de Santa Catarina. Página 14.

A PALESTRA "GERENCIANDO SUA ORGANIZAÇÃO COMO UMA ORQUESTRA"

Página 1


NOTÍCIAS

Boletim Informativo - Academia Judicial - Ano 9 - n. 14 - Setembro de 2010

Educação Corporativa

Confira os eventos realizados pela Academia Judicial neste primeiro semestre de 2010. pág. 6 a 21.

Conheça os novos dirigentes da gestão 2010/2012 do Cejur. pág. 3.

Aprovado o calendário de eventos da Academia Judicial. pág. 4 e 5.

E ainda nesta edição:

- Artigo: Des. Nilvo Pilny Junior fala um balanço do 1º semestre de atividades da AJ - pág. 22 e 23.
- Entrevista: Profª. Janice Leite, Des. Volnei Ivo Carlin e Des. Luiz Cézar Medeiros - pág. 24 a 28.
- Destaques: HEPS, Secretaria Acadêmica e Biblioteca Judicial - pág. 33 a 36.

Fonte: Academia Judicial

ACADEMIA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO

11 CURSOS PROMOVIDOS - 2010

CURSO	NOME	Nº DE HORAS EFETIVAS	PARTICIPANTES	EFETIVOS	TOTAL HORAS	PÚBLICO	INÍCIO	FINAL	LOCAL
			INTERNO	EXTERNO	EFETIVOS				
1.020	CURSO COMPOSIÇÃO DE PLANILHAS DE CUSTOS DE DIVERSOS SERVIÇOS - COM ÊNFASE ÀS PROVISÕES DETERMINADAS PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ	24	21	0	504	SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	05/07/2010	09/07/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.021	CURSO DE ANÁLISE DE PREÇOS DE MERCADO PARA SERVIR COMO REFERÊNCIA PARA LICITAÇÕES	8	16	0	128	SERVIDORES	13/09/2010	14/09/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
920	CURSO DE APOSENTADORIA E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO	32	28	0	896	SERVIDORES	15/04/2010	18/06/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.033	CURSO DE ATUALIZAÇÃO JURÍDICA EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PENAL	20	1	0	20	SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	30/08/2010	03/09/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
981	CURSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO POR HABILIDADE E COMPETÊNCIA PARA OTIMIZAÇÃO DE RESULTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	24	9	1	240	SERVIDORES E COLABORADORES	19/07/2010	21/07/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
953	CURSO DE CAPACITAÇÃO DE MULTIPLICADORES PARA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO - 2010	10	302	7	3.090	JUÍZES E SERVIDORES	31/03/2010	22/09/2010	CHAPECÓ, CRICIÚMA, BLUMENAU, VIDEIRA, LAGES, FLORIANÓPOLIS/SC
954	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA O PROGRAMA DE DNA EM AUDIÊNCIAS DE SANTA CATARINA - PRODNASC- ANO 2010	3	259	198	1.371	SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	09/04/2010	09/04/2010	MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SC
1.013	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA POLICIAIS MILITARES DO JUIZADO ESPECIAL DO TRÂNSITO E PARA CONCILIADORES DA CASA DA CIDADANIA DE CRICIÚMA	8	0	44	352	SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	21/06/2010	21/06/2010	CRICIÚMA/SC
1.027	CURSO DE DEPRECIAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	12	23	0	276	SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	23/08/2010	25/08/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.025	CURSO DE ESTRATÉGIAS PARA CONTRATAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	24	26	0	624	SERVIDORES	29/07/2010	04/08/2010	FLORIANÓPOLIS/SC

934	CURSO DE FORMAÇÃO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	656	19	0	12.464	VOLUNTÁRIOS	22/02/2010	22/06/2010	FLORIANÓPOLIS E RIO DO SUL/SC
1.043	CURSO DE GERENCIAMENTO DE ROTINAS (GESTÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO)	24	311	90	9.624	SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	31/05/2010	11/06/2010	VÁRIAS/SC
1.024	CURSO DE GESTÃO DE MATERIAIS INTEGRADA AO ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	16	19	0	304	SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	21/07/2010	23/07/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
986	CURSO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - SICONV	20	24	0	480	SERVIDORES	12/05/2010	14/05/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.044	CURSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA 5 S NA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU - 2010	8	225	142	2.936	JUÍZES, SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	08/07/2010	18/12/2010	VÁRIAS COMARCAS/SC
1.019	CURSO DE LICITAÇÃO DE OBRAS DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA - TCE E TCU	24	25	0	600	SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	19/07/2010	21/07/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.035	CURSO DE MANUSEIO DE PLANILHA ELETRÔNICA	20	51	0	1.020	SERVIDORES	28/06/2010	22/10/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.091	CURSO DE MANUSEIO DE PLANILHA ELETRÔNICA	20	18	0	360	SERVIDORES	05/10/2010	28/10/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
914	CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO E GESTÃO JUDICIÁRIA - TURMA 8	407	28	0	11.396	JUÍZES	22/10/2009	04/12/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
972	CURSO DE RETENÇÃO DE TRIBUTOS POR ÓRGÃOS PÚBLICOS	25	16	0	400	SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	09/08/2010	13/08/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
980	CURSO MELHORES PRÁTICAS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CAPACITAÇÃO DE GESTORES E FISCAIS	24	30	0	720	SERVIDORES	28/06/2010	02/07/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
984	CURSO PARA FORMAÇÃO DE TÉCNICOS MULTIPLICADORES DA MEDIAÇÃO FAMILIAR - 2º ETAPA	24	31	0	744	SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	19/05/2010	21/05/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.039	CURSO: AS LEIS ORÇAMENTÁRIAS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO - 2010	24	55	3	1.392	SERVIDORES	05/07/2010	08/10/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
977	AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DE PROGRAMAS DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO	16	13	0	208	SERVIDORES	03/05/2010	04/05/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.079	CAPACITAÇÃO TÉCNICA DE SECRETÁRIOS DE EVENTOS	6	14	0	84	SERVIDORES	10/09/2010	10/09/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
988	CURSO COMPLETO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	16	22	0	352	SERVIDORES	08/11/2010	09/11/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.041	CURSO DE CAPACITAÇÃO DE NOVOS ANALISTAS ADMINISTRATIVOS	35	5	0	175	SERVIDORES	05/07/2010	23/07/2010	CHAPECÓ E SÃO BENTO DO SUL/SC

1.062	CURSO DE CAPACITAÇÃO DE NOVOS ANALISTAS JURÍDICOS	40	47	0	1.880	SERVIDORES	30/08/2010	24/09/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.064	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO E GESTÃO JUDICIÁRIA - TURMA 9	86	24	0	2.064	MAGISTRADOS	24/09/2010	26/11/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.051	CURSO DE FORMAÇÃO DE MULTIPLICADOR DO PROGRAMA 5 S	12	13	0	156	SERVIDORES	02/08/2010	04/08/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.129	CURSO DE LICITAÇÕES - ASPECTOS DESTACADOS DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	7	4	0	28	SERVIDORES	14/10/2010	14/10/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.097	CURSO DE NOÇÕES BÁSICAS DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS	24	27	0	648	SERVIDORES	27/10/2010	29/10/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.083	CURSO DE PRODUÇÃO TEXTUAL	20	13	2	300	SERVIDORES	08/11/2010	12/11/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
962	CURSO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	12	14	0	168	SERVIDORES	13/07/2010	16/07/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.100	CURSO ESTADUAL DE SECRETÁRIOS DOS JUIZADOS ESPECIAIS	24	97	1	2.352	SERVIDORES	26/10/2010	28/10/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.036	CAPACITAÇÃO DE USUÁRIOS VERSÃO SAJ-SG 5 - TRÂMITE DIGITAL (CONTRATO SAJ: 81-2007)	15	17	0	255	JUÍZES E SERVIDORES	12/07/2010	16/07/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.095	CURSO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA NO SAJ 5	3	69	2	213	SERVIDORES	25/10/2010	28/10/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
941	CURSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA 5 S NAS UNIDADES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	8	47	45	736	SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	06/04/2010	14/04/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.063	CURSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA 5S NAS UNIDADES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - 2010	8	118	140	2.064	SERVIDORES E COLABORADORES	10/08/2010	22/09/2010	FLORIANÓPOLIS/
1.022	CURSO DE PREPARAÇÃO DE INSTRUTORES PARA IMPLEMENTAÇÃO DA META 5 DO CNJ	40	41	0	1.640	SERVIDORES	14/06/2010	18/06/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.046	FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS EM FASE DE VITALICIAMENTO - SISTEMAS CORPORATIVOS - TURMA 9	40	17	2	760	JUÍZES	29/07/2010	05/08/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
STOTAL	41	1.869	2.139	677	64.024				

ACADEMIA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO

12 EVENTOS PROMOVIDOS - 2010

CURSO	NOME	Nº DE HORAS EFETIVAS	PARTICIPANTES	EFETIVOS	TOTAL HORAS	PÚBLICO	INÍCIO	FINAL	LOCAL
			INTERNO	EXTERNO	EFETIVOS				
1.071	1ª MOSTRA DAS BOAS PRÁTICAS NO JUDICIÁRIO CATARINENSE	8	309	35	2.752	MAGISTRADOS, SERVIDORES	08/10/2010	08/10/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.057	2º SIMPÓSIO DE DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	9	19	330	3141	SERVIDORES	04/11/2010	05/11/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
991	ATUALIZAÇÃO PARA ANALISTAS ADMINISTRATIVOS - DTI	2	108	0	216	SERVIDORES	09/07/2010	09/07/2010	CAPITAL/SC
990	ATUALIZAÇÃO PARA TSI - DTI	2	216	0	432	SERVIDORES	23/09/2010	23/09/2010	CAPITAL/SC
970	CICLO DE PALESTRAS PERMANENTES	10	18	0	180	JUÍZES, SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	06/05/2010	06/12/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.065	CURSO DE FORMAÇÃO DE BASE EM MEDIAÇÃO FAMILIAR	24	121	322	10.632	SERVIDORES E COLABORADORES	11/08/2010	22/10/2010	BALNEÁRIO CAMBORIÚ, BLUMENAU, BRUSQUE, CANOINHAS, CAPITAL, CHAPECÓ, CRICIÚMA, FRAIBURGO, ITAJAÍ, JOINVILLE, LAGES, RIO DO SUL, SÃO MIGUEL DO OESTE, TUBARÃO, VIDEIRA E XANXERÊ/
963	CURSO PARA TREINAMENTO DOS CONCILIADORES E MEDIADORES DA COMARCA DE CANOINHAS	15	8	23	465	JUÍZES, SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	26/04/2010	29/04/2010	CANOINHAS/SC
1.084	ENCONTRO DE CHEFES DAS SECRETARIAS DE FORO	20	105	0	2.100	SERVIDORES	20/10/2010	22/10/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.089	ENCONTRO DE NOVOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO CATARINENSE	16	72	0	1.152	SERVIDORES	20/10/2010	21/10/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.078	ENCONTRO DE TÉCNICOS JUDICIÁRIOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU	16	132	0	2.112	SERVIDORES	05/10/2010	06/10/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.122	I FÓRUM ESTADUAL DE JUÍZES DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE SANTA CATARINA - CEPIJ	8	165	0	1.320	SERVIDORES	11/11/2010	12/11/2010	ARARANGUÁ/SC
992	II CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA FINS DE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO	20	59	0	1.180	JUÍZES	10/06/2010	12/06/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.128	II ENCONTRO ESTADUAL DE MAGISTRADOS, SECRETÁRIOS, CONCILIADORES E MEDIADORES ENVOLVIDOS NOS SERVIÇOS NÃO ADVERSARIAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DO TJSC	12	51	109	1.920	SERVIDORES	25/11/2010	26/11/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
993	III CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA FINS DE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO	20	58	0	1.160	MAGISTRADOS	24/06/2010	26/06/2010	RIO DO SUL/SC

1.067	O FIM DA LEI DE IMPRENSA E O PODER JUDICIÁRIO	10	13	0	130	MAGISTRADOS	16/07/2010	16/07/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.049	PALESTRA: O CÓDIGO DA INTELIGÊNCIA	1	35	0	35	SERVIDORES	21/07/2010	21/07/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
940	PALESTRA: QUEBRA DE SIGILO/INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA	1	22	2	24	DES., JUÍZES, SERVIDORES, VOLUNT.	04/03/2010	04/03/2010	FLORIANOPOLIS/SC
1.105	PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DE PRETENDENTE À ADOÇÃO	10	2	215	2.170	COLABORADORES	01/10/2010	18/12/2010	VARIAS/SC
1.061	SEMINÁRIO FOLHA DE PAGAMENTO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO	12	35	0	420	SERVIDORES	30/09/2010	01/10/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
933	TREINAMENTO DO RELATIVA IT MANAGER PARA RESOLVEDORES	4	7	6	52	SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	05/02/2010	08/02/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
927	TREINAMENTO DO STP - SISTEMA DE TÍTULOS A PROTESTO PARA OS DISTRIBUIDORES DAS COMARCAS	7	12	0	84	SERVIDORES	18/01/2010	18/01/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.093	VII ENCONTRO ESTADUAL DE GRUPOS DE ESTUDOS E APOIO À ADOÇÃO DE SANTA CATARINA	12	97	0	1.164	MAGISTRADOS E SERVIDORES	10/11/2010	11/11/2010	ARARANGUÁ/SC
1.088	VII FÓRUM ESTADUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE SANTA CATARINA E IX ENCONTRO ESTADUAL DE TURMAS RECURSAIS	16	75	10	1.360	MAGISTRADOS, SERVIDORES E COLABORAD	23/09/2010	24/09/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
961	VIII ENCONTRO ESTADUAL DE TURMAS RECURSAIS	9	19	0	171	JUÍZES E SERVIDORES	29/04/2010	30/04/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.069	WORKSHOP: ASPECTOS PRÁTICOS DO PROCESSO ELETRÔNICO NO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS	4	0	81	324	MAGISTRADOS, SERVIDORES E COLABORAD	19/08/2010	19/08/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.085	X ENCONTRO ESTADUAL DE TÉCNICOS DE SUPORTE EM INFORMÁTICA	18	169	0	3.042	SERVIDORES	18/10/2010	20/10/2010	LAGUNA/SC
STOTAL	26	286	1.927	1.133	37.738				

ACADEMIA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO
13 CURSOS/EVENTOS CUSTEADOS - 2010

CURSO	NOME	Nº DE HORAS EFETIVAS	PARTICIPANTES	EFETIVOS	TOTAL HORAS	PÚBLICO	INÍCIO	FINAL	LOCAL
			INTERNO	EXTERNO	EFETIVOS				
995	1° CONGRESSO BRASILEIRO DE ORIENTAÇÃO PARA APOSENTADORIA NAS ORGANIZAÇÕES	27	2	0	54	SERVIDORES	15/04/2010	17/04/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
936	1° CONGRESSO INTERNACIONAL DA AMB	50	1	0	50	DESEMBARGADORES	07/09/2010	17/09/2010	TORONTO, MONTREAL E ATTAWA/
1.026	14º ENCONTRO BRASILEIRO DE TIREOIDE	28	1	0	28	SERVIDORES	03/06/2010	06/06/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.010	16º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS	38	1	0	38	SERVIDORES	24/08/2010	27/08/2010	SÃO PAULO/SP
1.017	1º CONGRESSO FRANCO-BRASILEIRO SOBRE PSICANÁLISE, FILIAÇÃO E SOCIEDADE	40	4	0	160	SERVIDORES	17/08/2010	21/08/2010	RECIFE/PE
1.014	1º CONGRESSO INTERNACIONAL E 13º CONGRESSO BRASILEIRO DE OUVIDORES E OMBUDSMAN E 6º SEMINÁRIO NACIONAL OUVIDORES & OUVIDORIAS	25	2	0	50	MAGISTRADOS E SERVIDORES	28/07/2010	30/07/2010	BELO HORIZONTE/MG
1.119	1º ENCONTRO CATARINENSE DE CONTADORES E CONTROLADORES PÚBLICOS	16	4	0	64	SERVIDORES	29/11/2010	30/11/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
959	20º CONGRESSO CATARINENSE DE RECURSOS HUMANOS - XX CONCARH	14	12	0	168	SERVIDORES	13/05/2010	14/05/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
983	29º ENCONTRO BRASILEIRO DE ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA	29	1	0	29	SERVIDORES	04/09/2010	07/09/2010	GRAMADO/RS
1.115	2º ENCONTRO NACIONAL DE MAGISTRADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	20	1	0	20	MAGISTRADOS	18/11/2010	19/11/2010	BRASÍLIA/DF
1.125	2º FÓRUM DE EDUCAÇÃO A DISTANCIA	20	2	0	40	SERVIDORES	24/11/2010	26/11/2010	BRASÍLIA/DF
1.072	2º FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO POR PROCESSOS NO SETOR PÚBLICO	17	3	0	51	SERVIDORES	23/09/2010	24/09/2010	BRASÍLIA/DF
979	4° SEMINÁRIO DE GESTÃO PRISIONAL, SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA	16	1	0	16	SERVIDORES	19/05/2010	21/05/2010	JOINVILLE/SC
987	46º ENCONTRO ANUAL DO GRUPO BRASILEIRO DE MATERIAIS DENTÁRIOS - GBMD	22	1	0	22	SERVIDORES	29/07/2010	31/07/2010	BÚZIOS/RJ
1.056	4º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS	40	3	0	120	SERVIDORES	12/07/2010	17/07/2010	BRASÍLIA/DF

985	6º CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRIÇÃO E CÂNCER, XXXIII CURSO INTERNACIONAL DE NUTRIÇÃO PARENTERAL E ENTERAL, GANEPÃO 2010 E XII FÓRUM PAULISTA DE PESQ	36	1	0	36	SERVIDORES	16/06/2010	19/06/2010	SÃO PAULO/SP
964	6º CURSO DE GERENCIAMENTO DO STRESS	16	2	0	32	SERVIDORES	20/06/2010	21/06/2010	PORTO ALEGRE/RS
966	7º CONGRESSO INTERNACIONAL DE OSSEOINTEGRAÇÃO E 2º CONGRESSO INTERNACIONAL DE PERIODONTOLOGIA DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS CIRURGIÕES DENTISTAS	27	1	0	27	SERVIDORES	22/04/2010	24/04/2010	SÃO PAULO/SP
1.007	8ª JORNADAS BRASILEIRAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PENAL	32	5	0	160	JUÍZES E DESEMBARGADORES	21/06/2010	24/06/2010	VITÓRIA/ES
1.121	AN12 - POWER SYSTEMS FOR AIX II: AIX IMPLEMENTATION AND ADMINISTRATION (152/2010)	40	4	0	160	SERVIDORES	29/11/2010	03/12/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
969	ASCRS - ASOA SYMPOSIUM E CONGRESS E WORLD CORNEA CONGRESS VI	84	1	0	84	SERVIDORES	09/04/2010	14/04/2010	BOSTON/MA
978	CICLO BPM: DA ESTRATÉGIA À EXECUÇÃO	36	2	0	72	SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	17/05/2010	21/05/2010	BRASÍLIA/DF
1.016	CICLO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE PRECEDÊNCIA - EDIÇÃO REGIÃO SUL	20	1	0	20	SERVIDORES	30/06/2010	01/07/2010	CURITIBA/PR
1.048	CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA DO JUDICIÁRIO - CONEJUS 2010	20	4	0	80	SERVIDORES	18/08/2010	20/08/2010	SÃO LUIS/MA
960	CONGRESSO SUL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA	16	1	0	16	JUÍZES E SERVIDORES	12/05/2010	14/05/2010	JOINVILLE/SC
1.070	CONSULTORIA MANUAL DE EVENTOS E CERIMONIAL: CRIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO	25	2	0	50	SERVIDORES	13/09/2010	15/09/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.001	CURSO COMPLETO DE PROCESSO DISCIPLINAR	13	2	0	26	JUÍZES E SERVIDORES	17/06/2010	18/06/2010	SÃO PAULO/SP
1.075	CURSO CONTADORIA JUDICIAL	15	1	0	15	SERVIDORES	16/08/2010	20/08/2010	LAGES/SC
982	CURSO CONTROLES INTERNOS - ANBIMA	15	1	0	15	JUÍZES E SERVIDORES	24/05/2010	27/05/2010	SÃO PAULO/SC
1.002	CURSO DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA - CNJ	40	271	0	10.840	MAGISTRADOS	01/10/2010	22/10/2010	VIRTUAL/SC
952	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO GESTÃO EM PROTOCOLO E CERIMONIAL	24	1	0	24	SERVIDORES	21/06/2010	23/06/2010	BRASÍLIA/DF
1.012	CURSO DE ATUALIZAÇÃO DE PREGOEIROS	16	12	0	192	SERVIDORES	26/08/2010	27/08/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.032	CURSO DE CONTABILIDADE PÚBLICA AVANÇADA	32	2	0	64	SERVIDORES	21/06/2010	24/06/2010	FLORIANÓPOLIS/SC

1.104	CURSO DE CONTROLADORES DE DISJUNTORES DE ALTA TENSÃO	32	1	0	32	SERVIDORES	16/11/2010	19/11/2010	SÃO PAULO/SP
1.038	CURSO DE DIREITO DIGITAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO RISCO ELETRÔNICO	16	2	0	32	SERVIDORES	19/08/2010	20/08/2010	BRASÍLIA/DF
1.031	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ORGANIZACIONAL E TECNOLOGIA EM RECURSOS HUMANOS	158	40	0	6.320	JUÍZES E SERVIDORES	18/06/2010	25/11/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1015	CURSO DE FORMAÇÃO DE TUTORES E FORMAÇÃO DE COORDENADORES EM EAD	30	5	0	150	SERVIDORES	31/05/2010	20/07/2010	AMBIENTE VIRTUAL/SC
1.018	CURSO DE FOTOJORNALISMO	12	7	3	120	SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	26/07/2010	29/07/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
947	CURSO DE GESTÃO DE PESSOAS E DE PROCESSOS	40	111	0	4.440	SERVIDORES	05/04/2010	17/05/2010	AMBIENTE VIRTUAL/SC
1.037	CURSO DE MATEMÁTICA FINANCEIRA COM EXCEL	24	1	0	24	SERVIDORES	19/07/2010	29/07/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.076	CURSO DE MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE MICROCOMPUTADORES E REDES LOCAIS - 2010	180	20	0	3.600	SERVIDORES	03/09/2010	05/11/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
973	CURSO DE SEGURANÇA PARA OPERADORES DE EMPILHADEIRAS	16	3	0	48	SERVIDORES	05/04/2010	08/04/2010	SÃO JOSÉ/SC
1.101	CURSO FAP - FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO (NOVA METODOLOGIA DE CÁLCULO)	8	4	0	32	SERVIDORES	14/10/2010	14/10/2010	CURITIBA/PR
1087	CURSO GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	16	2	0	32	SERVIDORES	14/10/2010	15/10/2010	RIO DE JANEIRO/RJ
1.003	CURSO GESTÃO DE DOCUMENTOS E CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES	24	2	0	48	SERVIDORES	16/06/2010	18/06/2010	RIO DE JANEIRO/RJ
976	CURSO GFIP-SEFIP COMPLETO - ESPECÍFICO PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS	12	15	0	180	SERVIDORES	10/05/2010	11/05/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.000	CURSO LEGISLAÇÃO DE PESSOAL: UMA ABORDAGEM PRÁTICA, COM ÊNFASE NOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DETECTADOS PELO TCE/SC NA ÁREA DE PESSOAL	20	20	0	400	SERVIDORES	19/05/2010	21/05/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.132	CURSO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: PANORAMA E PERSPECTIVA	12	1	0	12	MAGISTRADOS	04/11/2010	05/11/2010	BRASÍLIA/DF
1.058	ENCONTRO INTERNACIONAL - JUSTIÇA RESTAURATIVA E CONTROLE SOCIAL	15	1	0	15	SERVIDORES	10/08/2010	12/08/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
942	EVENTOS DE APERFEIÇOAMENTO PARA MAGISTRADOS - ESCOLA NACIONAL DA MAGISTRATURA	20	15	0	300	JUÍZES E DESEMBARGADORES	19/04/2010	20/04/2010	BRASÍLIA/DF

1.034	EXPOPRINT LATIN AMERICA 2010	14	3	0	42	SERVIDORES	26/06/2010	27/06/2010	SÃO PAULO/SP
965	FÓRUM NACIONAL GESTÃO ESTRATÉGICA NO SETOR PÚBLICO	21	5	0	105	SERVIDORES	05/05/2010	06/05/2010	BRASÍLIA/DF
1.030	FÓRUM SAÚDE DA MULHER NO SÉCULO XXI - AVANÇOS E DESAFIOS	8	2	0	16	SERVIDORES	18/06/2010	18/06/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.131	I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GOVERNANÇA PÚBLICA	12	5	0	60	SERVIDORES	17/11/2010	19/11/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.054	II ENCONTRO NACIONAL DAS ESCOLAS DOS SERVIDORES E GESTORES DE PESSOAS DO PODER JUDICIÁRIO	20	3	0	60	SERVIDORES	15/09/2010	17/09/2010	CUIABÁ/MT
1.123	II ENCONTRO NACIONAL DE JUÍZES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	16	1	0	16	MAGISTRADOS	24/11/2010	26/11/2010	JOÃO PESSOA/PB
1.068	II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA	20	1	0	20	SERVIDORES	20/09/2010	22/09/2010	BELO HORIZONTE/MG
1.094	III CONGRESSO INTERNACIONAL DO IBDFAM E II CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	20	3	0	60	SERVIDORES	10/11/2010	12/11/2010	MACEIÓ/AL
1.109	III CONGRESSO INTERNACIONAL DO IBDFAM E II CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	20	1	0	20	SERVIDORES	10/11/2010	12/11/2010	MACEIÓ/AL
996	III SEMINÁRIO DE DIREITO E SAÚDE	15	6	0	90	SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	31/05/2010	01/06/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.114	IV CONGRESSO ÍBERO-AMERICANO SOBRE COOPERAÇÃO JUDICIAL	20	2	0	40	MAGISTRADOS	23/11/2010	25/11/2010	CARTAGENA DAS ÍNDIAS/
1.096	IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO ELETRÔNICO	24	2	0	48	SERVIDORES	03/11/2010	05/11/2010	CURITIBA/PR
1.117	MINI CURSO INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS E REAÇÕES ADVERSAS A MEDICAMENTOS	4	1	0	4	SERVIDORES	12/11/2010	12/11/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
531	RESIDÊNCIA JUDICIAL - TURMA 3	720	30	1	22.320	SERVIDORES	16/03/2009	16/03/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
955	RESIDÊNCIA JUDICIAL - TURMA 4	720	22	9	22.320	SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	10/05/2010	11/11/2011	FLORIANÓPOLIS/SC
1.130	SEMINÁRIO "CONTRATAÇÃO SEM LICITAÇÃO"	16	3	0	48	SERVIDORES	29/11/2010	30/11/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
951	SEMINÁRIO ESTADUAL DE SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE	16	2	0	32	SERVIDORES	29/03/2010	30/03/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.120	SEMINÁRIO GED/ECM SUL 2010	16	1	0	16	SERVIDORES	25/11/2010	26/11/2010	CURITIBA/PR
1.090	SEMINÁRIO INTERNACIONAL GUIDE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR VIRTUAL (GUIDE INTERNATIONAL SEMINAR ON VIRTUAL HIGHER EDUCATION)	20	4	0	80	SERVIDORES	14/10/2010	15/10/2010	FLORIANÓPOLIS/SC

1.011	SIMPÓSIO NDJ - EDITAL - INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA O SUCESSO DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÕES DIRETAS SEM LICITAÇÃO - DISPENSA INEXIGIBILIDADE E SISTEMA	8	2	0	16	SERVIDORES	07/06/2010	08/06/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.042	TREINAMENTO DAS SOLUÇÕES DE SEGURANÇA TREND MICRO: IMSS, IWSS, CONTROL MANAGER E OFFICESCAN (CONTRATO 48-2009)	20	5	0	100	SERVIDORES	05/08/2010	11/08/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
932	TREINAMENTO DO RELATIVA IT MANAGER PARA ADMINISTRADORES	8	3	0	24	SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	04/02/2010	05/02/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.023	TREINAMENTO DO SOFTWARE VOLARE	16	8	0	128	SERVIDORES	23/06/2010	24/06/2010	FLORIANÓPOLIS/SC
1.053	TREINAMENTO EXECUTIVO CICLO BPM - DA ESTRATÉGIA À EXECUÇÃO	36	4	0	144	SERVIDORES	27/09/2010	01/10/2010	PORTO ALEGRE/RS
1.124	V SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE DIREITO REGISTRAL	6	3	0	18	SERVIDORES	02/12/2010	03/12/2010	BÚZIOS/RJ
999	VI CONGRESSO BRASILEIRO DOS ASSESSORES DE COMUNICAÇÃO DA JUSTIÇA (CONBRASCOM) E VIII PRÊMIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO	36	1	0	36	SERVIDORES E VOLUNTÁRIOS	02/06/2010	04/06/2010	PORTO VELHO/RO
1.055	VI ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	18	14	0	252	SERVIDORES	29/09/2010	01/10/2010	RECIFE/PE
1.098	VI SEMINÁRIO DE RESÍDUOS RECICLE CEMPRE	30	2	0	60	SERVIDORES	09/11/2010	11/11/2010	SÃO PAULO/SP
1.059	WORKSHOP GESTÃO DE CONFLITOS - COMO PREPARAR OS GESTORES PARA ADMINISTRAR CONFLITOS	16	4	0	64	SERVIDORES	30/08/2010	31/08/2010	RIO DE JANEIRO/RJ
971	WORKSHOP GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	16	2	0	32	SERVIDORES	10/05/2010	11/05/2010	RIO DE JANEIRO/RJ
997	X CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO ESTADO	36	2	0	72	SERVIDORES	26/05/2010	28/05/2010	SALVADOR/BA
1.118	XIII SINAOP - SIMPÓSIO NACIONAL DE AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS	27	7	0	189	SERVIDORES	15/11/2010	19/11/2010	PORTO ALEGRE/RS
1.040	XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA E III SEMINÁRIO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS	30	1	0	30	SERVIDORES	24/08/2010	27/08/2010	SANTOS/SP
994	XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE ERGONOMIA - III CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ERGONOMIA DA ULAERGO - IX FÓRUM DE CERTIFICAÇÃO DO ERGONOMISTA BRASILEIRO	28	3	0	84	SERVIDORES	02/08/2010	06/08/2010	RIO DE JANEIRO/RJ
1.077	XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	30	8	0	240	MAGISTRADOS E SERVIDORES	15/09/2010	17/09/2010	BELO HORIZONTE/MG
1.060	XXVII ENCONTRO DOS OFICIAIS DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO BRASIL	32	4	0	128	SERVIDORES	13/09/2010	17/09/2010	NATAL/RN

1.066	XXVIII CONGRESS OF THE EUROPEAN SOCIETY OF CATARACT AND REFRACTIVE SURGEONS	12	1	0	12	SERVIDORES	04/09/2010	08/09/2010	PARIS
STOTAL		87	3.671	774	13	75.634			

	CURSOS/EVENTOS	HORAS	PARTICIPANTES INTERNOS	PARTICIPANTES EXTERNOS	SOMATÓRIO DAS HORAS*
TOTAL	154	5.826	4.840	1.823	177.396

*somatório (nº de participantes x carga horária do evento/Aula)

DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA

ATENDIMENTO ÀS UNIVERSIDADES CATARINENSES

QUADRO ESTATÍSTICO 2010

INSTITUIÇÃO	ALUNOS ATENDIDOS
Cenecista - Joinville	80
CESUSC - Florianópolis	240
Estácio de Sá - São José	35
Faculdade Guilherme Guímbala - Joinville	68
FACVEST - Lages	45
Fundação Universidade do Contestado - Curitibanos	50
FURB - Blumenau	142
IBES SOCIESC - Blumenau	60
Sinergia - Navegantes	37
UNERJ - PUC - Jaraguá do Sul	70
UNESC - Sul Catarinense	265
UNIASSELVI - Faculdade Metropolitana de Blumenau	166
UNIDAVI	154
UNIFEBE - Brusque	118
UNIPLAC - Lages	83
UNISUL	195
UNIVALI - Balneário Camboriú	37
UNIVALI - Tijucas	11
UNIVILLE - Joinville	215
TOTAL DE UNIVERSIDADES ATENDIDAS	19
TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS	2.071

SECRETARIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2010

DESEMBARGADOR	PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO	JULGADOS	ACÓRDÃOS ASSINADOS
Trindade dos Santos	-	-	15
Gaspar Rubik	1	7	5
Solon d'Eça Neves	1	5	5
Mazoni Ferreira	7	6	5
Irineu João da Silva	0	4	4
Monteiro Rocha	10	5	1
Luiz Carlos Freysleben	1	6	6
Cesar Abreu	11	28	20
Newton Janke	6	4	4

Marli Mosimann Vargas	0	6	6
Victor Sebem Ferreira	3	1	1
Claudio Valdyr Helfenstein	1	7	7
Rui Fortes	-	-	15
Torres Marques	-	-	1
TOTAL	41	79	95

Fonte: Sistema SAJ do Conselho da Magistratura

Obs.:
Distribuídos 74 processos.
Foram apresentados 47 processos em mesa, sendo 39 da Corregedoria-Geral da Justiça, 2 da Vice-Corregedoria-Geral da Justiça e 6 Processos Administrativos.
Ofícios de suspeição e/ou impedimentos: 75.

SECRETARIA DO CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2010

DESEMBARGADOR	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO	JULGADOS
Trindade dos Santos	4	-	4
Sérgio Paladino	2	-	2
Luiz Cézar Medeiros	27	2	25
Eládio Torret Rocha	1	1	-
Nelson Schaefer Martins	10	1	9
Torres Marques	15	4	11
Cid Goulart Júnior	2	-	2
Lédio Rosa de Andrade	2	-	2
Jorge Schaefer Martins	3	2	1
Sérgio Izidoro Heil	-	-	-
Jorge Luiz de Borba	2	-	2
Paulo Ricardo Bruschi	1	-	1
Sérgio Luiz Junkes	-	-	-
TOTAL	69	10	59

Fonte: Secretaria do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais.

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

Ao Programa de Implantação de Serviços Judiciários, instituído pela Resolução Conjunta nº 2/2009 – Presidência do Tribunal de Justiça e Corregedoria-Geral da Justiça, compete atuar nas unidades jurisdicionais, quando conveniente, ficando-lhe inerentes, nesse âmbito, os projetos de *Diagnóstico e Acompanhamento*, de *Capacitação de Servidores*, de *Instalação de Unidade*, de *Saneamento Processual* e de *Pesquisa e Solução*. No segundo semestre de 2009, somou-se à competência, em parceria com Academia Judicial e Assessoria de Planejamento, o Programa 5 S para Justiça de Primeiro Grau. Foram agregadas, no primeiro semestre de 2010, ações

decorrentes de duas metas prioritárias do Conselho Nacional de Justiça: *meta 2* (julgar os processos de conhecimento distribuídos até 31-12-2006 e os de competência do Tribunal do Júri distribuídos até 31-12-2007) e meta 5 (implantar método de gerenciamento de rotinas em, pelo menos, 50% das unidades judiciárias de Primeiro Grau).

1 DIAGNÓSTICO E ACOMPANHAMENTO

PERÍODO	COMARCA	UNIDADE
Março	Itapema	1ª e 2ª Varas
	Lages	Contadoria - Fazenda Pública
	Porto Belo	2ª Vara
	Santa Cecília	Oficialato de Justiça
	Santo Amaro da Imperatriz	Vara Única
	São José	Distribuição
Junho	São José	3ª Vara Cível
Julho	Itajaí	Vara da Infância e da Juventude

2 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES – META 5 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PERÍODO	COMARCA	UNIDADE
Abril	Seara	Vara Única
Maio	Curitibanos	Vara Criminal
Junho	Itapema	1ª e 2ª Varas
	Porto Belo	2ª Vara
	Santo Amaro da Imperatriz	Vara Única
Julho	Capivari de Baixo	Vara Única
	Jaguaruna	
	Lauro Müller	
	São Joaquim	1ª e 2ª Varas
Agosto	Bom Retiro	Vara Única
	Capital	Juizado Especial Fazendário
	Içara	1ª e 2ª Varas
	Lages	3ª Vara Criminal
		Contadoria - Fazenda Pública
	Lebon Régis	Vara Única
	Orleans	
	Otacílio Costa	
	Santa Cecília	
	São João Batista	Vara Única
	São José	2ª Vara Cível
		Distribuição
	Videira	1ª e 2ª Varas

Setembro	Capital - Fórum Eduardo Luz	2ª Vara da Família
	Jaguaruna	Distribuição
	Joinville	Juizado Especial Cível
	Santo Amaro da Imperatriz	Distribuição
	São Francisco do Sul	1ª e 2ª Varas
		Vara Criminal
	Turvo	Vara Única
Outubro	Balneário Piçarras	1ª e 2ª Varas
	Biguaçu	**2ª Vara**
	Gaspar	1ª, 2ª e 3ª Varas
	Guaramirim	1ª e 2ª Varas
	Ibirama	
	Mafra	Contadoria
	Santa Cecília	Oficialato de Justiça
	São José do Cedro	Vara Única
	Xaxim	Contadoria
Novembro	Dionísio Cerqueira	Vara Única
	Mondaí	

3 INSTALAÇÃO DE UNIDADE

PERÍODO	COMARCA	UNIDADE
Novembro	Curitibanos	Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude
Dezembro	Capital	Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
		Vara de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais
	Chapecó	4ª Vara Cível
		Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
		Vara da Família e da Infância e Juventude
	Concórdia	Vara da Família, Órfãos, Sucessões e da Infância e Juventude
	Jaraguá do Sul	Juizado Especial Cível e Criminal
	Joinville	2ª Vara de Direito Bancário
		5ª e 6ª Varas Cíveis
	Maravilha	2ª Vara
	Rio do Sul	Vara da Família, Órfãos, Sucessões e da Infância e Juventude
		Juizado Especial Cível
	Xaxim	2ª vara

4 SANEAMENTO PROCESSUAL

PERÍODO	COMARCA	UNIDADE
Janeiro e fevereiro	Capital - Fórum Eduardo Luz	2ª Vara da Família
Janeiro e dezembro	Capital - Fórum Central	Vara de Rogatórias, Precatórias, Precatórios, Falência e Concordata
Março a dezembro	Tribunal de Justiça	Diretoria Judiciária
Abril	Capital - Fórum Central	Contadoria
Abril a julho	Jaraguá do Sul	Vara da Fazenda Pública
Maio a agosto	Itajaí	3ª Vara Cível
Julho a outubro	Chapecó	Câmara Regional
Julho a dezembro	Tribunal de Justiça	Arquivo Central
Agosto a outubro	São José	3ª Vara Cível
Outubro e novembro	Joinville	2ª Vara da Fazenda Pública
Novembro	Jaraguá do Sul	Secretaria do Foro
	Videira	Oficialato de Justiça
Dezembro	Laguna	1ª Vara Cível

5 PROGRAMA 5 S

PERÍODO	COMARCA
Julho	Lauro Müller
	Santo Amaro da Imperatriz
Agosto	Capivari de Baixo
	Jaguaruna
	Lebon Régis
Outubro	Orleans
	Otacílio Costa
	Santa Cecília
	São João Batista
Novembro	Turvo
	Garuva
Dezembro	Descanso

6 PESQUISA E SOLUÇÃO – META 2 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PERÍODO	COMARCA	UNIDADE
De junho a dezembro	Balneário Camboriú	1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis
		Vara da Família, Órfãos e da Infância e Juventude
	Balneário Piçarras	1ª e 2ª Varas
	Blumenau	1ª e 5ª Varas Cíveis
		1ª Vara Criminal
	Braço do Norte	1ª e 2ª Varas Cíveis
	Capital	1ª e 2ª Varas Cíveis
		Unidade da Fazenda Pública
		Unidade de Direito Bancário
		Vara de Rogatórias, Precatórias, Precatórios, Falência e Concordata
	Gaspar	1ª, 2ª e 3ª Varas
	Guaramirim	1ª e 2ª Varas
	Imbituba	
	Jaraguá do Sul	1ª e 2ª Varas Cíveis
		Vara Criminal
		Vara da Família e da Infância e Juventude
	Joinville	1ª, 2ª, 4ª e 5ª Varas Cíveis
		1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública
		Vara da Infância e Juventude
	Navegantes	1ª e 2ª Varas
	Palhoça	1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis
	Rio do Sul	Vara Criminal
	Rio Negrinho	Vara Única
	São José	1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis
	Urussanga	1ª e 2ª Varas

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

1 CASA DA CIDADANIA E FÓRUM MUNICIPAL – CASA DA CIDADANIA

Os serviços das Casas da Cidadania e dos Fóruns Municipais – Casas da Cidadania, continuam integrados aos demais que vêm sendo coordenados pela Secretaria do Conselho Gestor do Sistema JEPASC.

1.1 INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS

No decorrer de 2010, por recomendação do Conselho Gestor, não foi criado nenhum serviço novo, frente a necessidade de avaliar e aprimorar os já existentes. No entanto, já foram aprovados para serem instalados no início de 2011 os FM-CC de Siderópolis e Paulo Lopes.

1.2 RENOVAÇÃO DE CONVÊNIOS

Em 2010 foram renovados os convênios com os seguintes municípios: José Boiteux, Campo Alegre, Cerro Negro, Laurentino, Leoberto Leal, Palma Sola e Vargem Bonita. Estão em procedimentos finais para renovação do convênio da Casa da Cidadania o município de Blumenau e do Fórum-Municipal Casa da Cidadania do município de Capão Alto.

1.3 AVALIAÇÃO, REATIVAÇÃO E SUSPENSÃO DE SERVIÇOS

Frente a avaliação dos serviços desenvolvidos em 2010 forão reativados os trabalho dos FM-CC de Vargem Bonita, Presidente Getúlio, Vitor Meirelles e Ponte Alta. Continuam em avaliação os FM-CC nos municípios de Ilhota e Três Barras.Foram suspensos os serviços de Luzerna, Catanduvas, Correia Pinto e Irati.

1.4 IMPLANTAÇÃO DO JUIZADO ESPECIAL (FORMAL) NOS FM-CC

O procedimento iniciado no final de 2009, continua em desenvolvimento e contempla os FM-CC dos seguintes municípios: Água Doce, Campo Alegre, Nova Trento, Palma Sola, Três Barras, Guabiruba, Jaborá e Timbó Grande.

Realizou-se nesta Capital em 16/07/2010, o "I Encontro de Avaliação da Implantação dos Juizados Especiais nos Fóruns Municipais-Casas da Cidadania (FM-CC), por deliberação do Conselho Gestor, cujos trabalhos foram coordenados pelo conselheiro Vitoraldo Bridi, donde reuniram-se os magistrados coordenadores dos serviços, os secretários dos Juizados Especiais do juízo e os secretários dos respectivos FM-CC. Os resultados apresentados ao Conselho Gestor foram tidos como satisfatórios, merecendo deliberação para que as reinvindicações apresentadas fossem atendidas, o que vem ocorrendo.

Quanto ao FM-CC de Botuverá restou definido pela não implantação do Juizado Especial, sem prejuízo para o jurisdicionado, dado o reforço e maior integração efetuado entre aquele FM-CC e o Juizado Especial da Comarca.

1.5 ANDAMENTO DO PROJETO DE CAPACITAÇÃO INTEGRADA

No mês de maio, houve apresentação ao Conselho Gestor, dos trabalhos em desenvolvimento por parte da Secretaria do Coselho Gestor e da Academia Judicial, onde se informou sobre a formação dos multiplicadores que orientarão os mediadores e conciliadores em todo o Estado. Conforme planejado, restou executado no 2º semestre, nos 16 polos de capacitação, a formação da 1ª turma de mediadores familiares, totalizando 481 participantes, dentre os quais um expressivo número de conciliadores do FM-CC.

1.6 REALIZAÇÃO DO II ENCONTRO ESTADUAL DE MAGISTRADOS, SECRETÁRIOS, CONCILIADORES E MEDIADORES DOS SERVIÇOS NÃO ADVERSARIAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DO TJSC, NOS DIAS 25 E 26/11/2010

Participaram do evento em torno de 180 pessoas. Dentre outros fatos relevantes, registrou-se a participação efetiva de assessores administrativos da Secretaria do Conselho Gestor e de conselheiros do Conselho Gestor, com o intuito de observar, avaliar e sugerir o aprimoramento dos trabalhos em desenvolvimento.

1.7 PROCEDIMENTOS EFETUADOS

- Número de procedimentos instaurados: 12.797;
- Número de conciliações positivas: 6.761;
- Percentual de acordo alcançado: 52,83%.

(*) Fonte – Corregedoria-Geral de Justiça

2 JUIZADOS ESPECIAIS

2.1 PROGRAMA: JUSTIÇA PRESENTE NOS ESTÁDIOS DE FUTEBOL

PARTIDAS ACOMPANHADAS		
CAMPEONATO	NÚMERO DE PARTIDAS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
Catarinense	104	12 ocorrências em 9 partidas
Copa do Brasil	4	
Brasileiro – Série A	19	
Brasileiro – Série B	28	
Brasileiro – Série C	11	
Brasileiro – Série D	13	
TOTAL	179	

Observação: na Sessão de 29/04/2010, o Conselho Gestor aprovou por unanimidade o processo administrativo nº 369967-2010.6, da FELEJ – Fundação de Esportes e Lazer e Eventos de Joinville. Devido a perda de mando de campo do Coritiba Foot Ball Clube – série B, as partidas de 14/05; 25/06; 01/06; 13/07; 24/07; 10/08; 13/08; 24/08; 31/08 e 07/09/2010, foram acompanhadas pelo Programa Justiça Presente no Estádio "Arena Joinville", na cidade de Joinville/SC.

2.2 PROGRAMA: ACADÊMICO CONCILIADOR

CONVÊNIOS MANTIDOS COM 14 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	
INSTITUIÇÃO	DATA DE ASSINATURA
CESUSC	6-7-2007
UNC	17-10-2007
UNOCHAPECÓ	
UNOESC	

FURB	
UNERJ	
UNESC	
UNIBAVE	
UNIDAVI	
UNIFEBE	5-11-2007
UNIPLAC	
UNISUL	
UNIVALI	
UNIVILLE	

2.3 PROGRAMA JUIZADOS ESPECIAIS FORMAIS E INFORMAIS

Na data de 24/03/2010, foi realizado visita *in loco* à 3ª Vara Cível da comarca de Palhoça, onde funciona a Unidade do Juizado Especial Cível – sendo anotadas as necessidade de espaço físico, que serão resolvidas com a transferência futura, para o novo fórum que será construído naquela comarca. O processo administrativo nº 307993-2008.7, que trata da matéria está sendo analisado pela ASPLAN. Há necessidade da renovação do convênio com a Unisul, onde funciona o Juizado Especial Criminal, para estudo quanto à participação ou não do Ministério Público no referido convênio.

Procedeu-se análise de diversos pedidos de gratificação para servidores que desempenham a função de chefe de cartório de Juizados Especiais Formais e Informais, sendo os pedidos deferidos nas Sessões do Conselho Gestor de 29/04 e 29/07 aos servidores: Rose de Lourdes Quadros, Palhoça; Maribel Jane Milanez, Forquilhinha; Felipe Eugênio Frâncio, Caçador; Liane Aparecida Heuser e Juliane Gauche Merini, ambas da Comarca de Rio do Sul.

Foram realizadas visitas às dependências da UJA e PAC de Santo Antônio de Lisboa, coordenados pelo juiz do Fórum Norte da Ilha, onde anotou-se as providências no sentido de regularizar o seu funcionamento através de convênio, bem como em atender as necessidades com aquisição de equipamentos de informática, mobiliários, servidores e estagiários, o que foi prontamente atendido por este Tribunal. O convênio restou renovado na data de 12/08/2010.

Na Sessão de 26/08/2010, foi analisado pelo Conselho Gestor o pedido de instalação de Juizado Informal na comarca de Presidente Getúlio e posterior gratificação de chefe de cartório ao servidor responsável pela Unidade. A decisão do Conselho Gestor foi unânime pela instalação e a instituição de gratificação ao Secretário do Juizado, a ser designado, bem como a criação de duas vagas de estagiários, estas ressalvadas à repercussão e disponibilidade orçamentária e financeira deste Tribunal.

Procedeu-se acompanhamento ao Encontro Estadual de Turmas de Recursos realizado nas dependências da Associação dos Magistrados Catarinenses, nos dias 29 e 30/10/2010, onde foi apresentado a minuta do Ato Regimental sobre o regramento do pedido de uniformização. Houve também a revisão do Regimento Interno das Turmas Recursais do Estado de Santa Catarina, sendo deliberado que ambos os assuntos fossem apresentados como temas a serem debatidos pelos grupos de trabalho.

Ocorreu efetiva participação do responsável pelo Programa dos Juizados Especiais no "II Encontro de Magistrados, Secretários, Conciliadores, Mediadores dos Programas não Adversarias de Solução de Conflitos" realizado nos dias 25 e 26/11/2010, nas dependência do Hotel Cambirela, nesta Capital.

Foi recebido e processado expediente encaminhado pelo CNJ - Conselho Nacional de Justiça, solicitando a este e. Tribunal de Justiça, informações sobre o setor que poderia receber as petições dos Juizados dos Aeroportos, bem como indicasse o e-mail eletrônico para a devida remessa. Foi decidido, por votação unânime, na Sessão do Conselho Gestor de 25/11/2010, que os pedidos iniciais serão recebidos na Secretaria do Conselho Gestor, sendo distribuídos às Comarcas através de comunicação prévia e, posterior envio, por correspondência eletrônica, para o devido processamento.

A partir do mês de novembro do corrente, a Secretaria do Conselho Gestor iniciou um esboço de projeto que contempla a reestruturação dos Juizados Especiais (processo administrativos nº 363912-2010.6), bem como apresenta novas proposituras para as unidades com competência dos processos com o rito especial previsto pela Lei nº 9.099/95.

Em 04.10.2010 foram publicadas as Portarias nºs 806/2010 e 805/2010, que regularizaram a situação dos Secretários dos Juizados Especiais, sejam eles formais ou informais. Assinala-se, abaixo, a relação dos Juizados Especiais Formais e Informais:

2.3.1 JUIZADOS ESPECIAIS - ATO DE CRIAÇÃO E DATA DE INSTALAÇÃO

Desde a edição da Lei Federal nº 9.099/95, nosso Estado instalou 19 Varas privativas de Juizado Especial Cível e Criminal – 11 exclusivamente Cíveis, 5 Criminais e 4 com competência para o Juizado Cível e Criminal cumulativamente -, a saber (Informações contidas na tabela de lotação dos magistrados disponível no link de acesso à Coordenadoria dos Magistrados, In: <http://www.tjsc.jus.br/cgi-bin/nph-mgwcgi?MGWLPN=TJADM&SISTEMA=CGJ&VARIAVEL=LOTJUIZ&TIP=C>. Acesso em: 20 maio 2008.):

2.3.1.1 FORMAIS (VARAS DEVIDAMENTE INSTALADAS):

COMARCA	JUIZADO ESPECIAL	ATO DE CRIAÇÃO	DATA DE INSTALAÇÃO [1]
1) Balneário Camboriú	Cível	[2] LC nº 181/99 art. 1º, X, b) * A competência para o JEspCriminal foi atribuída à 2ª Vara Criminal (Res. nº 19/06-TJ, [3] art. 2º, I)	21-09-1999 (considerada a data da LC nº 181/99)
2) Blumenau	Criminal	[4] e LC nº 224/02 - art. 3º [5] Res. 06/05-TJ	10-01-2002 (considerada a data da LC nº 224/02)
3) Blumenau	Cível	[6] LC nº 181/99 (art. 1º, II, c)	21-09-1999 (considerada a data da LC nº 181/99)
4) Capital	Criminal	[7], LC nº Res. Conj. nº 04/98 [8] e Res. 230/02 - art. 1º [9] 02/05-TJ	30-09-1998 (considerada a data da Res. Conjunta nº 04/98)
5) Capital	Cível	[10] e LC nº 224/02 (art. 3º) [11] Res. 02/05-TJ	19-04-2002 (considerada a data da LC nº 224/02)

6) Capital (Regional do Estreito)	Cível	LC nº 181/99 (§ 1º do art. 1º) [12] e Res. nº 020/96-GP [13]	22-07-1996 (Considerado instalado pelo art. 1º da Res. nº 020/96-GP)
7) Capital (Distrital do Norte da Ilha)	Cível e Criminal (cumulativa)	LC nº 181/99 (§ 3º do art. 1º) [14]	21-09-1999 (considerada a data da LC nº 181/99)
8) Chapecó	Cível	LC nº 181/99 (art. 1º, IV, c) [15]	21-09-1999 (considerada a data da LC nº 181/99)
9) Chapecó	Crime	LC nº 516/2010 (art. 1º. I, c)	10-12-2010 (considerada a data da LC nº 516/2010)
10) Criciúma	Cível	LC nº 181/99 (art. 1º, V, b) * A competência para o JEspCriminal foi atribuída à 1ª Vara Criminal (Res. nº 20/06-TJ, art. 2º, I) [16] [17]	21-09-1999 (considerada a data da LC nº 181/99)
11) Itajaí	Cível	LC nº 181/99 (art. 1º, VI, c) [18] * A competência para o JEspCriminal foi atribuída à 2ª Vara Criminal (Res. nº 19/06-TJ, art. 2º, I) [19]	21-09-1999 (considerada a data da LC nº 181/99)
12) Jaraguá do Sul	Campus da Unerj (Juizado Especial Cível e Criminal)	LC nº 516/2010 (art. 1º. II, b)	10-12-2010 (considera da data da LC nº 516/2010)
13) Joinville	Criminal	Res. nº 41/07-TJ (art. 1º, I, "a" e "b") [20]	24-01-2008
14) Joinville	Cível	LC nº 181/99 (art. 1º, III, c) [21]	21-09-1999 (considerada a data da LC nº 181/99)
15) Joinville (juizado da Univille)	Cível	Res. nº 41/07-TJ (art. 1º, I, "a" e "b") [22]	24-01-2008
16) Lages	Cível e Criminal	Res. Conj. 05/98 [23] e LC nº 181/99 (art. 1º, VII, c) [24]	21-09-1999 (considerada a data da LC nº 181/99)
17) Rio do Sul	Civel e Criminal	LC nº 516/2010 (art. 1º. II, d)	16-12-2010 (considera da data da LC nº 516/2010)
18) São José	Criminal	LC nº 224/02 (art. 3º) Competência da 2ª Vara Criminal (art. 3º, I da Res. nº 28/07-TJ) [25] [26]	10-01-2002 (considerada a data da LC nº 224/02)
19) São José	Cível	LC nº 181/99 (art. 1º, IV, b) [27]	21-09-1999 (considerada a data da LC nº 181/99)
20) Tubarão	Cível	LC nº 181/99 (art. 1º, VIII, c) [28]	21-09-1999 (considerada a data da LC nº 181/99)

1 Dados obtidos junto à Corregedoria Geral da Justiça.
2 Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/1999%5C181_1999_Lei_complementar_promulgada.doc>. Acesso em: 11 julho 2008.
3 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/Resolucao/2006/Tj/res1906tj.doc>. Acesso em: 11 julho 2008.
4 Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/2002/224_2002_lei_complementar.doc>. Acesso em: 11 Julho 2008.
5 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/Resolucao/2005/Tj/res0605tj.doc>. Acesso em: 11 Julho 2008.
6 Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/1999%5C181_1999_Lei_complementar_promulgada.doc>. Acesso em: 11 julho 2008.
7 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/resolucao/1998/rc/rc0498.doc>. Acesso em 11 Julho 2008.
8 Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/2002/230_2002_lei_complementar.doc>. Acesso em: 11 julho 2008.
9 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/Resolucao/2005/Tj/res0205tj.doc>. Acesso em: 11 julho 2008.
10 Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/2002/224_2002_lei_complementar.doc>. Acesso em: 11 Julho 2008.
11 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/Resolucao/2005/Tj/res0205tj.doc>. Acesso em: 11 julho 2008.
12 Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/1999%5C181_1999_Lei_complementar_promulgada.doc>. Acesso em: 11 julho 2008.
13 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/resolucao/1996/gp/res2096gp.doc>. Acesso em 10 Setembro 2008.
14 Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/1999%5C181_1999_Lei_complementar_promulgada.doc>. Acesso em: 11 julho 2008.
15 Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/1999%5C181_1999_Lei_complementar_promulgada.doc>. Acesso em: 11 julho 2008.
16 Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/1999%5C181_1999_Lei_complementar_promulgada.doc>. Acesso em: 11 julho 2008.
17 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/Resolucao/2006/Tj/res2006tj.doc>. Acesso em: 11 Julho 2008.
18 Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/1999%5C181_1999_Lei_complementar_promulgada.doc>. Acesso em: 11 julho 2008.
19 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/Resolucao/2006/Tj/res2306tj.doc>. Acesso em: 11 julho 2008.
20 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/Resolucao/2007/TJ/res4107tj.doc>. Acesso em: 11 Julho 2008.
21 Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/1999%5C181_1999_Lei_complementar_promulgada.doc>. Acesso em: 11 julho 2008.
22 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/Resolucao/2007/TJ/res4107tj.doc>. Acesso em: 11 Julho 2008.
23 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/resolucao/1998/rc/rc0598.doc>. Acesso em: 08 Setembro 2008.
24 Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/1999%5C181_1999_Lei_complementar_promulgada.doc>. Acesso em: 11 julho 2008.
25 Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/2002/224_2002_lei_complementar.doc>. Acesso em: 11 Julho 2008.
26 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/Resolucao/2007/Tj/res2807tj.doc>. Acesso em: 11 Julho 2008.
27 Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/1999%5C181_1999_Lei_complementar_promulgada.doc>. Acesso em: 11 julho 2008.
28 Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/1999%5C181_1999_Lei_complementar_promulgada.doc>. Acesso em: 11 julho 2008.

Nas demais comarcas a competência prevista para a Lei nº 9.099/95 é cumulativa, conforme previsão contida no art. 44 da LC nº 339/06 (Lei de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina)[29], a saber: "Os J*uizados Especiais Cíveis e Criminais funcionarão,*

preferencialmente, como Varas especializadas; onde não houver Juízo privativo, as ações tramitarão perante as Varas de jurisdição comum, observado o procedimento especial."

29 Disponível em: <http://www.tjsc.jus.br/institucional/normas/regimento/reginterno.pdf>. Acesso em: 20 maio 2008.

2.3.1.2 INFORMAIS (UNIDADES JUDICIÁRIAS AVANÇADAS, REGIME DE EXCEÇÃO E VARAS COM SERVIDORES LOTADOS EM VARAS CÍVEIS OU CRIMINAIS, ATUANDO NOS PROCESSOS DO RITO DA LEI Nº 9.099/95):

COMARCA	UJA	ATO DE CRIAÇÃO	DATA DE INSTALAÇÃO
1) Capital	Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina – CESUSC (Juizado Especial Cível e outras)	Res. nº 01/06 CGestor[30] e Res. nº23/08-TJ[31] (denomina "Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Santo Antônio de Lisboa)	10-09-2008
2) Balneário Camboriú	Unidade Judicial Avançada no município de Camboriú (Juizado Especial Cível e Criminal e outras competências)	Res. Conj. nº 03/01[32]	21-05-2001 (considerada a data da Res. Conjunta 03/01)
3) Biguaçú	Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Biguaçú (nas dependências da Univali, *campus* de Biguaçú)	Res. nº 39/2008-TJ[33] Instituída em regime de exceção pela Res. nº 07/08-CM[34]	**Cível** (em data a ser definida pela Presidência – Caput do art. 4º da Res.) Criminal (condicionada ao convênio com o MP - § único do art. 4º da Res.)
4) Brusque	Unifebe (Juizado Especial Cível e Criminal)	Res. Conjunta nº 03/08 GP/CGJ[35]	30-01-2008 (considerada data da Res. Conj. nº 03/88)
5) Chapecó	Unidade dos Juizados Especiais Cível e Criminal da Unochapecó	Res. nº 15/08-CM[36]	
6) Itajaí	Campus da Univali (Juizado Especial Cível)	Convênio nº 03/97, mencionado na Res. Conj. nº 13/99[37]	
7) Joaçaba	Campus da Unoesc (Juizado Especial Cível e Criminal)	Res. nº 04/09-CM[38] (instituiu regime de exceção)	Res. nº 25/09-CM[39] (Denomina, define a competência e regulamenta a instalação e o funcionamento da unidade)
8) Palhoça	Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Palhoça (nas dependências da UNISUL, campus de Palhoça)	Res. nº 40/2008-TJ[40]	**Cível** (em data a ser definida pela Presidência – Caput do art. 4º da Res.) Criminal (condicionada ao convênio com o MP - § único do art. 4º da Res.)

30 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/Resolucao/2006/Cgsjepasl/res0106Cgsjepasl.doc>. Acesso em: 11 Julho 2008.
31 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/Resolucao/2008/Tj/res2308tj.doc>. Acesso em: 10 setembro 2008.
32 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/resolucao/2001/rc/res0301rc.doc>. Acesso em: 14 julho 2008.
33 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/Resolucao/2008/Tj/res3908tj.doc>. Acesso em 15 set. 2009.
34 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/Resolucao/2008/Tj/res3908tj.doc>. Acesso em 15 Set. 2009.
35 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/Resolucao/2008/Rc/res0308rc.doc>. Acesso em: 11 Julho 2008.
36 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/Resolucao/2008/Cm/res1508cm.doc>. Acesso em: 19 dez. 2008
37 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/resolucao/1999/rc/rc1399.doc. Acesso em: 15 Julho 2008.
38 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/Resolucao/2009/Cm/res0409cm.doc>. Acesso em: 17 dez. 2009.
39 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/Resolucao/2009/Tj/res2509tj.doc>. Acesso em: 17 dez. 2009.
40 Disponível em: <http://presidencia.tjsc.jus.br/documentos/Resolucao/2008/Tj/res4008tj.doc>. Acesso em: 21 Set. 2009.

COMARCA	REG. EXCEÇÃO	ATO DE CRIAÇÃO	DATA DE INSTALAÇÃO
Capital	Foro Norte da Ilha	Resolução nº 03/2010-CM	09/08/10

COMARCA	UNIDADE	ATO DE CRIAÇÃO	DATA DE INSTALAÇÃO
Abelardo Luz	Cível	01/10/01	01/10/01
Anchieta	Cível e Criminal		
Balneário Piçarras	Cível e Criminal		
Barra Velha	Cível e Criminal	15/09/03	15/09/03
Bom Retiro	Cível	01/10/01	01/10/01
Caçador	Cível		
Caçador	Criminal		
Camboriú	Cível e Criminal	13/11/07	13/11/07
Campo Erê	Cível	01/10/01	01/10/01
Campos Novos	Cível	07/03/08	04/03/08
Canoinhas	Cível e Criminal		
Capinzal	Cível e Criminal	18/09/06	18/09/06
Capital/Norte da Ilha	Cível e Criminal	01/04/08	01/04/08
Capivari de Baixo	Cível e Criminal	30/09/02	30/09/02
Catanduvas	Cível e Criminal		
Concórdia	Cível e Criminal	07/01/08	07/01/08
Coronel Freitas	Cível e Criminal	07/01/08	07/01/08
Correia Pinto	Cível e Criminal		
Cunha Porã	Cível e Criminal	01/10/01	01/10/01
Curitibanos	Cível e Criminal	02/06/09	02/06/09
Descanso	Cível e Criminal	01/10/01	01/10/01
Dionísio Cerqueira	Cível e Criminal	01/10/01	01/10/01
Forquilhinha	Cível e Criminal		
Guaramirim	Cível e Criminal	24/02/05	24/02/05
Içara	Cível e Criminal		
Imaruí	Cível e Criminal		
Imbituba	Criminal	05/08/05	05/08/05
Itaiópolis	Cível e Criminal	01/10/01	01/10/01
Itapema	Cível e Criminal		
Itapiranga	Cível e Criminal	01/10/01	01/10/01
Ituporanga	Cível e Criminal	01/10/01	01/10/01
Jaguaruna	Cível	01/03/08	01/03/08
Laguna	Cível e Criminal	22/03/05	22/03/05
Lauro Müller	Cível e Criminal	27/07/05	27/07/05
Lebon Régis	Cível e Criminal		
Mafra	Cível e Criminal	02/04/07	02/04/07
Maravilha	Cível e Criminal	16/09/02	16/09/02

Mondaí	Cível e Criminal	01/10/01	01/10/01
Orleans	Cível e Criminal	01/10/01	01/10/01
Otacílio Costa	Cível e Criminal	08/10/07	08/10/07
Palhoça	Cível	25/01/08	25/01/08
Palmitos	Cível e Criminal	01/10/01	01/10/01
Papanduva	Cível	01/10/01	01/10/01
Pinhalzinho	Criminal e Cível	17/06/05	17/06/05
Pomerode	Cível e Criminal	01/10/01	01/10/01
Ponte Serrada	Cível	06/11/07	06/11/07
Porto Belo	Cível e Criminal	01/10/01	01/10/01
Porto União	Cível e Criminal	01/10/01	01/10/01
Quilombo	Cível e Criminal	01/10/01	01/10/01
Rio do Oeste	Cível e Criminal	01/10/01	01/10/01
Rio do Sul	Criminal		
Santa Cecília	Cível	01/10/01	01/10/01
Santa Cecília	Criminal	23/07/03	23/07/03
Santo Amaro da Imperatriz	Cível e Criminal	01/07/04	01/07/04
São Carlos	Cível e Criminal	18/03/03	18/03/03
São Domingos	Cível	03/08/07	03/08/07
São Francisco do Sul	Cível e Criminal	14/12/07	14/12/07
São João Batista	Cível e Criminal	01/08/05	01/08/05
São Joaquim	Cível e Criminal		
São José	Cível	01/10/01	01/10/01
São José do Cedro	Cível	17/12/07	17/12/02
São Lourenço do Oeste	Cível e Criminal	14/03/06	14/03/06
São Miguel do Oeste	Cível	07/03/08	07/03/08
Sombrio	Cível	01/10/01	01/10/01
Taió	Cível e Criminal	02/02/04	02/02/04
Tangará	Cível e Criminal	30/07/08	30/07/08
Tijucas	Cível e Criminal	06/05/09	06/05/09
Trombudo Central	Cível e Criminal		
Turvo	Cível e Criminal	02/10/06	02/10/06
Urubici	Cível e Criminal	01/10/01	01/10/01
Urussanga	Cível e Criminal	01/03/04	01/03/04
Videira	Cível e Criminal	01/10/01	01/10/01
Xanxerê	Cível	01/10/01	01/10/01
Xaxim	Cível		

Importante mencionar que a pasta dos Juizados Especiais, no segundo semestre, atendeu mais de 300 pessoas, seja via telefone ou correio eletrônico, prestando informações e orientando a respeito dos processos ou de outro procedimento (judicial ou administrativo) referente aos Juizados Especiais. Além disso, foram encaminhados, a partir de setembro/2010, mais de 100 CD-Rom entre SC e outros Estados, com o conteúdo de capacitação para conciliadores e mediadores.

2.4 FUSÃO DA SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DOS JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E DA COORDENADORIA ESTADUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS

No dia 24 de setembro do corrente, por determinação da Presidência, efetivou-se a fusão da Secretaria do Conselho Gestor dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos com a Coordenadoria Estadual dos Juizados Especiais, transformando-se em um único setor, sob a nomenclatura Secretaria do Conselho Gestor dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos.

2.5 ENCONTRO ESTADUAL DOS SECRETÁRIOS DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Entre os dias 26 e 28 de outubro do corrente ano foi realizado o I Curso de Secretários dos Juizados Especiais, em parceria entre esta Secretaria e a Academia Judicial, cujo objetivo principal foi iniciar a capacitação de servidores/chefes de cartório que atuam diretamente nos processos de competência dos Juizados Especiais. Referido evento obteve a participação de aproximadamente 130 servidores que exercem suas atividades nas diversas unidades do Poder Judiciário catarinense.

3 SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO

Por meio da Resolução 19/09-TJ, o Tribunal de Justiça unificou as datas relativas ao Mutirão da Conciliação no Estado com os eventos de igual natureza promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça, participando efetivamente de uma semana conjunta.

O evento realizou-se entre os dias 29 de novembro e 3 de dezembro de 2010, dando continuação ao Movimento pela Conciliação instituído pelo mencionado Conselho.

A Coordenadoria Estadual de Juizados Especiais em conjunto com a Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos, coordenaram o trabalho realizado pelas comarcas, obtendo os resultados abaixo descritos:

AUDIÊNCIAS						
Dia	29/11/10	30/11/10	01/12/10	02/12/10	03/12/10	TOTAL
Audiências de conciliação designadas - pré processuais	150	544	778	196	6691	8.359
Audiências de conciliação realizadas - pré processuais	124	85	143	100	6387	6.839
Audiências de conciliação designada	1918	1932	1970	1543	2694	10.057
Audiências de conciliação realizada	1385	1370	1376	1095	2266	7.492

ACORDOS EFETUADOS						
Dia	29/11/10	30/11/10	01/12/10	02/12/10	03/12/10	TOTAL
Total de acordos homologados	592	473	746	640	7600	10.051

Soma total dos valores homologados	29/11/10	30/11/10	1.313.700,16	1.781.122,42	151.492.434,19	162.725.741,62
Valor de recolhimento previdenciário – INSS	0	0	0	0	0	0
Valor do recolhimento fiscal – imposto de renda	0	0	0	0	0	0

AUDIÊNCIAS DE 2º GRAU						
Dia	29/11/10	30/11/10	01/12/10	02/12/10	03/12/10	TOTAL
Audiência de Conciliação Designada					150	150
Audiência de Conciliação Realizada					142	142

ACORDOS EFETUADOS						
Dia	29/11/10	30/11/10	01/12/10	02/12/10	03/12/10	TOTAL
Total de acordos homologados					50	50
Soma total dos valores homologados					Não informado	0
Valor do recolhimento previdenciário – inss					0	0
Valor do recolhimento fiscal – imposto de renda					0	0

AUDIÊNCIAS CRIMINAIS						
Dia	29/11/10	30/11/10	01/12/10	02/12/10	03/12/10	TOTAL
Audiência de Conciliação Designada	131	57	201	52	160	601
Audiência de Conciliação Realizada	107	52	187	41	133	520
Sentenças homologatórias de transação penal	52	17	60	27	96	252
Composição civil	29	14	45	88	13	189
Homologação suspensão do processo	44	16	33	8	48	149

ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CONCILIAÇÃO						
Dia	29/11/10	30/11/10	01/12/10	02/12/10	03/12/10	TOTAL
Numero de Pessoas atendidas	2768	3061	3648	2756	10641	22.874
Participantes (magistrados)	79	67	76	51	99	372
Participantes (Juízes Leigos)	18	19	23	7	12	79
Participantes (Conciliadores)	173	134	208	146	236	897
Participantes (Colaboradores)	183	189	229	120	241	962
Eventos Paralelos	10	5	4	1	7	27

4 SESSÕES DO CONSELHO GESTOR

A Secretaria do Conselho Gestor do Sistema JEPASC é responsável pela organização das Sessões que são realizadas na última quinta-feita de cada mês, fazendo a comunicação com os conselheiros para formação da pauta da sessão, bem como a organização operacional para o desenvolvimento dos trabalhos. Após a sessão, atua na elaboração da ata, das certidões e no andamento dos processos.

5 POSTO DE ATENDIMENTO E CONCILIAÇÃO – PAC e POSTO AVANÇADO DE CONCILIAÇÃO EXTRAPROCESSUAL – PACE

No primeiro semestre, a instalação de Postos de Atendimento e Conciliação foi suspensa, consoante deliberação do Conselho Gestor, na sessão realizada no dia 27.04.2010.

Contudo, no decorrer do segundo semestre, foi deliberada e aprovada na sessão do dia 29 de julho de 2010, a instalação do Posto de Atendimento e Conciliação na Universidade Bandeirante – UNIBAN, e do Posto de Atendimento de Conciliação na Faculdade Estácio de Sá, ambos localizados na comarca de São José, bem como do Posto Avançado de Conciliação Extraprocessual na comarca de Blumenau, em parceria com a Câmara de Dirigentes Logistas – CDL. Os processos administrativos que tratam desses PACs encontram-se em fase de elaboração de convênios.

6 SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR

6.1 Atividades / de janeiro a novembro de 2010

I – **Formação de Técnicos Multiplicadores da Mediação Familiar – 2ª etapa -** 19 a 21 de Maio
II - **Formação de Base de Mediadores Familiares nos polos regionais – 481 pessoas capacitadas - Agosto a Outubro**
III – **Compilação do conteúdo ministrado na formação de base em Mediação Familiar**
IV – **Apresentação do Programa SMF catarinense, no I Seminário das Famílias, realizado no Poder Judiciário de Minas Gerais -** 8 a 10 de Junho
V – **Serviços de Mediação Familiar**

Novas Implantações
Blumenau, Itapema, Presidente Getúlio, Campos Novos, Pinhalzinho, Lebon Régis, Forquilhinha e Xaxim

Em Implantação com pedido formal
Lauro Muller, Rio do Oeste, Ponte Serrada, Concórdia, Barra Velha, Santa Rosa do Sul e Santa Cecília

Com pedido informal de implantação
Navegantes

VI – *Consultoria Contínua(*)*
Atos e procedimentos para consecução dos resultados infracitados

COMARCA	INSTALAÇÃO	NÚMERO DE CASOS	NÚMERO DE ACORDOS	PERCENTUAL DE ACORDOS
1 Abelardo Luz	01/03/2002	628	366	**58,28**
2 Balneário Piçarras	06/11/2009	66	2	**3,03**
3 Blumenau	04/10//2010	3	2	**66,67**
4 Campo Erê	08/02/2007	143	86	**60,14**
5 Campos Novos	26/10/2010	3	2	**66,67**
6 Capital – Fórum Central	21/09/2001	336	142	**42,26**
7 Chapecó	03/11/2004	374	195	**52,14**

8	Coronel Freitas	08/09/2008	9	3	**33,33**
9	Cunha Porã	14/02/2008	51	25	**49,02**
10	Descanso	21/08/2007	13	10	**76,92**
11	Dionísio Cerqueira	15/05/2004	117	92	**78,63**
12	Forquilhinha	01/10/2010	48	16	**33,33**
13	Garopaba	01/04/2009	40	33	**82,50**
14	Garuva	04/06/2009	46	33	**71,74**
15	Itapema	07/05/2010	51	40	**78,43**
16	Joinville	02/09/2002	180	51	**28,33**
17	Lebon Régis	01/02/2010	31	30	**96,77**
18	Mafra	27/08/2009	142	40	**28,17**
19	Modelo	10/04/2008	45	26	**57,78**
20	Orleans	23/10/2007	6	3	**50,00**
21	Pinhalzinho	20/07/2010	59	36	**61,02**
22	Presidente Getúlio	01/02/2010	30	6	**20,00**
23	São José	30/08/2004	25	16	**64,00**
24	São Lourenço do Oeste	28/02/2007	114	50	**43,86**
25	Xanxerê	22/06/2009	633	372	**58,77**
26	Xaxim	03/11/2010	32	21	**65,63**
TOTAL			3.225	1.698	52,65

(*) Comarcas com SMF em funcionamento na Casa da Cidadania, em reativação ou com dados anuais ainda indisponíveis: Anchieta, Balneário Camboriú, Brusque, Canoinhas, Capital - Norte da Ilha, Ituporanga, Mondaí, São Domingos e Tubarão.

7 NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO 2º GRAU

Criado pela Resolução 11/2005-TJ, o Núcleo de Conciliação foi institucionalizado em sessão realizada no gabinete da presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina no dia 22 de março de 2006. A unidade, que busca a solução amigável de litígios no âmbito do Segundo Grau de Jurisdição, passou a operar oficialmente à partir de maio do ano de 2006.

7.1 AUDIÊNCIAS ITINERANTES REALIZADAS NO ANO DE 2010

7.1.1 BRUSQUE – DATA 09.04.2010

Processos pautados	33
Conciliação Adiada	0
Conciliação Exitosa (*)	9
Conciliação Inexitosa	6
Conciliação Suspensa	11
Audiência designada em que partes não compareceram	7
PERCENTUAL DE ACORDOS(**)	**60%**

(*) 2 Apelações pertencentes ao Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi.

(**) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

7.1.1.2 COMPARECIMENTO DAS PARTES

Processos pautados	33

Ausência de ambas as partes	1
Ausência de pelo menos uma das partes	6
PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO	**78,8%**

7.1.2 ITAJAÍ – DATA 13 e 14.05.2010

Processos pautados	116
Conciliação Adiada	0
Conciliação Exitosa	100
Conciliação Inexitosa	8
Conciliação Suspensa	2
Audiência designada em que partes não compareceram	6
PERCENTUAL DE ACORDOS(*)	**92,5%**

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

7.1.2.1 COMPARECIMENTO DAS PARTES

Processos pautados	116
Ausência de ambas as partes	2
Ausência de pelo menos uma das partes	4
PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO	**94,8%**

7.1.3 BLUMENAU – DATA 22 e 23.07.2010

Processos pautados	102
Conciliação Adiada	0
Conciliação Exitosa	43
Conciliação Inexitosa	29
Conciliação Suspensa	12
Audiência designada em que partes não compareceram	18
PERCENTUAL DE ACORDOS(*)	**59,7%**

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

7.1.3.1 COMPARECIMENTO DAS PARTES

Processos pautados	102
Ausência de ambas as partes	2
Ausência de pelo menos uma das partes	16
PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO	**82,3%**

7.1.4 BLUMENAU – DATA 29 e 30.09.2010

Processos pautados	94

Conciliação Adiada	0
Conciliação Exitosa	77
Conciliação Inexitosa	9
Conciliação Suspensa	7
Audiência designada em que partes não compareceram	1
PERCENTUAL DE ACORDOS(*)	**89,5%**

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

7.1.4.1 COMPARECIMENTO DAS PARTES

Processos pautados	94
Ausência de ambas as partes	0
Ausência de pelo menos uma das partes	1
PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO	**98,9%**

7.1.5 JOINVILLE – DATA 25 e 26.11.2010

Processos pautados	143
Conciliação Adiada	0
Conciliação Exitosa	54
Conciliação Inexitosa	16
Conciliação Suspensa	67
Audiência designada em que partes não compareceram	6
PERCENTUAL DE ACORDOS(*)	**77,1%**

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

7.1.5.1 COMPARECIMENTO DAS PARTES

Processos pautados	143
Ausência de ambas as partes	0
Ausência de pelo menos uma das partes	6
PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO	**95,8%**

7.1.6 TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Processos pautados	301
Conciliação Adiada	0
Conciliação Exitosa	110
Conciliação Inexitosa	32
Conciliação Suspensa	126
Audiência designada em que partes não compareceram	33

PERCENTUAL DE ACORDOS(*)	**77,5%**

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

7.1.6.1 COMPARECIMENTO DAS PARTES

Processos pautados	301
Ausência de ambas as partes	0
Ausência de pelo menos uma das partes	33
PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO	**89%**

7.2 QUADRO GERAL ESTATÍSTICO DE 2010

Processos Pautados	789
Conciliação Adiada	0
Conciliação Exitosa nas audiências	393
Conciliação Exitosa extrajudicialmente	53
Conciliação Inexitosa	100
Conciliação Suspensa com possibilidade de acordo	225
Conciliação não comparecimento	71
PERCENTUAL DE ACORDOS(*)	**81,7%**

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

DISTRIBUIÇÃO POR ÓRGÃO E DESEMBARGADOR

ESTATÍSTICO POR MOVIMENTAÇÃO

PERÍODO: 01/01/2010 A 31/12/2010

MAPA: DISTRIBUIÇÃO

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Carlos Prudêncio	891	227	200
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	0	0	1
Des. Edson Ubaldo	545	154	135
Des. Joel Figueira Júnior	831	204	85
Des. Joel Figueira Júnior (Cooperdor)	0	0	2
Des. Joel Figueira Júnior (Substituto)	0	0	2
Des. Domingos Paludo (Substituto)	14	2	0
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	58	15	7
Des. Carlos Adilson Silva (Cooperador)	2	4	25
Desa. Denise Volpato (Cooperador)	983	242	9
Desa. Denise Volpato (Cooperador)	0	0	20
Desa. Denise Volpato (Substituto)	214	39	9
Des. Stanley da Silva Braga	5	12	41
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	186	53	0
Des. Saul Steil (Cooperador)	0	0	10
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.729**	**952**	**546**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Mazoni Ferreira	60	7	66
Des. Nelson Schaefer Martins	715	181	81
Des. Nelson Schaefer Martins	0	0	2
Des. Monteiro Rocha	0	0	1
Des. Luiz Carlos Freyesleben	1.008	249	446
Des. Luiz Carlos Freyesleben	0	0	1
Des. Jaime Luiz Vicari (Cooperador)	714	156	62
Des. Jaime Luiz Vicari (Cooperador	0	2	69
Des. Jaime Luiz Vicari (Substituto)	275	80	42
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	35	7	0
Des. Newton Janke (Titular participante)	0	0	1
Des. Sérgio Izidoro Heil	917	239	253
Des. Carlos Alberto Civinski	0	0	1
Des. Rodrigo Collaço	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.725**	**921**	**1.025**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. João Martins	0	0	1
Des. Ricardo Fontes	1.418	332	1.094
Des. Ricardo Fontes (Substituto)	0	0	26
Des. Salim Schead dos Santos	1.537	313	1.143
Desa. Marli Mosimann Vargas	0	0	1
Des. Rodrigo Antônio	1.451	310	936
Des. Rodrigo Antônio (Cooperador)	0	0	14
Des. Rodrigo Antônio (Substituto)	0	0	101
Des. Paulo Roberto Sartorato	0	0	1
Des. Carlos Alberto Civinski	1	0	0
Des. Luiz Fernando Boller	0	0	1
Des. Stanley da Silva Braga	0	0	9
Des. Stanley da Silva Braga	10	25	238
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	593	122	176
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.010**	**1.102**	**3.741**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Trindade dos Santos	0	0	1
Des. Wilson Augusto do Nascimento	0	0	9
Des. Nelson Schaefer Martins	0	0	1
Desa. Rejane Andersen	1.169	236	333
Des. Jorge Schaefer Martins	1.317	316	563
Des. Jorge Schaefer Martins	0	0	3
Des. Jorge Schaefer Martins (Titular)	0	0	46
Des. Sérgio Izidoro Heil	0	0	1
Des. Domingos Paludo	1	0	0
Des. Robson Luz Varella (Cooperador)	911	207	93
Des. Robson Luz Varella (Cooperador	3	4	135
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	239	43	86
Des. Jorge Luiz de Borba	1.315	305	390
Des. Saul Steil	0	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.955**	**1.111**	**1.662**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Rui Fortes	776	32	8
Des. Hilton Cunha Júnior	456	11	4
Desa. Marli Mosimann Vargas	922	42	47
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	85	1	4
Des. Carlos Alberto Civinski	1	1	5

Des. Carlos Alberto Civinski (Substituto)	83	11	6
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	82	8	3
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	4	3	0
Des. Newton Varella Júnior	0	0	1
Des. Newton Varella Júnior	584	10	4
Des. Newton Varella Júnior	2	3	11
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	596	9	24
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.591**	**131**	**117**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Sérgio Paladino	488	23	17
Des. Irineu João da Silva	996	49	62
Des. Tulio Pinheiro	0	0	1
Des. Tulio Pinheiro (Cooperador)	535	41	28
Des. Tulio Pinheiro (Cooperador	23	2	0
Des. Tulio Pinheiro (Substituto)	520	15	12
Desa. Salete Silva Sommariva	699	33	24
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	160	3	2
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	37	7	1
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	85	3	0
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	17	3	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.560**	**179**	**147**

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Carlos Prudêncio	9	1	1
Des. Souza Varella	2	0	0
Des. Mazoni Ferreira	0	0	2
Des. Eládio Torret Rocha	11	1	3
Des. Nelson Schaefer Martins	4	4	3
Des. Monteiro Rocha	0	0	1
Des. Fernando Carioni	7	1	4
Des. Luiz Carlos Freyesleben	5	1	3
Des. Marcus Tulio Sartorato	8	2	2
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	2	0	0
Des. Jaime Luiz Vicari (Substituto)	2	0	2
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	8	2	2
Des. Edson Ubaldo	3	0	0
Des. Joel Figueira Júnior	7	4	1
Des. Sérgio Izidoro Heil	6	4	2
Des. Victor Ferreira	14	1	2
Des. Carlos Adilson Silva (Substituto)	6	2	0
Desa. Denise Volpato (Substituto)	1	0	0

Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	2	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	97	23	28

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Anselmo Cerello	0	0	1
Des. Carstens Köhler	0	0	1
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	2	0	0
Des. Ricardo Fontes	2	1	2
Des. Salim Schead dos Santos	5	1	0
Des. Jânio Machado	1	0	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	1	1	1
Desa. Rejane Andersen	5	1	2
Des. Lédio Rosa de Andrade	4	0	0
Des. Jorge Schaefer Martins	2	1	1
Des. José Carlos Carstens Köhler	3	1	2
Des. Rodrigo Antônio	4	1	0
Des. José Inácio Schaefer (Substituto)	3	2	0
Des. Jorge Luiz de Borba	3	1	2
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	2	3	2
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	1	0	0
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	1	0	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	39	13	16

ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO CIVIL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Alcides Aguiar	0	0	1
Des. Carlos Prudêncio	1	1	2
Des. Pedro Manoel Abreu	2	0	2
Des. Newton Trisotto	0	1	4
Des. Mazoni Ferreira	0	0	1
Des. Luiz Cézar Medeiros	1	0	0
Des. Vanderlei Romer	1	0	1
Des. Wilson Augusto do Nascimento	2	0	1
Des. Nelson Schaefer Martins	1	0	0
Des. José Volpato de Souza	0	0	1
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	1	1	2
Des. Monteiro Rocha	0	0	1
Des. Fernando Carioni	1	0	1
Des. Luiz Carlos Freyesleben	0	1	1
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	0	1	0
Des. Marcus Tulio Sartorato	1	0	0
Des. Ricardo Fontes	1	0	2
Des. Salim Schead dos Santos	0	1	2

Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	33	7	38
Des. Edson Ubaldo	1	0	1
Des. Joel Figueira Júnior	1	1	1
Desa. Rejane Andersen	1	1	1
Des. Jaime Ramos	1	0	0
Des. Newton Janke	2	0	2
Des. Lédio Rosa de Andrade	2	0	0
Des. Jorge Schaefer Martins	1	0	1
Des. Sérgio Izidoro Heil	1	0	1
Des. José Carlos Carstens Köhler	1	0	1
Des. João Henrique Blasi	1	0	0
Des. Rodrigo Antônio	0	0	1
Des. José Inácio Schaefer (Substituto)	0	0	3
Des. Ricardo Roesler (Substituto)	0	0	1
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	2	0	1
Des. Victor Ferreira	2	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**61**	**15**	**74**

ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO CRIMINAL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Sérgio Paladino	31	0	0
Des. Irineu João da Silva	41	1	1
Des. Torres Marques	43	1	2
Des. Rui Fortes	32	0	1
Des. Tulio Pinheiro (Substituto)	12	2	1
Desa. Salete Silva Sommariva	41	0	0
Des. Hilton Cunha Júnior	14	4	0
Des. Roberto Lucas Pacheco	3	0	0
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	41	3	5
Des. Alexandre d'Ivanenko	38	3	1
Desa. Marli Mosimann Vargas	33	5	2
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	9	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski (Substituto)	3	0	0
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	2	1	0
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	1	1	0
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	23	1	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**367**	**22**	**14**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Gaspar Rubik	23	7	5
Des. Volnei Carlin	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**24**	**7**	**5**

ÓRGÃO JULGADOR: PRESIDÊNCIA

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Trindade dos Santos	95	10	0
Des. Souza Varella	11	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**106**	**10**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CÍVEL ESPECIAL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Luiz Carlos Freyesleben	0	0	1
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	0	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**0**	**0**	**2**

ÓRGÃO JULGADOR: PLANTÃO JUDICIÁRIO

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Tulio Pinheiro (Titular participante)	33	2	1
Desa. Sônia Maria Schmitz (Titular)	8	3	1
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	12	2	0
Des. Jaime Luiz Vicari (Titular)	6	2	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	4	0	0
Des. Henry Petry Junior (Titular)	2	3	0
Des. Roberto Lucas Pacheco (Titular)	3	2	0
Des. José Inácio Schaefer (Titular)	4	1	0
Des. Ricardo Roesler (Titular)	20	4	1
Des. Domingos Paludo	6	1	0
Des. Paulo Roberto Sartorato (Titular)	2	1	1
Des. Paulo Henrique M. M. da Silva	56	2	1
Des. Robson Luz Varella	25	0	0
Des. Robson Luz Varella (Titular)	0	0	1
Des. Carlos Alberto Civinski (Titular)	5	0	0
Des. Luiz Fernando Boller (Titular)	17	35	0
Des. Rodrigo Collaço (Titular)	16	1	0
Des. Carlos Adilson Silva (Titular)	12	4	0
Desa. Denise Volpato (Titular)	12	3	2
Des. Altamiro de Oliveira (Titular)	7	3	2
Des. Stanley da Silva Braga (Titular)	15	0	2
Des. Newton Varella Júnior (Titular)	6	1	1
Des. Saul Steil (Titular participante)	24	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**295**	**70**	**14**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Newton Trisotto	1.047	188	234
Des. Newton Trisotto (Substituto)	0	0	8

Des. Vanderlei Romer	1.048	197	280
Des. Vanderlei Romer (Substituto)	0	0	1
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	1.066	167	227
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	0	0	1
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	97	14	20
Des. Nicanor da Silveira	0	0	1
Des. Jaime Luiz Vicari (Substituto)	51	6	1
Des. Paulo Henrique M.M. da Silva	1.217	238	171
Des. Paulo Henrique M.M. da Silva	0	0	44
Des. Paulo Henrique M.M. da Silva	292	59	67
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.818**	**869**	**1.055**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Francisco Oliveira Filho	0	0	1
Des. Orli Rodrigues	0	0	1
Des. Cesar Abreu	0	0	49
Des. Cid Goulart	998	186	161
Des. Newton Janke	1.052	212	286
Des. João Henrique Blasi	1.207	231	222
Des. Ricardo Roesler (Cooperador)	1.217	226	228
Des. Ricardo Roesler (Cooperador	0	0	12
Des. Ricardo Roesler (Substituto)	288	52	45
Des. Carlos Alberto Civinski	1	0	0
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	17	6	2
Des. Stanley da Silva Braga	0	0	1
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	23	3	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.803**	**916**	**1.008**

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Francisco Oliveira Filho	0	0	1
Des. Pedro Manoel Abreu	46	26	37
Des. Orli Rodrigues	0	0	1
Des. Cláudio Barreto Dutra	59	21	26
Des. Newton Trisotto	36	13	22
Des. Volnei Carlin	0	0	1
Des. Luiz Cézar Medeiros	43	44	80
Des. Vanderlei Romer	55	16	35
Des. Wilson Augusto do Nascimento	53	19	36
Des. José Volpato de Souza	52	23	46
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	54	18	39
Des. Rui Fortes	0	0	7
Des. Cesar Abreu	0	0	12

Desa. Sônia Maria Schmitz (Substituto)	16	3	11
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	0	0	1
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	3	1	3
Des. Jânio Machado (Substituto)	0	0	1
Des. Jaime Luiz Vicari	0	0	1
Des. Jaime Luiz Vicari (Substituto)	3	0	1
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	1	0	0
Des. Cid Goulart	52	21	24
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	3	1	1
Des. Jaime Ramos	55	28	22
Des. Jaime Ramos (Substituto)	0	0	1
Des. Newton Janke	46	24	32
Des. João Henrique Blasi	60	19	30
Des. Ricardo Roesler (Substituto)	20	3	8
Des. Paulo Henrique M.M. da Silva	0	1	0
Des. Paulo Henrique M.M. da Silva	31	19	20
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	17	0	11
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**706**	**300**	**510**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDO VICE-PRESIDENTE

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Solon d´Eça Neves	0	0	5
Des. Mazoni Ferreira	0	2	130
Des. Monteiro Rocha	0	0	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**0**	**2**	**137**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA CIVIL ESPECIAL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Nelson Schaefer Martins (Titular)	0	0	1
Des. Monteiro Rocha (Titular)	0	1	0
Des. Domingos Paludo	2.733	86	217
Des. Paulo Roberto Sartorato	2.418	56	253
Des. Paulo Roberto Sartorato	35	1	0
Des. Paulo Roberto Sartorato	0	0	5
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	0	0	9
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	0	0	1
Des. Carlos Alberto Civinski	2469	62	326
Des. Carlos Alberto Civinski (Substituto)	0	0	1
Des. Luiz Fernando Boller	2.522	87	278
Des. Luiz Fernando Boller (Substituto)	0	0	2
Des. Rodrigo Collaço	1.242	45	153
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	230	3	6
Des. Carlos Adilson Silva (Substituto)	0	0	18

Desa. Denise Volpato	0	0	1
Desa. Denise Volpato (Substituto)	107	2	15
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	1
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	672	21	130
Des. Saul Steil	1.188	12	92
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**13.616**	**376**	**1.509**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Mazoni Ferreira	0	0	2
Des. Nelson Schaefer Martins	0	0	5
Des. Monteiro Rocha	5.048	2	1.634
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.048**	**2**	**1.641**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	1.212	298	630
Des. Jânio Machado	662	165	70
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	77	29	1
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	1.027	297	545
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	0	0	170
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	605	172	123
Des. Hilton Cunha Júnior	0	0	5
Desa. Rejane Andersen	0	0	52
Des. Domingos Paludo	1	0	0
Des. Domingos Paludo (Cooperador)	0	3	26
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	39	13	0
Des. Jorge Luiz de Borba	0	0	1
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	1.160	267	446
Des. Carlos Alberto Civinski	0	0	3
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	69	34	11
Des. Raulino Brüning	66	24	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.918**	**1.302**	**2.083**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Fernando Carioni	897	235	237
Des. Marcus Tulio Sartorato	969	245	222
Des. Marcus Tulio Sartorato (Substituto)	0	0	1
Des. Jaime Luiz Vicari (Substituto)	8	0	2
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	896	196	144
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	0	0	1
Des. Henry Petry Junior (Cooperador)	825	210	145

Des. Henry Petry Junior (Cooperador	0	0	7
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	156	42	28
Des. Rodrigo Collaço	1	0	0
Des. Saul Steil (Cooperador	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.752**	**929**	**787**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Pedro Manoel Abreu	1.401	209	179
Des. Pedro Manoel Abreu (Substituto)	0	0	2
Des. Luiz Cézar Medeiros	1.474	219	386
Des. Wilson Augusto do Nascimento	1.228	170	210
Des. Rui Fortes	0	0	12
Desa. Sônia Maria Schmitz	0	0	7
Desa. Sônia Maria Schmitz	0	0	17
Desa. Sônia Maria Schmitz	18	28	233
Desa. Sônia Maria Schmitz (Substituto)	657	102	160
Des. Paulo Henrique M.M.da Silva	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.779**	**728**	**1.206**

ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Carlos Prudêncio	0	0	1
Des. Trindade dos Santos (Titular)	0	0	1
Des. Souza Varella (Titular participante)	3	0	1
Des. Cláudio Barreto Dutra	1	0	2
Des. Newton Trisotto	0	1	3
Des. Irineu João da Silva	1	0	1
Des. Luiz Cézar Medeiros	1	1	1
Des. Vanderlei Romer	0	0	1
Des. Eládio Torret Rocha	0	1	1
Des. Wilson Augusto do Nascimento	1	0	0
Des. José Volpato de Souza	1	0	1
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	1	0	0
Des. Fernando Carioni	1	0	0
Des. Luiz Carlos Freyesleben	0	0	2
Des. Rui Fortes	0	0	2
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	2	0	0
Des. Marcus Tulio Sartorato	0	0	1
Des. Cesar Abreu	1	0	0
Desa. Salete Silva Sommariva	0	2	0
Des. Ricardo Fontes	0	1	0
Des. Salim Schead dos Santos	1	1	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	1	1	0

Des. Edson Ubaldo	1	3	0
Des. Edson Ubaldo (Titular participante)	0	0	1
Des. Joel Figueira Júnior	1	0	0
Des. Cid Goulart	1	0	2
Des. Hilton Cunha Júnior	2	1	0
Desa. Rejane Andersen	6	0	0
Des. Alexandre d'Ivanenko	1	0	0
Des. Newton Janke	1	0	3
Des. Jorge Schaefer Martins	1	0	1
Desa. Marli Mosimann Vargas	1	2	0
Des. Sérgio Izidoro Heil	1	0	3
Des. João Henrique Blasi	0	0	1
Des. Jorge Luiz de Borba	0	0	1
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**32**	**14**	**30**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Souza Varella	38	6	0
Des. Eládio Torret Rocha	811	205	164
Des. Monteiro Rocha	39	9	45
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	949	238	84
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	0	0	55
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	260	75	10
Des. Paulo Henrique M.M. da Silva	21	2	0
Des. Victor Ferreira	881	213	144
Des. Luiz Fernando Boller	0	0	1
Des. Carlos Adilson Silva (Substituto)	672	218	90
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador	0	0	8
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	44	15	2
Des. Saul Steil (Cooperador	0	0	4
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.715**	**981**	**607**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Cesar Abreu	52	6	0
Des. Lédio Rosa de Andrade	1.060	221	635
Des. Lédio Rosa de Andrade	0	0	3
Des. Lédio Rosa de Andrade (Titular	0	0	30
Des. José Carlos Carstens Köhler	1.169	232	527
Des. José Carlos Carstens Köhler	0	0	7
Des. José Carlos Carstens Köhler	0	0	15
Des. João Henrique Blasi	0	0	147
Des. José Inácio Schaefer	52	20	0

Des. José Inácio Schaefer	54	5	132
Des. José Inácio Schaefer (Cooperador	11	50	253
Des. José Inácio Schaefer (Substituto)	1.046	230	141
Des. Domingos Paludo (Substituto)	85	17	36
Des. Paulo Roberto Sartorato	0	0	1
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador)	1.140	259	86
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador	0	0	78
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	155	29	43
Des. Saul Steil (Substituto)	104	22	28
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.928**	**1.091**	**2.162**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Cláudio Barreto Dutra	1.060	179	147
Des. Cláudio Barreto Dutra (Substituto)	0	0	1
Des. José Volpato de Souza	1.117	158	196
Des. Jânio Machado (Cooperador)	463	86	119
Des. Jânio Machado (Cooperador	0	0	35
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	32	11	2
Des. Jaime Ramos	1.154	175	260
Des. Jaime Ramos (Titular participante)	0	0	10
Des. Rodrigo Collaço (Cooperador)	777	125	72
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	214	40	36
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.817**	**774**	**878**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Torres Marques	937	54	40
Des. Roberto Lucas Pacheco	814	30	10
Des. Roberto Lucas Pacheco	0	0	7
Des. Roberto Lucas Pacheco	0	0	3
Des. Roberto Lucas Pacheco	55	2	4
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	863	47	49
Des. Alexandre d'Ivanenko	966	33	46
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.635**	**166**	**159**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CIVIL (JANEIRO)

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Fernando Carioni	2	2	0
Des. Marcus Tulio Sartorato	1	2	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	1	2	0
Des. Henry Petry Junior (Cooperador)	1	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5**	**7**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO (JANEIRO)

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Carlos Prudêncio	1	1	0
Des. Sérgio Paladino	1	1	0
Des. Irineu João da Silva	2	0	0
Des. Vanderlei Romer	1	0	0
Des. Fernando Carioni	1	1	0
Des. Marcus Tulio Sartorato	0	1	0
Des. Cesar Abreu	2	0	0
Desa. Salete Silva Sommariva	1	0	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	2	0	0
Des. Joel Figueira Júnior	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**12**	**4**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA PÚBLICO (JANEIRO)

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. José Volpato de Souza	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**1**	**0**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Cesar Abreu	0	0	6
Des. Cesar Abreu (Titular participante)	430	127	114
Des. Edson Ubaldo	0	0	4
Des. Edson Ubaldo (Titular participante)	152	17	25
Aguardando novo titular	32	4	0
Des. Jorge Luiz de Borba	0	0	8
Des. Jorge Luiz de Borba (Titular)	1.212	35	74
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador)	0	0	17
Des. Saul Steil	0	0	1
Des. Saul Steil (Cooperador)	1.434	139	458
Des. Saul Steil (Cooperador)	0	0	10
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	1.849	170	185
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	293	23	15
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.402**	**515**	**917**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL TEMPORÁRIA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Luiz Cézar Medeiros	0	0	6
Des. Jânio Machado	0	0	1
Des. Domingos Paludo	0	0	12

Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador Participante)	0	0	5
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**0**	**0**	**24**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL TEMPORÁRIA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	1	0	0
Des. Ricardo Fontes	0	1	1
Des. Salim Schead dos Santos	0	0	5
Des. Rodrigo Collaço	0	1	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**1**	**2**	**7**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CIVIL (JANEIRO)

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Carlos Prudêncio	1	2	1
Des. Edson Ubaldo	1	0	0
Des. Joel Figueira Júnior	1	1	0
Des. Carlos Adilson Silva (Cooperador)	1	2	1
Desa. Denise Volpato (Cooperador)	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4**	**6**	**2**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA COMERCIAL (JANEIRO)

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Cesar Abreu	0	1	0
Des. Lédio Rosa de Andrade	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**0**	**2**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA PÚBLICO (JANEIRO)

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Newton Trisotto	7	1	1
Des. Vanderlei Romer	4	4	2
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	2	4	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador)	5	3	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**18**	**12**	**3**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL (JANEIRO)

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Sérgio Paladino	47	37	1
Des. Irineu João da Silva	41	47	0
Des. Tulio Pinheiro (Cooperador)	42	44	1
Desa. Salete Silva Sommariva	44	44	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**174**	**172**	**2**

ÓRGÃO JULGADOR: ÓRGÃO ESPECIAL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Carlos Prudêncio	17	26	1
Des. Gaspar Rubik	0	0	4
Des. Gaspar Rubik (Titular participante)	0	1	0
Des. Pedro Manoel Abreu	6	34	0
Des. Trindade dos Santos	0	0	1
Des. Trindade dos Santos (Titular)	1	8	0
Des. Souza Varella	2	1	0
Des. Cláudio Barreto Dutra	14	26	1
Des. Newton Trisotto	7	27	0
Des. Sérgio Paladino	14	20	1
Des. Irineu João da Silva	15	25	1
Des. Luiz Cézar Medeiros	11	21	4
Des. Vanderlei Romer	8	4	0
Des. Vanderlei Romer (Substituto)	0	26	3
Des. Eládio Torret Rocha	11	24	2
Des. Wilson Augusto do Nascimento	7	27	3
Des. Nelson Schaefer Martins	13	25	0
Des. José Volpato de Souza	10	23	3
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	4	1	1
Des. Monteiro Rocha (Substituto)	1	0	0
Des. Fernando Carioni	16	30	2
Des. Torres Marques (Substituto)	1	0	0
Des. Cesar Abreu	12	27	1
Desa. Salete Silva Sommariva	10	30	1
Des. Ricardo Fontes	18	19	6
Des. Salim Schead dos Santos	0	1	0
Des. Edson Ubaldo	6	27	3
Des. Jaime Ramos	10	27	4
Des. Newton Janke	12	24	2
Des. Lédio Rosa de Andrade	13	27	3
Des. Sérgio Izidoro Heil	9	30	1
Des. João Henrique Blasi	2	1	0
Des. João Henrique Blasi (Substituto)	6	1	0
Des. Jorge Luiz de Borba (Substituto)	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**257**	**563**	**48**

ÓRGÃO JULGADOR: QUINTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Desa. Sônia Maria Schmitz	23	1.533	1
Des. Henry Petry Junior	29	1.528	0
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	26	1.530	0

TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	78	4.591	1

ÓRGÃO JULGADOR: SEXTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL			
MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Jaime Luiz Vicari	28	1.530	0
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	24	1.534	0
Aguarda nomeação JSG (§ 2º art. 1º AR 110/10)	30	1.532	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	82	4.596	0

ÓRGÃO JULGADOR: QUINTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL			
MAGISTRADO	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	INCIDENTES
Des. Jânio Machado	90	80	0
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	84	88	0
Desa. Soraya Nunes Lins	93	80	0
Aguarda Des. - AR 110/10 - Vaga 1	0	1.489	0
Aguarda Des. - AR 110/10 - Vaga 2	0	1.484	0
Aguarda Des. - AR 110/10 - Vaga 3	0	1.486	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	267	4.707	0

TOTAL NO TJSC	91.427	28.183	22.030

** somando-se 91.427 processos distribuídos aos 22.030 incidentes, conclui-se que o TJSC, no ano 2010, recebeu um total de **113.457** processos novos (recursos, ações e incidentes processuais).*

JULGAMENTO E ASSINATURA POR ÓRGÃO E DESESEMBARGADOR

ESTATÍSTICO POR MOVIMENTAÇÃO

PERÍODO: 01/01/2010 A 31/12/2010

MAPA: JULGAMENTO E ASSINATURA

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL			
MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Carlos Prudêncio	771	390	745
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Substituto)	0	1	0
Des. Edson Ubaldo	972	13	972
Des. Edson Ubaldo (Substituto)	1	0	0
Des. Joel Figueira Júnior	826	29	861
Des. Joel Figueira Júnior (Cooperador Participante)	5	0	0
Des. Joel Figueira Júnior (Substituto)	6	1	0
Des. Rodrigo Collaço	0	0	1

Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	1	0	0
Des. Carlos Adilson Silva	0	0	129
Des. Carlos Adilson Silva (Cooperador Participante)	128	0	0
Desa. Denise Volpato	0	0	358
Desa. Denise Volpato (Cooperador)	163	2	0
Desa. Denise Volpato (Cooperador Participante)	187	0	0
Desa. Denise Volpato (Substituto)	7	0	0
Des. Stanley da Silva Braga	0	3	335
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador)	0	1	0
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador Participante)	322	3	0
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	18	5	0
Des. Saul Steil	0	0	99
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	99	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.506**	**448**	**3.500**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Mazoni Ferreira	1	58	31
Des. Nelson Schaefer Martins	540	314	548
Des. Nelson Schaefer Martins (Substituto)	2	11	0
Des. Monteiro Rocha	0	0	2
Des. Luiz Carlos Freyesleben	1.372	973	1.391
Des. Luiz Carlos Freyesleben (Substituto)	1	11	0
Des. Jaime Luiz Vicari	0	0	841
Des. Jaime Luiz Vicari (Cooperador)	371	221	0
Des. Jaime Luiz Vicari (Cooperador Participante)	369	33	0
Des. Jaime Luiz Vicari (Substituto)	5	12	0
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	0	1	0
Des. Sérgio Izidoro Heil	1.162	677	1.167
Des. Luiz Fernando Boller	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.823**	**2.312**	**3.980**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Ricardo Fontes	1.094	1.587	1.120
Des. Ricardo Fontes (Substituto)	26	2	0
Des. Salim Schead dos Santos	1.467	1.360	1.469
Des. Salim Schead dos Santos(Cooperador Participante)	0	1	0
Des. Salim Schead dos Santos(Substituto)	0	7	0
Desa. Marli Mosimann Vargas (Substituto)	0	1	0
Desa. Marli Mosimann Vargas (Titular participante)	0	1	0
Des. Rodrigo Antônio	1.171	1.725	1.340
Des. Rodrigo Antônio (Cooperador Participante)	32	11	0
Des. Rodrigo Antônio (Substituto)	138	10	0

Des. Stanley da Silva Braga	1	0	1.049
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador Participante)	980	85	0
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	51	12	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	4.960	4.802	4.978

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Desa. Rejane Andersen	1.821	103	1.709
Des. Jorge Schaefer Martins	1.944	320	2.472
Des. Jorge Schaefer Martins (Substituto)	3	5	0
Des. Jorge Schaefer Martins (Titular participante)	231	18	0
Des. Sérgio Izidoro Heil (Titular participante)	0	1	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	0	0	1
Des. Robson Luz Varella	0	0	901
Des. Robson Luz Varella (Cooperador)	366	16	0
Des. Robson Luz Varella (Cooperador Participante)	461	21	0
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	4	0	0
Des. Jorge Luiz de Borba	2.323	100	2.330
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	7.153	584	7.413

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Rui Fortes	726	54	729
Des. Rui Fortes (Substituto)	0	2	0
Des. Hilton Cunha Júnior	471	106	472
Desa. Marli Mosimann Vargas	1.062	23	1.054
Des. Robson Luz Varella	0	3	15
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	14	2	0
Des. Carlos Alberto Civinski	0	0	270
Des. Carlos Alberto Civinski (Cooperador Participante)	109	1	0
Des. Carlos Alberto Civinski (Substituto)	162	0	0
Des. Rodrigo Collaço	0	0	58
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	59	3	0
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	16
Des. Newton Varella Júnior	0	1	644
Des. Newton Varella Júnior (Cooperador)	249	12	0
Des. Newton Varella Júnior (Cooperador Participante)	129	1	0
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	260	11	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	3.241	219	3.258

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Sérgio Paladino	532	4	536

Des. Irineu João da Silva	1.095	1	1.101
Des. Tulio Pinheiro	2	0	872
Des. Tulio Pinheiro (Cooperador)	608	6	0
Des. Tulio Pinheiro (Cooperador Participante)	10	2	0
Des. Tulio Pinheiro (Substituto)	237	18	0
Desa. Salete Silva Sommariva	656	52	697
Desa. Salete Silva Sommariva (Substituto)	0	2	0
Des. Robson Luz Varella	0	7	47
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	47	6	0
Des. Rodrigo Collaço	0	0	11
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	11	1	0
Des. Altamiro de Oliveira	0	8	32
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	32	2	0
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	3.230	110	3.296

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Carlos Prudêncio	6	3	6
Des. Mazoni Ferreira	0	0	2
Des. Eládio Torret Rocha	18	7	18
Des. Nelson Schaefer Martins	8	2	5
Des. Monteiro Rocha	1	0	0
Des. Fernando Carioni	8	2	9
Des. Luiz Carlos Freyesleben	8	3	9
Des. Marcus Tulio Sartorato	14	1	13
Des. Jaime Luiz Vicari (Substituto)	0	1	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	4	3	7
Des. Edson Ubaldo	0	1	0
Des. Joel Figueira Júnior	10	3	10
Des. Henry Petry Junior	0	0	1
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	1	0	0
Des. Sérgio Izidoro Heil	4	4	5
Des. Victor Ferreira	5	5	8
Des. Carlos Adilson Silva	0	0	1
Des. Carlos Adilson Silva (Substituto)	2	2	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	89	37	94

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Trindade dos Santos	0	0	1
Des. Carstens Köhler	1	0	2
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	4	0	8
Des. Ricardo Fontes	6	3	10

Des. Salim Schead dos Santos	4	1	7
Des. Jânio Machado	0	1	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	0	0	6
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Substituto)	4	0	0
Desa. Rejane Andersen	2	3	5
Des. Lédio Rosa de Andrade	1	2	2
Des. Jorge Schaefer Martins	6	0	9
Des. José Carlos Carstens Köhler	9	1	18
Des. Rodrigo Antônio	2	1	2
Des. José Inácio Schaefer	0	0	12
Des. José Inácio Schaefer (Substituto)	6	0	0
Des. Jorge Luiz de Borba	9	0	16
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	9	1	15
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	63	13	113

ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO CIVIL

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Alcides Aguiar	0	0	1
Des. Anselmo Cerello	0	0	1
Des. Carlos Prudêncio	0	1	3
Des. Pedro Manoel Abreu	2	0	3
Des. Cláudio Barreto Dutra	1	0	1
Des. Newton Trisotto	0	0	3
Des. Luiz Cézar Medeiros	0	1	4
Des. Vanderlei Romer	2	0	2
Des. Wilson Augusto do Nascimento	5	0	6
Des. José Volpato de Souza	1	0	2
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	1	1	1
Des. Fernando Carioni	0	1	0
Des. Luiz Carlos Freyesleben	0	0	2
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	2	0	2
Des. Marcus Tulio Sartorato	2	2	2
Des. Cesar Abreu	0	0	1
Des. Ricardo Fontes	3	1	3
Des. Salim Schead dos Santos	1	1	3
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	13	53	13
Des. Edson Ubaldo	0	2	0
Des. Cid Goulart	0	1	0
Desa. Rejane Andersen	0	0	3
Des. Newton Janke	3	0	3
Des. Lédio Rosa de Andrade	0	1	0
Des. Jorge Schaefer Martins	0	0	5
Des. Sérgio Izidoro Heil	2	0	3
Des. José Carlos Carstens Köhler	0	0	2

Des. João Henrique Blasi	0	0	1
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	1	0	5
Des. Victor Ferreira	1	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**40**	**65**	**76**

ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO CRIMINAL

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Sérgio Paladino	18	2	26
Des. Irineu João da Silva	34	1	53
Des. Torres Marques	17	24	26
Des. Rui Fortes	23	2	32
Des. Tulio Pinheiro	0	0	4
Des. Tulio Pinheiro (Substituto)	3	1	0
Desa. Salete Silva Sommariva	22	19	37
Des. Hilton Cunha Júnior	5	3	6
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	41	6	59
Des. Alexandre d'Ivanenko	5	31	6
Desa. Marli Mosimann Vargas	18	24	30
Des. Newton Varella Júnior	0	0	5
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	3	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**189**	**113**	**284**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Gaspar Rubik	0	25	0
Des. Volnei Carlin	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**0**	**26**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: PRESIDÊNCIA

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Francisco Oliveira Filho	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**0**	**1**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: PLANTÃO JUDICIÁRIO

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Tulio Pinheiro (Titular participante)	0	1	0
Desa. Sônia Maria Schmitz (Titular participante)	0	2	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Titular participante)	0	3	0
Des. Jaime Luiz Vicari (Titular participante)	0	1	0
Des. Roberto Lucas Pacheco (Titular participante)	0	3	0
Des. Ricardo Roesler	0	1	0
Des. Ricardo Roesler (Titular participante)	0	2	0

Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Titular participante)	0	14	0
Des. Robson Luz Varella	0	2	0
Des. Luiz Fernando Boller (Titular participante)	0	5	0
Des. Rodrigo Collaço (Titular participante)	0	1	0
Des. Carlos Adilson Silva (Titular participante)	0	1	0
Des. Altamiro de Oliveira (Titular participante)	0	3	0
Des. Stanley da Silva Braga (Titular participante)	0	6	0
Des. Newton Varella Júnior (Titular participante)	0	2	0
Des. Saul Steil (Titular participante)	0	10	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**0**	**57**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Newton Trisotto	1.232	209	1.056
Des. Newton Trisotto (Substituto)	8	1	0
Des. Volnei Carlin	1	0	0
Des. Vanderlei Romer	1.252	401	1.246
Des. Vanderlei Romer (Substituto)	1	0	0
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	1.138	547	1.141
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz (Substituto)	0	13	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Substituto)	0	2	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	1	0	1.296
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador)	1.147	213	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador Participante)	148	1	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Substituto)	0	2	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.928**	**1.389**	**4.739**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Francisco Oliveira Filho	0	0	4
Des. Cesar Abreu	1	0	1
Des. Cid Goulart	897	229	911
Des. Newton Janke	1.310	506	1.314
Des. Jorge Schaefer Martins	1	0	1
Des. João Henrique Blasi	1.486	281	1.484
Des. Ricardo Roesler	0	0	1.211
Des. Ricardo Roesler (Cooperador)	1.190	262	0
Des. Ricardo Roesler (Cooperador Participante)	25	0	0

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Ricardo Roesler (Substituto)	2	1	0

TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	4.912	1.279	4.926

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Pedro Manoel Abreu	129	9	134
Des. Pedro Manoel Abreu (Substituto)	0	1	0
Des. Cláudio Barreto Dutra	97	19	97
Des. Newton Trisotto	73	13	65
Des. Luiz Cézar Medeiros	162	24	230
Des. Vanderlei Romer	105	12	103
Des. Wilson Augusto do Nascimento	119	10	142
Des. José Volpato de Souza	131	14	138
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	107	15	122
Des. Rui Fortes	0	0	1
Desa. Sônia Maria Schmitz	0	0	2
Desa. Sônia Maria Schmitz (Substituto)	2	2	0
Des. Jânio Machado (Substituto)	1	0	0
Des. Jaime Luiz Vicari (Substituto)	0	1	0
Des. Cid Goulart	105	9	112
Des. Jaime Ramos	84	20	94
Des. Newton Janke	106	10	106
Des. João Henrique Blasi	161	6	149
Des. Ricardo Roesler (Substituto)	0	5	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	0	1	19
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador Participante)	1	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Substituto)	18	8	0
Des. Rodrigo Collaço	0	0	8
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	8	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	1.409	180	1.522

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDO VICE-PRESIDENTE

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Solon d´Eça Neves	0	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	0	0	1

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA CIVIL ESPECIAL

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Eládio Torret Rocha	0	1	0
Des. Nelson Schaefer Martins	0	0	7
Des. Nelson Schaefer Martins (Titular participante)	1	1	0
Des. Monteiro Rocha	0	0	1
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	0	1	0
Desa. Rejane Andersen	2	3	2

Des. Domingos Paludo	94	621	100
Des. Domingos Paludo (Substituto)	1	3	0
Des. Paulo Roberto Sartorato	230	869	236
Des. Paulo Roberto Sartorato (Substituto)	6	12	0
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	0	18	0
Des. Carlos Alberto Civinski	268	1.128	266
Des. Carlos Alberto Civinski (Substituto)	1	20	0
Des. Luiz Fernando Boller	255	811	259
Des. Luiz Fernando Boller (Substituto)	5	25	0
Des. Rodrigo Collaço	64	377	70
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	4	14	0
Des. Carlos Adilson Silva (Substituto)	0	27	0
Desa. Denise Volpato	0	1	0
Desa. Denise Volpato (Substituto)	0	7	0
Des. Altamiro de Oliveira	0	53	31
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	8	205	0
Des. Stanley da Silva Braga	1	0	1
Des. Saul Steil	70	473	70
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**1.010**	**4.670**	**1.043**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Nelson Schaefer Martins	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**0**	**1**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Volnei Carlin	0	26	0
Des. Volnei Carlin (Substituto)	0	1	0
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	1.997	638	2.008
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi (Cooperador)	0	1	0
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi (Substituto)	4	2	0
Des. Jânio Machado	777	162	780
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	4	23	2.157
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Cooperador)	1.516	26	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Cooperador Participante)	394	4	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Substituto)	236	15	0
Des. Hilton Cunha Júnior	0	0	16
Desa. Rejane Andersen	0	0	1
Des. Domingos Paludo	0	0	177
Des. Domingos Paludo (Cooperador Participante)	185	1	0
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	1.560	613	1.558
Des. Carlos Alberto Civinski	0	0	4

Des. Carlos Alberto Civinski (Cooperador Participante)	4	0	0
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	6.677	1.513	6.701

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Fernando Carioni	1.362	4	1.362
Des. Marcus Tulio Sartorato	1.351	19	1.355
Des. Marcus Tulio Sartorato (Substituto)	1	0	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	1.087	86	1.088
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta (Substituto)	1	0	0
Des. Henry Petry Junior	0	0	1.051
Des. Henry Petry Junior (Cooperador)	1.027	34	0
Des. Henry Petry Junior (Cooperador Participante)	35	3	0
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	4.864	147	4.856

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Pedro Manoel Abreu	1.305	43	1.297
Des. Pedro Manoel Abreu (Substituto)	1	0	0
Des. Luiz Cézar Medeiros	1.250	665	1.257
Des. Luiz Cézar Medeiros (Substituto)	1	0	0
Des. Wilson Augusto do Nascimento	1.516	9	1.513
Des. Rui Fortes	0	0	1
Desa. Sônia Maria Schmitz	20	1	1.112
Desa. Sônia Maria Schmitz (Cooperador)	49	3	0
Desa. Sônia Maria Schmitz (Cooperador Participante)	867	99	0
Desa. Sônia Maria Schmitz (Substituto)	164	24	0
Des. Carlos Alberto Civinski	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	5.173	845	5.180

ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Amaral e Silva	0	0	2
Des. Pedro Manoel Abreu	1	0	1
Des. Trindade dos Santos	0	1	0
Des. Trindade dos Santos (Titular participante)	0	47	0
Des. Souza Varella (Titular participante)	0	8	0
Des. Newton Trisotto	0	1	7
Des. Mazoni Ferreira	1	0	1
Des. Irineu João da Silva	0	1	0
Des. Eládio Torret Rocha	1	0	2

Des. José Volpato de Souza	0	1	0
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	0	0	2
Des. Monteiro Rocha	1	0	1
Des. Monteiro Rocha (Titular participante)	1	0	0
Des. Luiz Carlos Freyesleben	3	1	4
Des. Rui Fortes	0	0	1
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	2	0	1
Des. Marcus Tulio Sartorato	0	0	1
Des. Cesar Abreu	0	0	1
Desa. Salete Silva Sommariva	0	1	1
Des. Ricardo Fontes	2	1	2
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	1	1	1
Des. Edson Ubaldo	2	0	7
Des. Edson Ubaldo (Titular participante)	3	1	0
Des. Joel Figueira Júnior	1	0	1
Des. Cid Goulart	1	1	3
Des. Hilton Cunha Júnior	2	0	2
Desa. Rejane Andersen	1	0	3
Des. Jaime Ramos	1	0	0
Des. Alexandre d'Ivanenko	1	0	0
Des. Newton Janke	0	3	0
Des. Lédio Rosa de Andrade	0	0	2
Des. Sérgio Izidoro Heil	0	2	0
Des. João Henrique Blasi	0	0	1
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	2	0	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**27**	**70**	**49**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Eládio Torret Rocha	1.202	103	1.214
Des. Eládio Torret Rocha (Substituto)	0	2	0
Des. Monteiro Rocha	0	0	6
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	0	0	866
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Cooperador)	643	13	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Cooperador Participante)	221	1	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Substituto)	6	2	0
Des. Rodrigo Antônio (Cooperador)	0	1	0
Des. Carlos Alberto Civinski (Substituto)	0	1	0
Des. Victor Ferreira	670	828	681
Des. Luiz Fernando Boller (Substituto)	0	1	0
Des. Carlos Adilson Silva	0	0	833
Des. Carlos Adilson Silva (Substituto)	833	19	0
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	46

Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador Participante)	7	0	0
Des. Saul Steil	0	0	7
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	4	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	3.586	971	3.653

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Lédio Rosa de Andrade	2.654	52	2.800
Des. Lédio Rosa de Andrade (Substituto)	3	0	0
Des. Lédio Rosa de Andrade (Titular participante)	135	1	0
Des. José Carlos Carstens Köhler	2.637	0	2.697
Des. José Carlos Carstens Köhler (Substituto)	7	0	0
Des. José Carlos Carstens Köhler (Titular participante)	53	0	0
Des. João Henrique Blasi	0	0	15
Des. José Inácio Schaefer	0	0	2.732
Des. José Inácio Schaefer (Cooperador)	524	0	0
Des. José Inácio Schaefer (Cooperador Participante)	1.195	3	0
Des. José Inácio Schaefer (Substituto)	1.020	1	0
Des. Domingos Paludo	0	1	0
Des. Paulo Roberto Sartorato	0	1	0
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	1.315
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador)	780	7	0
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador Participante)	534	9	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	9.542	75	9.559

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Cláudio Barreto Dutra	991	191	995
Des. Cláudio Barreto Dutra (Substituto)	1	0	0
Des. José Volpato de Souza	1.353	56	1.354
Des. Jânio Machado	0	0	398
Des. Jânio Machado (Cooperador)	302	136	0
Des. Jânio Machado (Cooperador Participante)	95	7	0
Des. Jânio Machado (Substituto)	1	0	0
Des. Jaime Ramos	1.372	202	1.394
Des. Jaime Ramos (Titular participante)	13	0	0
Des. Rodrigo Collaço	0	1	512
Des. Rodrigo Collaço (Cooperador)	467	91	0
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	45	2	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	4.640	686	4.653

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS

Des. Torres Marques	778	200	863
Des. Torres Marques (Substituto)	0	2	0
Des. Roberto Lucas Pacheco	1	0	700
Des. Roberto Lucas Pacheco (Cooperador)	499	32	0
Des. Roberto Lucas Pacheco (Cooperador em Substituição)	121	2	0
Des. Roberto Lucas Pacheco(Cooperador Participante)	60	0	0
Des. Roberto Lucas Pacheco (Substituto)	20	9	0
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	807	136	810
Des. Alexandre d'Ivanenko	815	204	815
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.101**	**585**	**3.188**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CIVIL (JANEIRO)

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	0	2	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**0**	**2**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO (JANEIRO)

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Sérgio Paladino	0	1	0
Desa. Salete Silva Sommariva	0	1	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**0**	**3**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Cesar Abreu	78	7	553
Des. Cesar Abreu (Titular participante)	508	12	0
Des. Edson Ubaldo	25	2	158
Des. Edson Ubaldo (Titular participante)	123	0	0
Des. Jorge Luiz de Borba	85	0	841
Des. Jorge Luiz de Borba (Titular participante)	757	13	0
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	94
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador Participante)	3	0	0
Des. Saul Steil	0	0	1.487
Des. Saul Steil (Cooperador)	1.449	430	0
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	38	6	0
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	0	0	1.024
Des. Gilberto Gomes de Oliveira (Cooperador)	1.304	86	0
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	0	0	66
Des. Jairo Fernandes Gonçalves (Cooperador)	70	69	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.440**	**625**	**4.223**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL TEMPORÁRIA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Luiz Cézar Medeiros	11	0	11
Des. Jânio Machado	6	0	6
Des. Ricardo Roesler	0	0	2
Des. Ricardo Roesler (Cooperador)	2	0	0
Des. Domingos Paludo	15	0	15
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	0	0	4
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador Participante)	4	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**38**	**0**	**38**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL TEMPORÁRIA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	0	1	0
Des. Ricardo Fontes	2	0	2
Des. Ricardo Fontes (Cooperador Participante)	0	1	0
Des. Salim Schead dos Santos	0	0	4
Des. Salim Schead dos Santos (Cooperador Participante)	4	4	0
Des. Rodrigo Antônio	0	1	0
Des. Rodrigo Collaço	3	0	3
Des. Stanley da Silva Braga	0	0	1
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador)	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**10**	**7**	**10**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CIVIL (JANEIRO)

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Joel Figueira Júnior	1	0	1
Desa. Denise Volpato	0	0	1
Desa. Denise Volpato (Cooperador)	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**2**	**0**	**2**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA PÚBLICO (JANEIRO)

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Vanderlei Romer	0	1	0
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	0	2	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador)	0	3	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**0**	**6**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL (JANEIRO)

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Sérgio Paladino	46	2	45
Des. Irineu João da Silva	55	1	55
Des. Tulio Pinheiro	0	0	49

Des. Tulio Pinheiro (Cooperador)	49	4	0
Desa. Salete Silva Sommariva	22	5	20
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	172	12	169

ÓRGÃO JULGADOR: ÓRGÃO ESPECIAL

MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
Des. Carlos Prudêncio	12	0	8
Des. Gaspar Rubik	2	4	4
Des. Gaspar Rubik (Titular participante)	2	0	0
Des. Pedro Manoel Abreu	9	0	9
Des. Trindade dos Santos	2	0	9
Des. Trindade dos Santos (Titular participante)	7	2	0
Des. Cláudio Barreto Dutra	18	3	16
Des. Newton Trisotto	19	1	16
Des. Sérgio Paladino	14	0	9
Des. Irineu João da Silva	24	0	23
Des. Luiz Cézar Medeiros	27	4	53
Des. Vanderlei Romer	15	0	24
Des. Vanderlei Romer (Substituto)	15	0	0
Des. Eládio Torret Rocha	18	0	18
Des. Wilson Augusto do Nascimento	0	0	14
Des. Wilson Augusto do Nascimento (Substituto)	12	0	0
Des. Nelson Schaefer Martins	20	4	13
Des. José Volpato de Souza	24	2	24
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	0	0	2
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz (Substituto)	2	0	0
Des. Fernando Carioni	22	1	22
Des. Cesar Abreu	14	7	18
Desa. Salete Silva Sommariva	16	1	15
Des. Ricardo Fontes	33	6	32
Des. Edson Ubaldo	7	0	7
Des. Jaime Ramos	32	0	31
Des. Newton Janke	24	2	24
Des. Lédio Rosa de Andrade	26	3	20
Des. Sérgio Izidoro Heil	14	5	13
Des. Jorge Luiz de Borba	0	0	3
Des. Jorge Luiz de Borba (Substituto)	3	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	433	45	427

PERÍODO: 01/01/2010 A 31/12/2010

MAPA: JULGAMENTO E ASSINATURA

JULG. ACÓRDÃO	JULG. DEC. MONOCR.	ASSINADOS
81.258	21.898	81.931

TOTAL GERAL	81.258	21.898	81.931

- *somando-se os acórdãos (81.258) às decisões monocráticas (21.898) o TJSC, no ano 2010, julgou 103.156 processos (recursos, ações de competência originária e incidentes processuais).*
- *O TJSC assinou 81.931 acórdãos no ano 2010.*

DECISÕES (ART. 12, § 4º, DO ATO REGIMENTAL N. 41/00)

ESTATÍSTICO POR MOVIMENTAÇÃO

PERÍODO: 01/01/2010 A 31/12/2010

MAPA: DECISÕES (ART. 12, § 4º, AR 41/00)

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Carlos Prudêncio	100
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	1
Des. Edson Ubaldo	127
Des. Joel Figueira Júnior	240
Des. Joel Figueira Júnior (Substituto)	6
Des. Domingos Paludo (Substituto)	2
Des. Carlos Adilson Silva (Cooperador Participante)	9
Desa. Denise Volpato (Cooperador)	49
Desa. Denise Volpato (Cooperador Participante)	36
Desa. Denise Volpato (Substituto)	2
Des. Stanley da Silva Braga	1
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador)	1
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador Participante)	35
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	4
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**615**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Mazoni Ferreira	17
Des. Nelson Schaefer Martins	218
Des. Nelson Schaefer Martins (Cooperador Participante)	4
Des. Nelson Schaefer Martins (Substituto)	1
Des. Luiz Carlos Freyesleben	202
Des. Luiz Carlos Freyesleben (Substituto)	2
Des. Jaime Luiz Vicari	1
Des. Jaime Luiz Vicari (Cooperador)	135
Des. Jaime Luiz Vicari (Cooperador Participante)	67

Des. Jaime Luiz Vicari (Substituto)	3
Des. Sérgio Izidoro Heil	223
Des. Rodrigo Collaço	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	875

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	Processos
Des. Irineu João da Silva	1
Des. Ricardo Fontes	240
Des. Salim Schead dos Santos	270
Des. Salim Schead dos Santos (Substituto)	4
Des. Rodrigo Antônio	488
Des. Rodrigo Antônio (Cooperador Participante)	3
Des. Rodrigo Antônio (Substituto)	4
Des. Domingos Paludo	2
Aguardando novo titular	1
Des. Carlos Alberto Civinski	1
Des. Stanley da Silva Braga	9
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador Participante)	263
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	37
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	1.323

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Pedro Manoel Abreu	1
Des. Wilson Augusto do Nascimento	1
Desa. Rejane Andersen	732
Des. Jorge Schaefer Martins	476
Des. Jorge Schaefer Martins (Substituto)	2
Des. Jorge Schaefer Martins (Titular participante)	38
Des. Domingos Paludo	1
Des. Robson Luz Varella	2
Des. Robson Luz Varella (Cooperador)	160
Des. Robson Luz Varella (Cooperador Participante)	98
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	2
Des. Jorge Luiz de Borba	436
Des. Carlos Alberto Civinski	1
Des. Altamiro de Oliveira	1
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	1.953

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

MAGISTRADO	PROCESSOS

Des. Rui Fortes	210
Des. Rui Fortes (Cooperador Participante)	1
Des. Rui Fortes (Substituto)	3
Des. Hilton Cunha Júnior	129
Des. Hilton Cunha Júnior (Substituto)	4
Desa. Marli Mosimann Vargas	269
Des. Robson Luz Varella	2
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	11
Des. Carlos Alberto Civinski (Cooperador Participante)	2
Des. Carlos Alberto Civinski (Substituto)	20
Des. Rodrigo Collaço	5
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	25
Des. Newton Varella Júnior	10
Des. Newton Varella Júnior (Cooperador)	173
Des. Newton Varella Júnior (Cooperador Participante)	4
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	158
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	1.026

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Sérgio Paladino	138
Des. Irineu João da Silva	277
Des. Tulio Pinheiro	5
Des. Tulio Pinheiro (Cooperador)	148
Des. Tulio Pinheiro (Cooperador Participante)	12
Des. Tulio Pinheiro (Substituto)	131
Desa. Salete Silva Sommariva	183
Desa. Salete Silva Sommariva (Substituto)	1
Des. Robson Luz Varella	5
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	37
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	11
Des. Altamiro de Oliveira	1
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	29
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	5
Des. Saul Steil (Substituto)	3
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	986

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Carlos Prudêncio	6
Des. Pedro Manoel Abreu	1
Des. Eládio Torret Rocha	7
Des. Nelson Schaefer Martins	11
Des. Fernando Carioni	4

Des. Luiz Carlos Freyesleben	6
Des. Marcus Tulio Sartorato	9
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	3
Des. Edson Ubaldo	11
Des. Joel Figueira Júnior	3
Des. Sérgio Izidoro Heil	3
Des. Victor Ferreira	16
Des. Carlos Adilson Silva (Substituto)	3
Desa. Denise Volpato (Substituto)	1
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**86**

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. João José Schaefer	1
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	3
Des. Ricardo Fontes	2
Des. Salim Schead dos Santos	3
Des. Jânio Machado	3
Desa. Rejane Andersen	4
Des. Lédio Rosa de Andrade (Substituto)	1
Des. Jorge Schaefer Martins	3
Des. José Carlos Carstens Köhler	1
Des. Rodrigo Antônio	5
Des. Jorge Luiz de Borba	2
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	4
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	1
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**34**

ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO CIVIL

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Anselmo Cerello	1
Des. Pedro Manoel Abreu	2
Des. Newton Trisotto	2
Des. Mazoni Ferreira	1
Des. Luiz Cézar Medeiros	1
Des. Vanderlei Romer	1
Des. Wilson Augusto do Nascimento	2
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	1
Des. Luiz Carlos Freyesleben	1
Des. Marcus Tulio Sartorato	2
Des. Ricardo Fontes	1
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	6

Des. Newton Janke	2
Des. João Henrique Blasi	1
Des. Rodrigo Antônio	1
Des. Jorge Luiz de Borba	1
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	28

ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO CRIMINAL

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Sérgio Paladino	11
Des. Irineu João da Silva	7
Des. Torres Marques	2
Des. Rui Fortes	9
Des. Tulio Pinheiro	1
Desa. Salete Silva Sommariva	8
Des. Hilton Cunha Júnior	9
Des. Hilton Cunha Júnior (Substituto)	1
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	7
Des. Alexandre d'Ivanenko	4
Desa. Marli Mosimann Vargas	5
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	1
Des. Carlos Alberto Civinski (Substituto)	2
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	2
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	1
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	72

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Gaspar Rubik	5
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	5

ÓRGÃO JULGADOR: PRESIDÊNCIA

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Trindade dos Santos	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	1

ÓRGÃO JULGADOR: PLANTÃO JUDICIÁRIO

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Tulio Pinheiro (Titular participante)	33
Desa. Sônia Maria Schmitz (Titular participante)	9
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Titular participante)	12
Des. Jaime Luiz Vicari (Titular participante)	6

Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Titular participante)	3
Des. Henry Petry Junior (Titular participante)	3
Des. Roberto Lucas Pacheco (Titular participante)	2
Des. José Inácio Schaefer (Titular participante)	3
Des. Ricardo Roesler (Titular participante)	25
Des. Domingos Paludo	5
Des. Paulo Roberto Sartorato (Titular participante)	6
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Titular participante)	48
Des. Robson Luz Varella	25
Des. Robson Luz Varella (Titular participante)	1
Des. Carlos Alberto Civinski (Titular participante)	5
Des. Luiz Fernando Boller (Titular participante)	44
Des. Rodrigo Collaço (Titular participante)	15
Des. Carlos Adilson Silva (Titular participante)	11
Desa. Denise Volpato (Substituto)	1
Desa. Denise Volpato (Titular participante)	12
Des. Altamiro de Oliveira (Titular participante)	4
Des. Stanley da Silva Braga (Titular participante)	12
Des. Newton Varella Júnior (Titular participante)	5
Des. Saul Steil (Titular participante)	13
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**303**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Newton Trisotto	51
Des. Newton Trisotto (Substituto)	3
Des. Vanderlei Romer	141
Des. Vanderlei Romer (Substituto)	1
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	80
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz (Substituto)	1
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Substituto)	1
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	2
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador)	326
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador Participante)	55
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Substituto)	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**663**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Orli Rodrigues	1
Des. Newton Trisotto	1
Des. Cid Goulart	188
Des. Newton Janke	50
Des. Newton Janke (Cooperador Participante)	1

Des. João Henrique Blasi	54
Des. Ricardo Roesler	1
Des. Ricardo Roesler (Cooperador)	73
Des. Ricardo Roesler (Cooperador Participante)	5
Des. Ricardo Roesler (Substituto)	4
Des. Carlos Alberto Civinski	1
Des. Stanley da Silva Braga	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**380**

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Pedro Manoel Abreu	86
Des. Pedro Manoel Abreu (Substituto)	1
Des. Pedro Manoel Abreu (Titular participante)	1
Des. Cláudio Barreto Dutra	63
Des. Newton Trisotto	56
Des. Volnei Carlin	1
Des. Luiz Cézar Medeiros	77
Des. Luiz Cézar Medeiros (Substituto)	1
Des. Vanderlei Romer	99
Des. Wilson Augusto do Nascimento	64
Des. José Volpato de Souza	68
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	78
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz (Substituto)	1
Des. Cesar Abreu	1
Desa. Sônia Maria Schmitz (Substituto)	18
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Substituto)	2
Des. Jânio Machado (Substituto)	2
Des. Jaime Luiz Vicari (Substituto)	7
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	2
Des. Cid Goulart	124
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	1
Des. Jaime Ramos	59
Des. Newton Janke	55
Des. João Henrique Blasi	102
Des. Ricardo Roesler	3
Des. Ricardo Roesler (Substituto)	14
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	7
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Substituto)	39
Des. Rodrigo Collaço	2
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	18
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**1.053**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA CIVIL ESPECIAL

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	1
Des. Domingos Paludo	3.014
Des. Domingos Paludo (Substituto)	8
Des. Paulo Roberto Sartorato	1.038
Des. Paulo Roberto Sartorato (Substituto)	14
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Substituto)	2
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	25
Des. Carlos Alberto Civinski	2.508
Des. Carlos Alberto Civinski (Cooperador)	2
Des. Carlos Alberto Civinski (Substituto)	37
Des. Luiz Fernando Boller	2.284
Des. Luiz Fernando Boller (Substituto)	58
Des. Rodrigo Collaço	816
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	33
Des. Carlos Adilson Silva (Substituto)	34
Desa. Denise Volpato (Substituto)	26
Des. Altamiro de Oliveira	110
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	382
Des. Saul Steil	800
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	11.192

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Volnei Carlin	40
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	498
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi (Substituto)	1
Des. Jânio Machado	637
Des. Jânio Machado (Cooperador)	1
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	8
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Cooperador)	311
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Cooperador Participante)	17
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Substituto)	36
Des. Hilton Cunha Júnior	5
Desa. Rejane Andersen	1
Des. Domingos Paludo	1
Des. Domingos Paludo (Cooperador Participante)	12
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	875
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein (Substituto)	3
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	2.446

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Fernando Carioni	184
Des. Marcus Tulio Sartorato	56
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	82
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta (Substituto)	2
Des. Henry Petry Junior (Cooperador)	123
Des. Henry Petry Junior (Cooperador Participante)	4
Des. Paulo Roberto Sartorato	1
Des. Carlos Alberto Civinski (Substituto)	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**453**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Pedro Manoel Abreu	28
Des. Luiz Cézar Medeiros	54
Des. Luiz Cézar Medeiros (Cooperador)	1
Des. Wilson Augusto do Nascimento	38
Desa. Sônia Maria Schmitz	1
Desa. Sônia Maria Schmitz (Cooperador Participante)	18
Desa. Sônia Maria Schmitz (Substituto)	10
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**150**

ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Souza Varella (Titular participante)	3
Des. Newton Trisotto	2
Des. Edson Ubaldo	1
Desa. Marli Mosimann Vargas	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**7**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Souza Varella	1
Des. Souza Varella (Substituto)	1
Des. Eládio Torret Rocha	139
Des. Monteiro Rocha	2
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	1
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Cooperador)	212
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Cooperador Participante)	54
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Substituto)	2
Des. Domingos Paludo	1
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	2
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Substituto)	1

Des. Victor Ferreira	275
Des. Victor Ferreira (Substituto)	3
Des. Carlos Adilson Silva (Substituto)	138
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador Participante)	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	834

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Cesar Abreu	1
Des. Cesar Abreu (Cooperador Participante)	1
Des. Lédio Rosa de Andrade	268
Des. Lédio Rosa de Andrade (Substituto)	1
Des. Lédio Rosa de Andrade (Titular participante)	13
Des. José Carlos Carstens Köhler	373
Des. José Carlos Carstens Köhler (Substituto)	3
Des. José Carlos Carstens Köhler (Titular participante)	7
Des. João Henrique Blasi	5
Des. José Inácio Schaefer (Cooperador)	23
Des. José Inácio Schaefer (Cooperador Participante)	45
Des. José Inácio Schaefer (Substituto)	214
Des. Domingos Paludo (Substituto)	1
Des. Altamiro de Oliveira	7
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador)	278
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador Participante)	124
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	1
Des. Saul Steil	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	1.366

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Cláudio Barreto Dutra	101
Des. José Volpato de Souza	28
Des. Jânio Machado (Cooperador)	40
Des. Jânio Machado (Cooperador Participante)	6
Des. Jaime Ramos	22
Des. Rodrigo Collaço	6
Des. Rodrigo Collaço (Cooperador)	30
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	234

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Torres Marques	182

Des. Torres Marques (Cooperador)	1
Des. Torres Marques (Cooperador Participante)	1
Des. Roberto Lucas Pacheco (Cooperador)	203
Des. Roberto Lucas Pacheco (Cooperador em Substituição)	11
Des. Roberto Lucas Pacheco (Cooperador Participante)	4
Des. Roberto Lucas Pacheco (Substituto)	23
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	232
Des. Alexandre d'Ivanenko	209
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**866**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CIVIL (JANEIRO)

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Fernando Carioni	3
Des. Marcus Tulio Sartorato	2
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**6**

ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO (JANEIRO)

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Carlos Prudêncio	1
Des. Sérgio Paladino	1
Des. Marcus Tulio Sartorato	1
Des. Joel Figueira Júnior	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA PÚBLICO (JANEIRO)

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Newton Janke	4
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL (JANEIRO)

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Roberto Lucas Pacheco	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**1**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Cesar Abreu	9
Des. Cesar Abreu (Titular participante)	5
Des. Edson Ubaldo	17
Des. Edson Ubaldo (Titular participante)	4
Des. Jorge Luiz de Borba	11
Des. Jorge Luiz de Borba (Titular participante)	108

Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador Participante)	2
Des. Saul Steil (Cooperador)	198
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	6
Des. Gilberto Gomes de Oliveira (Cooperador)	350
Des. Jairo Fernandes Gonçalves (Cooperador)	43
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**753**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL TEMPORÁRIA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Ricardo Roesler (Cooperador)	1
Des. Domingos Paludo	2
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador Participante)	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL TEMPORÁRIA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador)	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**1**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CIVIL (JANEIRO)

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Carlos Prudêncio	2
Des. Edson Ubaldo	1
Des. Carlos Adilson Silva (Cooperador)	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA PÚBLICO (JANEIRO)

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Newton Trisotto	6
Des. Vanderlei Romer	8
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	6
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador)	6
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**26**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL (JANEIRO)

MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Sérgio Paladino	43
Des. Irineu João da Silva	46
Des. Tulio Pinheiro (Cooperador)	37
Desa. Salete Silva Sommariva	41
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**167**

ÓRGÃO JULGADOR: ÓRGÃO ESPECIAL	
MAGISTRADO	PROCESSOS
Des. Newton Trisotto	1
Des. Nelson Schaefer Martins	1
Des. Fernando Carioni	1
Des. Cesar Abreu	1
Des. Sérgio Izidoro Heil	2
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	7

TOTAL DO TJSC	27.930

ESTATÍSTICO POR MOVIMENTAÇÃO

ESTATÍSTICO POR MOVIMENTAÇÃO

PERÍODO: 01/01/2010 A 31/12/2010

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL					
CLASSE	DISTRIB./ REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	764	0	514	93	505
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	12	13	2	13
Emb de Decl nos Emb em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	1
Bem de Decl em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	3	3	0	3
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	2	46	50	3	49
Emb de Decla em Emb de Declaração em Agravo de Instrumento	0	3	3	0	3
Conflito de Competência	24	0	10	2	10
Mandado de Segurança	9	0	5	6	5
Embargos de Declaração em Mandado de Segurança	0	1	1	1	1
Exceção de Suspeição em Mandado de Segurança	1	0	0	0	0
Medida Cautelar Inominada	7	0	1	1	1
Embargos de Declaração em Medida Cautelar Inominada	1	0	1	0	1
Medida Cautelar	2	0	0	2	0
Reclamação	1	0	1	1	1
Exceção de Suspeição	2	0	0	3	0
Embargos de Declaração em Exceção de Suspeição	0	1	1	0	1

Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Exceção de Suspeição	0	1	1	0	1
Habeas Corpus	51	0	40	11	40
Embargos de Declaração em Habeas Corpus	0	1	0	0	0
Apelação Cível	3.795	0	2.352	310	2.368
Embargos de Declaração nos Embargos em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	39	32	1	31
Emb de Decl nos Embargos em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Civil	0	0	4	0	4
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação	0	7	15	1	14
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	17	2	2	2
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Apelação Cível	4	375	399	5	392
Embargos de Declaração nos Embargos em Embargos de Declaração em	1	0	8	0	7
Emb de Decl no Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Emb de Decl. Em Apel. Civil	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível	1	30	32	0	31
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	1	2	3	2	2
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Emb de Decl em Medida Cautelar Incidental em Apel Cível	0	0	1	0	1
Ação Rescisória	13	0	7	2	7
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	2	0	0	0
Apelação / Estatuto da Criança e do Adolescente	2	0	1	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.681**	**544**	**3.506**	**448**	**3.500**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	792	0	675	189	683
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	21	18	0	17
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) nos Embargos Declaratórios em Agravo (§ 1º	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de	0	2	1	1	1
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	2	0	2
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	1	77	33	40	38
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Emb de Dec em Agravo de Instrumento	0	2	1	0	2
Emb de Dec no Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Emb de Decl em Agravo de Inst.	0	1	0	1	0

Emb de Decl em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	2	1	1	1
Medida Cautelar Incidental em Agravo de Instrumento	1	0	0	1	0
Conflito de Competência	22	0	17	5	17
Mandado de Segurança	12	0	0	9	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Medida Cautelar Inominada	2	0	0	2	0
Embargos de Declaração em Medida Cautelar Inominada	0	0	1	0	1
Medida Cautelar	0	0	0	1	0
Reclamação	2	0	0	0	0
Exceção de Suspeição	6	0	2	0	2
Embargos de Declaração em Exceção de Suspeição	0	1	0	1	0
Agravo Regimental em Embargos de Declaração em Exceção de Suspeição	0	1	0	0	0
Habeas Corpus	44	0	28	11	29
Apelação Cível	3.744	0	2.482	1.736	2.588
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	311	241	33	242
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) Em Apelação	0	2	2	0	2
Agravo Regimental em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Emb de Decl em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	16	8	7	8
Agravo (art. 532 do CPC) em Apelação Cível	1	2	0	0	0
Agravo Regimental em Apelação Cível	1	3	2	1	2
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Apelação Cível	1	515	257	255	287
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Emb de Decl em Apelação Cível	0	19	14	4	19
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) nos Emb Declaratórios em Emb de Decl.em Ap. Cível	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração no Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	25	17	6	17
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	6	4	1	4
Impugnação ao Valor da Causa em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	1	0	1	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	1	2	0	2
Embargos de Declaração em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	0	0	1	1
Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Petição em Apelação Cível	1	0	0	0	0
Ação Rescisória	12	0	6	3	6
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Ação Rescisória	0	1	1	0	1

Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) nos Emb Decl em Emb de Decl em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Ação Rescisória	0	1	0	1	0
Medida Cautelar Incidental em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Apelação / Estatuto da Criança e do Adolescente	3	0	1	1	1
Reexame Necessário	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	4.646	1.023	3.823	2.312	3.980

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	935	0	210	658	210
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	132	118	5	118
Emb de Decl nos Emb em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	1
Agr (§ 1º art. 557 do CPC) nos Emb Decl em Agr (§ 1º art. 557 CPC) em Agr de Inst.	0	2	2	0	2
Emb de Decl em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	32	28	4	28
Emb. Decl em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	2	3	0	3
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	0	1	0
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	1	71	45	29	45
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	2	1	0	1
Pedido de Reconsideração em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	0	0	1	0
Agravo Regimental em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	5	6	1	6
Agravo (art. 545 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	1
Conflito de Competência	20	0	11	8	11
Mandado de Segurança	5	0	1	3	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Mandado de Segurança	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	0	0	1	0
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	1	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar Inominada	0	1	1	0	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Medida Cautelar	0	0	2	0	2
Exceção de Suspeição	0	0	1	0	1
Habeas Corpus	5	0	5	0	5
Apelação Cível	5.141	0	1.294	3.799	1.306
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	2.112	2.090	15	2.092
Emb de Decla nos Embargos em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação	0	0	4	2	4

Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação	0	1	1	0	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação	0	33	30	0	30
Embargos de Declaração no Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	3	3	0	3
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	643	507	78	507
Embargos em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação	0	1	9	0	9
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) nos Embargos Declaratórios em Apelação Cível	0	2	2	0	2
Emb de Decl em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação	0	2	2	0	2
Agravo Regimental em Apelação Cível	1	13	12	1	12
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	638	516	178	520
Emb de Decl nos Embargos em Embargos de Declaração em Apelação	0	0	2	0	2
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	17	20	0	20
Agravo Regimental em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	2	2	0	2
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	21	23	8	23
Petição em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	0	0	1	0
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	2	2	0	2
Ação Rescisória	1	0	1	1	1
Embargos de Declaração em Ação Rescisória	0	0	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**6.110**	**3.740**	**4.960**	**4.796**	**4.978**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	953	0	954	88	925
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	11	8	1	8
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	2	1	1	1
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	1	106	106	5	104
Emb de Decl em Emb de Declaração em Agravo de Instrumento	0	5	2	1	2
Agravo em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	1
Apelação Criminal	1	0	0	0	0
Conflito de Competência	18	0	14	3	14
Mandado de Segurança	3	0	1	1	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Medida Cautelar Inominada	0	0	0	1	0
Embargos de Declaração em Medida Cautelar Inominada	0	0	0	2	0
Reclamação	1	0	1	0	1

Restauração de Autos	2	0	0	0	0
Habeas Corpus	4	0	3	0	3
Apelação Cível	5.078	0	4.260	419	4.470
Embargos de Declaração nos Embargos em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	1	130	150	2	235
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	115	106	0	106
Embargos de Declaração em Restauração de Autos em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	2	1	1	1
Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	1.272	1.475	29	1.470
Emb Declaração nos Emba em Emb de Declaração em Apelação Cível	0	0	2	0	2
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração no Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	1	2	0	2
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	12	56	28	56
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	2	4	1	5
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Ação Rescisória	3	0	1	0	1
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Reexame Necessário	1	0	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**6.066**	**1.660**	**7.153**	**584**	**7.413**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	6	0	5	4	5
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Apelação Criminal	1.452	0	1.042	52	1.045
Agravo Regimental em Apelação Criminal	0	2	1	1	0
Embargos de Declaração em Apelação Criminal	0	41	60	0	60
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Criminal	0	1	3	0	2
Apelação Cível em Mandado de Segurança	1	0	2	0	2
Mandado de Segurança	26	0	9	13	9
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Pedido de Desaforamento	1	0	2	0	1
Apelação Criminal (Réu Preso)	726	0	772	7	774
Agravo Regimental em Apelação Criminal (Réu Preso)	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Apelação Criminal (Réu Preso)	0	39	39	0	41
Recurso Criminal em Apelação Criminal (Réu Preso)	0	0	1	0	1

Reclamação	51	0	22	28	23
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Reclamação	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Reclamação	0	1	1	0	1
Representação	0	0	0	1	0
Restauração de Autos em Representação	0	0	0	1	0
Exceção de Suspeição	3	0	2	0	2
Termo Circunstanciado	3	0	9	0	9
Habeas Corpus	918	0	769	72	781
Embargos de Declaração em Habeas Corpus	0	13	12	1	12
Queixa-Crime	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Queixa-Crime	0	1	0	0	0
Recurso Criminal	264	0	218	18	218
Embargos de Declaração em Recurso Criminal	0	10	11	0	12
Apelação Cível	1	0	1	0	1
Conflito de Jurisdição	11	0	26	0	26
Exceção da Verdade	0	0	1	0	1
Inquérito	10	0	4	1	4
Embargos de Declaração em Inquérito	0	1	0	1	0
Notícia Criminal	5	0	0	1	0
Processo Crime	7	0	8	1	8
Embargos de Declaração em Processo Crime	0	1	1	0	1
Recurso de Agravo	145	0	117	16	116
Embargos de Declaração em Recurso de Agravo	0	1	1	0	1
Pedido de Busca e Apreensão Criminal	0	0	0	1	0
Carta Testemunhável	1	0	2	0	2
Pedido de Correição	2	0	2	0	2
Apelação / Estatuto da Criança e do Adolescente	86	0	86	0	86
Embargos de Declaração em Apelação / Estatuto da Criança e do Adolescente	0	1	3	0	3
Emb Decl em Emb Decl em Apelação / Estatuto da Criança e do Adolescente	0	0	3	0	3
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	2	0	1	0	1
Apelação Criminal em Mandado de Segurança	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.722**	**116**	**3.241**	**219**	**3.258**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	5	0	3	2	3
Apelação Criminal	1.460	0	1.101	27	1.128
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Criminal	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Apelação Criminal	0	64	64	0	67
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Criminal	0	2	2	0	2

Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação Criminal	0	1	0	0	0
Apelação Cível em Mandado de Segurança	1	0	2	0	2
Mandado de Segurança	22	0	13	4	13
Agravo (art. 16º, § único da Lei 12.016/09) em Mandado de Segurança	0	0	1	0	1
Pedido de Desaforamento	8	0	9	0	9
Apelação Criminal (Réu Preso)	742	0	660	1	683
Embargos de Declaração em Apelação Criminal (Réu Preso)	0	41	40	0	38
Emb de Decla em Emb de Decla em Apelação Criminal (Réu Preso)	0	2	2	0	2
Recurso Criminal em Apelação Criminal (Réu Preso)	0	0	1	0	1
Reclamação	47	0	27	14	26
Embargos de Declaração em Reclamação	0	1	0	0	0
Exceção de Suspeição	1	0	1	0	3
Termo Circunstanciado	5	0	2	1	2
Habeas Corpus	922	0	815	56	819
Embargos de Declaração em Habeas Corpus	2	5	7	0	7
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Habeas Corpus	0	2	2	0	2
Queixa-Crime	0	0	1	0	1
Recurso Criminal	265	0	225	0	230
Embargos de Declaração em Recurso Criminal	0	17	17	0	18
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Recurso Criminal	0	1	1	0	1
Conflito de Jurisdição	12	0	20	0	22
Inquérito	11	0	7	2	5
Notícia Criminal	4	0	2	0	2
Processo Crime	3	0	2	0	2
Embargos de Declaração em Processo Crime	0	2	1	1	1
Recurso de Agravo	140	0	126	2	133
Embargos de Declaração em Recurso de Agravo	0	6	5	0	5
Recurso de Habeas Corpus	1	0	0	0	0
Carta Testemunhável	1	0	6	0	4
Apelação / Estatuto da Criança e do Adolescente	84	0	59	0	59
Embargos de Declaração em Apelação / Estatuto da Criança e do Adolescente	0	1	1	0	1
Auto de Prisão em Flagrante	0	0	1	0	1
Apelação Criminal em Mandado de Segurança	3	0	3	0	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.739**	**146**	**3.230**	**110**	**3.296**

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em Agravo de Instrumento	0	0	0	0	1

Emb de Dec em Pedido de Uniformização de Jurisprudência em agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Conflito de Competência	4	0	0	0	0
Embargos Infringentes	52	0	38	3	36
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos Infringentes	0	1	0	1	0
Embargos de Declaração em Embargos Infringentes	0	5	6	1	6
Emb de Dec em Embargos de Declaração em Embargos Infrigentes	0	0	1	0	2
Mandado de Segurança	18	0	0	12	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	1	2	1	1	1
Embargos de Declaração em Mandado de Segurança	0	1	0	1	0
Reclamação	1	0	0	0	0
Apelação Cível	3	0	1	0	3
Agravo (art. 532 do CPC) em Apelação Cível	4	0	6	0	6
Embargos de Declaração em Agravo (art. 532 do CPC) em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em Apelação Cível	1	0	1	0	1
Emb Dec em Pedido de Uniformização de Jurisprudência em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	1	1	1	1
Ação Rescisória	33	0	13	12	16
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Emb de Dec nos Emb em Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Emb de Dec em Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	3	4	1	4
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Ação Rescisória	0	5	5	4	4
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Ação Rescisória	0	2	1	0	1
Medida Cautelar Incidental em Ação Rescisória	0	1	4	0	5
Pedido de Execução na Ação Rescisória	3	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**120**	**26**	**89**	**37**	**94**

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Conflito de Competência	1	0	0	0	0
Embargos Infringentes	33	0	36	4	66
Embargos de Declaração em Embargos Infringentes	1	5	6	0	9
Mandado de Segurança	11	0	3	5	6
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	2	0	0	0
Embargos de Declaração em Mandado de Segurança	0	2	0	1	0

Emb de Dec em Emb de Declaração em Mandado de Segurança	1	0	1	0	2
Reclamação	1	0	0	1	0
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em Apelação Cível	0	0	3	0	6
Emb Decl em Pedido de Uniformização de Jurisprudência em Apelação Cível	0	3	3	0	6
Ação Rescisória	4	0	6	1	9
Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória	0	0	0	1	0
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	0	1	0	2
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	1	1	0	2
Embargos de Declaração em Ação Rescisória	0	2	2	0	4
Impugnação à Assistência Judiciária em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**52**	**15**	**63**	**13**	**113**

ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO CIVIL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	1	0	0	1	0
Conflito de Competência	5	0	5	1	11
Embargos Infringentes	4	0	2	1	9
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos Infringentes	0	1	0	1	0
Mandado de Segurança	60	0	11	44	30
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Mandado de Segurança	0	0	0	0	1
Agravo (art. 16º, § único da Lei 12.016/09) em Mandado de Segurança	0	0	0	1	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	2	26	14	3	15
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	5	2	0	2
Embargos de Declaração em Mandado de Segurança	0	35	6	8	7
Bem Decl em Embargos de Declaração em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Mandado de Segurança	0	5	0	4	0
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	1	1
Apelação Cível	1	0	0	0	0
Ação Rescisória	2	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**76**	**73**	**40**	**65**	**76**

ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO CRIMINAL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Embargos Infringentes	33	0	21	2	32
Embargos de Declaração em Embargos Infringentes	0	2	1	0	2
Perda de Graduação	2	0	1	0	1
Habeas Corpus	1	0	0	0	0

Revisão Criminal	353	0	161	107	241
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Revisão Criminal	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Revisão Criminal	0	1	1	0	2
Embargos de Declaração em Revisão Criminal	0	7	4	1	6
Medida Cautelar Incidental em Revisão Criminal	0	2	0	2	0
Embargos de Declaração em Medida Cautelar Incidental em Revisão Criminal	0	1	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**389**	**14**	**189**	**113**	**284**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	1	0	0	0	0
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	0	1	0
Pedido de Suspensão de Liminar	26	0	0	21	0
Agravo (§ 3º art.4º da Lei 8.437/92) em Pedido de Suspensão de Liminar	1	0	0	2	0
Agravo (art. 15 da Lei 12.016/09) em Pedido de Suspensão de Liminar	0	0	0	1	0
Carta de Ordem	1	0	0	0	0
Suspensão de Execução de Sentença	2	0	0	0	0
Agravo (§ 3º art.4º da Lei 8.437/92) em Suspensão de Execução de Sentença	0	0	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**31**	**1**	**0**	**26**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: PRESIDÊNCIA

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Carta Precatória	50	0	0	0	0
Carta de Ordem	64	0	0	0	0
Recurso Criminal	1	0	0	0	0
Pedido de Intervenção Estadual no Município	0	0	0	1	0
Petição	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**116**	**0**	**0**	**1**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: PLANTÃO JUDICIÁRIO

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	75	0	0	16	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	1	4	0	0	0
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	4	0	2	0
Mandado de Segurança	37	0	0	6	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Mandado de Segurança	0	2	0	1	0
Medida Cautelar Incidental em Mandado de Segurança	1	0	0	1	0

Agravo Reg em Medida Caut Incidental em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Emb de Dec em Medida Cautelar Incidental em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Medida Cautelar Inominada	4	0	0	2	0
Pedido de Suspensão de Liminar	2	0	0	1	0
Habeas Corpus	240	0	0	26	0
Embargos de Declaração em Habeas Corpus	0	1	0	1	0
Ação Rescisória	2	0	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Ação Rescisória	1	0	0	0	0
Recurso de Agravo	2	0	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**365**	**14**	**0**	**57**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	698	0	515	185	504
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	3	2	0	2
Med Cautelar Incid em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	1	0	0	1	0
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	54	49	3	48
Agravo Regimental em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Emb de Decl em Emb de Declaração em Agravo de Instrumento	1	0	1	0	1
Petição em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	1
Apelação Criminal	1	0	0	1	0
Apelação Cível em Mandado de Segurança	188	0	158	8	154
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível em Mandado de Segurança	0	1	2	0	1
Emb de Decl em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apel Cível em MS	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Apelação Cível em Mandado de Segurança	0	27	25	2	23
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível em MS	0	1	0	0	0
Conflito de Competência	12	0	9	1	9
Mandado de Segurança	16	0	1	11	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	1	1	2	1	2
Medida Cautelar Inominada	2	0	4	1	4
Agravo Regimental em Medida Cautelar Inominada	0	1	0	2	0
Medida Cautelar	1	0	4	0	4
Agravo Regimental em Medida Cautelar	0	1	1	0	1
Reclamação	2	0	1	1	1
Exceção de Suspeição	10	0	11	0	11
Embargos de Declaração em Exceção de Suspeição	0	1	1	0	1

Emb de Decl em Embargos de Declaração em Exceção de Suspeição	0	1	1	0	1
Habeas Corpus	0	0	1	0	1
Apelação Cível	4.381	0	2.913	1.033	2.755
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	4	213	247	12	247
Emb de Decl nos Emb em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	0	2	0	2
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	60	66	0	65
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	1	4	0	4
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	614	611	18	604
Emb de Decl nos Emb em Emb de Dec em Apelação Cível	0	0	2	0	2
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	5	2	3	2
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	21	26	0	26
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Ação Rescisória	5	0	9	1	10
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Ação Rescisória	0	3	3	0	3
Petição em Ação Rescisória	0	0	0	1	0
Declaratória	1	0	0	0	0
Embargos de Declaração em Apelação / Estatuto da Criança e do Adolescente	0	1	1	0	1
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	100	0	51	30	52
Emb de Dec em Reexame Necessário em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Reexame Necessário	261	0	154	72	149
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Reexame Necessário	0	6	6	1	6
Embargos de Declaração em Reexame Necessário	0	32	34	1	33
Apelação Criminal em Mandado de Segurança	1	0	2	0	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.686**	**1.053**	**4.928**	**1.389**	**4.739**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	684	0	592	81	591
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	5	4	0	4
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	1	69	64	2	63
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	2	2	0	2

Apelação Cível em Mandado de Segurança	194	0	156	23	160
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível em Mandado de Segurança	0	4	4	0	4
Emb de Dec em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível em MS	0	1	2	0	2
Embargos de Declaração em Apelação Cível em Mandado de Segurança	0	24	23	2	23
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível em MS	0	3	2	0	2
Conflito de Competência	12	0	8	0	8
Mandado de Segurança	13	0	1	8	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	0	2	0	2
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Medida Cautelar Inominada	2	0	3	1	2
Medida Cautelar	1	0	1	1	1
Reclamação	2	0	0	1	0
Exceção de Suspeição	4	0	1	0	1
Habeas Corpus	1	0	0	1	0
Apelação Cível	4.426	0	2.980	988	2.998
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	7	195	203	2	202
Emb Dec nos Emb em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Emb Dec em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	46	43	0	43
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	7	2	1	2
Embargos de Declaração em Apelação Cível	3	594	563	10	563
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	3	3	0	3
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	10	10	0	10
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	1	2	1	1	1
Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Ação Popular	1	0	1	0	1
Ação Rescisória	3	0	5	0	5
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Ação Rescisória	0	3	3	0	3
Pedido de Execução de Honorários Advocatícios em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Emb de Dec em Pedido de Exe de Honorários Advocatícios em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Ordinária	1	0	0	0	0
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	97	0	63	33	61
Embargos de Declaração em Reexame Necessário em Mandado de Segurança	0	5	5	0	5
Reexame Necessário	266	0	129	124	127
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Reexame Necessário	0	16	16	0	16
Embargos de Declaração em Reexame Necessário	0	13	14	0	14
Apelação Criminal em Mandado de Segurança	0	0	1	0	1

TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	5.719	1.007	4.912	1.279	4.926

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	7	0	1	3	2
Apelação Cível em Mandado de Segurança	2	0	2	0	1
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em Apelação Cível em MS	1	0	1	0	1
Emb Declaração em Pedido de Uniformização de Jurisprudência em MS	0	1	1	0	1
Pedido de Execução do Acórdão	1	0	0	0	0
Embargos Infringentes	90	0	71	1	70
Embargos de Declaração em Embargos Infringentes	0	13	11	1	12
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental em Embargos Infringentes	0	1	1	0	1
Mandado de Segurança	746	0	690	127	722
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Mandado de Segurança	1	0	1	0	1
Pedido de Execução do Acórdão em Mandado de Segurança	3	0	1	9	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	17	55	63	8	66
Embargos de Declaração nos Embargos em Agravo Regimental em MS	1	0	2	0	2
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Mandado de Segurança	4	18	25	0	26
Embargos de Declaração em Mandado de Segurança	31	302	310	12	354
Embargos de Declaração nos Embargos em Embargos de Declaração em MS	0	0	2	0	2
Agravo Regimental em Embargos de Declaração em Mandado de Segurança	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em MS	0	7	10	0	14
Medida Cautelar Incidental em Mandado de Segurança	0	2	0	2	0
Petição em Mandado de Segurança	0	0	0	1	0
Agravo (art. 39 da Lei 8.038/90) em Mandado de Segurança	0	0	1	0	1
Embargos à Execução em Pedido de Execução em Mandado de Segurança	0	0	0	0	1
Reclamação	1	0	0	0	0
Apelação Cível	5	0	4	0	4
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em Apelação Cível	3	0	1	1	2
Agravo (art. 532 do CPC) nos Embargos Infringentes em Apelação Cível	1	0	1	0	1
Ação Rescisória	89	0	113	10	122
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Ação Rescisória	0	1	1	0	2
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Ação Rescisória	0	2	2	0	3
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	3	0	1	0

Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	15	16	0	28
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	3	3	0	3
Embargos de Declaração em Ação Rescisória	0	67	70	4	74
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Medida Cautelar Incidental em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Emb Ex em Pedido de Execução de Honorários Advocatícios em Ação Rescisóira	0	0	1	0	1
Mandado de Injunção	1	0	0	0	0
Ordinária	1	0	0	0	0
Agravo Regimental em Reexame Necessário	1	0	1	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	1.006	491	1.409	180	1.522

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDO VICE-PRESIDENTE

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Agravo de Instrumento	0	3	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Recurso Especial em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração no Recurso Especial em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC)	0	1	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Especial em Agravo de Instrumento	0	4	0	0	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar no Recurso Especial em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0
Emb Dec em Medida Cautelar no Recurso Especial em Agravo de Instrumento	0	2	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Especial / Extraordinário em Agravo de Instrumento	0	2	0	0	0
Recurso Especial em Apelação Criminal	0	0	0	0	1
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Apelação Criminal	0	11	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário em Apelação Criminal	0	1	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Especial em Apelação Criminal	0	1	0	0	0
Agr Reg em Med Cautelar no Recurso Especial / Extraordinário em AP Criminal	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Recurso Especial em Apelação Cível em MS	0	2	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Apelação Cível em MS	0	2	0	0	0
Agravo Regimental em Recurso Extraordinário em Apelação Cível em MS	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário em Apelação Cível em MS	0	3	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Especial / Extraordinário em Apelação Cível em MS	0	1	0	0	0

Agravo Regimental em Medida Cautelar no Recurso Especial / Extraordinário MS	0	1	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Recurso Especial em Embargos Infringentes	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Especial em Embargos Infringentes	0	1	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Especial em Recurso Especial em Embargos Infringentes	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Recurso Especial em Embargos Infringentes	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Embargos Infringentes	0	2	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário em Embargos Infringentes	0	10	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Extraordinário em Recurso Extraordinário em MS	0	1	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Especial / Extraordinário em Recurso em MS	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar no Recurso Especial em Mandado de MS	0	1	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Mandado de Segurança	1	0	0	0	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar no Recurso Extraordinário em MS	0	1	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Apelação Criminal (Réu Preso)	0	5	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Especial em Apelação Criminal (Réu Preso)	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Recurso Especial em Recurso Criminal	0	1	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Recurso Especial em Revisão Criminal	0	1	0	0	0
Recurso Especial em Apelação Cível	1	0	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Recurso Especial em Apelação Cível	0	3	0	0	0
Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Especial em Apelação Cível	0	2	0	0	0
Agravo Regimental em Recurso Especial em Apelação Cível	0	13	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Apelação Cível	0	26	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Recurso Especial em Apelação Cível	0	2	0	0	0
Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Extraordinário em Apelação Civel	0	4	0	0	0
Agravo Regimental em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	0	7	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	0	5	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Especial em Apelação Cível	0	2	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Especial em Ação Rescisória	0	1	0	0	0

Agravo Regimental em Medida Cautelar no Recurso Especial em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Especial em Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Especial em Reexame Necessário em Mandado MS	0	1	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**2**	**136**	**0**	**0**	**1**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA CIVIL ESPECIAL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	13.956	0	2	3.959	2
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	14	841	754	222	777
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo	0	5	6	0	5
Embargos de Declaração no Agravo (§ 1º art. 557 do CPC)	0	1	0	1	0
Agravo Regimental em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	1	0	1	1	1
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	1	121	114	11	113
Agravo em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	0	0	1	0
Embargos de Declaração no Agravo em Agravo de Instrumento	0	1	0	1	0
Exceção de Incompetência em Agravo de Instrumento	0	0	0	1	0
Restauração de Autos em Agravo de Instrumento	1	0	0	1	0
Reclamação em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	1
Agravo (art. 522 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração no Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	0	0	0	1
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	107	77	45	84
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	3	3	1	3
Agravo (art. 545 do CPC) em Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	6	369	9	398	11
Emb Dec nos Embargos em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	0	0	1	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	27	24	6	24
Emb Decl no Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	5	5	0	5
Agravo Regimental em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	6	2	2	2
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	14	1	14	1
Medida Cautelar Incidental em Agravo de Instrumento	1	1	1	1	1

Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental em Agravo de Instrumento	0	0	0	1	0
Agravo (art. 545 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	2	4	0	4
Agravo (art. 39 da Lei 8.038/90) em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	1
Emb de Declaração em Agravo (art. 39 da Lei 8.038/90) em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Agravo (inciso II art. 527 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	1
Agravo em Agravo de Instrumento	0	0	0	0	2
Medida Cautelar Inominada	4	0	0	0	0
Pedido de Suspensão de Liminar	5	0	0	0	0
Habeas Corpus	1	0	0	0	0
Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	0	0	1	0
Ação Rescisória	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	13.991	1.505	1.010	4.668	1.043

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Recurso Especial em Agravo de Instrumento	142	0	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Recurso Especial em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Especial em Agravo de Instrumento	0	7	0	0	0
Agravo Regimental em Recurso Especial em Agravo de Instrumento	0	2	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Agravo de Instrumento	8	20	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Recurso Especial em Agravo de Instrumento	0	2	0	0	0
Recurso Extraordinário em Agravo de Instrumento	13	0	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Recurso Extraordinário em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário em Agravo de Instrumento	4	5	0	1	0
Recurso Especial em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	56	0	0	0	0
Recurso Extraordinário em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	4	0	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Especial em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em AI	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	1	0	0	0	0
Agravo de Instrumento no Recurso Especial em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em AI	1	0	0	0	0
Recurso Especial no Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC)	2	0	0	0	0
Recurso Extraordinário no Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em A I	1	0	0	0	0
Emb Dec no Recurso Extraordinário em Agravo (§ 1º art. 557) em A I	0	1	0	0	0

Medida Cautelar no Recurso Especial em Agravo de Instrumento	2	3	0	0	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar no Recurso Especial em AI	0	1	0	0	0
Recurso Especial em Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	1	0	0	0	0
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Especial em Embargos de Declaração em A I	1	0	0	0	0
Embargos de Declaração na Medida Cautelar em Embargos de Declaração em AI	1	0	0	0	0
Apelação Cível (STJ) em Agravo de Instrumento	1	0	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Especial / Extraordinário em Agravo de Instrumento	0	2	0	0	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar no Recurso Especial / Extraordinário em AI	0	1	0	0	0
Agravo de Instrumento no Recurso Especial em Agravo (art.557, § 1º, CPC) em AI	1	0	0	0	0
Recurso Especial em Embargos Infringentes	6	0	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Embargos Infringentes	0	1	0	0	0
Recurso Extraordinário em Embargos Infringentes	1	0	0	0	0
Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	1	0	0	0	0
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	0	0
Recurso Especial em Apelação Criminal (Réu Preso)	1	0	0	0	0
Recurso Especial em Apelação Cível	3.295	0	0	0	0
Agravo de Instrumento (REsp) em Recurso Especial em Apelação Cível	1	0	0	0	0
Embargos de Declaração nos Embargos em Recurso Especial em Apelação Cível	1	0	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Recurso Especial em Apelação Cível	1	2	0	0	0
Agravo Regimental nos Embargos de Declaração em Recurso Especial em AP	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Especial em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Especial em Recurso Especial em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Recurso Especial em Apelação Cível	0	58	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Apelação Cível	2	153	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Recurso Especial em Apelação Cível	1	5	0	0	0
Agravo (STJ) em Recurso Especial em Apelação Cível	1	0	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Especial / Extraordinário em Recurso Especial em AP	0	1	0	0	0
Recurso Extraordinário em Apelação Cível	763	0	0	0	0
Agravo Regimental nos Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário em AP	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	0	394	0	0	0

Agravo Regimental em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	1	766	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	1	10	0	0	0
Emb Dec no Agravo (art. 532 do CPC) em Recurso Extr em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Recurso Especial em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	465	0	0	0	0
Recurso Extraordinário em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	162	0	0	0	0
Embargos de Declaração no Agravo em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em APC	0	108	0	0	0
Agravo Regimental em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	18	0	0	0
Agravo de Instrumento no Recurso Especial em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em APC	66	0	0	0	0
Emb Dec no Recurso Extraordinário em Agravo (§ 1º art. 557) em APC	0	4	0	0	0
Agravo Regimental no Recurso Extraordinário em Agravo (§ 1º art. 557) em APC	0	7	0	0	0
Recurso Especial em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) nos Bem em Apelação Cível	4	0	0	0	0
Recurso Extraordinário em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) nos Emb em Apelação Cível	1	0	0	0	0
Embargos de Declaração no Recurso Especial em Agravo (art. 532 do CPC) em APC	1	0	0	0	0
Recurso Especial Adesivo em Apelação Cível	3	0	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Especial em Apelação Cível	0	4	0	0	0
Impugnação ao Valor da Causa em Medida Cautelar no Recurso Especial em APC	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar no Recurso Especial em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	3	0	0	0
Recurso Especial em Agravo Regimental em Apelação Cível	6	0	0	0	0
Recurso Extraordinário em Agravo Regimental em Apelação Cível	1	0	0	0	0
Embargos de Declaração no Agravo em Agravo Regimental em Apelação Cível	0	4	0	0	0
Recurso Especial em Embargos de Declaração em Apelação Cível	6	0	0	0	0
Recurso Extraordinário em Embargos de Declaração em Apelação Cível	1	0	0	0	0
Embargos de Declaração no Agravo em Embargos de Declaração em APC	0	37	0	0	0
Emb Dec no Recurso Especial em Emb Dec em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Agravo de Instrumento no Recurso Especial em Embargos de Declaração em APC	1	0	0	0	0
Recurso Especial no Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Emb Decl em APC	5	0	0	0	0
Recurso Especial nos Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em APC	1	0	0	0	0

Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	1	0	0	0	0
Recurso Especial em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	1	0	0	0	0
Impugnação ao Valor da Causa em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Especial em Medida Cautelar Incidental em APC	0	1	0	0	0
Medida Cautelar no Recurso Especial / Extraordinário em Apelação Cível	2	0	0	0	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar no Recurso Especial / Extraordinário em APC	1	0	0	0	0
Embargos de Declaração em Medida Cautelar no Recurso Especial / Extr em APC	1	1	0	0	0
Recurso Especial no Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	1	0	0	0	0
Petição de Recurso Especial em Apelação Cível	2	0	0	0	0
Emb de Declaração no Agravo em Agravo de Instrumento no Recurso Extr. Em APC	0	1	0	0	0
Recurso Especial nos Embargos Decl. nos Embargos. Decl. em Apelação Cível	1	0	0	0	0
Agr Reg em Recurso Especial nos em Apelação Cível	0	2	0	0	0
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Ação Rescisória	1	0	0	0	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível (STJ) em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.050**	**1.640**	**0**	**1**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	966	0	706	527	710
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	80	74	1	74
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em A I	0	11	11	0	11
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	3	3	0	3
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	77	58	17	58
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	2	0	0	0
Agravo em Agravo de Instrumento	0	0	0	1	0
Conflito de Competência	18	0	24	2	24
Mandado de Segurança	4	0	1	3	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	0	2	0	2
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Mandado de Segurança	0	0	0	1	0
Medida Cautelar Inominada	0	0	1	1	1
Medida Cautelar	0	0	1	0	1

Impugnação ao Valor da Causa em Medida Cautelar	0	0	1	0	1
Exceção de Suspeição	1	0	1	0	1
Habeas Corpus	3	0	3	0	3
Apelação Cível	5.222	0	3.670	893	3.659
Embargos de Declaração nos Embargos em Apelação Cível	0	0	2	0	2
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração nos Embargos em APC	0	1	1	0	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	1	232	351	6	359
Embargos de Declaração nos Embargos em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em APC	0	0	1	0	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	90	89	3	89
Embargos de Declaração no Agravo em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	10	12	0	20
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Apelação Cível	0	2	2	0	2
Embargos de Declaração em Apelação Cível	1	1.540	1.620	55	1.635
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	26	30	1	30
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	2	3	2	3
Embargos de Declaração em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Ação Rescisória	4	0	4	0	4
Embargos de Declaração em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**6.220**	**2.083**	**6.677**	**1.513**	**6.701**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	758	0	702	41	705
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	2	1	0	1
Agravo Regimental em Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	93	90	2	90
Emb Decl em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	4	4	0	4
Conflito de Competência	24	0	24	1	25
Mandado de Segurança	10	0	4	6	4
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	2	1	0	1
Medida Cautelar Inominada	1	0	2	0	2
Medida Cautelar	1	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Medida Cautelar	0	1	1	0	1

Reclamação	4	0	6	0	6
Embargos de Declaração em Reclamação	0	1	1	0	1
Exceção de Suspeição	2	0	3	0	3
Habeas Corpus	45	0	32	9	32
Embargos de Declaração em Habeas Corpus	0	2	1	1	1
Apelação Cível	3.821	0	3.337	71	3.330
Embargos de Declaração nos Embargos em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	7	8	0	8
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	3	2	0	2
Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	640	600	7	595
Emb Decl nos Emb em Emb de Decl em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	22	23	1	22
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	3	2	3	3
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Ação Rescisória	12	0	8	4	8
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Emb Decl em Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Pedido de Correição	1	0	0	1	0
Apelação / Estatuto da Criança e do Adolescente	2	0	2	0	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.681**	**786**	**4.864**	**147**	**4.856**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	657	0	507	102	500
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	6	5	1	5
Emb Decl em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	1
Med Caut Incidental em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	1	0	1	0	1
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em Agravo de Instrumento	0	0	0	1	0
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	64	51	1	51
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Apelação Cível em Mandado de Segurança	183	0	193	15	194
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível em Mandado de Segurança	0	4	3	0	3
Emb Decl em Agr (§ 1º art. 557 do CPC) em Ap. Cível em MS	0	2	2	0	2

Agravo Regimental em Apelação Cível em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Apelação Cível em Mandado de Segurança	1	55	45	0	44
Emb Decl nos Emb em Emb de Decl em Apelação Cível em MS	0	0	1	0	1
Emb de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível em MS	0	1	1	0	2
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível em Mandado de Segurança	0	2	0	1	0
Emb de Decl em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível em MS	0	1	0	1	0
Conflito de Competência	13	0	5	0	5
Mandado de Segurança	15	0	2	9	2
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	2	1	0	1
Embargos de Declaração em Mandado de Segurança	0	3	0	3	0
Agravo Regimental em Embargos de Declaração em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Medida Cautelar Inominada	4	0	1	2	1
Embargos de Declaração em Medida Cautelar Inominada	0	1	0	2	0
Medida Cautelar	1	0	0	1	0
Reclamação	2	0	0	1	0
Exceção de Suspeição	1	0	0	0	0
Habeas Corpus	5	0	1	9	1
Apelação Cível	4.244	0	3.095	611	3.109
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	1	168	164	3	164
Emb Decl nos Emb em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	0	4	1	3
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação	0	3	2	1	2
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação	0	83	78	1	79
Embargos Decl. nos Emb. Decl. Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo	0	0	0	1	0
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	4	3	1	3
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	723	654	16	652
Emb de Decl nos Embargos em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	0	3	0	3
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em Apelação	0	1	0	1	0
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	21	18	1	18
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	2	2	0	2
Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Ação Rescisória	4	0	3	1	3
Embargos de Declaração em Ação Rescisória	0	1	1	0	1

Pedido de Seqüestro	1	0	0	0	0
Declaratória	2	0	0	1	0
Apelação / Estatuto da Criança e do Adolescente	2	0	0	0	0
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	97	0	87	21	87
Embargos de Declaração em Reexame Necessário em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Reexame Necessário	273	0	188	33	188
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Reexame Necessário	0	2	3	0	3
Embargos de Declaração em Reexame Necessário	0	47	42	3	43
Emb de Decl em Embargos de Declaração em Reexame Necessário	0	1	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.507**	**1.204**	**5.173**	**845**	**5.180**

ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Argüição de Inconstitucionalidade em Agravo de Instrumento	1	0	0	0	0
Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação Criminal	1	0	0	0	0
Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível em Mandado de Segurança	0	0	0	0	2
Emb Decl em Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível em MS	0	1	0	0	1
Mandado de Segurança	10	0	0	3	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Agravo (art. 16º, § único da Lei 12.016/09) em Mandado de Segurança	0	0	2	0	2
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	0	0	0	1
Embargos de Declaração em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Argüição de Inconstitucionalidade em Mandado de Segurança	0	0	1	0	1
Pedido de Intervenção Federal no Estado	0	0	0	1	0
Medida Cautelar	1	0	0	1	0
Reclamação	0	0	0	2	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Reclamação	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Reclamação	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Reclamação	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Reclamação	0	2	0	0	0
Recurso de Decisão Administrativa	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Recurso de Decisão Administrativa	0	1	0	0	0
Exceção de Suspeição	0	0	0	1	0
Termo Circunstanciado	3	0	1	0	1
Habeas Corpus	0	0	0	1	1

Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível	1	0	0	0	1
Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível	0	0	0	0	1
Ação Direta de Inconstitucionalidade	14	0	4	2	14
Agravo Regimental em Ação Direta de Inconstitucionalidade	0	1	0	0	1
Embargos de Declaração em Ação Direta de Inconstitucionalidade	0	11	1	0	1
Emb Decl em Emb de Decl em Ação Direta de Inconstitucionalidade	0	2	0	0	0
Pedido de Execução de Honorários Advocatícios em Ação Direta de Inconstituci	0	0	0	1	0
Agravo (parág. único art. 4º Lei 12069/01) em Ação Direta de Incostitucionalidade	0	0	0	0	1
Emb Decl em Agr (parág. único art. 4º Lei 12069/01) em Ação direta de Incostituci	0	1	0	0	0
Inquérito	1	0	0	0	1
Inquérito Judicial	1	0	0	0	0
Mandado de Injunção	1	0	2	1	2
Agravo Regimental em Mandado de Injunção	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Mandado de Injunção	0	2	1	2	1
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Mandado de Injunção	0	1	0	0	0
Notícia Criminal	0	0	1	1	1
Pedido de Intervenção Estadual no Município	2	0	0	53	0
Agravo Regimental em Pedido de Intervenção Estadual no Município	0	1	0	1	0
Embargos de Declaração em Pedido de Intervenção Estadual no Município	0	1	0	0	0
Pedido de Seqüestro	1	0	0	0	0
Processo Previsto na LOMAN/Administrativa	4	0	4	0	4
Processo Administrativo	5	0	4	0	4
Recurso de Decisão	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Recurso de Decisão	0	0	1	0	1
Consulta	0	0	1	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**46**	**30**	**27**	**70**	**49**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	754	0	579	69	579
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	1	0	2	0
Agravo Regimental em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	1	47	42	1	44
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	1	2	0	2
Medida Cautelar Incidental em Agravo de Instrumento	0	1	0	1	0

Apelação Criminal	1	0	1	0	1
Conflito de Competência	20	0	18	0	18
Mandado de Segurança	12	0	2	9	2
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Medida Cautelar Inominada	3	0	0	1	0
Medida Cautelar	4	0	0	2	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar	0	1	1	0	1
Reclamação	3	0	1	2	1
Exceção de Suspeição	0	0	1	0	1
Habeas Corpus	47	0	33	2	34
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Apelação Cível	3.827	0	2.454	853	2.511
Embargos de Declaração nos Embargos em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	62	55	2	57
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	6	6	0	6
Agravo (art. 532 do CPC) em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	0	2	0	2
Embargos de Declaração em Apelação Cível	3	460	364	19	366
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	11	8	1	8
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	1	8	3	1	4
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	1	0	1	0
Ação Rescisória	18	0	6	5	7
Embargos de Declaração em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Apelação / Estatuto da Criança e do Adolescente	1	0	1	0	1
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	1	0	1	0	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.696**	**606**	**3.586**	**971**	**3.653**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	936	0	910	16	907
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	5	5	1	5
Emb de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	1	0	1	0	1
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	3	2	0	2
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	90	77	0	76
Emb de Declaração em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	6	4	0	4
Argüição de Inconstitucionalidade em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0

Agravo (art. 545 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	1
Conflito de Competência	19	0	10	8	10
Mandado de Segurança	3	0	2	4	2
Embargos de Declaração em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Medida Cautelar Inominada	2	0	0	0	0
Habeas Corpus	5	0	3	1	3
Apelação Cível	5.046	0	6.494	35	6.516
Embargos de Declaração nos Embargos em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	1	11	8	1	8
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	3	2	1	2
Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	2.002	1.982	4	1.981
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	3	2	1	2
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	33	29	1	29
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	2	2	0	2
Agravo em Apelação Cível	0	0	0	1	0
Ação Rescisória	2	0	2	1	2
Recurso Inominado	2	0	2	0	2
Pedido de Correição	1	0	1	0	1
Reexame Necessário	1	0	1	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**6.019**	**2.161**	**9.542**	**75**	**9.559**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	694	0	451	97	450
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	4	3	1	3
Emb de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	58	51	3	51
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em AI	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em AI	0	2	2	0	2
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Medida Cautelar Incidental em AI	0	0	0	1	0
Apelação Cível em Mandado de Segurança	186	0	166	14	167
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Apelação Cível em Mandado de Segurança	0	20	16	1	16
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0

Conflito de Competência	14	0	7	0	7
Mandado de Segurança	13	0	2	6	2
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	2	2	0	2
Medida Cautelar Inominada	3	0	0	2	0
Medida Cautelar	1	0	0	1	0
Reclamação	2	0	0	0	0
Exceção de Suspeição	1	0	1	0	1
Habeas Corpus	0	0	1	0	1
Apelação Cível	4.300	0	2.945	459	2.954
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	99	89	1	89
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	28	25	0	25
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	2	2	1	2
Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	578	538	7	539
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	16	15	0	15
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	3	0	2	0
Ação Rescisória	4	0	2	1	2
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Recurso Inominado	1	0	0	0	0
Apelação / Estatuto da Criança e do Adolescente	2	0	0	0	0
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	101	0	66	32	66
Embargos de Declaração em Reexame Necessário em Mandado de Segurança	0	2	1	1	1
Reexame Necessário	269	0	194	55	194
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Reexame Necessário	0	3	2	1	2
Agravo Regimental em Reexame Necessário	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Reexame Necessário	0	51	51	0	51
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Reexame Necessário	0	1	1	0	1
Medida Cautelar Incidental em Reexame Necessário	0	1	0	0	0
Apelação Criminal em Mandado de Segurança	0	0	1	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.591**	**877**	**4.640**	**686**	**4.650**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	7	0	2	2	2
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	1	0	1	0
Apelação Criminal	1.470	0	1.263	146	1.315
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Criminal	0	5	5	0	5
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Criminal	0	2	1	1	1
Embargos de Declaração em Apelação Criminal	0	57	41	17	42

Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em Apelação Criminal	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Criminal	0	1	0	1	0
Medida Cautelar no Recurso Especial / Extraordinário em Apelação Criminal	0	1	0	0	0
Apelação Cível em Mandado de Segurança	1	0	1	0	1
Mandado de Segurança	25	0	5	17	6
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	2	2	0	2
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	0	1	0
Embargos de Declaração em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Pedido de Desaforamento	2	0	1	0	1
Apelação Criminal (Réu Preso)	745	0	693	6	708
Embargos de Declaração em Apelação Criminal (Réu Preso)	0	45	43	2	43
Emb Decl em Emb de Declaração em Apelação Criminal (Réu Preso)	0	2	1	1	1
Medida Cautelar	1	0	0	0	0
Reclamação	50	0	9	42	9
Representação	0	0	0	1	0
Termo Circunstanciado	7	0	2	0	2
Habeas Corpus	940	0	614	234	627
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Habeas Corpus	0	5	4	1	4
Emb de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	4	3	1	3
Embargos de Declaração em Habeas Corpus	0	7	3	3	3
Queixa-Crime	1	0	1	1	1
Recurso Criminal	265	0	210	43	211
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Recurso Criminal	0	2	2	0	2
Embargos de Declaração em Recurso Criminal	0	14	9	5	9
Apelação Cível	1	0	0	0	0
Conflito de Jurisdição	13	0	7	5	8
Inquérito	13	0	5	2	5
Notícia Criminal	5	0	0	2	0
Processo Crime	5	0	1	0	2
Recurso de Agravo	151	0	104	38	104
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Recurso de Agravo	0	2	1	1	1
Embargos de Declaração em Recurso de Agravo	0	1	1	0	1
Carta Testemunhável	4	0	3	4	3
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Carta Testemunhável	0	1	1	0	1
Pedido de Correição	1	0	0	1	0
Apelação / Estatuto da Criança e do Adolescente	88	0	56	4	58
Embargos de Declaração em Apelação / Estatuto da Criança e do Adolescente	0	2	2	0	2
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	3	0	2	1	2

Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico	1	0	0	1	0
Apelação Criminal em Mandado de Segurança	2	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.801**	**159**	**3.101**	**585**	**3.188**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CIVIL (JANEIRO)

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Medida Cautelar Incidental em Agravo de Instrumento	1	0	0	0	0
Mandado de Segurança	4	0	0	1	0
Habeas Corpus	6	0	0	1	0
Apelação Cível	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**12**	**0**	**0**	**2**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO (JANEIRO)

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Mandado de Segurança	6	0	0	2	0
Reclamação	1	0	0	1	0
Ação Direta de Inconstitucionalidade	9	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**16**	**0**	**0**	**3**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	1.145	0	263	317	256
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo de Instrumento	2	50	16	2	18
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em AI	0	2	1	0	1
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	6	2	5	2
Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	1	38	8	3	7
Conflito de Competência	4	0	2	1	4
Embargos de Declaração em Conflito de Competência	0	1	0	0	0
Exceção de Incompetência	2	0	1	0	1
Mandado de Segurança	6	0	4	0	4
Medida Cautelar Inominada	2	0	2	0	2
Habeas Corpus	10	0	10	1	10
Apelação Cível	4.713	0	3.506	283	3.300
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	111	117	1	115
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	5	5	0	5
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	2	1	0	1
Embargos de Declaração em Apelação Cível	22	691	499	12	494
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	5	2	0	2

Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	4	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Ação Rescisória	6	0	0	0	0
Exceção de Impedimento	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.914**	**916**	**4.440**	**625**	**4.223**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL TEMPORÁRIA DE DIREITO CIVIL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Apelação Cível	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	18	31	0	31
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	5	4	0	4
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**0**	**24**	**38**	**0**	**38**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL TEMPORÁRIA DE DIREITO COMERCIAL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Apelação Cível	3	0	3	2	3
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	1	2	0	2
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	0	2	2	0	2
Embargos de Declaração em Apelação Cível	0	4	3	5	3
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3**	**7**	**10**	**7**	**10**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CIVIL (JANEIRO)

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	0	0
Embargos de Declaração em Medida Cautelar Inominada	0	1	0	0	0
Habeas Corpus	6	0	2	0	2
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	2	0	0	0	0
Embargos de Declaração em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Petição em Apelação Cível	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**10**	**2**	**2**	**0**	**2**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA COMERCIAL (JANEIRO)

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Mandado de Segurança	2	0	0	0	0

TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	2	0	0	0	0

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA PÚBLICO (JANEIRO)

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível em Mandado de Segurança	1	0	0	0	0
Mandado de Segurança	26	0	0	5	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Reclamação	1	0	0	0	0
Agravo Regimental em Reclamação	0	1	0	0	0
Habeas Corpus	1	0	0	1	0
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	30	3	0	6	0

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL (JANEIRO)

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	2	0	0	1	0
Mandado de Segurança	6	0	0	1	0
Apelação Criminal (Réu Preso)	2	0	0	0	0
Reclamação	5	0	0	1	0
Habeas Corpus	326	0	170	8	167
Embargos de Declaração em Habeas Corpus	2	2	2	0	2
Recurso Criminal	2	0	0	0	0
Pedido de Correição	1	0	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	346	2	172	12	169

ÓRGÃO JULGADOR: ÓRGÃO ESPECIAL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	2	0	1	0	1
Argüição de Inconstitucionalidade em Agravo de Instrumento	5	0	1	0	1
Argüição de Inconstitucionalidade em Agravo de Instrumento	2	0	0	0	0
Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação Criminal	1	0	0	0	0
Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível em MS	1	0	1	0	1
Emb de Declaração em Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação em MS	1	0	1	0	1
Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível em MS	2	0	2	0	2
Emb de Declaração em Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação em MS	1	1	1	0	1
Conflito de Competência	102	0	68	6	67

Pedido de Execução do Acórdão	1	0	0	0	0
Embargos Infringentes	108	0	85	1	84
Agravo (art. 532 do CPC) em Embargos Infringentes	0	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Embargos Infringentes	0	2	1	0	1
Mandado de Segurança	63	0	28	7	28
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Mandado de Segurança	1	0	1	0	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	4	6	7	0	7
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Mandado de Segurança	1	6	5	1	5
Medida Cautelar Inominada	1	0	1	0	1
Pedido de Intervenção Federal no Estado	6	0	6	0	6
Ação Civil Pública	1	0	0	0	0
Agravo (§ 3º art.4º da Lei 8.437/92) em Pedido de Suspensão de Liminar	1	0	2	0	2
Agravo Regimental em Pedido de Suspensão de Liminar	0	2	0	2	0
Embargos de Declaração em Pedido de Suspensão de Liminar	0	1	0	2	0
Agravo (art. 15 da Lei 12.016/09) em Pedido de Suspensão de Liminar	0	0	1	0	1
Medida Cautelar	5	0	0	0	0
Reclamação	7	0	0	2	0
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Reclamação	1	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Reclamação	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Reclamação	1	0	1	0	1
Embargos de Declaração em Reclamação	2	0	1	1	1
Representação	5	0	1	1	1
Recurso de Decisão Administrativa	4	0	2	0	2
Embargos de Declaração em Recurso de Decisão Administrativa	1	0	1	0	1
Termo Circunstanciado	5	0	0	1	0
Queixa-Crime	2	0	2	0	2
Agravo Regimental em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	12	0	0	0	0
Agr Regimental no Recurso Extraordinário em Agravo (§ 1º art. 557) em Apelação	10	0	0	0	0
Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível	5	0	3	0	3
Agr Reg no Recurso Extraordinário em Emb de Declaração em Apelação Cível	3	0	0	0	0
Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível	12	0	7	2	7
Exceção de Suspeição em Apelação Cível	1	0	2	0	2
Embargos de Declaração em Exceção de Suspeição em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Ação Direta de Inconstitucionalidade	337	0	127	8	125
Pedido de Execução de Sentença em Ação Direta de Inconstitucionalidade	2	0	1	0	1
Reclamação em Ação Direta de Inconstitucionalidade	1	0	0	0	0

Agravo Regimental em Ação Direta de Inconstitucionalidade	2	1	2	0	2
Embargos de Declaração em Ação Direta de Inconstitucionalidade	10	11	16	0	16
Emb de Decl em Emb de Declaração em Ação Direta de Incostitucionalidade	2	0	2	0	2
Pedido de Exe de Honorários Advocatícios em Ação Direta de Incostitucionalidade	4	0	0	1	0
Emb Decl em Agr (parág. único art. 4º Lei 12069/01) em Ação Diret de Incostit	1	0	1	0	1
Ação Rescisória	12	0	6	0	6
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Embargos de Declaração em Ação Rescisória	0	2	2	0	2
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Ação Rescisória	1	0	1	0	1
Exceção da Verdade	1	0	1	0	1
Inquérito	16	0	8	2	6
Embargos de Declaração em Inquérito	0	1	1	0	1
Inquérito Judicial	2	0	1	0	1
Mandado de Injunção	15	0	8	2	8
Agravo Regimental em Mandado de Injunção	1	1	2	0	2
Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Mandado de Injunção	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração em Mandado de Injunção	1	6	4	1	4
Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Mandado de Injunção	1	0	0	1	0
Notícia Criminal	1	0	0	0	0
Pedido de Explicações	3	0	0	1	0
Pedido de Intervenção Estadual no Município	2	0	0	1	0
Embargos de Declaração em Pedido de Intervenção Estadual no Município	0	0	0	1	0
Processo Previsto na LOMAN/Administrativa	2	0	0	0	0
Processo Crime	6	0	3	1	3
Recurso de Decisão	15	0	6	0	6
Embargos de Declaração em Recurso de Decisão	0	1	1	0	1
Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Agravo (§ 3º art.4º da Lei 8.437/92) em	0	1	1	0	1
Pedido de Busca e Apreensão Criminal	1	0	1	0	1
Declaratória	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**820**	**47**	**433**	**45**	**427**

ÓRGÃO JULGADOR: QUINTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	410	0	0	0	0
Conflito de Competência	5	0	0	0	0
Exceção de Suspeição em Mandado de Segurança	1	0	0	0	0
Apelação Cível	4.239	0	0	0	0

Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível	1	0	0	0	0
Embargos de Declaração em Apelação Cível	3	0	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	1	0	0	0	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Ação Rescisória	7	0	0	0	0
Apelação / Estatuto da Criança e do Adolescente	1	0	0	0	0
Reexame Necessário	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.669**	**1**	**0**	**0**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: SEXTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	410	0	0	0	0
Conflito de Competência	6	0	0	0	0
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	0	0
Reclamação	1	0	0	0	0
Exceção de Suspeição	2	0	0	0	0
Apelação Cível	4.243	0	0	0	0
Agravo Regimental em Apelação Cível	1	0	0	0	0
Embargos de Declaração em Apelação Cível	4	0	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	1	0	0	0	0
Ação Rescisória	7	0	0	0	0
Apelação / Estatuto da Criança e do Adolescente	1	0	0	0	0
Reexame Necessário	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.678**	**0**	**0**	**0**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: QUINTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

CLASSE	DISTRIB. REDIST	INCIDENTES	DECISÃO ACÓRD.	DECISÃO DESP	ACÓRD. ASS
Agravo de Instrumento	108	0	0	0	0
Conflito de Competência	6	0	0	0	0
Apelação Cível	4.855	0	0	0	0
Agravo Regimental em Apelação Cível	2	0	0	0	0
Embargos de Declaração em Apelação Cível	2	0	0	0	0
Ação Rescisória	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.974**	**0**	**0**	**0**	**0**

POR MOVIMENTAÇÕES

ESTATÍSTICO POR MOVIMENTAÇÃO

PERÍODO: 01/01/2010 A 31/12/2010

MAPA: MOVIMENTAÇÃO

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Carlos Prudêncio	871	667	611	52	3	158	136
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	0	0	0	1	0	0	0
Des. Jaime Luiz Vicari	0	0	0	1	0	0	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	1	0	0	0	0	0	0
Des. Edson Ubaldo	1.175	345	330	14	3	121	128
Des. Edson Ubaldo (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Joel Figueira Júnior	1.128	391	376	20	6	161	163
Des. Joel Figueira Júnior (Cooperador Participante)	5	0	0	0	0	0	0
Des. Joel Figueira Júnior (Substituto)	13	0	0	0	0	1	1
Des. Domingos Paludo	0	0	0	1	0	0	0
Des. Domingos Paludo (Substituto)	2	0	0	0	0	3	0
Des. Carlos Alberto Civinski	0	0	0	4	0	0	0
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	1	0	0	0	0	5	1
Des. Carlos Adilson Silva	0	34	20	4	0	0	0
Des. Carlos Adilson Silva (Cooperador Participante)	157	0	0	1	5	0	0
Desa. Denise Volpato	0	504	459	15	0	0	0
Desa. Denise Volpato (Cooperador)	265	0	0	0	0	164	144
Desa. Denise Volpato (Cooperador Participante)	314	0	0	1	5	9	7
Desa. Denise Volpato (Substituto)	9	0	0	0	0	27	9
Des. Stanley da Silva Braga	1	356	323	10	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador Participante)	382	0	0	4	0	5	1
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	21	0	0	0	1	27	20
Des. Saul Steil	0	34	30	4	0	0	0
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	102	0	0	2	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.449**	**2.331**	**2.149**	**134**	**23**	**681**	**610**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Mazoni Ferreira	18	1	3	0	0	9	14
Des. Nelson Schaefer Martins	799	894	826	33	3	179	164
Des. Nelson Schaefer Martins (Cooperador Participante)	4	0	0	0	0	0	0
Des. Nelson Schaefer Martins (Substituto)	3	0	0	0	0	0	0
Des. Luiz Carlos Freyesleben	1.538	492	491	19	4	239	219

Des. Luiz Carlos Freyesleben (Substituto)	3	0	0	0	0	0	0
Des. Jaime Luiz Vicari	1	362	378	8	0	0	0
Des. Jaime Luiz Vicari (Cooperador)	489	0	0	2	1	119	102
Des. Jaime Luiz Vicari (Cooperador Participante)	405	0	0	2	0	6	4
Des. Jaime Luiz Vicari (Substituto)	8	0	0	0	0	45	15
Des. Henry Petry Junior	0	35	34	1	0	0	0
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	0	0	0	0	0	6	0
Des. Newton Janke (Titular participante)	0	0	0	0	0	1	1
Des. Sérgio Izidoro Heil	1.416	771	751	34	3	175	163
Des. Rodrigo Collaço	2	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.686**	**2.555**	**2.483**	**99**	**11**	**779**	**682**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Mazoni Ferreira	0	0	0	0	0	1	1
Des. Irineu João da Silva	1	0	0	0	0	0	0
Des. Ricardo Fontes	1.387	856	842	1	3	14	10
Des. Ricardo Fontes (Substituto)	26	0	0	0	0	0	0
Des. Salim Schead dos Santos	1.885	208	199	5	2	18	17
Des. Salim Schead dos Santos (Substituto)	4	0	0	0	0	0	0
Desa. Marli Mosimann Vargas	1	0	0	0	0	0	0
Des. Rodrigo Antônio	1.837	291	226	0	11	36	40
Des. Rodrigo Antônio (Cooperador Participante)	35	0	0	0	0	1	1
Des. Rodrigo Antônio (Substituto)	146	0	0	0	0	0	0
Des. Domingos Paludo	2	0	0	0	0	0	0
Aguardando novo titular	1	0	0	0	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski	1	0	0	0	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga	11	31	35	0	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador Participante)	1.323	0	0	0	8	5	4
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	94	0	0	0	1	5	4
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**6.754**	**1.386**	**1.302**	**6**	**25**	**80**	**77**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Pedro Manoel Abreu	1	0	0	0	0	0	0
Des. Wilson Augusto do Nascimento	1	0	0	0	0	0	0
Desa. Rejane Andersen	2.801	1.153	995	16	0	8	6
Des. Jorge Schaefer Martins	2.605	1.925	1.798	87	4	22	23

Des. Jorge Schaefer Martins (Substituto)	5	0	0	0	0	0	0
Des. Jorge Schaefer Martins (Titular participante)	297	0	0	0	0	1	3
Des. Domingos Paludo	1	0	0	0	0	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	0	0	0	2	0	0	0
Des. Robson Luz Varella	3	245	214	7	0	0	0
Des. Robson Luz Varella (Cooperador)	543	0	0	1	1	2	1
Des. Robson Luz Varella (Cooperador Participante)	606	0	0	2	3	17	11
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	9	0	0	0	0	0	0
Des. Jorge Luiz de Borba	2.912	1.323	1.254	98	4	18	17
Des. Carlos Alberto Civinski	1	0	0	0	0	0	0
Des. Altamiro de Oliveira	1	0	0	0	0	0	0
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	2	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**9.788**	**4.646**	**4.261**	**213**	**12**	**68**	**61**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Solon d´Eça Neves	0	0	0	0	2	0	0
Des. Rui Fortes	1.022	456	468	37	85	836	956
Des. Rui Fortes (Cooperador Participante)	2	0	0	0	0	0	0
Des. Rui Fortes (Substituto)	3	0	0	0	0	0	0
Des. Hilton Cunha Júnior	772	164	154	8	56	548	754
Des. Hilton Cunha Júnior (Substituto)	5	0	0	0	0	0	0
Desa. Marli Mosimann Vargas	1.438	526	507	0	83	1.013	1.107
Desa. Marli Mosimann Vargas (Substituto)	4	0	0	0	0	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Substituto)	0	0	0	0	0	0	5
Des. Robson Luz Varella	2	0	0	0	0	0	0
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	26	0	0	0	0	72	29
Des. Carlos Alberto Civinski	0	30	29	8	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski (Cooperador Participante)	111	0	0	0	2	5	8
Des. Carlos Alberto Civinski (Substituto)	173	0	0	0	0	83	56
Des. Rodrigo Collaço	10	0	0	8	0	0	0
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	83	0	0	0	6	79	112
Des. Stanley da Silva Braga	0	13	12	0	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	0	0	0	0	0	4	4
Des. Newton Varella Júnior	16	357	335	5	0	1	1
Des. Newton Varella Júnior (Cooperador)	458	0	0	0	27	550	503

Des. Newton Varella Júnior (Cooperador Participante)	151	0	0	0	6	9	19
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	462	0	0	0	35	575	347
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.738**	**1.546**	**1.505**	**66**	**302**	**3.775**	**3.902**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Sérgio Paladino	775	216	202	5	47	541	620
Des. Sérgio Paladino (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Irineu João da Silva	1.468	502	497	11	62	1.009	1.032
Des. Torres Marques	1	0	0	0	0	1	1
Des. Tulio Pinheiro	11	412	438	2	0	1	1
Des. Tulio Pinheiro (Cooperador)	870	0	0	0	55	565	624
Des. Tulio Pinheiro (Cooperador Participante)	28	0	0	0	0	20	19
Des. Tulio Pinheiro (Substituto)	401	0	0	0	12	495	441
Desa. Salete Silva Sommariva	969	373	379	18	78	783	913
Desa. Salete Silva Sommariva (Substituto)	2	0	0	0	0	0	0
Des. Robson Luz Varella	9	25	25	0	0	0	0
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	91	0	0	0	3	135	62
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	22	0	0	0	0	33	14
Des. Altamiro de Oliveira	1	19	19	0	0	1	0
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	60	0	0	0	0	86	57
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	7	0	0	0	1	18	13
Des. Saul Steil (Substituto)	3	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.719**	**1.547**	**1.560**	**36**	**258**	**3.688**	**3.797**

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Carlos Prudêncio	12	2	2	2	0	1	2
Des. Pedro Manoel Abreu	1	0	0	0	0	0	0
Des. Eládio Torret Rocha	30	2	3	2	0	7	5
Des. Nelson Schaefer Martins	23	3	3	0	0	0	0
Des. Fernando Carioni	12	18	14	2	0	1	1
Des. Luiz Carlos Freyesleben	21	3	3	1	0	1	0
Des. Marcus Tulio Sartorato	30	6	5	0	0	4	3
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	0	0	0	1	0	0	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Substituto)	0	0	0	0	0	1	1
Des. Jaime Luiz Vicari	0	2	1	0	0	0	0

Des. Jaime Luiz Vicari (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	5	13	9	2	0	0	0
Des. Edson Ubaldo	13	2	2	0	0	1	1
Des. Joel Figueira Júnior	16	3	3	4	0	0	0
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Sérgio Izidoro Heil	7	2	0	4	0	0	0
Des. Victor Ferreira	27	4	3	1	0	2	2
Des. Carlos Adilson Silva	0	6	5	0	0	0	0
Des. Carlos Adilson Silva (Substituto)	7	0	0	0	0	1	1
Desa. Denise Volpato (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	2	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**209**	**66**	**53**	**19**	**0**	**19**	**16**

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. João José Schaefer	1	0	0	0	0	0	0
Des. Carstens Köhler	1	0	0	0	0	0	0
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	7	4	4	1	0	3	3
Des. Ricardo Fontes	9	3	3	0	0	0	0
Des. Salim Schead dos Santos	8	3	2	1	0	0	0
Des. Jânio Machado	4	1	1	0	0	0	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	0	1	1	0	0	0	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Substituto)	3	0	0	0	0	0	0
Desa. Rejane Andersen	8	5	5	0	0	3	2
Des. Lédio Rosa de Andrade	1	6	6	0	0	1	1
Des. Lédio Rosa de Andrade (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Jorge Schaefer Martins	11	3	2	1	0	1	1
Des. José Carlos Carstens Köhler	12	7	5	0	0	3	4
Des. João Henrique Blasi	1	0	0	0	0	0	0
Des. Rodrigo Antônio	7	1	2	0	0	1	0
Des. José Inácio Schaefer	0	3	4	0	0	0	0
Des. José Inácio Schaefer (Substituto)	6	0	0	0	0	1	1
Des. Robson Luz Varella	0	2	2	0	0	0	0
Des. Jorge Luiz de Borba	11	10	10	1	0	1	0
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	14	4	4	0	0	0	1
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga	0	3	1	0	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**107**	**56**	**52**	**4**	**0**	**14**	**13**

ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO CIVIL

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Anselmo Cerello	1	0	0	0	0	0	0
Des. Carlos Prudêncio	1	0	0	0	0	1	0
Des. Pedro Manoel Abreu	3	0	0	0	0	1	2
Des. Cláudio Barreto Dutra	2	0	0	0	0	1	3
Des. Newton Trisotto	3	0	0	0	0	1	2
Des. Mazoni Ferreira	2	0	0	0	0	0	1
Des. Volnei Carlin	0	0	0	0	0	0	1
Des. Luiz Cézar Medeiros	2	0	0	0	0	1	1
Des. Vanderlei Romer	3	0	0	0	0	1	2
Des. Eládio Torret Rocha	0	0	0	0	0	3	3
Des. Wilson Augusto do Nascimento	9	0	0	0	0	0	0
Des. Nelson Schaefer Martins	0	0	0	0	0	0	1
Des. José Volpato de Souza	1	1	1	0	0	0	0
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	4	0	0	0	0	1	1
Des. Fernando Carioni	3	0	0	0	0	2	2
Des. Luiz Carlos Freyesleben	1	0	0	0	0	2	2
Des. Marcus Tulio Sartorato	11	0	0	0	0	0	0
Des. Cesar Abreu	0	0	0	0	0	0	1
Desa. Salete Silva Sommariva	1	0	0	0	0	0	0
Des. Ricardo Fontes	5	0	0	0	0	1	3
Des. Salim Schead dos Santos	2	1	1	0	0	1	1
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	21	0	0	0	0	3	2
Des. Edson Ubaldo	0	0	0	0	0	0	1
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	1	0	0	0	0	0	0
Des. Joel Figueira Júnior	9	0	0	0	0	0	0
Des. Joel Figueira Júnior (Titular participante)	5	0	0	0	0	0	0
Des. Cid Goulart	0	0	0	0	0	1	1
Desa. Rejane Andersen	1	0	0	0	0	1	1
Des. Jaime Ramos	1	0	0	0	0	2	3
Des. Newton Janke	7	0	0	0	0	2	4
Des. Lédio Rosa de Andrade	1	0	0	0	0	0	0
Des. Jorge Schaefer Martins	0	0	0	0	0	1	1
Des. Sérgio Izidoro Heil	2	0	0	0	0	0	1
Des. José Carlos Carstens Köhler	3	0	0	0	0	1	1
Des. João Henrique Blasi	2	0	0	0	0	2	2
Des. Rodrigo Antônio	1	0	0	0	0	1	0
Des. Jorge Luiz de Borba	3	0	0	0	0	2	2
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	6	0	0	0	0	0	0
Des. Victor Ferreira	1	0	0	0	0	1	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	118	2	2	0	0	33	46

ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO CRIMINAL

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Sérgio Paladino	33	2	2	1	1	34	30
Des. Sérgio Paladino (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Irineu João da Silva	44	31	30	2	1	48	45
Des. Torres Marques	24	21	20	2	0	22	20
Des. Rui Fortes	35	7	7	1	1	33	36
Des. Tulio Pinheiro	1	5	10	0	0	0	0
Des. Tulio Pinheiro (Substituto)	3	0	0	0	0	5	5
Desa. Salete Silva Sommariva	37	16	13	2	0	34	36
Des. Hilton Cunha Júnior	15	3	3	0	0	33	38
Des. Hilton Cunha Júnior (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Roberto Lucas Pacheco (Substituto)	0	0	0	0	0	2	1
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	63	8	8	1	1	43	44
Des. Alexandre d'Ivanenko	9	23	23	0	0	36	30
Desa. Marli Mosimann Vargas	25	23	16	0	0	18	19
Des. Robson Luz Varella	0	1	1	0	0	0	0
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	1	0	0	0	0	5	1
Des. Carlos Alberto Civinski (Substituto)	2	0	0	0	0	1	0
Des. Rodrigo Collaço	0	1	1	0	0	0	0
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	0	0	0	0	0	3	2
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	2	0	0	0	0	2	1
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	1	0	0	0	0	1	0
Des. Newton Varella Júnior	0	10	10	0	0	0	0
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	8	0	0	0	1	21	10
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**305**	**151**	**144**	**9**	**5**	**341**	**318**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. João José Schaefer	0	0	0	0	0	1	0
Des. Gaspar Rubik	6	0	0	0	0	5	5
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**6**	**0**	**0**	**0**	**0**	**6**	**5**

ÓRGÃO JULGADOR: PRESIDÊNCIA

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Trindade dos Santos	1	0	0	0	92	1	0
Des. Souza Varella	0	0	0	0	3	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**1**	**0**	**0**	**0**	**95**	**1**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: PLANTÃO JUDICIÁRIO

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Tulio Pinheiro (Titular participante)	35	0	0	0	0	4	0
Desa. Sônia Maria Schmitz (Titular participante)	11	0	0	0	0	0	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Titular participante)	13	0	0	0	0	1	1
Des. Jaime Luiz Vicari (Titular participante)	7	0	0	0	0	0	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Titular participante)	4	0	0	0	0	0	0
Des. Henry Petry Junior (Titular participante)	3	0	0	0	0	0	0
Des. Roberto Lucas Pacheco (Titular participante)	3	0	0	0	0	0	0
Des. José Inácio Schaefer (Titular participante)	4	0	0	0	0	1	0
Des. Ricardo Roesler (Titular participante)	25	0	0	0	0	0	0
Des. Domingos Paludo	7	0	0	0	0	20	26
Des. Paulo Roberto Sartorato (Titular participante)	7	0	0	0	0	1	1
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Titular participante)	49	0	0	0	0	2	2
Des. Robson Luz Varella	25	0	0	0	0	0	0
Des. Robson Luz Varella (Titular participante)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski (Titular participante)	6	0	0	0	0	2	2
Des. Luiz Fernando Boller (Titular participante)	45	0	0	0	0	18	19
Des. Rodrigo Collaço (Titular participante)	16	0	0	0	0	0	0
Des. Carlos Adilson Silva (Titular participante)	12	0	0	0	0	7	7
Desa. Denise Volpato (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Desa. Denise Volpato (Titular participante)	12	0	0	0	0	4	4
Des. Altamiro de Oliveira (Titular participante)	6	0	0	0	0	13	14
Des. Stanley da Silva Braga (Titular participante)	13	0	0	0	0	3	3
Des. Newton Varella Júnior (Titular participante)	5	0	0	0	0	5	5
Des. Saul Steil (Titular participante)	13	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**323**	**0**	**0**	**0**	**0**	**81**	**84**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Newton Trisotto	1.245	1.808	1.757	56	1	479	461
Des. Newton Trisotto (Cooperador)	1	0	0	0	0	0	0

Des. Newton Trisotto (Substituto)	10	0	0	0	0	0	0
Des. Volnei Carlin	1	0	0	0	0	1	0
Des. Vanderlei Romer	1.231	876	826	22	11	736	716
Des. Vanderlei Romer (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	1.193	709	630	22	7	656	650
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	0	1	21	1	0	0	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Substituto)	2	0	0	0	0	36	3
Des. Nicanor da Silveira	0	0	0	0	0	1	0
Des. Jaime Luiz Vicari	0	0	0	1	0	0	0
Des. Jaime Luiz Vicari (Substituto)	0	0	0	0	0	20	3
Des. Ricardo Roesler (Substituto)	0	0	0	0	0	1	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	6	20	18	27	0	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador)	1.396	0	0	2	1	557	489
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador Participante)	171	0	0	2	0	3	10
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Substituto)	9	0	0	0	0	157	60
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.267**	**3.414**	**3.252**	**133**	**20**	**2.647**	**2.392**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Orli Rodrigues	1	0	0	0	0	0	0
Des. Newton Trisotto	1	0	0	0	0	0	0
Des. Cesar Abreu	0	0	0	0	0	3	4
Des. Cid Goulart	1.269	1.296	1.221	37	3	1.188	1.198
Des. Jaime Ramos (Cooperador Participante)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Newton Janke	1.469	839	752	41	18	511	507
Des. Newton Janke (Cooperador)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Newton Janke (Cooperador Participante)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Jorge Schaefer Martins	1	0	0	0	0	0	0
Des. João Henrique Blasi	1.474	925	876	16	6	556	499
Des. Ricardo Roesler	1	253	252	14	0	0	0
Des. Ricardo Roesler (Cooperador)	1.503	0	0	4	20	681	618
Des. Ricardo Roesler (Cooperador Participante)	30	0	0	1	0	0	1
Des. Ricardo Roesler (Substituto)	6	0	0	0	0	132	41
Des. Carlos Alberto Civinski	1	22	20	0	0	0	0
Des. Rodrigo Collaço	0	0	0	2	0	0	0
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	0	0	0	0	0	7	0
Des. Stanley da Silva Braga	1	0	0	0	0	0	0

Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	0	0	0	0	0	10	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	5.760	3.335	3.121	115	47	3.088	2.868

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Pedro Manoel Abreu	220	13	13	1	0	85	82
Des. Pedro Manoel Abreu (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Pedro Manoel Abreu (Titular participante)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Orli Rodrigues	1	0	0	0	0	0	1
Des. Cláudio Barreto Dutra	188	20	20	0	0	67	67
Des. Newton Trisotto	158	0	0	8	0	40	40
Des. Volnei Carlin	2	0	0	0	0	0	0
Des. Luiz Cézar Medeiros	250	29	24	0	0	44	42
Des. Luiz Cézar Medeiros (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Vanderlei Romer	212	17	17	4	0	64	61
Des. Wilson Augusto do Nascimento	181	13	13	1	0	47	45
Des. José Volpato de Souza	185	20	17	1	0	67	63
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	210	11	12	0	0	52	52
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Rui Fortes	0	0	1	0	0	0	0
Des. Cesar Abreu	1	0	0	0	0	0	0
Desa. Sônia Maria Schmitz	0	5	5	0	0	0	0
Desa. Sônia Maria Schmitz (Substituto)	22	0	0	0	0	8	4
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	0	0	0	0	0	1	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Substituto)	2	0	0	0	0	0	0
Des. Jânio Machado (Substituto)	3	0	0	0	0	0	0
Des. Jaime Luiz Vicari	1	0	0	0	0	0	0
Des. Jaime Luiz Vicari (Substituto)	8	0	0	0	0	5	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	2	0	0	0	0	0	0
Des. Cid Goulart	256	14	12	3	0	101	96
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	3	0	0	0	0	0	0
Des. Jaime Ramos	167	13	16	2	0	50	51
Des. Jaime Ramos (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Newton Janke	171	16	16	9	0	53	47
Des. João Henrique Blasi	253	18	17	2	0	60	60
Des. Ricardo Roesler	3	0	0	0	0	0	0
Des. Ricardo Roesler (Substituto)	14	0	0	0	0	2	2
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	7	4	4	0	0	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador Participante)	1	0	0	0	0	0	0

Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Substituto)	62	0	0	0	0	11	13
Des. Rodrigo Collaço	2	2	1	0	0	0	0
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	20	0	0	0	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**2.611**	**195**	**188**	**31**	**0**	**757**	**726**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDO VICE-PRESIDENTE

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Silveira Lenzi	0	0	0	0	0	1	0
Des. Cláudio Barreto Dutra	0	0	0	0	0	137	120
Des. Solon d´Eça Neves	0	0	0	0	0	430	369
Des. Mazoni Ferreira	0	0	0	0	0	10.300	9674
Des. Volnei Carlin	0	0	0	0	0	5	1
Des. Monteiro Rocha	0	0	0	0	0	3	3
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**10.876**	**10.167**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA CIVIL ESPECIAL

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Eládio Torret Rocha	1	0	0	0	0	0	0
Des. Nelson Schaefer Martins	0	0	0	6	0	0	0
Des. Nelson Schaefer Martins (Titular participante)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Monteiro Rocha	1	0	0	3	0	1	1
Des. Jaime Luiz Vicari	1	0	0	0	0	1	0
Desa. Rejane Andersen	1	0	0	0	0	0	0
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Domingos Paludo	3.159	0	0	15	1	52	42
Des. Domingos Paludo (Substituto)	9	0	0	0	0	0	0
Des. Paulo Roberto Sartorato	1.348	0	0	2	0	26	26
Des. Paulo Roberto Sartorato (Substituto)	23	0	0	0	0	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Substituto)	2	0	0	0	0	0	0
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	30	0	0	0	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski	2.851	0	0	16	0	34	38
Des. Carlos Alberto Civinski (Cooperador)	2	0	0	0	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski (Substituto)	39	0	0	0	0	0	0
Des. Luiz Fernando Boller	2.601	0	0	4	0	38	37
Des. Luiz Fernando Boller (Substituto)	64	0	0	0	0	0	0
Des. Rodrigo Collaço	920	0	0	11	0	5	3
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	42	0	0	0	0	1	1
Des. Carlos Adilson Silva (Substituto)	38	0	0	0	0	0	0

Desa. Denise Volpato	1	0	0	0	0	0	0
Desa. Denise Volpato (Substituto)	34	0	0	0	0	1	1
Des. Altamiro de Oliveira	113	0	0	0	0	0	0
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	403	0	0	0	0	4	4
Des. Saul Steil	896	0	0	0	0	4	4
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**1.2582**	**0**	**0**	**57**	**1**	**167**	**157**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Orli Rodrigues	0	0	0	0	0	1	1
Des. Solon d´Eça Neves	0	0	0	0	0	1	1
Des. Mazoni Ferreira	0	0	0	0	0	2	1
Des. Nelson Schaefer Martins	0	0	0	0	0	11	10
Des. Monteiro Rocha	2	0	0	0	0	109	104
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**2**	**0**	**0**	**0**	**0**	**124**	**117**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Volnei Carlin	55	0	0	0	0	4	6
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	2.013	1.546	1.222	90	1	22	17
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Jânio Machado	1305	488	474	26	1	8	8
Des. Jânio Machado (Cooperador)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	49	487	593	45	0	0	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Cooperador)	1.589	0	0	3	5	5	4
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Cooperador Participante)	284	0	0	0	0	1	2
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Substituto)	248	0	0	2	0	10	5
Des. Hilton Cunha Júnior	7	0	0	0	0	0	0
Desa. Rejane Andersen	2	0	0	0	0	0	0
Des. Henry Petry Junior	1	0	0	0	0	0	0
Des. Domingos Paludo	1	0	0	1	0	0	0
Des. Domingos Paludo (Cooperador Participante)	189	0	0	9	0	1	1
Des. Robson Luz Varella	0	1	1	0	0	0	0
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	2.047	1.332	1.400	22	8	28	27
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein (Substituto)	3	0	0	0	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski (Cooperador Participante)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Rodrigo Collaço	1	0	0	0	0	0	0

Des. Altamiro de Oliveira	0	0	1	2	0	0	0
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	3	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**7.800**	**3.854**	**3.691**	**200**	**15**	**79**	**70**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Fernando Carioni	1.614	1.332	1279	9	1	195	170
Des. Marcus Tulio Sartorato	1.473	869	881	20	1	161	133
Des. Marcus Tulio Sartorato (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	1.227	806	789	33	6	189	167
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta (Substituto)	3	0	0	0	0	0	0
Des. Henry Petry Junior	0	227	223	5	0	0	0
Des. Henry Petry Junior (Cooperador)	1.185	0	0	0	6	167	163
Des. Henry Petry Junior (Cooperador Participante)	41	0	0	0	1	1	1
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	0	0	0	0	0	20	7
Des. Paulo Roberto Sartorato	1	0	0	0	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Rodrigo Collaço	1	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.547**	**3.234**	**3.172**	**67**	**15**	**733**	**641**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Pedro Manoel Abreu	1.238	1.477	1.317	5	2	685	623
Des. Luiz Cézar Medeiros	1.071	897	858	28	3	671	625
Des. Luiz Cézar Medeiros (Cooperador)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Wilson Augusto do Nascimento	1.515	672	659	16	1	585	578
Desa. Sônia Maria Schmitz	20	522	519	13	0	0	0
Desa. Sônia Maria Schmitz (Cooperador)	49	0	0	0	0	2	1
Desa. Sônia Maria Schmitz (Cooperador Participante)	961	0	0	1	3	24	30
Desa. Sônia Maria Schmitz (Substituto)	190	0	0	0	0	307	266
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador)	1	0	0	0	0	1	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.046**	**3.568**	**3.353**	**63**	**9**	**2.275**	**2.124**

ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Carlos Prudêncio	0	0	0	0	0	1	1
Des. Pedro Manoel Abreu	0	0	0	0	0	1	2

Des. Souza Varella	0	0	0	0	0	0	1
Des. Souza Varella (Titular participante)	3	0	0	0	0	0	2
Des. Cláudio Barreto Dutra	0	0	0	0	0	0	1
Des. Newton Trisotto	2	0	0	1	0	0	1
Des. Sérgio Paladino	0	0	0	0	0	1	1
Des. Mazoni Ferreira	0	0	0	0	0	0	1
Des. Mazoni Ferreira (Titular participante)	0	0	0	0	0	1	0
Des. Irineu João da Silva	0	0	0	0	0	1	2
Des. Luiz Cézar Medeiros	0	0	0	1	0	0	1
Des. Eládio Torret Rocha	0	0	0	0	0	1	2
Des. Wilson Augusto do Nascimento	0	0	0	0	0	1	3
Des. José Volpato de Souza	0	0	0	0	0	0	1
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	3	0	0	0	0	0	0
Des. Monteiro Rocha (Titular participante)	0	0	0	0	0	0	1
Des. Fernando Carioni	4	0	0	0	0	1	3
Des. Torres Marques	3	0	0	0	0	1	1
Des. Luiz Carlos Freyesleben	2	0	0	0	0	1	1
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	2	0	0	1	0	0	1
Des. Marcus Tulio Sartorato	10	0	0	0	0	1	4
Des. Cesar Abreu	0	0	0	1	0	4	3
Desa. Salete Silva Sommariva	3	0	0	0	0	2	3
Des. Ricardo Fontes	2	0	0	0	0	1	4
Des. Salim Schead dos Santos	0	0	0	0	0	1	2
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	0	0	0	0	0	1	1
Des. Edson Ubaldo	2	0	0	0	0	3	6
Des. Edson Ubaldo (Titular participante)	4	0	0	0	0	3	3
Des. Joel Figueira Júnior	7	0	0	0	0	1	1
Des. Cid Goulart	1	0	0	0	0	0	0
Des. Hilton Cunha Júnior	2	0	0	0	0	0	3
Desa. Rejane Andersen	1	0	0	0	0	1	2
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	2	0	0	0	0	0	0
Des. Jaime Ramos	0	0	0	0	0	1	1
Des. Alexandre d'Ivanenko	9	0	0	0	0	0	0
Des. Newton Janke	0	0	0	0	0	0	1
Des. Lédio Rosa de Andrade	0	0	0	0	0	1	1
Des. Jorge Schaefer Martins	0	0	0	0	0	1	2
Desa. Marli Mosimann Vargas	4	0	0	0	0	3	2
Des. Sérgio Izidoro Heil	2	0	0	0	0	0	1
Des. José Carlos Carstens Köhler	0	0	0	0	0	0	1
Des. João Henrique Blasi	1	0	0	0	0	0	0
Des. Rodrigo Antônio	0	0	0	0	0	1	1
Des. Jorge Luiz de Borba	3	0	0	0	0	2	4

Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	4	0	0	0	0	0	0
Des. Victor Ferreira	0	0	0	0	0	1	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**76**	**0**	**0**	**4**	**0**	**38**	**73**

ÓRGÃO JULGADOR: NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Marcus Tulio Sartorato (Titular participante)	1	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Souza Varella	1	33	29	0	0	7	4
Des. Souza Varella (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Eládio Torret Rocha	1.382	569	538	6	7	160	150
Des. Monteiro Rocha	3	0	0	0	1	5	7
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	2	360	348	9	0	0	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Cooperador)	879	0	0	0	3	149	139
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Cooperador Participante)	298	0	0	0	4	5	5
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Substituto)	12	0	0	0	0	53	22
Des. Roberto Lucas Pacheco	0	13	13	0	0	0	0
Des. Domingos Paludo	1	0	0	0	0	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	2	0	0	0	0	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Substituto)	2	0	0	0	0	1	0
Des. Victor Ferreira	1.002	786	762	13	23	194	181
Des. Victor Ferreira (Substituto)	4	0	0	0	0	0	0
Des. Carlos Adilson Silva	1	516	510	8	0	0	0
Des. Carlos Adilson Silva (Substituto)	1.071	0	0	1	7	130	145
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador Participante)	10	0	0	0	0	0	0
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	0	0	0	0	0	5	1
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	4	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.675**	**2.277**	**2.200**	**37**	**45**	**709**	**654**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Carstens Köhler (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Cesar Abreu	3	97	97	2	0	0	0

Des. Cesar Abreu (Cooperador Participante)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Lédio Rosa de Andrade	2.988	1.119	1.070	6	6	4	4
Des. Lédio Rosa de Andrade (Substituto)	4	0	0	0	0	0	0
Des. Lédio Rosa de Andrade (Titular participante)	145	0	0	1	0	1	1
Des. José Carlos Carstens Köhler	3.091	1.871	1.827	0	6	15	13
Des. José Carlos Carstens Köhler (Substituto)	10	0	0	0	0	0	0
Des. José Carlos Carstens Köhler (Titular participante)	62	0	0	0	0	0	0
Des. João Henrique Blasi	8	0	1	0	0	0	1
Des. José Inácio Schaefer	0	2.030	2.010	8	0	0	0
Des. José Inácio Schaefer (Cooperador)	542	0	0	0	0	1	1
Des. José Inácio Schaefer (Cooperador Participante)	1.243	0	0	2	0	8	8
Des. José Inácio Schaefer (Substituto)	1.257	0	0	0	1	9	7
Des. Domingos Paludo	0	0	0	3	0	0	0
Des. Domingos Paludo (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Altamiro de Oliveira	8	1.552	1.492	3	0	0	0
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador)	1.149	0	0	1	3	4	4
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador Participante)	733	0	0	1	1	1	1
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Saul Steil	1	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**11.248**	**6.669**	**6.497**	**27**	**17**	**43**	**40**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Wilson Guarany	0	0	1	0	0	0	0
Des. Cláudio Barreto Dutra	1.855	890	884	3	10	1.264	1.182
Des. Cláudio Barreto Dutra (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. José Volpato de Souza	1.400	629	626	3	2	748	707
Des. Jânio Machado	0	292	292	3	0	0	0
Des. Jânio Machado (Cooperador)	350	0	0	0	1	207	229
Des. Jânio Machado (Cooperador Participante)	104	0	0	0	0	2	5
Des. Jânio Machado (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	4	0	0	0	0	21	5
Des. Jaime Ramos	1.587	1.062	1.050	14	1	678	634
Des. Jaime Ramos (Titular participante)	13	0	0	0	0	0	0
Des. Rodrigo Collaço	6	477	475	4	0	0	0
Des. Rodrigo Collaço (Cooperador)	540	0	0	0	7	486	394

Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	49	0	0	0	0	106	41
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.910**	**3.350**	**3.328**	**27**	**21**	**3.512**	**3.197**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Torres Marques	992	474	465	24	15	891	946
Des. Torres Marques (Cooperador)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Torres Marques (Cooperador Participante)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	0	0	0	1	0	0	0
Des. Roberto Lucas Pacheco	1	446	460	10	0	1	1
Des. Roberto Lucas Pacheco (Cooperador)	790	0	0	0	54	813	791
Des. Roberto Lucas Pacheco (Cooperador em Substituição)	138	0	0	0	4	15	37
Des. Roberto Lucas Pacheco (Cooperador Participante)	60	0	0	0	1	9	16
Des. Roberto Lucas Pacheco (Substituto)	44	0	0	0	0	55	33
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	1.188	418	406	20	48	863	943
Des. Alexandre d'Ivanenko	1.158	405	408	9	50	931	993
Des. Ricardo Roesler	0	0	0	1	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.373**	**1.743**	**1.739**	**65**	**172**	**3.578**	**3.760**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CIVIL (JANEIRO)

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Fernando Carioni	5	0	0	0	0	1	1
Des. Marcus Tulio Sartorato	3	0	0	0	0	1	1
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	1	0	0	0	0	1	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**9**	**0**	**0**	**0**	**0**	**3**	**3**

ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO (JANEIRO)

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Carlos Prudêncio	2	0	0	0	0	0	0
Des. Sérgio Paladino	1	0	0	0	0	0	0
Des. Irineu João da Silva	0	0	0	0	0	0	1
Des. Fernando Carioni	0	0	0	0	0	1	1
Des. Marcus Tulio Sartorato	1	0	0	0	0	1	1
Des. Cesar Abreu	0	0	0	0	0	1	1
Des. Joel Figueira Júnior	1	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5**	**0**	**0**	**0**	**0**	**3**	**4**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA PÚBLICO (JANEIRO)

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Cid Goulart	1	0	0	0	0	0	0
Des. Newton Janke	5	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**6**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL (JANEIRO)

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Roberto Lucas Pacheco	1	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Cesar Abreu	126	999	867	7	0	0	0
Des. Cesar Abreu (Titular participante)	553	0	0	0	0	3	7
Des. Edson Ubaldo	58	359	314	2	0	3	6
Des. Edson Ubaldo (Titular participante)	207	0	0	0	0	46	58
Des. Jorge Luiz de Borba	105	1.153	1.072	23	0	0	0
Des. Jorge Luiz de Borba (Titular participante)	878	0	0	0	0	0	0
Des. Altamiro de Oliveira	0	15	15	1	0	0	0
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador Participante)	5	0	0	0	0	0	0
Des. Saul Steil	0	782	686	0	0	0	0
Des. Saul Steil (Cooperador)	1.899	0	0	0	0	64	61
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	51	0	0	0	0	0	1
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	0	558	494	1	0	0	0
Des. Gilberto Gomes de Oliveira (Cooperador)	1.806	0	0	0	0	67	52
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	0	84	84	0	0	0	0
Des. Jairo Fernandes Gonçalves (Cooperador)	133	0	0	0	0	9	12
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.821**	**3.950**	**3.532**	**34**	**0**	**192**	**197**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL TEMPORÁRIA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Luiz Cézar Medeiros	11	1	1	0	0	0	0
Des. Jânio Machado	1	0	0	0	0	0	1
Des. Ricardo Roesler (Cooperador)	3	0	0	0	0	0	0
Des. Domingos Paludo	22	0	0	0	0	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador Participante)	4	0	0	0	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**41**	**1**	**1**	**0**	**1**	**0**	**1**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL TEMPORÁRIA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	1	0	0	0	0	0	0
Des. Ricardo Fontes	2	0	0	0	0	0	0
Des. Salim Schead dos Santos (Cooperador Participante)	5	0	0	0	0	0	0
Des. Rodrigo Antônio	0	1	1	0	0	0	0
Des. Rodrigo Collaço	5	0	0	0	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga	0	2	2	0	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador)	2	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**15**	**3**	**3**	**0**	**0**	**0**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CIVIL (JANEIRO)

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Carlos Prudêncio	3	0	0	0	0	0	0
Des. Edson Ubaldo	1	0	0	0	0	1	1
Des. Carlos Adilson Silva (Cooperador)	3	0	0	0	0	2	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**7**	**0**	**0**	**0**	**0**	**3**	**3**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA PÚBLICO (JANEIRO)

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Newton Trisotto	11	0	0	0	0	1	1
Des. Vanderlei Romer	12	0	0	0	0	7	6
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	7	0	0	0	0	1	1
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador)	9	0	0	0	0	5	5
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**39**	**0**	**0**	**0**	**0**	**14**	**13**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL (JANEIRO)

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Sérgio Paladino	91	0	0	0	0	44	43
Des. Irineu João da Silva	114	0	0	0	0	44	42
Des. Tulio Pinheiro	0	0	0	1	0	0	0
Des. Tulio Pinheiro (Cooperador)	101	0	0	0	0	39	38
Desa. Salete Silva Sommariva	67	0	0	0	0	42	42
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**373**	**0**	**0**	**1**	**0**	**169**	**165**

ÓRGÃO JULGADOR: ÓRGÃO ESPECIAL

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Carlos Prudêncio	18	5	3	0	0	5	6

Des. Gaspar Rubik	0	0	0	0	0	1	1
Des. Gaspar Rubik (Titular participante)	1	0	0	0	0	0	0
Des. Pedro Manoel Abreu	18	6	6	0	0	5	5
Des. Trindade dos Santos	2	0	0	0	0	0	0
Des. Trindade dos Santos (Titular participante)	8	0	0	0	0	0	1
Des. Cláudio Barreto Dutra	21	1	0	0	0	3	16
Des. Newton Trisotto	28	3	3	5	0	7	11
Des. Sérgio Paladino	23	2	2	0	0	3	17
Des. Mazoni Ferreira	0	0	0	1	0	0	0
Des. Irineu João da Silva	31	4	3	0	0	6	22
Des. Luiz Cézar Medeiros	32	6	6	6	0	4	14
Des. Vanderlei Romer	19	4	4	1	0	13	13
Des. Vanderlei Romer (Substituto)	16	0	0	0	0	3	6
Des. Eládio Torret Rocha	23	4	4	0	0	8	12
Des. Wilson Augusto do Nascimento (Substituto)	16	0	0	0	0	3	5
Des. Nelson Schaefer Martins	28	7	7	0	0	7	18
Des. José Volpato de Souza	27	2	2	1	0	9	13
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	0	4	4	0	0	0	0
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz (Substituto)	5	0	0	0	0	5	6
Des. Monteiro Rocha	0	0	0	1	0	0	0
Des. Fernando Carioni	33	2	2	0	0	17	21
Des. Cesar Abreu	18	4	4	4	0	10	13
Desa. Salete Silva Sommariva	30	3	3	0	0	11	11
Des. Ricardo Fontes	35	4	4	1	0	13	26
Des. Edson Ubaldo	8	4	4	1	0	2	6
Des. Jaime Ramos	45	1	1	1	0	9	19
Des. Newton Janke	26	3	3	5	1	3	12
Des. Lédio Rosa de Andrade	33	4	4	2	0	15	21
Des. Sérgio Izidoro Heil	20	4	3	0	0	7	12
Des. João Henrique Blasi (Substituto)	6	0	0	0	0	1	1
Des. Jorge Luiz de Borba (Substituto)	3	0	0	0	0	0	0
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	1	0	0	0	0	0	0
Des. Victor Ferreira (Substituto)	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**574**	**77**	**72**	**29**	**1**	**170**	**309**

ÓRGÃO JULGADOR: QUINTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Desa. Sônia Maria Schmitz	0	0	0	0	0	2	0
Des. Henry Petry Junior	0	0	0	0	0	3	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**5**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: SEXTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL							
MAGISTRADO	DESPACHO RELATOR	DESPACHO REVISOR	VOTO REVISOR	PEDIDO DE VISTAS	DILIG. P/ DESPACHO	VISTAS À PGJ	VOLTA DA PGJ
Des. Jaime Luiz Vicari	0	0	0	0	0	1	0
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	0	0	0	0	0	5	0
Aguarda nomeação JSG (§ 2º art. 1º AR 110/10)	0	0	0	0	0	2	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	0	0	0	0	0	8	0

POR ÓRGÃO E DESEMBARGADOR

ESTATÍSTICO POR MOVIMENTAÇÃO

PERÍODO: 01/01/2010 A 31/12/2010

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL					
MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Carlos Prudêncio	1.118	200	771	390	745
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Substituto)	0	0	0	1	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	0	1	0	0	0
Des. Edson Ubaldo	699	135	972	13	972
Des. Edson Ubaldo (Substituto)	0	0	1	0	0
Des. Joel Figueira Júnior	1.035	84	826	29	861
Des. Joel Figueira Júnior (Cooperador Participante)	0	2	5	0	0
Des. Joel Figueira Júnior (Substituto)	0	1	6	1	0
Des. Domingos Paludo (Substituto)	16	0	0	0	0
Des. Rodrigo Collaço	0	0	0	0	1
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	73	7	1	0	0
Des. Carlos Adilson Silva	0	0	0	0	129
Des. Carlos Adilson Silva (Cooperador Participante)	6	25	128	0	0
Desa. Denise Volpato	0	0	0	0	358
Desa. Denise Volpato (Cooperador)	1.225	9	163	2	0
Desa. Denise Volpato (Cooperador Participante)	0	20	187	0	0
Desa. Denise Volpato (Substituto)	253	9	7	0	0
Des. Stanley da Silva Braga	0	0	0	3	335
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador)	0	0	0	1	0
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador Participante)	17	41	322	3	0
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	239	0	18	5	0
Des. Saul Steil	0	0	0	0	99
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	0	10	99	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	4.681	544	3.506	448	3.500

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Mazoni Ferreira	67	66	1	58	31
Des. Nelson Schaefer Martins	896	81	540	314	548
Des. Nelson Schaefer Martins (Substituto)	0	2	2	11	0
Des. Monteiro Rocha	0	1	0	0	2
Des. Luiz Carlos Freyesleben	1.257	446	1.372	973	1.391
Des. Luiz Carlos Freyesleben (Substituto)	0	1	1	11	0
Des. Jaime Luiz Vicari	0	0	0	0	841
Des. Jaime Luiz Vicari (Cooperador)	870	62	371	221	0
Des. Jaime Luiz Vicari (Cooperador Participante)	2	69	369	33	0
Des. Jaime Luiz Vicari (Substituto)	355	42	5	12	0
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	42	0	0	1	0
Des. Newton Janke (Titular participante)	0	1	0	0	0
Des. Sérgio Izidoro Heil	1.156	251	1.162	677	1.167
Des. Carlos Alberto Civinski	0	1	0	0	0
Des. Luiz Fernando Boller	0	0	0	1	0
Des. Rodrigo Collaço	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.646**	**1.023**	**3.823**	**2.312**	**3.980**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. João Martins	0	1	0	0	0
Des. Ricardo Fontes	1.750	1.094	1.094	1.581	1.120
Des. Ricardo Fontes (Substituto)	0	26	26	2	0
Des. Salim Schead dos Santos	1.849	1.143	1.467	1.360	1.469
Des. Salim Schead dos Santos (Cooperador Participante)	0	0	0	1	0
Des. Salim Schead dos Santos (Substituto)	0	0	0	7	0
Desa. Marli Mosimann Vargas (Substituto)	0	0	0	1	0
Desa. Marli Mosimann Vargas (Titular participante)	0	1	0	1	0
Des. Rodrigo Antônio	1.760	936	1.171	1.725	1.340
Des. Rodrigo Antônio (Cooperador Participante)	0	14	32	11	0
Des. Rodrigo Antônio (Substituto)	0	101	138	10	0
Des. Paulo Roberto Sartorato (Substituto)	0	1	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski	1	0	0	0	0
Des. Luiz Fernando Boller	0	1	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga	0	8	1	0	1.049
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador Participante)	35	238	980	85	0
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	715	176	51	12	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**6.110**	**3.740**	**4.960**	**4.796**	**4.978**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.

Des. Trindade dos Santos	0	1	0	0	0
Des. Wilson Augusto do Nascimento	0	9	0	0	0
Des. Nelson Schaefer Martins	0	1	0	0	0
Desa. Rejane Andersen	1.405	332	1.821	103	1.709
Des. Jorge Schaefer Martins	1.633	563	1.944	320	2.472
Des. Jorge Schaefer Martins (Substituto)	0	3	3	5	0
Des. Jorge Schaefer Martins (Titular participante)	0	46	231	18	0
Des. Sérgio Izidoro Heil	0	1	0	0	0
Des. Sérgio Izidoro Heil (Titular participante)	0	0	0	1	0
Des. Domingos Paludo	1	0	0	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	0	0	0	0	1
Des. Robson Luz Varella	0	0	0	0	901
Des. Robson Luz Varella (Cooperador)	1.118	93	366	16	0
Des. Robson Luz Varella (Cooperador Participante)	7	134	461	21	0
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	282	86	4	0	0
Des. Jorge Luiz de Borba	1.620	390	2.323	100	2.330
Des. Saul Steil	0	1	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**6.066**	**1.660**	**7.153**	**584**	**7.413**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Rui Fortes	808	8	726	54	729
Des. Rui Fortes (Substituto)	0	0	0	2	0
Des. Hilton Cunha Júnior	467	4	471	106	472
Desa. Marli Mosimann Vargas	964	47	1.062	23	1.054
Des. Robson Luz Varella	0	0	0	3	15
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	86	4	14	2	0
Des. Carlos Alberto Civinski	0	0	0	0	270
Des. Carlos Alberto Civinski (Cooperador Participante)	2	5	109	1	0
Des. Carlos Alberto Civinski (Substituto)	94	6	162	0	0
Des. Rodrigo Collaço	0	0	0	0	58
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	90	3	59	3	0
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	0	0	16
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	7	0	0	0	0
Des. Newton Varella Júnior	0	0	0	1	644
Des. Newton Varella Júnior (Cooperador)	594	4	249	12	0
Des. Newton Varella Júnior (Cooperador Participante)	5	11	129	1	0
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	605	24	260	11	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.722**	**116**	**3.241**	**219**	**3.258**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Sérgio Paladino	511	17	532	4	536

Des. Irineu João da Silva	1.045	62	1095	1	1.101
Des. Tulio Pinheiro	0	1	2	0	872
Des. Tulio Pinheiro (Cooperador)	576	28	608	6	0
Des. Tulio Pinheiro (Cooperador Participante)	25	0	10	2	0
Des. Tulio Pinheiro (Substituto)	535	12	237	18	0
Desa. Salete Silva Sommariva	732	23	656	52	697
Desa. Salete Silva Sommariva (Substituto)	0	0	0	2	0
Des. Robson Luz Varella	0	0	0	7	47
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	163	2	47	6	0
Des. Rodrigo Collaço	0	0	0	0	11
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	44	1	11	1	0
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	0	8	32
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	88	0	32	2	0
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	20	0	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.739**	**146**	**3.230**	**110**	**3.296**

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Carlos Prudêncio	10	1	6	3	6
Des. Souza Varella	2	0	0	0	0
Des. Mazoni Ferreira	0	2	0	0	2
Des. Eládio Torret Rocha	12	3	18	7	18
Des. Nelson Schaefer Martins	8	2	8	2	5
Des. Monteiro Rocha	0	1	1	0	0
Des. Fernando Carioni	8	4	8	2	9
Des. Luiz Carlos Freyesleben	6	3	8	3	9
Des. Marcus Tulio Sartorato	10	1	14	1	13
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Substituto)	2	0	0	0	0
Des. Jaime Luiz Vicari (Substituto)	2	2	0	1	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	10	2	4	3	7
Des. Edson Ubaldo	3	0	0	1	0
Des. Joel Figueira Júnior	11	1	10	3	10
Des. Henry Petry Junior	0	0	0	0	1
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	0	0	1	0	0
Des. Sérgio Izidoro Heil	10	2	4	4	5
Des. Victor Ferreira	15	2	5	5	8
Des. Carlos Adilson Silva	0	0	0	0	1
Des. Carlos Adilson Silva (Substituto)	8	0	2	2	0
Desa. Denise Volpato (Substituto)	1	0	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	2	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**120**	**26**	**89**	**37**	**94**

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Trindade dos Santos	0	0	0	0	1
Des. Carstens Köhler	0	1	1	0	2
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	2	0	4	0	8
Des. Ricardo Fontes	3	2	6	3	10
Des. Salim Schead dos Santos	6	0	4	1	7
Des. Jânio Machado	1	0	0	1	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	0	0	0	0	6
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Substituto)	2	1	4	0	0
Desa. Rejane Andersen	6	2	2	3	5
Des. Lédio Rosa de Andrade	4	0	1	2	2
Des. Jorge Schaefer Martins	3	1	6	0	9
Des. José Carlos Carstens Köhler	4	2	9	1	18
Des. Rodrigo Antônio	5	0	2	1	2
Des. José Inácio Schaefer	0	0	0	0	12
Des. José Inácio Schaefer (Substituto)	5	0	6	0	0
Des. Jorge Luiz de Borba	4	2	9	0	16
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	5	2	9	1	15
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	1	0	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	1	2	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**52**	**15**	**63**	**13**	**113**

ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO CIVIL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Alcides Aguiar	0	1	0	0	1
Des. Anselmo Cerello	0	0	0	0	1
Des. Carlos Prudêncio	2	2	0	1	3
Des. Pedro Manoel Abreu	2	2	2	0	3
Des. Cláudio Barreto Dutra	0	0	1	0	1
Des. Newton Trisotto	1	4	0	0	3
Des. Mazoni Ferreira	0	1	0	0	0
Des. Luiz Cézar Medeiros	1	0	0	1	4
Des. Vanderlei Romer	1	1	2	0	2
Des. Wilson Augusto do Nascimento	2	0	5	0	6
Des. Nelson Schaefer Martins	1	0	0	0	0
Des. José Volpato de Souza	0	1	1	0	2
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	2	2	1	1	1
Des. Monteiro Rocha	0	1	0	0	0
Des. Fernando Carioni	1	1	0	1	0
Des. Luiz Carlos Freyesleben	1	1	0	0	2
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	1	0	2	0	2
Des. Marcus Tulio Sartorato	1	0	2	2	2
Des. Cesar Abreu	0	0	0	0	1

Des. Ricardo Fontes	1	2	3	1	3
Des. Salim Schead dos Santos	1	2	1	1	3
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	40	38	13	53	13
Des. Edson Ubaldo	1	1	0	2	0
Des. Joel Figueira Júnior	2	1	0	0	0
Des. Cid Goulart	0	0	0	1	0
Desa. Rejane Andersen	2	1	0	0	3
Des. Jaime Ramos	1	0	0	0	0
Des. Newton Janke	2	2	3	0	3
Des. Lédio Rosa de Andrade	2	0	0	1	0
Des. Jorge Schaefer Martins	1	1	0	0	5
Des. Sérgio Izidoro Heil	1	1	2	0	3
Des. José Carlos Carstens Köhler	1	1	0	0	2
Des. João Henrique Blasi	1	0	0	0	1
Des. Rodrigo Antônio	0	1	0	0	0
Des. José Inácio Schaefer (Substituto)	0	3	0	0	0
Des. Ricardo Roesler (Substituto)	0	1	0	0	0
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	2	1	1	0	5
Des. Victor Ferreira	2	0	1	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**76**	**73**	**40**	**65**	**76**

ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO CRIMINAL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Sérgio Paladino	31	0	18	2	26
Des. Irineu João da Silva	42	1	34	1	53
Des. Torres Marques	44	2	17	24	26
Des. Rui Fortes	32	1	23	2	32
Des. Tulio Pinheiro	0	0	0	0	4
Des. Tulio Pinheiro (Substituto)	14	1	3	1	0
Desa. Salete Silva Sommariva	41	0	22	19	37
Des. Hilton Cunha Júnior	18	0	5	3	6
Des. Roberto Lucas Pacheco (Substituto)	3	0	0	0	0
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	44	5	41	6	59
Des. Alexandre d'Ivanenko	41	1	5	31	6
Desa. Marli Mosimann Vargas	38	2	18	24	30
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	9	0	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski (Substituto)	3	0	0	0	0
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	3	0	0	0	0
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	2	0	0	0	0
Des. Newton Varella Júnior	0	0	0	0	5
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	24	1	3	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**389**	**14**	**189**	**113**	**284**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Gaspar Rubik	30	1	0	25	0
Des. Volnei Carlin	1	0	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**31**	**1**	**0**	**26**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: PRESIDÊNCIA

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Francisco Oliveira Filho	0	0	0	1	0
Des. Trindade dos Santos	105	0	0	0	0
Des. Souza Varella	11	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**116**	**0**	**0**	**1**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: PLANTÃO JUDICIÁRIO

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Tulio Pinheiro (Titular participante)	35	1	0	1	0
Desa. Sônia Maria Schmitz (Titular participante)	11	1	0	2	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Titular participante)	14	0	0	3	0
Des. Jaime Luiz Vicari (Titular participante)	8	0	0	1	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Titular participante)	4	0	0	0	0
Des. Henry Petry Junior (Titular participante)	5	0	0	0	0
Des. Roberto Lucas Pacheco (Titular participante)	5	0	0	3	0
Des. José Inácio Schaefer (Titular participante)	5	0	0	0	0
Des. Ricardo Roesler	0	0	0	1	0
Des. Ricardo Roesler (Titular participante)	24	1	0	2	0
Des. Domingos Paludo	7	0	0	0	0
Des. Paulo Roberto Sartorato (Titular participante)	3	1	0	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Titular participante)	58	1	0	14	0
Des. Robson Luz Varella	25	0	0	2	0
Des. Robson Luz Varella (Titular participante)	0	1	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski (Titular participante)	5	0	0	0	0
Des. Luiz Fernando Boller (Titular participante)	52	0	0	5	0
Des. Rodrigo Collaço (Titular participante)	17	0	0	1	0
Des. Carlos Adilson Silva (Titular participante)	16	0	0	1	0
Desa. Denise Volpato (Titular participante)	15	2	0	0	0
Des. Altamiro de Oliveira (Titular participante)	10	2	0	3	0
Des. Stanley da Silva Braga (Titular participante)	15	2	0	6	0
Des. Newton Varella Júnior (Titular participante)	7	1	0	2	0
Des. Saul Steil (Titular participante)	24	1	0	10	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**365**	**14**	**0**	**57**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Newton Trisotto	1.235	234	1.232	209	1.056
Des. Newton Trisotto (Substituto)	0	8	8	1	0
Des. Volnei Carlin	0	0	1	0	0
Des. Vanderlei Romer	1.244	280	1.252	401	1.246
Des. Vanderlei Romer (Substituto)	0	1	1	0	0
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	1.233	226	1.138	547	1.141
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz (Substituto)	0	0	0	13	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Substituto)	111	20	0	2	0
Des. Nicanor da Silveira	0	1	0	0	0
Des. Jaime Luiz Vicari (Substituto)	57	1	0	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	0	0	1	0	1.296
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador)	1.455	171	1.147	213	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador	0	44	148	1	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Substituto)	351	67	0	2	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.686**	**1.053**	**4.928**	**1.389**	**4.739**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Francisco Oliveira Filho	0	1	0	0	4
Des. Orli Rodrigues	0	1	0	0	0
Des. Cesar Abreu	0	49	1	0	1
Des. Cid Goulart	1.184	160	897	229	911
Des. Newton Janke	1.264	286	1.310	506	1.314
Des. Jorge Schaefer Martins	0	0	1	0	1
Des. João Henrique Blasi	1.438	222	1.486	281	1.484
Des. Ricardo Roesler	0	0	0	0	1211
Des. Ricardo Roesler (Cooperador)	1443	228	1.190	262	0
Des. Ricardo Roesler (Cooperador Participante)	0	12	25	0	0
Des. Ricardo Roesler (Substituto)	340	45	2	1	0
Des. Carlos Alberto Civinski	1	0	0	0	0
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	23	2	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador Participante)	0	1	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	26	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.719**	**1.007**	**4.912**	**1.279**	**4.926**

ÓRGÃO JULGADOR: GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Pedro Manoel Abreu	72	37	129	9	134
Des. Pedro Manoel Abreu (Substituto)	0	0	0	1	0
Des. Cláudio Barreto Dutra	80	26	97	19	97
Des. Newton Trisotto	49	21	73	13	65

Des. Luiz Cézar Medeiros	87	77	162	24	230
Des. Vanderlei Romer	71	32	105	12	103
Des. Wilson Augusto do Nascimento	72	36	119	10	142
Des. José Volpato de Souza	75	46	131	14	138
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	72	39	107	15	122
Des. Rui Fortes	0	5	0	0	1
Des. Cesar Abreu	0	9	0	0	0
Desa. Sônia Maria Schmitz	0	0	0	0	2
Desa. Sônia Maria Schmitz (Substituto)	19	11	2	2	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	0	1	0	0	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Substituto)	4	3	0	0	0
Des. Jânio Machado (Substituto)	0	1	1	0	0
Des. Jaime Luiz Vicari	0	1	0	0	0
Des. Jaime Luiz Vicari (Substituto)	3	1	0	1	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	1	0	0	0	0
Des. Cid Goulart	73	22	105	9	112
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	4	1	0	0	0
Des. Jaime Ramos	83	22	84	20	94
Des. Newton Janke	70	32	106	10	106
Des. João Henrique Blasi	79	30	161	6	149
Des. Ricardo Roesler (Substituto)	23	7	0	5	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	0	0	0	1	19
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador	1	0	1	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Substituto)	50	20	18	8	0
Des. Rodrigo Collaço	0	0	0	0	8
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	17	11	8	1	0
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**1.006**	**491**	**1.409**	**180**	**1.522**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDO VICE-PRESIDENTE

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Solon d´Eça Neves	0	5	0	0	1
Des. Mazoni Ferreira	2	129	0	0	0
Des. Monteiro Rocha	0	2	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**2**	**136**	**0**	**0**	**1**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA CIVIL ESPECIAL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Eládio Torret Rocha	0	0	0	1	0
Des. Nelson Schaefer Martins	0	0	0	0	7
Des. Nelson Schaefer Martins (Titular participante)	0	1	1	1	0
Des. Monteiro Rocha	0	0	0	0	1
Des. Monteiro Rocha (Titular participante)	1	0	0	0	0

Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	0	0	0	1	0
Desa. Rejane Andersen	0	0	2	3	2
Des. Domingos Paludo	2.818	217	94	620	100
Des. Domingos Paludo (Substituto)	0	0	1	3	0
Des. Paulo Roberto Sartorato	2.474	253	230	869	236
Des. Paulo Roberto Sartorato (Cooperador)	36	0	0	0	0
Des. Paulo Roberto Sartorato (Substituto)	0	5	6	12	0
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	0	9	0	18	0
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein (Cooperador Participante)	0	1	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski	2.531	325	268	1.127	266
Des. Carlos Alberto Civinski (Substituto)	0	1	1	20	0
Des. Luiz Fernando Boller	2.609	276	255	811	259
Des. Luiz Fernando Boller (Substituto)	0	2	5	25	0
Des. Rodrigo Collaço	1.287	152	64	377	70
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	233	6	4	14	0
Des. Carlos Adilson Silva (Substituto)	0	18	0	27	0
Desa. Denise Volpato	0	1	0	1	0
Desa. Denise Volpato (Substituto)	109	15	0	7	0
Des. Altamiro de Oliveira	0	1	0	53	31
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	693	130	8	205	0
Des. Stanley da Silva Braga	0	0	1	0	1
Des. Saul Steil	1.200	92	70	473	70
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**13.991**	**1.505**	**1.010**	**4.668**	**1.043**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Mazoni Ferreira	0	2	0	0	0
Des. Nelson Schaefer Martins	0	5	0	1	0
Des. Monteiro Rocha	5.050	1.633	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.050**	**1.640**	**0**	**1**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Volnei Carlin	0	0	0	26	0
Des. Volnei Carlin (Substituto)	0	0	0	1	0
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	1.510	630	1.997	638	2.008
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi (Cooperador)	0	0	0	1	0
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi (Substituto)	0	0	4	2	0
Des. Jânio Machado	827	70	777	162	780
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	106	1	4	23	2.157
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Cooperador)	1.324	545	1.516	26	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Cooperador Participante)	0	170	394	4	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Substituto)	777	123	236	15	0

Des. Hilton Cunha Júnior	0	5	0	0	16
Desa. Rejane Andersen	0	52	0	0	1
Des. Domingos Paludo	1	0	0	0	177
Des. Domingos Paludo (Cooperador Participante)	3	26	185	1	0
Des. Robson Luz Varella (Substituto)	52	0	0	0	0
Des. Jorge Luiz de Borba	0	1	0	0	0
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	1.427	446	1.560	613	1.558
Des. Carlos Alberto Civinski	0	0	0	0	4
Des. Carlos Alberto Civinski (Cooperador Participante)	0	3	4	0	0
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	103	11	0	1	0
Des. Raulino Brüning	90	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**6.220**	**2.083**	**6.677**	**1.513**	**6.701**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Fernando Carioni	1.132	236	1.362	4	1.362
Des. Marcus Tulio Sartorato	1.214	222	1.351	19	1.355
Des. Marcus Tulio Sartorato (Substituto)	0	1	1	0	0
Des. Jaime Luiz Vicari (Substituto)	8	2	0	0	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	1.092	144	1.087	86	1.088
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta (Substituto)	0	1	1	0	0
Des. Henry Petry Junior	0	0	0	0	1.051
Des. Henry Petry Junior (Cooperador)	1.035	145	1.027	34	0
Des. Henry Petry Junior (Cooperador Participante)	0	7	35	3	0
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	198	28	0	1	0
Des. Rodrigo Collaço	1	0	0	0	0
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.681**	**786**	**4.864**	**147**	**4.856**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Pedro Manoel Abreu	1.610	179	1.305	43	1.297
Des. Pedro Manoel Abreu (Substituto)	0	2	1	0	0
Des. Luiz Cézar Medeiros	1.693	386	1.250	665	1.257
Des. Luiz Cézar Medeiros (Substituto)	0	0	1	0	0
Des. Wilson Augusto do Nascimento	1.398	209	1.516	9	1.513
Des. Rui Fortes	0	12	0	0	1
Desa. Sônia Maria Schmitz	0	7	20	1	1.112
Desa. Sônia Maria Schmitz (Cooperador)	0	17	49	3	0
Desa. Sônia Maria Schmitz (Cooperador Participante)	46	232	867	99	0
Desa. Sônia Maria Schmitz (Substituto)	759	160	164	24	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador)	1	0	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski	0	0	0	1	0

TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	5.507	1.204	5.173	845	5.180

ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Amaral e Silva	0	0	0	0	2
Des. Carlos Prudêncio	0	1	0	0	0
Des. Pedro Manoel Abreu	0	0	1	0	1
Des. Trindade dos Santos	0	0	0	1	0
Des. Trindade dos Santos (Titular participante)	0	1	0	47	0
Des. Souza Varella (Titular participante)	3	1	0	8	0
Des. Cláudio Barreto Dutra	1	2	0	0	0
Des. Newton Trisotto	1	3	0	1	7
Des. Mazoni Ferreira	0	0	1	0	1
Des. Irineu João da Silva	1	1	0	1	0
Des. Luiz Cézar Medeiros	2	1	0	0	0
Des. Vanderlei Romer	0	1	0	0	0
Des. Eládio Torret Rocha	1	1	1	0	2
Des. Wilson Augusto do Nascimento	1	0	0	0	0
Des. José Volpato de Souza	1	1	0	1	0
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	1	0	0	0	2
Des. Monteiro Rocha	0	0	1	0	1
Des. Monteiro Rocha (Titular participante)	0	0	1	0	0
Des. Fernando Carioni	1	0	0	0	0
Des. Luiz Carlos Freyesleben	0	2	3	1	4
Des. Rui Fortes	0	2	0	0	1
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	2	0	2	0	1
Des. Marcus Tulio Sartorato	0	1	0	0	1
Des. Cesar Abreu	1	0	0	0	1
Desa. Salete Silva Sommariva	2	0	0	1	1
Des. Ricardo Fontes	1	0	2	1	2
Des. Salim Schead dos Santos	2	0	0	0	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	2	0	1	1	1
Des. Edson Ubaldo	4	0	2	0	7
Des. Edson Ubaldo (Titular participante)	0	1	3	1	0
Des. Joel Figueira Júnior	1	0	1	0	1
Des. Cid Goulart	1	2	1	1	3
Des. Hilton Cunha Júnior	3	0	2	0	2
Desa. Rejane Andersen	6	0	1	0	3
Des. Jaime Ramos	0	0	1	0	0
Des. Alexandre d'Ivanenko	1	0	1	0	0
Des. Newton Janke	1	3	0	3	0
Des. Lédio Rosa de Andrade	0	0	0	0	2
Des. Jorge Schaefer Martins	1	1	0	0	0

Desa. Marli Mosimann Vargas	3	0	0	0	0
Des. Sérgio Izidoro Heil	1	3	0	2	0
Des. João Henrique Blasi	0	1	0	0	1
Des. Jorge Luiz de Borba	0	1	0	0	0
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	1	0	2	0	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**46**	**30**	**27**	**70**	**49**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Souza Varella	44	0	0	0	0
Des. Eládio Torret Rocha	1.016	164	1.202	103	1.214
Des. Eládio Torret Rocha (Substituto)	0	0	0	2	0
Des. Monteiro Rocha	48	45	0	0	6
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	0	0	0	0	866
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Cooperador)	1.187	84	643	13	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Cooperador Participante)	0	54	221	1	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva (Substituto)	335	10	6	2	0
Des. Rodrigo Antônio (Cooperador)	0	0	0	1	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Substituto)	23	0	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski (Substituto)	0	0	0	1	0
Des. Victor Ferreira	1.094	144	670	828	681
Des. Luiz Fernando Boller	0	1	0	0	0
Des. Luiz Fernando Boller (Substituto)	0	0	0	1	0
Des. Carlos Adilson Silva	0	0	0	0	833
Des. Carlos Adilson Silva (Substituto)	890	90	833	19	0
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	0	0	46
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador Participante)	0	8	7	0	0
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	59	2	0	0	0
Des. Saul Steil	0	0	0	0	7
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	0	4	4	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.696**	**606**	**3.586**	**971**	**3.653**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Cesar Abreu	58	0	0	0	0
Des. Lédio Rosa de Andrade	1.281	634	2.654	52	2.800
Des. Lédio Rosa de Andrade (Substituto)	0	3	3	0	0
Des. Lédio Rosa de Andrade (Titular participante)	0	30	135	1	0
Des. José Carlos Carstens Köhler	1.401	527	2.637	0	2.697
Des. José Carlos Carstens Köhler (Substituto)	0	7	7	0	0
Des. José Carlos Carstens Köhler (Titular participante)	0	15	53	0	0
Des. João Henrique Blasi	0	147	0	0	15
Des. José Inácio Schaefer	72	0	0	0	2.732

Des. José Inácio Schaefer (Cooperador)	59	132	524	0	0
Des. José Inácio Schaefer (Cooperador Participante)	61	253	1.195	3	0
Des. José Inácio Schaefer (Substituto)	1.276	141	1.020	1	0
Des. Domingos Paludo	0	0	0	1	0
Des. Domingos Paludo (Substituto)	102	36	0	0	0
Des. Paulo Roberto Sartorato	0	1	0	1	0
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	0	0	1.315
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador)	1.399	86	780	7	0
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador Participante)	0	78	534	9	0
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	184	43	0	0	0
Des. Saul Steil (Substituto)	126	28	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**6.019**	**2.161**	**9.542**	**75**	**9.559**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Cláudio Barreto Dutra	1.239	147	991	191	995
Des. Cláudio Barreto Dutra (Substituto)	0	1	1	0	0
Des. José Volpato de Souza	1.275	195	1.353	56	1.351
Des. Jânio Machado	0	0	0	0	398
Des. Jânio Machado (Cooperador)	549	119	302	136	0
Des. Jânio Machado (Cooperador Participante)	0	35	95	7	0
Des. Jânio Machado (Substituto)	0	0	1	0	0
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	43	2	0	0	0
Des. Jaime Ramos	1.329	260	1.372	202	1.394
Des. Jaime Ramos (Titular participante)	0	10	13	0	0
Des. Rodrigo Collaço	0	0	0	1	512
Des. Rodrigo Collaço (Cooperador)	902	72	467	91	0
Des. Rodrigo Collaço (Substituto)	254	36	45	2	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.591**	**877**	**4.640**	**686**	**4.650**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Torres Marques	991	40	778	200	863
Des. Torres Marques (Substituto)	0	0	0	2	0
Des. Roberto Lucas Pacheco	0	0	1	0	700
Des. Roberto Lucas Pacheco (Cooperador)	844	10	499	32	0
Des. Roberto Lucas Pacheco (Cooperador em Substituição)	0	7	121	2	0
Des. Roberto Lucas Pacheco (Cooperador Participante)	0	3	60	0	0
Des. Roberto Lucas Pacheco (Substituto)	57	4	20	9	0
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	910	49	807	136	810
Des. Alexandre d'Ivanenko	999	46	815	204	815
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.801**	**159**	**3.101**	**585**	**3.188**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CIVIL (JANEIRO)

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Fernando Carioni	4	0	0	0	0
Des. Marcus Tulio Sartorato	3	0	0	0	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	3	0	0	2	0
Des. Henry Petry Junior (Cooperador)	2	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**12**	**0**	**0**	**2**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO (JANEIRO)

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Carlos Prudêncio	2	0	0	0	0
Des. Sérgio Paladino	2	0	0	1	0
Des. Irineu João da Silva	2	0	0	0	0
Des. Vanderlei Romer	1	0	0	0	0
Des. Fernando Carioni	2	0	0	0	0
Des. Marcus Tulio Sartorato	1	0	0	0	0
Des. Cesar Abreu	2	0	0	0	0
Desa. Salete Silva Sommariva	1	0	0	1	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	2	0	0	1	0
Des. Joel Figueira Júnior	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**16**	**0**	**0**	**3**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Cesar Abreu	0	6	78	7	553
Des. Cesar Abreu (Titular participante)	557	114	508	12	0
Des. Edson Ubaldo	0	4	25	2	158
Des. Edson Ubaldo (Titular participante)	169	25	123	0	0
Aguardando novo titular	36	0	0	0	0
Des. Jorge Luiz de Borba	0	8	85	0	841
Des. Jorge Luiz de Borba (Titular participante)	1.247	74	757	13	0
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	0	0	94
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador Participante)	0	17	3	0	0
Des. Saul Steil	0	0	0	0	1.487
Des. Saul Steil (Cooperador)	1.572	458	1.449	430	0
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	0	10	38	6	0
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	0	0	0	0	1.024
Des. Gilberto Gomes de Oliveira (Cooperador)	2.017	185	1.304	86	0
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	0	0	0	0	66
Des. Jairo Fernandes Gonçalves (Cooperador)	316	15	70	69	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.914**	**916**	**4.440**	**625**	**4.223**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL TEMPORÁRIA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Luiz Cézar Medeiros	0	6	11	0	11
Des. Jânio Machado	0	1	6	0	6
Des. Ricardo Roesler	0	0	0	0	2
Des. Ricardo Roesler (Cooperador)	0	0	2	0	0
Des. Domingos Paludo	0	12	15	0	15
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	0	0	0	0	4
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador	0	5	4	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**0**	**24**	**38**	**0**	**38**

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA ESPECIAL TEMPORÁRIA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	1	0	0	1	0
Des. Ricardo Fontes	1	1	2	0	2
Des. Ricardo Fontes (Cooperador Participante)	0	0	0	1	0
Des. Salim Schead dos Santos	0	0	0	0	4
Des. Salim Schead dos Santos (Cooperador Participante)	0	5	4	4	0
Des. Rodrigo Antônio	0	0	0	1	0
Des. Rodrigo Collaço	1	1	3	0	3
Des. Stanley da Silva Braga	0	0	0	0	1
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador)	0	0	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3**	**7**	**10**	**7**	**10**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CIVIL (JANEIRO)

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Carlos Prudêncio	3	1	0	0	0
Des. Edson Ubaldo	1	0	0	0	0
Des. Joel Figueira Júnior	2	0	1	0	1
Des. Carlos Adilson Silva (Cooperador)	3	1	0	0	0
Desa. Denise Volpato	0	0	0	0	1
Desa. Denise Volpato (Cooperador)	1	0	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**10**	**2**	**2**	**0**	**2**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA COMERCIAL (JANEIRO)

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Cesar Abreu	1	0	0	0	0
Des. Lédio Rosa de Andrade	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**2**	**0**	**0**	**0**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA PÚBLICO (JANEIRO)

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Desembargador Newton Trisotto	8	1	0	0	0
Des. Vanderlei Romer	8	2	0	1	0
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	6	0	0	2	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Cooperador)	8	0	0	3	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**30**	**3**	**0**	**6**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL (JANEIRO)

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Sérgio Paladino	84	1	46	2	45
Des. Irineu João da Silva	88	0	55	1	55
Des. Tulio Pinheiro	0	0	0	0	49
Des. Tulio Pinheiro (Cooperador)	86	1	49	4	0
Desa. Salete Silva Sommariva	88	0	22	5	20
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**346**	**2**	**172**	**12**	**169**

ÓRGÃO JULGADOR: ÓRGÃO ESPECIAL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Carlos Prudêncio	43	1	12	0	8
Des. Gaspar Rubik	0	4	2	4	4
Des. Gaspar Rubik (Titular participante)	1	0	2	0	0
Des. Pedro Manoel Abreu	40	0	9	0	9
Des. Trindade dos Santos	0	1	2	0	9
Des. Trindade dos Santos (Titular participante)	9	0	7	2	0
Des. Souza Varella	3	0	0	0	0
Des. Cláudio Barreto Dutra	40	1	18	3	16
Des. Newton Trisotto	34	0	19	1	16
Des. Sérgio Paladino	34	1	14	0	9
Des. Irineu João da Silva	40	1	24	0	23
Des. Luiz Cézar Medeiros	32	4	27	4	53
Des. Vanderlei Romer	12	0	15	0	24
Des. Vanderlei Romer (Substituto)	26	3	15	0	0
Des. Eládio Torret Rocha	35	2	18	0	18
Des. Wilson Augusto do Nascimento	0	0	0	0	14
Des. Wilson Augusto do Nascimento (Substituto)	34	3	12	0	0
Des. Nelson Schaefer Martins	38	0	20	4	13
Des. José Volpato de Souza	33	3	24	2	24
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	0	0	0	0	2
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz (Substituto)	5	1	2	0	0
Des. Monteiro Rocha (Substituto)	1	0	0	0	0
Des. Fernando Carioni	46	2	22	1	22
Des. Torres Marques (Substituto)	1	0	0	0	0

Des. Cesar Abreu	39	1	14	7	18
Desa. Salete Silva Sommariva	40	1	16	1	15
Des. Ricardo Fontes	37	6	33	6	32
Des. Salim Schead dos Santos (Substituto)	1	0	0	0	0
Des. Edson Ubaldo	33	3	7	0	7
Des. Jaime Ramos	37	4	32	0	31
Des. Newton Janke	36	1	24	2	24
Des. Lédio Rosa de Andrade	40	3	26	3	20
Des. Sérgio Izidoro Heil	39	1	14	5	13
Des. João Henrique Blasi	3	0	0	0	0
Des. João Henrique Blasi (Substituto)	7	0	0	0	0
Des. Jorge Luiz de Borba	0	0	0	0	3
Des. Jorge Luiz de Borba (Substituto)	1	0	3	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**820**	**47**	**433**	**45**	**427**

ÓRGÃO JULGADOR: QUINTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Desa. Sônia Maria Schmitz	1.556	1	0	0	0
Des. Henry Petry Junior	1.557	0	0	0	0
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	1.556	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.669**	**1**	**0**	**0**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: SEXTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Jaime Luiz Vicari	1.558	0	0	0	0
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	1.558	0	0	0	0
Aguarda nomeação JSG (§ 2º art. 1º AR 110/10)	1.562	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.678**	**0**	**0**	**0**	**0**

ÓRGÃO JULGADOR: QUINTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

MAGISTRADO	DISTRIB. REDIST.	INCIDEN-TES	DECIS. ACÓRD.	DECIS. DESP.	ACÓRD. ASS.
Des. Jânio Machado	170	0	0	0	0
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	172	0	0	0	0
Desa. Soraya Nunes Lins	173	0	0	0	0
Aguarda Des. - AR 110/10 - Vaga 1	1.489	0	0	0	0
Aguarda Des. - AR 110/10 - Vaga 2	1.484	0	0	0	0
Aguarda Des. - AR 110/10 - Vaga 3	1.486	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.974**	**0**	**0**	**0**	**0**

PARTICIPAÇÃO DOS PROCESSOS CÍVEIS E CRIMINAIS

ESTATÍSTICO POR MOVIMENTAÇÃO

PERÍODO: 01/01/2010 A 31/12/2010

MAPA: ESTATÍSTICA MENSAL

ÁREA: CÍVEL

ORIGEM DO PROCESSO	DISTRIB./ REDISTR.	INCIDENTES	DECISÃO	DECISÃO	ACÓRD.
Recurso	65.843	17.978	59.369	12.953	59.590
Originário	27.568	3.675	11.928	7.861	12.114
TOTAL DA ÁREA	**93.411**	**21.653**	**71.297**	**20.814**	**71.704**

ÁREA: CRIMINAL

ORIGEM DO PROCESSO	DISTRIB./ REDISTR.	INCIDENTES	DECISÃO	DECISÃO	ACÓRD.
Recurso	8.777	409	7473	614	7.694
Originário	3.520	52	2.488	462	2.530
TOTAL DA ÁREA	**12.297**	**461**	**9.961**	**1.076**	**10.224**

TOTAL GERAL	119.603	22.114	81.258	21.890	81.928

RECURSOS DA 2ª E 3ª VICE-PRESIDENCIAS

ESTATÍSTICO POR MOVIMENTAÇÃO

PERÍODO: 01/01/2010 A 31/12/2010

MAPA: RELATÓRIO TJ VICE-PRESIDÊNCIAS

ÓRGÃO JULGADOR	REC ESP ADMITIDO	REC ESP NEGADO	REC EXT ADMITIDO	REC EXT NEGADO	PUBLICADO DESPACHO
Primeira Câmara de Direito Civil	0	2	0	0	0
Segunda Câmara de Direito Civil	0	0	0	0	1
Primeira Câmara de Direito Comercial	0	2	0	1	0
Segunda Câmara de Direito Comercial	0	0	0	0	1
Primeira Câmara Criminal	0	0	0	0	3
Segunda Câmara Criminal	0	1	0	0	2
Grupo de Câmaras de Direito Civil	0	0	0	0	1
Seção Civil	0	1	0	0	0
Primeira Vice-Presidência	0	0	0	0	3
Segunda Câmara de Direito Público	0	0	0	0	3
Grupo de Câmaras de Direito Público	1	0	0	0	1
Segundo Vice-Presidente	542	3.545	177	942	2.095
Câmara Civil Especial	0	0	0	0	3
Terceira Vice-Presidência	1.346	19.585	3	8.621	8.878
Terceira Câmara de Direito Comercial	1	1	0	0	0
Terceira Câmara de Direito Civil	0	1	0	0	1
Quarta Câmara de Direito Civil	0	0	0	0	1
Quarta Câmara de Direito Comercial	2	0	0	0	0

Terceira Câmara Criminal	0	0	0	0	2
Órgão Especial	0	0	0	0	2
TOTAL GERAL	**1.892**	**23.138**	**180**	**9.564**	**10.997**

POR SESSÃO

RELATÓRIO ESTATÍSTICO POR SESSÃO

PERÍODO: 01/01/2010 A 31/12/2010

ÓRGÃO JULGADOR	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	ADMINISTRATIVOS	TOTAL
Câmara Especial Temporária de Direito Comercial	1	0	0	1
Seção Civil	1	0	0	1
Seção Criminal	10	0	0	10
Primeira Câmara de Direito Comercial	44	0	0	44
Segunda Câmara Criminal	47	0	0	47
Quarta Câmara de Direito Comercial	44	1	0	45
Segunda Câmara de Direito Comercial	43	0	0	43
Grupo de Câmaras de Direito Público	10	1	0	11
Primeira Câmara Criminal	45	0	0	45
Primeira Câmara de Direito Civil	56	0	0	56
Tribunal Pleno	21	1	3	25
Câmara Especial Temporária de Direito Civil	3	0	0	3
Grupo de Câmaras de Direito Civil	10	0	0	10
Câmara Especial Regional de Chapecó	19	0	0	19
Terceira Câmara de Direito Público	41	0	0	41
Quarta Câmara de Direito Público	45	0	0	45
Terceira Câmara Criminal	44	1	0	45
Órgão Especial	20	0	0	20
Câmara Civil Especial	25	0	0	25
Terceira Câmara de Direito Civil	44	0	0	44
Terceira Câmara de Direito Comercial	44	0	0	44
Primeira Câmara Civil (Janeiro)	3	0	0	3
Segunda Câmara de Direito Público	43	0	0	43
Quarta Câmara de Direito Civil	44	0	0	44
Primeira Câmara de Direito Público	50	1	0	51
Segunda Câmara Criminal (Janeiro)	5	0	0	5
Grupo de Câmaras de DIREITO Comercial	11	0	0	11
Segunda Câmara de Direito Civil	44	0	0	44
TOTAL:	**1.634**	**10**	**6**	**1.650**

RELATÓRIO SINTÉTICO DO ANO A1

ESTATÍSTICO POR MOVIMENTAÇÃO

PERÍODO: 01/01/2010 A 31/12/2010

	Baixa	Proces Arquiv	Retorno do STF	Retorno do STJ	Remessa ao STF	Remessa ao STJ	Remessa/T. Recu	Remessa Distribuid	Rem Dili gência	Reme TRF	Remessa TER
TOTAL	47.574	19.783	291	3.409	767	1.017	145	53	1.124	0	0

RELATÓRIO SINTÉTICO DO ANO - A2

ESTATÍSTICO POR MOVIMENTAÇÃO

PERÍODO: 01/01/2010 A 31/12/2010

	Remessa TRF 4ª Reg.	Remessa TRE	Remessa TRT	Remessa Just.Fed	Aud.Justiça Militar	Presidenteo ut.Trib.	Desp.2º Vice-Pres.	Desp.3º Vice-Pres.	Ofícios Expedidos
TOTAL	156	1	63	65	3	10	10.997	10.997	28.819

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO PARA 2011

RELATÓRIO DE PROCESSOS PENDENTES – SITUAÇÃO: SOMENTE OS NÃO JULGADOS

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA DE FÉRIAS CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DES. MONTEIRO ROCHA	
TOTAL:		1

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ	
MAGISTRADO:	AGUARDANDO NOVO TITULAR	
TOTAL:		35

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ	
MAGISTRADO:	DES. CARLOS ADILSON SILVA	
TOTAL:		1

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ	
MAGISTRADO:	DES. CESAR ABREU	
TOTAL:		304

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ	
MAGISTRADO:	DES. EDSON UBALDO	
TOTAL:		1

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ
MAGISTRADO:	DES. GILBERTO GOMES DE OLIVEIRA

TOTAL:		2.796

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ
MAGISTRADO:	DES. JAIRO FERNANDES GONÇALVES
TOTAL:	2.277

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ
MAGISTRADO:	DES. JORGE LUIZ DE BORBA
TOTAL:	478

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ
MAGISTRADO:	DES. SAUL STEIL
TOTAL:	6

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA ESPECIAL TEMPORÁRIA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DES. DOMINGOS PALUDO
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. CARLOS PRUDÊNCIO
TOTAL:	30

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. CESAR ABREU
TOTAL:	19

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. CLÁUDIO BARRETO DUTRA
TOTAL:	22

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. EDSON UBALDO
TOTAL:	5

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. ELÁDIO TORRET ROCHA
TOTAL:	24

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. FERNANDO CARIONI
TOTAL:	18

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. IRINEU JOÃO DA SILVA

TOTAL:		18

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. JAIME RAMOS
TOTAL:	10

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. JOÃO HENRIQUE BLASI
TOTAL:	30

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. JORGE LUIZ DE BORBA
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. JOSÉ VOLPATO DE SOUZA
TOTAL:	13

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. LÉDIO ROSA DE ANDRADE
TOTAL:	14

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. LUIZ CÉZAR MEDEIROS
TOTAL:	9

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. NELSON SCHAEFER MARTINS
TOTAL:	16

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. NEWTON JANKE
TOTAL:	13

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. NEWTON TRISOTTO
TOTAL:	20

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. PEDRO MANOEL ABREU
TOTAL:	36

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. RICARDO FONTES

TOTAL:		4

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. SÉRGIO IZIDORO HEIL
TOTAL:	21

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. SÉRGIO PALADINO
TOTAL:	25

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. SOUZA VARELLA
TOTAL:	25

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. TRINDADE DOS SANTOS
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. VANDERLEI ROMER
TOTAL:	20

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. WILSON AUGUSTO DO NASCIMENTO
TOTAL:	2

ÓRGÃO JULGADOR:	ÓRGÃO ESPECIAL
MAGISTRADO:	DESA. SALETE SILVA SOMMARIVA
TOTAL:	22

ÓRGÃO JULGADOR:	PLANTÃO JUDICIÁRIO
MAGISTRADO:	DES. ALTAMIRO DE OLIVEIRA
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	PLANTÃO JUDICIÁRIO
MAGISTRADO:	DES. LUIZ FERNANDO BOLLER
TOTAL:	34

ÓRGÃO JULGADOR:	PLANTÃO JUDICIÁRIO
MAGISTRADO:	DES. PAULO HENRIQUE MORITZ MARTINS DA SILVA

TOTAL:		38

ÓRGÃO JULGADOR:	PLANTÃO JUDICIÁRIO
MAGISTRADO:	DES. RICARDO ROESLER
TOTAL:	20

ÓRGÃO JULGADOR:	PLANTÃO JUDICIÁRIO
MAGISTRADO:	DES. ROBSON LUZ VARELLA
TOTAL:	22

ÓRGÃO JULGADOR:	PLANTÃO JUDICIÁRIO
MAGISTRADO:	DES. RONALDO MORITZ MARTINS DA SILVA
TOTAL:	7

ÓRGÃO JULGADOR:	PLANTÃO JUDICIÁRIO
MAGISTRADO:	DES. SAUL STEIL
TOTAL:	20

ÓRGÃO JULGADOR:	PLANTÃO JUDICIÁRIO
MAGISTRADO:	DES. STANLEY DA SILVA BRAGA
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	PLANTÃO JUDICIÁRIO
MAGISTRADO:	DES. TULIO PINHEIRO
TOTAL:	27

ÓRGÃO JULGADOR:	PLANTÃO JUDICIÁRIO
MAGISTRADO:	DESA. DENISE VOLPATO
TOTAL:	2

ÓRGÃO JULGADOR:	QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. CLÁUDIO BARRETO DUTRA
TOTAL:	1.899

ÓRGÃO JULGADOR:	QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. JAIME RAMOS
TOTAL:	463

ÓRGÃO JULGADOR:	QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. JÂNIO MACHADO
TOTAL:	32

ÓRGÃO JULGADOR:	QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. JOSÉ VOLPATO DE SOUZA

TOTAL:		948

ÓRGÃO JULGADOR:	QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. RODRIGO COLLAÇO
TOTAL:	1.518

ÓRGÃO JULGADOR:	QUINTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DES. HENRY PETRY JUNIOR
TOTAL:	1.553

ÓRGÃO JULGADOR:	QUINTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DES. JAIRO FERNANDES GONÇALVES
TOTAL:	1.556

ÓRGÃO JULGADOR:	QUINTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DESA. SÔNIA MARIA SCHMITZ
TOTAL:	1.556

ÓRGÃO JULGADOR:	QUINTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. CLÁUDIO VALDYR HELFENSTEIN
TOTAL:	1.627

ÓRGÃO JULGADOR:	QUINTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. JÂNIO MACHADO
TOTAL:	1.624

ÓRGÃO JULGADOR:	QUINTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DESA. SORAYA NUNES LINS
TOTAL:	1.622

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA CÍVEL ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. LUIZ CARLOS FREYESLEBEN
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL (JANEIRO)
MAGISTRADO:	DES. TULIO PINHEIRO
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA PÚBLICO (JANEIRO)
MAGISTRADO:	DES. CID GOULART
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA PÚBLICO (JANEIRO)
MAGISTRADO:	DES. NEWTON JANKE

TOTAL:		1

ÓRGÃO JULGADOR:	SEXTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	AGUARDA NOMEAÇÃO JSG (§ 2º ART. 1º AR 110/10)
TOTAL:	1.556

ÓRGÃO JULGADOR:	SEXTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DES. ALTAMIRO DE OLIVEIRA
TOTAL:	1.554

ÓRGÃO JULGADOR:	SEXTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DES. JAIME LUIZ VICARI
TOTAL:	1.554

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
MAGISTRADO:	DES. ALEXANDRE D'IVANENKO
TOTAL:	248

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
MAGISTRADO:	DES. MOACYR DE MORAES LIMA FILHO
TOTAL:	219

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
MAGISTRADO:	DES. ROBERTO LUCAS PACHECO
TOTAL:	298

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
MAGISTRADO:	DES. TORRES MARQUES
TOTAL:	177

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DES. FERNANDO CARIONI
TOTAL:	301

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DES. HENRY PETRY JUNIOR
TOTAL:	14

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DES. MARCUS TULIO SARTORATO
TOTAL:	245

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DES. SAUL STEIL

TOTAL:		432

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DESA. MARIA DO ROCIO LUZ SANTA RITTA
TOTAL:	371

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA
MAGISTRADO:	DES. MAZONI FERREIRA
TOTAL:	6

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA
MAGISTRADO:	DES. MONTEIRO ROCHA
TOTAL:	8.217

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
MAGISTRADO:	DES. ALCIDES AGUIAR
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
MAGISTRADO:	DES. CARLOS PRUDÊNCIO
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
MAGISTRADO:	DES. CESAR ABREU
TOTAL:	2

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
MAGISTRADO:	DES. CID GOULART
TOTAL:	4

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
MAGISTRADO:	DES. ELÁDIO TORRET ROCHA
TOTAL:	2

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
MAGISTRADO:	DES. FERNANDO CARIONI
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
MAGISTRADO:	DES. HILTON CUNHA JÚNIOR
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
MAGISTRADO:	DES. IRINEU JOÃO DA SILVA

TOTAL:		3

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
MAGISTRADO:	DES. JOSÉ VOLPATO DE SOUZA
TOTAL:	2

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
MAGISTRADO:	DES. LÉDIO ROSA DE ANDRADE
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
MAGISTRADO:	DES. LUIZ CARLOS FREYESLEBEN
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
MAGISTRADO:	DES. MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
MAGISTRADO:	DES. NELSON SCHAEFER MARTINS
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
MAGISTRADO:	DES. PEDRO MANOEL ABREU
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
MAGISTRADO:	DES. SOLON D´EÇA NEVES
TOTAL:	2

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
MAGISTRADO:	DES. TRINDADE DOS SANTOS
TOTAL:	3

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
MAGISTRADO:	DES. VANDERLEI ROMER
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
MAGISTRADO:	DES. WILSON AUGUSTO DO NASCIMENTO
TOTAL:	1
ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
MAGISTRADO:	DESA. MARLI MOSIMANN VARGAS
TOTAL:	2

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
MAGISTRADO:	DESA. SALETE SILVA SOMMARIVA
TOTAL:	2

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO (JANEIRO)
MAGISTRADO:	DES. CESAR ABREU
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO (JANEIRO)
MAGISTRADO:	DES. FERNANDO CARIONI
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO (JANEIRO)
MAGISTRADO:	DESA. MARIA DO ROCIO LUZ SANTA RITTA
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DES. ALTAMIRO DE OLIVEIRA
TOTAL:	2

ÓRGÃO JULGADOR:	QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DES. CARLOS ADILSON SILVA
TOTAL:	928

ÓRGÃO JULGADOR:	QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DES. ELÁDIO TORRET ROCHA
TOTAL:	671

ÓRGÃO JULGADOR:	QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DES. PAULO HENRIQUE MORITZ MARTINS DA SILVA
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DES. RONALDO MORITZ MARTINS DA SILVA
TOTAL:	947

ÓRGÃO JULGADOR:	QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DES. SOUZA VARELLA
TOTAL:	29

ÓRGÃO JULGADOR:	QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DES. VICTOR FERREIRA
TOTAL:	975

ÓRGÃO JULGADOR:	QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. ALTAMIRO DE OLIVEIRA
TOTAL:	1.328

ÓRGÃO JULGADOR:	QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. CESAR ABREU
TOTAL:	2

ÓRGÃO JULGADOR:	QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. JOÃO HENRIQUE BLASI
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. JOSÉ CARLOS CARSTENS KÖHLER
TOTAL:	478

ÓRGÃO JULGADOR:	QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. JOSÉ INÁCIO SCHAEFER
TOTAL:	651

ÓRGÃO JULGADOR:	QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. LÉDIO ROSA DE ANDRADE
TOTAL:	622

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. CARLOS ALBERTO CIVINSKI
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. CLÁUDIO VALDYR HELFENSTEIN
TOTAL:	11

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. DOMINGOS PALUDO
TOTAL:	3

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. FERNANDO CARIONI
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. JÂNIO MACHADO
TOTAL:	1.157

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI
TOTAL:	1.270

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. PAULO ROBERTO CAMARGO COSTA
TOTAL:	1.377

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. RAULINO BRÜNING
TOTAL:	1.271

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. LUIZ CÉZAR MEDEIROS
TOTAL:	438

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. PEDRO MANOEL ABREU
TOTAL:	1.685

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. WILSON AUGUSTO DO NASCIMENTO
TOTAL:	42

ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DESA. SÔNIA MARIA SCHMITZ
TOTAL:	1.404

ÓRGÃO JULGADOR:	PRESIDÊNCIA
MAGISTRADO:	DES. FRANCISCO OLIVEIRA FILHO
TOTAL:	46

ÓRGÃO JULGADOR:	PRESIDÊNCIA
MAGISTRADO:	DES. TRINDADE DOS SANTOS
TOTAL:	5

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA
MAGISTRADO:	DES. ALCIDES AGUIAR
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA
MAGISTRADO:	DES. GASPAR RUBIK
TOTAL:	5

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA	
MAGISTRADO:	DES. VOLNEI CARLIN	
TOTAL:		3

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDO VICE-PRESIDENTE	
MAGISTRADO:	DES. CLÁUDIO BARRETO DUTRA	
TOTAL:		67

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDO VICE-PRESIDENTE	
MAGISTRADO:	DES. MAZONI FERREIRA	
TOTAL:		6.512

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDO VICE-PRESIDENTE	
MAGISTRADO:	DES. MONTEIRO ROCHA	
TOTAL:		2

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDO VICE-PRESIDENTE	
MAGISTRADO:	DES. VOLNEI CARLIN	
TOTAL:		34

ÓRGÃO JULGADOR:	SEÇÃO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. CID GOULART	
TOTAL:		2

ÓRGÃO JULGADOR:	SEÇÃO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. EDSON UBALDO	
TOTAL:		1

ÓRGÃO JULGADOR:	SEÇÃO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. ELÁDIO TORRET ROCHA	
TOTAL:		1

ÓRGÃO JULGADOR:	SEÇÃO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. JOSÉ VOLPATO DE SOUZA	
TOTAL:		1

ÓRGÃO JULGADOR:	SEÇÃO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. PEDRO MANOEL ABREU	
TOTAL:		3

ÓRGÃO JULGADOR:	SEÇÃO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. VICTOR FERREIRA	
TOTAL:		1

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. CARLOS ADILSON SILVA	
TOTAL:		9

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. CARLOS PRUDÊNCIO	
TOTAL:		15

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. EDSON UBALDO	
TOTAL:		9

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. ELÁDIO TORRET ROCHA	
TOTAL:		19

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. FERNANDO CARIONI	
TOTAL:		6

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	
TOTAL:		10

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	
TOTAL:		6

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. MARCUS TULIO SARTORATO	
TOTAL:		7

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. MAZONI FERREIRA	
TOTAL:		1

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. NELSON SCHAEFER MARTINS	
TOTAL:		13

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. SÉRGIO IZIDORO HEIL	
TOTAL:		5

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. SOUZA VARELLA	
TOTAL:		3

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. STANLEY DA SILVA BRAGA	
TOTAL:		2

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. VICTOR FERREIRA	
TOTAL:		19

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DESA. DENISE VOLPATO	
TOTAL:		2

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DESA. MARIA DO ROCIO LUZ SANTA RITTA	
TOTAL:		7

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL	
MAGISTRADO:	DES. CLÁUDIO VALDYR HELFENSTEIN	
TOTAL:		5

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL	
MAGISTRADO:	DES. JÂNIO MACHADO	
TOTAL:		5

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL	
MAGISTRADO:	DES. JORGE LUIZ DE BORBA	
TOTAL:		3

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL	
MAGISTRADO:	DES. JORGE SCHAEFER MARTINS	
TOTAL:		4

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL	
MAGISTRADO:	DES. JOSÉ CARLOS CARSTENS KÖHLER	
TOTAL:		1

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL	
MAGISTRADO:	DES. LÉDIO ROSA DE ANDRADE	
TOTAL:		3

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI
TOTAL:	5

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. RICARDO FONTES
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. RODRIGO ANTÔNIO
TOTAL:	6

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. SALIM SCHEAD DOS SANTOS
TOTAL:	3

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. SÉRGIO IZIDORO HEIL
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DESA. REJANE ANDERSEN
TOTAL:	7

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. CID GOULART
TOTAL:	153

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. CLÁUDIO BARRETO DUTRA
TOTAL:	56

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. JAIME RAMOS
TOTAL:	17

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. JOÃO HENRIQUE BLASI
TOTAL:	44

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. JOSÉ VOLPATO DE SOUZA
TOTAL:	32

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. LUIZ CÉZAR MEDEIROS
TOTAL:	24

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. NEWTON JANKE
TOTAL:	35

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. NEWTON TRISOTTO
TOTAL:	53

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. PEDRO MANOEL ABREU
TOTAL:	116

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ
TOTAL:	42

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. VANDERLEI ROMER
TOTAL:	29

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. WILSON AUGUSTO DO NASCIMENTO
TOTAL:	10

ÓRGÃO JULGADOR:	GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DESA. SÔNIA MARIA SCHMITZ
TOTAL:	80

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DES. CARLOS ADILSON SILVA
TOTAL:	11

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DES. CARLOS PRUDÊNCIO
TOTAL:	1.189

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL
MAGISTRADO:	DES. DOMINGOS PALUDO
TOTAL:	17

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. EDSON UBALDO	
TOTAL:		963

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	
TOTAL:		1.469

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. RODRIGO COLLAÇO	
TOTAL:		3

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. SAUL STEIL	
TOTAL:		4

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. STANLEY DA SILVA BRAGA	
TOTAL:		124

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DESA. DENISE VOLPATO	
TOTAL:		1.649

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. JAIME LUIZ VICARI	
TOTAL:		850

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. JORGE SCHAEFER MARTINS	
TOTAL:		2

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	
TOTAL:		270

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. MAZONI FERREIRA	
TOTAL:		1

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. MONTEIRO ROCHA	
TOTAL:		1

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. NELSON SCHAEFER MARTINS	
TOTAL:		1.376

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
MAGISTRADO:	DES. SÉRGIO IZIDORO HEIL	
TOTAL:		759

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
MAGISTRADO:	DES. MAZONI FERREIRA	
TOTAL:		1

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
MAGISTRADO:	DES. PAULO ROBERTO SARTORATO	
TOTAL:		1

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
MAGISTRADO:	DES. RICARDO FONTES	
TOTAL:		268

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
MAGISTRADO:	DES. RODRIGO ANTÔNIO	
TOTAL:		956

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
MAGISTRADO:	DES. SALIM SCHEAD DOS SANTOS	
TOTAL:		570

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
MAGISTRADO:	DES. STANLEY DA SILVA BRAGA	
TOTAL:		886

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
MAGISTRADO:	DES. JORGE LUIZ DE BORBA	
TOTAL:		1.290

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
MAGISTRADO:	DES. JORGE SCHAEFER MARTINS	
TOTAL:		1.243

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
MAGISTRADO:	DES. PEDRO MANOEL ABREU	
TOTAL:		1

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. ROBSON LUZ VARELLA
TOTAL:	1.120

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DES. SAUL STEIL
TOTAL:	2

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL
MAGISTRADO:	DESA. REJANE ANDERSEN
TOTAL:	1.465

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. NEWTON TRISOTTO
TOTAL:	858

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. PAULO HENRIQUE MORITZ MARTINS DA SILVA
TOTAL:	839

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ
TOTAL:	407

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. VANDERLEI ROMER
TOTAL:	309

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. CESAR ABREU
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. CID GOULART
TOTAL:	2.014

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. JOÃO HENRIQUE BLASI
TOTAL:	844

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. NEWTON JANKE
TOTAL:	954

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. NEWTON TRISOTTO
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. ORLI RODRIGUES
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
MAGISTRADO:	DES. RICARDO ROESLER
TOTAL:	783

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA CIVIL ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. ALTAMIRO DE OLIVEIRA
TOTAL:	2

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA CIVIL ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. CARLOS ADILSON SILVA
TOTAL:	3

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA CIVIL ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. CARLOS ALBERTO CIVINSKI
TOTAL:	578

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA CIVIL ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. DOMINGOS PALUDO
TOTAL:	488

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA CIVIL ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. JAIME LUIZ VICARI
TOTAL:	3

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA CIVIL ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. LUIZ FERNANDO BOLLER
TOTAL:	336

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA CIVIL ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. MONTEIRO ROCHA
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA CIVIL ESPECIAL
MAGISTRADO:	DES. PAULO HENRIQUE MORITZ MARTINS DA SILVA
TOTAL:	1

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA CIVIL ESPECIAL	
MAGISTRADO:	DES. PAULO ROBERTO SARTORATO	
TOTAL:		1.045

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA CIVIL ESPECIAL	
MAGISTRADO:	DES. ROBSON LUZ VARELLA	
TOTAL:		1

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA CIVIL ESPECIAL	
MAGISTRADO:	DES. RODRIGO COLLAÇO	
TOTAL:		13

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA CIVIL ESPECIAL	
MAGISTRADO:	DES. SAUL STEIL	
TOTAL:		957

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA CIVIL ESPECIAL	
MAGISTRADO:	DES. VICTOR FERREIRA	
TOTAL:		2

ÓRGÃO JULGADOR:	CÂMARA CIVIL ESPECIAL	
MAGISTRADO:	DESA. DENISE VOLPATO	
TOTAL:		12

ÓRGÃO JULGADOR:	SEÇÃO CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DES. ALEXANDRE D'IVANENKO	
TOTAL:		11

ÓRGÃO JULGADOR:	SEÇÃO CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DES. HILTON CUNHA JÚNIOR	
TOTAL:		56

ÓRGÃO JULGADOR:	SEÇÃO CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DES. IRINEU JOÃO DA SILVA	
TOTAL:		14

ÓRGÃO JULGADOR:	SEÇÃO CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DES. MOACYR DE MORAES LIMA FILHO	
TOTAL:		12

ÓRGÃO JULGADOR:	SEÇÃO CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DES. NEWTON VARELLA JÚNIOR	
TOTAL:		1

ÓRGÃO JULGADOR:	SEÇÃO CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DES. RUI FORTES	
TOTAL:		35

ÓRGÃO JULGADOR:	SEÇÃO CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DES. SÉRGIO PALADINO	
TOTAL:		24

ÓRGÃO JULGADOR:	SEÇÃO CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DES. TORRES MARQUES	
TOTAL:		3

ÓRGÃO JULGADOR:	SEÇÃO CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DESA. MARLI MOSIMANN VARGAS	
TOTAL:		2

ÓRGÃO JULGADOR:	SEÇÃO CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DESA. SALETE SILVA SOMMARIVA	
TOTAL:		18

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DES. CARLOS ALBERTO CIVINSKI	
TOTAL:		7

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DES. HILTON CUNHA JÚNIOR	
TOTAL:		707

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DES. NEWTON VARELLA JÚNIOR	
TOTAL:		396

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DES. RUI FORTES	
TOTAL:		885

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DESA. MARLI MOSIMANN VARGAS	
TOTAL:		530

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DES. IRINEU JOÃO DA SILVA	
TOTAL:		266

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DES. NEWTON VARELLA JÚNIOR	
TOTAL:		7

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DES. SÉRGIO PALADINO	
TOTAL:		301

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DES. TULIO PINHEIRO	
TOTAL:		370

ÓRGÃO JULGADOR:	SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL	
MAGISTRADO:	DESA. SALETE SILVA SOMMARIVA	
TOTAL:		685

TOTAL GERAL:	90.242

** acervo do TJSC (pendentes de julgamento para o ano de 2011) = 90.242*

Fonte: dados colhidos diretamente do Sistema de Automação do Poder Judiciário de Segundo Grau (SAJ)

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

1 ASSESSORIA TÉCNICA

1.1 Participação em Cursos e Seminários:

1.1.1 GED/ECM – Curitiba – Seminário Tratamento Digital para o Excesso de Papéis nas Corporações Sustentáveis – 25 e 26 de novembro de 2010;

1.1.2 4º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS, Brasília - 12 a 17 de julho de 2010, evento que estabeleceu diretrizes para a Política Nacional de Museus (PNM) e para o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), cujo tema foi "Direito à Memória, Direito a Museus";

1.1.3 Curso de Noções Básicas de Licitações, Contratos e Convênios, 27 a 29 de outubro, Academia Judicial;

1.1.4 IV Congresso Nacional de Arquivologia, 19 a 22 de outubro de 2010, Vitória, Espírito Santo.

1.2 Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de acórdãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (base de jurisprudência);

1.2.1 Atualização mensal da infobase informatizada de acórdãos referente ao período de janeiro à novembro de 2010, com a disponibilização de aproximadamente 45.600 acórdãos com seu inteiro teor;

1.2.2 Atualização mensal da infobase informatizada de despachos das Vice-Presidências com a disponibilização de aproximadamente 7.500 despachos com seu inteiro teor;

1.2.3 Atualização mensal da infobase informatizada de acórdãos das Turmas de Recursos com a disponibilização de **6.188** acórdãos com seu inteiro teor;

1.2.4 Atualização mensal da infobase informatizada de acórdãos do Conselho da Magistratura com a disponibilização de 2.855 acórdãos em seu inteiro teor, desde o ano de 1990, com acesso restrito, mediante senha;

1.2.5 Validação diária da base de resoluções administrativas com disponibilização na intranet de 120 resoluções relativas ao ano de 2010.

1.3 Acompanhamento, manutenção e atualização das bases jurídicas informatizadas

1.3.1 Regimento Interno do TJSC – mês de novembro de 2010;

1.3.2 Atos Regimentais do TJSC – mês de novembro de 2010;

1.3.3 Código de Divisão e Organização Judiciárias de Santa Catarina – mês de novembro de 2010;

1.3.4 Súmulas do TJSC;

1.3.5 Constituição do Estado de Santa Catarina, incluindo Emendas Constitucionai;

1.3.6 Lei nº 8.067/1990 – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário.

1.4 Atendimento à pesquisa jurídica virtual (*CD-ROM*, bases jurídicas na internet e bases internas

1.4.1 Atendimento por *e-mail* - 5.500 atendimentos;

1.4.2 Resposta a dúvidas sobre forma de busca de acórdãos na internet e outros assuntos inerentes à recuperação rápida da informação;

1.4.3 Remessa, por *E-mail*, de acórdãos ou de documentos jurídicos solicitados.

1.5 Convênios

Foram celebrados os seguintes convênios: com a Editora Magister, com a Júris Síntese – IOB e com o Superior Tribunal de Justiça – STJ, visando à troca das infobases jurídicas.

1.6 Revista Jurisprudência Catarinense *On-line*

A Revista Jurisprudência Catarinense está disponível para acesso *on-line* na página do TJSC, até o volume 117.

1.7 Renovação de assinaturas

1.7.1 Renovação de 17 assinaturas de Jornais

1.7.2 Renovação de 22 assinaturas de revistas jurídicas

1.8 Gestão interna

1.8.1 Acompanhar a gestão dos projetos definidos pelo Planejamento Estratégico, coordenando, avaliando o seu desenvolvimento, e garantindo a integração de recursos e esforços;

1.8.2 Interagir no processo da elaboração da proposta orçamentária da Diretoria, com base nos objetivos e nas metas estabelecidas, de acordo com as prioridades.

2 DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

2.1 Centros de Atendimento e Informações

2.1.1 Trabalho desenvolvido no Centro de Atendimento e Informações do Tribunal de Justiça

Instalado em 05 de maio de 2002, com o objetivo de proporcionar aos seus usuários internos e externos um atendimento personalizado; recepcionar e orientar o público em geral, prestando informações e/ou encaminhando-o aos setores competentes ou a outras instituições; prestar informações relativas à estrutura organizacional e ao quadro funcional do Tribunal de Justiça, informações processuais de 1º e 2º Graus; fornecer o horário das sessões das Câmaras, a pauta de Sessões e as cópias de acórdãos; realizar a venda de CDs e revistas da Jurisprudência Catarinense, do livro "Leis Complementares, Leis Ordinárias e Atos Regimentais do TJSC" e do Estatuto dos Servidores Públicos; e responder as consultas via e-mail do tjcenai@tjsc.jus.br e do tjmail@tjsc.jus.br .

Usuários: advogados, estudantes e o público em geral.

2.1.1.1 Estatística Atendimento

- Pessoas atendidas – 17.064
- Informações prestadas – 19.309
- Atendimentos telefônicos – 17.165
- Atendimentos por e-mail – 7.156

2.1.2 Trabalho desenvolvido nos Centros de Atendimento e Informações instalados nas Comarcas

2.1.2.1 Estatística Atendimento

COMARCA	PESSOAS ATENDIDAS	INFORMAÇÕES PRESTADAS
Araranguá	13.863	16.466
Balneário Camboriú	6.936	11.640
Blumenau	12.124	13.268
Brusque	23.039	23.163
Campos Novos	12.371	14.767
Capital	35.139	35.439
Chapecó	49.097	46.223
Concórdia	17.414	16.490
Curitibanos	19.323	19.331
Itajaí	156.575	175.303
Jaraguá do Sul	20.131	35.766
Joaçaba	5.342	17.390
Lages	22.111	35.907
Palhoça	30.231	31.101
São Bento do Sul	22.940	27.417
São José	41.005	47.918
Tubarão	31.646	47.458
Xanxerê	8.534	15.873
TOTAL	527.821	630.920

2.2 Central de Cadastramento do Tribunal de Justiça

Na portaria do Tribunal de Justiça circulam mensalmente 57.000 pessoas, entre elas 3.000 advogados, 5.500 estudantes e 5.000 visitantes. Os usuários vêm em busca de informações, serviços ou se dirigem aos setores e gabinetes.

O software de controle de acesso DMP-ACCES, foi atualizado visando um controle efetivo que integra comunicação, cadastramento e ponto, num banco de dados único, com resposta em tempo real.

Foram confeccionados 331 crachás para as Comarcas, 585 crachás – 2ª via, 285 crachás para o Tribunal de Justiça e 196 crachás permanentes para advogados.

2.3 Protocolo Administrativo

2.3.1. Estatística Processual

Foram autuados **38.676** processos administrativos; **1.370** precatórios e **3.611** petições de precatórios.

Consultas de processos administrativos e precatórios – **271**, em torno de 1 por dia.

Anexação, juntada, apensamento e desapensamento de processos – aproximadamente **528**, em torno de **2** por dia.

2.4 Protocolo Judicial Expresso do Tribunal de Justiça

O Protocolo Judicial Expresso – PJEx, foi instituído pela Resolução Conjunta nº 2/2005-GP/CGJ, com o objetivo de prestar atendimento aos advogados com maior comodidade e dinamicidade. Este serviço destina-se ao recebimento, ao protocolo de petições e à devolução de processos em carga, destinados ao Fórum Central da Comarca de Capital, ao Fórum Desembargador Eduardo Luz e ao Tribunal de Justiça, sem que o advogado

tenha que sair de seu veículo. A utilização do PJEx é facultativa e complementa os serviços de distribuição do Fórum da Capital e da Secretaria de Informações da Diretoria Judiciária.

2.4.1. Estatística de Recebimentos

Foram recebidos e distribuídos **35.478** processos de 1º grau; **61.141** petições de 1º grau; **14.927** processos de 2º grau e **49.697** petições de 2º grau.

2.5 Protocolo Judicial Expresso de Blumenau

O Protocolo Judicial Expresso – PJEx, foi criado em 2008, com o objetivo de prestar atendimento aos advogados. Este serviço destina-se ao recebimento e ao protocolo de petições intermediárias destinadas ao Fórum da Comarca de Blumenau. Atua também como Protocolo Unificado. A utilização do Protocolo Expresso é facultativa complementando os serviços de distribuição do Fórum.

2.5.1 Estatística de Recebimentos

Foram recebidos e encaminhados **27.778** petições intermediárias, **10.225** petições do Protocolo Unificado e **1.310** petições dependentes.

Foram encaminhamentos **12.772** Protocolos Unificados recebidos na Distribuição do Fórum Central.

3 DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

3.1 Seção de Revisão

Neste ano, os trabalhos realizados pela Seção de Revisão (Entre os dias 26-11-2009 e 7-12-2010) foram, principalmente, a correção de acórdãos, a correção de documentos administrativos e a correção da revista Jurisprudência Catarinense.

Quanto aos acórdãos, foram revisados **6.340** documentos, conforme quadro abaixo:

Des. Fernando Carioni	1.304
Des. Subst. Altamiro de Oliveira	240
Des. Vanderlei Romer	1.382
Des. Rui Fortes	475
Des. Cesar Abreu	296
Des. Luiz Carlos Freyesleben	1.042
Des. Subst. Jaime Vicari	596
Des. Jorge S. Martins	361
Des. Joel Figueira	644
Total de acórdãos revisados	6.340

Foram revisados 175 documentos administrativos, dentre os quais: resoluções, atos regimentais, projetos, apostilas, matérias publicadas no *site* do PJSC, relatórios, panfletos, discursos, atas do Conselho da Magistratura e ofícios.

Os textos das doutrinas/artigos que formam as revistas Jurisprudência Catarinense números 118 e 119 foram todos revisados e formatados de acordo com as normas da ABNT (NBR 6022, NBR 6023, NBR 6024 e NBR 10520).

A Seção de Revisão também fez a distribuição da revista Jurisprudência Catarinense número 117, assim como distribuiu a segunda edição do *Guia Prático de Redação TJSC* aos setores e comarcas do Poder Judiciário catarinense.

3.2 Seção de Padronização e Conferência de Acórdãos

Os servidores dessa seção conferiram 80.283 acórdãos (entre os dias 30-11-2009 e 3-12-2010). Desse número, 7.845 foram remetidos pela Seção aos gabinetes de desembargador para retificação do texto, como, por exemplo, a data da assinatura do acórdão ou a da sessão de julgamento, o nome das partes e dos desembargadores que participaram do julgamento, a decisão, a ortografia da ementa, dentre outros, e 1.580 processos foram remetidos para a Secretaria de Câmaras da Diretoria Judiciária, para retificação de certidão de julgamento, reautuação e juntada de petições.

3.2.1 Número de acórdãos conferidos



3.3 Seção de Publicações

A Seção de Publicações desenvolveu, em especial, duas atividades: digitalização dos acórdãos do Tribunal de Justiça e confecção do Diário da Justiça Eletrônico.

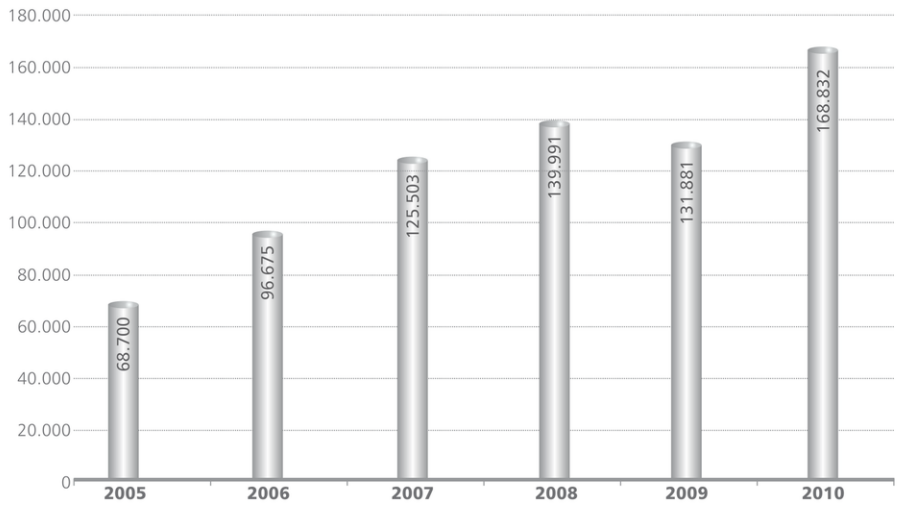
Foram digitalizados **79.930** acórdãos, conforme quadro abaixo. Esses acórdãos totalizam **662.400** páginas digitalizadas.

PERÍODO	QTD. DE ACÓRDÃOS DIGITALIZADOS	QTD. DE PÁGINAS DIGITALIZADAS
2009/nov.	896	6.241
2009/dez.	7.511	59.249
2010/jan.	1.288	9.265
2010/fev.	4.439	32.027
2010/mar.	7.977	59.197
2010/abr.	8.022	57.804
2010/maio	7.164	54.297
2010/jun.	7.107	51.482
2010/jul.	6.879	54.200
2010/ago.	7.210	53.846
2010/set.	6.837	52.039
2010/out.	7.146	55.335

2010/nov.	7.454	57.418
TOTAL	79.930	602.400

Foram disponibilizadas no *site* do Poder Judiciário de Santa Catarina **244** edições do Diário da Justiça Eletrônico. Nessas, foram publicadas **168.832** matérias, conforme gráfico abaixo (entre os dias 30-11-2009 e 9-12-2010).

3.3.1 NÚMERO DE MÁTERIAS PUBLICADAS NO DJE



Essa Seção também publicou aproximadamente **371** matérias provenientes da Diretoria de Material e Patrimônio do Tribunal de Justiça nos jornais Diário Catarinense e A Notícia. No Diário Oficial do Estado foram publicadas **61** matérias do Poder Judiciário de Santa Catarina.
Além disso, a Seção de Publicações disponibilizou na página do TJ o Guia Prático de Redação do TJSC.

4 DIVISÃO DE ARQUIVO E MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO

4.1 SEÇÃO DE PREPARO TÉCNICO

Documentação administrativa oriunda dos diversos órgãos do Tribunal de Justiça recebida, organizada, indexada e arquivada em **583** caixas de arquivo, de acordo com a discriminação abaixo:

4.1.1 Gabinete da Presidência

SÉRIE DOCUMENTAL	NÚMERO DE CAIXAS	MÊS
Portarias	5	Novembro

4.1.2 Coordenadoria dos Magistrados

SÉRIE DOCUMENTAL	NÚMERO DE CAIXAS	MÊS
Processos	7	Novembro

4.1.3 Conselho da Magistratura

SÉRIE DOCUMENTAL	NÚMERO DE CAIXAS	MÊS
Processos	5	Abril

Processos	11	Outubro
Processos	5	Novembro

4.1.4 Corregedoria-Geral da Justiça

SÉRIE DOCUMENTAL	NÚMERO DE CAIXAS	MÊS
Processos Administrativos	119	Abril

4.1.5 Diretoria de Documentação e Informações

SÉRIE DOCUMENTAL	NÚMERO DE CAIXAS	MÊS
Protocolo Judicial Expresso	3	Janeiro
Protocolo Judicial Expresso	2	Março
Protocolo Judicial Expresso	1	Abril
Protocolo Judicial Expresso	2	Maio
Protocolo Judicial Expresso	2	Junho
Protocolo Judicial Expresso	6	Julho
Protocolo Judicial Expresso	2	Agosto
Protocolo Judicial Expresso	2	Setembro
Protocolo Judicial Expresso	2	Outubro
Protocolo Judicial Expresso	2	Novembro

4.1.6 Diretoria de Material e Patrimônio

SÉRIE DOCUMENTAL	NÚMERO DE CAIXAS	MÊS
Processos de Baixa de Material	17	Fevereiro
Processos de Contratos e Convênios	20	Outubro

4.1.7 Diretoria de Infraestrutura

SÉRIE DOCUMENTAL	NÚMERO DE CAIXAS	MÊS
Protocolo de Correspondência	55	Março

4.1.8 Diretoria de Orçamento e Finanças

SÉRIE DOCUMENTAL	NÚMERO DE CAIXAS	MÊS
Conta Única	15	Março
Conta Única	8	Abril
Ordem Bancária	140	Maio
Retenção INSS	9	Maio
Devolução de Custas	5	Maio
Precatórios	38	Maio
Gecof	36	Maio
Ordem Bancária	15	Junho
Gecof	18	Julho
Ordem Bancária	13	Agosto
Gecof	4	Agosto

Gecof	5	Setembro
Empenhos	6	Outubro
Gecof	38	Novembro

4.1.9 Academia Judicial

Processos Administrativos	2	Maio

4.1.10 Diretoria de Saúde

Documentos Diversos	2	Agosto

4.1.11 Diretoria Judiciária

Recebidos, conferidos e cadastrados no sistema **SAJ/SG 18.487** processos judiciais de 2º grau transitados em julgado e **12.994** processos judiciais arquivados temporariamente, conforme quadro abaixo:

MÊS	PROCESSOS JUDICIAIS TRANSITADOS EM JULGADO	PROCESSOS JUDICIAIS – ARQUIVO TEMPORÁRIO
JANEIRO	1.072	1.217
FEVEREIRO	1.114	1.108
MARÇO	2.009	673
ABRIL	1.738	384
MAIO	1.619	963
JUNHO	1.824	1.235
JULHO	1.913	819
AGOSTO	1.874	1.974
SETEMBRO	1.501	1.159
OUTUBRO	1.697	2.234
NOVEMBRO	2.126	1.228
TOTAL	**18.487**	**12.994**

4.1.12 Diretoria de Documentação e Informações

Recebidos, conferidos e cadastrados no sistema **PTC 23.701** processos administrativos:

MÊS	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	LOTES RECEBIDOS
JANEIRO	3.498	116
FEVEREIRO	1.141	141
MARÇO	2.509	205
ABRIL	1.804	225
MAIO	3.765	259
JUNHO	1.605	158
JULHO	1.722	183
AGOSTO	1.183	171
SETEMBRO	1.994	210
OUTUBRO	1.292	180
NOVEMBRO	3.188	197
TOTAL	**23.701**	**2.045**

4.1.13 Documentação da Justiça de 1º Grau – Processos Judiciais

Recebidos, conferidos e cadastrados no sistema SAJarq 584.771 processos judiciais de 1º grau, conforme quadro abaixo:

MÊS	PROCESSOS MIGRADOS	PROCESSOS CRIADOS	PROCESSOS MIGRADOS E PROCESSOS CRIADOS
JANEIRO	72.735	4.639	77.374
FEVEREIRO	42.733	12.479	55.212
MARÇO	45.655	19.766	65.431
ABRIL	25.873	14.788	40.661
MAIO	24.207	10.285	34.492
JUNHO	26.770	9.970	36.740
JULHO	27.848	15.431	43.279
AGOSTO	39.745	18.168	57.913
SETEMBRO	40.532	16.642	57.174
OUTUBRO	41.179	16.701	58.480
NOVEMBRO	44.332	13.683	58.015
TOTAL	**431.609**	**152.552**	**584.771**

Transferência de **14.246** caixas de arquivo, o equivalente a **427.380** processos judiciais (considerando-se a média de 30 processos/caixa):

MÊS	QUANTIDADE DE CAIXAS
JANEIRO	209
FEVEREIRO	546
MARÇO	1.525
ABRIL	1.114
MAIO	2.188
JUNHO	1.263
JULHO	1.233
AGOSTO	3.380
SETEMBRO	503
OUTUBRO	1.813
NOVEMBRO	472
TOTAL	**14.246**

4.2 SEÇÃO DE CONTROLE CADASTRAL

Revisadas **11.786** caixas, o correspondente a **304.035** processos judiciais de 1º grau:

MÊS	QUANTIDADE DE CAIXAS	QUANTIDADE DE PROCESSOS	OBSERVAÇÕES
JANEIRO	647	14.165	
FEVEREIRO A ABRIL	-	-	Pessoal realocado para cadastramento
MAIO	5.107	141.453	
JUNHO	3.973	95.602	
JULHO	2.706	66.980	
AGOSTO A NOVEMBRO	-	-	Pessoal realocado para cadastramento
TOTAL	**11.786**	**304.035**	

4.3 SEÇÃO DE ALOCAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Foram desarquivados **44.921** processos e devolvidos **42.351** processos judiciais das comarcas, conforme quadro abaixo:

4.3.1 Movimentação de processos

TOTAL GERAL MENSAL DAS SOLICITAÇÕES DE PROCESSOS				
MÊS	REQUISITADOS	EM ANDAMENTO	DESARQUIVADOS	DEVOLVIDOS
JANEIRO	3.211	81	3.130	1.396
FEVEREIRO	3.759	224	3.535	2.966
MARÇO	5.004	368	4.636	4.012
ABRIL	3.722	365	3.361	3.869
MAIO	3.266	153	3.113	3.907
JUNHO	4.037	284	3.753	3.913
JULHO	5.344	297	5.037	4.537
AGOSTO	3.569	181	3.388	5.366
SETEMBRO	4.266	220	4.046	4.153
OUTUBRO	4.039	220	3.819	4.392
NOVEMBRO	4.704	202	4.502	3.840
TOTAL	**44.921**	**2.595**	**42.320**	**42.351**

Foram realizadas **11.361** pesquisas na documentação textual do Tribunal de Justiça:

MÊS	PROCESSOS JUDICIAIS	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	PRECATÓRIOS
JANEIRO	499	137	6
FEVEREIRO	382	132	1
MARÇO	644	142	1
ABRIL	1.461	42	1
MAIO	1.028	106	6
JUNHO	807	117	7
JULHO	450	189	3
AGOSTO	264	197	2
SETEMBRO	1.181	150	2
OUTUBRO	2.514	154	0
NOVEMBRO	491	241	4
TOTAL	**9.721**	**1.607**	**33**
TOTAL GERAL		**1.1361**	

Transportados pela **EBCT -** Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos **40.492,70 kg (saída de malotes) e 61.835,46 kg (chegada de malotes)** de processos judiciais, conforme quadro abaixo. Este contrato tem a finalidade de atender às solicitações de desarquivamentos de processos judiciais feitas pelas comarcas, bem como de efetivar sua devolução à Divisão de Arquivo.

MALOTES (em kg)	SAÍDA	CHEGADA
JANEIRO	3.140,240	2.581,502
FEVEREIRO	3.100,440	5.555,919
MARÇO	4.460,020	6.592,879
ABRIL	3.344,081	5.299,952
MAIO	4.357,73	6.784,31
JUNHO	4.848,17	7.851,26

JULHO	4.563,97	5.985,36
AGOSTO	3.188,71	5.876,24
SETEMBRO	3.143	4.789,09
OUTUBRO	3.368,23	5.564,85
NOVEMBRO	2.978,11	4.954,10
TOTAL	**40.492,701**	**61.835,462**

4.4 SEÇÃO DE PEQUISA E DIGITALIZAÇÃO

Foram digitalizadas **719.525** imagens de processos administrativos, *Habeas Corpus* e relações de processos recebidos das comarcas, conforme descrito abaixo:

MÊS	IMAGENS	DOCUMENTOS
ABRIL	50.136	0
MAIO	152.295	2.387
JUNHO	179.805	2.688
JULHO	337.289	3.971
TOTAL	719.525	9.046

4.4.1 Pesquisas em meio digital (*scanner*)

MÊS	PROCESSO ADMINISTRATIVO	PROCESSO JUDICIAL	ACÓRDÃOS	DOCUMENTOS DIVERSOS
JANEIRO	7	2	12	3
FEVEREIRO	12	3	6	11
MARÇO	18	4	11	16
ABRIL	-	0	10	0
MAIO	-	-	-	-
JUNHO	-	-	-	-
TOTAL	**37**	**9**	**39**	**30**
TOTAL GERAL				**115**

4.4.2 Pesquisas em microfilme

MÊS	PESQUISA INTERNA TJSC	PESQUISA EXTERNA/PÚBLICO EM GERAL
JANEIRO	55	2
FEVEREIRO	23	9
MARÇO	77	7
ABRIL	33	0
MAIO	44	3
JUNHO	40	3
JULHO	45	2
AGOSTO	34	4
SETEMBRO	37	3
OUTUBRO	42	4
NOVEMBRO	38	7

TOTAL GERAL	468	44

4.4.3 Relatório dos processos eletrônicos

DESTINO	PERÍODO	RECEBIDOS	ENVIADOS
STJ	7-1-2010 a 30-11-2010	6.953	5.410
STF	23-4-2010 a 30-11-2010	169	157
Turma de Recursos da Capital	5-10-2010 a 30-11-2010	375	375

Duplicação de microfilmes da série documental Diário Oficial do Estado referente ao período setembro/2009 a janeiro/2010, equivalente a 5.200 fotogramas.

4.5 SEÇÃO DE MUSEU

4.5.1 Atividades de difusão da memória

Foram executados 5 eventos na Seção de Museu e registrados 1.697 visitantes às exposições durante o período de janeiro a dezembro de 2010, em cinco eventos programados. Foram feitos 909 atendimentos a visitantes e a pesquisadores, individualmente e em grupos.

4.5.1.2 Exposições do Acervo Museológico em 2010

PERÍODO	ATIVIDADE	Nº VISITANTES
7/1 a 17/12	Exposição permanente no Anexo do Tribunal	1.250
16 a 27/8	Exposição temática do Mês do Folclore	89
22/9	Sarau líteromusical da 4ª Primavera de Museus	100
24/9	Oficina de Memória -Grupo da 3ª Idade do Sesc	50
1º/10 a 6/11	Exposição comemorativa aos 119 anos doTJSC	281
Total	**Visitantes ao acervo do Museu**	**1.697**

4.5.1.3 Atividade para divulgação do Acervo Histórico

PERÍODO	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Jan/dez	Entrevistas concedidas à TV Justiça Legal	3
Jan/dez	Palestras a escolas de ensino fundamental e médio visitantes à exposição permanente do Museu	5
Jan/dez	Banner (4) e cartazes distribuídos (50)	54
TOTAL		**62**

4.5.1.4 Atendimento a pesquisadores e pesquisa interna no acervo

PERÍODO	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Jan/dez	Pesquisa histórica p/livro Comarcas de S. Catarina	6
Jan/dez	Pesquisa de currículo e obra de magistrados	46
Jan/dez	Atendimentos presenciais à pesquisa histórica	187
Jan/dez	Atendimentos a 5 escolas de Ens. Fundamental	150
Jan/dez	Atendimentos aos visitantes de eventos especiais	520
TOTAL		**909**

4.5.2 Atividades de controle e preservação do acervo

Foram acondicionados e higienizados um montante de 1.271 documentos históricos, tendo sido recolhidos de 3 comarcas 565 documentos. Foram catalogados 978, sendo rearquivados 820 processos para manutenção. Foram digitalizados 45 processos judiciais históricos manuscritos, e gravados em 26 DVD's, totalizando um arquivo de 3600 pags. digitalizadas. Foram adquiridos 485 objetos para o acervo museológico. Armazenadas 300 imagens de fotos digitais.

4.5.2.1 Controle e preservação do acervo

ITEM	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Lages	Pré acondicionamento de 5 cx. de docs.	154 processos
Biguaçu	Pré-acondicionamento de 10 cx. de docs.	326 processos
Capital	Pré-acondicionamento de 1 cx. de docs.	19 processos
Pinhalzinho	Pré-acondicionamento de 4 cx. de docs.	40 processos
São Fcº do Sul	Pré-acondicionamento de 1 cx. de docs.	38 processos
São Joaquim	Pré-acondicionamento de 16 cx. de docs.	642 processos
	Documentos higienizados e desinfetados	52 processos
TOTAL		1.271

4.5.2.2 Viagens às comarcas p/avaliação de documentos e recolher acervo

COMARCA	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Capital	Recolhidos documentos do Cartorio Ribeirao da Ilha	52
Urussanga	Recolhidos 9 livros de atas e 4 objetos	13
Biguaçu	Recolhidos documentos processuais – 42 cx	500
Lages	Avaliação de acervo para criação de centro de memória	-
TOTAL		565

4.5.2.3 Atividades de aperfeiçoamento de pessoal

PERÍODO	ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO
12 a 17/7	Participação no 4º Fórum Nacional de Museus em Brasilia - IBRAM	2 servidores
Jul a Nov	Participação em 3 encontros da Rede de Educadores em Museus – REM/SC	2 servidores
Jul a Dez	Participação no Núcleo de Estudos Museologicos do SEM/SC	1 servidor
25/nov	Participação no curso Museu e Cultura Popular – Museu Victor Meirelles	1 servidor
25 a 26/Nov	Participação curso de Conservação Preventiva e Gerenciamento Ambiental de Coleções – Museu Victor Meirelles	1 servidor
TOTAL	*5*	7 participantes

4.5.2.4 Atividades de planejamento e gerenciamento do acervo

PERÍODO	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Jan/nov	Catalogação de documentos recolhidos	978
	Digitalização de docs judiciais frente e verso: 3600pg	45

	Rearquivamento p/manutenção e conservação: 82 cx	820
	Cadastramento de livros e revistas	156
	CD/DVD gravados a partir da digitalização de docs.	26
	Elaboração de projeto de inventário do acervo	1
	Elaboração de projeto do plano museológico	1
	Elaboração de projeto de gerenciamento de acervo	1
	Estudo para implantação de banco digital de dados	1
	Elaboração de projeto de conservação do acervo	1
	Documentos arquivados em fotografia digital	300
TOTAL		1.510

4.5.2.5 Aquisição de bens permanentes para o patrimônio

PERÍODO	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
Jan/Dez	Aquisição de molduras para galeria do Museu	38
Jan/Dez	Aquisição de vitrines expositórias	16
Out	Monitor de TV 42" para a Sala de Exxposições	1
Out	Camera fotografica digital para registro do acervo	1
Nov	Armario para a Biblioteca setorial do Museu	3
Ago	Mesa higienizadora para conservação de acervo	1
Jul/Nov	Aquisição de obras de arte para o acervo do TJSC	4
Jul/Nov	Reprodução de imagens do acervo do TJSC	110
Ago/Nov	Aquisição de molduras para o acervo fotografico	148
Jul/Nov	Ampliação de fotografias históricas p/exposição	8
Nov	Aquisição de livros e revistas	156
TOTAL		485

5 DIVISÃO DE PESQUISA E INFORMAÇÃO

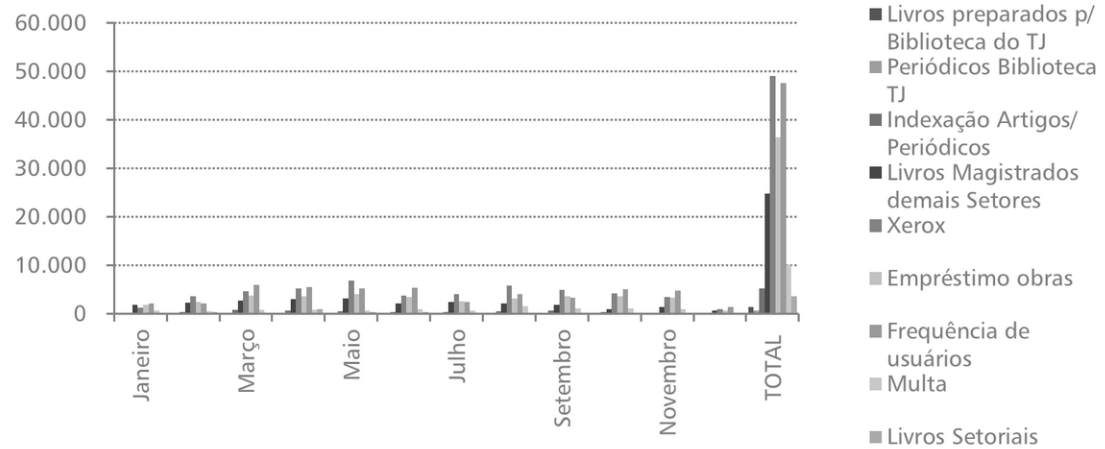
Foi instalado nas Bibliotecas Setoriais o Sistema Pergamum/módulo empréstimo, com exceção na Biblioteca de Criciúma, Joinville e São José que estão passando por mudanças, com a finalidade de melhorar o atendimento aos seus usuários.

Em parceria com a Academia Judicial, a Divisão de Pesquisa e Informação/Biblioteca participou da 1ª Mostra de Obras Bibliográficas de Magistrados e Servidores do Judiciário de Santa Catarina . Mais de 100 exemplares ficaram disponíveis ao público no hall da Torre I do Tribunal de Justiça, de 6 a 10 de dezembro de 2010.

QUADRO ESTATÍSTICO 2010

MESES	Livros preparados p/ Biblioteca do TJ	Periódicos Biblioteca TJ	Indexação Artigos/ Periódicos	Livros Magistrados Demais Setores	Xerox	Empréstimo obras	Frequência de usuários	Multa (R$)	Livros Setoriais
Janeiro	141	115		1.841	1.277	1.906	2.209	659,10	
Fevereiro	41	33	453	2.254	3.620	2.514	2.134	474,89	350
Março	64	66	817	2.784	4.593	3.810	5.985	789,23	315
Abril	225	59	639	3.019	5.293	3.607	5.557	797,68	1.007
Maio	54	49	507	3.142	6.862	4.025	5.232	730,08	329
Junho	187	40	392	2.120	3.787	3.501	5.465	910,91	422
Julho	162	57	358	2.477	4.097	2.551	2.438	660,79	163
Agosto	176	54	502	2.120	5.852	3.177	4.145	1.585,22	215
Setembro	72	41	701	1.897	5.003	3.642	3.290	1.166,10	305
Outubro	142	56	448	964	4.182	3.631	5.088	1.125,54	204
Novembro	139	19	302	1.427	3.479	3.402	4.753	1.010,62	276
Dezembro	5	42	108	718	1.026	669	1.393	226,46	75
TOTAL	1.408	631	5.227	24.763	49.071	36.435	47.689	10.136,62	3661

QUADRO ESTATÍSTICO 2010



DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

1 OBRAS CONCLUÍDAS

OBRA	CONTRATO	METRAGEM (m²)	INVESTIMENTO (R$)	DATA DE ENTREGA
Construção do prédio do Fórum da Comarca de **Otacílio Costa**	43/2008	1.534,24	2.261.287,01	Termo de Recebimento Provisório ainda não emitido
Reforma e ampliação do prédio do Fórum da Comarca de **Maravilha**	85/2008	1.795,54	2.256.080,00	Termo de Recebimento Provisório ainda não emitido
Restauração e pintura do piso do **Almoxarifado Central**	180/2009	2.340,00	59.232,00	12/01/2010
Modernização dos elevadores do prédio do Fórum de **Joaçaba**	186/2009	–	113.148,21	08/03/2010
Reforma do passeio público do prédio do Fórum de **Caçador**	193/2010	315,47	32.550,39	11/01/2010
Reforma parcial do prédio do Fórum de **Jaguaruna**	198/2009	3.244,00	47.746,60	14/01/2010
Reforma parcial do prédio do Fórum da Comarca de **Mondaí**	210/2009	2.305,00	101.893,17	05/04/2010
Complementação da impermeabilização das lajes de cobertura do pavimento subsolo do prédio do Fórum da Comarca da **Capital**	24/2010	1.490,00	161.488,45	09/07/2010
Cercamento e vedação física das divisas do terreno do prédio do Fórum da Comarca de **Itajaí**	33/2010	641,66	199.285,15	02/09/2010
TOTAL				5.232.710,98

Fonte: controle de contratos – Secretaria da DEA

2 OBRAS EM ANDAMENTO

OBRA	CONTRATO	METRAGEM (m²)	INVESTIMENTO (R$)	PREVISÃO DA DATA DE ENTREGA
Construção do prédio do Fórum da Comarca de **Palhoça**	83/2008	5.939,78	10.824.886,28	17/02/2011
Reforma global do prédio do Fórum da Comarca de **Braço do Norte**	175/2009	1.232,71	1.473.461,96	22/01/2011
Reforma global do prédio do Fórum da Comarca de **São Joaquim**	189/2009	1.847,24	1.601.151,60	09/05/2011
Reforma do acesso ao prédio, alterações de leiaute interno e cercamento do terreno que abriga o prédio do Fórum da Comarca de **Imbituba**	62/2010	802,82	142.645,06	02/02/2011

Reforma parcial do edifício-sede do Fórum da Comarca de **Joinville**	103/2010	3.834,76	302.876,07	28/03/2011
Reforma parcial do edifício-sede do Fórum da Comarca de **Brusque**	143/2010	401,00	138.751,17	22/01/2011
Reforma parcial do prédio do **Fórum Distrital do Norte da Ilha** (Comarca da Capital)	145/2010	1.982,34	562.332,83	09/04/2011
TOTAL				15.046.104,97

Fonte: controle de contratos – Secretaria da DEA

3 MANUTENÇÃO – CLIMATIZAÇÃO

COMARCA	CONTRATO	OBJETO	VALOR MENSAL (R$)	VALOR ANUAL (R$)
Blumenau	182/2010	Serviços de manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização do Fórum e do Fórum Universitário	848,90	848,90
Campo Erê	118/2007	Serviços de manutenção do sistema de calefação	1.390,07	16.680,04
Capital – Fórum Des. Eduardo Luz	124/2009	Serviços de manutenções (preventiva e corretiva) do sistema de climatização	3.411,05	40.932,60
Capital – Fórum do Norte da Ilha	183/2010	Serviços de manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização	695,00	695,00
Capital – Sede	104/2008	Serviços de manutenções (preventiva e corretiva) do sistema de climatização	3.955,62	47.467,44
Chapecó	053/2007	Serviços de manutenção em ar-condicionado central	2.312,58	27.750,96
Criciúma	154/2010	Serviços de manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização do Salão do Júri	914,50	2.743,50
Itajaí	177/2010	Serviços de manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização do Salão do Júri	683,90	683,90
Jaraguá do Sul	185/2010	Serviços de manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização	430,00	430,00
Joinville	184/2010	Serviços de manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização do Salão do Júri	563,00	563,00
São José	085/2010	Serviços de manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização	1.579,76	11.058,32
Tribunal de Justiça (Torre I)	086/2010	Serviços de manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização	6.045,00	36.270,00
Tribunal de Justiça (Torre II)	111/2008	Serviços de manutenções (preventiva e corretiva) do sistema de climatização	3.781,60	45.379,20
Urubici	094/2007	Serviços de manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de calefação	1.129,99	13.559,88
TOTAL			27.740,97	245.062,74

Fonte: controle de contratos – Secretaria da DEA

4 MANUTENÇÃO – ELEVADORES

COMARCA	CONTRATO	OBJETO	VALOR MENSAL (R$)	VALOR ANUAL (R$)
Academia Judicial	149/2008	Manutenção preventiva de elevador	224,46	2.693,52
Araranguá	007/2006	Manutenção preventiva de plataforma elevatória	245,22	2.942,64
Balneário Camboriú	105/2007	Assistência técnica em dois elevadores	835,88	10.030,56
Blumenau	003/2006	Manutenção e assistência técnica em dois elevadores	795,32	9.543,84
Brusque	031/2010	Prestação de serviços de manutenções preventiva e corretiva de um elevador	526,50	6.318,00
Capital – Fórum Des. Eduardo Luz	145/2009	Manutenção e assistência técnica em um elevador	420,00	5.040,00
Capital – Fórum Distrital Norte da Ilha	225/2005	Manutenção preventiva de um elevador	339,30	3.393,00
Capital - Sede	009/2006	Manutenção preventiva de três elevadores	1.824,41	21.892,92
Chapecó	175/2005	Manutenção preventiva de dois elevadores	872,49	7.852,41
Concórdia	036/2007	Manutenção preventiva de dois elevadores	802,04	9.624,48
Criciúma	002/2006	Manutenção e assistência técnica em dois elevadores	723,01	8.676,12
Itajaí	004/2006	Manutenção e assistência técnica em dois elevadores	723,01	8.676,12
Joaçaba	001/2006	Manutenção preventiva de dois elevadores	492,40	5.908,80
Joinville	246/2005	Manutenção preventiva de três elevadores	1.229,03	14.748,36
Lages	176/2005	Manutenção e assistência técnica de um elevador	336,77	4.041,24
Laguna	008/2006	Manutenção preventiva de plataforma elevatória	245,22	2.942,64
Mafra e São Francisco do Sul	138/2009	Manutenção preventiva de dois elevadores	513,92	6.167,04
São José	130/2009	Manutenção preventiva de em dois elevadores	972,25	11.667,00
Tribunal de Justiça (Pleno)	105/2008	Manutenção preventiva de plataforma elevatória no hall do Auditório do Tribunal Pleno	183,54	2.202,48
Tribunal de Justiça (Torre I)	027/2010	Manutenção preventiva e corretiva em cinco elevadores do TJ (Torre I)	7.346,54	88.158,48
Tribunal de Justiça (Torre II)	035/2007	Manutenção preventiva de em quatro elevadores	1.602,16	19.225,92
Videira	049/2006	Manutenção preventiva de plataforma elevatória	242,09	2.905,08
TOTAL			21.495,56	254.650,65

Fonte: controle de contratos – Secretaria da DEA

5 MANUTENÇÃO PREDIAL

COMARCA	CONTRATO	OBJETO	VALOR (R$)

Capital	197/2008	Serviços de manutenção de instalações elétrica, telefônica e de cabeamento estruturado	51.575,00
Tribunal de Justiça (e anexos)	108/2007	Serviços de manutenção predial - Instalações Elétricas	83.270,81
Tribunal de Justiça (Torres I e II)	098/2010	Prestação de serviços de manutenção corretiva predial	386.152,01
TOTAL			520.997,82

Fonte: controle de contratos – Secretaria da DEA

6 MANUTENÇÃO – GRUPO GERADOR

COMARCA	CONTRATO Nº	OBJETO	VALOR (R$)
Capital	146/2009	Serviços de manutenção (preventiva e corretiva) no grupo gerador	2.394,00
Tribunal de Justiça	081/2008	Serviços de manutenção (preventiva e corretiva) no grupo gerador	5.956,20
TOTAL			8.350,2

Fonte: controle de contratos – Secretaria da DEA

7 PROJETOS EM LICITAÇÃO

COMARCA	OBJETO
Brusque	Reforma global do sistema de climatização do prédio do Fórum
Capital	Instalação do sistema de geração de energia de emergência (Grupo Motor-Gerador) do prédio do Fórum
Capital – Fórum Des. Eduardo Luz	Instalação da automação do sistema de climatização do prédio do Fórum
Chapecó	Lanchonete do prédio do Fórum
Correia Pinto	Ampliação e reforma global do prédio do Fórum
Forquilhinha	Construção de prédio-sede para o Fórum
Santa Rosa do Sul	Reforma do estacionamento do Fórum
São Miguel do Oeste	Reforma parcial do prédio do Fórum
Tribunal de Justiça	Reforma global do sistema de drenagem do estacionamento elevado
Tribunal de Justiça – Almoxarifado	Sistema de CFTV

Tribunal de Justiça – Almoxarifado	Reforma parcial do prédio - cobertura para veículos
Tribunal de Justiça – Torre I	Reforma global do 8º, 9º e 11º, bem como das instalações sanitárias públicas e escadas do prédio
Tubarão	Instalação dos protetores de ar-condicionado do prédio do Fórum
Turvo	Construção do novo prédio do Fórum

Fonte: Assessoria Técnica - Gerência de Projetos

8 PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

COMARCA	OBJETO
Blumenau	Reforma global do prédio do Fórum
Balneário Camboriú	Ampliação e reforma global do prédio do Fórum
Descanso	Reforma global do prédio do Fórum
Campo Erê	Ampliação e reforma global do prédio do Fórum
Lauro Müller	Ampliação de reforma global do prédio do Fórum
Biguaçu	Rampa de acesso ao prédio do Fórum
Chapecó	Reforma parcial do prédio do Fórum (instalação de novas varas)
São José	Protocolo Expresso do Fórum
Capital – Fórum Des. Eduardo Luz	Projeto de cercamento do estacionamento do prédio do Fórum
Coronel Freitas	Reforma parcial do prédio do Fórum
Tribunal de Justiça – Almoxarifado	Reforma parcial do prédio
Jaraguá do Sul	Reforma parcial do prédio do Fórum
Tribunal de Justiça	Projeto de lixeira
São Miguel do Oeste	Reforma parcial do prédio do Fórum (projeto de acessibilidade)
Tribunal de Justiça – ASTJ	Projeto de acesso à sede social da ASTJ
Joinville	Protocolo Expresso do prédio do Fórum

Fonte: Assessoria Técnica - Gerência de Projetos

9 PROJETOS TERCEIRIZADOS EM DESENVOLVIMENTO

COMARCA	OBJETO
Blumenau	Elaboração de projetos complementares para reforma global do prédio do Fórum
Balneário Camboriú	Elaboração de projetos complementares para ampliação e reforma global do prédio do Fórum
São José	Elaboração de projeto de cabeamento estruturado para o prédio do Fórum

Jaraguá do Sul	Reforma da cobertura do prédio do Fórum

Fonte: Assessoria Técnica - Gerência de Projetos

10 ABERTURA DE CHAMADOS

DIVISÃO	QUANTIDADE
Divisão de Manutenção Predial	2.239
Divisão de Engenharia Elétrica	2.012
Divisão de Engenharia Civil	17
TSI (atendimento interno – DEA)	353
TOTAL	4.621

Dados computados até 14/12/2010
Fonte: controle de chamados – Secretaria da DEA

11 DOCUMENTOS ELABORADOS

DOCUMENTO	QUANTIDADE
Ofícios	327
Comunicações Internas	1.348
Pareceres Técnicos	209
Requisições de Compra (comuns e técnicas)	612
Relatórios de Vistoria	63
Relatórios de Fiscalização	85
TOTAL	2.644

Dados computados até 14/12/2010
Fonte: controle de documentos – Secretaria da DEA

12 TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS

DOCUMENTO	QUANTIDADE
Processos Administrativos recebidos	1.241
Processos Administrativos enviados	1.173
Requisições de Compra recebidas	1.549
Requisições de Compra enviadas	2.809

Ofícios recebidos	398
E-mails recebidos	8.463
TOTAL	15.633

Dados computados até 14/12/2010
Fonte (Processos): PTC – Sistema de Protocolo
Fonte (Requisições): Sistema de Expedição de Correspondências
Fonte (Ofícios e e-mails): controle de documentos – Secretaria da DEA

13 OUTROS

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Viagens realizadas (reuniões, vistorias e fiscalizações de obras)	226
Pagamentos de diárias efetuados	425
Empenhos (cadastrados, digitalizados e repassados às comarcas/empresas)	2.616
TOTAL	**3.267**

Dados computados até 14/12/2010
Fonte: controle de documentos – Secretaria da DEA

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Diretoria de Tecnologia da Informação, em 2010, passou por um processo de reestruturação, de modo a manter-se alinhada às melhores práticas do mercado, desenvolvendo atividades cada vez mais especializadas. A antiga Diretoria de Informática teve sua denominação alterada e passou a contar com 8 divisões, além de assessorias específicas nas áreas administrativas, projetos, metodologia e segurança da informação.

Além das divisões relacionadas à gestão da infraestrutura de TI, novas divisões foram instituídas, isolando o desenvolvimento de sistemas administrativos do judicial. Este mereceu atenção especial com a subdivisão das atividades relacionadas aos sistemas de 1º e 2º graus. O suporte ao usuário foi também isolado em uma divisão, adotando-se o ITIL na definição e implantação dos serviços de atendimento de usuários.

Espera-se, com as medidas adotadas, proporcionar maior padronização e agilidade na prestação desses serviços, bem como ampliar a produtividade e o avanço das demais áreas da diretoria na busca por novas soluções tecnológicas.

O ano também foi marcado pela elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, no mês de abril, com a definição de objetivos, indicadores e metas. Tal medida atendeu ao disposto na Resolução nº 99/09 do CNJ que instituiu o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Poder Judiciário.

Nesse contexto, o Planejamento Estratégico de TI do Tribunal de Justiça de Santa Catarina está alinhado ao Plano Estratégico Nacional de TI, e possui abrangência 5 anos. Foram definidos 5 objetivos estratégicos e 10 indicadores. Além da preocupação em promover o alinhamento do planejamento estratégico local ao do CNJ, buscou-se a consonância com aquele já estabelecido para o Poder Judiciário de Santa Catarina, com objetivos e indicadores relacionados ao BSC já elaborado no âmbito da instituição.

O referido planejamento foi elaborado pela cúpula dos órgãos que administram a TI no estado, com a participação de Desembargadores e Juízes do Conselho Gestor de Tecnologia da Informação – CGInfo, bem como do diretor, chefes de divisão e assessores da Diretoria de Tecnologia da Informação. Contou ainda com o envolvimento de todo o quadro de Técnicos de Suporte em Informática, na definição da Missão e da Visão da TI. Concluído, o Planejamento Estratégico foi apreciado e aprovado pelo Conselho de Gestão e pelo Tribunal Pleno.

Assim, o CGInfo e a Diretoria de Tecnologia da Informação reforçaram seus propósitos, definindo claramente o seu papel na organização (missão) como sendo "promover a aplicação da tecnologia para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Judiciário catarinense", e alinhando suas diretrizes e ações no sentido de alcançar um estado futuro (visão), onde deverá "apresentar-se como um órgão estratégico da instituição na aplicação da tecnologia, contribuindo para a modernização e eficiência do Judiciário catarinense".

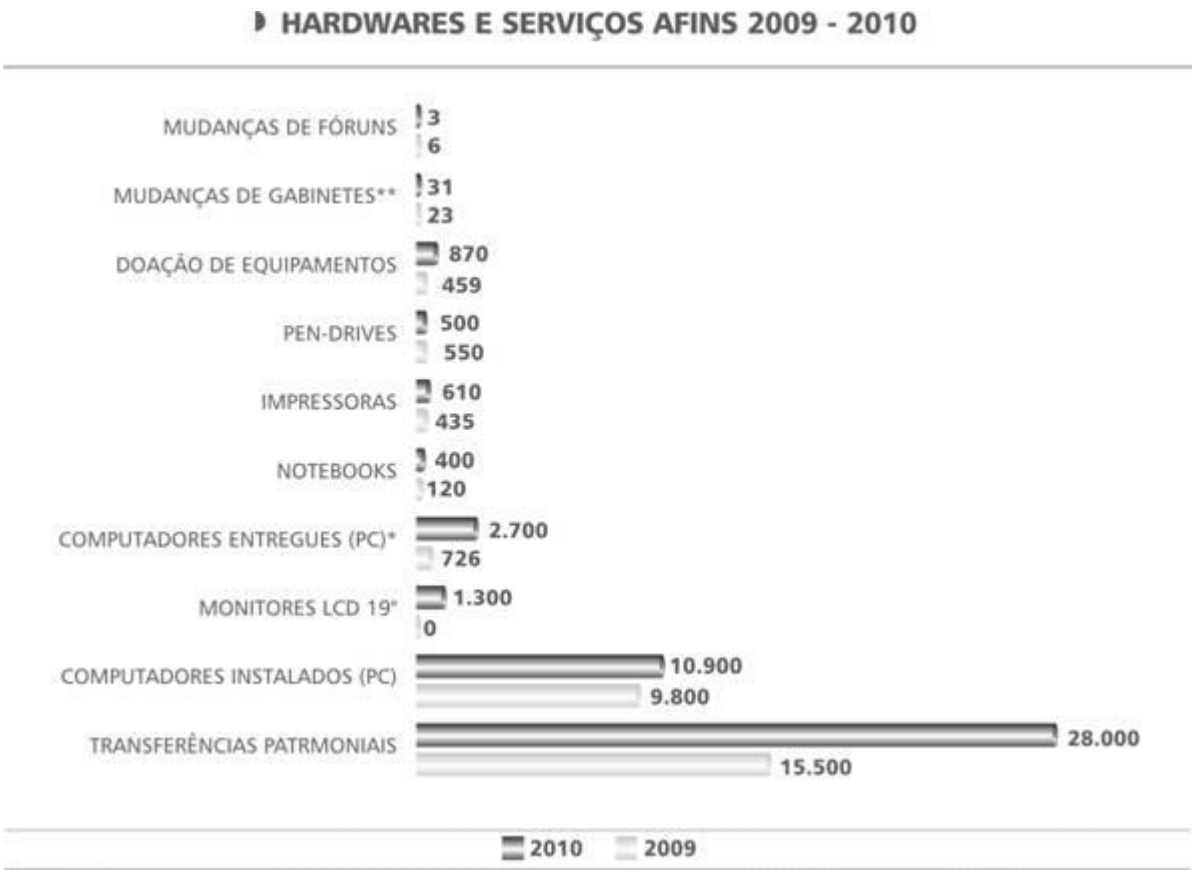
1 EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Cumprindo seus objetivos estratégicos, o Poder Judiciário Catarinense posiciona-se como instituição de vanguarda no que diz respeito à Tecnologia da Informação, adotando novas

tecnologias e serviços, sempre com o intuito de melhorar a prestação dos serviços jurisdicionais.

Tais tecnologias e serviços, no entanto, não são passíveis de serem levados a efeito sem que o parque tecnológico no que tange ao *hardware* possa responder de modo adequado às demandas dos novos *softwares*. Neste quesito o Poder Judiciário de Santa Catarina tem investido maciçamente na aquisição de equipamentos. Hoje já são 10.900 computadores, distribuídos em mais de 150 unidades, as quais dispõem de toda tecnologia oferecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina por intermédio de sua rede de comunicação de dados.

Para manter tal padrão a adoção de uma sistemática de aquisição e renovação de todo parque tecnológico tem sido levada a efeito pela Diretoria de Tecnologia da Informação. A seguir são apresentadas as ações desenvolvidas nesse contexto, referente às aquisições e instalações do ano de 2010, em gráfico comparativo ao ano de 2009.



**Para novos postos ou em substituição*
***Gabinetes de Desembargadores e Juízes substitutos de 2º Grau*

Como se pode observar no gráfico anterior, a Diretoria de Tecnologia da Informação acompanhou a evolução da estrutura do Poder Judiciário de Santa Catarina, atendendo, somente no ano de 2010, a 31 mudanças de Gabinetes de Desembargadores e 3 mudanças de fóruns, serviços estes sempre auxiliados pelos Técnicos de Suporte em Informática – TSI. Destaque, ainda, para a padronização do parque de microcomputadores do Tribunal de Justiça, com a substituição de 1.769 equipamentos de várias marcas, modelos e padrões, por um único

tipo de equipamento, muito mais moderno, oferecendo melhores condições de trabalho aos servidores.

Dando continuidade às ações que contribuem para a inclusão digital de parcela da sociedade que não tem condições de ter acesso à tecnologia, 870 equipamentos foram encaminhados para doação após terem sido devidamente preparados pela Diretoria de Tecnologia da Informação.

2 SISTEMAS ADMINISTRATIVOS

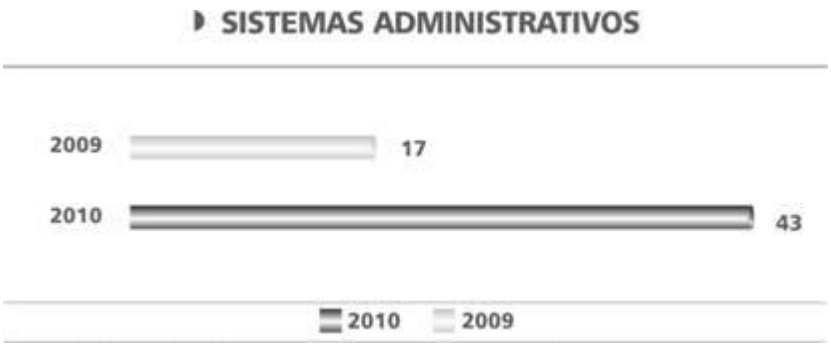
A equipe de analistas de sistemas e técnicos da Diretoria de Tecnologia da Informação contribuiu para que novos valores fossem agregados aos serviços oferecidos pelo Poder Judiciário catarinense, seja pelo desenvolvimento de novas soluções, atualização ou mesmo pela manutenção e suporte de softwares. A crescente demanda dos usuários e do Judiciário como um todo por novos sistemas informatizados, tem sido atendida palas Divisões de Sistemas Administrativos e de Gestão do Conhecimento, proporcionando a recionalização de procedimento e recursos na área administrativa.

Neste sentido, foram desenvolvidos e mantidos os seguintes sistemas administrativos:

	SISTEMA	ATIVIDADE	SETOR
01	Acompanhamento Funcional	Suporte e Manutenção	DRH
02	Bolsa de Estudos	Suporte e Manutenção	DRH
03	Cálculo de Precatórios	Suporte e Manutenção	DOF
04	Compras	Suporte e Manutenção	DMP
05	Consulta de empenho e integração com o Sisproject	Suporte e Manutenção	DOF
06	Consulta de Resoluções	Desenvolvimento, Suporte e Manutenção	DDI
07	Conta Única	Suporte e Manutenção	DOF
08	Controle da DIRF	Suporte e Manutenção	DOF
09	Controle da Lista Unificada de Precatórios	Especificação e Desenvolvimento	Presidência
10	Controle de acesso predial	Suporte e Manutenção	DDI
11	Controle de Contratos	Especificação, Licitação e Desenvolvimento	DMP
12	Controle de custos da Gráfica	Suporte e Manutenção	DIE
13	Controle de Despesas	Suporte e Manutenção	DIE
14	Controle de Diárias	Suporte e Manutenção	DOF
15	Controle de Fotocópias e Telefonia	Suporte e Manutenção	DIE
16	Controle de Movimentação Bancária	Suporte e Manutenção	DOF
17	Controle de Notícias	Suporte e Manutenção	Presidência
18	Controle de Resenha	Suporte e Manutenção	Presidência

19	Digitalização de Documentos	Implantação, Atualização e Suporte	DDI
20	Distribuição de Processos Administrativos	Suporte e Manutenção	DGA, DRH
21	Expedição	Suporte e Manutenção	DIE
22	Fornecedores	Suporte e Manutenção	DMP
23	Geradores de PAG	Suporte e Manutenção	DOF
24	Gestão de Almoxarifado	Suporte e Manutenção	DMP
25	Gestão de Patrimônio	Suporte e Manutenção	DMP
26	Hermes (Malote Digital)	Atualização e Suporte	Presidência
27	Jurisprudência	Suporte e Manutenção	DDI
28	Licitações	Suporte e Manutenção	DMP
29	Módulo de Apoio à editoração do DJE	Suporte e Manutenção	DDI
30	Novo Sistema de RH	Desenvolvimento de módulos e Manutenção	DRH
31	Orçamento, Tesouraria, GRJ	Suporte e Manutenção	DOF, DRH
32	Pesquisa de Satisfação	Suporte e Manutenção	DRH
33	Sistema Push	Suporte e Manutenção	DDI
34	Protocolo Administrativo	Suporte e Manutenção	TJSC
35	Protocolo Unificado	Suporte e Manutenção	TJSC-PGE
36	Registro de Preços	Suporte e Manutenção	DMP
37	Requisição de Obras Bibliográficas	Suporte e Manutenção	DDI
38	Selo Digital	Especificação, Desenvolvimento e Piloto	CGJ
39	SIG e Portal de Transparência	Suporte e Manutenção	ASPLAN e Diretorias
40	Sistema de Recursos Humanos	Manutenção e Desenvolvimento	DRH
41	Sistema de Segurança	Suporte e Manutenção	DTI
42	Sistema de Títulos a Protesto	Implantação, Suporte e Manutenção	CGJ
43	Sistemas Acadêmicos	Levantamento e Análise	Academia Judicial
44	Site "Pense Ambiente"	Desenvolvimento	DIE
45	Site Copedem	Desenvolvimento	Academia Judicial
46	Site da Academia Judicial	Projeto e Desenvolvimento	Academia Judicial
47	Site do TJSC	Atualização, Suporte e Manutenção	Tribunal de Justiça

Os dados acima, comparados com o ano de 2009, representam um crescimento de aproximadamente 282%, como mostra o gráfico abaixo:



Além de atender aos usuários internos e externos dos serviços judiciais, os sistemas desenvolvidos pela Diretoria de Tecnologia da Informação, aumentam a celeridade dos processos na medida em que interligam várias instituições como prefeituras, correios, polícias, Governo do Estado e órgãos federais como o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

3 SUPORTE AO USUÁRIO

Todos os sistemas e serviços providos pela área de TI pressupõem uma manutenção e atendimento aos usuários, que pode ser na forma de treinamento, atendimento telefônico ou pessoal, criação de manuais de procedimentos ou ainda por *instant messenger* e/ou correio eletrônico. Por vezes, a tarefa de suporte extrapola o horário de expediente e se estende pelo final de semana, quando são geralmente feitas as atualizações mais críticas dos sistemas, especialmente do SAJ/PG e SG, visando assegurar seu funcionamento normal nos dias úteis.

Todavia, ainda que seja desnecessário falar sobre a importância do suporte em TI para o bom andamento dos trabalhos do judiciário, mister se faz relatar as atividades que tem possibilitado ao usuário exercer suas atividades com maior eficiência e produtividade. A tabela abaixo demonstra as atividades referentes ao suporte, atualização e manutenção de sistemas judiciais.

QTDE	SISTEMA	ATIVIDADE
113	SAJ-PG	Atualização de tabelas padrão em todas as comarcas.
107	SAJ-PG3	Atualizações de versão
13	SAJ-PG5	Atualizações de versão, sendo 1 com grandes mudanças estruturais, para adequar o sistema a Resolução 46 do CNJ, que trata das Tabelas de Classes, Assuntos e Movimentações Unificadas.
31	SAJ-PG5	Varas Virtuais instaladas, sendo a maioria de Varas de Execução Fiscal, hoje com um total de 40 unidades e 219.403 processos cadastrados.
15		Varas novas Instaladas por Resolução, em 9 foros distintos, gerando atividades de criação, configuração em vários sistemas, redistribuição de processos indicados pela equipe de instalação, alguns por direcionamento e outros por sorteio, atendendo a critérios de antiguidade.
	SAJ-PG	Geração de relatórios de processos em carga com os Promotores de Justiça e alteração no sistema SAJ/PG para realizar a integração em todas as comarcas do estado entre o sistema do Tribunal de Justiça, SAJ/PG e o sistema do Ministério Público, SIG/PG.
	GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIAS	Configuração e manutenção de sistema de Gravação de Audiências, hoje com 79 varas instaladas em 46 foros.

	SAJ-PG	Configuração e manutenção no SAJ/PG, do projeto piloto, na região da Capital, para emissão de mandados e cumprimento entre as comarcas integradas.
	SAJ-PG5	Apoio a 4 municípios para que seja realizada a integração entre as procuradorias dos municípios e o Tribunal de Justiça para protocolização de iniciais e intermediárias – Execuções Fiscais digitais.
		Desenvolvimento e manutenção de rotina para envio de informações de devedores de custas para a Secretaria da Fazenda Estadual, para processos em fase de "inscrever em dívida ativa".
	ÍNDICE ESTADUAL	Manutenção da base do Índice Estadual, com informações de todas as comarcas do estado, no momento utilizado pelo Arquivo Central, Assistência Judiciária e consulta de processos na Internet
	SAJ/EST	Manutenção constante nas rotinas para atualização das estatísticas processuais que podem ser vistas no sistema SAJ/Est.

No segundo grau, o trabalho de suporte, em todas as suas versões, representa no mínimo 15 atendimentos por dia, incluindo nestes casos o SAJ/SG3 e SG5 (Primeira Turma de Recursos da Capital – Trâmite Digital).

Além das atividades acima, foram prestados atendimentos aos usuários, internos e externos, dos seguintes sistemas:

- Assistência Judiciária
- Acesso restrito
- Conta única
- MAE – Sistema de Envio e Recebimentos de matérias para publicação no DJE.
- Sistema de Expedição de documentos.
- Consulta de Jurisprudência *on line*
- Emissão de GRJ *on line*
- Tarifador
- Peticionamento Eletrônico
- Poder Judiciário de Santa Catarina-PUSH
- Totem
- Todos os sistemas da família SAJ/PG.
- SAJ Precatórios
- Todos os sistemas da família SAJ/SG
- Turmas de Recursos (7)
- Sistema de Publicação do Diário on Line
- Manutenção nos e-mails internos (alteração de senha, criação e manutenção de listas, criação de novas contas institucionais, desbloqueio de contas, monitoração de cota de *e-mail* e orientações diversas aos usuários).

4 GESTÃO DO CONHECIMENTO

Com a reformulação da Diretoria de Tecnologia da Informação e a consequente ampliação de sua estrutura, foi possível ao Poder Judiciário de Santa Catarina, um olhar mais atento à gestão do conhecimento e, no vácuo deste processo, à gestão da informação.

Iniciativas de ponta foram tomadas e implantadas no decorrer de 2010, das quais se destacam:

Hermes (Malote Digital)

Em atendimento à resolução nº100 de 24/11/2009 do CNJ foi implantado no início do ano o sistema Hermes (Malote Digital). Trata-se de um conjunto de módulos de sistemas computacionais com finalidade de organização, autenticação e armazenamento de comunicações recíprocas, oficiais ou não, entre as Unidades Organizacionais do Poder Judiciário Nacional.

Inicialmente foram disponibilizadas 5 unidades organizacionais (Corregedoria, Presidência, Secretaria Geral, TJSC e Tecnologia da Informação), podendo comunicar-se entre si e com outras unidades organizacionais ligadas à órgãos externos do Poder Judiciário nacional. Em conjunto com a presidência e a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), estamos ampliando o escopo de utilização do sistema com a realização de um projeto piloto, no início de 2011, nas comarcas de Concórdia, Modelo e Xanxerê. Entende-se que a solução agrega uma série de benefícios e passível de uso em vários contextos. Dentre os cenários levantados, o uso para comunicações com o os cartórios extra-judiciais, a troca de cartas precatórias e documentos administrativos do TJSC devem ser contemplados na sequência do projeto.

Sistema de Títulos a Protesto (STP)

Após um período de testes nas comarcas de Lages e Ibirama foi iniciada a implantação do sistema STP em outras comarcas do estado. No início do ano, foram treinadas mais 6 comarcas, as quais passaram a utilizar o sistema.

Sistema MAE (DJE)

Atualmente o sistema conta com aproximadamente 160 usuários diretos, que somados aos usuários do SAJ PG, são os responsáveis pelo envio de cerca de 1000 matérias por dia para publicação. Este novo sistema possibilitou:

- A simplificação do processo de confecção de uma edição do DJE através da eliminação do uso dos sistemas Captura e MAP, bem como das macros do Word (usadas para pré-editorar o DJE) e da base de dados de pesquisa, até então utilizada para pesquisa de matérias publicadas;
- Unificação da recepção de matérias do 1º grau e do 2º grau;
- A exclusão de matérias enviadas para publicação e ainda não recebidas pela Seção de Publicações;
- Melhoria na comunicação com os emissores de matérias, através do envio de e-mails e disponibilização de vários filtros de pesquisa no próprio aplicativo;
- Autenticação integrada ao e-mail.

Nesta seara, as atividades abaixo alinhadas, entre outras complementaram as atividades de gestão de conhecimento:

SISTEMA	ATIVIDADE
Consulta de resoluções	Inclusão de filtros como: busca textual, número, ano, origem da resolução, autor, data da assinatura, data da publicação e número do DJE. Importante ressaltar que o sistema foi desenvolvido em conjunto com a Assessoria Técnica da Diretoria de Documentação e Informações (DDI
Ensino à Distância	Início das tratativas com a Academia Judicial para o alinhamento dos trabalhos. Foram iniciados os estudos do ambiente virtual de aprendizagem *Moodle* bem como uma pesquisa de soluções alternativas disponíveis no mercado.
Site da campanha Pense Ambiente	Trata-se de iniciativa do Poder Judiciário Catarinense que visa conscientizar para o uso racional dos recursos ambientais. Além disso, provê uma área onde os usuários podem propor e trocar informações sobre ações pontuais executadas que visam o uso correto de nossos recursos naturais.
TJ-Wiki	Iniciou-se o processo de reformulação do wiki do Poder Judiciário. A primeira iniciativa neste sentido foi a elaboração de um manual objetivando facilitar o uso da ferramenta pelos setores do Tribunal de Justiça.
Jurisprudência	Melhorias na pesquisa avançada; Possibilidade de pesquisar acórdãos do Conselho da Magistratura e decisões monocráticas; Análise da base de acórdãos atual, buscando identificar documentos faltantes para sua posterior inclusão; Importação de despachos das vice-presidências do Fólio, anteriores a 2006.
TJSC Push	Unificação das mensagens enviadas para os usuários (hoje mais de 25.000): uma única mensagem por dia, com as movimentações de todos os processos de interesse do usuário. Outra alteração que está sendo trabalhada é a adequação do sistema para atender a resolução nº 65 do CNJ (numeração única dos processos).
Digitalização de Documentos	Deu-se início ao trabalho de digitalização de documentos no Arquivo Central do Poder Judiciário, quase 3.000 caixas de processos administrativos (aprox. 3 milhões de imagens).
Consulta de Processos Administrativos	Alteração para que os consulentes possam ter acesso à íntegra dos processos administrativos já arquivados.

5 GESTÃO DE DADOS

No ano de 2010, a Diretoria de Tecnologia da Informação ampliou e consolidou a tecnologia de **virtualização de servidores**, contando com os seguintes recursos tecnológicos:

- 20 servidores físicos;
- 120 servidores virtuais;
- 12 TB de espaço para armazenamento de servidores virtuais;
- Sistema de virtualização VMWare vSphere Enterprise, que é o sistema de virtualização mais avançado existente no mercado atualmente.

Este ambiente propiciou o desenvolvimento, homologação e implantação de novos serviços, bem como a ampliação da capacidade dos serviços já disponibilizados pela Diretoria de Tecnologia da Informação, os quais se deve destacar a melhoria na infraestrutura do GO-Global com a duplicação do número de servidores, possibilitando aos usuários das Comarcas que utilizam o SAJ/PG um ambiente mais estável, com diminuição drástica na ocorrência de problemas e maior velocidade.

Com a construção de um ambiente de servidores de aplicação redundante, a consulta de processos também apresentou maior velocidade via internet, bem como altíssima disponibilidade no serviço, o mesmo acontecendo com o SAJ/PG 5, com a utilização de novos servidores.

Visando proporcionar uma infraestrutura adequada aos bancos de dados dos sistemas de Processo Eletrônico, tanto em nível de primeiro, quanto de segundo grau, foram realizados estudos técnicos e avaliações com as soluções existentes no mercado, e após processo licitatório foi adquirida a solução Oracle Exadata, que é composta por 4 servidores de banco de dados, 7 servidores de armazenamento, totalizando 22 processadores, 456GB de memória RAM e espaço de armazenamento de até 14TB, além de *switches* de alta velocidade (40Gbps) que garantem a transferência de informações entre os equipamentos da solução, que é dotada de recursos que garantem a segurança e disponibilidade das informações, podendo ainda sua capacidade ser ampliada em até 16 vezes.

6 SISTEMAS JUDICIAIS DE 1º E 2º GRAU

Mantendo-se como aplicativo de maior relevância e abrangência no Poder Judiciário de Santa Catarina, o Sistema de Automação do Judiciário (SAJ) de Primeiro e Segundo Grau, instalado em todas as Comarcas e na Diretoria Judiciária, ganhou atenção ainda mais especial com a nova estrutura da Diretoria de Tecnologia da Informação.

Procurando sempre oferecer as informações adequadas aos usuários, foi elaborado um Manual Auxiliar de Serviço, para as Chefias em exercício, facilitando às mesmas a operação desses sistemas. Tão importante quanto manter em perfeito funcionamento os sistemas é fornecer, por demanda, os relatórios estatísticos solicitados pelas mais diversas áreas e órgãos do Poder Judiciário, dentre os quais se encontram os relatórios das metas 1, 2, 3 e 4 do CNJ.

Mantendo-se em conformidade com as diretrizes do CNJ, o Poder Judiciário de Santa Catarina investiu recursos os mais diversos para cumprir os objetivos em relação aos processos digitais, que muito avançaram e encontram-se no seguinte *status*:

Execução Fiscal Digital

Considerando-se a conclusão da definição dos fluxogramas do procedimento de Execução Fiscal, com sua configuração no sistema SAJ, atualmente, além do uso exitoso da solução nas comarcas da Capital, com 67.253 processos em andamento, e de Lages, com 49.690 processos em andamento, o projeto está instalado nas comarcas de Blumenau, Joinville, Araranguá, Biguaçú, Guaramirim, Imbituba, Itajaí, Jaraguá do Sul, Rio Negrinho, Palhoça, Porto Belo, Timbó e Balneário Camboriú, em relação ao Executivo Fiscal Municipal, bem como, nas comarcas da Capital, Lages, Blumenau, Palhoça, Rio Negrinho e Joinville, com referência ao Executivo Fiscal Estadual, totalizando 139.971 processos digitais em andamento.

Juizado Especial Cível Digital

O sistema está implantado na comarca de Blumenau e no Juizado Especial do Norte da Ilha, estando apto para replicação nas demais unidades do Estado.

Em Blumenau foram distribuídos 7.978 processos e agendadas 577 audiências no ano de 2010. O Juizado Especial do Norte da Ilha instituído também em 09/08/2010, conta com 334 distribuições e 334 audiências agendadas.

No decorrer deste ano foram aprimorados os fluxos, o que resultou numa otimização dos procedimentos, fundamental na entrega jurisdicional mais célere.

Juizado Especial Fazendário Digital

O sistema está implantado no Juizado Especial Fazendário da Capital. Instituído em 09/08/2010, consta com 1.260 distribuições e 482 audiências agendadas.

AR Digital

O serviço foi homologado e está em funcionamento nas diversas Unidades de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais, bem como nas Varas do Juizado Especial Cível e do Juizado Especial Fazendário da Capital, totalizando, em 2010, 39.285 AR encaminhados aos Correios.

Gravação de audiências

O sistema está implantado em 40 comarcas, sendo que 9 destas já operam integralmente com o novo sistema em todas as salas de instrução. A conclusão da implantação em todas as comarcas depende da licitação de equipamento, sendo que o treinamento dos replicadores foi concluído.

O sistema passou por consideráveis melhorias técnicas com foco na segurança, confiabilidade e facilidade na sua utilização.

Cartório Remoto

O Cartório Remoto conta com um analista judiciário e seis técnicos, que atendem a prestação dos serviços para as unidades de execução fiscal de Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Capital, Guaramirim, Imbituba, Itajaí, Jaraguá do Sul, Rio Negrinho, Palhoça, Porto Belo, Timbó e Camboriú, onde tramitam os processos digitais.

Integração com o Ministério Público

Diante da implantação do Sistema de Integração de Gabinetes – SIG/MP pelo Ministério Público, verificou-se a necessidade de disponibilizar as informações processuais e a carga dos autos entre os sistemas informatizados do Tribunal de Justiça e Ministério Público.

Na execução deste projeto foi realizada a integração entre os sistemas referente a carga de processos, peticionamento eletrônico e disponibilização dos dados cadastrais do processo, com a implantação em todas as comarcas do Estado.

Execução Penal Digital

Foi dado prosseguimento ao projeto iniciado em meados do ano de 2009, em consonância com a decisão tomada pelo Conselho de Gestão e Administração do Tribunal de Justiça e a meta 5 do Conselho Nacional de Justiça. Houve apresentação do projeto ao CEPIJ – Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude - e realizadas algumas reuniões de definição e validação do fluxo eletrônico com a empresa Softplan.

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

No ano de 2010, a Diretoria de Infraestrutura passou por uma reestruturação com a criação de uma divisão, duas seções, remanejamento de algumas atividades e alteração de nomenclatura das seções.

Foram criadas a Divisão de Apoio Operacional, a Seção de Apoio e a Seção de Gestão Ambiental, que passaram a gerenciar as muitas atividades antes absorvidas pela Assessoria Técnica. As mudanças foram necessárias em virtude do crescimento das atividades da DIE e pela necessidade em adequar as funções da Assessoria Técnica que realizava, justamente por falta de um setor próprio, atividades operacionais.

Assim, com a nova estrutura, os serviços passaram a ser melhor gerenciados, na medida em que possuem uma estrutura adequada, e a Assessoria Técnica pôde desenvolver atividades que lhe são próprias.

Além das atividades rotineiras, muitos projetos foram desenvolvidos pela Diretoria e pelas Divisões, com o apoio da Assessoria Técnica.

Algumas das ações implementadas na Divisão de Artes Gráficas tiveram como objetivo cumprir a legislação pertinente ao setor gráfico, acompanhar o aumento da demanda, cumprir as exigências para com os prazos de entrega cada vez mais curtos neste segmento e, principalmente, apresentar o resultado quantitativo da produção de 2010.

Em cumprimento à legislação, destaca-se a realização de eleição para formação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, gestão 2010/2011,o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, com a necessária renovação dos exames.

Para a modernização do parque gráfico, com o objetivo de cumprir os prazos e atender ao aumento da demanda, foram adquiridos vários equipamentos, a saber:

- fotocopiadoras multifuncionais digitais, que proporcionaram maior eficiência na execução dos serviços gráficos, decorrentes de nova tecnologia, principalmente no que se refere à qualidade, à velocidade e à segurança para realização de serviços que exijam sigilo, como a reprodução de provas de concurso público;
- gomadora, utilizada para revestimentos de papelão, por intermédio de colagem de papel em produtos como capas, calendários e caixas;
- máquina para montar capa dura, que facilita a montagem de capas de papelão, agendas e caledários;
- CLP com programação específica para encadernadora Monobinder;
- esteira de transporte D220V - 1970x550 para embaladeira; e
- mesa digitalizadora TB141, que auxiliará no processo de criação à mão livre e na captação de assinaturas digitais.

Quanto à produção, o total de impressos foi de 4.792.767, o que representa uma média de 436.000 impressos/mês.

A Divisão de Serviços Gerais, dentre as seções criadas, absorveu a de Gestão Ambiental, responsável por toda a política de redução e reciclagem dos resíduos sólidos no Poder

Judiciário.

Nesta atividade, destaca-se a importância da coleta seletiva, que recolheu neste Tribunal de Justiça 53.740 quilos de material reciclável. Hoje, o material recolhido consiste, basicamente, em copos e garrafas plásticas e papel. Porém, muitas outras ações são desenvolvidas, como a coleta de lâmpadas fluorescentes, pó de toner/ cartuchos e pilhas/baterias.

No âmbito da Divisão de Apoio Operacional, divisão criada no corrente exercício, destaca-se:

- Expedição de autorização para aquisição de 1.116 bilhetes de passagens aéreas;
- Distribuição de 2.345 carimbos, 533 refis e 80 rezinas para carimbos automáticos;
- Expedição de autorização para realização de 35 mudanças de magistrados;
- Distribuição de 449 desumidificadores de papel;
- Distribuição de 33 carrinhos para transporte de processos;
- Instalação de 3.917,15m² de persianas verticais;
- Instalação de 124,57m² de persianas horizontais 16mm;
- Instalação de 579,36 m² de persianas horizontais 25mm;
- Instalação de 2.400,67 m² de persianas tipo rolo;
- Elaboração de projeto básico para aquisição de passagens aéreas para o ano de 2011;
- Elaboração de projeto para contratação de empresa fornecedora de refeições ao Tribunal do Júri para o ano de 2011.

Finalmente, no âmbito da Divisão de Transporte, dentre as atividades típicas, como o gerenciamento dos contratos pertinentes à manutenção da frota, foi elaborado projeto básico com vistas à aquisição de dispositivos de retenção, em observação às exigências das normas de trânsito para transporte de crianças constantes da Resolução 277/08 do CONTRAN.

Assim, todas as comarcas estarão equipadas com os dispositivos de retenção (bebês conforto, cadeiras e assentos de elevação), para uso no transporte de menores.

Outro projeto básico desenvolvido pela Divisão foi a especificação técnica para aquisição de 87 (oitenta e sete) veículos, que serão distribuídos às comarcas em 2011, como ação da política da Presidência deste Tribunal em melhorar a qualidade na prestação jurisdicional.

A seguir, o detalhamento estatístico e numérico das atividades desenvolvidas pela DIE.

1 Divisão de Artes Gráficas

TRABALHOS DE DESIGN GRÁFICO	
TIPO	QUANTIDADE
Agenda 2011	1
Agenda de bolso	4
Apostilas/Manuais	17
Adesivos lixeiras	13
Banners/Faixas	15
Blocos de anotações personalizados	38

Boletim informativo	4
Capas de processo	58
Cartilhas	6
Cartões	185
Cartolinas A4	10
Capas de CD e DVD	32
Base Calendário 2011	1
Calendário 2011	1
Cartazes	25
Crachás	27
Certificados	21
Convites	32
Criação de logomarcas	4
Diplomas	6
Envelopes	20
Etiquetas	65
Fichas	28
Folhas de ofício	18
Folders/Flyers	20
Livros/Livretos	4
Mapas	3
Marcadores de páginas	4
Pastas	22
Papel timbrado/Rascunhos/Ata	15
Tarjetas/Editais para processo	4
Rótulos/Selos	18
Revestimentos/Livros/Agendas/Mapas	7

TRABALHOS DE FOTOLIGROGRAFIA E SERIGRAFIA

TIPO	QUANTIDADE
Gravação e revelação de chapa	280
Chapas em CTP	1463

Laser filma A4	850
Jurisprudência n. 117	1
Livros	4
Laser filme A3	120
Metros de fotolito eletrônico	240
Chapas para impressão offset Shinohara	1743
Chapas para impressão offset Catu 660	318
Telas serigráficas	3

IMPRESSÃO DIGITAL PRETO E BRANCO E COLORIDA

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
Impressora Konica	90.114
Impressora Canon IR-105-1	19.708
Impressora Canon IR-105-2	38.226
Impressora Canon IR-105-3	383.675
TOTAL	**531.723**

IMPRESSÃO OFFSET

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
Offset Catu	1.018.368
Offset Shinohara	3.242.676
TOTAL	**4.261.044**

SERVIÇOS DE ACABAMENTO

TIPO	QUANTIDADE
Blocagem	7.907
Colagem	47.265
Contagem	3.120.632
Corte e refile	27.322
Corte e vinco	610.019
Dobra	658.678

Empacotamento	91.240
Encadernação	14.174
Grampeador	26.806
Intercalação	760.510
Perfuração	209.750
Plastificação	2.405.730
Serrilhadeira	710.438

2 Divisão de Serviços Gerais

DADOS DA COLETA SELETIVA	
MÊS	QUANTIDADE EM KG
Janeiro	5.750
Fevereiro	5.070
Março	6.710
Abril	6.260
Maio	7.810
Junho	3.490
Julho	3.760
Agosto	6.010
Setembro	4.100
Outubro	2.030
Novembro	2.750
Dezembro	*
TOTAL	53.740

**Dados não contabilizados*

3 Divisão de Apoio Operacional

DESPESAS COM ÁGUA E ESGOTO	
MÊS	VALOR GASTO ($)
Janeiro	30.782,90
Fevereiro	55.421,30

Março	54.825,53
Abril	61.186,72
Maio	61.349,89
Junho	70.202,93
Julho	65.999,77
Agosto	64.008,13
Setembro	65.148,98
Outubro	64.336,64
Novembro	62.990,08
Dezembro	*
TOTAL	**656.252,87**

**Valores não contabilizados*

DESPESAS COM ENERGIA ELÉTRICA

MÊS	VALOR GASTO ($)
Janeiro	392.464,44
Fevereiro	486.182,08
Março	484.771,32
Abril	405.263,43
Maio	383.284,58
Junho	342.114,84
Julho	359.381,84
Agosto	407.309,78
Setembro	402.764,76
Outubro	412.423,78
Novembro	442.911,73
Dezembro	*
TOTAL	**4.517.872,58**

**Valores não contabilizados*

FOTOCÓPIAS/TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MÊS	QUANTIDADE
Janeiro	165.701

Fevereiro	144.119
Março	233.558
Abril	160.194
Maio	217.461
Junho	224.033
Julho	220.856
Agosto	230.191
Setembro	227.661
Outubro	225.902
Novembro	215.784
Dezembro	*
TOTAL	**2.265.460**

**Quantidade não contabilizada*

ENCADERNAÇÕES

MÊS	ESPIRAL	UNIBIND
Janeiro	47	1
Fevereiro	73	1
Março	142	1
Abril	100	15
Maio	125	19
Junho	320	1
Julho	102	51
Agosto	36	0
Setembro	223	3
Outubro	184	25
Novembro	406	20
Dezembro	*	*
TOTAL	**1.758**	**137**

**Quantidade não contabilizada*

ATENDIMENTO A GABINETES E OUTROS

MÊS	QUANTIDADE
Janeiro	929
Fevereiro	1.803
Março	2.397
Abril	2.161
Maio	2.323
Junho	2.178
Julho	2.407
Agosto	2.528
Setembro	2.298
Outubro	2.269
Novembro	2.360
Dezembro	0
TOTAL	**23.653**

**Quantidade não contabilizada*

FOTOCÓPIAS /COMARCAS

MÊS	QUANTIDADE
Janeiro	467.944
Fevereiro	533.122
Março	938.839
Abril	778.360
Maio	837.410
Junho	818.220
Julho	817.769
Agosto	801.911
Setembro	785.243
Outubro	774.505
Novembro	683.052
Dezembro	*
TOTAL	**8.236.375**

**Quantidade não contabilizada*

DESPESAS COM CORRESPONDÊNCIA E PROCESSOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS

MÊS	Sedex, telegramas, correspondência simples e agrupada	Malote	TOTAL
Janeiro	194.978,69	52.222,83	**247.201,52**
Fevereiro	480.746,79	81.794,65	**562.541,44**
Março	676.403,20	84.023,74	**760.426,94**
Abril	671.669,52	78.776,77	**750.446,29**
Maio	744.126,37	94.443,13	**838.569,50**
Junho	716.545,41	90.952,57	**807.497,98**
Julho	735.842,64	80.999,26	**816.841,90**
Agosto	763.627,52	85.523,56	**849.151,08**
Setembro	694.090,04	79.228,27	**773.318,31**
Outubro	831.111,06	80.738,40	**911.849,46**
Novembro	756.317,33	81.602,38	**837.919,71**
Dezembro	*	*	*
TOTAL	**7.265.458,57**	**890.305,56**	**8.155.764,13**

**Valores não contabilizados*

CORRESPONDÊNCIAS POSTADAS

TIPO	QUANTIDADE
Enviadas pelo TJSC	15.551
Enviadas pelas comarcas	1.014.875
Enviadas para as comarcas via malote	69.134
Ofícios encaminhados	2.394
Processos encaminhados	60.124
Correspondências recebidas	144.101
Processos recebidos	61.310

4 Divisão de Transporte

DESPESAS COM COMBUSTÍVEL (R$)

MÊS	CARROS COMARCAS	CARROS DESEMBARGADORES	CARROS SECRETARIA TJ
Janeiro	3.765,22	5.665,21	9.738,14

Fevereiro	5.537,58	14.205,16	9.370,95
Março	9.676,41	20.130,12	13.647,80
Abril	6.676,20	14.332,98	13.632,50
Maio	6.663,38	13.750,21	15.161,91
Junho	7.483,06	14.457,33	13.931,84
Julho	6.382,77	12.921,53	15.044,62
Agosto	6.496,09	13.187,80	19.085,41
Setembro	6.571,93	15.552,90	15.240,14
Outubro	15.704,54	14.933,54	18.533,61
Novembro	5.229,37	14.757,09	19.021,58
Dezembro	*	*	*
TOTAL	80.186,55	153.893,87	162.408,50
TOTAL GERAL			**396.488,92**

** Valores não contabilizados*

DESPESAS COM MANUTENÇÃO DA FROTA

MÊS	GASTOS (R$)
Janeiro	12.444,38
Fevereiro	17.653,69
Março	26.734,52
Abril	28.905,84
Maio	16.281,68
Junho	16.309,35
Julho	37.040,51
Agosto	26.810,36
Setembro	18.468,92
Outubro	14.212,16
Novembro	17.677,37
Dezembro	*
TOTAL	**232.538,78**

** Valores não contabilizados*

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

1 GABINETE DA DIREÇÃO

1.1 Secretaria

DADOS ESTATÍSTICOS	
Processos cadastrados no gabinete	1.969
Processos tramitados no gabinete	5.100

1.2 Assessoria

DADOS ESTATÍSTICOS	
Pareceres técnicos e jurídicos	1.500
Análise de minutas de contratos e aditivos	570
Análise de minutas de convênios:	108
Aprovações: minutas, contratos e convênios:	678

2 DIVISÃO DE COMPRAS

2.1 Dados Estatísticos

AQUISIÇÕES DIRETAS	
Número de requisições	7.977
Valor gasto em aquisições diretas	R$ 2.027.104,30
Número de contratos de fornecimento com entrega imediata	80
Número de notas fiscais/faturas tramitadas	10.250

REGISTRO DE PREÇOS	
Número de atas	194

2.2 – Dados Financeiros

REGISTRO DE PREÇOS	
Valor empenhado	R$ 13.379.283,33
Valor a empenhar	R$ 726.943,21
Valor Total	R$ 14.106.226,54

3 DIVISÃO DE LICITAÇÃO

3.1 – Dados Estatísticos

MINUTAS CONTRATUAIS	
Confecção de minutas de editais	218
Confecção de minutas contratuais	251

PROCESSOS LICITATÓRIOS	
Convite	10
Tomada de Preço	20
Concorrência	17
Dispensa de Licitação	29
Inexigibilidade de Licitação	60
Leilão	1
Pregão	168
Modalidade ainda não definida	29
Total	334

CONDIÇÕES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS	
Licitações ainda não concluídas	132
Licitações com êxito	202
Licitações revogadas	0
Licitações desertas	18
Licitações anuladas	1
Licitações fracassadas	6
Licitações canceladas	17

3.2 Dados Financeiros

Valor Global Reservado em 2010, exclusive Registro de Preços:

R$ 58.202.108,69.

Deste Valor, temos:

- R$ 24.357.309,06 para processos concluídos (41% do valor global reservado)

- R$ 30.231.988,67 para processos em andamento (51% do valor global reservado)
- R$ 3.612.810,96 para processos fracassados, desertos, revogados e cancelados (6% do valor global reservado).

Dos processos concluídos, temos:

Na modalidade de pregão:

- Valor reservado: R$ 16.038.428,36
- Valor pago: R$ 12.107.681,15
- Economia: R$ 3.930.747,21 (24,50% a menor em relação ao valor de mercado).

Outras modalidades:

- Valor reservado: R$ 8.318.880,70
- Valor pago: R$ 5.100.283,83
- Economia: R$ 3.218.596,87 (38,69% a menor em relação aos valores reservados).

Dos processos em andamento – com conclusão até 18/12/2010.

- Reserva orçamentária (Pregão): R$ 16.101.786,68
- Reserva orçamentária (Outras modalidades): R$ 14.130.201,99

4 DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

4.1 – Dados Estatísticos

Movimentação de processos – Entradas	6.983
Movimentação de processos – Saídas	6.678
Contratos elaborados	112
Convênios elaborados	68
Comodatos	11
Cessões de uso	8
Termos aditivos elaborados	458

Contratos prorrogados	137

4.2 – Dados Financeiros Previstos até 18/12/2010.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
ADSL e Internet	R$ 407.160,32
Administração da conta única	R$ 360.600,30
Controle de Pragas	R$ 51.302,64
Coleta de lixo	R$ 9.431,12
Chaveiro	R$ 19.596,80
Confecção de selos	R$ 623.585,11
Eventos	R$ 164.126,80
Emergências Médicas	R$ 6.328,37
Locação de mão-de-obra	R$ 25.606.107,85
Monitoramento eletrônico	R$ 45.122,25
Mudança de magistrados	R$ 120.155,88
Passagens Aéreas	R$ 586.003,58
Produção e veiculação de programas de televisão	R$ 342.599,20
Publicações	R$ 54.269,64
Serviços postais	R$ 7.177.277,66
Serviços de reprodução fotostática	R$ 2.340,00
Serviços de plotagem	R$ 6.300,00
Serviços gráficos	R$ 532.369,84
Transporte de mercadorias	R$ 195.046,91
Vigilância	R$ 4.501.604,34
Modernização de elevadores	R$ 113.148,21
Gravação de arquivos	R$ 1.218,00
Serviços de engenharia	R$ 161.488,45
Locação de equipamentos	R$ 1.287.821,10
Prestação de serviços Bancários	R$ 158.783,63
Serviços de gravação de som e filmagem	R$ 149.265,90
Aquisição de licença informática	R$ 3.727.668,85
Gerenciamento de frota	R$ 642.831,35
Gravação e editoração eletrônica	R$ 96.566,40
Serviços e venda produtos correios	R$ 874.724,89
Produção de revista Academia Judicial	R$ 76.500,00
Curso	R$ 146.555,50
Gravação e sonorização	R$ 104.555,50
Higienização de processos	R$ 280.020,67
Serviços de informática	R$ 3.049.936,90
Linhas de comunicação	R$ 1.613.002,03
Serviços de entrega de malotes	R$ 382.860,29

Serviços de microfilmagem	R$ 178.473,61

AQUISIÇÕES (MATERIAIS PERMANENTES)	
Equipamentos	R$ 3.558.003,96
Veículos	R$ 192.000,00
Móveis	R$ 226.206,73

AQUISIÇÕES (MATERIAIS DE CONSUMO)	
Gêneros alimentícios	R$ 71.319,02
Materiais de consumo	R$ 427.635,02

TELEFONIA	
Telefonia fixa e móvel	R$ 1.318.756,25

MANUTENÇÃO	
Em Climatização	R$ 5.988,30
Em equipamentos	R$ 181.676,21
Elevadores	R$ 338.288,90
Predial	R$ 126.705,42
Calefação	R$ 138.417,40
Ar condicionado	R$ 94.642,79
Plataforma	R$ 7.224,09
Manutenção sistema informática	R$ 317.267,03

IMÓVEIS	
Locações	R$ 1.877.892,91
Construção	R$ 5.230.071,88
Ampliação	R$ 225.883,07
Reforma	R$ 2.166.896,56

5 DIVISÃO DE ALMOXARIFADO

DADOS ESTATÍSTICOS	
Requisições	
Requisições de materiais processadas	16.439
Requisições de compras	168

Inclusões no estoque	
Por compra	4.528
Formulários gráfica	341

Movimentação de materiais (por item)	
Materiais movimentados	96.639

Volume transportado	
Número de remessa para as comarcas	2.935
Volume transportado (m^3)	46.296
Peso materiais transportados	(Kg): 717.284
Valor das Mercadorias Transportadas	R$ 11.387.485,28

DADOS FINANCEIROS

Valor dos materiais movimentados	
Materiais de consumo	R$ 13.642.216,55
Materiais permanentes	R$ 14.415.715,83

Valor dos materiais estocados	
Materiais de consumo	R$ 2.851.182,31
Materiais permanentes	R$ 2.963.929,03

6 DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

Incorporações de bens móveis	
Veículos	5
Máquinas, motores e aparelhos	8.736
Materiais bibliográficos	30.034
Equipamentos e instalações	30
Utensílios	1.986
Mobiliários	5.382

Incorporações de bens imóveis	
Terrenos	1
Edifícios	1

Bens móveis transferidos	
Máquinas, motores e aparelhos	9.968
Materiais bibliográficos	2
Equipamentos e instalações	129

Utensílios	489
Mobiliário Geral	2.184

Bens móveis consertados	
Equipamentos diversos e mobiliário em geral	619

Bens móveis baixados	
Veículos	3
Máquinas, motores e aparelhos	3.912
Materiais bibliográficos	6.898
Equipamentos diversos	9
Utensílios	802
Mobiliário Geral	1.794

Alienação de bens	
Processos de baixa e doação	102
Processos de inutilização	7
Transferidos a outros órgãos	8
Entidades atendidas	95

1 - ORÇAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO

O orçamento total do Poder Judiciário é composto por três fontes de recursos, a saber:

a - Recursos Ordinários do Tesouro do Estado - 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD;

b - Receita proveniente do Fundo de Reaparelhamento da Justiça; e

c - Receita proveniente do Sistema Financeiro de Conta Única (Lei nº 11.644/2000).

Referente aos Recursos Ordinários do Tesouro do Estado, a Lei nº 14.831, de 11 de agosto de 2009, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2010, consignou ao Poder Judiciário o limite de 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD ("Art. 23... "considera-se Receita Líquida Disponível, observado o disposto no inciso V do art. 123 da Constituição Estadual, o total das Receitas Correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados provenientes de taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades, de transferências voluntárias ou doações recebidas, da compensação previdenciária entre o regime geral e regime próprio dos servidores, da cota-parte do Salário-Educação, da cota-parte da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE, da cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos"), mais os recursos destinados ao pagamento da folha dos inativos das categorias de Juiz de Paz, Auxiliar da Justiça e Serventuário da Justiça Extrajudiciais, transferidos ao Poder Judiciário por meio da Lei Complementar nº 127/94, bem como as dotações destinadas ao pagamento dos precatórios judiciais movidos contra a Fazenda Estadual.

O Orçamento do Poder Judiciário é composto por duas Unidades Orçamentárias: 1 - Tribunal de Justiça (fontes de recursos: Tesouro do Estado e Conta Única) e 2 - Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

Na Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça, os repasses efetuados pelo Tesouro do Estado são aplicados nas despesas com pessoal ativo, manutenção e investimentos, pagamentos de precatórios movidos contra o Estado, pagamento da folha dos Extrajudiciais aposentados. Os recursos da Conta Única são aplicados principalmente: na informatização, na capacitação e aperfeiçoamento dos membros e servidores do Poder Judiciário, nos serviços e equipamentos de segurança, nas bibliotecas setoriais, nos Juizados Especiais e nas Casas da Cidadania.

Do Orçamento do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, constam os recursos que serão aplicados, preferencialmente, na justiça de 1º grau, referentes às despesas com construções, reformas, ampliações de prédios e manutenção predial, informatização, estagiários, equipamento e reequipamento, e manutenção e custeio da máquina administrativa de todas as unidades jurisdicionais.

Assim, o orçamento total do Poder Judiciário foi projetado com os seguintes valores:

1.1 - ORÇAMENTO INICIAL

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	4.311.710,00	0,47%
Administração de Recursos Humanos (1)	714.961.496,00	78,41%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	40.172.900,00	4,41%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	650.000,00	0,07%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	60.276.549,00	6,61%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	20.852.988,00	2,29%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4)	21.981.739,00	2,41%
Ampliações de Fóruns (4)	580.803,00	0,06%
Reformas de Fóruns (4)	10.993.045,00	1,21%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	-	0,00%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (5)	16.060.077,00	1,76%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	11.247.986,00	1,23%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	9.691.937,00	1,06%
Aquisição de Prédio para a Casa da Cidadania de Brusque - TJ (5)	-	0,00%
TOTAL	**911.781.230,00**	**100,00%**

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

1.2 - ORÇAMENTO FINAL

O total de créditos orçamentários apresentado no orçamento final é da ordem de R$ 1.110.873.272,34, conforme quadro abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	6.251.710,00	0,56%
Administração de Recursos Humanos (1)	805.793.844,25	72,54%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	43.923.041,11	3,95%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	31.658.444,98	2,85%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	102.748.560,24	9,25%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	21.852.988,00	1,97%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4)	17.149.848,00	1,54%
Ampliações de Fóruns (4)	650.000,00	0,06%

Reformas de Fóruns (4)	15.347.888,76	1,38%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	104.184,00	0,01%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (5)	31.590.620,98	2,84%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	21.728.891,00	1,96%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	11.673.251,02	1,05%
Aquisição de Prédio para a Casa da Cidadania de Brusque - TJ (5)	400.000,00	0,04%
TOTAL	**1.110.873.272,34**	**100,00%**

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD
(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado
(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro
(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

1.3 - DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Na execução orçamentária de 2010, o orçamento inicial do Poder Judiciário foi suplementado em R$ 184.068.570,23 e anulado em R$ 117.051.107,51. A descentralização e créditos orçamentários realizada pelo IPREV para pagamento dos benefícios previdenciários de aposentadorias representou R$ 132.074.579,62, conforme segue:

1 - Orçamento Inicial (em R$)	**911.781.230,00**
2 - Suplementações	**184.068.570,23**
2.1 - Excesso Arrecad. da RLD (7,4%)	3.750.141,11
2.1.1 - Excesso Arrecadação do Poder Executivo (Precatórios)	3.750.141,11
2.2 - Excesso Arrecadação do FRJ	-
2.3 - Excesso Arrecadação da Conta Única	-
2.4 - Superávit Financ. TJ	5.364.551,68
2.4.1 - Superávit Financ. do Poder Executivo (Precatórios)	-
2.4.2 - Superávit Financ. Tribunal de Justiça	5.364.551,68
2.5 - Superávit Financ. Conta Única	28.392.763,00
2.6 - Superávit Financ. FRJ	43.168.345,00
2.7 - Por anulações de dotações TJ	69.869.611,50
2.7.1 - Por anulações de dotações do Poder Executivo (Precatórios)	-
2.7.2 - 7,4% RLD	69.869.611,50
2.8 - Por anulações de dotações - Conta Única	9.003.551,90
2.9 - Por anulações de dotações - FRJ	24.519.606,04
3 - Descentralização de créditos	**132.074.579,62**
3.1 - Descentralização de créditos do IPREV (Inativos)	101.066.134,64
3.2 - Descentralização de créditos do IPREV (Extrajudiciais)	31.008.444,98
4 - Anulações	**117.051.107,51**
4.1 - Anulações de dotações TJ	69.869.611,50
4.1.1 - Anulações de dotações do Poder Executivo (Precatórios)	-
4.1.2 - 7,4% RLD	69.869.611,50
4.2 - Anulações de dotações - Conta Única	9.003.551,90
4.3 - Anulações de dotações - FRJ	24.519.606,04

4.4 - Anulações para IPREV - 7,4% RLD	13.658.338,07
4.5 - Anulações de desc. de créditos IPREV	-
5 - Orçamento Final	**1.110.873.272,34**

1.4 - DESPESA EMPENHADA TOTAL

A despesa total empenhada, durante o exercício de 2010, foi de R$ 1.004.065.017,89, abaixo discriminada:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	5.603.115,90	0,56%
Administração de Recursos Humanos (1)	780.275.361,99	77,71%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	40.172.900,00	4,00%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	29.447.379,30	2,93%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	86.387.068,43	8,60%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	13.168.307,75	1,31%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4)	8.391.575,54	0,84%
Ampliações de Fóruns (4)	337.330,59	0,03%
Reformas de Fóruns (4)	4.455.665,37	0,44%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	-	0,00%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (5)	16.330.670,79	1,63%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	12.299.741,80	1,22%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	6.995.900,43	0,70%
Aquisição de Prédio para a Casa da Cidadania de Brusque - TJ (5)	200.000,00	0,02%
TOTAL	**1.004.065.017,89**	**100,00%**

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD
(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado
(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro
(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça
(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

1.5 - SALDO ORÇAMENTÁRIO TOTAL

O saldo orçamentário total, durante o exercício de 2010, foi de R$ 106.808.254,45:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	648.594,10	0,61%
Administração de Recursos Humanos (1)	25.518.482,26	23,89%

Encargos com Execução de Sentenças (2)	3.750.141,11	3,51%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	2.211.065,68	2,07%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	16.361.491,81	15,32%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	8.684.680,25	8,13%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4)	8.758.272,46	8,20%
Ampliações de Fóruns (4)	312.669,41	0,29%
Reformas de Fóruns (4)	10.892.223,39	10,20%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	104.184,00	0,10%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (5)	15.259.950,19	14,29%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	9.429.149,20	8,83%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	4.677.350,59	4,38%
Aquisição de Prédio para a Casa da Cidadania de Brusque - TJ (5)	200.000,00	0,19%
TOTAL	**106.808.254,45**	**100,00%**

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD
(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado
(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro
(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça
(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

2 - ORÇAMENTO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A Receita Líquida Disponível do Estado - RLD, durante o exercício de 2010, foi de R$ 9.388.959.819,53, representando, em valores históricos, crescimento de 19,04% em relação ao ano anterior, conforme quadro demonstrativo abaixo:

RECEITA 2009	7.887.476.692,88
RECEITA 2010	RLD Arrecadada (R$)
Janeiro	742.977.892,53
Fevereiro	678.270.530,36
Março	708.894.564,33
Abril	784.318.521,29
Maio	744.219.554,33
Junho	764.472.501,85
Julho	747.706.690,02
Agosto	776.258.451,26
Setembro	809.800.552,38
Outubro	858.745.455,76
Novembro	842.449.951,24
Dezembro	930.845.154,18
TOTAL 2010	**9.388.959.819,53**
% VARIAÇÃO	**19,04%**

2.2 - ORÇAMENTO INICIAL

O orçamento inicial da Unidade Orçamentária do Tribunal de Justiça, composto pelos recursos oriundos da participação de 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD, dos recursos destinados ao pagamento de Precatórios movidos contra a Fazenda Estadual, bem como os da folha de pagamento dos Extrajudiciais Inativos, ficou consignado em R$ 797.096.106,00, abaixo discriminado:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	4.311.710,00	0,54%
Administração de Recursos Humanos (1)	714.961.496,00	89,70%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	40.172.900,00	5,04%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	650.000,00	0,08%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (4)	16.060.077,00	2,01%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	11.247.986,00	1,41%
Capacitação e aperfeiçoamento (4)	9.691.937,00	1,22%
Aquisição de Prédio para a Casa da Cidadania de Brusque - TJ (4)	0,00	0,00%
TOTAL	**797.096.106,00**	**100,00%**

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD
(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado
(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro
(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

2.3 - ORÇAMENTO FINAL

O orçamento final da Unidade Orçamentária do Tribunal de Justiça corresponde ao montante de R$ 953.019.803,34, conforme especificado abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	6.251.710,00	0,66%
Administração de Recursos Humanos (1)	805.793.844,25	84,55%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	43.923.041,11	4,61%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	31.658.444,98	3,32%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (4)	31.590.620,98	3,31%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	21.728.891,00	2,28%
Capacitação e aperfeiçoamento (4)	11.673.251,02	1,22%
Aquisição de Prédio para a Casa da Cidadania de Brusque - TJ (4)	400.000,00	0,04%
TOTAL	**953.019.803,34**	**100,00%**

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD
(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado
(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro
(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

2.4 - DESPESA EMPENHADA

A despesa total empenhada do Orçamento do Tribunal de Justiça foi de R$ 891.325.070,21, conforme abaixo discriminado:

A despesa com pessoal ativo e encargos previdenciários importou em R$ 780.275.361,99. Já os gastos com manutenção/capacitação/informática da máquina administrativa judiciária totalizaram R$ 41.229.428,92, equivalente a 4,63% do total empenhado.

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	5.603.115,90	0,63%
Administração de Recursos Humanos (1)	780.275.361,99	87,54%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	40.172.900,00	4,51%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	29.447.379,30	3,30%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (4)	16.330.670,79	1,83%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	12.299.741,80	1,38%
Capacitação e aperfeiçoamento (4)	6.995.900,43	0,78%
Aquisição de Prédio para a Casa da Cidadania de Brusque - TJ (4)	200.000,00	0,02%
TOTAL	**891.325.070,21**	**100,00%**

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD
(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado
(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro
(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

2.5- SALDO ORÇAMENTÁRIO

O saldo orçamentário total do Orçamento do Tribunal de Justiça foi de R$ 61.694.733,13, conforme abaixo discriminado:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	648.594,10	1,05%
Administração de Recursos Humanos (1)	25.518.482,26	41,36%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	3.750.141,11	6,08%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	2.211.065,68	3,58%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (4)	15.259.950,19	24,73%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	9.429.149,20	15,28%
Capacitação e aperfeiçoamento (4)	4.677.350,59	7,58%
Aquisição de Prédio para a Casa da Cidadania de Brusque - TJ (4)	200.000,00	0,32%
TOTAL	**61.694.733,13**	**100,00%**

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD
(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado
(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro
(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

2.6 - RENDIMENTOS DO SISTEMA DE GESTÃO CENTRALIZADA

O patrimônio líquido do Fundo de Investimento do Judiciário registrou, em 31/12/2010, saldo de R$ 1.720.342.433. No ano de 2010, o Sistema de Gestão Centralizada de Depósitos sob Aviso à Disposição

do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina apresentou o seguinte rendimento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Patrimônio do Fundo de Investimento em 31/12/2010	1.720.342.433,96
Rendimento (spread + aplicações financeiras):	43.955.250,65

2.7 – PRECATÓRIOS

Os Precatórios referentes às ações movidas contra o Estado que foram incluídos no orçamento de 2010 não foram quitados, tendo sido pagos parcialmente no montante de R$ 17.442.755,37 referente a precatórios de exercícios anteriores, consoantes aos recursos financeiros repassados pelo Poder Executivo.

Em 31/12/2010, o saldo dos precatórios pendentes de pagamento, movidos contra a Fazenda Estadual, considerando a administração direta e indireta, apresentava o montante de R$ 624.924.042,29, sendo:

PARTE	EXERCÍCIO(S)	VALOR (R$)
Poder Executivo	2002/2011	350.626.437,28
IPREV	2003/2011	206.935.515,18
DEINFRA	2003/2011	67.362.089,83
TOTAL		**624.924.042,29**

2.8 - SALDO FINANCEIRO

No ano de 2010 a Secretaria de Estado da Fazenda repassou ao Poder Judiciário, relativos à participação de 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD, a importância de R$ 681.080.433,49; referente à participação no Fundo Social e SEITEC, a quantia de R$ 34.665.735,56; totalizando R$ 715.746.169,05. Por conta destes repasses acima referidos, o Tribunal de Justiça obteve rendimentos de aplicações financeiras no valor total de R$ 5.423.364,93. Em 31/12/2010, o saldo financeiro disponível do TJ apresentou a quantia de R$ 28.818.948,09. Deste total disponível, deverá ser deduzido o valor de R$ 850.635,08 referentes às obrigações (consignações e restos a pagar), restando a disponibilidade líquida de R$ 27.968.313,01 (superávit financeiro).

Já os recursos provenientes da Conta Única apresentaram em 31/12/2010 saldo financeiro de R$ 50.348.254,53. Desse valor deverá ser deduzida a quantia de R$ 10.099.508,37 (restos a pagar de 2010), apresentando assim, superávit financeiro de R$ 40.248.746,16.

3 - ORÇAMENTO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA - FRJ

3.1 - RECEITAS ESTIMADAS E ARRECADADAS DO FRJ

As receitas do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, para o exercício de 2010, foram estimadas em R$ 114.685.124,00, entretanto os valores arrecadados totalizaram R$ 125.905.702,13, assim discriminados:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA - 2010	% DA RECEITA
	ORÇADA INICIAL	ARRECADADA	ARRECADADA
Custas Extrajudiciais	8.072.371,00	9.601.208,21	7,63%
Custas Judiciais	66.022.387,00	68.653.322,11	54,53%
Receitas Diversas	7.922.515,00	10.271.072,39	8,16%
Rendim. Aplic. Financ.	7.063.588,00	7.279.548,63	5,78%
Selo de Fiscalização	20.852.988,00	24.382.182,92	19,37%
Rendimentos Selo de Fiscalização	3.007.126,00	3.971.744,83	3,15%
Taxa Judiciária	1.744.149,00	1.746.623,04	1,39%
TOTAL	**114.685.124,00**	**125.905.702,13**	**100%**

3.2 - ORÇAMENTO INICIAL DO FRJ

O orçamento inicial do FRJ totalizou R$ 114.685.124,00, conforme abaixo discriminado:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	60.276.549,00	52,56%
Coord. Selo de Fiscalização	20.852.988,00	18,18%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns	21.981.739,00	19,17%
Ampliações de Fóruns	580.803,00	0,51%
Reformas de Fóruns	10.993.045,00	9,59%
Ampliação Palácio da Justiça	-	0,00%
TOTAL	**114.685.124,00**	**100,00%**

3.3 - ORÇAMENTO FINAL DO FRJ

Os créditos orçamentários do Fundo de Reaparelhamento da Justiça totalizaram R$ 157.853.469,00, abaixo especificados:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	102.748.560,24	65,09%
Coord. Selo de Fiscalização	21.852.988,00	13,84%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns	17.149.848,00	10,86%
Ampliações de Fóruns	650.000,00	0,41%

Reformas de Fóruns	15.347.888,76	9,72%
Ampliação Palácio da Justiça	104.184,00	0,07%
TOTAL	157.853.469,00	100,00%

Durante o exercício de 2010, as dotações orçamentárias do Fundo de Reaparelhamento da Justiça foram suplementadas em R$ 43.168.345,00.

3.4 - DESPESA EMPENHADA FRJ

A despesa empenhada no exercício de 2010 foi de R$ 112.739.947,68, aplicada nos seguintes projetos/atividades:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	86.387.068,43	76,63%
Coord. Selo de Fiscalização	13.168.307,75	11,68%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns	8.391.575,54	7,44%
Ampliações de Fóruns	337.330,59	0,30%
Reformas de Fóruns	4.455.665,37	3,95%
Ampliação Palácio da Justiça	-	0,00%
TOTAL	112.739.947,68	100,00%

3.5 - SALDO ORÇAMENTÁRIO FRJ

O saldo orçamentário do exercício de 2010 foi de R$ 45.113.521,32, apurado nos seguintes projetos/atividades:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	16.361.491,81	36,27%
Coord. Selo de Fiscalização	8.684.680,25	19,25%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns	8.758.272,46	19,41%
Ampliações de Fóruns	312.669,41	0,69%
Reformas de Fóruns	10.892.223,39	24,14%
Ampliação Palácio da Justiça	104.184,00	0,23%
TOTAL	45.113.521,32	100,00%

3.6 - SALDO FINANCEIRO FRJ

Em 31/12/2010, o saldo financeiro disponível do FRJ apresentou a quantia de R$ 134.814.629,48, sendo R$ 81.435.019,49 referentes às custas judiciais e R$ 53.379.609,99 referentes aos recursos do selo de fiscalização. Deste total disponível, deverá ser deduzido o valor de R$ 19.954.868,65 referente a obrigações diversas e restos a pagar, restando a disponibilidade líquida de R$ 114.859.760,83 (superávit financeiro).

ANEXOS

ANEXO I

CONCLUSÕES, CONSTRUÇÕES E AQ. DE PRÉDIOS DE FÓRUNS	SUBAÇÃO	ORÇAMENTO FINAL	EMPENHADO
Aquisição de Imóvel para o Fórum de Herval d´Oeste - TJ	10205	1.380.000,00	-
Conclusão do Fórum de Descanso - TJ	6688	200.000,00	9.018,80
Conclusão do Fórum de Lauro Müller - TJ	6674	100.000,00	-
Conclusão, Ampliação e Reforma do Fórum de Bal. Camboriú - TJ	6680	1.544.039,00	14.580,00
Conclusão, Ampliação e Reforma do Fórum de Bal. Camboriú - TJ	6680	1.893.594,00	104.030,48
Construção do Fórum de Canoinhas - TJ	6685	-	-
Construção do Fórum de Curitibanos - TJ	6687	-	-
Construção do Fórum de Forquilhinha - TJ	6609	2.714.599,00	-
Construção do Fórum de Garopaba - TJ	6679	-	-
Construção do Fórum de Garuva - TJ	6673	-	-
Construção do Fórum de Herval do Oeste - TJ	6671	-	-
Construção do Fórum de Navegantes - TJ	6604	-	-
Construção do Fórum de Otacíclio Costa - TJ	6631	280.000,00	226.555,07
Construção do Fórum de Palhoça - TJ	6652	8.787.616,00	8.030.516,19
Construção do Fórum de Rio Negrinho - TJ	6657	100.000,00	-
Construção do Fórum de Turvo - TJ	6696	100.000,00	6.875,00
Construção do Prédio do Arquivo Central - TJ	6629	50.000,00	-
TOTAL		17.149.848,00	8.391.575,54

ANEXO II

AMPLIAÇÕES	SUBAÇÃO	ORÇAMENTO FINAL	EMPENHADO
Reforma do Fórum de Blumenau - TJ	6602	500.000,00	11.019,55
Reforma do Fórum de Braço do Norte - TJ	6655	1.785.889,00	1.413.291,95
Reforma do Fórum de Brusque - TJ	6646	1.241.645,00	-
Reforma do Fórum de Itajaí - TJ	6689	100.000,00	-
Reforma do Fórum de São Joaquim - TJ	6678	1.806.938,00	1.598.309,32
Reforma do Fórum do Norte da Ilha - TJ	6691	1.312.727,00	331.090,10
Reforma do Prédio do Antigo Fórum de Joinville - TJ	9279	222.824,00	-
Reforma do Prédio do Antigo Fórum de Joinville - TJ	9279	714.875,76	302.876,07
TOTAL		7.684.898,76	3.656.586,99

ANEXO III

REFORMAS	SUBAÇÃO	ORÇAMENTO FINAL	EMPENHADO
Reforma e Ampliação do Fórum de Correia Pinto - TJ	6686	983.536,00	-
Reforma e Ampliação do Fórum de Correia Pinto - TJ	6686	100.000,00	-
Reforma e Ampliação do Fórum de Maravilha - TJ	6616	650.000,00	470.647,08
Reforma e Ampliação do Fórum de Maravilha - TJ	6616	500.000,00	337.330,59
Reforma e Ampliação do Fórum de Pomerode - TJ	6677	50.000,00	-
Reforma e Ampliação do Fórum de Pomerode - TJ	6677	50.000,00	-
Reforma e Ampliação do Palácio da Justiça - TJ	6668	22.059,60	17.820,74
Reforma e Ampliação do Palácio da Justiça - TJ	6668	1.200.000,00	206.603,73
Reforma e Ampliação do Palácio da Justiça - TJ	6668	3.282.374,00	95.667,53
Reforma e Ampliação do Palácio da Justiça - TJ	6668	1.475.020,40	8.339,30
Reforma e Ampliação do Palácio da Justiça - TJ	6668	4.184,00	-
Reforma e Ampliação do Palácio da Justiça - TJ	6668	-	-
Reforma e Ampliação do Palácio da Justiça - TJ	6668	100.000,00	-
TOTAL		8.417.174,00	1.136.408,97

ANEXO IV

DESPESA EMPENHADA COM MANUTENÇÃO	ELEMENTO	TJ	FRJ	SCU	TOTAL	% TOTAL
Contratação por Tempo Determinado	319004	-	-	-	-	
Diárias - Pessoal Civil	339014	3.394.010,32	191.183,34	-	3.585.193,66	3,44%
Material de Consumo	339030	966.088,85	10.496.835,13	148.577,22	11.611.501,20	11,13%
Passagens e Despesas com Locomoção	339033	378.978,30	-	-	378.978,30	0,36%
Serviços de Consultoria	339035	-	-	-	-	0,00%
Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física	339036	66.309,37	11.998.269,57	7.620,00	12.072.198,94	11,58%
Locação de Mão-de-Obra	339037	-	28.509.124,50	119.807,68	28.628.932,18	27,45%
Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	339039	190.608,15	30.328.085,93	3.172.684,18	33.691.378,26	32,31%
Auxílio-Alimentação	339046	-	-	2.400.771,54	2.400.771,54	2,30%
Obrigações Tributárias e Contributivas	339047	17.506,87	243.121,67	41.105,90	301.734,44	0,29%
Despesas de Exercícios Anteriores	339092	339.997,69	1.219.738,12	196.280,74	1.756.016,55	1,68%
Equipamentos e Material Permanente	449052	244.636,35	3.339.188,85	5.433.575,52	9.017.400,72	8,65%
Despesas de Exercícios Anteriores	449092	4.980,00	61.521,32	779.319,02	845.820,34	0,81%
TOTAL		5.603.115,90	86.387.068,43	12.299.741,80	104.289.926,13	100%

ANEXO V

DESPESA EMPENHADA COM MANUTENÇÃO	ELEMENTO	CAPACITAÇÃO	INFORMÁTICA	TOTAL	% TOTAL
Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	319016	236.233,37	-	236.233,37	1,02%
Despesas de Exercícios Anteriores	319092	-	-	-	0,00%
Diárias - Pessoal Civil	339014	1.848.589,72	270.480,17	2.119.069,89	9,12%
Material de Consumo	339030	212.309,11	1.029.634,81	1.241.943,92	5,35%
Passagens e Despesas com Locomoção	339033	413.363,44	-	413.363,44	1,78%
Serviços de Consultoria	339035	-	-	-	0,00%
Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física	339036	734.469,59	595,00	735.064,59	3,17%
Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	339039	1.129.269,19	8.322.042,22	9.451.311,41	40,70%
Despesas de Exercícios Anteriores	339092	199.068,19	372.352,13	571.420,32	2,46%
Indenizações e Restituições	339093	2.216.241,76	-	2.216.241,76	9,54%
Equipamentos e Material Permanente	449052	6.356,06	6.231.679,46	6.238.035,52	26,86%
Despesas de Exercícios Anteriores	449092	-	103.887,00	103.887,00	0,45%
TOTAL		**6.995.900,43**	**16.226.783,79**	**23.222.684,22**	**100,00%**

ANEXO II

DESPESA EMPENHADA COM PESSOAL	ELEMENTO	ATIVOS	INATIVOS	INATIVOS - EXTRAJUDICIAL	TOTAL	% TOTAL
Vencim. e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	319011	452.469.489,26	-	-	452.469.489,26	56,14%
Obrigações Patronais	319013	9.011.701,00	-	-	9.011.701,00	1,12%
Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	319016	21.242.425,55	-	-	21.242.425,55	2,64%
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	319034	133.129,32	-	-	133.129,32	0,02%
Despesas de Exercícios Anteriores	319092	42.765.218,75	-	-	42.765.218,75	5,31%
Indenizações e Restituições Trabalhistas	319094	91.307,20	-	-	91.307,20	0,01%
Obrigações Patronais	319113	71.570.635,18	-	-	71.570.635,18	8,88%
Despesas de Exercícios Anteriores	319192	2.196.193,46	-	-	2.196.193,46	0,27%
Aposentadorias e Reformas	339001	-	80.874.576,49	28.837.809,79	109.712.386,28	13,61%
Outros Benefícios Assistenciais	339008	2.254.634,40	-	-	2.254.634,40	0,28%
Salário-Família	339009		-	-	-	0,00%
Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física	339036	-	-	-	-	0,00%
Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	339039	159.413,20	-	-	159.413,20	0,02%
Auxílio-Alimentação	339046	62.532.984,18	-	-	62.532.984,18	7,76%
Despesas de Exercícios Anteriores	339092	-	20.191.558,15	37.994,67	20.229.552,82	2,51%
Indenizações e Restituições	339093	5.935.482,66	-	-	5.935.482,66	0,74%

Obrigações Patronais	339113	5.647.769,41	-	-	5.647.769,41	0,70%
TOTAL		**676.010.383,57**	**101.066.134,64**	**28.875.804,46**	**805.952.322,67**	**100,00%**

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

A Diretoria de Recursos Humanos é responsável pelo gerenciamento e supervisão do quadro de pessoal do Poder Judiciário, tanto da Justiça de Primeiro Grau, quanto da Secretaria do Tribunal de Justiça, envolvendo servidores efetivos e comissionados, inativos, juízes de paz, estagiários, voluntários e terceirizados.

Esse trabalho envolve o controle do ingresso na carreira, com o acompanhamento dos processos de nomeação dos servidores, de contratação de estagiários e terceirizados, e de adesão dos voluntários.

É responsável, também, pelo controle da movimentação na carreira dos servidores (remoção, disposição, lotação etc.), pelo registro de todos os incidentes ocorridos durante a vida funcional dos colaboradores do Poder Judiciário, e pela elaboração da folha de pagamento dos magistrados, servidores, inativos (incluídos os juízes de paz e extrajudiciais) e estagiários.

Controla, ainda, as avaliações de desempenho e de estágio probatório dos servidores, e os afastamentos legais, direitos, deveres e benefícios dos colaboradores.

Durante o ano de 2010, foram realizados diversos eventos para o desenvolvimento de pessoal, almejando a valorização e motivação dos colaboradores.

A seguir, são apresentadas informações mais detalhadas sobre os principais programas e atividades de responsabilidade da Diretoria de Recursos Humanos:

1 BENEFÍCIOS

1.1 Bolsa de Estudos

O Tribunal de Justiça mantém o Programa de Bolsa de Estudos, destinado a Magistrados e Servidores, para cursos de graduação, pós-graduação e para o curso da Escola Superior da Magistratura.

Por intermédio do programa, o Poder Judiciário custeia 70% (setenta por cento) do valor da mensalidade.

Neste ano, houve o remanejamento do número de vagas, por força da Resolução n. 20/09-GP, adequando-as à efetiva demanda, com a alteração de 345 para 330 vagas para cursos de graduação, e de 55 para 70 vagas para o curso de preparação para ingresso na magistratura, promovido pela ESMESC.

BOLSA DE ESTUDOS		
GRADUAÇÃO	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
Total de Bolsas disponíveis	330	330

Total de Bolsas renovadas	207	199
Total de Bolsas concedidas	36	23
Total de Bolsas remanescentes	87	108
ESMESC	**1º SEMESTRE**	**2º SEMESTRE**
Total de Bolsas disponíveis	70	70
Total de Bolsas renovadas	21	14
Total de Bolsas concedidas	15	29
Total de Bolsas remanescentes	34	27

No que se refere às bolsas de estudo para cursos de pós-graduação, foram beneficiados 17 magistrados, com cursos na área jurídica, bem como 125 servidores, com cursos na área jurídica, e 23 nas demais áreas.

1.2 Gratificação de Nível Superior

A gratificação de nível superior, prevista no art. 14 da Lei Complementar 90/93, é destinada a servidores não ocupantes de cargo de nível superior que tenham graduação escolar superior.

Em 2007, 1.975 servidores percebiam gratificação de nível superior. Este número foi elevado para 2.403 em 2008, o que corresponde a 21,67% de aumento, e em 2009, para 2.659 servidores, significando incremento de 10,65%. Em 2010, 2.703 servidores perceberam a gratificação, um aumento de 1,65%.

Esta gratificação é percebida por 58,53% dos servidores efetivos do Poder Judiciário.

1.3 Auxílio-creche

O auxílio creche, previsto na Resolução n. 09/01-GP, beneficia 664 servidores, conforme dados da folha de pagamento do mês de dezembro de 2010. Em 2010, foram deferidos 150 pedidos.

1.4 Vale-transporte

O vale-transporte corresponde à parcela de gastos que exceder a 6% (seis por cento) da remuneração e é creditado mensalmente em folha de pagamento.

Em 2010, foram contemplados com o benefício 68 servidores.

1.5 TJ-Consig

O sistema TJ-Consig, implantado em 28/07/2009, representou uma importante mudança nos procedimentos de consignações facultativas em folha de pagamento. Além de não ter custo nenhum ao Poder Judiciário, houve economia de material e de tempo de serviço, tendo em vista a informatização de um procedimento que até então era manual.

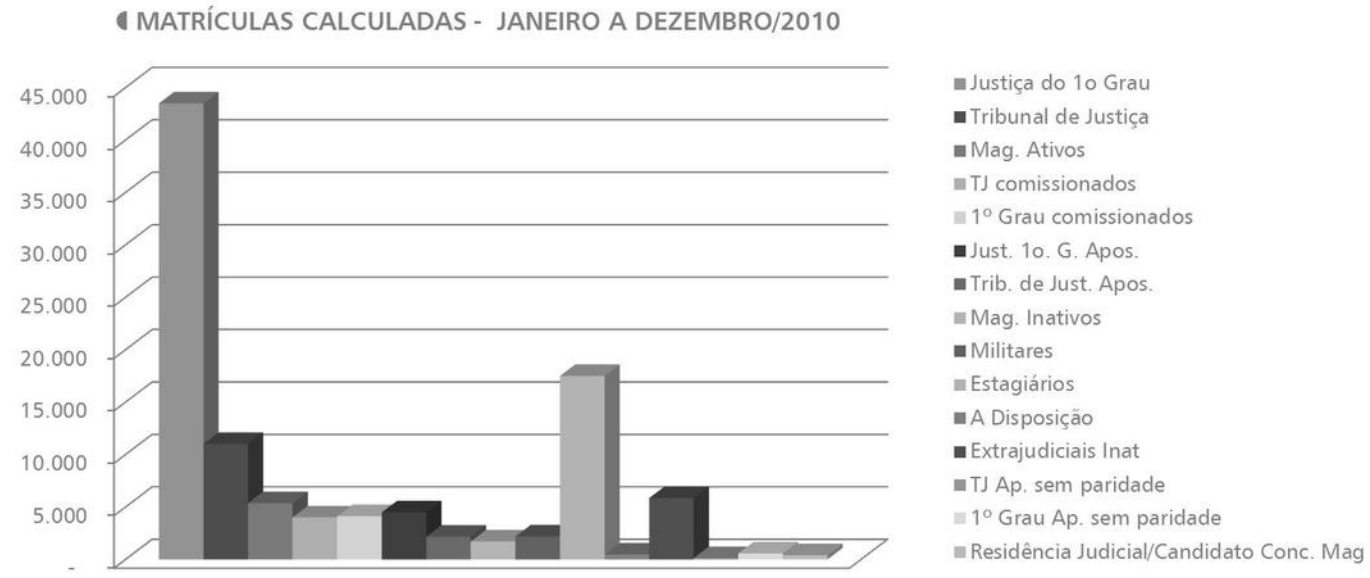
Na última folha processada, de dezembro de 2010, foram implementadas aproximadamente 18.500 consignações, que significam R$ 5.200.000,00 em descontos facultativos.

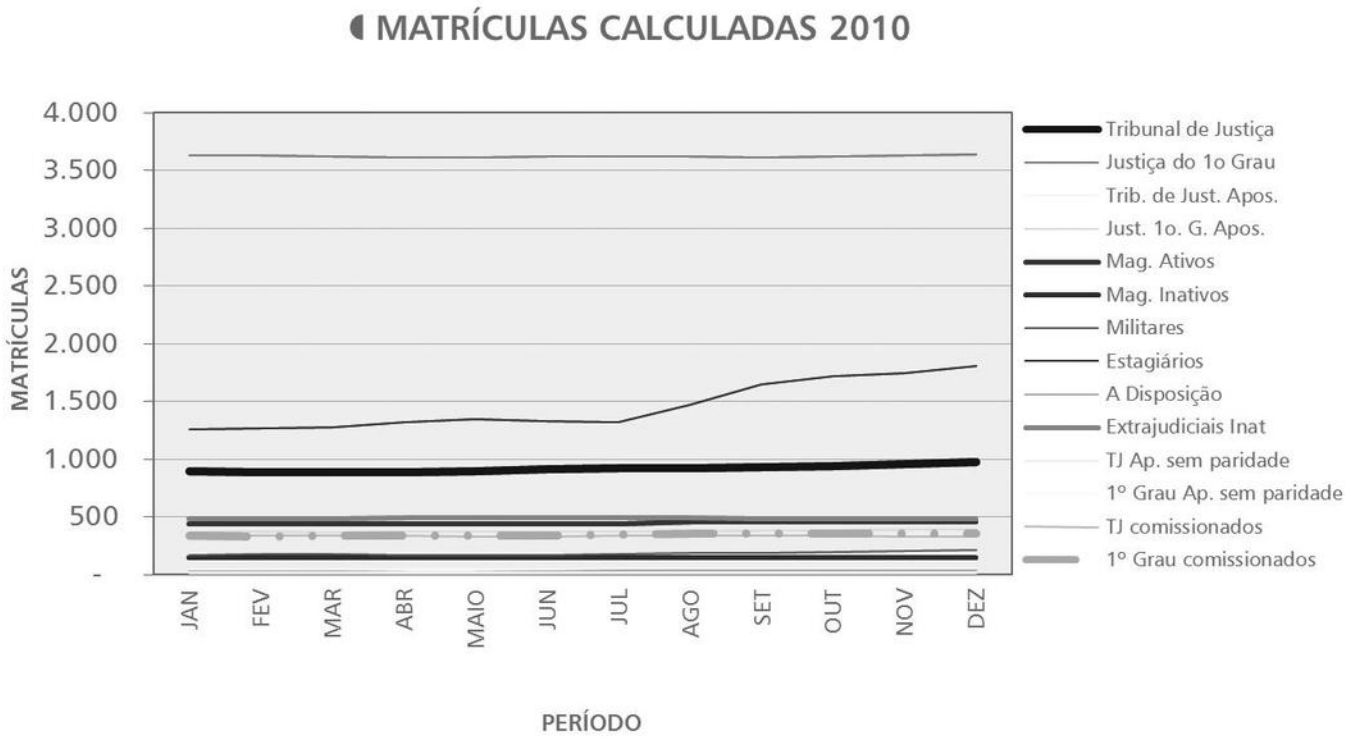
3 FOLHA DE PAGAMENTO (MATRÍCULAS CALCULADAS)

MATRÍCULAS CALCULADAS DO PJSC POR TIPO - 2010

TIPO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Tribunal de Justiça	892	887	885	889	897	914	924	923	930	943	959	977	**11.020**
Justiça do 1º Grau	3.629	3.629	3.623	3.616	3.614	3.625	3.625	3.623	3.615	3.623	3.632	3.641	**43.495**
Trib. de Just. Apos.	177	178	179	179	179	179	178	181	183	185	186	187	**2.171**
Just. 1º G. Apos.	365	368	367	368	369	370	372	369	380	384	386	389	**4.487**
Mag. Ativos	441	441	441	441	440	439	439	458	458	458	457	458	**5.371**
Mag. Inativos	144	144	144	144	144	145	145	145	145	145	144	144	**1.733**
Militares	171	174	174	170	167	171	173	186	190	199	208	213	**2.196**
Estagiários	1.257	1.267	1.273	1.323	1.345	1.330	1.323	1.472	1.651	1.717	1.747	1.805	**17.510**
A Disposição	39	38	38	40	41	39	39	38	38	38	38	37	**463**
Extrajudiciais Inativos	487	487	487	488	490	490	491	491	487	487	486	486	**5.857**
TJ Ap. sem paridade	11	11	11	11	11	11	11	11	12	12	12	12	**136**
1º Grau Ap. sem paridade	43	43	46	47	48	47	49	49	50	53	53	55	**583**
TJ comissionados	341	340	340	336	332	331	333	333	335	333	331	331	**4.016**
1º Grau comissionados	335	332	334	337	335	333	349	352	355	355	354	357	**4.128**
Residência Judicial/Candidato Conc. Mag.	27	27	47	48	48	41	31	30	28	28	19	28	**402**
TOTAL	**8.359**	**8.366**	**8.389**	**8.437**	**8.460**	**8.465**	**8.482**	**8.661**	**8.857**	**8.960**	**9.012**	**9.120**	**103.568**

Fonte: relatório contábil do sistema de folhas de pagamento





4 TERCEIRIZAÇÃO

O ano de 2010 encerra com 1.433 postos de terceirizados contratados pelo Poder Judiciário, nas seguintes áreas de atuação: digitador, vigilante, zelador, marceneiro, copeira, garçom, jardineiro, telefonista, servente, recepcionista, *office-boy*, porteiro, engenheiro civil, técnico em edificações, técnico em refrigeração e ar condicionado, engenheiro mecânico e operador de sistemas.

Destes, 888 estão nas Comarcas e 545, na Secretaria do Tribunal de Justiça.

As empresas que atuaram junto ao Poder Judiciário em 2010 foram: Liderança Limpeza e Conservação Ltda.; Mobra Serviços de Vigilância e Segurança Ltda; Orbenk Administração e Serviços Ltda.; Ondrepsb Serviço de Guarda e Vigilância Ltda.; Plansul Planejamento e Consultoria Ltda.; Lince Segurança Eletrônica Ltda. e Lince Segurança Patrimonial Ltda-ME.

5 ESTAGIÁRIOS

Em 2010, o Poder Judiciário procedeu a alterações no seu programa de estágio, adequando-o à legislação federal vigente. Em razão disso, iniciou a contratação de seus estagiários no mês de março, fechando o ano com 1.676 estagiários remunerados na área de Direito, distribuídos em Cartórios e Gabinetes de 1º e 2º graus, e mais 60 vagas ocupadas de estagiários remunerados na área da Administração, Arquitetura, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Design, Economia, Enfermagem, Engenhara Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia da Produção, História, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, distribuídos pelas Comarcas do Estado e Diretorias do Tribunal de Justiça, totalizando 1.736 vagas de estagiários.

6 VOLUNTÁRIOS

Em 2010 foram preenchidas efetivamente 300 vagas para serviço voluntário nas áreas de Administração, Arquitetura, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia, História, Letras, Psicologia, Serviço Social e Sistemas de Informação.

7 ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL

7.1 Semana do rodízio de funções

Durante uma semana, o servidor inscrito no projeto desempenha suas funções em setor diferente daquele no qual está lotado com o objetivo de proporcionar uma maior integração entre os servidores, melhorar a comunicação entre os setores e aumentar o conhecimento quanto às atribuições e funções exercidas pelos diversos setores. Foi realizada a 10ª semana no mês de abril e a 11ª semana no mês de setembro. Participaram do projeto oito servidores.

7.2 Semana do Servidor

O Projeto “Semana do Servidor” consiste em uma semana de atividades voltadas aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. O objetivo do projeto é a valorização, motivação e integração dos servidores. O evento ocorreu no mês de outubro, contando com a participação de 98 servidores.

7.3 Mostra de talentos

Consiste em uma mostra de artes que tem por objetivo incentivar os servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina a revelar seus talentos artísticos, nas categorias poesia, conto,

fotografia e pintura, além de promover a valorização do servidor e a aproximação e integração entre os colegas do Judiciário. Participaram do projeto 57 servidores.

7.4 Pesquisa de satisfação

Busca-se com a pesquisa obter um indicador para avaliar o percentual de satisfação e motivação dos servidores do Poder Judiciário. Além disso, a ferramenta permite identificar os locais onde há a necessidade de se aplicar o programa de melhoria do clima organizacional. O formulário de pesquisa foi lançado na página eletrônica do Poder Judiciário em 19 de novembro de 2010 e estará disponível até 10 de janeiro de 2011.

7.5 Programa de bem-estar no trabalho

Realização de trabalho em grupo, de forma a contribuir para a melhoria do bem-estar e satisfação no trabalho. Foram realizadas três turmas: Técnicos Judiciários Auxiliares (junho e julho); Assistentes Sociais (agosto); e Oficiais de Justiça (novembro). Participaram dos programas 88 servidores.

7.6 Preparação para aposentadoria

Evento realizado com os servidores prestes a se aposentar, em que são tratados temas relevantes para vencer os medos da aposentadoria. Foi realizada uma turma nos meses de abril e maio, tendo participado 28 servidores.

7.7 Homenagem aos servidores aposentados

Homenagem prestada aos 24 servidores que se aposentaram em 2010. O evento foi realizado durante a semana do servidor.

7.8 Intervenções psicossociais

Elaboração de diagnósticos, trabalhos em grupo e acompanhamento de servidores que apresentam baixo desempenho nas avaliações de desempenho e estágio probatório ou encaminhados pela Corregedoria-Geral de Justiça ou outros setores do Tribunal de Justiça. Foram acompanhados 24 casos.

7.9 Entrevistas de lotação e relotação

Realização de entrevistas para lotação ou relotação de servidores. Foram realizadas 80 entrevistas durante o ano.

7.10 Programa de Melhoria do Clima Organizacional

Tem como objetivo apresentar, em um determinado momento, o grau de satisfação ou insatisfação dos servidores, identificar causas e por meio delas implementar ações que

propiciem condições para maior satisfação no trabalho. O programa foi realizado em três comarcas no ano de 2010.

DIRETORIA DE SAÚDE

O presente relatório concentra informações acerca dos projetos e ações desenvolvidas pela Diretoria de Saúde no ano de 2010 (janeiro a novembro).

A empresa PROACTIVA, através de convênio firmado com a Diretoria de Saúde para recolhimento e fim adequado ao lixo tóxico utilizado pelos setores dessa diretoria, vem realizando a coleta duas vezes na semana.

1 Projetos executados em 2010

1.1 Vacina da gripe

O objetivo da vacina da gripe é imunizar os funcionários do Poder Judiciário da Secretaria do Tribunal de Justiça, do Fórum da Capital e das Comarcas do interior.

No ano de 2010, o laboratório Solvay Farma, através do fornecedor Scheid & Castro, em parceria com a clínica de vacinação Salutare Vacinas, aplicou 6.365 doses, sendo estas administradas em magistrados e funcionários ativos, terceirizados, funcionários à disposição, bolsistas e estagiários de todas as Comarcas do Poder Judiciário e da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no período de 3 a 10 de maio de 2010.

2 Relatório dos atendimentos médicos

MÉDICOS	Nº DE CONSULTAS
Dra.Graciela de Oliveira Richeter Schmidt	1.056
Dr. José Carlos Nascimento	1.583*
Dra. Karina Cocco Monteiro de Freitas	865
Dra. Leisa Maria Leal	573
Dr. Luiz Alberto Neves May	801
Dr. Newton Dias de Vasconcelos Junior	372
Dr. Renato Grillo Flach	1.023
TOTAL	**6.273**

**Extensão de 1 hora na carga horária (abril a outubro).*

2.1 Relatório da Seção Psicossocial-ambulatorial

A seção Psicossocial-ambulatorial, em mais um ano trabalhando com cinco psicólogas na Seção, desenvolveu as seguintes atividades no ano de 2010:

- Atendimento e acompanhamento psicológico de servidores;
- Avaliação psicológica de servidores por solicitação da Junta Médica;
- Acompanhamento psicológico de servidores em licença para tratamento de saúde.

PSICÓLOGA	Nº DE ATENDIMENTOS REALIZADOS
Dra. Fernanda Chede R. Caldas	328*
Dra. Ivete Terezinha Volkmer Gemelli	***
Dra. Liliane Cardoso Pereira	457
Dra. Luciana Raupp Di Bernardi	71**
Dra. Marilda Marcondes de Mattos	493
TOTAL	1.359

** Fernanda C. R. Caldas – inciou atendimento em fevereiro/2010.*
*** Luciana R. Di Bernardi – licença gestação e licença prêmio.*
**** Ivete T. V. Gemelli – Licença para tratamento de saùde/ano/2010.*

2.2 Relatório de atividades do Serviço Social

As atividades desenvolvidas no período de 2010, em sua maioria, são referentes à elaboração de estudos e pareceres para subsidiar decisões da Junta Médica em processos administrativos, atendendo a demanda apresentada que incluí todo o Estado Catarinense.

- Pareceres elaborados para Junta Médica 229

Para a elaboração dos pareceres necessita-se da coleta de dados através de atividades como visitas domiciliares, entrevistas com servidores e requerentes, familiares, avaliação do local de trabalho e visita a instituições de saúde, conforme a necessidade e a peculiaridade de cada situação apresentada.

- Entrevistas 638
- Visitas domiciliares, Instituições de Saúde e Locais de Trabalho 149
- Cidades Visitadas 18

Algumas ações não são aqui quantificadas, já que cada processo exige um procedimento como, por exemplo, coleta de dados com o médico assistente do servidor e terapeuta, contatos freqüentes com o servidor, familiares e clínicas psiquiátricas. Estas ações são feitas constantemente e necessárias para que o trabalho atinja bons resultados, porém são de difícil quantificação para relatório estatístico, já que não são um fim em si mesmas.

- Encaminhamentos de servidores para clínicas psiquiátricas, avaliação médica e ou internação, acompanhamento do servidor em tratamento 17

O serviço social da Diretoria de Saúde está disponível para atender os servidores, esclarecer direitos e deveres referentes as situações de saúde e suas implicações.

- Atendimento ao servidor – emergência 116

Durante este período foram também realizadas atividades junto à Seção Psicossocial através de atendimentos de forma conjunta de situações relativas aos servidores, visando a integração das

áreas e buscando a realização de ações preventivas com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos que compõem o Judiciário Catarinense.

2.3 Relatório da Divisão de Segurança e Saúde Ocupacional

Em 2010 a Divisão de Medicina do Trabalho passou a figurar no organograma do Tribunal de Justiça como Divisão de Segurança e Saúde Ocupacional (DSSO), alinhando-se de vez ao seu propósito que é desenvolver condições seguras e saudáveis ao trabalhador do Judiciário Catarinense. Com isto, a percepção das funções da divisão ficaram mais nítidas e intuitivas, desmistificando que o trabalhador sempre adoece no ambiente de trabalho e em função dele. Esta mudança vem de encontro a quebra do modelo de separação da preocupação com o trabalhador apenas no ambiente de trabalho, passando a pensá-lo em todo o contexto social no tocante a ocupação do indivíduo e seu papel na sociedade. Portanto, as linhas norteadoras das ações da DSSO passaram a ir além do ambiente interno da organização, chegando a orientação nas atividades cotidianas do trabalhador na vida privada. Estas ações são fundamentais para garantir a satisfação do trabalhador do judiciário, contribuindo para a realização da missão do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Para maximizar o atendimento ao seu público com vistas a economicidade na administração pública, a principal ferramenta usada foi o correio eletrônico, tendo como dinâmica básica a DSSO receber um estímulo em forma de demanda para então tomar atitudes assertivas. Com a ajuda desta ferramenta, foi esclarecida a principal queixa dos trabalhadores no dia-a-dia e nas suas rotinas, donde foram modificadas as especificações do mobiliário, componentes do posto de trabalho, e também alguns ambientes para melhorar o conforto ambiental trazendo como resultado uma maior identificação do trabalhador com a organização, que, por sua vez, é fator de motivação.

Em termos numéricos, das **211** solicitações de atendimento recebidas na DSSO, **77** foram concluídas e **134** encontram-se em desenvolvimento ou aguardando algum tipo de recurso.

Com apoio da Diretoria Geral-Administrativa, foram definidos **4** novos projetos para acelerar o atendimento às demandas reprimidas, quais sejam:

- a abertura de oportunidade de estágios de Engenharia de Produção para as cadeiras de Ergonomia e Segurança do Trabalho;
- a terceirização dos laudos periciais, que agilizará os processos que pleiteiam a gratificação de insalubridade;
- cobertura das despesas com exames necessários ao Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional – PCMSO;
- e consultoria no projeto de mobiliário adequado a realidade do trabalhador do Judiciário, que desenvolverá o mobiliário como sendo ferramenta de trabalho em sintonia com a modernização dos métodos, tal como preveem as metas do CNJ.

Em termos de ações a DSSO interferiu no leiaute de ambientes como o cartório virtual; estudou soluções para postos de trabalho; definiu as especificações do mobiliário e atuou na fiscalização do seu cumprimento; fez pequenas mudanças para que o mobiliário efetivamente atenda ao perfil do trabalhador do Judiciário Catarinense; definiu o perfil antropométrico

através de pesquisa amostral, donde ficou constatado que o trabalhador do judiciário tem em média 1,68 metro de altura e 67 Kg de peso com pequena margem de erro (figura 1). Também detectou que o maior risco ao que o trabalhador está submetido é o risco ergonômico, o qual ficou claramente manisfestado na reclamação de dor nos ombros,na região lombar e na região cervical (pescoço).

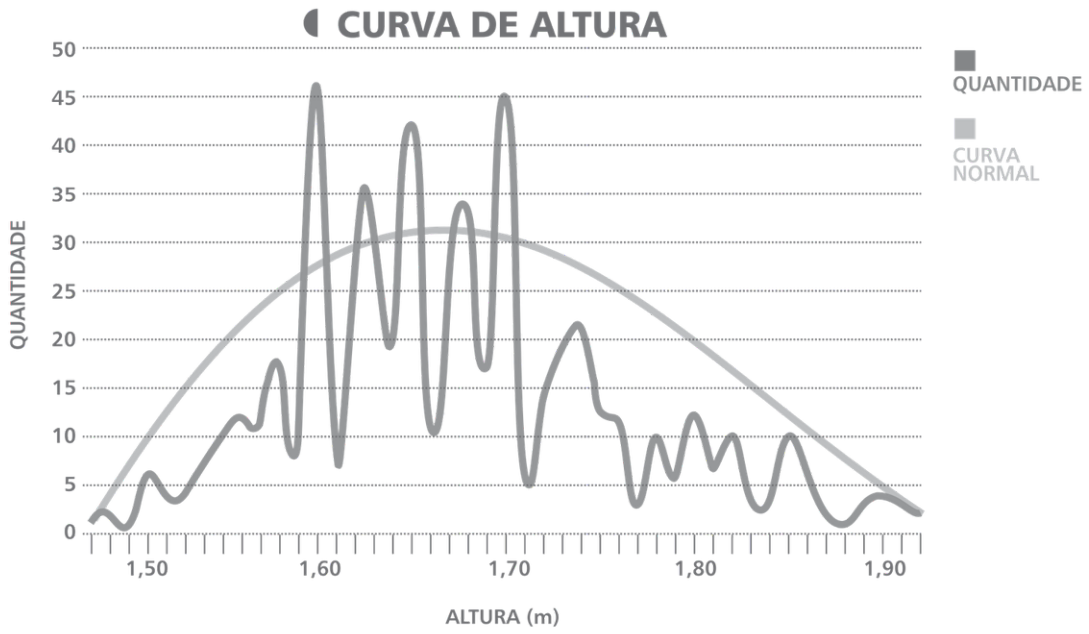


Figura 1: gráfico representativo da altura média do trabalhador do Judiciário Catarinense

Em termos gráficos (figura 2), houve um aumento expressivo no número de atendimentos em relação ao igual período anterior conforme mostra a tabela abaixo, o que indica a aceitação pelo público cliente bem como o resultado positivo das ações da DSSO.

AÇÃO	2009	2010	AUMENTO
Avaliação ambiental	20	30	50 %
Resposta processual	28	27	(3 %)
Programa de Controle de Saúde Ocupacional	02	2	0%
Palestras de orientações (higiene, segurança e saúde ocupacional)	24	9	(63 %)
Distribuição de EPI e assessório ergonômicos	418	870	108 %
Orientação de Segurança e Saúde Ocupacional	279	375	34 %
Avaliação de amostras de mobiliário	04	18	350 %
Especificação de mobiliário e assessórios ergonômicos	7	18	157 %

Figura 2: aumento das ações da DSSO em relação ao ano de 2009.

Além destas, através da **Sessão do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT**, manteve projetos como:

- Implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos do Serviço de Saúde PGRSS;
- Educação continuada sobre o PGRSS para os trabalhadores do serviço de higienização e limpeza;
- Supervisão em processo de limpeza e esterilização de materiais na Divisão Odontológica e na Seção de Enfermagem;
- Acompanhamento dos trabalhos da CIPA na Gráfica;
- PCMSO servidores da Gráfica;
- Substituição e entrega de EPI's, treinamento quanto ao uso adequado e supervisão quanto ao uso para os trabalhadores que necessitam utilizá-los.

Também, através da **Sessão do SESMT**, realizou intervenções ergonômicas em diversos ambientes e postos de trabalho como mostra a figura 3:

AMBIENTE	Nº POSTOS DE TRABALHO
Tribunal de Justiça	84
Gabinete de Desembargador	45
Fórum da Capital	87
Fórum de Forquilhinha	24
Fórum de Laguna	3
Fórum do Estreito	98
Fórum de Timbó	34
TOTAL	375

Figura 3: intervenções ergonômicas de janeiro a novembro de 2010.

2.4 Relatório da Seção de Enfermagem

A Seção de Enfermagem, no período de janeiro a novembro de 2010, desenvolveu orientações sobre pressão arterial, fornecimento de dietas (colesterol, triglicerídeos, ácido úrico) e as atividades descritas abaixo:

1	ATENDIMENTOS DA ENFERMAGEM

1.1	Avaliação para atendimento de emergência	470
1.2	Encaminhadas ao médico	436
2	**Exames realizados**	
2.1	Eletrocardiograma **(ECG)**	10
3	**Procedimentos realizados**	
3.1	Aplicação de radiação infravermelha	1
3.2	Nebulização	221
3.3	Verificação de Pressão Arterial **(P.A.)**	2.812
3.4	Curativo	413
3.5	Retirada de ponto cirúrgico	11
3.6	Imobilização	32
4	**Administração de Medicamentos:**	
4.1	Endovenoso **(EV)**	83
4.2	Intramuscular **(IM)**	289
4.3	Subcutâneo **(SC)**	11
4.4	Via Oral **(VO)** administrados no local:	
	4.4.1 – doses	194
	4.4.2. – comprimidos	2.526
	4.4.3 – controlados	14
5	**Medicamentos fornecidos sob prescrição**	
5.1	Comprimidos	1.180
6	**NÚMERO TOTAL DE PESSOAS ATENDIDAS**	8.410

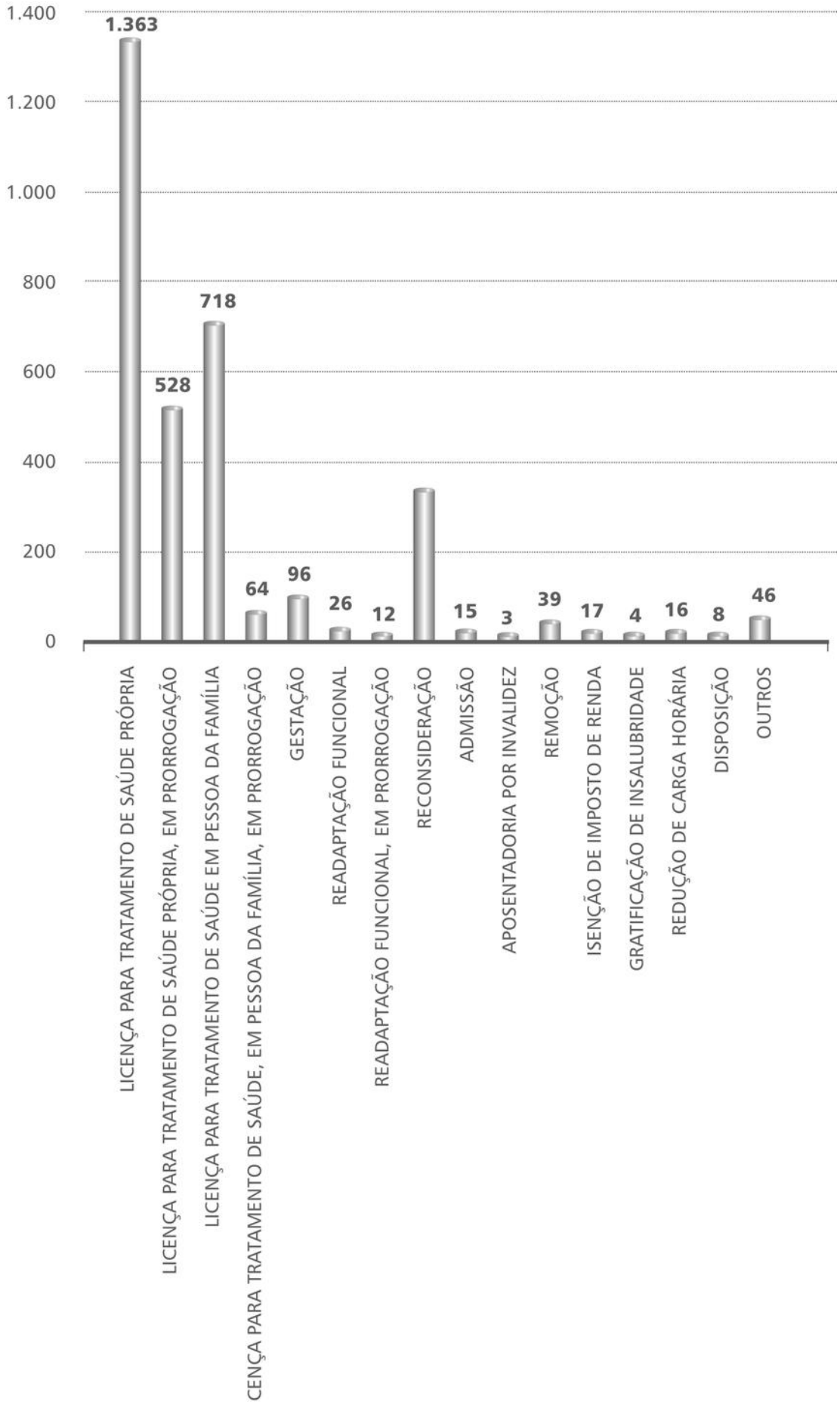
2.5 Relatório da Seção de Farmácia



3 Relatório da Junta Médica Oficial do Poder Judiciário

Licença para tratamento de saúde própria	1.363
Licença para tratamento de saúde própria, em prorrogação	528
Licença para tratamento de saúde em pessoa da família	718
Licença para tratamento de saúde, em pessoa da família, em prorrogação	64
Gestação	96
Readaptação Funcional	26
Readaptação Funcional, em prorrogação	17
Reconsideração	12
Admissão	342
Aposentadoria por Invalidez	15
Remoção	03
Isenção de Imposto de Renda	39
Gratificação de Insalubridade	04
Redução de Carga Horária	16
Disposição	08
Outros	46

RELATÓRIO DA JUNTA MÉDICA OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO



4 Relatório dos atendimentos odontológicos

DENTISTA	PACIENTES	PROCEDIMENTOS	DIAS TRABALHADOS
Dr. Dante Del Vale Valcanaia (Prótese)	32*	324	150
Dr. Eduardo Dutra da Silva (Endodontia)	109	487	154
Dr. José Eduardo C. Shiozawa (Dentística)	362	1.595	191
Dra. Mabel Larroyd Valente (Dentística)	315	1.217	171
Dra. Maria Eugênia B. Burg (Dentística)	483	1.395	188
Dr. Lauro Egídio Bragaglia (Prótese)	168	1.868	203
Dr. Reginaldo Reitz (Dentística)	322	2.050	210
TOTAL	1.370	8.936	1.267
Índice de aproveitamento (estimativa)**	7,05 procedimentos/dia/dentista		

** Resultados parciais devido à inserção parcial de dados no software Prodent por parte do profissional.*

Fonte: Dados coletados do software de gerenciamento odontológico Prodent e dos relatórios estatísticos mensais da Divisão de Saúde Oral.

4.1 Relatório da Seção de Prótese

01 – Fundição de Estrutura Metal Cerâmica	122
02 – Prótese sobre Implante	63
03 – Confecção de Provisórios (elementos)	101
04 – Confecção de Modelos	355
05 – Placa de Registro	15
06 – Aplicação em Cerâmica (elementos)	136
07 – Moldeira Individual	10
08 – Placa de Clareamento	126
09 – Confecção de Tróqueis	75
10 – Placa de Proteção Noturna (Silicone)	8
11 – Confecção de Inceram (Coping)	26
12 – Confecção Targis Vectris	2
13 – Confecção de Núcleos (indireto)	7
14 – Fundição direta de núcleo	25
15 – Prótese Total	2
16 – Prótese Parcial Fixa	8
17 – Onlay	6
18 – Ponte Parcial Removível (PPR)	8

19 – Placa de bruxismo	8
20 – Placa de mordida	7
21 – Enceramento Diagnóstico	2
22 – Aplicação em cerômero	3
23 – Núcleo - Partido	4
TOTAL GERAL	1.119